



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862



Ano CLI Nº 62

Brasília - DF, terça-feira, 1 de abril de 2014

### Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário .....	1
Atos do Poder Executivo.....	1
Presidência da República.....	1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação .....	3
Ministério da Cultura .....	4
Ministério da Defesa.....	6
Ministério da Educação .....	7
Ministério da Fazenda.....	9
Ministério da Integração Nacional .....	23
Ministério da Justiça .....	24
Ministério da Pesca e Aquicultura.....	27
Ministério da Previdência Social.....	27
Ministério da Saúde .....	27
Ministério das Cidades.....	88
Ministério das Comunicações.....	88
Ministério de Minas e Energia.....	91
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ..	100
Ministério do Esporte.....	101
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	101
Ministério do Trabalho e Emprego.....	107
Ministério dos Transportes .....	112
Conselho Nacional do Ministério Público.....	113
Ministério Público da União .....	113
Tribunal de Contas da União .....	114
Poder Legislativo.....	133
Poder Judiciário .....	133
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ..	145

### Atos do Poder Judiciário

#### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PLENÁRIO

**DECISÕES**  
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**  
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**  
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

#### Julgamentos

**ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.237 (1)**  
**ORIGEM** : ADI - 69905 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
**PROCED.** : DISTRITO FEDERAL  
**RELATOR** : MIN. JOAQUIM BARBOSA  
**REQTE.(S)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		

**INTDO.(A/S)** : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
**ADV.(A/S)** : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
**INTDO.(A/S)** : CONGRESSO NACIONAL

**Decisão:** Após o voto do Senhor Ministro Joaquim Barbosa (Relator), que julgava improcedente a ação relativamente ao inciso IV e § 1º do artigo 2º e a julgava procedente quanto às alíneas "d" e "g" do inciso VI do mesmo artigo 2º da Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello, Carlos Britto e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República e, pela Advocacia-Geral da União, o Ministro José Antônio Dias Toffoli. Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 11.06.2007.

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), julgou parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade das alíneas "d" e "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745/1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849/1999, limitando-se os efeitos da declaração de inconstitucionalidade para que ocorram um ano após a publicação da decisão final desta ação no Diário Oficial da União quanto à alínea "d", e, quanto à alínea "g", após quatro anos. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Ministra Rosa Weber. Plenário, 26.03.2014.

**ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.247 (2)**  
**ORIGEM** : ADI - 73637 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
**PROCED.** : MARANHÃO  
**RELATOR** : MIN. CARMEN LÚCIA  
**REQTE.(S)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**INTDO.(A/S)** : GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO  
**INTDO.(A/S)** : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação direta para dar interpretação conforme a Constituição Federal, nos termos do voto da Relatora, vencidos em parte os Ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa (Presidente), que a julgavam totalmente procedente. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falou pelo Ministério Público Federal o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República. Plenário, 26.03.2014.

**ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.876 (3)**  
**ORIGEM** : PROCESSO - 122000004197200718 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROCED.** : DISTRITO FEDERAL  
**RELATOR** : MIN. DIAS TOFFOLI  
**REQTE.(S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
**INTDO.(A/S)** : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADV.(A/S)** : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTDO.(A/S)** : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
**AM. CURIAE.** : ASSOCAÇÃO DE PROFESSORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS - APPMG  
**ADV.(A/S)** : DÁCIO FERNANDO JULIANI E OUTRO(A/S)

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares. Em seguida, o Tribunal conheceu da ação direta, julgando-a parcialmente procedente para declarar a inconstitucionalidade dos incisos I, II, IV e V do art. 7º da Lei Complementar nº 100/2007, do Estado de Minas Gerais, vencidos em parte os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente) e Marco Aurélio, que a julgavam totalmente procedente. O Tribunal, por maioria, modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade para, em relação aos cargos para os quais não haja concurso público em andamento ou com prazo de validade em curso, dar efeitos prospectivos à decisão, de modo a somente produzir efeitos a partir de doze meses, contados da data da publicação da ata de julgamento, tempo hábil para a realização de concurso público, a nomeação e a posse de novos servidores, evitando-se, assim, prejuízo aos serviços públicos essenciais prestados à população. Em relação aos cargos para os quais exista concurso em andamento ou dentro do prazo de validade, a decisão deve surtir efeitos imediatamente. Ficam ressalvados dos efeitos desta decisão: a)

aqueles que já estejam aposentados e aqueles servidores que, até a data de publicação da ata deste julgamento, tenham preenchidos os requisitos para a aposentadoria, exclusivamente para efeitos de aposentadoria, o que não implica em efetivação nos cargos ou convalidação da lei inconstitucional para esses servidores; b) os que se submeteram a concurso público quanto aos cargos para os quais foram aprovados; e c) a estabilidade adquirida pelos servidores que cumpriram os requisitos previstos no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Vencidos o Ministro Joaquim Barbosa, que modulava os efeitos da decisão em menor extensão, e o Ministro Marco Aurélio, que não modulava seus efeitos. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falaram: pelo Governador do Estado de Minas Gerais, o Dr. Marco Antônio Rebelo Romanelli, Advogado-Geral do Estado; pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Dr. Carlos Frederico Gusman Pereira, Procurador da Assembleia, e, pelo *amicus curiae* Associação de Professores Públicos de Minas Gerais, o Dr. Dácio Fernando Juliani. Plenário, 26.03.2014.

Secretaria Judiciária  
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS  
Secretária

### Atos do Poder Executivo

#### RETIFICAÇÃO

**DECRETO Nº 8.216, DE 28 DE MARÇO DE 2014**  
(Publicado no Diário Oficial de 28 de março de 2014, Seção 1, Edição Extra)

Na 1ª página, nas assinaturas, **leia-se:** DILMA ROUSSEFF, Guido Mantega e Miriam Belchior.

### Presidência da República

#### DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

##### MENSAGEM

Nº 66, de 28 de março de 2014. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5096.

#### CASA CIVIL INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE**  
Em 31 de março de 2014

Entidade: AR CNB-CF, vinculada à AC CERTISIGN MULTIPLA e AC CERTISIGN RFB  
Processos nºs.: 00100.000040/2003-84 e 00100.000183/2003-96  
Acolhe-se as Notas nºs 193/2014/APG/PFE-ITI/PGF/AGU e 185/2014/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento dos pedidos de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR CNB-CF, vinculada à AC CERTISIGN MULTIPLA e AC CERTISIGN RFB, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

AR	ENDEREÇO
Segundo Tabelionato de Notas de Novo Hamburgo	<b>Anterior:</b> Avenida Vitor Hugo Kunz, 2434, Hamburgo Velho, Novo Hamburgo-RS <b>Novo:</b> Rua Bento Gonçalves, 2038, Centro, Novo Hamburgo-RS







Considerando o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos e a celebração do Contrato nº 11/2013, de 20 de junho de 2013, entre a SAC-PR e o Banco do Brasil, cujo objeto é a gestão e administração financeira de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), bem como a contratação de obras, serviços e compras pelo referido Banco para modernização, ampliação, reforma e construção de aeródromos, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo a esta Portaria, investimentos no aeroporto de Barreiras-BA, alocando recursos previstos no Programa 2017 (Aviação Civil).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO

UF	Aeroporto	ICAO	Objeto
BA	Barreiras	SNBR	Contratação de empresa de engenharia e arquitetura para a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para entrega final de um novo Terminal de Passageiros (TPS) e Central de Utilidades (CUT) no aeroporto em Barreiras (BA), com área construída aproximada de 2.160 m².

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÕES DE 31 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, decide, ad referendum da Diretoria:

Nº 26 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária VERA CRUZ TAXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 02.763.588/0001-60, com sede social em Vera Cruz (SP). Processo nº 00058.010463/2014-28. Fica revogada a Decisão nº 131, de 17 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2009, Seção 1, página 10.

Nº 27 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária TAMIG TAXI AÉREO MINAS GERAIS LTDA - EPP., CNPJ nº 17.215.534/0001-38, com sede social em Belo Horizonte (MG). Processo nº 00058.010393/2014-16. Fica revogada a Decisão nº 136, de 24 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2009, Seção 1, página 07.

Estas Decisões entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS  
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 771, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3377/SPO, de 20 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Suspender a autorização de funcionamento e as homologações do curso teórico de Piloto Privado Avião, Piloto Comercial de Avião, e teórico e prático de Comissário de Voo, da VOAR ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada na Avenida Afonso Pena, nº 941, sala 602, Bairro Centro, Belo Horizonte - MG, CEP 30130-002, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao processo nº 00065.140080/2013-11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.956/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 169ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de fevereiro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000289/2001-62  
Requerente: Instituto Nacional do Câncer-INCA  
CQB:139/01  
Próton:41889/13  
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB  
Extrato Prévio: 3794/13 publicado em 04/10/2013  
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente às Salas de manipulação de amostras ou cultivo de células (pavimentos 2, 3, 4, 6 e 7 da CPQ), Laboratórios do banco de sangue do cordão umbilical e placentário do INCA e Laboratórios do Centro de transplante de medula óssea de NB-1; Salas de cultura (pavimentos 5 e 6 da CPQ) e Sala de cultivo celular do Centro de transplante de medula óssea, de NB-2 para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.957/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 170ª Reunião Ordinária, ocorrida em 13 de março de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo a que se refere: nº 01200.004552/2012-45  
Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CNPJ: 61.064.929/0043-28  
Endereço: SGAS 902 Lt. 74 Cj B, Bloco A, Salas 221-224, Ed. Athenas - Asa Sul, Brasília-DF

Assunto: Alteração de Liberação planejada no meio ambiente (RN8)

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes solicitou à CTNBio alteração dos locais dos experimentos e a substituição do procedimento de registro de acompanhamento individual da liberação planejada no meio ambiente de milho geneticamente modificado resistente a insetos, tolerante a herbicidas e portador da tecnologia de produção de sementes - SPT, contendo os eventos DAS-01507-1, MON-00603-6, SYN-IR162-4, bem como os eventos combinados DAS-01507-1 x DP-32138-1; DP-32138-1 x MON-00603-6; DAS-01507-1 x DP-32138-1 x MON-00603-6; DAS-01507-1 x DP-32138-1 x MON-00603-6 x SYN-IR162-4. A solicitação refere-se a alteração das áreas de plantio, que deixa de ser realizado em Itumbiara (GO), Palmas (TO) e Passo Fundo (RS), passando a ser implantado em Uberlândia (MG), Restinga Seca (RS) e Toledo (PR).

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, assumindo que deverão ser mantidos os procedimentos e as medidas de

biossegurança especificadas na aprovação da LPMA em questão, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Parecer Técnico nº. 3.952/2014, publicado no DOU Nº 53, Seção 1, p.4, de 19/3/2014, onde lê-se: "(...) liberação planejada de soja" (...), leia-se "(...) liberação planejada de algodão".

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR

Em 31 de março de 2014

533ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	900.1083/2009	12.671.814/0001-37

LUIZ ALBERTO HORTA BARBOSA

VOCÊ SABIA QUE...

...após a Imprensa Nacional ter várias sedes provisórias, foi inaugurado, por D. Pedro II, em 1877, o primeiro prédio construído para abrigar os presos e todo o material usado na gráfica? Que este edifício pegou fogo na noite de 15 de setembro de 1911, onde se perdeu vasto material histórico?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF  
CEP 70610-460

[www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)  
[ouvidoria@in.gov.br](mailto:ouvidoria@in.gov.br)



Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 163, DE 28 DE MARÇO DE 2014

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º - Convocar os aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº. 1/2013, publicado no DOU de 22 de outubro de 2013, com o resultado final homologado pelo Edital nº 7, publicado no DOU de 27 de março de 2014, constantes no Anexo I, para contratação após confirmação de recebimento da correspondência de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1/2013.

Art. 2º - O candidato terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realização de procedimentos pré-admissionais e exames médicos complementares, contados a partir do prazo de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1/2013.

Art. 3º - A relação dos exames médicos, documentos, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do IPHAN, para entrega da documentação para fins de contratação, estão disponíveis no sítio: <http://www.iphan.gov.br>.

Art. 4º - A documentação necessária para contratação deverá ser entregue em uma das sedes das Superintendências Estaduais do IPHAN, localizadas nas capitais das Unidades da Federação, exceto em Brasília - DF, que deverá ser entregue na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Sede Nacional.

Art. 5º - Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelos endereços eletrônicos: [cogep@iphan.gov.br](mailto:cogep@iphan.gov.br) e [coap@iphan.gov.br](mailto:coap@iphan.gov.br).

Art. 6º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

ANEXO I

UF	Cidade	Classificação	Nome	CPF
Código/Área de Atuação - 101/LOGISTICA, CONVENIOS E CONTRATOS				
SE	ARACAJU	1º	ELTON CLEY GUIOTTI	76867340130
PA	BELEM	1º	CAMILA SEABRA PAES LEAL	94655944234
MG	BELO HORIZONTE	1º	SIMONE ALVES ALEXANDRINO	06390562616
		2º	VANESSA ALVES REGIS	05230348658
		3º	RAPHAEL MOREIRA MAIA	05338877635
DF	BRASILIA	1º	RAFAEL BATISTA COSTA	83095659172
		2º	GABRIELA SANTOS BRASCHER BASILIO	71288570104
MT	CUIABA	1º	HUGO ASSUNCAO CAPISTRANO	00597029156
PR	CURITIBA	1º	DANIEL ROMERO MENON	69899029149
SC	FLORIANOPOLIS	1º	JAQUELINE REGINATO SOUSA	00492780960
CE	FORTALEZA	1º	PERLLA MENEZES TRIGUEIRO	67210058320
GO	GOANIA	1º	FABIANO MEIRELIS BELEM	81795602104
PB	JOAO PESSOA	1º	GLAYDSTON JAMES GOIZ MATEUS	00870693425
RN	NATAL	1º	HAMON CASTRO PAIVA	00598147306
RS	PORTO ALEGRE	1º	HILDA IVANA BONASSOLI	01199500496
		2º	MARCELO BANDEIRA CHAVES	00208026096
PE	RECIFE	1º	AMANDA RAFAEL DA SILVA	01172119406
		2º	ANNA CAROLINA PESSOA DE AQUINO ANDRADE	04413438485
RJ	RIO DE JANEIRO	1º	AUGUSTO CLAUDIO ARAUJO MEDEIROS	77415701704
		2º	JULIA WANDDELREY CANI	10527353710
BA	SALVADOR	1º	RAMONA ELISA PEREIRA NOGUEIRA PINTO DE CARVALHO	61548049549
		2º	IABI BANDEIRA MACEDO	91848997515
MA	SAO LUIS	1º	MARCO ANDREI DA SILVA GOMES DE OLIVEIRA	47110678334
		2º	VINICIUS FURTADO AMORIM	89910320363
SP	SAO PAULO	1º	LUCIA REISEWITZ	04304333798
		2º	ANDRESSA ALOISI CYRILLO	25734815810
PI	TERESINA	1º	THALITA TORRES VIANA CAVALCANTE	05161392401
Código/Área de Atuação - 102/ARQUEOLOGIA				
SE	ARACAJU	1º	MIRIAM CAZZETTA	35421401049
		2º	ARTHUR DOS SANTOS MARINHO GRACA ALMEIDA	14308457750
MG	BELO HORIZONTE	1º	GUSTAVO NEVES DE SOUZA	04984087609
		2º	IGOR MORAIS MARIANO RODRIGUES	33856490809
		3º	REGINALDO BARCELOS	90000285668
		4º	SARAH DE BARROS VIANA HISSA	05203922640
DF	BRASILIA	1º	DIEGO TEIXEIRA MENDES	02292187175
		2º	MARCELA PACINI VALLS	71705473172
		3º	FRANCINI MEDEIROS DA SILVA	22612561838
		4º	CAROLINA GUIMARAES STARLING DE SOUZA	73074837187
		5º	ANDERSON LUIS RIBEIRO MOREIRA	05406572717
		6º	CAROLINA DE ABREU MARQUES HENRIQUES	99635178115
		7º	HERBERT MOURA REGO	05804560484
MT	CUIABA	1º	FRANCISCO FORTE STUCHI	21361049855
PR	CURITIBA	1º	DANIELA GADOTTI SOPHIATI	03967459977
		2º	ANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA GOMES	55342701953
SC	FLORIANOPOLIS	1º	ROBERTA PORTO MARQUES	01040428002
		2º	DANILO ALEXANDRE GALHARDO	30526898860
CE	FORTALEZA	1º	CRISTIANE DE ANDRADE BUCO	08421642863
GO	GOANIA	1º	RUTE DE LIMA PONTIM	19039377871
		2º	LUIS HENRIQUE ALBERNAZ SIRICO	00110987160
PB	JOAO PESSOA	1º	HENRIQUE ALEXANDRE POZZI	16786665802
		2º	PAOLA MANFREDINI ROMAO BONFIM	02541611978
AM	MANAUS	1º	DANIEL LOPES COMAPA CAVALCANTE	65220722204
		2º	ELAINE CRISTINA GUEDES WANDERLEY	71856625249
RN	NATAL	1º	IAGO HENRIQUE	00768711428
TO	PALMAS	1º	ROMULO MACEDO BARRETO DE NEGREIROS	01062673379
		2º	CRISTIANE LORIZA DANTAS	94187592172
RS	PORTO ALEGRE	1º	GRASIELA TEBALDI TOLEDO	00849483026
		2º	DANIELLE SOARES JESUS	01980976031
PE	RECIFE	1º	ANA BETANIA S P MARTINS	83578536253
		2º	LIVIA BLANDINA DE ARAUJO OLIVEIRA	05737285421
AC	RIO BRANCO	1º	CRISTIANE MARIA PIRES MARTINS	75184176268
RJ	RIO DE JANEIRO	1º	MARCELA NOGUEIRA DE ANDRADE	52757862200
		2º	CAMILA AMORIM DE SA ANDRADE	00424118319
		3º	MARIA CHRISTINA LEAL FERREIRA RODRIGUES	90235762768
BA	SALVADOR	1º	LUIZ AUGUSTO VIVA DO NASCIMENTO	15916070861
		2º	JEANNE ALMEIDA DIAS	79000169534
		3º	TAINA MOURA ALCANTARA DE OLIVEIRA	02667230558
MA	SAO LUIS	1º	GREGORIO DE MIRANDA HENRIQUES BEZERRA	10019923422
		2º	BARBARA ROGENS RAMOS BEZERRA	00395915309
SP	SAO PAULO	1º	CINTIA BENDAZZOLI SIMOES	25785275805
		2º	LEILA MARIA FRANCA	06360954877
		3º	FABIANA RODRGUES BELEM	30502480840
		4º	ELISANGELA DE MORAIS SILVA	05772042629
PI	TERESINA	1º	MARIA DE FATIMA DA LUZ	09623213387
		2º	BERNARDO GRILLO GUIMARAES	00589096133
Código/Área de Atuação - 103/ARQUITETURA OU ENGENHARIA				
PA	BELEM	1º	KEILA TAVARES SILVA MONTEIRO	71981926291
MG	BELO HORIZONTE	1º	SORAIA APARECIDA MARTINS FARIAS	99057808668





DF	BRASILIA	1º	ANTONIO MIGUEL LOPES DE SOUSA	74406353100
		2º	PILAR PINHEIRO SANCHES	50596110197
		3º	SAMIRA BUENO CHAHIN	29014765894
		4º	JAQUELINE DUARTE SANTOS	00981563147
		5º	MARCO AURELIO DA SILVA MAXIMO	58418547120
MT	CUIABA	1º	ISIS MAGALHAES E SILVA SALIM	01679174126
PR	CURITIBA	1º	ERNESTO AMORIN ASSEF	01842298984
MG	DIAMANTINA	1º	VANESSA DE PADUA MELLO	28905532802
SC	FLORIANOPOLIS	1º	ANA MARIA MOTER PEREIRA	02458565956
CE	FORTALEZA	1º	MURILO CUNHA FERREIRA	82241627372
		2º	JULIA SANTOS MIYASAKI	97083836353
GO	GOIANIA	1º	WANESSA CORREA	00284111104
GO	GOIAS	1º	TIAGO LEITE RAMIRES	00132816156
PB	JOAO PESSOA	1º	FABIANE BARROS CABRAL	01237083460
SC	LAGUNA	1º	ANA PAULA FOGACA	03334777901
AL	MACEIO	1º	ASSISNEZ DE AZEVEDO FARIAS	05366880440
		2º	MARIA GARDENIA NASCIMENTO SANTOS	86076043415
AM	MANAUS	1º	HERNAN LINDOSO TRIBUG	00312828225
MG	MARIANA	1º	FLORA DEL REI LOPES PASSOS	07430352677
RN	NATAL	1º	PATRICIA CAVICCHIOLI NETTO	12656147840
PE	OLINDA	1º	VANIA CRISTINA SILVA CAVALCANTI	45670269420
MG	OURO PRETO	1º	MARIANA DA MATTA PEDROSA	06452314602
RS	PORTO ALEGRE	1º	ROSELI MARIA COMISSOLI DE SA	41692276034
		2º	CRISTINA THOME PIBERNAT	70682216020
		3º	IRAN FERNANDO DA ROSA	39533670053
PE	RECIFE	1º	LAURA KARINA NOBRE ALECRIM	06399300428
		2º	MELINA AMORIM CAMBOIM GONCAVES	04189369438
RJ	RIO DE JANEIRO	1º	ALINE LIMA SANTOS	01166818616
		2º	EDUARDO ALBERTO MANJARRES TRELLES	01478791756
		3º	ADRIANA GONCALVES DOS SANTOS MENDES	08128848763
BA	SALVADOR	1º	LAURA LIMA DE SOUZA	29660263830
		2º	LUIS CLAUDIO VARGAS SILVA	59672633572
		3º	PAULA PAOLIELLO CARDOSO	10177024704
		4º	REBECA ROCHA BANDEIRA LIMA	82456933591
		5º	ANELI DIAS BORGES	03174056594
SE	SAO CRISTOVAO	1º	TATIANA DE CARVALHO COSTA	78558212520
MG	SAO JOAO DEL REI	1º	ERIKA JORGE RODRIGUES DA CUNHA	03030236609
MA	SAO LUIS	1º	MARIANA FENSTERSEIFER DA SILVA	03367336904
		2º	NIVEA NUNES RAPOSO	85686557349
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	1º	ANA LUISA JEANTY DE SEIXAS	81328117049
SP	SAO PAULO	1º	JULIANA MENDES PRATA	16510287889
		2º	ELISA VAZ RIBEIRO MOREIRA	04429668493
		3º	LAERCIO CANDIDO DA ROCHA	18702807840
PI	TERESINA	1º	RICARDO FERNANDES BRITO	47099232304
		2º	MARCUS VINICIUS AGUIAR REIS	98593854320

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL  
E FISCALIZAÇÃO  
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA  
  
PORTARIA Nº 16, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I desta Portaria.

II -Expedir RENOVAÇÃO sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II desta Portaria.

III -Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

IV -Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

V -Os Relatórios e quaisquer outros materiais provenientes das pesquisas abaixo relacionadas ficam obrigados a inserir a logomarca do Iphan, conforme Marca e Manual de Aplicação disponível no endereço eletrônico [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).

VI -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01 - Processo n.º 01500.003606/2013-51  
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo do Viaduto Novo Joá  
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani  
Apoio Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Laboratório de Antropologia Biológica  
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
02 - Processo n.º 01500.005456/2013-11  
Projeto: Monitoramento Arqueológico do Hotel Bragança  
Arqueóloga Coordenadora: Marina Buffa César  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira - LAB  
Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de validade: 05 (cinco) meses  
03 - Processo n.º 01502.000285/2014-02  
Projeto: Diagnóstico Interventivo da Linha de Transmissão 230 KV da empresa CEA-Centrais Eólicas Assuruá.  
Arqueólogos Coordenadores: Paulo Eduardo Zanettini e Lucas de Paula Souza Troncoso  
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Bahia - Universidade Estadual de Santa Cruz - NEPAB/UESC  
Área de Abrangência: Municípios de Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Central, São Gabriel, Presidente Dutra e Irecê, Estado da Bahia

Prazo de validade: 06 (seis) meses  
04 - Processo n.º 01506.003322/2014-96  
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial das Obras de Ampliação do Litoral Plaza Shopping  
Arqueólogo Coordenador: Manoel Mateus Bueno Gonzalez  
Apoio Institucional: Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Chondrichthyes - NUPEC/CERPA  
Área de Abrangência: Município de Praia Grande, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 03 (três) meses  
05 - Processo n.º 01506.003341/2014-12  
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo Condomínio Logístico Bom Jesus dos Perdões  
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal  
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar  
Área de Abrangência: Município de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
06 - Processo n.º 01506.003343/2014-10  
Projeto: Prospecções Arqueológicas para Adequação e Duplicação da BR 101/SP, no subtrecho "Entroncamento BR 383(Ubatuba) - Praia Grande, Segmento: km 44,1 ao Km 53,6  
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal  
Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar  
Área de Abrangência: Município de Ubatuba, Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
07 - Processo n.º 01514.003449/2013-25  
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Influência Direta de Extração de Quartzito da Empresa Gemma Brazil  
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Bruno dos Reis Almeida  
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM  
Área de Abrangência: Município de Gouveia, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 02 (dois) meses  
08 - Processo n.º 01506.003454/2014-18  
Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial das Áreas de Expansão de Cultivo de Cana da Usina São Manoel S/A

Arqueóloga Coordenadora: Rucirene Miguel  
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araquara - MAPA  
Área de Abrangência: Municípios de São Manoel, Botucatu, Pratânia, Areiópolis e Iguauçu do Tietê, Estado de São Paulo  
Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
09 - Processo n.º 01510.000364/2014-14  
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área de Implantação de Condomínio no Santinho  
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber  
Apoio Institucional: Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia - Universidade do Sul de Santa Catarina - GRU-PEP/UNISUL  
Área de Abrangência: Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 06 (seis) meses  
10 - Processo n.º 01510.000635/2014-23  
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a Implantação do Parque Shopping Criciúma  
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos  
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC  
Área de Abrangência: Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina  
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01 - Processo n.º 01422.000020/2011-43  
Projeto: Tecnologia e Território. Dispersão e Diversificação no Povoamento do Planalto Central Brasileiro  
Arqueólogo Coordenador: Lucas de Melo Reis Bueno.  
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal de Santa Catarina  
Área de Abrangência: Municípios de Lajeado, Palmas e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins  
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO  
À CULTURA

PORTARIA Nº 183, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 909 de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

#### ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )  
1310163 - Disney On Ice - Passaporte para a Aventura  
T4F Entretenimento S.A  
CNPJ/CPF: 02.860.694/0001-62  
Processo: 01400035780201391  
Cidade: São Paulo - SP;  
Valor Aprovado R\$: R\$ 6.536.368,00  
Prazo de Captação: 01/04/2014 à 31/07/2014  
Resumo do Projeto: Disney on Ice - Passaporte para a Aventura prevê a realização de um espetáculo de dança, no primeiro semestre de 2014. Total de 34 apresentações, sendo 11 apresentações na cidade do Rio de Janeiro, no Ginásio do Maracanãzinho e 23 apresentações na cidade de São Paulo, no Ginásio do Ibirapuera.  
1310419 - Disney On Ice 2014  
Campo da Produção, Eventos e Promoções Ltda.  
CNPJ/CPF: 04.017.777/0001-10  
Processo: 01400036065201376  
Cidade: Porto Alegre - RS;  
Valor Aprovado R\$: R\$ 1.286.332,20  
Prazo de Captação: 01/04/2014 à 31/12/2014  
Resumo do Projeto: O projeto Disney On Ice - 2014 propõe a realização de 08 apresentações (a depender da demanda de público) do espetáculo "Disney On Ice apresenta Passaporte para Aventura" na cidade de Porto Alegre (RS). As apresentações pretendem proporcionar ao público infanto-juvenil um grandioso espetáculo de patinação artística no gelo, com lotes de ingressos a preços populares.  
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )  
140325 - V Circuito Musica Brasilis  
Instituto Musica Brasilis  
CNPJ/CPF: 11.024.672/0001-53  
Processo: 01400000332201458  
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;  
Valor Aprovado R\$: R\$ 1.216.735,00  
Prazo de Captação: 01/04/2014 à 30/11/2014  
Resumo do Projeto: Projeto vai realizar 10 apresentações musicais com obras de compositores brasileiros homenageados em 2014: Alberto Nepomuceno-150 anos de nascimento, Glauco Velasquez-100 anos de morte,César Guerra-Peixe-100 anos de nascimento.Apresentações: Rosana Lamosa,Clara Sverner,José Staneck e outros.Obras musicais serão contextualizadas por textos sobre os compositores e imagens de época em espetáculos multimídia.Direção geral de Bia Lessa.Direção artística e musical de Rosana Lanzelotte

#### PORTARIA Nº 184, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n.º 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria n.º 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

#### ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)  
13 2901 - O arquivo vivo  
Grupo de Teatro Farroupilha  
CNPJ/CPF: 03.494.538/0001-98  
MG - Ipatinga  
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014  
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)  
13 3114 - RAGAZZI DEI MONTI - Instrumental  
Mara Eluiza Manzoni Uliana  
CNPJ/CPF: 328.306.960-34  
RS - Monte Belo do Sul  
Período de captação: 01/01/2014 a 09/03/2014  
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)  
12 9289 - GENESIS  
Ponto de Produção Ltda.  
CNPJ/CPF: 04.992.156/0001-57  
SP - São Paulo  
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014  
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)  
12 6818 - Centro Cultural Colorado  
Instituto Oswaldo Ribeiro de Mendonça  
CNPJ/CPF: 07.602.959/0001-46  
SP - Guafira  
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)

13 2878 - Libertadores Uma Paixão Que Nos Une  
CULTURA SUSTENTAVEL EDITORACAO LTDA.  
CNPJ/CPF: 15.031.400/0001-31

SP - São Paulo

Período de captação: 01/01/2014 a 31/05/2014

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

10 12589 - Arte ao Encontro de Gerações

Sociedade de Cultura Artística de Joaçaba Herval D'Oeste

CNPJ/CPF: 84.590.835/0001-39

SC - Joaçaba

Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

## Ministério da Defesa

### COMANDO DA AERONÁUTICA GABINETE DO COMANDANTE

#### PORTARIA Nº 447/GC3, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre a concessão da Gratificação de Qualificação - GQ, aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, em conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n.º 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto na Lei n.º 9.657, de 3 de julho de 1998, com alterações dadas pela Lei n.º 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, Lei n.º 12.277, de 2010, Lei n.º 12.702, de 7 de agosto de 2012, Decreto n.º 7.922, de 18 de fevereiro de 2013, Portaria n.º 1.841, de 11 de julho de 2012, e Portaria n.º 858/MD, de 4 de abril de 2013, e considerando o que consta do Processo n.º 67400.001341/2014-74, resolve:

Art. 1º A Gratificação de Qualificação - GQ é devida aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível intermediário integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM), em retribuição ao cumprimento de requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários ao desempenho das atividades pertinentes ao cargo ocupado ou à função desempenhada, de acordo com os valores constantes em lei específica.

Art. 2º Os requisitos técnico-funcionais, acadêmicos e organizacionais necessários à percepção da GQ abrangem o nível de capacitação e aperfeiçoamento que o servidor possua em relação:

I - ao conhecimento dos serviços que lhe são afetos, na sua operacionalização e na sua gestão; e

II - à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos.

Art. 3º Os cursos a que se refere o inciso II do artigo anterior se classificam nas seguintes modalidades:

- a) Doutorado;
- b) Mestrado;
- c) Pós-graduação lato sensu com carga horária mínima de 360 horas/aula;
- d) Graduação; ou
- e) Cursos de capacitação ou qualificação profissional, na forma disposta nesta Portaria.

Art. 4º Os cursos a que se refere o caput anterior, presencial ou a distância, deverão ser compatíveis com as atividades das Organizações onde o servidor estiver lotado, contribuindo para o desenvolvimento e atualização profissional dos titulares a que se refere esta Portaria.

§ 1º Os cursos somente serão considerados quando concluídos, não sendo acatadas disciplinas realizadas isoladamente e módulos de curso.

§ 2º Não serão válidos certificados apenas de frequência ou de participação, tampouco de seminários, palestras, workshops e similares.

§ 3º A comprovação de conclusão de cursos com aproveitamento, na modalidade presencial ou a distância, deverá ser realizada por meio de diploma, atestado ou declaração de conclusão de curso, certificado, ou documento similar, expedido em papel timbrado da Instituição de Ensino, com indicação da carga horária cursada, assinatura e identificação do emissor, período do curso e data de conclusão, bem como Ata de Defesa da Dissertação-Mestrado/Tese-Doutorado com registro da situação de "aprovação" sem condição de pendências.

§ 4º Os cursos de graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado, para os fins previstos nesta Portaria, efetuados na modalidade de educação presencial ou a distância (EAD), serão considerados somente se reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e, quando realizados no exterior, deverão ser revalidados por instituição nacional competente.

§ 5º Os cursos realizados em Instituição de Ensino Militar serão contemplados de acordo com as suas respectivas equivalências, para a concessão dessa Gratificação de Qualificação, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

§ 6º Os certificados emitidos por organizações militares ou órgãos da administração pública que não sejam de ensino somente serão considerados com a apresentação do conteúdo programático do curso, o qual deve ser pertinente às atividades da Organização onde o servidor estiver lotado.

Art. 5º Os cursos profissionalizantes técnicos de nível médio ou adicionais, para os fins previstos nesta Portaria, efetuados na modalidade de educação presencial ou a distância (EAD), serão considerados como qualificação profissional somente se reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) ao qual pertence à respectiva instituição de ensino, estando concluídos concomitantemente ou após a educação básica.

§ 1º A educação básica, estabelecida no artigo 21 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para os fins previstos nesta Portaria, será composta pelo ensino fundamental e ensino médio.

§ 2º Os cursos de educação fundamental e os cursos de ensino médio desprovidos da educação profissional técnica não serão considerados como qualificação profissional.

Art. 6º Os cursos livres serão assim considerados:

§ 1º Os cursos de qualificação profissional oferecidos no formato de curso livre regido pelo artigo 42 da Lei n.º 9.394/1996, realizados por instituições de educação credenciadas, na modalidade presencial ou a distância, somente serão considerados se atenderem o estabelecido nesta Portaria.

§ 2º Os cursos realizados por entidades privadas no formato de curso livre, na modalidade presencial ou a distância, somente serão considerados como qualificação profissional se atenderem as especificações contidas nesta Portaria e caso seus certificados além do estabelecido no §3º do Art. 4º, apresentarem o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das mesmas.

Art. 7º A Gratificação de Qualificação de Nível I - GQ-I somente poderá ser concedida quando:

I - comprovada a participação em cursos de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de cento e oitenta horas; ou

II - reconhecida a qualificação profissional adquirida em, no mínimo, dez anos de efetivo exercício no cargo.

Art. 8º O reconhecimento da qualificação profissional a que se refere o inciso II do caput anterior será certificado mediante aplicação de prova prática e/ou escrita.

§ 1º Para fins do reconhecimento da qualificação profissional, será designada Banca Examinadora constituída por ato do Comandante, Chefe ou Diretor da OM de lotação do servidor, publicado em Boletim Interno, com vista à elaboração e aplicação de prova prática e/ou escrita.

§ 2º As Organizações Militares poderão solicitar à Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), apoio para a elaboração e aplicação da prova prática e/ou escrita, se for o caso.

§ 3º Após a aplicação da prova, a Banca Examinadora restituirá, em até 5 (cinco) dias úteis, o processo de avaliação do servidor a um Comitê Especial, responsável por avaliar as propostas de concessão da GQ, anexando a Ficha de Avaliação de Desempenho Profissional (Anexo A).

Art. 9º A percepção da Gratificação de Qualificação de Nível II - GQ-II está condicionada à comprovação de conclusão do ensino médio completo, acrescida à participação em curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de duzentas e cinquenta horas.

§ 1º Os cursos do ensino médio, para os fins previstos neste artigo, efetuados na modalidade de educação presencial ou a distância (EAD), serão considerados somente se reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) ao qual pertence à respectiva instituição de ensino.

§ 2º A carga horária de cento e oitenta horas comprovada para a concessão da Gratificação de Qualificação de Nível I - GQ-I poderá ser acumulada para a obtenção da carga horária mínima de duzentas e cinquenta horas para a concessão da Gratificação de Qualificação de Nível II - GQ-II.

Art. 10. A Gratificação de Qualificação de Nível III - GQ-III está condicionada à comprovação de conclusão do ensino médio completo, acrescida à participação em curso de capacitação ou qualificação profissional com carga horária mínima de trezentas e sessenta horas, ou cursos de que tratam as alíneas "a", "b", "c" e "d" do art. 3º desta Portaria.

§ 1º Os cursos do ensino médio, efetuados na modalidade de educação presencial ou a distância (EAD), serão considerados somente se reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) ao qual pertence a respectiva instituição de ensino.

§ 2º A carga horária de cento e oitenta horas comprovada para a concessão da Gratificação de Qualificação de Nível I - GQ-I ou a carga horária de duzentas e cinquenta horas comprovada para a concessão da Gratificação de Qualificação de Nível II - GQ-II poderá ser acumulada para a obtenção da carga horária mínima de trezentas e sessenta horas para a concessão da Gratificação de Qualificação de Nível III - GQ-III.

Art. 11. A acumulação de cursos com duração mínima de quarenta horas/aula será aceita na comprovação da carga horária mínima de cursos de capacitação ou qualificação profissional estabelecida nos artigos 7º, 9º e 10 desta Portaria.

Art. 12. A Organização Militar em que o servidor estiver em exercício deverá implementar plano permanente de capacitação e aperfeiçoamento, destinado a proporcionar o constante desenvolvimento de habilidades e competências do profissional, com vista ao adequado exercício das atividades pertinentes ao cargo ocupado ou à função desempenhada, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Parágrafo único. Os cursos previstos no plano de capacitação e aperfeiçoamento serão considerados se atenderem o estabelecido nesta Portaria.





Art. 13. Será instituído Comitê Especial com objetivo avaliar as propostas de concessão da Gratificação de Qualificação da Tecnologia Militar - GQ no âmbito de cada Organização Militar que possua lotação de cargos do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar.

§ 1º As matérias tratadas, as decisões e deliberações tomadas nas reuniões do Comitê Especial serão registradas em ata.

§ 2º O Comitê Especial exercerá suas atividades com imparcialidade, assegurando o sigilo necessário das informações.

§ 3º O prazo para conclusão do parecer do Comitê Especial é de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do processo de proposta de concessão, admitida a sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias exigirem.

§ 4º Caberá ao Comitê Especial:

I - Certificar quanto ao credenciamento das instituições de ensino responsáveis pela emissão dos diplomas, certificados ou documento similar comprobatório de conclusão de curso, presencial ou a distância, apresentado pelo servidor;

II - Certificar quanto ao credenciamento no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades privadas responsáveis pela emissão dos certificados de conclusão dos cursos livre, na modalidade presencial ou a distância, apresentado pelo servidor.

III - Certificar quanto à legitimidade do diploma ou declaração comprobatória de conclusão de curso apresentada pelo servidor;

IV - Analisar a solicitação quanto à compatibilidade do curso com as atividades da Organização e o interesse institucional;

V - Averbar o diploma ou declaração comprobatória de conclusão em Boletim Interno da Organização;

VI - Analisar o processo de avaliação de qualificação encaminhado pela banca examinadora; e

VII - Tornar público o reconhecimento da qualificação profissional, previsto no art. 8º da presente Portaria, através de publicação em Boletim Interno da Organização.

Art. 14. O gerenciamento do processo de concessão da GQ será de responsabilidade do setor de Recursos Humanos da Organização de lotação do servidor ou da Organização de apoio administrativo.

Parágrafo único. Caberá ao setor responsável pelos Recursos Humanos da Organização de lotação do servidor ou da Organização de apoio administrativo:

I - Constituir o Comitê Especial, pelo período de 1 (um) ano, designado por ato do titular da OM, composto de, no mínimo, três membros, sendo um deles, preferencialmente, servidor integrante do PCCTM;

II - Constituir, quando for o caso, a banca examinadora, designada por ato do titular da OM, composta de, no mínimo, três membros com conhecimento na área a ser realizada a prova prática ou escrita, sendo um deles, preferencialmente, servidor integrante do PCCTM;

III - Compôr o processo de proposta de concessão da GQ e encaminhar ao Comitê Especial da OM; e

IV - Encaminhar o processo de concessão da GQ à Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

Art. 15. O processo de proposta de concessão da GQ a ser encaminhado ao Comitê Especial deverá conter:

I - requerimento do servidor à DIRAP;

II - cópia autenticada do diploma ou certificado de ensino médio (2º grau) para processos de concessão da GQ-II e da GQ-III; e

III - cópia autenticada da certificação de curso.

Art. 16. O processo de concessão da GQ a ser encaminhado à DIRAP deverá conter, além da documentação prevista no Art.12:

I - cópia autenticada da publicação em Boletim Interno Ostensivo da averbação do diploma ou da declaração comprobatória de conclusão de curso;

II - cópia autenticada da publicação em Boletim Interno Ostensivo do reconhecimento da qualificação profissional; e

III - ata com o parecer do Comitê Especial.

Art. 17. O ato de homologação e concessão da GQ, no âmbito do Comando da Aeronáutica, compete ao Diretor de Administração do Pessoal, após parecer favorável do Comitê Especial.

Parágrafo único. As concessões serão publicadas no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), em ato da DIRAP, mediante Portaria.

Art. 18. Para a concessão da GQ serão observadas as seguintes especificações:

§ 1º A percepção da GQ em determinado nível não é condicionante para a percepção das demais GQ em níveis subsequentes;

§ 2º É vedada a acumulação de diferentes níveis de GQ; e

§ 3º É vedada a acumulação da GQ com qualquer adicional ou gratificação que tenha como fundamento a qualificação profissional ou a titulação.

Art. 19. Para os pagamentos de valores a título de GQ serão observadas as seguintes especificações:

I - A titulação do curso obtida pelo servidor ou a completação dos dez anos de efetivo exercício no cargo até 31 de dezembro de 2012, após obtenção do reconhecimento profissional, produzirá efeito financeiro a partir de 1º de janeiro de 2013.

II - A titulação do curso obtida pelo servidor ou a completação dos dez anos de efetivo exercício no cargo a partir de 1º de janeiro de 2013, após obtenção do reconhecimento profissional, produzirá efeito financeiro a partir da data do requerimento de solicitação da gratificação.

Art. 20. A percepção da GQ nos proventos de aposentadoria e pensões observará a legislação de criação da respectiva gratificação e os regimentos previdenciários aplicáveis a cada servidor.

Parágrafo único. A GQ será considerada no cálculo dos proventos e das pensões se o certificado ou diploma tiver sido obtido anteriormente à data da inativação.

Art. 21. No caso do inativo ou instituidor de pensão portador de diploma, atestado ou declaração de conclusão de curso, certificado, ou documento similar, o servidor ou o pensionista deverá requerer a concessão da GQ à DIRAP, através de sua OM pagadora, anexando cópia autenticada da documentação comprobatória, observadas as condições previstas nesta Portaria.

§ 1º A OM pagadora encaminhará ao Comitê Especial da OM de lotação do servidor à época de conclusão do curso.

§ 2º De posse de todas as informações necessárias, o Comitê Especial analisará a documentação, incluindo a ata com seu parecer, e a encaminhará ao Diretor de Administração do Pessoal.

§ 3º A homologação e concessão da GQ será realizada pelo Diretor de Administração do Pessoal, em ato publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), mediante Portaria, após análise e parecer favorável do Comitê Especial.

Art. 22. Os casos não previstos serão submetidos à consideração do Comandante-Geral do Pessoal, exceto os casos relacionados ao inciso II do Art. 7º que serão submetidos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica.

Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Fica revogada a Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 1º de agosto de 2013, Seção 1, página 10.

TEN BRIG DO AR JUNITI SAITO

ANEXO A

MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
(NOME DA OM)  
GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO (GQ)  
FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL  
1. DADOS DO SERVIDOR

Nome:		Cargo:	
Matrícula SIAPE			
Atividades desempenhadas: (descrever)			

2. BANCA EXAMINADORA

Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, publicada no Boletim nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Examinador: \_\_\_\_\_ (nome, posto/cargo/função, Matrícula SIAPE/Identidade)

3. PROVA APLICADA: PRÁTICA

ITEM AVALIADO	RESULTADO (APROVADO/NÃO APROVADO)
1.	
2.	
3.	
.....	.....

RESULTADO FINAL: \_\_\_\_\_ (APROVADO/NÃO APROVADO)  
(Cidade - Estado, data)

\_\_\_\_\_  
(nome - matrícula SIAPE/identidade)  
EXAMINADOR

\_\_\_\_\_  
(nome - matrícula SIAPE/identidade)  
EXAMINADOR

\_\_\_\_\_  
(nome - matrícula SIAPE/identidade)  
EXAMINADOR

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 295, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 395/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 20073798, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Tecnologia Ensitec, com sede na Rua Antonio Pietruza, nº 83, bairro Portão, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantida pela Sociedade de Ensino Técnico ENSITEC Ltda., com sede no mesmo Município.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 296, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e no Parecer nº 404/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201009773, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, com sede na Avenida Delmiro Gouveia, s/nº Coroa do Meio, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, mantida pela Associação de Ensino e Pesquisa Graccho Cardoso S/S Ltda, com sede no mesmo Município.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 297, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 176/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do processo e-MEC nº 201112674, e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM), a ser instalada na Rod. Dr. João Miranda - Altos, nº 3.072, bairro Bosque, no Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, mantida pela FEAM - Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia Ltda.-ME, com sede no mesmo endereço.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

DESPACHOS DO MINISTRO  
Em 31 de março de 2014

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 395/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Ensitec, com sede na Rua Antonio Pietruza, nº 83, bairro Portão, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, mantida pela Sociedade de Ensino Técnico ENSITEC Ltda., no mesmo Município e Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 20073798.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 404/2012, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE, com sede na Avenida Delmiro Gouveia, s/nº Coroa do Meio, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, mantida pela Associação de Ensino e Pesquisa Graccho Cardoso S/S Ltda, com sede na Av. Delmiro Gouveia, s/nº, Shopping Riomar - 2º. Piso, no Município de Aracaju, Estado de Sergipe, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conforme consta do processo e-MEC nº 201009773.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 176/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM), a ser instalada na Rod. Dr. João Miranda - Altos, nº 3.072, bairro Bosque, no Município de Abaetetuba, no Estado do Pará, mantida pela FEAM - Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia Ltda.-ME, com sede no mesmo endereço, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, fixado pelo Anexo III da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos de Administração, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais; Pedagogia, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais; História, licenciatura, com 100 (cem) vagas totais anuais; e Educação Física, licenciatura, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, conforme consta do processo e-MEC nº 201112674.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 3/2013, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Câmara de Educação Superior, exarada pelo Parecer CNE/CES nº 105/2010, de 6 de maio de 2010, que negou o credenciamento das Faculdades Integradas FACVEST, como Centro Universitário. A instituição terá, até o final do ciclo avaliativo em que se insere, tempo suficiente para conquistar, na esfera administrativa, a condição da qual, por decisão judicial, reiterada em março de 2012, já usufruiu, conforme consta do Processo nº 23001.000093/2010-48.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 282/2013, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 174, de 17 de abril de 2013, que autorizou o curso de Engenharia Química, bacharelado, a ser ofertado pela Faculdade Maurício de Nassau, localizada no Município de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado LTDA., com sede no Município de Maceió, Estado de Alagoas, conforme consta do Processo nº 23001.000083/2013-55.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 283/2013, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão da Portaria SERES nº 249, de 31 de maio de 2013, que indeferiu o pedido de autorização do curso de Engenharia Elétrica, bacharelado, que seria ofertado pelas Faculdades Integradas de Bauru, localizadas na Rua Rodolfinha Dias Domingues, nº 11, Quinta Ranieri, Jardim Ferraz, no Município de Bauru, Estado de São Paulo, mantidas pela Associação Ranieri de Educação e Cultura S/C Ltda., com sede no Município de Bauru, Estado de São Paulo, com sede no mesmo Município e Estado, conforme consta do Processo nº 23001.000139/2013-71.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação, HOMOLOGA o Parecer nº 241, de 2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conhece do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, parcial, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES/MEC nº 16/2013, de 23 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013, para autorizar a oferta de 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais do curso de graduação em Engenharia Elétrica, bacharelado, da Faculdade Maurício de Nassau de Maceió, localizada na Avenida Sandoval Aroxelas, nº 239, bairro Ponta Verde, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, mantida pela Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda. (ADEA), com sede no mesmo Município, conforme consta do Processo nº 23001.000081/2013-66.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 296/2013, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que deu provimento ao pedido de reconhecimento da validade nacional, em caráter excepcional, conferida aos certificados a seguir especificados, do Centro Nacional da Educação a Distância, atual Gerência de Desenvolvimento Educacional, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, com base no art. 5º, § 4º, incisos I e II do Decreto nº 5.773/2006, de acordo com a redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, aplicando-se ainda, no que couber, por analogia com as IES devidamente credenciadas, os demais dispositivos de ambos os decretos.

Esta excepcionalidade aplica-se, exclusivamente, à cobertura legal dos certificados expedidos pela Gerência de Desenvolvimento Educacional, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, em seus 21 polos, que apresentaram infraestrutura adequada aos estudantes de pós-graduação lato sensu matriculados até 31 de dezembro de 2012, portanto, após a vigência do período de credenciamento do antigo Centro Nacional de Educação a Distância, conferindo-lhes validade nacional, conforme consta do Processo nº 2300.018927/2012-43.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 243/2013, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que, com fulcro no artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conhece do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 241 de 28 de novembro de 2011, que determinou, cautelarmente, redução de vagas de novos ingressos no curso de Odontologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FAPAC, com sede na Rua 2, Quadra-07, s/ nº, Jardim dos Ypês, no Município de Porto Nacional, Estado de Tocantins, mantida pelo Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Ltda.-ITPAC, com sede no mesmo Município e Estado, conforme consta do Processo nº 23000.004078/2013-21.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

### PORTARIA Nº 812, DE 26 DE MARÇO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

I - H O M O L O G A R o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 006, de 09/01/2014, publicado no DOU de 14/01/2014, retificado no DOU de 21/01/2014, 05/02/2014, 06/02/2014, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos:

Unidade	Área	Classe/ Padrão	Carga Horária	Candidato	Classificação
INC	Físico-Química	Professor Assistente A, Nível I	DE	Não houve candidato inscrito.	

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

### PORTARIAS DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2013, publicado no DOU de 15/03/2013, resolve:

Nº 165 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Assistente A, do Departamento de Educação e Informação em Saúde, instituído pelo Edital nº 4, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Espanhol  
Regime de trabalho: 40 horas semanais  
Nº de vagas: 01 (uma)  
Classificação e Pontuação Final  
1º - Ana Rachel Salgado - 5,84

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 166 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Educação e Informação em Saúde, instituído pelo Edital nº 4, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Economia Geral/Gestão em Saúde/Empreendedorismo  
Regime de trabalho: 40 horas semanais  
Nº de vagas: 01 (uma)  
Classificação e Pontuação Final  
1º - Monica Concha Amin - 6,77

Nº 167 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Ciências Básicas da Saúde, instituído pelo Edital nº 4, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Fisiologia  
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva  
Nº de vagas: 01 (uma)  
Classificação e Pontuação Final  
1º - Renata Padilha Guedes - 9,73  
2º - Lucila Ludmila Paula Gutierrez - 9,32  
3º - Viviane Rostirola Elsner - 7,63  
4º - Maria Isabel Morgan Martins - 7,21  
5º - Rafael Vercelino - 7,19

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 168 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Ciências Básicas da Saúde, instituído pelo Edital nº 4, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Histologia e Embriologia  
Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva  
Nº de vagas: 01 (uma)  
Classificação e Pontuação Final  
1º - Fernanda Lopes de Souza - 7,42  
2º - Juliana Trevisan da Rocha - 7,24  
3º - Esther Iris Christina Freifrau Von Ldebur - 7,06

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 169 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Nutrição, instituído pelo Edital nº 4, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Tecnologia de Alimentos  
Regime de trabalho: 40 horas semanais  
Nº de vagas: 01 (uma)  
Classificação e Pontuação Final  
1º - Eveline Lopes Almeida - 8,42

2º - Poliana Deyse Gurak - 7,31  
3º - Daniele Misturini Rossi - 6,95  
4º - Vivian Maria Burin - 6,79  
5º - Manuela Poletto Klein - 6,60  
6º - Cassandra Dalle Mulle Santos - 5,59

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

Nº 170 - Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Nutrição, instituído pelo Edital nº 4, de 20/01/2014, publicado no DOU de 21/01/2014, na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Controle de Qualidade e Microbiológico de Alimentos  
Regime de trabalho: 40 horas semanais  
Nº de vagas: 01 (uma)  
Classificação e Pontuação Final  
1º - Cheila Minéia Daniel de Paula - 7,47  
2º - Cleber Rabelo da Roza - 7,39  
3º - Fabiana Thomé da Cruz - 6,75  
4º - Letícia Sopena Casarin - 6,34  
5º - Nicole Teixeira Sehnem - 6,30  
6º - Karla Joseane Perez - 6,02  
7º - Juliana Ferreira Boelter - 5,66

Os demais candidatos não obtiveram média mínima para classificação

MIRIAM DA COSTA OLIVEIRA

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

### DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor Geral do Hospital Universitário da UFGD, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o contido no art. XXXIII da PORTARIA Nº 62 de 3 de fevereiro de 2009, acolhe e adota o PARECER Nº 047/2012/PF-UFGD/PGF/AGU, na forma do § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, e decide:

Despacho de 09/05/2012 - a) aplicação de multa às empresas EMPENHA COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 08.397.632/0001-42 e POTENCIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ nº 09.516.077/0001-93, de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para contratação no PE 11/2011, que perfaz um montante de R\$ 1.280,00 (hum mil duzentos e oitenta reais); b) descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); c) aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, visando penalizar repressivamente as empresas por não cumprir com suas obrigações contratuais com zelo e eficiência, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Dec.nº5.450/2005. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão nº 11/2011, mediante processo administrativo nº 23005.002675/2011-18.

Intimam-se as empresas, para que, querendo apresentem Recurso, conforme previsto no art. 109 da Lei 8.666/93, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação.

Despacho de 17/05/2012 - a) aplicação de multa à empresa MEDICAL CENTRO-OESTE COMERCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ nº 06.240.623/0001-18, de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para contratação no PE 11/2011, que perfaz um montante de R\$ 1.280,00 (hum mil duzentos e oitenta reais); b) descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); c) aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, visando penalizar repressivamente a empresa por não cumprir com suas obrigações contratuais com zelo e eficiência, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Dec.nº5.450/2005. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão nº 11/2011, mediante processo administrativo nº 23005.002675/2011-18.





Intima-se a empresa, para que, querendo apresente Recurso, conforme previsto no art. 109 da Lei 8.666/93, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação.

WEDSON DESIDÉRIO FERNANDES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 11, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"- CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 003/2014/CCE, de 26/02/2014, publicado no DOU Nº 41, de 27/02/2014, o Processo nº. 23111004053/2014-51; e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40h (quarenta) horas, com lotação na Coordenação do Curso de Bacharelado em Moda, Design e Estilismo (CCMDE), do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto"- CCE, da forma como segue:

1.Gestão, Marketing e Comunicação em Moda - Habilitando e classificando para contratação a candidata RITA DE CÁSSIA PRADO BURGOS LIBERAL MENEZES (1ª colocada), e habilitando os candidatos ALEX ALLEN MOTA E SILVA (2º colocado) e MA-TEUS SILVA NORONHA (3º colocado).

JOSÉ AUGUSTO DE C. MENDES SOBRINHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 132, DE 27 DE MARÇO DE 2014

O Reitor da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2012, com arrimo no Decreto nº. 83.937, de 1979 e nos arts. 12 e 14 da Lei nº. 9.784, de 1999, resolve:

I - Delegar competência administrativa funcional à Secretária de Gestão de Pessoas para decidir em primeira instância os pedidos administrativos abaixo relacionados:

i.Concessão de Progressão Funcional (mudança de nível dentro da mesma classe) ao servidor ocupante de cargo efetivo integrante da Carreira de Magistério Superior, reestruturada pela Lei nº. 12.772, de 2012, com a redação dada pela Lei nº. 12.863, de 2013;

ii.Concessão de Promoção Funcional (passagem de uma classe para outra subsequente) ao servidor ocupante de cargo efetivo integrante da Carreira de Magistério Superior, reestruturada pela Lei nº. 12.772, de 2012, com a redação dada pela Lei nº. 12.863, de 2013;

iii.Concessão de Incentivo à Qualificação;

iv.Concessão de Progressão por Capacitação Profissional;

v.Concessão de Progressão por Mérito Profissional;

vi.Homologação de resultado final de Avaliação de Estágio Probatório;

vii.Autorização para remoção de servidores;

viii.Lotação/ Localização/ Exercício de servidores;

ix.Designação de servidores para substituições remuneradas;

x.Convalidação de atos de substituições remuneradas;

xi.Concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade;

xii.Concessão de Licença para Capacitação Profissional;

xiii.Interrupção de férias;

xiv.Autorização para alteração de Regime/Jornada de Trabalho.

II - Revogar a Portaria nº. 367/2013.

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 343, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Pró-Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições legais e as competências que lhe foram delegadas pelo Magnífico Reitor através da Portaria nº 115, de 07/02/2011, DOU de 20/04/2012, ratificada pela Portaria nº 334, de 19/04/2012, DOU de 20/04/2012, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 11/2014 - GRST/CFAP/PRORH - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE MEDICINA

1.1.1 - Seleção 14: Depto. de Patologia - Processo nº 23071.002086/2014-78

Classificação	Nome	Nota
NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS		

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACKELINE FERNANDES FAYER

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 181, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre a substituição das Tabelas II, IX, X, XI e XII do Anexo III ao Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 5º do art. 27 do Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º As Tabelas II, IX, X, XI e XII do Anexo III ao Decreto nº 6.707, de 23 de dezembro de 2008, ficam substituídas respectivamente pelas Tabelas II, IX, X, XI e XII constantes do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2014.

GUIDO MANTEGA

ANEXO ÚNICO

(Nova redação das Tabelas II, IX, X, XI e XII do Anexo III do Decreto nº 6.707, de 2008)

TABELA II (Valores em R\$ por litro)					
Produto		Águas minerais naturais (incluída as naturalmente gaseificadas)			
Cód. TIPI		2201.10.00 Ex 01 e 2201.10.00 Ex 02			
Embalagem		Todas			
Capacidade		Tributos Devidos			
		IPI	PIS/PASEP	COFINS	
Até 9.999 litros		NT	0	0	
Igual ou Superior a 10 litros		NT	0	0	

Notas Explicativas (Tabela II)

1 - Águas saborizadas ou adicionadas de edulcorantes ou aromatizantes devem ser enquadradas nas Tabelas III, IV ou V, conforme a embalagem.

TABELA IX (Valores em R\$ por litro)						
Produto		Refrescos, Isotônicos, Energéticos.				
Cód. TIPI		2202.10.00 Ex 01, 2202.90.00 Ex 04, 2202.90.00 Ex 05				
Embalagem		Lata e Vidro				
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS/PASEP	COFINS
1	3	3,1499	3,0762	0,1038	0,0260	0,1235
---	---	---	---	---	---	---
10	4,654	4,8866	4,8377	0,1633	0,0408	0,1943
---	---	---	---	-	-	-
12	5,131	5,3875	5,2161	0,1760	0,0440	0,2095
13	5,3876	5,6568	5,6279	0,1899	0,0475	0,2260
---	---	---	---	-	-	-
15	5,9398	6,2367	6,1233	0,2067	0,0517	0,2459
16	6,2368	6,5485	6,4039	0,2161	0,0540	0,2572
---	---	---	---	---	---	---
24	9,2146	9,6752	9,4649	0,3194	0,0799	0,3801
---	---	---	---	-	-	-

26	10,1591	10,6669	10,4244	0,3518	0,0880	0,4187
27	10,667	11,2003	10,9999	0,3712	0,0928	0,4418
---	---	---	---	-	-	-
29	11,7604	12,3483	11,8592	0,4002	0,1001	0,4763
30	12,3484	12,9657	12,7298	0,4296	0,1074	0,5113
31	12,9658	13,614	13,1033	0,4422	0,1106	0,5263
32	13,6141	14,2947	13,9159	0,4697	0,1174	0,5589
33	14,2948	15,0095	14,7098	0,4965	0,1241	0,5908
34	15,0096	15,7599	15,0298	0,5073	0,1268	0,6036
35	15,76	16,5479	16,2602	0,5488	0,1372	0,6531
36	16,548	17,3753	16,6754	0,5628	0,1407	0,6697
37	17,3754	18,2441	17,5496	0,5923	0,1481	0,7048
38	18,2442	19,1563	18,7476	0,6327	0,1582	0,7530
39	19,1564	20,1142	19,4863	0,6577	0,1644	0,7826
40	20,1143	21,1199	20,8057	0,7022	0,1755	0,8356
41	21,12	22,1759	21,3399	0,7202	0,1801	0,8571
42	22,176	23,2847	22,6533	0,7645	0,1911	0,9098
---	---	---	---	-	-	-
44	24,449	25,6714	25,5356	0,8618	0,2155	1,0256

TABELA X (Valores em R\$ por litro)						
Produto		Cervejas de malte e cervejas sem álcool				
Cód. TIPI		2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03				
Embalagem		Vidro Retornável				
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS/PASEP	COFINS
1	2,5	2,6249	2,5	0,1493	0,0249	0,1184
2	2,625	2,7562	2,7289	0,1629	0,0272	0,1292
3	2,7563	2,894	2,8599	0,1707	0,0285	0,1355
4	2,8941	3,0387	2,9376	0,1754	0,0292	0,1391
5	3,0388	3,1906	3,0763	0,1837	0,0306	0,1457
6	3,1907	3,3501	3,2112	0,1917	0,0320	0,1521
7	3,3502	3,5177	3,3746	0,2015	0,0336	0,1598
8	3,5178	3,6935	3,6282	0,2166	0,0361	0,1718
9	3,6936	3,8782	3,7141	0,2217	0,0370	0,1759
10	3,8783	4,0721	4,0101	0,2394	0,0399	0,1899
11	4,0722	4,2757	4,1903	0,2502	0,0417	0,1985
12	4,2758	4,4895	4,323	0,2581	0,0430	0,2047
13	4,4896	4,714	4,5654	0,2726	0,0454	0,2162
14	4,7141	4,9497	4,8282	0,2882	0,0480	0,2287
15	4,9498	5,1972	5,0672	0,3025	0,0504	0,2400
16	5,1973	5,4571	5,2738	0,3148	0,0525	0,2498
17	5,4572	5,7299	5,5609	0,3320	0,0553	0,2634
18	5,73	6,0164	5,9505	0,3552	0,0592	0,2818
19	6,0165	6,3173	6,1241	0,3656	0,0609	0,2900
20	6,3174	6,6331	6,5575	0,3915	0,0652	0,3106
21	6,6332	6,9648	6,9072	0,4124	0,0687	0,3271
22	6,9649	7,3131	7,0323	0,4198	0,0700	0,3331
23	7,3132	7,6787	7,4987	0,4477	0,0746	0,3552
24	7,6788	8,0626	7,9087	0,4721	0,0787	0,3746
25	8,0627	8,4658	8,0981	0,4835	0,0806	0,3835
26	8,4659	8,8891	8,4806	0,5063	0,0844	0,4017
---	---	---	---	---	---	---
29	9,8003	10,2902	9,8249	0,5865	0,0978	0,4653



30	10,2903	10,8048	10,4872	0,6261	0,1043	0,4967
---	---	---	---	---	---	---
33	11,9124	12,5079	12,0729	0,7208	0,1201	0,5718
---	---	---	---	---	---	---
36	13,79	14,4794	14,3433	0,8563	0,1427	0,6793

TABELA XI (Valores em R\$ por litro)						
Produto		Cervejas de malte e cervejas sem álcool				
Cód. TIPI		2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03				
Embalagem		Lata				
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS/PASEP	COFINS
1	2,5000	2,6249	2,5000	0,1592	0,0265	0,1263
2	2,6250	2,7562	2,6606	0,1694	0,0282	0,1344
3	2,7563	2,8940	2,7609	0,1758	0,0293	0,1395
4	2,8941	3,0387	2,9823	0,1899	0,0316	0,1507
---	---	---	---	---	---	---
6	3,1907	3,3501	3,2674	0,2081	0,0347	0,1651
7	3,3502	3,5177	3,3831	0,2154	0,0359	0,1709
8	3,5178	3,6935	3,6189	0,2304	0,0384	0,1828
9	3,6936	3,8782	3,8185	0,2431	0,0405	0,1929
10	3,8783	4,0721	4,0640	0,2588	0,0431	0,2053
11	4,0722	4,2757	4,0795	0,2598	0,0433	0,2061
12	4,2758	4,4895	4,4547	0,2837	0,0473	0,2250
13	4,4896	4,7140	4,5960	0,2927	0,0488	0,2322
14	4,7141	4,9497	4,8248	0,3072	0,0512	0,2437
15	4,9498	5,1972	4,9677	0,3163	0,0527	0,2509
16	5,1973	5,4571	5,3284	0,3393	0,0565	0,2692
17	5,4572	5,7299	5,5225	0,3516	0,0586	0,2790
18	5,7300	6,0164	5,9039	0,3759	0,0627	0,2982
19	6,0165	6,3173	6,1988	0,3947	0,0658	0,3131
20	6,3174	6,6331	6,5786	0,4189	0,0698	0,3323
21	6,6332	6,9648	6,6837	0,4256	0,0709	0,3376
---	---	---	---	---	---	---
23	7,3132	7,6787	7,5964	0,4837	0,0806	0,3837
---	---	---	---	---	---	---
25	8,0627	8,4658	8,4462	0,5378	0,0896	0,4267
26	8,4659	8,8891	8,5487	0,5443	0,0907	0,4318
27	8,8892	9,3335	9,1211	0,5808	0,0968	0,4608
---	---	---	---	---	---	---
43	19,4040	20,3741	19,9414	1,2698	0,2116	1,0073
44	20,3742	21,3928	20,9868	1,3363	0,2227	1,0602
45	21,3929	22,4624	21,7398	1,3843	0,2307	1,0982

TABELA XII (Valores em R\$ por litro)						
Produto		Cervejas de malte e cervejas sem álcool				
Cód. TIPI		2203.00.00 e 2202.90.00 Ex 03				
Embalagem		Vidro Descartável e outras embalagens não especificadas				
Grupo	Limites		Preço de Referência	Tributos Devidos		
	Inferior	Superior		IPI	PIS/PASEP	COFINS
1	2,5000	2,6249	-	---	---	---
2	2,6250	2,7562	2,6800	0,1493	0,0249	0,1184

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.313, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera as disposições referentes aos beneficiários do crédito rural, de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 1-4).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 27 de março de 2014, com base nas disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 39 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e 1º do Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1997, resolveu:

Art. 1º A alínea "c" do item 6 da Seção 4 (Beneficiários) do Capítulo 1 (Disposições Preliminares) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) não se aplica quando o crédito rural se destinar a atividade econômica prevista no art. 1º do Decreto nº 2.233, de 23 de maio de 1997." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI  
Presidente do Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA  
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.644 DE 28 DE MARÇO DE 2014

Divulga instruções a respeito da utilização do sistema de Controle de Recepção de Documentos (CRD).

O Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf), no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a" e 45, inciso V, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e o Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro

(Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a", e 71, inciso II do referido Regimento, resolvem:

Art. 1º O Sistema de Controle de Remessa de Documentos (CRD) visa permitir o acompanhamento, por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, do processo de remessa de informações requeridas por esta Autarquia.

Art. 2º O modo de operação, os requisitos e os procedimentos para acesso ao sistema estão disciplinados na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/?CRD>.

Art. 3º O CRD será implantado de forma gradual, envolvendo na primeira etapa, somente os documentos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Art. 4º Eventuais dúvidas sobre a utilização do sistema devem ser encaminhadas para o e-mail [crd@bcb.gov.br](mailto:crd@bcb.gov.br).

Art. 5º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN  
Chefe do Desig

MARCELO JOSÉ OLIVEIRA YARED  
Chefe do Deinf

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO  
DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.646, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Altera a sistemática de substituição de documentos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), de que trata a Circular nº 3.510, de 26 de outubro de 2010.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a", e 71, inciso II, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, tendo em vista o disposto no art. 1º da Circular 3.510, de 26 de outubro de 2010, resolve:

---	---	---	---	---	---	---
4	2,8941	3,0387	2,9947	0,1668	0,0278	0,1324
5	3,0388	3,1906	3,1743	0,1768	0,0295	0,1403
---	---	---	---	---	---	---
7	3,3502	3,5177	3,3961	0,1892	0,0315	0,1501
8	3,5178	3,6935	3,6055	0,2009	0,0335	0,1594
9	3,6936	3,8782	3,7230	0,2074	0,0346	0,1645
10	3,8783	4,0721	3,9438	0,2197	0,0366	0,1743
11	4,0722	4,2757	4,2697	0,2379	0,0396	0,1887
12	4,2758	4,4895	4,4280	0,2467	0,0411	0,1957
13	4,4896	4,7140	4,6321	0,2581	0,0430	0,2047
14	4,7141	4,9497	4,8024	0,2675	0,0446	0,2122
15	4,9498	5,1972	5,0990	0,2841	0,0473	0,2254
16	5,1973	5,4571	5,3184	0,2963	0,0494	0,2351
17	5,4572	5,7299	5,6457	0,3145	0,0524	0,2495
18	5,7300	6,0164	5,9173	0,3297	0,0549	0,2615
19	6,0165	6,3173	6,1870	0,3447	0,0574	0,2734
20	6,3174	6,6331	6,4475	0,3592	0,0599	0,2850
21	6,6332	6,9648	6,7750	0,3774	0,0629	0,2994
22	6,9649	7,3131	7,0411	0,3923	0,0654	0,3112
23	7,3132	7,6787	7,6716	0,4274	0,0712	0,3391
24	7,6788	8,0626	7,7676	0,4327	0,0721	0,3433
25	8,0627	8,4658	8,3155	0,4633	0,0772	0,3675
26	8,4659	8,8891	8,6009	0,4792	0,0799	0,3801
27	8,8892	9,3335	9,1086	0,5074	0,0846	0,4026
28	9,3336	9,8002	9,7175	0,5414	0,0902	0,4295
29	9,8003	10,2902	10,0841	0,5618	0,0936	0,4457
30	10,2903	10,8048	10,5057	0,5853	0,0975	0,4643
31	10,8049	11,3450	11,3071	0,6299	0,1050	0,4997
32	11,3451	11,9123	11,7299	0,6535	0,1089	0,5184
33	11,9124	12,5079	12,2542	0,6827	0,1138	0,5416
34	12,5080	13,1333	12,5566	0,6995	0,1166	0,5550
35	13,1334	13,7899	13,7129	0,7639	0,1273	0,6061
36	13,7900	14,4794	14,3025	0,7968	0,1328	0,6321
37	14,4795	15,2034	14,8896	0,8295	0,1382	0,6581
38	15,2035	15,9636	15,6451	0,8716	0,1453	0,6915
39	15,9637	16,7618	16,4190	0,9147	0,1525	0,7257
40	16,7619	17,5999	17,3748	0,9680	0,1613	0,7679
41	17,6000	18,4799	18,2652	1,0176	0,1696	0,8073
42	18,4800	19,4039	18,8072	1,0477	0,1746	0,8312
43	19,4040	20,3741	19,9222	1,1099	0,1850	0,8805
44	20,3742	21,3928	21,3700	1,1905	0,1984	0,9445
45	21,3929	22,4624	22,0007	1,2257	0,2043	0,9724
46	22,4625	23,5855	23,0614	1,2848	0,2141	1,0192
47	23,5856	24,7648	23,7363	1,3223	0,2204	1,0491
48	24,7649	26,0031	25,4735	1,4191	0,2365	1,1258
49	26,0032	27,3032	26,6687	1,4857	0,2476	1,1787
50	27,3033	28,6684	27,9518	1,5572	0,2595	1,2354
---	---	---	---	---	---	---
65	56,7617	59,5997	57,5467	3,2059	0,5343	2,5434
---	---	---	---	---	---	---
76	97,0817	101,9357	98,6260	5,4945	0,9157	4,3589

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, na eventual necessidade de substituição de documentos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), ficam dispensadas do registro da exclusão na opção 11 da transação PCOS210 do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) e da comunicação de exclusão enviada por meio do correio eletrônico [cosif@bcb.gov.br](mailto:cosif@bcb.gov.br), conforme disposto nos incisos I e II do art. 4º da Carta Circular nº 3.476, de 20 de dezembro de 2010.

Art. 2º A partir da edição desta Carta Circular, a substituição de documentos previstos no Cosif, deve ser realizada mediante remessa de documento retificador, de mesmo código e data-base.

Parágrafo único. A substituição de que trata o caput deve ser informada no Registro de Identificação do arquivo, no campo "Tipo de remessa", conforme leiaute disponível na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/?INFOL>.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Carta Circular nº 3.476, de 20 de dezembro de 2010.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN  
Chefe do Desig

CARTA-CIRCULAR Nº 3.647 DE 28 DE MARÇO DE 2014

Divulga procedimentos para o registro de dispensa de remessa do documento de código 4050 - Consolidado Econômico-Financeiro (Conef) e de seu cancelamento, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a", e 71, inciso II, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, resolve:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dispensadas da remessa do documento de código 4050 - Consolidado Econômico-





Financeiro (Conef) na forma prevista no parágrafo único do art. 2º da Circular nº 2.984, de 15 de junho de 2000, devem utilizar a opção "Consulta - Cadastro Manual de Dispensa" do Sistema de Controle de Remessa de Documentos (CRD), disponível na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/?CRD>, para registrar, em relação ao citado documento:

- I - a data-base a partir da qual não será remetido;
  - II - a data base a partir da qual voltará a ser remetido, quando cessadas as condições que permitiram a dispensa.
- Parágrafo único. Permanecem válidos, em relação ao citado documento, os registros efetuados por meio da transação PESP930 do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen).
- Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º Fica revogada a Carta Circular nº 3.441, de 13 de abril de 2010.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

CARTA-CIRCULAR Nº 3.648, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Divulga procedimentos para o registro de dispensa de remessa do documento de código 4150 - Estatística Econômico-Financeira (EstFin) e de seu cancelamento, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a", e 71, inciso II, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, resolve:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, classificadas nos Grupos 01, 03, 04 e 07, definidos no Anexo I - Tabela de Grupos de Instituições para Remessa de Documentos ao Banco Central do Brasil, da Circular nº 3.402, de 28 de agosto de 2008, não enquadradas no disposto no item. 4 da Carta Circular nº 2.903, de 23 de março de 2000, devem utilizar a opção "Consulta - Cadastro Manual de Dispensa" do Sistema de Controle de Remessa de Documentos (CRD), disponível para acesso na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/?CRD>, para registrar, em relação ao documento de código 4150 - Estatística Econômico-Financeira (EstFin):

I - a data-base a partir da qual o citado documento não será remetido, no caso de ocorrência de saldos nulos nos títulos e subtítulos contábeis que compõem a rubrica contábil 3.1.0.00.00-0 - Classificação da Carteira de Créditos, do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif);

II - a data-base a partir da qual o citado documento voltará a ser remetido, no caso de a instituição apresentar saldo positivo na rubrica contábil referida no inciso I.

Parágrafo único. Permanecem válidos, em relação ao citado documento, os registros efetuados por meio da transação PESP930 do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen).

Art. 2º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Carta Circular nº 3.561, de 25 de julho de 2012.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS  
ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamentos, abertos ao público, de Processos Administrativos Sancionadores - CVM  
Remarcação de Sessão de Julgamento

Acusado	Advogado
Atilano de Oms Sobrinho	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Cesar Romeu Fiedler	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Di Marco Pozzo	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Inepar Administração e Participações S/A	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Jauneval de Oms	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282
Natal Bressan	Luiz Leonardo Cantidiano OAB/RJ nº 20.282

Informamos que a Sessão de Julgamento do PAS CVM nº RJ2013/1840 - Inepar S/A Ind. E Construções, pautada para o dia 08 de abril de 2014, às 15h, publicada no DOU de 17 de março de 2014, Seção 1, página 45, foi remarcada para 15 de abril de 2014, às 15h.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2013.  
RITA DE CÁSSIA MENDES  
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS  
FISCAIS  
2ª SEÇÃO  
2ª CÂMARA  
2ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 5º ANDAR, SALA 504, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de Conselhoheiro, não-comparecimento do Conselhoheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 14 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

- Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR
- 1 - Processo nº: 18471.001921/2005-21 - Recorrente: RODRIGO DE BOROPIA PIRES GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 2 - Processo nº: 10805.002711/2002-87 - Recorrente: FERNANDO PASCUAL RONCERO - ESPÓLIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 3 - Processo nº: 10805.720033/2012-18 - Recorrente: JULIO CESAR COELHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO
- 4 - Processo nº: 11516.003695/2010-78 - Recorrente: ICURITI PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 5 - Processo nº: 13827.000245/2009-10 - Recorrente: EDILSON JOSE FABRILE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ
- 6 - Processo nº: 10880.721650/2011-49 - Recorrente: HUMBERTO CARLOS CHAHIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 7 - Processo nº: 11516.001327/2007-90 - Recorrente: ANTONIO CARLOS AGUIAR GOUVEIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
- 8 - Processo nº: 13807.008813/2003-65 - Recorrente: FURUKAWA INDUSTRIAL S/A PRODUTOS ELÉTRICOS (INCORPORADORA DE CONDUPHON IND. COM. REPRESENT. E SERVIÇOS LTDA) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 9 - Processo nº: 10707.001419/2007-60 - Recorrente: AFONSO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 10 - Processo nº: 10707.001710/2008-19 - Recorrente: AFONSO DE OLIVEIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

- Relator: JACI DE ASSIS JUNIOR
- 11 - Processo nº: 10980.720626/2012-45 - Recorrente: GEORGE DE SALVADOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 12 - Processo nº: 19707.000100/2006-19 - Recorrente: EDVALDO TOLEDO MARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 13 - Processo nº: 13839.722500/2011-56 - Recorrente: ADEMIR DO CARMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 14 - Processo nº: 13831.720028/2011-97 - Recorrente: CALEB GOMES MORENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 15 - Processo nº: 13831.720024/2011-17 - Recorrente: BEATRIZ MAZZETE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 16 - Processo nº: 13749.001088/2008-41 - Recorrente: ELDER DOS SANTOS SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 17 - Processo nº: 10950.004524/2008-50 - Recorrente: LUIZ FANTIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 18 - Processo nº: 10469.721531/2011-57 - Recorrente: RAIMUNDO DE SOUZA MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- Relator: JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO
- 19 - Processo nº: 10983.721165/2010-36 - Recorrente: LUIZ HAMILTON ALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 20 - Processo nº: 10580.725131/2011-34 - Recorrente: JOAO BARBOSA TEIXEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 21 - Processo nº: 10830.723806/2011-11 - Recorrente: CECILIA BARETTA AMSTALDEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 22 - Processo nº: 10840.720790/2011-76 - Recorrente: ENIO GALVANI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

- 23 - Processo nº: 10840.721504/2011-90 - Recorrente: HELIO GUIZELINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 24 - Processo nº: 10840.722725/2011-85 - Recorrente: NAUM PERON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 25 - Processo nº: 10840.722726/2011-20 - Recorrente: NAUM PERON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 26 - Processo nº: 10875.721167/2011-33 - Recorrente: OSVALDO HENRIQUES DE OLIVEIRA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 27 - Processo nº: 10980.720828/2008-19 - Recorrente: RISOLETA MOREIRA BOSCARDIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 28 - Processo nº: 11516.001158/2001-01 - Recorrente: JOAO LUIZ ALKAIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 29 - Processo nº: 11516.006013/2008-64 - Recorrente: JOAO ELIAS ROJAS SANCHES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 30 - Processo nº: 11543.000504/2009-55 - Recorrente: ROBERTO CALMON RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 31 - Processo nº: 11610.004185/2010-40 - Recorrente: JOSE SOARES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

- Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO
- 32 - Processo nº: 18471.002046/2007-67 - Recorrente: ANDRE VAZ DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 33 - Processo nº: 10580.730148/2011-11 - Recorrente: FLAVIO ARAUJO FRAZAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 34 - Processo nº: 13731.000444/2007-17 - Recorrente: FERNANDO PERLINGEIRO LAVAQUIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 35 - Processo nº: 10803.000023/2010-11 - Recorrente: ERNANI BERTINO MACIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 36 - Processo nº: 10880.007058/2007-54 - Recorrente: ERNANI BERTINO MACIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ
- 37 - Processo nº: 11080.726509/2011-11 - Recorrente: IVO VENERANDO DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 38 - Processo nº: 10660.003241/2008-56 - Recorrente: LUIZ CLAUDIO DA MATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

- Relator: CARLOS ANDRE RIBAS DE MELLO
- 39 - Processo nº: 13884.720255/2008-00 - Recorrente: ROBERTO NASSIB MAHFUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 40 - Processo nº: 13736.000545/2008-29 - Recorrente: SEBASTIAO CARLOS MIRANDA MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 41 - Processo nº: 16004.000040/2008-17 - Recorrente: SONIA APARECIDA AIDAR FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ
- 42 - Processo nº: 10821.000477/2009-21 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 43 - Processo nº: 10821.000478/2009-76 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 44 - Processo nº: 10935.000141/2007-10 - Recorrente: HANANI LARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO
- 45 - Processo nº: 10830.007182/2007-13 - Recorrente: NEUSA APARECIDA MARRAFON ZANETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

- Relator: GERMAN ALEJANDRO SAN MARTIN FERNANDEZ
- 46 - Processo nº: 18050.006653/2009-19 - Embargante: SARA DE OLIVEIRA GUANAES AGUIAR E SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
- 47 - Processo nº: 18050.006982/2009-60 - Embargante: RITA MARGARETH COELHO DA SILVA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

JORGE CLAUDIO DUARTE CARDOSO  
Presidente da Turma

EVELINE COELHO DE MELO HOMAR  
Chefe de Secretária



## 1ª TURMA ORDINÁRIA

## PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 302, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 14 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

1 - Processo nº: 15504.726890/2012-21 - Recorrente: NACIONAL MINERIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 19515.721447/2012-96 - Recorrente: ENOB ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

3 - Processo nº: 12448.726462/2012-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DANIEL VALENTE DANTAS - RECURSO DE OFÍCIO

4 - Processo nº: 10803.720042/2012-11 - Recorrentes: MB OSTEOS COM E IMP DE MATERIAL MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA

5 - Processo nº: 10580.720015/2009-12 - Recorrente: HELIO CARNEIRO MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 10580.721865/2008-49 - Recorrente: HILTON CARLOS VASCONCELOS DE QUADROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 10980.001764/2008-45 - Recorrente: WALNIR ANTONIO CANTARELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ODMIR FERNANDES

8 - Processo nº: 18471.000082/2007-96 - Recorrente: LUCIANA NOGUEIRA DA COSTA MENEZES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 14041.000930/2006-95 - Recorrente: MAURO TRINDADE ALVIM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

10 - Processo nº: 10120.001004/2006-04 - Recorrente: SERGIO RAMOS CAIADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

11 - Processo nº: 10166.723699/2012-92 - Recorrente: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 19515.005420/2009-57 - Recorrente: SRH PARTICIPACOES, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 19515.720330/2012-95 - Recorrentes: JOAO CARLOS DE CASTRO CAVALCANTI e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

14 - Processo nº: 10469.730872/2012-02 - Recorrente: PAULO VASCONCELOS DE PAULA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

15 - Processo nº: 10680.925282/2012-43 - Recorrente: EUGENIO PACELLI MATTAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10680.925284/2012-32 - Recorrente: FLAVIO BRANDAO RESENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA

17 - Processo nº: 10875.004137/2001-97 - Recorrente: CARLOS ANTONIO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10680.007660/2008-29 - Recorrente: VICTOR ALEXANDER DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

19 - Processo nº: 10930.720547/2009-24 - Recorrente: WALDOMIRO TURATTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ODMIR FERNANDES

20 - Processo nº: 10120.006665/2007-07 - Recorrente: JOAO RIBAS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10865.000244/2005-99 - Recorrente: NIVALDO DA ROCHA NETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

22 - Processo nº: 10925.001539/2008-73 - Recorrente: VANI MARIA TECCHIO VANZIN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

23 - Processo nº: 19515.004767/2003-97 - Recorrente: VALTER RAIMUNDO DA COSTA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

24 - Processo nº: 10480.009616/2002-14 - Recorrente: RENAISSANCE IND E COM DE RENDAS E BORDADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

25 - Processo nº: 16682.720790/2011-12 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10166.728747/2011-58 - Recorrente: JOAO NUNES BARATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA

27 - Processo nº: 10980.017942/2008-50 - Recorrente: WAGNER AUGUSTO ILLITCH BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10980.017989/2008-13 - Recorrente: WAGNER AUGUSTO ILLITCH BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

29 - Processo nº: 11080.722305/2009-96 - Recorrente: WALDIR ANTONIO BRONZATTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: ODMIR FERNANDES

30 - Processo nº: 19515.002188/2003-18 - Recorrente: WILIAN WANDERLEY JORGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

31 - Processo nº: 11543.002277/2004-98 - Recorrente: FRANCISCO JOSE GONCALVES PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 13830.000851/2001-11 - Recorrente: RUBENS DA SILVA DANTAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: GUSTAVO LIAN HADDAD

33 - Processo nº: 10280.003662/2006-90 - Embargante: JOSE ANTONIO DOS SANTOS e Embargada: 1ª TURMA ORDINÁRIA/2ª CÂMARA/2ª SEJUL/CARF - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

34 - Processo nº: 14098.000463/2008-18 - Embargante: PRESIDENTE DA 1ª TURMA ORDINÁRIA/2ª CÂMARA/2ª SEJUL/CARF e Interessado: ILDO CRESTANI - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

35 - Processo nº: 10640.721969/2011-05 - Recorrente: JOAQUIM FERREIRA GOMES NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 13679.001149/2008-41 - Recorrente: AGENOR FRANKLIN GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: NATHALIA MESQUITA CEIA

37 - Processo nº: 10972.000206/2009-42 - Recorrente: PAULO ROBERTO BRITO MARTINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

38 - Processo nº: 13896.003033/2010-04 - Recorrente: CPM BRAXIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 15983.720513/2011-52 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA

40 - Processo nº: 11543.000031/2008-13 - Recorrente: WALDIR JOSE CORREIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 13935.000082/2007-78 - Recorrente: VICTOR MARQUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 12898.001027/2009-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE CALIXTO UCHOA RIBEIRO - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: ODMIR FERNANDES

43 - Processo nº: 16707.001632/2006-77 - Recorrente: FERNANDO FERNANDES DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

44 - Processo nº: 10980.015395/2007-97 - Recorrente: SYRTH NICOLLELI FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 13884.003135/2005-93 - Recorrente: JOSE PERCI RIBEIRO DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO TADEU FARAH

46 - Processo nº: 10218.720029/2008-85 - Recorrente: SEBASTIAO MACHADO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

47 - Processo nº: 10218.720050/2008-81 - Recorrente: SEBASTIAO MACHADO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 10218.720051/2008-25 - Recorrente: SEBASTIAO MACHADO DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

MARIA HELENA COTTA CARDOZO  
Presidente da Turma

EVELINE COELHO DE MELO HOMAR  
Chefe de Secretaria

## 2ª TURMA ORDINÁRIA

## PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR, SALA 304, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira Sessão Ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 14 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

1 - Processo nº: 10980.726419/2011-13 - Recorrente: BRUNO LACOMBE MIRAGLIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

2 - Processo nº: 19675.000557/2007-11 - Recorrentes: WALTER FARIA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

3 - Processo nº: 10380.011656/2008-40 - Recorrente: MARCIO MILITAO SABINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

4 - Processo nº: 10166.009065/2002-51 - Recorrente: INSTITUTO ADVENTISTA DE JUBILACAO E ASSISTENCIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

5 - Processo nº: 19515.008652/2008-86 - Recorrente: CLOVIS DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

6 - Processo nº: 18471.001181/2007-95 - Recorrente: HERMANN ALDA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

7 - Processo nº: 10830.006895/2004-17 - Recorrente: JOSE ANTONIO DOMINGUES MACANS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

8 - Processo nº: 11444.000990/2009-20 - Recorrente: LUIZ ANTONIO DUARTE FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

9 - Processo nº: 10283.720597/2011-06 - Recorrente: ALEX PEREIRA PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 14 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ

10 - Processo nº: 10980.016931/2008-52 - Recorrente: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

11 - Processo nº: 11634.720700/2011-45 - Recorrente: APARECIDO DOMINGUES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

12 - Processo nº: 10166.725463/2011-18 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

13 - Processo nº: 10166.721793/2011-26 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

14 - Processo nº: 10240.000432/2010-21 - Recorrente: NILO CORBARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO

15 - Processo nº: 10980.720981/2009-19 - Recorrente: LUIZ SERGIO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

16 - Processo nº: 10580.721205/2007-87 - Recorrente: SERGIO LUIS RIBEIRO SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE

17 - Processo nº: 10120.006956/2009-59 - Recorrente: JOSELENO VIEIRA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

18 - Processo nº: 10120.017360/2008-01 - Recorrente: HELIO CURADO FROES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR

19 - Processo nº: 10580.726286/2009-73 - Recorrente: NIVALDO WANDERLEY DE OMENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

20 - Processo nº: 10580.725709/2009-38 - Recorrente: WELINGTON CESAR LIMA E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

21 - Processo nº: 10580.726313/2009-16 - Recorrente: EMILIO JOSE DA CONCEICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO





22 - Processo nº: 10580.728039/2009-10 - Recorrente: AU-RELINO OTACILIO PEREIRA NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO  
23 - Processo nº: 10580.725837/2009-81 - Recorrente: RICARDO PIRES DE GOUVEA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ  
24 - Processo nº: 16327.720648/2012-03 - Recorrente: BM&F BOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

25 - Processo nº: 10280.002850/2003-58 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

26 - Processo nº: 10283.720683/2010-20 - Recorrente: EMERSON JOSE SILVA DE AQUINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

27 - Processo nº: 10425.720713/2013-89 - Recorrente: SAO BRAZ S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

28 - Processo nº: 10880.721278/2012-51 - Recorrente: MARIO CELSO LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO  
29 - Processo nº: 12448.728991/2011-80 - Recorrente: GILSON GILBERTO MOREIRA ESTEVES DIAS PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

30 - Processo nº: 19515.004672/2009-69 - Recorrente: ANSELMO RODRIGO BAPTISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: DAYSE FERNANDES LEITE  
31 - Processo nº: 10845.004582/2003-76 - Recorrente: ANGELA REGINA COQUE DE BRITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

32 - Processo nº: 10283.005997/2008-84 - Recorrente: RUTH ISRAEL LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR  
33 - Processo nº: 10803.000031/2009-15 - Recorrente: EDUARDO JOSE PRATA CAOBIANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

34 - Processo nº: 10803.000135/2008-49 - Recorrente: ANTONIO EDUARDO VIEIRA DINIZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

35 - Processo nº: 11516.006352/2007-60 - Recorrente: PEDRO LUIZ DA SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

36 - Processo nº: 13855.001534/2006-48 - Recorrente: KLEBER DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

37 - Processo nº: 14041.000416/2004-98 - Recorrente: IVAN CARLOS MACHADO DE ARAGAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ  
38 - Processo nº: 10380.726495/2010-15 - Recorrente: PEDRO ALCANTARA REGO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

39 - Processo nº: 10380.726493/2010-18 - Recorrente: PAULO TARSO REGO DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

40 - Processo nº: 10880.730153/2012-12 - Recorrente: EDUARDO JOSE DE FARIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

41 - Processo nº: 11516.001818/2010-36 - Recorrente: AGAMENON LEMOS DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

42 - Processo nº: 19515.001532/2007-77 - Recorrente: PAULO LEITE DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

43 - Processo nº: 18471.001725/2007-19 - Recorrente: ROMEU HILARIO ANASTACIO JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: RAFAEL PANDOLFO  
44 - Processo nº: 10280.722817/2009-33 - Recorrente: JOSUE BENGTSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

45 - Processo nº: 10120.008562/2010-79 - Recorrente: MUNIR SADEQ RAMUNIEH e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

46 - Processo nº: 13609.001127/2003-08 - Recorrente: GERALDO DA SILVA SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

Relator: PEDRO ANAN JUNIOR  
47 - Processo nº: 15956.000536/2007-98 - Recorrente: SEBASTIAO EDSON SAVEGNAGO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

48 - Processo nº: 19515.001925/2007-81 - Recorrente: LUIZ FELIPE VALIENGO FURQUIM DE CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

49 - Processo nº: 19515.004957/2008-19 - Recorrente: LUIZ ROBERTO GIUGNI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

50 - Processo nº: 19647.010607/2005-43 - Recorrente: HENRIO DOMINGOS SIQUEIRA SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

DIA 16 DE ABRIL DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO LOPO MARTINEZ  
51 - Processo nº: 19515.722976/2012-15 - Recorrente: SP ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

52 - Processo nº: 19515.722730/2012-35 - Recorrente: CORDEIRO LOPES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO

53 - Processo nº: 19515.000016/2008-14 - Recorrentes: HUMBERTO CARLOS CHAHIM e FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTÁRIO e RECURSO DE OFÍCIO

ANTONIO LOPO MARTINEZ  
Presidente da Turma  
Em exercício

EVELINE COELHO DE MELO HOMAR  
Chefe de Secretaria

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA SECRETARIA EXECUTIVA

#### DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO Em 31 de março de 2014

Nº 54 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 215ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 31 de março de 2014, foram celebrado os seguintes Convênios ICMS:

#### CONVÊNIO ICMS 37, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera o Convênio ICMS 76/94 que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 76/94, de 30 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária será o valor correspondente ao preço constante da tabela, sugerido pelo órgão competente para venda a consumidor e, na falta deste preço, o valor correspondente ao preço máximo de venda a consumidor sugerido ao público pelo estabelecimento industrial.

§ 1º Inexistindo o valor de que trata o caput, a base de cálculo será obtida, tomando-se por base o preço praticado pelo remetente nas operações com o comércio varejista, incluídos os valores correspondentes a frete, seguro, impostos, contribuições e outros encargos transferíveis ou cobrados do destinatário, ainda que por terceiros, adicionado da parcela resultante da aplicação, sobre o referido montante, do percentual de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada"), calculado segundo a fórmula:

"MVA ajustada = [(1+ MVA ST original) x (1 - ALQ inter) / (1 - ALQ intra)] - 1", onde:

I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com os produtos mencionados no Anexo Único deste Convênio;

II - "ALQ inter" é o coeficiente correspondente à alíquota interestadual aplicável à operação;

III - "ALQ intra" é o coeficiente correspondente à alíquota interna ou ao percentual de carga tributária efetiva, quando este for inferior à alíquota interna, praticada pelo contribuinte substituído da unidade federada de destino, nas operações com as mesmas mercadorias listadas no Anexo Único.

§ 2º Na hipótese de a "ALQ intra" ser inferior à "ALQ inter", deverá ser aplicada a "MVA - ST original", sem o ajuste previsto no § 1º.

§ 3º Na impossibilidade de inclusão do valor do frete, seguro ou outro encargo na composição da base de cálculo, o recolhimento do imposto correspondente a essas parcelas será efetuado pelo estabelecimento destinatário, acrescido dos percentuais de margem de valor agregado ajustada ("MVA Ajustada").

§ 4º O valor inicial para o cálculo mencionado no § 1º será o preço praticado pelo distribuidor ou atacadista, quando o estabelecimento industrial não realizar operações diretamente com o comércio varejista.

§ 5º A base de cálculo prevista nesta cláusula será reduzida em 10% (dez por cento), não podendo resultar em carga de ICMS inferior a 7% (sete por cento).

§ 6º Nas operações com o benefício previsto no § 5º, fica dispensado estorno do crédito previsto no art. 21 da Lei Complementar nº 87, 13 de setembro de 1996.

§ 7º O estabelecimento industrial remeterá listas atualizadas dos preços referidos no caput, podendo ser emitida por meio magnético, ao órgão fazendário responsável pela substituição tributária de cada unidade da Federação onde tiver obtido inscrição como substituto tributário.

§ 8º O estabelecimento industrial ou importador informará em qual revista especializada ou outro meio de comunicação divulgou os preços máximos de venda a consumidor dos seus produtos, conforme determinação legal, ao órgão fazendário responsável pela substituição tributária de cada unidade da Federação, sempre que efetuar quaisquer alterações."

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná -Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina -Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

#### CONVÊNIO ICMS 38, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera o Convênio ICMS nº 144/12, que autoriza o Estado do Acre a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO

Cláusula primeira Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 144, de 17 de dezembro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a cláusula primeira:  
"Cláusula primeira Fica o Estado do Acre autorizado a instituir programa de parcelamento incentivado de débitos do ICMS vencidos até 31 de dezembro de 2013, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio."

II - o inciso II da cláusula segunda:  
"II - em parcela única, com redução de até noventa por cento das multas punitivas e moratórias e, de setenta por cento dos juros de mora, desde que pago até o prazo máximo de adesão previsto no inciso II da cláusula terceira;"

III - o inciso II do § 1º da clausula segunda:  
"II - aplica-se também a débitos decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de novembro de 2013, constituídos ou não, nos termos e condições que dispuser a legislação estadual;"

IV - o inciso II da cláusula terceira:  
"II - formalize sua opção até 30 de junho de 2014, mediante requerimento cujo modelo será disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda;"

Cláusula segunda este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná -Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina -Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

#### CONVÊNIO ICMS 39, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Autoriza o Estado da Paraíba a dispensar ou reduzir juros, multas e demais acréscimos legais previstos na legislação tributária, e a conceder parcelamento de débito fiscal, relacionados com o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado da Paraíba autorizado a instituir programa de recuperação de créditos tributários destinados a dispensar ou reduzir multas, juros e demais acréscimos legais relacionados com o ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até



31 de dezembro de 2013, constituídos por meio de ação fiscal, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, bem como concederem parcelamento para o respectivo pagamento, observado o disposto neste convênio e as demais normas previstas nas respectivas legislações tributárias estaduais.

§ 1º O crédito tributário será consolidado na data do pagamento à vista ou do da 1ª (primeira) parcela, compreendendo o valor do tributo com todos os acréscimos legais previstos na legislação tributária vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º Poderão ser incluídos no programa os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte à repartição fazendária, relacionados aos fatos geradores do ICMS ocorridos até 31 de dezembro de 2013.

§ 3º As disposições deste convênio também se aplicam a créditos tributários já parcelados, inclusive aos parcelamentos em curso.

Cláusula segunda O sujeito passivo, para usufruir os benefícios do programa, deve fazer a sua adesão ao mesmo, no período de 05 de maio a 30 de junho de 2014, cuja formalização é feita com o pagamento à vista ou da 1ª (primeira) parcela.

Parágrafo único. A formalização da adesão ao programa implica o reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo.

Cláusula terceira Os créditos tributários consolidados, exceto os decorrentes, exclusivamente, de penalidade pecuniária, são reduzidos da seguinte forma, para a quantificação do crédito tributário a ser pago:

I - 95% (noventa e cinco por cento) para multa e juros e 40% (quarenta por cento) para os demais acréscimos, no pagamento à vista;

II - 90% (noventa por cento) para multa e juros e 30% (trinta por cento) para os demais acréscimos, no pagamento em 2 (duas) parcelas;

III - 85% (oitenta e cinco por cento) para multa e juros e 20% (vinte por cento) para os demais acréscimos, no pagamento em 3 (três) parcelas;

IV - 80% (oitenta por cento) para multa e juros e 10% (dez por cento) para os demais acréscimos, no pagamento em 4 (quatro) parcelas;

V - 75% (setenta e cinco por cento) para multa e juros, sem redução nos demais acréscimos, no pagamento de 5 (cinco) a 12 (doze) parcelas;

VI - 40% (quarenta por cento) para multa e juros, sem redução nos demais acréscimos, no pagamento de 13 (treze) a 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º Na hipótese de o sujeito passivo aderir ao programa até o dia 31 de maio de 2014 e efetuar o pagamento do crédito tributário à vista, a redução da multa e dos juros é de 100% (cem por cento) e dos demais acréscimos, de 50% (cinquenta por cento).

§ 2º Os créditos tributários decorrentes, exclusivamente, de penalidade pecuniária, por descumprimento de obrigações acessórias, têm redução de 90% (noventa por cento) do seu valor e devem ser pagos à vista, até o dia 30 de junho de 2014.

Cláusula quarta O pagamento parcelado do crédito tributário deve ser feito em parcelas mensais, iguais e sucessivas, observado o valor mínimo de cada parcela e as regras e condições estabelecidas na legislação tributária estadual para a concessão do parcelamento, nos termos deste convênio.

Cláusula quinta O parcelamento fica, automaticamente, extinto, situação em que o sujeito passivo perde, a partir da extinção, o direito aos benefícios autorizados neste convênio, relativamente ao saldo devedor remanescente, se, após a assinatura do acordo de parcelamento e durante a sua vigência, ocorrer ausência do pagamento, por mais de 90 (noventa) dias, a contar da data do vencimento de qualquer parcela.

Parágrafo único. O parcelamento fica, também, automaticamente, extinto se, após a assinatura do acordo de parcelamento e durante a sua vigência, ocorrer ausência do pagamento, por mais de 90 (noventa) dias, a contar da data:

I - do vencimento do ICMS lançado em livro próprio cujo fato gerador tenha ocorrido a partir da efetivação do parcelamento;

II - da efetivação do parcelamento do ICMS lançado em livro próprio cujo fato gerador tenha ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2014.

Cláusula sexta A dispensa de que trata este convênio não confere ao sujeito passivo beneficiado qualquer direito à restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Cláusula sétima Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airtton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

#### CONVÊNIO ICMS 40, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera o Convênio ICMS 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

#### C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Anexo Único do Convênio ICMS 87/02, fica acrescido do item 193, com a seguinte redação:

193	Palivizomabe	3002.10.29	Palivizomabe 50 mg. - pó - liofilizado injetável ct frasco ampola vd inc + ampola diluente x 1 mL	3002.10.29
-----	--------------	------------	---	------------

..

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airtton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

#### CONVÊNIO ICMS 41, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Autoriza o Estado do Acre a conceder prazo para pagamento do ICMS nas condições que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

#### C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado do Acre autorizado a conceder, em caráter extraordinário, prazo de até 120 dias para pagamento do ICMS decorrente de fatos geradores ocorridos no período de 10 de fevereiro a 30 de abril de 2014, relativamente ao imposto lançado por ocasião da entrada de mercadorias e bens no Estado do Acre.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica:

I - a operações com:

a) mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

b) mercadorias cujo recolhimento do imposto seja exigido no momento da entrada no Estado do Acre;

II - ao contribuinte que possua débito vencido do imposto, salvo quando estiver com a exigibilidade suspensa, inclusive em razão de parcelamento.

Cláusula segunda Fica o Estado do Acre autorizado a estabelecer limites e condições para aplicação do disposto neste convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airtton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

#### CONVÊNIO ICMS 42, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera o Convênio ICMS 157/13 que autoriza o Estado do Espírito Santo a instituir programa de parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte:

#### CONVÊNIO

Cláusula primeira O parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 157/13, de 6 de novembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, a ser formalizada no período compreendido entre os dias 03 de fevereiro e 31 de maio de 2014 e, será homologado no momento do pagamento da parcela única ou da primeira parcela;"

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airtton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

#### CONVÊNIO ICMS 43, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera o Convênio ICMS 121/12, que autoriza o Estado de Roraima a dispensar ou reduzir juros e multas de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

#### C O N V Ê N I O

Cláusula primeira. Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 121/12, de 04 de outubro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a cláusula primeira:

"Cláusula primeira Fica o Estado de Roraima autorizado a instituir programa de parcelamento, com dispensa ou redução de juros e multas, de débitos relacionados com o ICM e o ICMS, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, observadas as condições e limites estabelecidos neste convênio."

II - o inciso I da cláusula segunda:

"I - de até 100% (cem por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias, se recolhido em uma única parcela.

III - o § 2º da cláusula terceira:

"§ 2º A legislação do Estado fixará o prazo máximo de opção do contribuinte, que não poderá exceder a 30 de novembro de 2014.";

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airtton da Silva, Rio Grande do Sul - Odir Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.





CONVÊNIO ICMS 44, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Altera o Convênio ICMS 95/12, que dispõe sobre a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 215ª reunião extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte:

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A Cláusula Segunda-A do Convênio ICMS 95/12, de 28 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda-A Ficam os Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo autorizados a não exigirem o estorno do crédito fiscal, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nas operações de que trata este Convênio."

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ - Dyogo Henrique de Oliveira p/ Guido Mantega; Acre - Mâncio Lima Cordeiro, Alagoas - Maurício Acioli Toledo, Amapá - Jucinete Carvalho de Alencar, Amazonas - Afonso Lobo Moraes, Bahia - Manoel Vitorio da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Adonias dos Reis Santiago, Espírito Santo - Maurício César Duque, Goiás - José Taveira Rocha, Maranhão - Claudio José Trinchão Santos, Mato Grosso - Marcel Souza de Cursi, Mato Grosso do Sul - Jäder Rieffe Julianelli Afonso, Minas Gerais - Leonardo Maurício Colombini Lima, Pará - José Barroso Tostes Neto, Paraíba - Marialvo Laureano dos Santos Filho, Paraná - Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Pernambuco - Paulo Henrique Saraiva Câmara, Piauí - Antônio Silvano Alencar de Almeida, Rio de Janeiro - Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos, Rio Grande do Norte - José Airton da Silva, Rio Grande do Sul - Odír Alberto Pinheiro Tonollier, Rondônia - Gilvan Ramos Almeida, Roraima - Luiz Renato Maciel de Melo, Santa Catarina - Antonio Marcos Gavazzoni, São Paulo - Andrea Sandro Calabi, Sergipe - Jeferson Dantas Passos, Tocantins - Marcelo Olimpio Carneiro Tavares.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DA 365ª SESSÃO A SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H

Pauta de Julgamento de Recursos da 365ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, no 1º Subsolo (Auditório Dênio Nogueira), torre 4, do Edifício-Sede do Banco Central do Brasil, no Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 3, Bloco B - Brasília (DF).

DIA 15 DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS 14H

Recurso 5071 - 0001022750 - I - Recorrentes: Afonso Celso Santos Pantoja, Dorian Riker Teles de Menezes, Raimundo Everardo Rodrigues e Roberto de Padua Macieira. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Antonio Luiz Coimbra Pereira, Carlos Naylor de Azevedo Coelho, Cleon Nascimento Lima Furtado, Clovis de Jesus Savalla Correa Carvalho, Francisco de Assis Souza, Geraldo Conceição Coura, José de Jesus do Rosário Azzolini, Marcelino Freitas de Carvalho, Oswaldo dos Santos Jacintho, Pedro Navais Lima, Raimundo Jurive Pereira de Macêdo, Sérgio Pinheiro Rodrigues e Silvino Ezon Pinto Ferraz. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 6066 - 0001017614 - I - Recorrentes: Antônio Carlos Benetti, Lenir Messias de Almeida e Mary Helena Allegretti. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Getúlio Fernandes Pereira, Gilberto Riscinho Bastos, Janary Carvão Nunes, José Carlos Mendes Jaccoud, José Edson dos Santos Sarges, José Roberto Galvão, Maria Dores Batista de Araújo, Oderlei Barbosa Brito, Osvaldo Ferreira da Silva, Raimundo Brito de Almeida e Sérgio José Menezes de Oliveira. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 10249 - SP-2004-693 - I - Recorrentes: Banspar - Banco de Negócios, Serviços e Participações Ltda., Cash Intermediação de Negócios S/C Ltda., CEFI Centro de Excelência em Finanças Ltda., Finacap - Consultoria Financeira e Mercado de Capitais Ltda., G&B Representações Ltda., Money Maker - Assessoria de Investimentos S/C Ltda., Planner Corretora de Valores S.A, Claudio Henrique Sangar, Edson Bezerra Leite, Marcos Camera Neto, Paulo da Silva Costa Pontieri e Thoshio Katsurayama. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Intercorp Assessoria e Consultoria Ltda., Antônio Carlos Romanoski, Aristides Bezerra Cavalcanti Neto, Benedito Fernando da Cunha, Carlos Guidugli, Fábria Cristina Romanoski, Fábio Guidugli, Frank Arthur Romanoski, Hélio Tadeu Moreira, Iara Maria Romanoski, Jaime Otávio Pereira, Márcia Rodrigues Fonseca Pontieri, Maria Dolores Panazio Mendes, Samuel Emery Lopes, Satio Goto, Sílvia Simões Salzedas, Vinícius Correa e Sá. e Wellington Antonio Drumond da Silva. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 10376 - 0301203153 - Recorrente: APMM Exportadora de Manufaturados Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 11147 - SP-2005-0128 - I - Recorrentes: Ariza Borenstein Intermediações e serviços Ltda., HGRC Assessoria Consultoria e Participações S/C Ltda., São Paulo Corretora de Valores Ltda. - em Falência, Timing - Assessoria e Participações S/C Ltda., Andre Luiz Pereira, Ari Teixeira de Oliveira Ariza, Hélio Gonzalez Rodrigues e Jorge Ribeiro dos Santos. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Odete da Conceição Domingues Machado Pereira e Renata Jandira Pereira Cimino Rodrigues. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 11441 - 0201174556 - I - Recorrentes: Luiz Fernando Perdígão de Oliveira e Nelson Gomide Neto. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorrido: Marco Polo Marques Cordeiro. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 12378 - 0601322934 - I - Recorrentes: Banco Rural S.A., Ayanna Tenório Torres de Jesus, Guilherme Rocha Rabello, João Heraldo dos Santos Lima, José Geraldo Dontal, José Roberto Salgado, Kátia Rabello, Leda Corrêa Rabello Carvalho, Luiz Francisco Cardoso Fernandes, Nélito Brant Magalhães, Paulo Roberto Grossi, Plauto Gouvêa, Vinícius Samarane, Walter Leite Azevedo e Welerson Antônio da Rocha. Recorrido: Bacen - II - Recorrente: Bacen. Recorridos: Ajax Corrêa Rabello, Antônio Tavares Sabino, Célia Bento Teixeira Maselli, Nora Rabello e Thales José de Almeida Renault Coelho (falecido). Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

Recurso 12444 - IA-2005-22 - I - Recorrentes: Banco da Amazônia S.A., Santos Asset Management Ltda., Carlos Eduardo Guerra de Figueiredo e José Carlos Rodrigues Bezerra. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Banco da Amazônia S.A. e José Carlos Rodrigues Bezerra. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 12470 - IA-2006-1 - I - Recorrentes: Planner Corretora de Valores S.A. e Cláudio Henrique Sangar. Recorrida: CVM - II - Recorrente: CVM. Recorridos: Planner Corretora de Valores S.A. e Cláudio Henrique Sangar. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 12582 - 0701378297 - Recorrente: Vitrotec Vidros de Segurança Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: Marcos Martins Davidovich.

Recurso 12757 - RJ-2007-8150 - I - Recorrentes: Alexandre Pinto Rôla, Geraldo Cabral Rôla, José Nilson de Sá e Valério Gurgel de Sá. Recorrida: CVM. II - Recorrente: CVM. Recorridos: Alexandre Pinto Rôla, Geraldo Cabral Rôla, José Nilson de Sá e Valério Gurgel de Sá. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13079-CS - 0801420584 - Recorrente: Cooper Master Administrações de Bens Móveis e Imóveis Ltda. Recorrido: Bacen. Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

Recurso 13097 - RJ-2009-2172 - Recorrentes: Bog's Participações Ltda. e Edson Ziolkowski. Recorrida: CVM. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recurso 13145 - RJ-2009-1930 - Recorrentes: Ana Maria Cavalcanti Neves, Antônio Júlio de Almeida Duarte dos Santos, Caetano Antônio de Andrade, Eduard Ishakewitsch, Eduardo Ibelli de Andrade e Roberto Bartijotto. Recorrida: CVM. Relator: Nelson Alves de Aguiar Júnior.

Recursos 13180 - 23/00 - Recorrente: CVM. Recorridos: Agropastoril RICC Ltda., Blank Sys Consultoria e Sistemas Ltda., Click-trade Empreendimentos e Participações Ltda. (ex-Agente Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), Clube de Investimentos Aroeira, Coin Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.(ex-RMC S.A. Sociedade Corretora), Colheita Participações Ltda. (ex-Sheck Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), Easynvest - Título Corretora de Valores S.A. (ex-Título S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários), EGEMP Gestão Patrimonial Ltda. (ex-Égide Distribuidora de mTítulos e Valores Mobiliários Ltda.), FINAMBRAS Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda., FC Administradora Ltda. (ex-Fonte Cindam S/A Corretora de Câmbio e Valores), Frangos e Bois: Consultoria em Culinária Ltda. (sucessora de AGENDA Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.), MECO GLOBAL Investment N.V. (sucessora de Meco Tâmba Investment), Mercobank Empreendimentos, Participações e Serviços Ltda. (ex-Mercobank S/A Corretora de Títulos e Valores Mobiliários), Norsul Participações Ltda. (sucessora de Norsul Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.), Novação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (ex-Novação Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A), Oryx Equity Fundo e Investimento em Ações (ex-Síntese CL FMIA), ORYX Savana Institucional FIF (ex-Síntese Basket FIF 60), Planner Corretora de Valores S/A, Santos Administração de Bens S/A - em Liquidação Ordinária (ex-Santos Corretora de Câmbio e Valores S/A), Síntese 60 FIF, Síntese Administração de Recursos Ltda., Síntese Corretora de Mercadorias & Futuros Ltda., Síntese FMIA (incorporada ao ORYX FIA, atual Grau Fia), Síntese Asset Management (ex-Síntese S/A Corretora de Valores), Síntese Virtual FIF 60, Solidez Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Alexandre Dias Salles, Alexandre Henrique de Freitas, Antonio Henrique Brazil de Bria, Ari Silvio de Santana, Aurea Simões Salzedas, Beatriz Stase Penna, Carlos Alberto de Oliveira Ribeiro, Carlos Augusto Levorin, Carlos Alberto Oliveira Souza, Carlos Arnaldo Borges de Souza, Carlos Augusto Luiz Avian, Chao En Ming, David Bensussan, Denise Souza Tavares de Lemos, Edison Oliveira da Silva, Eduardo Blank Gonçalves, Eládio Gonzáles Vazquez, Elias Calil Jorge, Fábio Carettoni, Fábio Deslandes, Fernando Janine Ribeiro, Francisco de Paula Elias Filho, Francisco Ribeiro de Magalhães Filho, Francisco Roberto Trozzi, Gizele de Souza, Guilherme Simões de Moraes, Henrique Fonseca de Freitas, Henrique Freihofer Molinari, Joacyr Reynaldo, João Carlos de Almeida Gaspar, João Luiz Ferreira de Mello, José Antônio Penna, José Carlos de Carvalho Dias, José Eduardo Martiniano Gomes, José Geraldo Sarnabio, José Marcelo da Silva, José Maria Bezerra da Silva, José Mendes de Farias, Júlio Cesar Couto da Costa, Levy Abuleac, Lelis Alberto de Moura Nobre, Luciana Bonagura, Luiz Antonio Sales de Mello, Magda Maria de Azeredo Martins, Márcio Antonio Martins, Márcio Martins Cardoso, Nelson Walter Marquardt, Newton Leite Magalhães, Paulina Junqueira Azevedo Vieira, Ricardo Alberto Sánchez Pagola, Ricardo de Camargo Cavalieri, Ricardo Dunshee de Abranches, Ricardo Lopes Delneri, Rivaldo Ferreira de Souza e Silva, Roberto Sampaio Correa, Rubens João Iatchuk, Sérgio Carettoni, Sérgio Carlos de Godoy Hidalgo, Sílvia Simões Salzedas, Tadeu Gonzaga Toledo, Túlio Vinicius Vertullo, Valdir Couto da Costa, William Celso Scarparo e Wilson Fantazini Nagem. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 13229 - RJ-2007-4685 - Recorrente: CVM. Recorridos: Aníbal Faria Afonso, Eduardo Rodrigues Neto e José Domingos Del Cielo. Relator: Francisco Satiro de Souza Junior.

Recurso 13230 - RJ-2007-14708 - Recorrente: Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (incorporadora de Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores). Recorrida: CVM. Relator: Marcos Martins Davidovich.

Recurso 13280 - 1001466811 - Recorrente: Felipe Campos Bretas. Recorrido: Bacen. Relator: José Alexandre Buaiz Neto.

Recurso 13315-MI - 0901440842 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Delta Publicidade S.A. Relator: Bruno Meyerhof Salama.

Recurso 13722 - 1201551884 - Recorrente: Bacen. Recorridos: Bancom Sociedade Corretora de Câmbio S.A., Layher Comércio de Sistemas de Andaimos Ltda. e Mundial Express Assessoria de Comércio Exterior S/S Ltda. - EPP. Relator: Arnaldo Penteado Laudísio.

Recurso 13760 - 0901460078 - Recorrente: Bacen. Recorrida: Eleonora Toscano de Britto Zinovetz. Relator: Marcos Martins Davidovich.

Recurso 13813 - 1301578054 - Recorrente: Bacen. Recorrida: WDL Têxtil Ltda. (ex-Delara Brasil Ltda.-ME). Relator: Marcos Martins Davidovich.

a) Total de Recursos: 22 (vinte e dois).

b) ADITAMENTO(S)/RETIRADA DE PAUTA - Recomendase consulta sistemática ao DOU e à página do CRSFN na internet (www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm, no link "Pautas de Julgamento") para verificar se, no prazo regimental, foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão ou se, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão e apenas na página na internet, restou efetuada anotação sobre processo(s) retirado(s) e que, portanto, será(ão) objeto de julgamento em data futura.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o que disposto no § 2º do art. 18 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pelo Decreto nº 1.935, de 20 de junho de 1996: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação."

Brasília, 31 de março de 2014.

ANA MARIA MELO NETTO  
Presidente

MARCOS MARTINS DE SOUZA  
Secretário Executivo

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.461, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Aprova o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos III e XXVI do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e com fundamento no §2º do art. 3º, no art. 6º e no parágrafo único do art. 28, todos da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e no § 3º do art. 5º, no § 3º do art. 10, no § 2º do art. 11, e no art. 14, todos do Decreto nº 7.578, de 11 de outubro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Guia Aduaneiro para a Copa do Mundo FIFA 2014, disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>.

Art. 2º O Guia Aduaneiro mencionado no art. 1º orienta e exemplifica a aplicação da legislação nele referida e a complementa quanto à definição de expressões e de procedimentos aplicáveis.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Altera o Ato Declaratório nº 21, de 13 de março de 2014.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 294 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1452, de 21 de fevereiro de 2014, declara:

Art. 1º O preâmbulo do Ato Declaratório Cofis nº 21, de 13 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 294 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1452, de 21 de fevereiro de 2014,".

Art. 2º O Anexo Único do Ato Declaratório Cofis nº 21, de 13 de março de 2014, passa a vigorar com os ajustes e alterações do Anexo Único a este ato Declaratório.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

IÁGARO JUNG MARTINS

ANEXO ÚNICO

Manual de Orientação do arquivo digital para apresentação, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, das informações de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.452, de 21 de fevereiro de 2014.

**APRESENTAÇÃO**

Este manual visa orientar a geração dos arquivos digitais com informações relativas ao recebimento de contribuições, prêmios e aportes destinados ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária e ao pagamento de resgates a participantes e beneficiários desses planos.

1- REGRAS GERAIS

1.1 - A geração dos arquivos digitais, a validação de conteúdo, assinatura digital e transmissão devem seguir o disposto neste Manual.

1.2 - Os arquivos digitais deverão ser gerados de forma centralizada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica e submetidos ao programa disponibilizado para validação de conteúdo, assinatura digital e transmissão.

1.3 - Os arquivos digitais deverão conter as informações referentes às operações realizadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

1.4 - A substituição de arquivos entregues deverá ser feita na sua íntegra, não se aceitando arquivos complementares para o mesmo período informado.

1.5 - A assinatura digital será verificada quanto a sua existência, prazo e validade para o contribuinte identificado nos arquivos, no início do processo de transmissão dos arquivos digitais.

2 - REGRAS GERAIS PARA A GERAÇÃO DOS ARQUIVOS E PREENCHIMENTO DOS CAMPOS

2.1 - GERAÇÃO DOS ARQUIVOS

2.1.1 - Características dos arquivos digitais:

a) Os arquivos deverão ser mensais considerando o princípio de CAIXA e não de COMPETÊNCIA (ou seja, arquivo do mês em que efetivamente os valores foram recebidos ou pagos para a pessoa física relacionada no arquivo);

b) Os arquivos deverão ser gerados no formato texto, codificado em ASCII - ISO 8859-1 (Latin-1), não sendo aceitos campos compactados (packed decimal), zonados, binários, ponto flutuante (float point), ou quaisquer outras codificações de texto, tais como EBCDIC;

c) Os registros são sempre iniciados na primeira coluna (posição 1) e tem tamanho fixo ou variável (ver item 3-Leiaute);

d) A linha do arquivo digital deve conter os campos na exata ordem em que estão listados nos respectivos registros;

e) Ao final de cada campo, exceto no último campo, de cada registro deve ser inserido o caractere delimitador ";," (ponto e vírgula: caractere 59 da Tabela ASCII);

f) O caractere delimitador ";," (ponto e vírgula) não deve ser incluído como parte integrante do conteúdo de quaisquer campos numéricos ou alfanuméricos;

Exemplo (campos do registro):

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
COD_CIA	DT_SOLIC	NOM_PARTIC	NUM_PROP	NUM_PROCa	TIPO_PROD	TIPO_PLANO	CPF_PARTIC	CNPJ_CIA	DT_PAGTO	VR_BRUTO	IRRF	VR_LIQ

COD\_CIA;DT\_SOLIC;NOM\_PARTIC;NUM\_PROP;NUM\_PROC;TIPO\_PROD;TIPO\_PLANO;CPF\_PARTIC;CNPJ\_CIA;DT\_PAGTO;VR\_BRUTO;IRRF;VR\_LIQ

12345;05122013;JOSE SILVA DE SOUZA;1234567890; 151208734562/57;05;10;01234567890;99987654000199;23122013;50025,45;5248,12;44777,33

2.1.2 - Nomes dos arquivos a serem entregues pela empresa:

a) Em hipótese alguma poderá haver repetição no nome de arquivo, mesmo que correspondam a meses caixa diferentes.

b) Os nomes dos arquivos deverão ser assim constituídos:

b.1) Arquivos de contribuições, prêmios e aportes à previdência complementar recebidos de participantes:

- o arquivo gerado deverá ser nomeado (um arquivo por mês caixa): CONTRIREC\_mmaaaa.csv, onde mmaaaa é o mêsano a que se referem as informações contidas no arquivo.

Exemplo: arquivo de contribuições do mês de junho de 2013: CONTRIREC\_062013.csv

b.2) Arquivos de resgates de contribuições de previdência complementar pagos a participantes e beneficiários:

- o arquivo gerado deverá ser nomeado (um arquivo por mês caixa): PAGTORESGATES\_mmaaaa.csv, onde mmaaaa é o mêsano a que se referem as informações contidas no arquivo:

Exemplo: arquivo de resgates do mês de junho de 2013: PAGTORESGATES\_062013.csv

2.1.3. Validação e transmissão dos arquivos à Secretaria da Receita Federal do Brasil:

Após gerar e gravar os arquivos, a empresa deverá baixar o programa Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais - SVA, disponível no sítio da Receita Federal do Brasil na internet, no endereço eletrônico -" www.receita.fazenda.gov.br", seguindo a seqüência de opções: Serviços - Empresa - Cobrança e Fiscalização - Procedimento Fiscal -Sistema de Validação e Autenticação de Arquivos Digitais- SVA, clicar em "Clique aqui para baixar o programa SVA".

Instalar o programa SVA no computador e proceder à validação dos arquivos. Após concluídas as validações, com a correção de erros eventualmente indicados pelo SVA, efetuar a transmissão dos arquivos.

Para efetuar a transmissão, será necessário ter instalada a última versão do Receitonet, também disponível no sítio da Receita Federal do Brasil na internet.

2.2 - PREENCHIMENTO DOS CAMPOS

Esta seção apresenta as regras que devem ser respeitadas em todos os registros gerados, quando não excepcionadas por regra específica referente a um dado registro.

2.2.1 - Formato dos campos:

a) ALFANUMÉRICO: representados por "C" - todos os caracteres das posições da Tabela ASCII, excetuados os caracteres ";," (ponto e vírgula: caractere 59 da Tabela ASCII) e os não-imprimíveis (caracteres 00 a 31 da Tabela ASCII);

b) NUMÉRICO: representados por "N" - algarismos das posições de 48 a 57 da Tabela ASCII.

2.2.2 - Regras de preenchimento dos campos com conteúdo alfanumérico (C):

Todos os campos alfanuméricos terão tamanho máximo de acordo com a indicação de cada campo.

Exemplo:

COD_CIA	C	6
NUM_PROC	C	20

2.2.3 - Regras de preenchimento dos campos com conteúdo numérico:

2.2.3.1 - Regras de preenchimento dos campos com conteúdo numérico nos quais há indicação de casas decimais:

a) Deverão ser preenchidos sem os separadores de milhar, sinais ou quaisquer outros caracteres (tais como: ".", "-", "%"), devendo a vírgula ser utilizada como separador decimal (Vírgula: caractere 44 da Tabela ASCII);

b) Observar a quantidade máxima de casas decimais que deve constar no respectivo campo;

c) Preencher os valores percentuais desprezando-se o símbolo (%), sem nenhuma convenção matemática.

Exemplo (valores monetários, quantidades e percentuais):

Valor monetário:

R\$ 1.129.998,05; > 1129998,05;

1.255,42 ; > 1255,42;

Quantidades:

10.000; > 10000;

10.000,00; > 10000; ou ;10000,00;

30; > 30;

0,00; > 0; ou ;0,00;

0; > 0;

Percentuais:

17,00 %; > 17,00; ou ;17;

18,50 %; > 18,5; ou ;18,50;

2.2.3.2 - Regras de preenchimento de campos numéricos (N) cujo conteúdo representa data:

Devem ser informados conforme o padrão "diamêsano" (DDMMAAAA), excluindo-se quaisquer caracteres de separação (tais como: ".", "/", "-");

Exemplos:

01 de Janeiro de 2013; > 01012013;

11.11.2013; > 11112013;

21-03-2013; > 21032013;

09/08/13; > 09082013;

2.2.3.3 - Regras de preenchimento de campos numéricos referentes a caracteres ou códigos de identificação:

2.2.3.3.1 - Os campos com conteúdo numérico nos quais se faz necessário registrar números ou códigos de identificação (CNPJ, CPF, dentre outros) deverão seguir a regra de formação definida pelo respectivo órgão regulador. Estes campos deverão ser informados com todos os dígitos, inclusive os zeros (0) à esquerda. As máscaras (caracteres especiais de formatação, tais como: ".", "/", "-", etc) não devem ser informadas.

Observação: os campos numéricos com tamanho fixo deverão conter exatamente a quantidade de caracteres indicada.

Exemplo (campos numéricos com indicação de tamanho):

CNPJ	N	14
CPF	N	11

Exemplo (campos numéricos com indicação de tamanho):

CNPJ: 23.456.789/0001-10; > 23456789000110;

CNPJ: 00.456.789/0001-10; > 00456789000110;

CPF: 882.440.449-40; > 88244044940;

CPF: 002.333.449-40; > 00233344940;





2.2.3.3.2 - Os campos nos quais se faz necessário registrar algarismos ou caracteres que identifiquem ou façam parte da identificação de objeto documento (COD\_CIA, NUM\_PROC, NUM\_PROP, etc), deverão seguir a regra de formação definida pelo respectivo órgão regulador, se houver. Estes campos deverão ser informados com todos os dígitos válidos, aí incluídos os caracteres especiais de formatação (tais como: " ", "/", "-", etc).

Observação: os campos que contiverem informações com algarismos ou caracteres que identifiquem um documento devem ter a exata quantidade de caracteres indicada no objeto original.  
Exemplo (algarismos ou caracteres de identificação):

COD_CIA	C	6
NUM_PROC	C	20
NUM_PROP	C	10

Exemplos (algarismos ou caracteres de identificação):

COD\_CIA: 0473-5; > 0473-5;

NUM\_PROC: 129.876.543.215-77; > 129.876.543.215-77;

NUM\_PROP: 04.123.123-7; > 04.123.123-7;

3 - LEIAUTE DOS ARQUIVOS

Os arquivos digitais deverão ser gerados da seguinte forma:

a. Arquivo de contribuições, prêmios e aportes à previdência complementar recebidos de participantes:

a.1. Estruturas de arquivo a ser utilizada pelas entidades de previdência privada e instituições financeiras ou sociedades seguradoras autorizadas pela SUSEP, que administram Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI

a.2. Estrutura de arquivo a ser utilizada pelas entidades fechadas de previdência complementar

b. Arquivo de resgates de contribuições de previdência complementar pagos a participantes e beneficiários

b.1. Estrutura de arquivo a ser utilizada pelas entidades de previdência privada e instituições financeiras ou sociedades seguradoras autorizadas pela SUSEP, que administram Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI

b.2. Estrutura de arquivo a ser utilizada pelas entidades fechadas de previdência complementar

3.1 - ESTRUTURA DOS ARQUIVOS DE CONTRIBUIÇÕES, PRÊMIOS E APORTES

3.1.1.- Estrutura de arquivo de contribuições, prêmios e aportes à previdência complementar recebidos dos participantes

3.1.1.1 - Estrutura de arquivo de contribuições a ser utilizada pelas entidades de previdência privada e instituições financeiras ou sociedades seguradoras autorizadas pela SUSEP, que administram Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI - modelo I:

Ordem do Campo no arquivo	Nome do campo que aparece na primeira linha do arquivo separado por ponto e vírgula	Conteúdo do Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	COD_CIA	Código da Cia. na SUSEP ou PREVIC	C	Variável	-	-	Não
2	DT_BASE	Data do lançamento contábil da informação	N	Fixo	8	Número (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
3	DT_PAGTO	Data do efetivo pagamento da contribuição / prêmio pelo participante	N	Fixo	8	Número (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
4	NOM_PARTIC	Nome do participante	C	Variável	60	-	Sim
5	NUM_PROC	Número do processo aprovado pela SUSEP, preenchido conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 105, de 1998.	C	Variável	20	-	Sim
6	NUM_PROP	Número da Proposta	C	Variável	10	-	Sim
7	TIPO_PROD	Tipo do Produto: 1 - Previdência Tradicional 2 - Previdência Tradicional - FGB 3 - PGBL 4 - PAGP 5 - PRGP 6 - VI Tradicional 7 - VGBL 8 - VAGP 9 -VRGP	N	Fixo	2	Número variando de 01 a 99, sendo 99 quando não tiver a informação	Sim
8	TIPO_PLANO	Tipo do Plano, conforme a seguinte codificação: 1 - Pagamento único por sobrevivência 2 - Pecúlio cobertura temporária 3 - Pecúlio cobertura vitalícia 4 - Renda certa 5 - Renda de pensão por falecimento - cobertura temporária 6 - Renda de pensão por falecimento - cobertura vitalícia 7 - Renda imediata 8 - Renda por invalidez 9 - Renda por sobrevivência - benefício definido 10 - Renda por sobrevivência - contribuição definida 11 - Renda temporária 12 - Dotal	N	Fixo	2	Número variando de 01 a 99, sendo 99 quando não tiver a informação.	Sim
9	CPF_PARTIC	CPF do participante	N	Fixo	11	CPF válido(s)	Sim
10	UF_PARTIC	UF do participante	C	Fixo	2	-	Sim
11	CNPJ_CIA	Número do CNPJ da Cia.	N	Fixo	14	CNPJ válido(s)	Sim
12	VR_CONTR	Valor da Contribuição/prêmio Puro - corresponde ao. valor total da contribuição/prêmio sem o valor de carregamento	N	Variável	16	Número, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
13	NUM_ORDEM	Número da ordem de cada contribuição / prêmio	N	Variável	10	-	Sim
14	VR_CARRE	Valor total do Carregamento	N	Variável	16	Número, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
15	PERC_CARRE	Percentual de Carregamento Benefício Definido: até 30% Contribuição Definida: até 10% Benefícios de Risco: até 30%	N	Variável	5	Número, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
16	VR_CONT_PF	Parcela do valor da Contribuição/prêmio Puro cujo ônus seja da própria pessoa física	N	Variável	16	Número, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
17	VR_CARR_PF	Valor do Carregamento correspondente à parcela do valor da Contribuição/prêmio Puro cujo ônus seja da própria pessoa física	N	Variável	16	Número, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim

3.1.1.2 - Estrutura de arquivo de contribuições a ser utilizada pelas entidades de previdência privada e instituições financeiras ou sociedades seguradoras autorizadas pela SUSEP, que administram Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI - modelo II:

Ordem do Campo no arquivo	Nome do campo que aparece na primeira linha do arquivo separado por ponto e vírgula	Conteúdo do Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	COD_CIA	Código da Cia. na SUSEP ou PREVIC	C	Variável	-	-	Não
2	DT_REFER	Data a que se refere a contribuição/prêmio - corresponde à data de início de vigência da cobertura a que se refere a mensalidade.	N	Fixo	8	Número (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
3	NOM_PARTIC	Nome do participante	C	Variável	60	-	Sim
4	NUM_PROC	Número do processo aprovado pela SUSEP, preenchido conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 105, de 1998.	C	Variável	20	-	Sim



5	NUM_PROP	Número da Proposta	C	Variável	10	-	Sim
6	TIPO_PROD	Tipo do Produto: 1 - Previdência Tradicional 2 - Previdência Tradicional - FGB 3 - PGBL 4 - PAGP 5 - PRGP 6 - VI Tradicional 7 - VGBL 8 - VAGP 9 -VRGP	N	Fixo	2	Número variando de 01 a 99, sendo 99 quando não tiver a informação	Sim
7	TIPO_PLANO	Tipo do Plano, conforme a seguinte codificação: 1 - Pagamento único por sobrevivência 2 - Pecúlio cobertura temporária 3 - Pecúlio cobertura vitalícia 4 - Renda certa 5 - Renda de pensão por falecimento - cobertura temporária 6 - Renda de pensão por falecimento - cobertura vitalícia 7 - Renda imediata 8 - Renda por invalidez 9 - Renda por sobrevivência - benefício definido 10 - Renda por sobrevivência - contribuição definida 11 - Renda temporária 12 - Dotal	N	Fixo	2	Número variando de 01 a 99, sendo 99 quando não tiver a informação.	Sim
8	CPF_PARTIC	CPF do participante	N	Fixo	11	CPF válido(s)	Sim
9	UF_PARTIC	UF do participante	C	Fixo	2	-	Sim
10	CNPJ_CIA	Número do CNPJ da Cia.	N	Fixo	14	CNPJ válido(s)	Sim
11	VR_CONTR	Valor da Contribuição/prêmio Puro - corresponde ao valor total da contribuição/prêmio sem o valor de carregamento.	N	Variável	16	Numérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
12	NUM_ORDEM	Número da ordem de cada contribuição / prêmio	N	Variável	10	-	Sim
13	VR_CARRE	Valor total do Carregamento	N	Variável	16	Numérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
14	PERC_CARRE	Percentual de Carregamento Benefício Definido: até 30% Contribuição Definida: até 10% Benefícios de Risco: até 30%	N	Variável	5	Numérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim

3.1.1.3 - Estrutura de arquivo de contribuições a ser utilizada pelas entidades fechadas de previdência complementar:

Ordem do Campo no arquivo	Nome do campo que aparece na primeira linha do arquivo separado por ponto e vírgula	Conteúdo do Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	DT_PAGTO	Data do efetivo pagamento da contribuição / prêmio pelo participante	N	Fixo	8	Numérico (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
2	NOM_PARTIC	Nome do participante	C	Variável	60	-	Sim
3	CPF_PARTIC	CPF do participante	N	Fixo	11	CPF válido(s)	Sim
4	UF_PARTIC	UF do participante	C	Fixo	2	-	Sim
5	CNPJ_CIA	Número do CNPJ da Cia.	N	Fixo	14	CNPJ válido(s)	Sim
6	VR_CONTR	Valor da Contribuição/prêmio Puro - corresponde ao valor total da contribuição/prêmio sem o valor de carregamento	N	Variável	16	Numérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar	Sim

3.2 - ESTRUTURA DO ARQUIVO DE RESGATES DE CONTRIBUIÇÕES PAGOS AOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.2.1 - Estrutura de arquivo de resgates a ser utilizada pelas entidades de previdência privada e instituições financeiras ou sociedades seguradoras autorizadas pela SUSEP, que administram Fundos de Aposentadoria Programada Individual - FAPI:

Ordem do Campo no arquivo	Nome do campo que aparece na primeira linha do arquivo separado por ponto e vírgula	Conteúdo do Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	COD_CIA	Código da Cia. na SUSEP ou PREVIC	C	Variável	-	-	Não
2	DT_SOLIC	Data da Solicitação da Habilitação	N	Fixo	8	Numérico (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
3	NOM_PARTIC	Nome do Participante	C	Variável	60	-	Sim
4	NUM_PROP	Número da Proposta	C	Variável	10	-	Sim
5	NUM_PROC	Número do processo aprovado pela SUSEP, preenchido conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 105, de 1998.	C	Variável	20	-	Sim
6	TIPO_PROD	Tipo do Produto: 1 - Previdência Tradicional 2 - Previdência Tradicional - FGB 3 - PGBL 4 - PAGP 5 - PRGP 6 - VI Tradicional 7 - VGBL 8 - VAGP 9 -VRGP	N	Fixo	2	Número variando de 01 a 99, sendo 99 quando não tiver a informação.	Sim
7	TIPO_PLANO	Tipo do Plano, conforme a seguinte codificação: 1 - Pagamento único por sobrevivência 2 - Pecúlio cobertura temporária 3 - Pecúlio cobertura vitalícia 4 - Renda certa 5 - Renda de pensão por falecimento - cobertura temporária 6 - Renda de pensão por falecimento - cobertura vitalícia 7 - Renda imediata 8 - renda por invalidez 9 - Renda por sobrevivência - benefício definido 10 - Renda por sobrevivência - contribuição definida 11 - Renda temporária 12 - Dotal	N	Fixo	2	Número variando de 01 a 99, sendo 99 quando não tiver a informação.	Sim
8	CPF_PARTIC	CPF do Participante	N	Fixo	11	CPF válido(s)	Sim
9	CNPJ_CIA	Número do CNPJ da Cia.	N	Fixo	14	CNPJ válido(s)	Sim
10	DT_PAGTO	Data do Pagamento e Baixa da Provisão	N	Fixo	8	Numérico (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim





11	VR_BRUTO	Valor Bruto	N	Variável	16	Númérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
12	IRRF	Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte	N	Variável	16	Númérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
13	VR_LIQ	Valor Líquido	N	Variável	16	Númérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim

3.2.2 - Estrutura de arquivo de resgates a ser utilizada pelas entidades fechadas de previdência complementar:

Ordem do Campo no arquivo	Nome do campo que aparece na primeira linha do arquivo separado por ponto e vírgula	Conteúdo do Campo	Formato	Preenchimento	Tamanho	Valores válidos	Obrigatório
1	DT_SOLIC	Data da Solicitação da Habilitação	N	Fixo	8	Númérico (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
2	NOM_PARTIC	Nome do Participante	C	Variável	60	-	Sim
3	CPF_PARTIC	CPF do Participante	N	Fixo	11	CPF válido(s)	Sim
4	CNPJ_CIA	Número do CNPJ da Cia.	N	Fixo	14	CNPJ válido(s)	Sim
5	DT_PAGTO	Data do Pagamento e Baixa da Provisão	N	Fixo	8	Númérico (DDMMAAAA) Onde: DD = dia do mês variando de 01 a 31 MM = mês caixa variando de 01 a 12 AAAA - ano calendário	Sim
6	VR_BRUTO	Valor Bruto	N	Variável	16	Númérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
7	IRRF	Valor do Imposto de Renda Retido na Fonte	N	Variável	16	Númérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim
8	VR_LIQ	Valor Líquido	N	Variável	16	Númérico, separado por vírgula nas casas decimais e sem separador de milhar.	Sim

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 2ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2,  
DE 28 DE MARÇO DE 2014

Desalfandegamento de instalação portuária fluvial de uso público que especifica.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1º do artigo 30 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10283.005514/2002-56, declara:

Art. 1º Desalfandegada, de ofício, a instalação portuária fluvial de uso público, localizada a Rua Marquês de Santa Cruz, nº 25, Centro, no município de Manaus, Estado do Amazonas, administrada pela empresa Estação Hidroviária do Amazonas S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.487.762/0001-15, alfandegada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 19, de 18 de novembro de 2008, cujo código do recinto é 2.93.15.03-4.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 19, de 18 de novembro de 2008.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3,  
DE 28 DE MARÇO DE 2014

Desalfandegamento de instalação portuária fluvial de uso público que especifica.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1º do artigo 30 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10283.005515/2002-09, declara:

Art. 1º Desalfandegada, de ofício, a instalação portuária fluvial de uso público, localizada a Rua Vivaldo Lima, nº 25, Centro, no município de Manaus, Estado do Amazonas, administrada pela Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.487.767/0001-48, alfandegada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 41, de 31 de julho de 2003, cujo código do recinto é 2.93.15.04-2.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 41, de 31 de julho de 2003.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6,  
DE 28 DE MARÇO DE 2014

Desalfandegamento de instalação portuária fluvial de uso público que especifica.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1º do artigo 30 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10283.011372/99-91, declara:

Art. 1º Desalfandegada, de ofício, a instalação portuária de uso público, localizada a Rua Quintino Bocaiúva, nº 2025, Centro, no município de Itacoatiara, Estado do Amazonas, administrada pela Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ sob o nº 01.253.690/0005-87, alfandegada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 92, de 16 de setembro de 2005, cujo código do recinto é 2.93.15.02-6.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 92, de 16 de setembro de 2005.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7,  
DE 28 DE MARÇO DE 2014

Desalfandegamento do Porto Organizado de Tabatinga/AM.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência atribuída pelo § 1º do artigo 30 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 10283.005054/98-18, declara:

Art. 1º Desalfandegada, de ofício, o Porto Organizado de Tabatinga, localizada a Rua Duarte Coelho, nº 10, no município de Tabatinga, Estado do Amazonas, administrada pela Sociedade de Navegação Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ sob o nº 01.253.690/0004- 04, alfandegada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 24, de 9 de julho de 2002, cujo código do recinto é 2.21.15.01-3.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF02 nº 24, de 9 de julho de 2002.

ESDRAS ESNARRIAGA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 3ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM FORTALEZA  
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO  
TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2,  
DE 27 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas e físicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE SUBSTITUTO DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FORTALEZA/CE, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/FOR nº 142, de 16 de julho de 2012, publicada no DOU de 17 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, no art. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, com a redação dada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu o art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou em que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE no Diário Oficial da União, apresentar recurso administrativo dirigido à Delegada da Receita Federal do Brasil de Fortaleza/CE, à Rua Barão de Aracati, nº 909 - 1ª Sobre Loja, Aldeota, CEP: 60.115-901, Fortaleza/CE.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

IRAN BRASIL FILHO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação das pessoas jurídicas excluídas

CNPJ
00.975.653/0001-96
02.499.001/0001-58
07.011.737/0001-59
07.330.905/0001-79
12.290.474/0001-02
41.547.852/0001-80
CPF
261.547.577-00

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL  
DA 4ª REGIÃO FISCAL  
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10,  
DE 28 DE MARÇO DE 2014

Cancela, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), as inscrições dos imóveis que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Natal-RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o artigo 12º da Instrução Normativa RFB nº 830, de 18 de março de 2008, publicada no DOU de 25 de março de 2008, declara:

Art.1º Cancelar, de ofício, no Cadastro de Imóveis Rurais - CAFIR, as inscrições a seguir relacionadas, por motivo de transformação em imóvel urbano, conforme consta no processo administrativo 10469.729253/2013-48:

I - NIRF 4.184.487-4 referente ao imóvel rural denominado "Sítio Araca", medindo 1,0 hectares, localizado no município de Macaíba/RN;

II - NIRF 7.615.544-7 referente ao imóvel rural denominado "Sítio Padre Cícero", medindo 1,0 hectares, localizado no município de Macaíba/RN, Código do INCRA 950084.218987-5;

III - NIRF 4.023.829-6 referente ao imóvel rural denominado "Granja Nossa Senhora da Guia", medindo 2,8 hectares, localizado no município de Macaíba/RN, Código do INCRA 176087.015172-0;

IV - NIRF 6.023.789-9 referente ao imóvel rural denominado "Granja Santa Luzia", medindo 1,1 hectares, localizado no município de Macaíba/RN;

V - NIRF 7.409.393-2 referente ao imóvel rural denominado "Granja Nossa Senhora da Conceição", medindo 0,5 hectares, localizado no município de Macaíba/RN;

VI - NIRF 7.547.270-8 referente ao imóvel rural denominado "Sítio São Pedro", medindo 0,5 hectares, localizado no município de Macaíba/RN, Código do INCRA 950106.412902-5;

VII - NIRF 5.426.759-5 referente ao imóvel rural denominado "Sítio Santo Antônio", medindo 0,5 hectares, localizado no município de Macaíba/RN, Código do INCRA 176087.000892-7;

VIII - NIRF 4.605.671-8 referente ao imóvel rural denominado "Sítio São Manoel", medindo 2,0 hectares, localizado no município de Macaíba/RN;

IX - NIRF 4.426.251-5 referente ao imóvel rural denominado "Sítio São José", medindo 18,8 hectares, localizado no município de Macaíba/RN;

X - NIRF 6.511.518-0 referente ao imóvel rural denominado "Granja Sol Nascente", medindo 0,7 hectares, localizado no município de Macaíba/RN.

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS HUBNER FLORES

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 13 DE MARÇO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 4.239, de 27/06/1963 e alterações, na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001 e alterações, na Lei 9.532, de 10/12/1997 e alterações, no Decreto nº 4.213/2002, e ainda na IN SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A - CNPJ 10.656.452/0001/-80, em razão da INSTALAÇÃO de empreendimento, na área de atuação da SUDENE na forma do artigo 3º do Decreto 4.213/2002, e conforme Laudo Constitutivo nº 0130/2013, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 59334.001361/2013-77.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente a VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A - Estabelecimento Filial - CNPJ 10.656.452/0085-98, localizado na VL Maranhão, 1500, Maracanã, São Luís - MA, CEP 65099-145, limitando-se apenas à atividade de Fabricação de Cimento, enquadrada em setor considerado prioritário para o desenvolvimento regional - Indústria de Transformação - Grupo minerais não-metálicos - Inciso VI - Alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme consta do Laudo Constitutivo nº 0130/2013, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão. A fruição do benefício terá início em 01/01/2013 e término em 31/12/2022.

Art. 3º. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0130/2013 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO MACIEL VALENÇA FILHO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 4.239, de 27/06/1963 e alterações, na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001 e alterações, na Lei 9.532, de 10/12/1997 e alterações, no Decreto nº 4.213/2002, e ainda na IN SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A - CNPJ 11.507.415/0001-72, em razão da MODERNIZAÇÃO TOTAL de empreendimento, na área de atuação da SUDENE na forma do artigo 3º do Decreto 4.213/2002, e conforme Laudo Constitutivo nº 0151/2013, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE, e de acordo com o que consta do processo administrativo nº 59334.002037/2013-76.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente a INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A - Estabelecimento Matriz - CNPJ 11.507.415/0001-72, localizado na Rodovia PE 15, Km 14, s/n, Torres Galvão, Paulista - PE, CEP 53403-810, limitando-se apenas às atividades de fabricação de desinfetantes e detergentes, fabricação de creme dental, fabricação de lâ de aço, produção de embalagens plásticas, fabricação de ceras e pastas e fabricação de vinagres e molhos, enquadradas em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional - Inciso VI do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme consta do Laudo Constitutivo nº 0151/2013, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão. A fruição do benefício terá início em 01/01/2013 e término em 31/12/2022.

Art. 3º. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0151/2013 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO MACIEL VALENÇA FILHO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 4.239, de 27/06/1963 e alterações, na Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001 e alterações, na Lei 9.532, de 10/12/1997 e alterações, no Decreto nº 4.213/2002, e ainda na IN SRF nº 267/2002, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa TRAMONTINA DELTA S/A - CNPJ 02.508.145/0001-23, em razão da MODERNIZAÇÃO TOTAL de empreendimento, na área de atuação da SUDENE na forma do artigo 3º do Decreto 4.213/2002, e conforme Laudo Constitutivo nº 0001/2014, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º. Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente a TRAMONTINA DELTA S/A - Estabelecimento Matriz - CNPJ 02.508.145/0001-23, localizada na Avenida Barão de Bonito, 1110, Várzea, Recife - PE, CEP 50740-080, em razão de empreendimento de fabricação de artefatos de plástico, enquadrado em setor considerado prioritário para o desenvolvimento regional - Inciso VI do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme consta do Laudo Constitutivo nº 0001/2014, ficando excluídas do benefício as demais atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício terá início em 01/01/2014 e término em 31/12/2023.

Art. 3º. Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0001/2014 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO MACIEL VALENÇA FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, com base no art. 37, inciso II, e no art. 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

- Inaptidão da empresa abaixo relacionada, em razão de a pessoa jurídica não ter sido localizada no endereço no CNPJ:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
00.491.542/0001-04	WORLD SERVICE TERCEIRIZAÇÃO LTDA	10580.721.987/2014-83

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, com base na Lei nº 9.430, de 1996, na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art.1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da sociedade LU GUANG XIAN 2012 BAZAR E PRESENTES - ME, CNPJ nº 16.883.341/0001-92, conforme os artigos 37- inciso II e 39 - inciso I da Instrução Normativa RFB nº 1.183, em virtude de não ter sido localizada no endereço informado, após não terem sido recebidas 2 (duas) correspondências enviadas pela Receita Federal do Brasil. As devidas apurações constam do Processo Administrativo nº 10907.722846/2013-77.

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720319/2014-59, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada GALÁXIA MARÍTIMA S.A., CNPJ nº 05.104.067/0001-90, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO SA. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Ficam revogados os ADES nº 319, de 12 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 24 de setembro de 2013 e nº 347, de 10 de outubro de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 16 de outubro de 2013, salvo caso, em seus anexos, tenham sido mencionados contratos celebrados com operadoras distintas da citada no art. 2º.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAÚJO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720561/2014-22, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERAÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº





08.800.454/0001-59, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE, porventura existente, concernente à pessoa jurídica contratada, já citada, promulgado sob a égide da IN RFB nº 844/2008.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAÚJO

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720448/2014-47, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada INTERNACIONAL MARÍTIMA LTDA, CNPJ nº 12.539.110/0001-05, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE, porventura existente, concernente à pessoa jurídica contratada, já citada, promulgado sob a égide da IN RFB nº 844/2008.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

#### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

##### PORTARIA Nº 41, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Transfere, temporariamente, competências entre subunidades, no interesse da Administração.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 300, 301 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012 e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979 e pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º Transferir, pelo prazo de 1 (um) ano, o atendimento e atividades da Agência da Receita Federal do Brasil de Diadema para a Delegacia da Receita Federal do Brasil de São Bernardo do Campo, a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º Revogar a Portaria SRRF08 nº 40, de 26 de março de 2014, publicada no DOU de 28 de março de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA

##### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Limeira, no uso das suas atribuições que lhe confere os incisos VI e IX do art. 302 da Portaria MF 203/2012, de 14 de maio de 2012, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil -RFB, bem como nos termos do art. 8º da IN SRF nº 476, de 13/12/2004, e à vista do que consta no Processo nº 10865.721091/2011-65, declara:

Art. 1º Habilitada em caráter precário, com prazo indeterminado, a empresa TRW AUTOMOTIVE LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 60.857.349/0001-76, a operar o Regime de Despacho Aduaneiro Expresso (Linha Azul), sendo extensivo a todos os estabelecimentos da empresa habilitada.

Art. 2º A habilitação de que trata este Ato é válida para despachos de importação, exportação e trânsito aduaneiro realizados em qualquer local alfandegado do território nacional.

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

##### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, com base nos artigos 81 e 82 da Lei 9.430/96 e art.37 inciso II, da IN RFB 1183, DE 19/08/11, considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não foi localizada no endereço informado à RFB bem como seu titular também não atendeu a intimação constante do Edital no.12 /2014 para regularizar sua situação cadastral perante o CNPJ/MF, declara:

Inapta a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, com os efeitos previstos no artigo 44 incisos I, II e III da IN RFB nº. 1005/2010.

Também são considerados tributariamente ineficazes, a partir da data da publicação do presente Edital, os documentos emitidos pela pessoa jurídica abaixo relacionada, conforme estabelecido no artigo 43, §3º incisos I, alínea b da IN RFB no. 1183/2011..

Contribuinte: Gremafer Comercial e Importadora Ltda

CNPJ: 59.161.083/0001-43

Proc. Administrativo: 10932.000044/2013-03

MARIO BENJAMIN BARTOS

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

##### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA/SP, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10774.720147/2014-26 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca Volvo, modelo S240 2.0T 2003/2004, cor azul, chassi YV1VS29694F069246, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 03/1065711-8, de 04/12/2003, de propriedade do Consulado Geral da Espanha em São Paulo, CNPJ nº 05.468.734/0001-13.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

##### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Declaração de cancelamento de inscrições no CPF, com fundamento em decisão administrativa.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base no disposto nos artigos 24, 26, II, 30, III e 31, da Instrução Normativa-IN RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010 e considerando o que consta no processo nº 10880.722399/2013-00, declara:

Art. 1º - Ficam Canceladas as inscrições no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, CPF nºs 422.797.298-14 e 465.530.038-82, em nome de João Fernando Lázaro Melo, com fundamento na decisão administrativa que foi proferida no processo acima mencionado.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

#### DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

##### ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 14 DE MARÇO DE 2014

Inscribe contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 3º da Portaria DEFIS/SPO nº 45, de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 49 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01622 destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa PR EDITORA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o número 19.603.658/0001-16, localizado na Alameda Franca, 162, conj. 62 - Jardim Paulista - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 18186.721746/2014-07.

Nº 50 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP-08190/01623 destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, o estabelecimento da empresa VIVIAN LERNER 25379596800, inscrita no CNPJ sob o número 12.049.312/0001-79, localizado na Rua Paes Leme, 136, sala 1303 - Pinheiros - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo nº 11610.721593/2014-93.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

#### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

##### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Reconhece, à pessoa jurídica que especifica, direito à redução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO - SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VI do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em face do disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, no art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e com base no Parecer juntado as folhas 121 a 126 no processo administrativo 10920.722065/2014-51, declara:

Art. 1º. Fica reconhecido o direito da sociedade empresária MENEGOTTI INDÚSTRIA METALÚRGICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 84.431.154/0001-28, à redução do imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0150/2013, expedido pelo Ministério da Integração Nacional -Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: MENEGOTTI INDÚSTRIA METALÚRGICAS LTDA;

II - Filial: CNPJ nº 84.684.455/0012-80;

III - Endereço da Sede: Rua Ervino Menegotti, 381, Água Verde, Jaraguá do Sul - SC, CEP 89.254-000;

IV - Endereço da Unidade Produtora beneficiária: Rua Cosmorama, 710, Boa Viagem, Recife - PE, CEP 51.130-080;

V - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto-Lei nº 1.564, de 29 de julho de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterado pelo art. 11 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

VI - Condição Onerosa Atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VII - Setor Prioritário Considerado: Indústria de Transformação Metalurgia, conforme art. 2º, inciso VI, alínea "d" do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

VIII - Atividade Objeto da Redução: fabricação de betoneiras;

IX - Capacidade Anual Atual Instalada do Empreendimento: 6.336 unidades;

X - Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2010;

XI - Prazo de Vigência da Redução: 10 (dez) anos;  
XII - Início do Prazo da Redução: ano-calendário de 2013;  
XIII - Término do Prazo da Redução: ano-calendário de 2022;

XIV - Percentual de Redução do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis: 75%.

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e deverá constituir reserva de capital da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social;

Art. 3º. A inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento das demais exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0150/2013 e demais normas regulamentares e a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis;

Art. 4º. Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCONDES WITT

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato.

O DELEGADO - SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE - SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, com nova redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.398, de 16 de setembro de 2013, e, considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 10920.721091/2013-15, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade empresária Têxtil Gross-month Ltda. EPP, inscrição sob nº 03.157.192/0001-32, por inexistência de fato, conforme disposto na alínea "a", inciso II do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, com data retroativa à sua constituição.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCONDES WITT

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

#### SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Londrina-PR, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a falta de pagamento da última parcela ou ainda a ocorrência de três meses consecutivos sem recolhimento das parcelas do Paes ou pagamentos efetuados em valores inferiores aos fixados nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento da motivação da exclusão pode ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Londrina-PR, à Rua Brasil nº 865 - Centro - Londrina-PR.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes tornar-se-á definitiva.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM HITOMI KAWABATA DE ALMEIDA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes ou à última parcela.

Relação das pessoas físicas e jurídicas excluídas

787.377.458-91	869.326.599-72	82.638.651/0001-76
----------------	----------------	--------------------

#### SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Cancela Registro Especial.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e o despacho exarado no processo nº 11020.003544/2010-91, declara:

Art. 1º Está cancelado o Registro Especial de Bebidas nº 10106/237, de engarrafador, pertencente ao estabelecimento da empresa Vinícola Dani Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 89.966.956/0001-56, situado no Travessão Jacinta, s/n, Otávio Rocha, no município de Flores da Cunha - RS.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 228, de 19 de outubro de 2011, que concedeu o Registro Especial de Bebidas, publicado no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2011.

LUIZ WESCHENFELDER

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede Registro Especial de Produtor.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 1432, de 26 de dezembro de 2013 e o despacho exarado no processo 11020.003453/2010-56, declara:

Art. 1º Está inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/494, como produtor, o estabelecimento da empresa Vinhos Tomazini Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 08.267.332/0001-49, situado na São Roque, s/n, Quarto Distrito, no município de Farroupilha - RS.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ WESCHENFELDER

#### DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Concede Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17/05/2012 e pelo art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013 e tendo em vista o que consta do processo nº 11050.720284/2014-99, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a HABILITAÇÃO ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO), instituído pela lei nº11033 de 21 de dezembro de 2004.

Nome empresarial: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA., inscrição no CNPJ nº 09.628.613/0001-42.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOCI DIFORENA

#### DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

#### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.003, DE 17 DE MARÇO DE 2014

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias  
EMENTA: AVISO PRÉVIO INDENIZADO. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO.

O aviso prévio indenizado (não trabalhado) integra a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 15, DE 11.10.2013.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 195, inciso I, alínea "a"; Lei nº 8.212, de 1991, art. 22, inciso I e § 2º, e art. 28, inciso I e § 9º.

IOLANDA MARIA BINS PERIN  
Chefe

#### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.005, DE 24 DE MARÇO DE 2014

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias  
EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA. PRODUTOS CLASSIFICADOS NOS CÓDIGOS 88.02 e 88.03 DA TIPI. LEI Nº 12.546, DE 2011.

A partir de 1º de agosto de 2012, a empresa que auferir receitas decorrentes da fabricação dos produtos classificados nos códigos 8802 e 8803 da Tipi, constantes do Anexo I da Lei nº 12.546, de 2011, e de outras atividades não submetidas à substituição deverá recolher: a) a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em relação aos produtos que fabrica, por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF); e b) a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento prevista nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, com a aplicação do redutor previsto no art. 9º, § 1º, II, da Lei nº 12.546, de 2011, na Guia da Previdência Social (GPS).

SOLUÇÃO VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 20, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.546, de 2011, arts. 8º e 9º; Decreto nº 7.828, de 2012, art. 3º, § 2º, inciso I; Instrução Normativa RFB nº 1.436, de 2013, art. 1º, Anexo II.

IOLANDA MARIA BINS PERIN  
Chefe

#### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.004, DE 20 DE MARÇO DE 2014

ASSUNTO: Contribuições Sociais Previdenciárias  
EMENTA: ÓRGÃOS PÚBLICOS. ATIVIDADE PREPONDERANTE. GRAU DE RISCO E ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO. CÓDIGO CNAE.

Para fins de determinação do grau de risco e, por conseguinte, da alíquota a ser utilizada no cálculo da contribuição previdenciária destinada ao custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (Gilrat), cada órgão da Administração Pública Direta, com inscrição própria no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), deve verificar a atividade preponderante exercida, assim considerada a que ocupa o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos.

Não há necessária vinculação entre a atividade principal do órgão público, que define o código CNAE para fins de inscrição no CNPJ, e a atividade preponderante do órgão público, que define o enquadramento no grau de risco para fins de apuração da alíquota a ser utilizada no cálculo da contribuição previdenciária destinada ao custeio dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (Gilrat).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTAS COSIT Nºs 44 E 49, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014, PUBLICADAS NO DOU DE 24.02.2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 1991; art. 202 do Decreto nº 3.048, de 1999; art. 72 da IN RFB nº 971, de 2009; art. 1º da IN RFB nº 1.453, de 2014, Ato Declaratório PGFN nº 11, de 2011; e Solução de Consulta Interna Cosit nº 1, de 2014.

CESAR ROXO MACHADO  
Chefe  
Substituto

#### INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

#### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 31 DE MARÇO DE 2014V

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:





Art. 1º INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

CPF	NOME	PROCESSO
022.656.370-76	NATALIA VIEIRA	10521.720116/2014-47

Art. 2º A Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS GISCHKOW VALDEZ

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE  
COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 364, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, considerando o artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, o inciso XII do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 2002, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 2º do Decreto-Lei nº 2.406, de 05 de janeiro de 1988, e nos artigos 1º e 1º-A da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, em sua 91ª reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Esta resolução dispõe sobre:

a) a autorização conferida ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS pelo art. 1º da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; e

b) a representação atribuída à Caixa Econômica Federal - CAIXA pelo art. 1º-A da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, com redação dada pela Medida Provisória nº 633, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 2º A CAIXA, na qualidade de Administradora do FCVS, deve postular o ingresso nas ações judiciais que vierem a ser propostas ou que já estejam em curso, independentemente da fase em que se encontrem, que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas.

§ 1º Nas ações judiciais que envolvam o extinto Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, o ingresso deverá ser requerido em quaisquer dos seguintes casos:

I - Em ações que envolvam contratos de financiamento habitacional, ou outras operações, averbados na apólice do extinto SH/SFH (ramo 66) e ativos na data da propositura da ação;

II - Em ações que envolvam contratos de financiamento habitacional, ou outras operações, inicialmente averbados na apólice do extinto SH/SFH (ramo 66) e que, na data da liquidação da dívida, antecipadamente ou por decurso de prazo, ainda estavam averbados na mesma apólice;

III - Em ações que envolvam contratos de financiamento habitacional, ou outras operações, inicialmente averbados na apólice do extinto SH/SFH (ramo 66) e cuja fundamentação da ação seja vício de construção;

IV - Em ações que envolvam contratos de financiamento habitacional, ou outras operações, inicialmente averbados na apólice do extinto SH/SFH (ramo 66) e cuja fundamentação da ação seja evento, relacionado às garantias da referida apólice, comprovadamente ocorrido enquanto o contrato de financiamento esteve vinculado à Apólice;

V - Em ações que envolvam contratos de financiamento habitacional, ou outras operações, firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação até 24 de junho de 1998.

§ 2º Nas ações judiciais em que for previamente comprovado o atendimento a pelo menos um dos requisitos constantes dos incisos I a V do parágrafo 1º deste artigo, o ingresso da CAIXA será requerido para que nelas figure como parte, ou, sucessivamente, como assistente litisconsorcial ou assistente simples.

§ 3º Nas ações judiciais do extinto SH/SFH (ramo 66) que envolvam múltiplos autores, a CAIXA requererá o ingresso somente para os autores cujos imóveis se enquadrarem em pelo menos um dos requisitos constantes dos incisos I a V do parágrafo 1º deste artigo.

Art. 3º Na defesa judicial do FCVS a CAIXA deverá demonstrar, dentre outros pontos, quando couber, a descaracterização do evento alegado, a ilegitimidade do autor, como também o afastamento de responsabilização do fundo.

Art. 4º A CAIXA requererá à Advocacia Geral da União - AGU o ingresso nas ações judiciais em que for identificado o conflito de interesses entre a CAIXA e o FCVS.

Art. 5º Fica revogada a Resolução CCFCVS nº 297, de 17 de novembro de 2011, e demais disposições conflitantes com as da presente resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
p/Conselho

RESOLUÇÃO Nº 365, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, considerando o artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o inciso V do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 91ª reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar o item 4, do art. 1º da Resolução nº 325 do CCFCVS, que passa a ter a seguinte redação:

"4 - Custos com a administração do FCVS Garantia;"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
p/Conselho

RESOLUÇÃO Nº 366, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 91ª reunião, de 28 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar os subitens 11.4.1.3 e 11.4.1.4 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO/FCVS, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"11.4.1.3 Atualização dos valores de ressarcimento ao FCVS

Os valores de ressarcimento ao FCVS, de que tratam os subitens 11.4, 11.4.1.1 e 13.1.4, serão atualizados pela Taxa Referencial - TR, entre cada um dos processamentos mensais do SICVS, desde a origem do evento motivador do ressarcimento do custo de manutenção do contrato até a data de posicionamento da novação da instituição credora ou do pagamento em espécie.

11.4.1.4 Apuração dos valores devidos

Em relação às dívidas de que tratam os subitens 11.4, 11.4.1.1 e 13.1.4, a CAIXA apurará os valores de ressarcimento na forma do subitem 11.4.1.3, posicionados em 01.01.2014, e comunicará Instituições Credoras do FCVS até 15.1.2014."

Art. 2º Incluir os subitens 11.4.1.5, 11.4.1.5.1, 11.4.1.5.2 e 11.4.1.5.2.1 no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO/FCVS, com a seguinte redação:

"11.4.1.5 Ressarcimento ao FCVS

11.4.1.5.1 Pagamento em espécie

Para efetuar o ressarcimento ao FCVS em espécie, os Agentes Financeiros deverão a partir de 15.01.2014 solicitar à CAIXA o valor apurado na forma do subitem 11.4.1.3, posicionado na data indicada para efetivação do pagamento.

11.4.1.5.2 Pagamento por meio de dedução em processo de novação

Para efetuar o ressarcimento por meio de dedução dos valores devidos, no contrato de novação, para os processos iniciados a partir de 01.01.2014, a CAIXA apurará os valores na forma do subitem 11.4.1.3, até a data de posicionamento dos saldos devedores dos contratos que o compõe, e os deduzirá do montante passível de novação pela Instituição Credora do FCVS

11.4.1.5.2.1 Créditos adquiridos pela Instituição Credora do FCVS

No caso de novação de créditos adquiridos, a Instituição Credora do FCVS poderá requerer à CAIXA, às suas expensas, o pagamento, na forma do subitem 11.4.1.5.1 ou 11.4.1.5.2, das dívidas de que tratam os subitens 11.4, 11.4.1.1 e 13.1.4 das Instituições Cedentes, para garantir a regularidade das mesmas em relação à inexistência desses débitos perante o FCVS."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
p/Conselho

RESOLUÇÃO Nº 367, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 91ª reunião, de 28 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar a redação da alínea 'm', do subitem 16.4, do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO/FCVS, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"16.4 Pré-requisitos para a novação

m) inexistência de contratos marcados com dedução na titularidade da Instituição Credora ou inclusão desses contratos no processo de novação.

Art. 2º Excluir a alínea 'n', do subitem 16.4 do MNPO/FCVS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
p/Conselho

RESOLUÇÃO Nº 368, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 91ª reunião, de 28 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Promover a inclusão, no plano de contas do FCVS, da subconta 4.2.4.10.10.05-0 - ANTECIP. CREDITOS VINCULADOS A CONTRATOS.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
p/Conselho

RESOLUÇÃO Nº 369, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma dos incisos VIII e IX do artigo 1º do Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, combinado com o disposto nos incisos II e VI do artigo 1º do Regimento Interno, publicado anexo à Resolução CCFCVS nº 61, de 18 de outubro de 1995, em sua 91ª reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2014, e considerando:

- Relatório de Gestão;

- Execução Orçamentária;

- Cálculo Atuarial;

- Relatórios das Demonstrações Contábeis e Financeiras e da Auditoria Independente;

- Pareceres dos Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração

da Caixa Econômica Federal, resolve:

Art. 1º Manifestar-se pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativa ao exercício findo em 31.12.2013, composta pela documentação descrita acima.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
p/Conselho

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO  
E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 105, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil à Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituetu/ MG.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de Santa Rita do Ituetu - MG, no valor de R\$ 116.555,00 (cento e dezesseis mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais, conforme processo nº 59050.000155/2014-15.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22B0.6501; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0329; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA AMAZÔNIA  
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 26 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria Colegiada da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XVII do Art. 8º do Anexo I do Decreto 6.218, de 04 de outubro de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto de Reinvestimento do IRPJ, referente à complementação, de equipamentos, apresentado pela empresa COPAG DA AMAZÔNIA S. A., CNPJ nº 04.664.637/0001-33, localizada em Manaus/AM, com base no Parecer Técnico nº 002/2014, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo do Reinvestimento referente ao ano-calendário 2012, no valor de R\$ 197.643,12; na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Artigo 19 da Lei 8.167/1991, Decreto 4.212/2002, Artigo 3º da Medida Provisória 2.119-14/2001 e Artigo 27 do Regulamento de Incentivos Fiscais consolidado pela Portaria 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DJALMA BEZERRA DE MELLO  
Superintendente

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM  
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos  
e Atração de Investimentos

MERYAN GOMES FLEXA  
Diretora de Administração

#### RESOLUÇÃO Nº 6, DE 26 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XVII do art. 8º do anexo I - Estrutura Regimental da Sudam, Capítulo V, Seção II, aprovada pelo Decreto nº 6.218, de 04 de outubro de 2007; resolve:

Art. 1º Aprovar o Parecer Técnico CIBFF/SUDAM nº 003/2014, considerando o pedido de desistência do pleito ao benefício do Reinvestimento, referentes aos anos-calendário 2009, 2010 e 2011, apresentado pela empresa LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA LTDA. - Filial Belém, CNPJ nº 60.886.413/0153-30, localizada em Belém-Pará, e, com base no parágrafo 3º do artigo 19 da Lei nº 8.167/91, reconhece o direito a devolução da importância de R\$1.182.818,92 (hum milhão, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e dois centavos), sendo R\$ 788.545,95 (setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), aos cofres da União e R\$ 394.272,97 (trezentos e noventa e quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos), a empresa, devidamente atualizados pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil, conforme o que preceitua o art. 36 da Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional e o Art. 10 da Lei nº 10.177/2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DJALMA BEZERRA DE MELLO  
Superintendente

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM  
Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos  
e Atração de Investimentos

MERYAN GOMES FLEXA  
Diretora de Administração

## Ministério da Justiça

### CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

#### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL Em 28 de março de 2014

Nº 353 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.004430/2002-43. Representante: Ministério Público do Estado do Paraná. Representados: Porto de Areia Cristo Rei Ltda.; Mineração Nova Londrina Ltda.; Vilmar Pasqualli e Cia Ltda. (Porto de Areia São José); Daniel de Oliveira e Cia Ltda. (Porto de Areia Pioneiro); JM Lada e Cia Ltda. (Mineração Porto Rico); Indústria Extrativa de Areia e Pedra Vera Cruz Ltda. (Porto de Areia Pontal); Comercial de Areia Unidos Ltda. (Mineração Unidos); Baleal Indústria e Comércio de Areia Ltda. (Porto Paraná / Porto de Areia Alvorada); Manoel Cruz Malassise Neto (empresário individual); Extrativa de Areia e Pedro Dom Camilo Ltda. (Porto de Areia Dom Camilo); Associação das Indústrias Extrativas de Areia do Noroeste do Paraná (A.P.A.); Sr. Geraldo José Bacchi da Silva; MGA - Mineração e Geologia Aplicada Ltda.; Sr. André Costa Naschenveng (Engenheiro de Minas da MGA) e Sr. Kleber da Silva Mendes (Geólogo da MGA). Advogados: Antonio Darienso Martins, Samara Cristina Carvalho Monteiro, Miguel Salih El Kadri Teixeira, Claudiana Aparecida Coradini Franco, Fabiano Dourado Mathias, Albertino Bernardo Lima Junior, Wilian Zendrini Buzignani, José Augusto Barbosa Urbaneja, Fábio Luis Franco, Flávia Luiza Colognesi de Souza, Fabiano Dourado Mathias, Fábio Amaral Figueira, Mariana Villela Corrêa, Pedro Andrés Garcia Valenzuela, João Geraldo Piquet Carneiro, Leonardo Maniglia Duarte, Alberto Afonso Monteiro, Daniel Vieira Bogéa Soares, Rodrigo da Silva Alves Santos, Junior Alexandre Moreira Pinto, Luciana de Freitas Guimarães Pinto, Humberto de Carvalho Matos, Adriano Catanoce Gandur, Claudiana Aparecida Coradini Franco, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Eduardo Saldanha, Paulo Roberto Dolsan, Luiz Fabricio Betin Carneiro, Fernando Bueno de Castro e outros. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apre-

sentação de alegações em 05 (cinco) dias úteis, contados em dobro, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 156 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Setor Processual.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE  
Substituto

### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

#### ALVARÁ Nº 758, DE 7 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/689 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI FORTALEZA, CNPJ nº 73.870.891/0001-00 para atuar no Ceará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 863, DE 19 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/709 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOJAS COLOMBO S.A COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, CNPJ nº 89.848.543/0213-36 para atuar no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 879, DE 19 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/7421 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO CONJUNTO NACIONAL, CNPJ nº 54.201.041/0001-75 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 899, DE 20 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/686 - DPF/URA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE, CNPJ nº 25.452.301/0001-87 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 459/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 909, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/249 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTERMARCOS ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ nº 57.120.362/0001-33 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 911, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/524 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HABITUAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 13.813.060/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 380/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 921, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/726 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EBS SUPERMERCADOS LTDA, CNPJ nº 07.751.593/0002-58 para atuar no Mato Grosso do Sul.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 926, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1262 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SDB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 09.477.652/0008-62 para atuar no Mato Grosso do Sul.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 934, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2467 - DPF/PPA/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0148-25, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

426 (quatrocentas e vinte e seis) Munições calibre 38

106 (cento e seis) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 945, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2367 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RAVA EMBALAGENS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 41.150.160/0001-02 para atuar na Paraíba.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

#### ALVARÁ Nº 949, DE 21 DE MARÇO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2426 - DPF/GRA/PR, resolve:





Conceder autorização à empresa PRESTSEG VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 02.906.848/0001-00, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
2 (dois) Revólveres calibre 38  
30 (trinta) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 983, DE 24 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/9363 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0008-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2167/2013 (CNPJ nº 17.428.731/0008-01); nº 2331/2013 (CNPJ nº 17.428.731/0026-93); nº 2330/2013 (CNPJ nº 17.428.731/0015-30) e nº 678/2014 (CNPJ nº 17.428.731/0014-50).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 987, DE 24 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1161 - DPF/XAP/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 82.891.805/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 497/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 992, DE 24 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/935 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WSEG VIGILÂNCIA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.388.453/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 496/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.002, DE 25 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/248 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.602.646/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 288/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.029, DE 25 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/210 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HUMANA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 11.580.052/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 636/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.031, DE 25 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/500 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENERAL IN PROTECTION VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 66.869.397/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 698/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.033, DE 25 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/956 - DPF/JVE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MF SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA., CNPJ nº 09.142.411/0001-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 686/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.036, DE 25 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1213 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 66.700.295/0001-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PROTEX VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA , CNPJ nº 00.215.978/0001-70:  
71 (setenta e um) Revólveres calibre 38  
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
812 (oitocentos e doze) Revólveres calibre 38  
17694 (desessete mil e seiscentas e noventa e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.039, DE 25 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2453 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa ZELLO SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 01.775.535/0001-05, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
5 (cinco) Revólveres calibre 38  
60 (sessenta) Munições calibre 38  
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.047, DE 26 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/980 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NEXSERV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.115.734/0001-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 443/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.049, DE 26 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1201 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SKILL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 69.117.869/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 445/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.051, DE 26 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1267 - DPF/CCM/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGILANCIA RADAR LTDA, CNPJ nº 72.115.025/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 498/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.053, DE 26 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1403 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRIMUS SERVICOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 16.950.839/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 528/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**ALVARÁ Nº 1.055, DE 26 DE MARÇO DE 2014**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1445 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DUNAMIS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.365.440/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 457/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

**SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS  
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS**

**DESPACHOS DA CHEFE**

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de estado no País, abaixo relacionados.

Processo Nº 08000.001798/2014-22 - RORY OUWERKERK

Processo Nº 08000.001839/2014-81 - JOHNATHON DENE SCHUG

Processo Nº 08000.001850/2014-41 - JOAQUIN ASAS JURADO

Processo Nº 08000.002828/2014-18 - FELIX PRINS  
Processo Nº 08000.002821/2014-04 - JANS JOHANNES BEEKHUIZEN

Processo Nº 08000.002834/2014-75 - MICHAEL BARRIOS BALDOZA  
Processo Nº 08000.002818/2014-82 - NEIL II BOLANIO CABAYA  
Processo Nº 08000.002891/2014-54 - RODELITO CABRE-RA SUNGA  
Processo Nº 08000.002887/2014-96 - JOHNNELL ANDA SON  
Processo Nº 08000.002779/2014-13 - BRENDAN BYRON JAMES  
Processo Nº 08000.002605/2014-51 - JONJIL LABRADO BAZAR  
Processo Nº 08000.002612/2014-52 - ANDREY BLAGA-DIROV  
Processo Nº 08000.002620/2014-07 - ALLAN VENCILAO DASIGAN  
Processo Nº 08000.002623/2014-32 - ELEAZAR GUPIT ROCIO  
Processo Nº 08000.002893/2014-43 - MIKHAIL ZOTOV  
Processo Nº 08000.002830/2014-97 - RIZALDO BESOL JALO-AG  
Processo Nº 08000.002837/2014-17 - ALSTON FRANCOIS STEPHENSON  
Processo Nº 08000.003589/2014-13 - ANTON GEERT WIL-KO VAN KOLDAM  
Processo Nº 08000.002794/2014-61 - MATTHEW SHIPLEY COWAND  
Processo Nº 08000.002778/2014-79 - JOHANNES WILHEUMUS ANTONIUS BURGERING  
Processo Nº 08000.002789/2014-59 - MARIO ALFREDO DIAZ HERNANDEZ  
Processo Nº 08000.003588/2014-79 - ALDEN COLES CASERA  
Processo Nº 08000.002844/2014-19 - KEVIN BOZUWA  
Processo Nº 08000.002820/2014-51 - AUGUSTO FLORES TRESNADO  
Processo Nº 08000.001795/2014-99 - ROBERT BOSKAL-JON  
Processo Nº 08000.002784/2014-26 - MARCEL COPS  
Processo Nº 08000.002773/2014-46 - BART VAN LE-EUWEN  
Processo Nº 08000.002787/2014-60 - STEPHAN CHIEL VAN VEEN  
Processo Nº 08000.002815/2014-49 - GORGE MISOLA ORBINO

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2013, Seção 1, pág. 41, nos termos do art. 2º, da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, prorrogação de prazo de estado até: 18/04/2014. Processo Nº 08107.000767/2013-85 - MANUEL CHIMBUNGO TIAGO.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, por já ter decorrido o prazo superior ao da estado solicitada bem como o não cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta Divisão. Processo Nº 08107.002544/2012-71 - ALCINA DOMINGOS CHILALA.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA  
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estado no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.005963/2013-34 - JAN STAM, até 01/07/2014  
Processo Nº 08000.006996/2013-00 - ZELJKO REBIC, até 28/05/2015  
Processo Nº 08000.007079/2013-34 - RODRIGO FERNANDO JESUS ROJAS ROMAN, até 04/10/2014  
Processo Nº 08000.010584/2013-66 - JUANITO JR. ABUTIN DAGDAGAN, até 25/06/2015  
Processo Nº 08000.011460/2013-06 - CHARLES WILLIAN STEWART, até 10/06/2014  
Processo Nº 08000.011574/2013-48 - ARNE NEJSUM, até 04/02/2015  
Processo Nº 08000.016299/2013-59 - SERGEY PUSHKAR, até 09/09/2015  
Processo Nº 08000.019697/2013-27 - CHRISTOPHER JAMES WESTMAN, até 18/02/2016.  
Processo Nº 08000.009298/2013-58 - HARTOMO, até 16/10/2014  
Processo Nº 08000.015936/2013-70 - MARSHALL WARD MEACHUM, até 26/04/2014  
Processo Nº 08000.016389/2013-40 - VLADIMIR PALAGUTIN, até 27/11/2014  
Processo Nº 08000.019084/2013-90 - VIVEKANAND ASHOK DAREKAR, até 31/05/2015  
Processo Nº 08000.019420/2013-02 - WILLIAM JOHN WATT, até 11/01/2016  
Processo Nº 08000.005966/2013-78 - GUISBERT SCHELLING, até 02/07/2014  
Processo Nº 08000.011528/2013-49 - JOSÉ ELIAS PAREDES, até 31/08/2015.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estado no País até 25/01/2015. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3º do Decreto 86.715/81. Processo Nº 08000.000263/2013-53 - SERGO KALICHAVA.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 16/01/2014, Seção 1, pág. 45, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.005037/2013-69 - MOS-TAFA HANAFY RAGAB MOHAMED.

Considerando o pedido de cancelamento apresentado pelo representante legal da Empresa responsável pelo ingresso do estrangeiro no País, REVOGO o Ato deferitório publicado no Diário Oficial de 20/01/2014, Seção 1, pág. 32, bem assim determino o arquivamento do pedido. Processo Nº 08000.000715/2013-05 - HTAIN LINN OO.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior(es) ao da(s) estado(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.003629/2012-65 - ROBERT ALEX RIVERO ALVAREZ  
Processo Nº 08102.009974/2012-64 - SHIGETOSHI YAMANO

Processo Nº 08000.008680/2012-63 - ELMER DURANGO  
Processo Nº 08270.002858/2013-63 - MARTINHO LOURENCO MENDES  
Processo Nº 08460.003340/2013-18 - OLIVIO DE FREITAS CARDOSO MUTAQUIHA  
Processo Nº 08514.001026/2013-10 - ALEXANDER IVANOV SPASSOVSKY.

Determino o ARQUIVAMENTO dos processos, abaixo relacionados, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país:

Processo Nº 08000.008153/2013-30 - SALVATORE RUSSO

Processo Nº 08000.009089/2013-12 - RYSZARD GRZEGORZ KASPEREK

Processo Nº 08000.012003/2013-21 - ANDRZEJ JERZY WOZNIAK

Processo Nº 08000.012105/2013-46 - RYSZARD RYGIELSKI

Processo Nº 08000.012200/2013-40 - TOMASZ MACIEJ GRZEGORZEWSKI

Processo Nº 08000.010455/2013-78 - SERGEY DOMNIN

Processo Nº 08000.011467/2013-10 - VOLODYMYR KAZAKOV

Processo Nº 08000.011633/2013-88 - DANIEL HENRY EARL

Processo Nº 08000.011137/2013-24 - FRANCISCO FABILLO NACEPO

Processo Nº 08000.012108/2013-80 - ARNOLD ARRIOLA ESGUERRA

Processo Nº 08000.013474/2012-75 - ALI IHSAN GOK

Processo Nº 08000.024452/2013-11 - SADANAND UDAY-CHANDRA PAI

Processo Nº 08000.024860/2013-73 - DAVID VILLAREAL

Processo Nº 08000.026738/2013-31 - MARCIANO JR DIAZ COCHING.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA  
p/Delegação de Competência

## RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 16/01/2014, Seção 1, pág. 45, onde se lê: DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estado no País, do temporário item IV, abaixo relacionado(s). Processo Nº 08000.020819/2013-28 - MICHAEL STEPHENS GRIFFING SMITH, até 26/09/2015.

Leia-se: DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de estado no País, do temporário item VI, abaixo relacionado(s). Processo Nº 08000.020819/2013-28 - MICHAEL STEPHENS GRIFFING SMITH, até 26/09/2015.

## DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

### PORTARIA Nº 54, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Filme: COULROFOBIA (Brasil - 2014)

Produtor(es): Germano Dutra Jr

Diretor(es): Germano Dutra Jr

Distribuidor(es):

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze

Gênero: Terror

Tipo de Análise: DVD

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze

Contém: Violência

Processo: 08017.000268/2014-88

Requerente: GERMANO CARLOS DUTRA JUNIOR

Filme: A PELADA (Brasil - 2014)

Produtor(es): WG Produções

Diretor(es): Damien Chemin

Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze

anos

Gênero: Drama/Comédia

Tipo de Análise: DVD

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze

Contém: Violência e Conteúdo Sexual

Processo: 08017.000521/2014-01

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: NCIS - LOS ANGELES (NCIS - LOS ANGELES - SEASON 4, Estados Unidos da América - 2012)

Episódio(s): 01 A 24

Produtor(es): Shane Brennan/Chad W. Murray/R. Scott Gemmill

Diretor(es): Tony Wharmby/Terence O'hara/James Whitmore Jr.

Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis

anos

Gênero: Aventura/Ação

Tipo de Análise: DVD

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze

Contém: Violência

Processo: 08017.000523/2014-92

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: D.T.TIVE (Brasil - 2013)

Produtor(es): Valent

Diretor(es): Fernanda do Canto/Javier Di Benedictis

Distribuidor(es):

Classificação Pretendida: Livre

Gênero: Comédia/Policial/Ação

Tipo de Análise: DVD

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze

anos

Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria

Processo: 08017.000709/2014-41

Requerente: FERNANDA DO CANTO

Filme: O ÚLTIMO LANCE DO LEILÃO (Brasil - 2013)

Produtor(es): Orides Vicente

Diretor(es): Orides Vicente/Fabício Cavalcanti

Distribuidor(es): SAM RADIO PICTURES

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze

anos

Gênero: Terror

Tipo de Análise: DVD

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis

Contém: Drogas e Violência

Processo: 08017.000815/2014-25

Requerente: SAMUEL ALVES DE MOURA - SAM RADIO PICTURES

Filme: MONSTER HIGH - MONSTROS. CÂMERA, AÇÃO! (MONSTER HIGH - FRIGHTS, CAMERA, ACTION!, Estados Unidos da América / México - 2013)

Produtor(es): Margaret M Dean/Ira Singerman

Diretor(es): Will Lau

Distribuidor(es): Paramount Home Entertainment (Brazil) Ltda.

Classificação Pretendida: Livre

Gênero: Infantil

Tipo de Análise: DVD

Classificação Atribuída: Livre

Processo: 08017.000848/2014-75

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: PRAIA DO FUTURO (Brasil - 2012)

Produtor(es): Coração da Selva Transmídia Ltda. (Coração da Selva)

Diretor(es): Karim Ainouz

Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze

anos

Gênero: Drama

Tipo de Análise: Link Internet

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze

Contém: Sexo, Nudez e Drogas Lícitas

Processo: 08017.000924/2014-42

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: TIM MAIA (Brasil - 2013/2014)

Produtor(es): Rodrigo Teixeira

Diretor(es): Mauro Lima

Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes

Classificação Pretendida: Livre

Gênero: Drama

Tipo de Análise: Pen Drive

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze

anos

Contém: Violência e Drogas Lícitas

Processo: 08017.001014/2014-87

Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MUSICANDO O BARRO (Brasil - 2013)

Produtor(es): Elisa Maria Cabral

Diretor(es): Elisa Maria Cabral/Laurita Caldas

Distribuidor(es):

Classificação Pretendida: Livre





Gênero: Documentário  
Tipo de Análise: DVD  
Classificação Atribuída: Livre  
Processo: 08017.001159/2014-88  
Requerente: ELISA MARIA CABRAL

Trailer: UM PLANO BRILHANTE (LOVE PUNCH, França - 2013)  
Produtor(es):  
Diretor(es): Joel Hopkins  
Distribuidor(es): Playarte Pictures  
Classificação Pretendida: Livre  
Gênero: Comédia  
Tipo de Análise: DVD  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos  
Contém: Violência  
Processo: 08017.001180/2014-83  
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Trailer: INATIVIDADE PARANORMAL 2 (HAUNTED HOUSE 2, Estados Unidos da América - 2014)  
Produtor(es):  
Diretor(es): Michael Tides  
Distribuidor(es): Playarte Pictures  
Classificação Pretendida: Livre  
Gênero: Comédia  
Tipo de Análise: DVD  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos  
Contém: Violência  
Processo: 08017.001181/2014-28  
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Trailer: GRACE DE MÔNACO (GRACE OF MONACO, Estados Unidos da América / França - 2014)  
Produtor(es):  
Diretor(es): Olivier Dahan  
Distribuidor(es): Playarte Pictures  
Classificação Pretendida: Livre  
Gênero: Drama  
Tipo de Análise: DVD  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos  
Contém: Drogas Lícitas  
Processo: 08017.001182/2014-72  
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Trailer: O QUE SERÁ DE NOZES (THE NUT JOB, Estados Unidos da América - 2014)  
Produtor(es):  
Diretor(es): Peter Lepeniotis  
Distribuidor(es): Playarte Pictures  
Classificação Pretendida: Livre  
Gênero: Animação  
Tipo de Análise: DVD  
Classificação Atribuída: Livre  
Processo: 08017.001183/2014-17  
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Novela: POR ELA... SOU EVA (POR ELLA... SOY EVA, México - 2012)  
Episódio(s): 01 ao 167  
Produtor(es): Eduardo Meza/Rosy Ocampo  
Diretor(es): Benjamin Cann  
Distribuidor(es): TELEVISA S.A. DE C.V.  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos  
Gênero: Drama/Comédia  
Tipo de Análise: Monitoramento  
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos  
Contém: Violência, Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria  
Processo: 08017.009693/2013-51  
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO  
Em 31 de março de 2014

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Processo MJ nº 08017.000917/2014-41  
Filme: "NOÉ"  
Requerente: Paramount Pictures Brasil Dist. De Filmes Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP)  
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos  
Contém: violência

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação como "não recomendado para menores de catorze anos".

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 50 de 26/03/2014, Processo MJ nº 08017.001128/2014-27, publicado no DOU de 27/03/2014, Seção 1, página 27, onde se lê: "Episódio(s): 03" leia-se: "Episódio(s): 01 a 03".

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DECISÕES DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nº 4 - Processo Administrativo nº 08012.004533/2009-80 Representante: DPDC "ex officio". Representado(a): Minalba Alimentos e Bebidas Ltda. Assunto: Maquiagem de Produto.

Em acolhimento às razões técnicas consubstanciadas na Nota Técnica nº 53/2014-CGCTPA/DPDC/SENACON, elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos (fls.), adotando-as inclusive como razão de decidir e, deste modo, considerando a gravidade e a extensão da lesão causada a milhares de consumidores em todo o País, a vantagem auferida e a condição econômica da Empresa, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.078/90 e art. 25, inciso II e 26, inciso II, do Decreto n.º 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/2012, aplico à MINALBA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. a sanção de multa no valor de R\$ 419.201,20 (Quatrocentos e dezenove mil, duzentos e um reais e vinte centavos), devendo a Empresa depositar o valor definitivo da multa em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD n.º 16, de 08 de março de 2005, consoante determina o art. 29, do Decreto n.º 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/2012.

Nº 5 - Processo Administrativo nº 08012.010392/2006-91 Representante: DPDC "ex officio". Representado(a): Procosa Produtos de Beleza Ltda.

Em acolhimento às razões técnicas consubstanciadas na Nota Técnica nº 54/2014-CGCTPA/DPDC/SENACON, elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos (fls.), adotando-as inclusive como razão de decidir e, deste modo, considerando a gravidade e a extensão da lesão causada a milhares de consumidores em todo o País, a vantagem auferida e a condição econômica da Empresa, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.078/90 e art. 25, inciso II e 26, inciso II, do Decreto n.º 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/ 2012, aplico à Procosa Produtos de Beleza Ltda. a sanção de multa no valor de R\$ 543.659,25 (quinhentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos), devendo a Empresa depositar o valor definitivo da multa em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, nos termos da Resolução CFDD n.º 16, de 08 de março de 2005, consoante determina o art. 29, do Decreto n.º 2.181/97, alterado pelo Decreto n.º 7.738/2012.

AMAURY MARTINS DE OLIVA

Ministério da Pesca e Aquicultura

SECRETARIA DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA

PORTARIA Nº 29, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DA PESCA E AQUICULTURA DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 937, de 2 de maio de 2011 do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, a Portaria MPA nº 523, de 1º de dezembro de 2010, e de acordo com o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, na Instrução Normativa Interministerial MPA nº 08, de 8, de junho de 2012, e do que consta nos Processos nº 00350.002274/2011-24 e 00350.005863/2013-26, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido do interessado, a Autorização de Pesca concedida para a embarcação pesqueira denominada "Maria Tatiane", na modalidade de linha do tipo espinhel vestical/Covos, e área de atuação no mar territorial Norte/Nordeste (do AP a AL); e Zona Economicamente Exclusiva Norte/Nordeste (AP a AL), para captura de Pargo (Lutjanus purpureus), inscrita no Ministério da Pesca e Aquicultura, sob o número PA-0009566-5, no Sistema Informatizado do SisRGP, de propriedade de Antonilse Bento Pereira, inscrição na Autoridade Marítima sob o nº 163-003045-7.

Art. 2º Fica autorizada a concessão de Autorização de Pesca, na modalidade de linha do tipo espinhel vestical/Covos, na área de atuação no mar territorial Norte/Nordeste (do AP a AL); e Zona Economicamente Exclusiva Norte/Nordeste (AP a AL), para captura de Pargo (Lutjanus purpureus), para a embarcação "Maria Tatiane II", pertencente a Antonilse Bento Pereira, inscrita na Autoridade Marítima sob o nº 021-099204-2, em substituição à embarcação "Maria Tatiane", com Autorização de Pesca cancelada, na forma do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

AMÉRICO RIBEIRO TUNES

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 31 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 3018/3019-79, sob o comando nº 376765773 e juntada nº 379004646, resolve:

Nº 167 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Contribuição Definida - PCD - CNPB nº 1998.0066-38, que passará a denominar-se Plano de Contribuição Variável I - PCV I, administrado pela Fundação Embratel de Seguridade Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25 combinado com o inciso III do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo PREVIC nº 44011.000145/2013-80, comando nº 363029295 e juntada nº 374127307, resolve:

Nº 168 - Art. 1º Homologar o documento intitulado "1º Termo Aditivo ao Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento de Plano de Benefícios entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", celebrado em 15 de janeiro de 2014, relativo à transferência do gerenciamento do Plano de Benefícios Previ-Fiern, CNPB nº 1994.0042-74, da Fundação Fiern de Previdência Privada para o HSBC Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS 00000.003018/6919-79, sob o comando nº 369144868 e juntada nº 378456777, resolve:

Nº 169 - Art. 1º Aprovar o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão celebrado entre o Banco Itaú Veículos S.A. e outras patrocinadoras ao Plano de Previdência Unibanco - CNPB nº 1997.0040-38, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar, onde faz-se constar que: as patrocinadoras Unibanco Empreendimentos e Participações S.A. e Marcep Corretagem de Seguros S.A. incorporaram a Administradora e Corretora de Seguros UNIBANCO Ltda.; Banco Itaú Veículos S.A., nova razão social do Banco FIAT S.A.; a patrocinadora Provar Negócios de Varejo Ltda., incorporou a patrocinadora PROREVENDA Promotora de Vendas e Prestação de Serviços Ltda.; o patrocinador Banco Itaucard S.A., incorporou a patrocinadora UAM - Assessoria e Gestão de Investimentos Ltda., o patrocinador UNIBANCO Consultoria de Investimentos Ltda., e o patrocinador UNIBANCO Serviços de Investimento Ltda.; o patrocinador Itaú Unibanco S.A., incorporou o patrocinador UNIBANCO Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio S.A.; a nova patrocinadora Megbens Administração de Bens Ltda., incorporou o patrocinador UNIBANCO Empreendimentos e Participações Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULINO SEIJI KUZUHARA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 475, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Estabelece os critérios para o repasse e monitoramento dos recursos financeiros federais do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, para Estados, Distrito Federal e Municípios, de que trata o inciso II do art. 13 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 3.271/GM/MS, de 22 de dezembro de 2007, que regulamenta o repasse dos recursos financeiros destinados ao Laboratório de Saúde Pública para a execução das ações de vigilância sanitária, na forma do Bloco de financiamento de Vigilância em Saúde;

Considerando a Portaria nº 85/SAS/MS, de 26 de fevereiro de 2010, que estabelece a programação mensal para envio das bases de dados dos Sistemas SCNES, Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS), Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH) e Sistema de Comunicação de Internação Hospitalar (CIH) pelos gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais, para alimentação dos Bancos de Dados Nacionais;

Considerando a Portaria nº 299/SAS/MS, de 11 de setembro de 2009, que define a obrigatoriedade do cadastramento no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) das Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde, bem como o de seus serviços especializados;

Considerando a Portaria nº 500/SAS/MS, de 24 de dezembro de 2009, que orienta gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais quanto ao cadastramento da respectiva Secretaria de Saúde e à adequação dos cadastros existentes no SCNES;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, que estabelece novos critérios para alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde;

Considerando a Portaria nº 1378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de vigilância em saúde pela União, dos estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; e

Considerando a necessidade de garantir a atualização sistemática dos dados de vigilância sanitária no SCNES e no SIA/SUS, resolve:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os critérios para o repasse e monitoramento dos recursos financeiros federais do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, para Estados, Distrito Federal e Municípios, de que trata o inciso II do art. 13 da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013.

#### CAPÍTULO I DOS CRITÉRIOS DE REPASSE

Art. 2º. O Componente da Vigilância Sanitária refere-se aos recursos federais destinados às ações de vigilância sanitária, constituído de:

I - Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA): destinados a Estados, Distrito Federal e Municípios, visando o fortalecimento do processo de descentralização, a execução das ações de vigilância sanitária e a qualificação das análises laboratoriais de interesse para a vigilância sanitária; e

II - Piso Variável de Vigilância Sanitária (PVVISA): destinados a Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma de incentivos específicos para implementação de estratégias voltadas à Vigilância Sanitária.

Art. 3º. Os valores das transferências de recursos financeiros federais do PFVISA do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Financiamento de Vigilância em Saúde, de que trata o art. 24 da Portaria nº 1378/GM/MS, de 09 de julho de 2013, totalizam R\$ 253.991.981,85 (duzentos e cinquenta e três milhões, novecentos e noventa e um mil novecentos e oitenta e um reais e cinco centavos), a serem custeados com dotações orçamentárias constantes do Programa de Governo "Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)" nas seguintes unidades orçamentárias:

I - Fundo Nacional de Saúde: no montante total de R\$ 185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais), na Ação Orçamentária 10.304.2015.20AB "Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária"; e

II - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): no montante total de R\$ 68.991.981,85 (sessenta e oito milhões, novecentos e noventa e um mil novecentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos), na Ação Orçamentária 10.304.2015.8719 "Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos - Nacional".

Art. 4º. O Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) a ser transferido aos Estados será calculado mediante:

I - valor per capita, calculado à razão de R\$ 0,30 (trinta centavos) por habitante/ano ou Limite Mínimo de Repasse Estadual (LMRe), no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais) para unidades federadas, cujo valor per capita configurar um montante abaixo do LMRe, conforme anexo I desta Portaria;

II - recursos da Anvisa, conforme anexo I;

III - valor relativo ao FINLACEN/Visa, conforme anexo III e IV.

Art. 5º. O Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) a ser transferido ao Distrito Federal será calculado mediante:

I - valor per capita à razão de R\$ 0,90 (noventa centavos) por habitante/ano, composto por per capita estadual à razão de R\$ 0,30 (trinta centavos), conforme Anexo I e per capita municipal à razão de R\$ 0,60 (sessenta centavos), conforme anexo II;

II - recurso da Anvisa, conforme anexo I;

III - valor relativo ao FINLACEN/Visa, conforme anexo III.

Art. 6º. O Piso Fixo de Vigilância Sanitária (PFVISA) a ser transferido aos Municípios será calculado mediante:

I - valor per capita à razão de R\$ 0,60 (sessenta centavos) por habitante/ano ou o Limite Mínimo de Repasse Municipal (LMRm), no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para os Municípios cujo valor per capita configurar um montante abaixo do LMRm, conforme anexo II desta Portaria.

Art. 7º. Os valores do PFVISA serão repassados mensalmente de forma regular e automática do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde.

Art. 8º. Os valores do PFVISA serão ajustados anualmente com base na população estimada pelo IBGE.

Parágrafo único. Caso haja redução populacional serão mantidos os valores atualmente praticados.

Art. 9º. O PVVISA é constituído pelo montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para implementação de estratégias nacionais de interesse da vigilância sanitária, definidas de forma tripartite e publicada em ato específico.

#### CAPÍTULO II DOS CRITÉRIOS PARA A MANUTENÇÃO DE REPASSE DOS RECURSOS

Art. 10. A manutenção do repasse dos recursos, do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde, dependerá da regularidade na alimentação dos dados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios nos Sistemas SCNES e SIA/SUS.

§ 1º Considera-se situação regular no SCNES o cadastramento e atualizações referentes aos serviços especializados de vigilância sanitária, observando-se os procedimentos estabelecidos na Portaria nº 299/SAS/MS, de 11 de setembro de 2009, e Portaria nº 500/SAS/MS, de 24 de dezembro de 2009, além de suas alterações;

§ 2º Para fins de cadastro no SCNES, fica determinada a utilização da Ficha Cadastral de Estabelecimento de Saúde nº 7, ou novos modelos que venham a ser instituídos pelo Ministério da Saúde, como documento padrão de uso obrigatório em todo o território nacional para o cadastramento do Serviço Especializado de Vigilância Sanitária (Código do Serviço 141 - Vigilância em Saúde, Código da Classificação 002 - Vigilância Sanitária).

§ 3º Considera-se situação regular no SIA/SUS a alimentação mensal dos procedimentos de vigilância sanitária pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 4º Para fins de alimentação do SIA/SUS, fica determinada a utilização do Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) ou novos modelos que venham a ser instituídos pelo Ministério da Saúde, como documento padrão de uso obrigatório em todo o território nacional, para a coleta dos dados dos procedimentos de vigilância sanitária.

Art. 11. A Secretaria de Saúde de Estado, do Distrito Federal e do Município que não possuir cadastro no SCNES, conforme o estabelecido no § 1º do art. 10 desta Portaria e não preencher o SIA/SUS por 3 (três) meses consecutivos, conforme o art. 4º da Portaria nº 3.462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, terá o repasse de recurso do Componente de Vigilância Sanitária bloqueado.

Art. 12. O detalhamento das ações de vigilância sanitária será inserido na Programação Anual da Saúde (PAS) observadas as diretrizes constantes nos Planos de Saúde dos entes federativos.

Art. 13. Os demonstrativos das ações, resultados alcançados e da aplicação dos recursos comporão o Relatório Anual de Gestão (RAG) em cada esfera de gestão, submetido ao respectivo Conselho de Saúde.

#### CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO SCNES E SIA/SUS E DOS RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO PARA FINS DE MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO COMPONENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Art. 14. A ANVISA realizará acompanhamento mensal, após disponibilização dos dados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SGEP/MS), da situação dos Estados, DF e Municípios, quanto à regularidade do SCNES e alimentação do SIA/SUS.

Parágrafo único. Os resultados serão divulgados no portal da ANVISA para acompanhamento dos estados, DF e Municípios.

Art. 15. A ANVISA apresentará, até o 5º dia útil dos meses de janeiro, maio e setembro, Relatórios de Monitoramento, que servirão de base para observação da manutenção do repasse dos recursos do Componente de Vigilância Sanitária.

I - O Relatório de Monitoramento de janeiro será construído a partir da verificação do cadastro no SCNES e da produção no SIA/SUS dos meses de junho a outubro do ano anterior, para fins de repasse dos recursos financeiros relativos aos meses de janeiro a abril do ano em curso;

II - O Relatório de Monitoramento de maio será construído a partir da verificação do cadastro no SCNES e da produção no SIA/SUS dos meses de outubro a dezembro do ano anterior e janeiro e fevereiro do ano em curso, para fins de repasse dos recursos financeiros relativos aos meses de maio a agosto do ano em curso; e

III - O Relatório de Monitoramento de setembro será construído a partir da verificação do cadastro no SCNES e da produção no SIA/SUS dos meses de fevereiro a junho do ano em curso, para fins de repasse dos recursos financeiros relativos aos meses de setembro a dezembro do ano em curso.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde editará ato normativo específico contendo a relação das Secretarias de Saúde que tiverem seus recursos bloqueados.

Art. 16. O Fundo Nacional de Saúde efetuará o desbloqueio do repasse dos recursos no mês seguinte ao restabelecimento do preenchimento dos sistemas de informação referentes aos meses que geraram o bloqueio.

§ 1º A regularização do repasse ocorrerá com a transferência retroativa dos recursos anteriormente bloqueados caso o preenchimento dos sistemas ocorra até 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio.

§ 2º A regularização do repasse ocorrerá sem a transferência dos recursos anteriormente bloqueados caso a alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio.

§ 3º O Ministério da Saúde publicará em ato normativo específico a relação de Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde que tiveram seus recursos desbloqueados.

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Excepcionalmente, para o período de janeiro a abril do ano de 2014, a publicação da portaria para manutenção do repasse dos recursos do componente de vigilância sanitária será no mês de março, observando-se o cadastro do serviço de vigilância no SCNES e a produção da vigilância sanitária nos meses de agosto a dezembro de 2013 no SIA-SUS.

Art. 18. As situações relacionadas com problemas técnicos nos aplicativos dos Sistemas, na transmissão de dados, na implantação de novas versões e/ou nas atualizações não serão consideradas como inadimplência para fins de bloqueio de repasse financeiro.

Parágrafo único. Situações não previstas neste artigo serão analisadas pela ANVISA, mediante envio de justificativa pelo gestor estadual, do Distrito Federal ou municipal.

Art. 19. O art. 4º da Portaria nº 3.462/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º....."

Parágrafo único. Compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) informar ao Fundo Nacional de Saúde, conforme ato específico do Ministério da Saúde, a suspensão da transferência dos recursos financeiros do Componente da Vigilância Sanitária do Bloco de Vigilância em Saúde, a partir do monitoramento dos dados relativos ao SCNES e SIA-SUS.

Art. 20. O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, conforme definido na Portaria nº 1.378/GM/MS, de 2013.

Art. 21. A ANVISA fica autorizada a transferir ao Fundo Nacional de Saúde, segundo a dotação orçamentária referida no art. 3º, os valores discriminados nos anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros retroativos de janeiro 2014.

Art. 23. Ficam revogadas a Portaria nº 1.106/GM/MS, de 12 de maio de 2010 e a Portaria 2.227/GM/MS, de 15 de setembro de 2011.

ARTHUR CHIORO

#### ANEXO I

##### DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AOS ESTADOS (PF-VISA) FONTE: FNS E ANVISA

Estados	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual Fonte: FNS (A)	Repasse PF-VISA Mensal Fonte: FNS (A)	Fato Gerador Anual Fonte: ANVISA (B)	Fato Gerador Mensal Fonte: ANVISA (B)
Acre	776.463	630.000,00	52.500,00	9.732,09	811,01
Alagoas	3.300.935	990.280,50	82.523,38	27.065,94	2.255,50
Amapá	734.996	630.000,00	52.500,00	4.315,82	359,65
Amazonas	3.807.921	1.142.376,30	95.198,03	87.520,93	7.293,41
Bahia	15.044.137	4.513.241,10	376.103,43	437.428,84	36.452,40
Ceará	8.778.576	2.633.572,80	219.464,40	328.160,85	27.346,74
Distrito Federal	2.789.761	836.928,30	69.744,03	79.629,98	6.635,83





Espírito Santo	3.839.366	1.151.809,80	95.984,15	132.604,21	11.050,35
Goiás	6.434.048	1.930.214,40	160.851,20	724.017,94	60.334,83
Maranhão	6.794.301	2.038.290,30	169.857,53	49.806,06	4.150,51
Mato Grosso	3.182.113	954.633,90	79.552,83	197.056,03	16.421,34
Mato Grosso do Sul	2.587.269	776.180,70	64.681,73	123.272,64	10.272,72
Minas Gerais	20.593.356	6.178.006,80	514.833,90	1.808.342,27	150.695,19
Pará	7.969.654	2.390.896,20	199.241,35	212.241,23	17.686,77
Paraíba	3.914.421	1.174.326,30	97.860,53	82.497,70	6.874,81
Paraná	10.997.465	3.299.239,50	274.936,63	1.230.524,17	102.543,68
Pernambuco	9.208.550	2.762.565,00	230.213,75	327.552,05	27.296,00
Piauí	3.184.166	955.249,80	79.604,15	48.621,98	4.051,83
Rio de Janeiro	16.369.179	4.910.753,70	409.229,48	2.993.415,78	249.451,32
Rio Grande do Norte	3.373.959	1.012.187,70	84.348,98	67.672,17	5.639,35
Rio Grande do Sul	11.164.043	3.349.212,90	279.101,08	1.168.156,04	97.346,34
Rondônia	1.728.214	630.000,00	52.500,00	17.056,94	1.421,41
Roraima	488.072	630.000,00	52.500,00	859,73	71,64
Santa Catarina	6.634.254	1.990.276,20	165.856,35	822.551,58	68.545,97
São Paulo	43.663.669	13.099.100,70	1.091.591,73	6.842.795,91	570.232,99
Sergipe	2.195.662	658.698,60	54.891,55	47.319,26	3.943,27
Tocantins	1.478.164	630.000,00	52.500,00	9.233,45	769,45
TOTAL BRASIL	201.032.714	61.898.041,50	5.158.170,13	17.879.451,59	1.489.954,30

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS (PF-VISA)

ACRE	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Acrelândia	120001	13.353	12.000,00	1.000,00
Assis Brasil	120005	6.480	12.000,00	1.000,00
Brasileia	120010	22.899	13.739,40	1.144,95
Bujari	120013	9.003	12.000,00	1.000,00
Capixaba	120017	9.836	12.000,00	1.000,00
Cruzeiro do Sul	120020	80.377	48.226,20	4.018,85
Epitaciolândia	120025	16.099	12.000,00	1.000,00
Feijó	120030	32.411	19.446,60	1.620,55
Jordão	120032	7.147	12.000,00	1.000,00
Mâncio Lima	120033	16.410	12.000,00	1.000,00
Manoel Urbano	120034	8.386	12.000,00	1.000,00
Marechal Thaumaturgo	120035	15.857	12.000,00	1.000,00
Plácido de Castro	120038	17.795	12.000,00	1.000,00
Porto Acre	120080	16.029	12.000,00	1.000,00
Porto Walter	120039	10.143	12.000,00	1.000,00
Rio Branco	120040	357.194	214.316,40	17.859,70
Rodrigues Alves	120042	15.968	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa do Purus	120043	5.374	12.000,00	1.000,00
Sena Madureira	120050	40.311	24.186,60	2.015,55
Senador Guimard	120045	20.799	12.479,40	1.039,95
Tarauacá	120060	37.571	22.542,60	1.878,55
Xapuri	120070	17.021	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	22	776.463	534.937,20	44.578,10
ALAGOAS	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Água Branca	270010	20.545	12.327,00	1.027,25
Anadia	270020	17.989	12.000,00	1.000,00
Arapiraca	270030	227.640	136.584,00	11.382,00
Atalaia	270040	46.787	30.117,06	2.509,76
Barra de Santo Antônio	270050	15.377	12.000,00	1.000,00
Barra de São Miguel	270060	8.112	12.000,00	1.000,00
Batalha	270070	18.201	12.000,00	1.000,00
Belém	270080	4.737	12.000,00	1.000,00
Belo Monte	270090	6.751	12.000,00	1.000,00
Boca da Mata	270100	27.074	16.244,40	1.353,70
Branquinha	270110	10.823	12.000,00	1.000,00
Cacimbinhas	270120	10.729	12.000,00	1.000,00
Cajueiro	270130	21.480	12.888,00	1.074,00
Campestre	270135	6.925	12.000,00	1.000,00
Campo Alegre	270140	55.161	33.096,60	2.758,05
Campo Grande	270150	9.631	12.000,00	1.000,00
Canapi	270160	17.880	12.000,00	1.000,00
Capela	270170	17.266	12.000,00	1.000,00
Carneiros	270180	8.758	12.000,00	1.000,00
Chã Preta	270190	7.413	12.000,00	1.000,00
Coité do Nória	270200	11.110	12.000,00	1.000,00
Colônia Leopoldina	270210	21.307	12.784,20	1.065,35
Coqueiro Seco	270220	5.817	12.000,00	1.000,00
Coruripe	270230	55.648	33.388,80	2.782,40
Craíbas	270235	23.885	14.331,00	1.194,25
Delmiro Gouveia	270240	50.999	30.599,40	2.549,95
Dois Riachos	270250	11.234	12.000,00	1.000,00
Estrela de Alagoas	270255	18.123	12.000,00	1.000,00
Feira Grande	270260	22.377	13.426,20	1.118,85
Feliz Deserto	270270	4.678	12.000,00	1.000,00
Flexeiras	270280	12.862	12.000,00	1.000,00
Girau do Ponciano	270290	39.657	23.794,20	1.982,85
Ibateguara	270300	15.762	12.000,00	1.000,00
Igaci	270310	26.051	15.630,60	1.302,55
Igreja Nova	270320	24.328	14.596,80	1.216,40
Inhapi	270330	18.516	12.000,00	1.000,00
Jacaré dos Homens	270340	5.511	12.000,00	1.000,00
Jacuípe	270350	7.193	12.000,00	1.000,00
Japaratinga	270360	8.234	12.000,00	1.000,00
Jaramataia	270370	5.718	12.000,00	1.000,00
Jequiá da Praia	270375	11.969	12.000,00	1.000,00
Joaquim Gomes	270380	23.813	14.287,80	1.190,65
Jundiá	270390	4.275	12.000,00	1.000,00
Junqueiro	270400	25.073	15.043,80	1.253,65
Lagoa da Canoa	270410	18.566	12.000,00	1.000,00
Limoeiro de Anadia	270420	28.244	16.946,40	1.412,20
Maceió	270430	996.733	598.039,80	49.836,65
Major Isidoro	270440	19.874	12.000,00	1.000,00
Mar Vermelho	270490	3.698	12.000,00	1.000,00
Maragogi	270450	31.299	18.779,40	1.564,95
Maravilha	270460	10.168	12.000,00	1.000,00
Marechal Deodoro	270470	49.853	29.911,80	2.492,65
Maribondo	270480	13.807	12.000,00	1.000,00
Mata Grande	270500	25.349	15.209,40	1.267,45



Matriz de Camaragibe	270510	25.005	15.003,00	1.250,25
Messias	270520	17.110	12.000,00	1.000,00
Minador do Negrão	270530	5.439	12.000,00	1.000,00
Monteirópolis	270540	7.219	12.000,00	1.000,00
Murici	270550	28.158	16.894,80	1.407,90
Novo Lino	270560	12.479	12.000,00	1.000,00
Olho d'Água das Flores	270570	21.499	12.899,40	1.074,95
Olho d'Água do Casado	270580	9.114	12.000,00	1.000,00
Olho d'Água Grande	270590	5.159	12.000,00	1.000,00
Oliveira	270600	11.594	12.000,00	1.000,00
Ouro Branco	270610	11.409	12.000,00	1.000,00
Palestina	270620	4.934	12.000,00	1.000,00
Palmeira dos Índios	270630	73.532	44.119,20	3.676,60
Pão de Açúcar	270640	24.975	14.985,00	1.248,75
Pariconha	270642	10.674	12.000,00	1.000,00
Paripueira	270644	12.474	12.000,00	1.000,00
Passo de Camaragibe	270650	15.372	12.000,00	1.000,00
Paulo Jacinto	270660	7.685	12.000,00	1.000,00
Penedo	270670	63.595	38.157,00	3.179,75
Piaçabuçu	270680	17.941	12.000,00	1.000,00
Pilar	270690	35.003	21.001,80	1.750,15
Pindoba	270700	2.961	12.000,00	1.000,00
Piranhas	270710	24.556	14.733,60	1.227,80
Poço das Trincheiras	270720	14.401	12.000,00	1.000,00
Porto Calvo	270730	27.047	16.228,20	1.352,35
Porto de Pedras	270740	8.362	12.000,00	1.000,00
Porto Real do Colégio	270750	20.066	12.039,60	1.003,30
Quebrangulo	270760	11.700	12.000,00	1.000,00
Rio Largo	270770	71.834	43.100,40	3.591,70
Roteiro	270780	6.836	12.000,00	1.000,00
Santa Luzia do Norte	270790	7.257	12.000,00	1.000,00
Santana do Ipanema	270800	47.352	28.411,20	2.367,60
Santana do Mundaú	270810	11.134	12.000,00	1.000,00
São Brás	270820	7.006	12.000,00	1.000,00
São José da Laje	270830	23.847	14.308,20	1.192,35
São José da Tapera	270840	31.867	19.120,20	1.593,35
São Luís do Quitunde	270850	34.239	20.543,40	1.711,95
São Miguel dos Campos	270860	59.077	35.446,20	2.953,85
São Miguel dos Milagres	270870	7.709	12.000,00	1.000,00
São Sebastião	270880	33.826	20.295,60	1.691,30
Satuba	270890	15.737	12.000,00	1.000,00
Senador Rui Palmeira	270895	13.765	12.000,00	1.000,00
Tanque d'Arca	270900	6.374	12.000,00	1.000,00
Taquarana	270910	19.725	12.000,00	1.000,00
Teotônio Vilela	270915	43.605	26.163,00	2.180,25
Traipu	270920	27.488	16.492,80	1.374,40
União dos Palmares	270930	65.495	39.297,00	3.274,75
Viçosa	270940	26.289	15.773,40	1.314,45
TOTAIS	102	3.300.935	2.313.039,66	192.753,31
AMAZONAS	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Alvarães	130002	15.166	12.000,00	1.000,00
Amaturá	130006	10.436	12.000,00	1.000,00
Anamá	130008	11.636	12.000,00	1.000,00
Anori	130010	18.351	12.000,00	1.000,00
Apuí	130014	19.860	12.000,00	1.000,00
Atalaia do Norte	130020	17.174	12.000,00	1.000,00
Autazes	130030	35.554	21.332,40	1.777,70
Barcelos	130040	27.110	16.266,00	1.355,50
Barreirinha	130050	29.737	17.842,20	1.486,85
Benjamin Constant	130060	37.564	22.538,40	1.878,20
Beruri	130063	17.332	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Ramos	130068	16.820	12.000,00	1.000,00
Boca do Acre	130070	32.792	19.675,20	1.639,60
Borba	130080	38.073	22.843,80	1.903,65
Caapiranga	130083	12.004	12.000,00	1.000,00
Canutama	130090	14.754	12.000,00	1.000,00
Carauari	130100	27.405	16.443,00	1.370,25
Careiro	130110	35.431	21.258,60	1.771,55
Careiro da Várzea	130115	26.722	16.033,20	1.336,10
Coari	130120	81.325	48.795,00	4.066,25
Codajás	130130	25.696	15.417,60	1.284,80
Eirunepé	130140	33.127	19.876,20	1.656,35
Envira	130150	18.051	12.000,00	1.000,00
Fonte Boa	130160	21.859	13.176,46	1.098,04
Guajará	130165	15.291	12.000,00	1.000,00
Humaitá	130170	49.137	29.482,20	2.456,85
Ipixuna	130180	25.362	15.217,20	1.268,10
Iranduba	130185	44.503	26.701,80	2.225,15
Itacoatiara	130190	94.278	56.566,80	4.713,90
Itamarati	130195	8.232	12.000,00	1.000,00
Itapiranga	130200	8.774	12.000,00	1.000,00
Japurá	130210	6.083	12.000,00	1.000,00
Juruá	130220	12.408	12.000,00	1.000,00
Jutai	130230	17.376	12.000,00	1.000,00
Lábrea	130240	41.600	24.960,00	2.080,00
Manacapuru	130250	91.795	55.077,00	4.589,75
Manaquiri	130255	26.530	15.918,00	1.326,50
Manaus	130260	1.982.177	1.189.306,20	99.108,85
Manicoré	130270	51.331	30.798,60	2.566,55
Maraá	130280	18.310	12.000,00	1.000,00
Maués	130290	57.663	34.597,80	2.883,15
Nhamundá	130300	19.792	12.000,00	1.000,00
Nova Olinda do Norte	130310	33.829	20.297,40	1.691,45
Novo Airão	130320	16.719	12.000,00	1.000,00
Novo Aripuanã	130330	23.486	14.091,60	1.174,30
Parintins	130340	109.225	65.535,00	5.461,25
Pauini	130350	19.149	12.000,00	1.000,00
Presidente Figueiredo	130353	30.978	18.586,80	1.548,90
Rio Preto da Eva	130356	28.999	17.399,40	1.449,95
Santa Isabel do Rio Negro	130360	20.986	12.591,60	1.049,30
Santo Antônio do Içá	130370	24.327	14.596,20	1.216,35
São Gabriel da Cachoeira	130380	41.575	24.945,00	2.078,75
São Paulo de Olivença	130390	34.963	20.977,80	1.748,15
São Sebastião do Uatumã	130395	12.115	12.000,00	1.000,00
Silves	130400	8.946	12.000,00	1.000,00
Tabatinga	130406	58.314	34.988,40	2.915,70
Tapauá	130410	18.383	12.000,00	1.000,00





Tefé	130420	62.885	37.731,00	3.144,25
Tonantins	130423	18.162	12.000,00	1.000,00
Uarini	130426	12.801	12.000,00	1.000,00
Urucará	130430	17.367	12.000,00	1.000,00
Urucurituba	130440	20.091	12.054,60	1.004,55
TOTAIS	62	3.807.921	2.367.918,46	197.326,54
AMAPÁ	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Amapá	160010	8.483	12.000,00	1.000,00
Calçoene	160020	9.793	12.000,00	1.000,00
Cutias	160021	5.173	12.000,00	1.000,00
Ferreira Gomes	160023	6.525	12.000,00	1.000,00
Itaubal	160025	4.722	12.000,00	1.000,00
Laranjal do Jari	160027	43.832	26.299,20	2.191,60
Macapá	160030	437.256	262.353,60	21.862,80
Mazagão	160040	18.739	12.000,00	1.000,00
Oiapoque	160050	22.986	13.791,60	1.149,30
Pedra Branca do Amapari	160015	12.828	12.000,00	1.000,00
Porto Grande	160053	18.708	12.000,00	1.000,00
Pracuúba	160055	4.277	12.000,00	1.000,00
Santana	160060	108.897	65.338,20	5.444,85
Serra do Navio	160005	4.761	12.000,00	1.000,00
Tartarugalzinho	160070	14.292	12.000,00	1.000,00
Vitória do Jari	160080	13.724	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	16	734.996	511.782,60	42.648,55
BAHIA	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abaíra	290010	9.132	12.000,00	1.000,00
Abaré	290020	18.989	12.000,00	1.000,00
Acajutiba	290030	15.615	12.000,00	1.000,00
Adustina	290035	16.929	12.000,00	1.000,00
Água Fria	290040	16.871	12.000,00	1.000,00
Aiquara	290060	4.767	12.000,00	1.000,00
Alagoinhas	290070	152.570	91.542,00	7.628,50
Alcobaça	290080	23.176	13.905,60	1.158,80
Almadina	290090	6.327	12.000,00	1.000,00
Amargosa	290100	37.081	22.248,60	1.854,05
Amélia Rodrigues	290110	26.477	15.886,20	1.323,85
América Dourada	290115	16.884	12.000,00	1.000,00
Anagé	290120	20.698	12.418,80	1.034,90
Andaraí	290130	14.738	12.000,00	1.000,00
Andorinha	290135	14.936	12.000,00	1.000,00
Angical	290140	14.762	12.000,00	1.000,00
Anguera	290150	11.113	12.000,00	1.000,00
Antas	290160	18.744	12.000,00	1.000,00
Antônio Cardoso	290170	12.206	12.000,00	1.000,00
Antônio Gonçalves	290180	11.973	12.000,00	1.000,00
Aporá	290190	18.976	12.000,00	1.000,00
Apuarema	290195	7.795	12.000,00	1.000,00
Araças	290205	12.351	12.000,00	1.000,00
Aracatu	290200	14.232	12.000,00	1.000,00
Araci	290210	55.655	33.393,00	2.782,75
Aramari	290220	11.157	12.000,00	1.000,00
Arataca	290225	11.822	12.000,00	1.000,00
Aratuípe	290230	9.146	12.000,00	1.000,00
Aurelino Leal	290240	13.525	12.000,00	1.000,00
Baianópolis	290250	13.892	12.000,00	1.000,00
Baixa Grande	290260	21.174	12.704,40	1.058,70
Banzaê	290265	12.534	12.000,00	1.000,00
Barra	290270	53.361	32.016,60	2.668,05
Barra da Estiva	290280	22.409	13.445,40	1.120,45
Barra do Choça	290290	35.567	21.340,20	1.778,35
Barra do Mendes	290300	14.684	12.000,00	1.000,00
Barra do Rocha	290310	6.261	12.000,00	1.000,00
Barreiras	290320	150.896	90.537,60	7.544,80
Barro Alto	290323	14.855	12.000,00	1.000,00
Barro Preto	290330	6.767	12.000,00	1.000,00
Barrocas	290327	15.470	12.000,00	1.000,00
Belmonte	290340	23.471	14.082,60	1.173,55
Belo Campo	290350	18.539	12.000,00	1.000,00
Biritinga	290360	15.737	12.000,00	1.000,00
Boa Nova	290370	15.141	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Tupim	290380	18.888	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus da Lapa	290390	68.282	40.969,20	3.414,10
Bom Jesus da Serra	290395	10.644	12.000,00	1.000,00
Boninal	290400	14.742	12.000,00	1.000,00
Bonito	290405	16.132	12.000,00	1.000,00
Boquira	290410	22.389	13.433,40	1.119,45
Botuporã	290420	11.162	12.000,00	1.000,00
Brejões	290430	14.866	12.000,00	1.000,00
Brejolândia	290440	10.545	12.000,00	1.000,00
Brotas de Macaúbas	290450	11.301	12.000,00	1.000,00
Brumado	290460	68.776	41.265,60	3.438,80
Buerarema	290470	19.311	12.000,00	1.000,00
Buritirama	290475	21.115	12.669,00	1.055,75
Caatiba	290480	10.828	12.000,00	1.000,00
Cabaceiras do Paraguaçu	290485	18.713	12.000,00	1.000,00
Cachoeira	290490	34.244	20.546,40	1.712,20
Caculé	290500	23.232	13.939,20	1.161,60
Caém	290510	10.429	12.000,00	1.000,00
Caetanos	290515	15.842	12.000,00	1.000,00
Caetitê	290520	52.166	31.299,60	2.608,30
Cafarnaum	290530	18.489	12.000,00	1.000,00
Cairu	290540	17.168	12.000,00	1.000,00
Caldeirão Grande	290550	13.465	12.000,00	1.000,00
Camacan	290560	33.068	19.840,80	1.653,40
Camacari	290570	275.575	165.345,00	13.778,75
Camamu	290580	37.207	22.324,20	1.860,35
Campo Alegre de Lourdes	290590	29.812	17.887,20	1.490,60
Campo Formoso	290600	71.507	42.904,20	3.575,35
Canápolis	290610	10.130	12.000,00	1.000,00
Canarana	290620	26.006	15.603,60	1.300,30
Canavieiras	290630	33.570	21.039,29	1.753,27
Candeal	290640	9.143	12.000,00	1.000,00
Candeias	290650	89.419	53.651,40	4.470,95
Candiba	290660	14.527	12.000,00	1.000,00
Cândido Sales	290670	27.057	16.234,20	1.352,85
Cansanção	290680	35.029	21.017,40	1.751,45



Canudos	290682	16.956	12.000,00	1.000,00
Capela do Alto Alegre	290685	12.128	12.000,00	1.000,00
Capim Grosso	290687	28.853	17.311,80	1.442,65
Caraibas	290689	10.292	12.000,00	1.000,00
Caravelas	290690	22.328	13.396,80	1.116,40
Cardeal da Silva	290700	9.611	12.000,00	1.000,00
Carinhanha	290710	29.768	17.860,80	1.488,40
Casa Nova	290720	70.796	42.477,60	3.539,80
Castro Alves	290730	27.097	16.258,20	1.354,85
Catolândia	290740	3.420	12.000,00	1.000,00
Catu	290750	55.021	33.012,60	2.751,05
Caturama	290755	9.760	12.000,00	1.000,00
Central	290760	18.061	12.000,00	1.000,00
Chorrochó	290770	11.444	12.000,00	1.000,00
Cícero Dantas	290780	34.424	20.654,40	1.721,20
Cipó	290790	16.860	12.000,00	1.000,00
Coaraci	290800	20.620	12.372,00	1.031,00
Cocos	290810	19.281	12.000,00	1.000,00
Conceição da Feira	290820	22.226	13.335,60	1.111,30
Conceição do Almeida	290830	18.644	12.000,00	1.000,00
Conceição do Coité	290840	67.126	40.275,60	3.356,30
Conceição do Jacuípe	290850	32.761	19.656,60	1.638,05
Conde	290860	25.714	15.428,40	1.285,70
Condeúba	290870	18.359	12.000,00	1.000,00
Contendas do Sincorá	290880	4.354	12.000,00	1.000,00
Coração de Maria	290890	23.314	13.988,40	1.165,70
Cordeiros	290900	8.752	12.000,00	1.000,00
Coribe	290910	15.024	12.000,00	1.000,00
Coronel João Sá	290920	17.422	12.000,00	1.000,00
Correntina	290930	32.980	19.788,00	1.649,00
Cotegipe	290940	14.390	12.000,00	1.000,00
Cravolândia	290950	5.341	12.000,00	1.000,00
Crisópolis	290960	21.435	12.861,00	1.071,75
Cristópolis	290970	14.189	12.000,00	1.000,00
Cruz das Almas	290980	63.299	37.979,40	3.164,95
Curaçá	290990	34.725	20.835,00	1.736,25
Dário Meira	291000	12.721	12.000,00	1.000,00
Dias d'Ávila	291005	75.103	45.061,80	3.755,15
Dom Basílio	291010	12.379	12.000,00	1.000,00
Dom Macedo Costa	291020	4.127	12.000,00	1.000,00
Elísio Medrado	291030	8.426	12.000,00	1.000,00
Encruzilhada	291040	21.418	13.613,82	1.134,49
Entre Rios	291050	42.640	25.584,00	2.132,00
Érico Cardoso	290050	11.509	12.000,00	1.000,00
Esplanada	291060	35.930	21.558,00	1.796,50
Euclides da Cunha	291070	60.558	36.334,80	3.027,90
Eunápolis	291072	110.803	66.481,80	5.540,15
Fátima	291075	18.524	12.000,00	1.000,00
Feira da Mata	291077	5.908	12.000,00	1.000,00
Feira de Santana	291080	606.139	363.683,40	30.306,95
Filadélfia	291085	17.603	12.000,00	1.000,00
Firmino Alves	291090	5.744	12.000,00	1.000,00
Floresta Azul	291100	11.392	12.000,00	1.000,00
Formosa do Rio Preto	291110	24.799	14.879,40	1.239,95
Gandu	291120	32.814	19.688,40	1.640,70
Gavião	291125	4.747	12.000,00	1.000,00
Gentio do Ouro	291130	11.338	12.000,00	1.000,00
Glória	291140	16.003	12.000,00	1.000,00
Gongogi	291150	8.325	12.000,00	1.000,00
Governador Mangabeira	291160	21.125	12.675,00	1.056,25
Guajeru	291165	9.388	12.000,00	1.000,00
Guanambi	291170	84.645	50.787,00	4.232,25
Guaratinga	291180	22.583	13.549,80	1.129,15
Heliópolis	291185	13.812	12.000,00	1.000,00
Iaçu	291190	26.591	16.245,94	1.353,83
Ibiassucê	291200	10.866	12.000,00	1.000,00
Ibicaraí	291210	24.595	14.757,00	1.229,75
Ibicoara	291220	19.071	12.000,00	1.000,00
Ibicuí	291230	16.582	12.000,00	1.000,00
Ibipeba	291240	18.398	12.000,00	1.000,00
Ibipitanga	291250	15.162	12.000,00	1.000,00
Ibiquera	291260	5.158	12.000,00	1.000,00
Ibirapitanga	291270	24.059	14.435,40	1.202,95
Ibirapuã	291280	8.603	12.000,00	1.000,00
Ibirataia	291290	18.546	12.000,00	1.000,00
Ibitiara	291300	16.647	12.000,00	1.000,00
Ibititá	291310	18.752	12.000,00	1.000,00
Ibotirama	291320	27.285	16.371,00	1.364,25
Ichu	291330	6.265	12.000,00	1.000,00
Igaporã	291340	16.159	12.000,00	1.000,00
Igrapiúna	291345	13.636	12.000,00	1.000,00
Iguai	291350	27.615	16.727,03	1.393,92
Ilhéus	291360	184.616	124.543,09	10.378,59
Inhambupe	291370	39.938	23.962,80	1.996,90
Ipecaetá	291380	15.753	12.000,00	1.000,00
Ipiaú	291390	47.178	28.306,80	2.358,90
Ipirá	291400	62.253	37.351,80	3.112,65
Ipupiara	291410	9.992	12.000,00	1.000,00
Irajuba	291420	7.471	12.000,00	1.000,00
Iramaia	291430	11.412	12.000,00	1.000,00
Iraquara	291440	24.882	14.929,20	1.244,10
Irará	291450	29.579	17.747,40	1.478,95
Irecê	291460	72.041	43.224,60	3.602,05
Itabela	291465	30.636	18.381,60	1.531,80
Itaberaba	291470	65.806	39.483,60	3.290,30
Itabuna	291480	218.124	130.874,40	10.906,20
Itacaré	291490	26.753	16.051,80	1.337,65
Itaeté	291500	15.996	12.000,00	1.000,00
Itagi	291510	13.433	12.000,00	1.000,00
Itagibá	291520	15.829	12.000,00	1.000,00
Itagimirim	291530	7.420	12.000,00	1.000,00
Itaguaçu da Bahia	291535	14.392	12.000,00	1.000,00
Itaju do Colônia	291540	7.507	12.000,00	1.000,00
Itajuípe	291550	21.884	13.130,40	1.094,20
Itamaraju	291560	67.128	40.276,80	3.356,40
Itamarí	291570	8.259	12.000,00	1.000,00
Itambé	291580	23.723	20.170,82	1.680,90
Itanagra	291590	8.023	12.000,00	1.000,00





Itanhém	291600	20.735	12.441,00	1.036,75
Itaparica	291610	22.329	13.397,40	1.116,45
Itapé	291620	10.682	12.000,00	1.000,00
Itapebi	291630	10.942	12.000,00	1.000,00
Itapetinga	291640	74.652	44.791,20	3.732,60
Itapicuru	291650	35.255	21.153,00	1.762,75
Itapitanga	291660	10.799	12.000,00	1.000,00
Itaquara	291670	8.231	12.000,00	1.000,00
Itarantim	291680	19.837	12.000,00	1.000,00
Itatim	291685	14.700	12.000,00	1.000,00
Ituruçu	291690	13.267	12.000,00	1.000,00
Itiúba	291700	38.330	22.998,00	1.916,50
Itororó	291710	21.106	12.663,60	1.055,30
Ituaçu	291720	19.211	12.000,00	1.000,00
Ituberá	291730	28.639	17.183,40	1.431,95
Iuiú	291733	11.253	12.000,00	1.000,00
Jaborandi	291735	9.417	12.000,00	1.000,00
Jacaraci	291740	15.350	12.000,00	1.000,00
Jacobina	291750	84.328	50.596,80	4.216,40
Jaguaquara	291760	54.902	32.941,20	2.745,10
Jaguarari	291770	32.740	19.644,00	1.637,00
Jaguaripe	291780	18.114	12.000,00	1.000,00
Jandaíra	291790	10.997	12.000,00	1.000,00
Jequié	291800	161.391	96.834,60	8.069,55
Jeremoabo	291810	40.587	24.352,20	2.029,35
Jiquiriçá	291820	14.936	12.000,00	1.000,00
Jitaúna	291830	13.667	12.000,00	1.000,00
João Dourado	291835	24.633	14.779,80	1.231,65
Juazeiro	291840	214.748	138.532,93	11.544,41
Jucuruçu	291845	10.403	12.000,00	1.000,00
Jussara	291850	15.848	12.000,00	1.000,00
Jussari	291855	6.493	12.000,00	1.000,00
Jussiape	291860	7.741	12.000,00	1.000,00
Lafaiete Coutinho	291870	4.017	12.000,00	1.000,00
Lagoa Real	291875	15.542	12.000,00	1.000,00
Laje	291880	24.207	14.524,20	1.210,35
Lajedão	291890	3.971	12.000,00	1.000,00
Lajedinho	291900	4.079	12.000,00	1.000,00
Lajedo do Tabocal	291905	8.847	12.000,00	1.000,00
Lamarão	291910	9.673	12.000,00	1.000,00
Lapão	291915	27.338	16.402,80	1.366,90
Lauro de Freitas	291920	184.383	110.629,80	9.219,15
Lencóis	291930	11.300	12.000,00	1.000,00
Licínio de Almeida	291940	12.962	12.000,00	1.000,00
Livramento de Nossa Senhora	291950	45.236	27.141,60	2.261,80
Luís Eduardo Magalhães	291955	73.061	43.836,60	3.653,05
Macajuba	291960	11.835	12.000,00	1.000,00
Macarani	291970	18.419	12.000,00	1.000,00
Macaúbas	291980	49.436	29.661,60	2.471,80
Macururé	291990	8.417	12.000,00	1.000,00
Madre de Deus	291992	19.600	12.000,00	1.000,00
Maetinga	291995	5.972	12.000,00	1.000,00
Maiquinique	292000	9.864	12.000,00	1.000,00
Mairi	292010	20.194	12.116,40	1.009,70
Malhada	292020	17.375	12.000,00	1.000,00
Malhada de Pedras	292030	8.942	12.000,00	1.000,00
Manoel Vitorino	292040	14.600	12.000,00	1.000,00
Mansidão	292045	13.598	12.000,00	1.000,00
Maracás	292050	24.491	20.442,32	1.703,53
Maragogipe	292060	45.740	27.444,00	2.287,00
Marau	292070	21.016	12.609,60	1.050,80
Marcionílio Souza	292080	11.026	12.000,00	1.000,00
Mascote	292090	15.221	12.000,00	1.000,00
Mata de São João	292100	44.538	26.722,80	2.226,90
Matina	292105	12.114	12.000,00	1.000,00
Medeiros Neto	292110	23.358	14.014,80	1.167,90
Miguel Calmon	292120	27.569	16.541,40	1.378,45
Milagres	292130	11.569	12.000,00	1.000,00
Mirangaba	292140	17.714	12.000,00	1.000,00
Mirante	292145	10.270	12.000,00	1.000,00
Monte Santo	292150	54.884	32.930,40	2.744,20
Morpará	292160	8.987	12.000,00	1.000,00
Morro do Chapéu	292170	37.326	22.395,60	1.866,30
Mortugaba	292180	12.421	12.000,00	1.000,00
Mucugê	292190	10.568	12.000,00	1.000,00
Mucuri	292200	39.927	23.956,20	1.996,35
Mulungu do Morro	292205	12.191	12.000,00	1.000,00
Mundo Novo	292210	26.518	15.910,80	1.325,90
Muniz Ferreira	292220	7.825	12.000,00	1.000,00
Muquém de São Francisco	292225	11.465	12.000,00	1.000,00
Muritiba	292230	30.635	18.381,00	1.531,75
Mutuípe	292240	22.928	13.756,80	1.146,40
Nazaré	292250	29.122	17.473,20	1.456,10
Nilo Peçanha	292260	13.555	12.000,00	1.000,00
Nordestina	292265	13.216	12.000,00	1.000,00
Nova Canaã	292270	17.013	12.000,00	1.000,00
Nova Fátima	292273	8.083	12.000,00	1.000,00
Nova Ibiá	292275	6.913	12.000,00	1.000,00
Nova Itarana	292280	8.058	12.000,00	1.000,00
Nova Redenção	292285	8.527	12.000,00	1.000,00
Nova Soure	292290	25.725	15.435,00	1.286,25
Nova Viçosa	292300	42.265	25.359,00	2.113,25
Novo Horizonte	292303	11.786	12.000,00	1.000,00
Novo Triunfo	292305	15.943	12.000,00	1.000,00
Olindina	292310	26.620	15.972,00	1.331,00
Oliveira dos Brejinhos	292320	22.738	13.642,80	1.136,90
Ouriçangas	292330	8.804	12.000,00	1.000,00
Ourolándia	292335	17.603	12.000,00	1.000,00
Palmas de Monte Alto	292340	22.260	13.356,00	1.113,00
Palmeiras	292350	9.122	12.000,00	1.000,00
Paramirim	292360	21.838	13.102,80	1.091,90
Paratinga	292370	32.258	19.354,80	1.612,90
Paripiranga	292380	29.654	17.792,40	1.482,70
Pau Brasil	292390	11.166	12.000,00	1.000,00
Paulo Afonso	292400	117.377	70.426,20	5.868,85
Pé de Serra	292405	14.478	12.000,00	1.000,00
Pedrao	292410	7.450	12.000,00	1.000,00
Pedro Alexandre	292420	18.051	12.000,00	1.000,00



Piatã	292430	18.421	12.000,00	1.000,00
Pilão Arcado	292440	35.237	21.142,20	1.761,85
Pindai	292450	16.708	12.000,00	1.000,00
Pindobaçu	292460	21.113	12.667,80	1.055,65
Pintadas	292465	10.798	12.000,00	1.000,00
Pirai do Norte	292467	10.415	12.000,00	1.000,00
Piripá	292470	12.678	12.000,00	1.000,00
Piritiba	292480	24.462	14.677,20	1.223,10
Planaltino	292490	9.516	12.000,00	1.000,00
Planalto	292500	26.225	15.735,00	1.311,25
Poções	292510	48.576	29.145,60	2.428,80
Pojuca	292520	36.551	21.930,60	1.827,55
Ponto Novo	292525	16.321	12.000,00	1.000,00
Porto Seguro	292530	141.006	84.603,60	7.050,30
Potiraguá	292540	9.574	12.000,00	1.000,00
Prado	292550	29.095	17.457,00	1.454,75
Presidente Dutra	292560	14.629	12.000,00	1.000,00
Presidente Jânio Quadros	292570	13.442	12.000,00	1.000,00
Presidente Tancredo Neves	292575	26.238	15.742,80	1.311,90
Queimadas	292580	26.023	15.613,80	1.301,15
Quijingue	292590	28.996	17.397,60	1.449,80
Quixabeira	292593	10.045	12.000,00	1.000,00
Rafael Jambeiro	292595	24.258	14.554,80	1.212,90
Remanso	292600	41.824	25.094,40	2.091,20
Retirolândia	292610	13.092	12.000,00	1.000,00
Riachão das Neves	292620	23.209	13.925,40	1.160,45
Riachão do Jacuípe	292630	35.237	21.142,20	1.761,85
Riacho de Santana	292640	35.586	21.351,60	1.779,30
Ribeira do Amparo	292650	15.186	12.000,00	1.000,00
Ribeira do Pombal	292660	50.805	30.483,00	2.540,25
Ribeirão do Largo	292665	9.195	12.000,00	1.000,00
Rio de Contas	292670	13.592	12.000,00	1.000,00
Rio do Antônio	292680	15.427	12.000,00	1.000,00
Rio do Pires	292690	12.033	12.000,00	1.000,00
Rio Real	292700	40.203	24.121,80	2.010,15
Rodelas	292710	8.632	12.000,00	1.000,00
Ruy Barbosa	292720	31.799	19.079,40	1.589,95
Salinas da Margarida	292730	14.937	12.000,00	1.000,00
Salvador	292740	2.883.682	1.730.209,20	144.184,10
Santa Bárbara	292750	20.509	12.305,40	1.025,45
Santa Brígida	292760	15.381	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz Cabralia	292770	27.854	16.712,40	1.392,70
Santa Cruz da Vitória	292780	6.808	12.000,00	1.000,00
Santa Inês	292790	10.884	12.000,00	1.000,00
Santa Luzia	292805	13.710	12.000,00	1.000,00
Santa Maria da Vitória	292810	41.824	25.094,40	2.091,20
Santa Rita de Cássia	292840	28.349	17.009,40	1.417,45
Santa Teresinha	292850	10.423	12.000,00	1.000,00
Santaluz	292800	36.452	21.871,20	1.822,60
Santana	292820	26.998	16.198,80	1.349,90
Santanópolis	292830	9.370	12.000,00	1.000,00
Santo Amaro	292860	61.407	36.844,20	3.070,35
Santo Antônio de Jesus	292870	99.407	59.644,20	4.970,35
Santo Estêvão	292880	52.186	31.311,60	2.609,30
São Desidério	292890	31.785	19.071,00	1.589,25
São Domingos	292895	9.820	12.000,00	1.000,00
São Felipe	292910	21.513	12.907,80	1.075,65
São Félix	292900	15.004	12.000,00	1.000,00
São Félix do Coribe	292905	15.443	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Conde	292920	36.677	22.006,20	1.833,85
São Gabriel	292925	19.495	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo dos Campos	292930	36.641	21.984,60	1.832,05
São José da Vitória	292935	6.202	12.000,00	1.000,00
São José do Jacuípe	292937	10.938	12.000,00	1.000,00
São Miguel das Matas	292940	11.105	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Passé	292950	45.090	27.054,00	2.254,50
Sapeaçu	292960	17.594	12.000,00	1.000,00
Sátiro Dias	292970	20.195	12.117,00	1.009,75
Saubara	292975	12.078	12.000,00	1.000,00
Saúde	292980	12.644	12.000,00	1.000,00
Seabra	292990	44.765	26.859,00	2.238,25
Sebastião Laranjeiras	293000	11.336	12.000,00	1.000,00
Senhor do Bonfim	293010	80.258	48.154,80	4.012,90
Sento Sé	293020	40.720	24.432,00	2.036,00
Serra do Ramalho	293015	33.034	19.820,40	1.651,70
Serra Dourada	293030	18.467	12.000,00	1.000,00
Serra Preta	293040	15.672	12.000,00	1.000,00
Serrinha	293050	82.157	49.294,20	4.107,85
Serrolândia	293060	13.238	12.000,00	1.000,00
Simões Filho	293070	129.964	77.978,40	6.498,20
Sítio do Mato	293075	13.188	12.000,00	1.000,00
Sítio do Quinto	293076	12.317	12.000,00	1.000,00
Sobradinho	293077	23.435	14.061,00	1.171,75
Souto Soares	293080	17.073	12.000,00	1.000,00
Tabocas do Brejo Velho	293090	12.990	12.000,00	1.000,00
Tanhaçu	293100	21.246	12.747,60	1.062,30
Tanque Novo	293105	17.493	12.000,00	1.000,00
Tanquinho	293110	8.510	12.000,00	1.000,00
Taperoá	293120	20.474	12.284,40	1.023,70
Tapiramutá	293130	17.345	12.000,00	1.000,00
Teixeira de Freitas	293135	153.385	92.031,00	7.669,25
Teodoro Sampaio	293140	8.125	12.000,00	1.000,00
Teofilândia	293150	22.873	13.723,80	1.143,65
Teolândia	293160	15.016	12.000,00	1.000,00
Terra Nova	293170	13.526	12.000,00	1.000,00
Tremedal	293180	18.560	12.000,00	1.000,00
Tucano	293190	55.923	33.553,80	2.796,15
Uauá	293200	25.274	15.164,40	1.263,70
Ubaíra	293210	21.897	13.138,20	1.094,85
Ubaitaba	293220	21.183	12.709,80	1.059,15
Ubatã	293230	27.312	16.387,20	1.365,60
Uibaí	293240	14.436	12.000,00	1.000,00
Umburanas	293245	18.635	12.000,00	1.000,00
Una	293250	22.989	14.001,20	1.166,77
Urandi	293260	17.239	12.000,00	1.000,00
Uruçuca	293270	22.004	13.202,40	1.100,20
Utinga	293280	19.516	12.000,00	1.000,00
Valença	293290	96.287	57.772,20	4.814,35





Valente	293300	27.162	16.297,20	1.358,10
Várzea da Roça	293305	14.654	12.000,00	1.000,00
Várzea do Poço	293310	9.309	12.000,00	1.000,00
Várzea Nova	293315	13.581	12.000,00	1.000,00
Varzedo	293317	9.449	12.000,00	1.000,00
Vera Cruz	293320	41.524	24.914,40	2.076,20
Vereda	293325	6.781	12.000,00	1.000,00
Vitória da Conquista	293330	336.987	202.192,20	16.849,35
Wagner	293340	9.504	12.000,00	1.000,00
Wanderley	293345	13.089	12.000,00	1.000,00
Wenceslau Guimarães	293350	23.046	13.827,60	1.152,30
Xique-Xique	293360	48.100	28.860,00	2.405,00
TOTAIS	417	15.044.137	10.113.108,04	842.759,00
CEARÁ	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abaíara	230010	11.089	12.000,00	1.000,00
Acarape	230015	16.011	12.000,00	1.000,00
Acarau	230020	60.137	36.082,20	3.006,85
Acopiara	230030	52.661	31.596,60	2.633,05
Aiuaba	230040	16.784	12.000,00	1.000,00
Alcântaras	230050	11.171	12.000,00	1.000,00
Altaneira	230060	7.196	12.000,00	1.000,00
Alto Santo	230070	16.767	12.000,00	1.000,00
Amontada	230075	41.227	24.736,20	2.061,35
Antonina do Norte	230080	7.172	12.000,00	1.000,00
Apuiarés	230090	14.397	12.000,00	1.000,00
Aquiraz	230100	76.186	45.711,60	3.809,30
Aracati	230110	71.749	43.049,40	3.587,45
Aracoiaba	230120	25.988	15.592,80	1.299,40
Ararendá	230125	10.723	12.000,00	1.000,00
Araipe	230130	21.170	12.707,86	1.058,99
Aratuba	230140	11.482	12.000,00	1.000,00
Arneiroz	230150	7.766	12.000,00	1.000,00
Assaré	230160	22.988	13.792,80	1.149,40
Aurora	230170	24.716	14.829,60	1.235,80
Baixio	230180	6.165	12.000,00	1.000,00
Banabuiú	230185	17.775	12.000,00	1.000,00
Barbalha	230190	57.818	34.690,80	2.890,90
Barreira	230195	20.371	12.222,60	1.018,55
Barro	230200	22.104	13.262,40	1.105,20
Barroquinha	230205	14.771	12.000,00	1.000,00
Baturité	230210	34.512	20.707,20	1.725,60
Beberibe	230220	51.442	30.865,20	2.572,10
Bela Cruz	230230	31.804	19.082,40	1.590,20
Boa Viagem	230240	53.608	32.164,80	2.680,40
Brejo Santo	230250	47.218	28.330,80	2.360,90
Camocim	230260	61.918	37.150,80	3.095,90
Campos Sales	230270	27.030	16.218,00	1.351,50
Canindé	230280	76.439	45.863,40	3.821,95
Capistrano	230290	17.470	12.000,00	1.000,00
Caridade	230300	21.236	12.741,60	1.061,80
Carié	230310	18.629	12.000,00	1.000,00
Caririaçu	230320	26.821	16.092,60	1.341,05
Cariús	230330	18.815	12.000,00	1.000,00
Carnaubal	230340	17.282	12.000,00	1.000,00
Cascavel	230350	68.926	41.355,60	3.446,30
Catarina	230360	19.676	12.000,00	1.000,00
Catunda	230365	10.218	12.000,00	1.000,00
Caucaia	230370	344.936	206.961,60	17.246,80
Cedro	230380	24.958	14.974,80	1.247,90
Chaval	230390	12.865	12.000,00	1.000,00
Choró	230393	13.195	12.000,00	1.000,00
Chorozinho	230395	19.187	12.000,00	1.000,00
Coreaú	230400	22.653	13.591,80	1.132,65
Crateús	230410	74.103	44.461,80	3.705,15
Crato	230420	126.591	75.954,60	6.329,55
Croátá	230423	17.569	12.000,00	1.000,00
Cruz	230425	23.344	14.006,40	1.167,20
Deputado Irapuan Pinheiro	230426	9.360	12.000,00	1.000,00
Ererê	230427	7.041	12.000,00	1.000,00
Eusébio	230428	49.455	29.673,00	2.472,75
Farias Brito	230430	19.015	12.000,00	1.000,00
Forquilha	230435	22.998	13.798,80	1.149,90
Fortaleza	230440	2.551.806	1.531.083,60	127.590,30
Fortim	230445	15.603	12.000,00	1.000,00
Frecheirinha	230450	13.402	12.000,00	1.000,00
General Sampaio	230460	6.591	12.000,00	1.000,00
Graça	230465	15.281	12.000,00	1.000,00
Granja	230470	53.435	32.061,00	2.671,75
Granjeiro	230480	4.569	12.000,00	1.000,00
Groairas	230490	10.668	12.000,00	1.000,00
Guaiúba	230495	25.310	15.186,00	1.265,50
Guaraciaba do Norte	230500	38.832	23.299,20	1.941,60
Guaramiranga	230510	3.909	12.000,00	1.000,00
Hidrolândia	230520	19.882	12.000,00	1.000,00
Horizonte	230523	60.584	36.350,40	3.029,20
Ibaretama	230526	13.155	12.000,00	1.000,00
Ibiapina	230530	24.458	14.674,80	1.222,90
Ibicuitinga	230533	11.890	12.000,00	1.000,00
Icapuí	230535	19.129	12.000,00	1.000,00
Icó	230540	66.885	40.131,00	3.344,25
Iguatu	230550	100.053	60.031,80	5.002,65
Independência	230560	25.946	15.567,60	1.297,30
Ipaporanga	230565	11.500	12.000,00	1.000,00
Ipaumirim	230570	12.256	12.000,00	1.000,00
Ipu	230580	41.190	24.714,00	2.059,50
Ipueiras	230590	38.159	22.895,40	1.907,95
Iracema	230600	14.011	12.000,00	1.000,00
Irauçuba	230610	23.202	13.921,20	1.160,10
Itaíçaba	230620	7.567	12.000,00	1.000,00
Itaitinga	230625	37.705	22.623,00	1.885,25
Itapagé	230630	50.211	30.126,60	2.510,55
Itapipoca	230640	122.220	73.332,00	6.111,00
Itapiúna	230650	19.409	12.000,00	1.000,00
Itarema	230655	39.494	23.696,40	1.974,70
Itatira	230660	19.861	12.000,00	1.000,00
Jaguaretama	230670	18.040	12.000,00	1.000,00
Jaguaribara	230680	10.892	12.000,00	1.000,00



Jaguaribe	230690	34.683	20.809,80	1.734,15
Jaguaruana	230700	33.174	19.904,40	1.658,70
Jardim	230710	27.067	16.240,20	1.353,35
Jati	230720	7.764	12.000,00	1.000,00
Jijoca de Jericoacoara	230725	18.292	12.000,00	1.000,00
Juazeiro do Norte	230730	261.289	156.773,40	13.064,45
Jucás	230740	24.351	14.610,60	1.217,55
Lavras da Mangabeira	230750	31.435	18.861,00	1.571,75
Limoeiro do Norte	230760	57.372	34.423,20	2.868,60
Madalena	230763	19.017	12.000,00	1.000,00
Maracanaú	230765	217.922	130.753,20	10.896,10
Maranguape	230770	120.405	72.243,00	6.020,25
Marco	230780	25.944	15.566,40	1.297,20
Martinópolis	230790	10.693	12.000,00	1.000,00
Massapê	230800	36.854	22.112,40	1.842,70
Mauriti	230810	45.640	27.384,00	2.282,00
Meruoca	230820	14.377	12.000,00	1.000,00
Milagres	230830	28.487	17.092,20	1.424,35
Milhã	230835	13.207	12.000,00	1.000,00
Miraima	230837	13.259	12.000,00	1.000,00
Missão Velha	230840	35.056	21.033,60	1.752,80
Mombaca	230850	43.493	26.541,50	2.211,79
Monsenhor Tabosa	230860	16.984	12.000,00	1.000,00
Morada Nova	230870	62.287	37.372,20	3.114,35
Moraújo	230880	8.393	12.000,00	1.000,00
Morrinhos	230890	21.561	12.936,60	1.078,05
Mucambo	230900	14.335	12.000,00	1.000,00
Mulungu	230910	12.196	12.000,00	1.000,00
Nova Olinda	230920	14.908	12.000,00	1.000,00
Nova Russas	230930	31.692	19.015,20	1.584,60
Novo Oriente	230940	28.075	16.845,00	1.403,75
Ocara	230945	24.829	14.897,40	1.241,45
Orós	230950	21.503	12.901,80	1.075,15
Pacajus	230960	66.510	39.906,00	3.325,50
Pacatuba	230970	77.723	46.633,80	3.886,15
Pacoti	230980	11.857	12.000,00	1.000,00
Pacujá	230990	6.131	12.000,00	1.000,00
Palhano	231000	9.126	12.000,00	1.000,00
Palmácia	231010	12.624	12.000,00	1.000,00
Paracuru	231020	32.919	19.751,40	1.645,95
Paraipaba	231025	31.413	18.847,80	1.570,65
Parambu	231030	31.462	18.877,20	1.573,10
Paramoti	231040	11.517	12.000,00	1.000,00
Pedra Branca	231050	42.643	25.585,80	2.132,15
Penaforte	231060	8.666	12.000,00	1.000,00
Pentecoste	231070	36.442	21.865,20	1.822,10
Pereiro	231080	16.063	12.000,00	1.000,00
Pindoretama	231085	19.733	12.000,00	1.000,00
Piquet Carneiro	231090	16.169	12.000,00	1.000,00
Pires Ferreira	231095	10.556	12.000,00	1.000,00
Poranga	231100	12.203	12.000,00	1.000,00
Porteiras	231110	15.108	12.000,00	1.000,00
Potengi	231120	10.651	12.000,00	1.000,00
Potiretama	231123	6.278	12.000,00	1.000,00
Quiterianópolis	231126	20.505	12.303,00	1.025,25
Quixadá	231130	83.990	50.394,00	4.199,50
Quixelô	231135	15.046	12.000,00	1.000,00
Quixeramobim	231140	75.565	45.339,00	3.778,25
Quixeré	231150	21.241	12.744,60	1.062,05
Redenção	231160	27.088	16.252,80	1.354,40
Reriutaba	231170	19.281	12.000,00	1.000,00
Russas	231180	73.436	44.061,60	3.671,80
Saboeiro	231190	15.835	12.000,00	1.000,00
Salitre	231195	15.976	12.000,00	1.000,00
Santa Quitéria	231220	43.358	26.014,80	2.167,90
Santana do Acaraú	231200	31.133	18.679,80	1.556,65
Santana do Cariri	231210	17.445	12.000,00	1.000,00
São Benedito	231230	45.653	27.391,80	2.282,65
São Gonçalo do Amarante	231240	46.247	27.748,20	2.312,35
São João do Jaguaribe	231250	7.829	12.000,00	1.000,00
São Luís do Curu	231260	12.663	12.000,00	1.000,00
Senador Pompeu	231270	26.656	15.993,60	1.332,80
Senador Sá	231280	7.210	12.000,00	1.000,00
Sobral	231290	197.663	118.597,80	9.883,15
Solonópole	231300	18.025	12.000,00	1.000,00
Tabuleiro do Norte	231310	30.018	18.010,80	1.500,90
Tamboril	231320	25.675	15.405,00	1.283,75
Tarrafas	231325	8.949	12.000,00	1.000,00
Tauá	231330	57.246	34.347,60	2.862,30
Tejuçuoca	231335	18.083	12.000,00	1.000,00
Tianguá	231340	72.110	43.266,00	3.605,50
Trairi	231350	53.561	32.136,60	2.678,05
Tururu	231355	15.224	12.000,00	1.000,00
Ubajara	231360	33.205	19.923,00	1.660,25
Umari	231370	7.660	12.000,00	1.000,00
Umirim	231375	19.349	12.000,00	1.000,00
Uruburetama	231380	20.768	12.460,80	1.038,40
Uruoca	231390	13.348	12.000,00	1.000,00
Varjota	231395	18.024	12.000,00	1.000,00
Várzea Alegre	231400	39.651	23.790,60	1.982,55
Viçosa do Ceará	231410	57.719	34.631,40	2.885,95
TOTAIS	184	8.778.576	5.617.241,16	468.103,43
DISTRITO FEDERAL	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Brasília	530010	2.789.761	1.673.856,60	139.488,05
TOTAIS	1	2.789.761	1.673.856,60	139.488,05
ESPÍRITO SANTO				
Afonso Cláudio	320010	32.551	19.530,60	1.627,55
Água Doce do Norte	320016	12.164	12.000,00	1.000,00
Água Branca	320013	10.045	12.000,00	1.000,00
Alegre	320020	32.267	19.360,20	1.613,35
Alfredo Chaves	320030	14.859	12.000,00	1.000,00
Alto Rio Novo	320035	7.841	12.000,00	1.000,00
Anchieta	320040	26.658	15.994,80	1.332,90
Apiacá	320050	7.916	12.000,00	1.000,00
Aracruz	320060	91.562	54.937,20	4.578,10
Atílio Vivacqua	320070	10.862	12.000,00	1.000,00





Baixo Guandu	320080	31.126	18.675,60	1.556,30
Barra de São Francisco	320090	43.882	26.329,20	2.194,10
Boa Esperança	320100	15.169	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus do Norte	320110	10.095	12.000,00	1.000,00
Brejetuba	320115	12.669	12.000,00	1.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	320120	205.213	123.127,80	10.260,65
Cariacica	320130	375.974	225.584,40	18.798,70
Castelo	320140	37.331	22.398,60	1.866,55
Colatina	320150	120.677	72.406,20	6.033,85
Conceição da Barra	320160	30.659	18.395,40	1.532,95
Conceição do Castelo	320170	12.579	12.000,00	1.000,00
Divino de São Lourenço	320180	4.688	12.000,00	1.000,00
Domingos Martins	320190	34.059	20.435,40	1.702,95
Dores do Rio Preto	320200	6.827	12.000,00	1.000,00
Ecoporanga	320210	24.327	14.596,20	1.216,35
Fundão	320220	19.177	12.000,00	1.000,00
Governador Lindenberg	320225	11.953	12.000,00	1.000,00
Guaçuí	320230	30.144	18.086,40	1.507,20
Guarapari	320240	116.278	69.766,80	5.813,90
Ibatiba	320245	24.575	14.745,00	1.228,75
Ibiracu	320250	12.124	12.000,00	1.000,00
Ibitirama	320255	9.400	12.000,00	1.000,00
Iconha	320260	13.548	12.000,00	1.000,00
Irupi	320265	12.798	12.000,00	1.000,00
Itaguaçu	320270	14.844	12.000,00	1.000,00
Itapemirim	320280	33.610	20.166,00	1.680,50
Itarana	320290	11.349	12.000,00	1.000,00
Iúna	320300	29.258	17.554,80	1.462,90
Jaguaré	320305	27.599	16.559,40	1.379,95
Jerônimo Monteiro	320310	11.707	12.000,00	1.000,00
João Neiva	320313	16.869	12.000,00	1.000,00
Laranja da Terra	320316	11.418	12.000,00	1.000,00
Linhares	320320	157.814	94.688,40	7.890,70
Mantenópolis	320330	14.808	12.000,00	1.000,00
Marataizes	320332	37.140	22.284,00	1.857,00
Marechal Floriano	320334	15.689	12.000,00	1.000,00
Marilândia	320335	12.092	12.000,00	1.000,00
Mimoso do Sul	320340	27.309	16.385,40	1.365,45
Montanha	320350	19.049	12.000,00	1.000,00
Mucurici	320360	5.909	12.000,00	1.000,00
Muniz Freire	320370	19.081	12.000,00	1.000,00
Muqui	320380	15.438	12.000,00	1.000,00
Nova Venécia	320390	49.564	29.738,40	2.478,20
Pancas	320400	23.125	13.875,00	1.156,25
Pedro Canário	320405	25.700	15.420,00	1.285,00
Pinheiros	320410	26.023	15.613,80	1.301,15
Piúma	320420	20.082	12.049,20	1.004,10
Ponto Belo	320425	7.590	12.000,00	1.000,00
Presidente Kennedy	320430	11.130	12.000,00	1.000,00
Rio Bananal	320435	18.892	12.000,00	1.000,00
Rio Novo do Sul	320440	11.993	12.000,00	1.000,00
Santa Leopoldina	320450	12.881	12.000,00	1.000,00
Santa Maria de Jetibá	320455	37.720	22.632,00	1.886,00
Santa Teresa	320460	23.432	14.059,20	1.171,60
São Domingos do Norte	320465	8.595	12.000,00	1.000,00
São Gabriel da Palha	320470	35.232	21.139,20	1.761,60
São José do Calçado	320480	10.987	12.000,00	1.000,00
São Mateus	320490	120.725	72.435,00	6.036,25
São Roque do Canaã	320495	12.179	12.000,00	1.000,00
Serra	320500	467.318	280.390,80	23.365,90
Sooretama	320501	26.843	16.105,80	1.342,15
Vargem Alta	320503	20.744	12.446,40	1.037,20
Venda Nova do Imigrante	320506	22.873	13.723,80	1.143,65
Viana	320510	72.115	43.269,00	3.605,75
Vila Pavão	320515	9.272	12.000,00	1.000,00
Vila Valério	320517	14.614	12.000,00	1.000,00
Vila Velha	320520	458.489	275.093,40	22.924,45
Vitória	320530	348.268	208.960,80	17.413,40
TOTAIS	78	3.839.366	2.488.959,60	207.413,30
GOIÁS	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abadia de Goiás	520005	7.567	12.000,00	1.000,00
Abadiânia	520010	17.326	12.000,00	1.000,00
Acreúna	520013	21.366	12.819,60	1.068,30
Adelândia	520015	2.550	12.000,00	1.000,00
Água Fria de Goiás	520017	5.395	12.000,00	1.000,00
Água Limpa	520020	2.021	12.000,00	1.000,00
Águas Lindas de Goiás	520025	177.890	106.734,00	8.894,50
Alexânia	520030	25.468	15.280,80	1.273,40
Aloândia	520050	2.089	12.000,00	1.000,00
Alto Horizonte	520055	5.140	12.000,00	1.000,00
Alto Paraíso de Goiás	520060	7.262	12.000,00	1.000,00
Alvorada do Norte	520080	8.448	12.000,00	1.000,00
Amaralina	520082	3.625	12.000,00	1.000,00
Americano do Brasil	520085	5.813	12.000,00	1.000,00
Amorinópolis	520090	3.570	12.000,00	1.000,00
Anápolis	520110	357.402	214.441,20	17.870,10
Anhanguera	520120	1.082	12.000,00	1.000,00
Anicuns	520130	21.195	12.717,00	1.059,75
Aparecida de Goiânia	520140	500.619	300.371,40	25.030,95
Aparecida do Rio Doce	520145	2.501	12.000,00	1.000,00
Aporé	520150	4.008	12.000,00	1.000,00
Araçu	520160	3.823	12.000,00	1.000,00
Aragarças	520170	19.267	12.000,00	1.000,00
Aragoiânia	520180	9.108	12.000,00	1.000,00
Araguapaz	520215	7.772	12.000,00	1.000,00
Arenópolis	520235	3.180	12.000,00	1.000,00
Aruanã	520250	8.335	12.000,00	1.000,00
Aurilândia	520260	3.599	12.000,00	1.000,00
Avelinópolis	520280	2.504	12.000,00	1.000,00
Baliza	520310	4.197	12.000,00	1.000,00
Barro Alto	520320	9.606	12.000,00	1.000,00
Bela Vista de Goiás	520330	26.642	15.985,20	1.332,10
Bom Jardim de Goiás	520340	8.752	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus de Goiás	520350	22.479	13.487,40	1.123,95
Bonfinópolis	520355	8.319	12.000,00	1.000,00
Bonópolis	520357	3.838	12.000,00	1.000,00
Brazabrantes	520360	3.444	12.000,00	1.000,00



Britânia	520380	5.724	12.000,00	1.000,00
Burití Alegre	520390	9.395	12.000,00	1.000,00
Burití de Goiás	520393	2.606	12.000,00	1.000,00
Buritinópolis	520396	3.398	12.000,00	1.000,00
Cabeceiras	520400	7.717	12.000,00	1.000,00
Cachoeira Alta	520410	11.348	12.000,00	1.000,00
Cachoeira de Goiás	520420	1.436	12.000,00	1.000,00
Cachoeira Dourada	520425	8.414	12.000,00	1.000,00
Caçu	520430	14.364	12.000,00	1.000,00
Caipônia	520440	17.773	12.000,00	1.000,00
Caldas Novas	520450	77.899	46.739,40	3.894,95
Caldazinha	520455	3.540	12.000,00	1.000,00
Campestre de Goiás	520460	3.539	12.000,00	1.000,00
Campinaçu	520465	3.745	12.000,00	1.000,00
Campinorte	520470	11.807	12.000,00	1.000,00
Campo Alegre de Goiás	520480	6.631	12.000,00	1.000,00
Campo Limpo de Goiás	520485	6.821	12.000,00	1.000,00
Campos Belos	520490	19.282	12.000,00	1.000,00
Campos Verdes	520495	4.365	12.000,00	1.000,00
Carmo do Rio Verde	520500	9.470	12.000,00	1.000,00
Castelândia	520505	3.676	12.000,00	1.000,00
Catalão	520510	94.896	56.937,60	4.744,80
Caturai	520520	4.910	12.000,00	1.000,00
Cavalcante	520530	9.719	12.000,00	1.000,00
Ceres	520540	21.652	12.991,20	1.082,60
Cezarina	520545	8.026	12.000,00	1.000,00
Chapadão do Céu	520547	8.042	12.000,00	1.000,00
Cidade Ocidental	520549	61.552	36.931,20	3.077,60
Cocalzinho de Goiás	520551	18.623	12.000,00	1.000,00
Colinas do Sul	520552	3.575	12.000,00	1.000,00
Córrego do Ouro	520570	2.616	12.000,00	1.000,00
Corumbá de Goiás	520580	10.829	12.000,00	1.000,00
Corumbáiba	520590	8.809	12.000,00	1.000,00
Cristalina	520620	51.149	30.689,40	2.557,45
Cristianópolis	520630	3.016	12.000,00	1.000,00
Crixás	520640	16.487	12.000,00	1.000,00
Cromínia	520650	3.627	12.000,00	1.000,00
Cumari	520660	3.010	12.000,00	1.000,00
Damianópolis	520670	3.381	12.000,00	1.000,00
Damolândia	520680	2.869	12.000,00	1.000,00
Davinópolis	520690	2.119	12.000,00	1.000,00
Diorama	520710	2.544	12.000,00	1.000,00
Divinópolis de Goiás	520830	5.046	12.000,00	1.000,00
Doverlândia	520725	7.938	12.000,00	1.000,00
Edealina	520735	3.819	12.000,00	1.000,00
Edéia	520740	11.854	12.000,00	1.000,00
Estrela do Norte	520750	3.393	12.000,00	1.000,00
Faina	520753	7.064	12.000,00	1.000,00
Fazenda Nova	520760	6.298	12.000,00	1.000,00
Firminópolis	520780	12.342	12.000,00	1.000,00
Flores de Goiás	520790	13.596	12.000,00	1.000,00
Formosa	520800	108.503	65.101,80	5.425,15
Formoso	520810	4.835	12.000,00	1.000,00
Gameleira de Goiás	520815	3.545	12.000,00	1.000,00
Goianápolis	520840	11.001	12.000,00	1.000,00
Goianira	520850	5.491	12.000,00	1.000,00
Goianésia	520860	63.938	38.362,80	3.196,90
Goiania	520870	1.393.575	836.145,00	69.678,75
Goianira	520880	37.713	22.627,80	1.885,65
Goiás	520890	24.793	14.875,80	1.239,65
Goiatuba	520910	33.759	20.255,40	1.687,95
Gouvelândia	520915	5.334	12.000,00	1.000,00
Guapó	520920	14.397	12.000,00	1.000,00
Guaraíta	520929	2.333	12.000,00	1.000,00
Guarani de Goiás	520940	4.267	12.000,00	1.000,00
Guarinos	520945	2.221	12.000,00	1.000,00
Heitorai	520960	3.704	12.000,00	1.000,00
Hidrolândia	520970	19.015	12.000,00	1.000,00
Hidrolina	520980	4.006	12.000,00	1.000,00
Iaciara	520990	13.159	12.000,00	1.000,00
Inaciolândia	520993	5.979	12.000,00	1.000,00
Indiara	520995	14.560	12.000,00	1.000,00
Inhumas	521000	50.736	30.441,60	2.536,80
Ipameri	521010	25.980	15.588,00	1.299,00
Ipiranga de Goiás	521015	2.930	12.000,00	1.000,00
Iporá	521020	32.143	19.285,80	1.607,15
Israelândia	521030	2.938	12.000,00	1.000,00
Itaberaí	521040	38.324	22.994,40	1.916,20
Itaguari	521056	4.673	12.000,00	1.000,00
Itaguaru	521060	5.521	12.000,00	1.000,00
Itajá	521080	5.050	12.000,00	1.000,00
Itapaci	521090	20.161	12.096,60	1.008,05
Itapirapuã	521100	7.264	12.000,00	1.000,00
Itapuranga	521120	26.695	16.017,00	1.334,75
Itarumã	521130	6.700	12.000,00	1.000,00
Itauçu	521140	8.893	12.000,00	1.000,00
Itumbiara	521150	98.484	59.090,40	4.924,20
Ivolândia	521160	2.651	12.000,00	1.000,00
Jandaia	521170	6.291	12.000,00	1.000,00
Jaraguá	521180	45.291	27.174,60	2.264,55
Jataí	521190	93.759	56.255,40	4.687,95
Jaupaci	521200	3.044	12.000,00	1.000,00
Jesópolis	521205	2.411	12.000,00	1.000,00
Joviânia	521210	7.374	12.000,00	1.000,00
Jussara	521220	19.458	12.000,00	1.000,00
Lagoa Santa	521225	1.377	12.000,00	1.000,00
Leopoldo de Bulhões	521230	8.133	12.000,00	1.000,00
Luziânia	521250	188.181	119.316,35	9.943,03
Mairipotaba	521260	2.433	12.000,00	1.000,00
Mambai	521270	7.596	12.000,00	1.000,00
Mara Rosa	521280	10.610	12.000,00	1.000,00
Marzagão	521290	2.169	12.000,00	1.000,00
Matrinchã	521295	4.510	12.000,00	1.000,00
Maurilândia	521300	12.513	12.000,00	1.000,00
Mimoso de Goiás	521305	2.730	12.000,00	1.000,00
Minaçu	521308	31.384	18.830,40	1.569,20
Minheiros	521310	58.062	34.837,20	2.903,10
Moiporá	521340	1.744	12.000,00	1.000,00





Monte Alegre de Goiás	521350	8.166	12.000,00	1.000,00
Montes Claros de Goiás	521370	8.210	12.000,00	1.000,00
Montividiu	521375	11.611	12.000,00	1.000,00
Montividiu do Norte	521377	4.325	12.000,00	1.000,00
Morrinhos	521380	43.792	26.275,20	2.189,60
Morro Agudo de Goiás	521385	2.387	12.000,00	1.000,00
Mossâmedes	521390	4.940	12.000,00	1.000,00
Mozarlândia	521400	14.360	12.000,00	1.000,00
Mundo Novo	521405	6.180	12.000,00	1.000,00
Mutunópolis	521410	3.928	12.000,00	1.000,00
Nazário	521440	8.421	12.000,00	1.000,00
Nerópolis	521450	26.364	15.818,40	1.318,20
Niquelândia	521460	44.540	26.724,00	2.227,00
Nova América	521470	2.342	12.000,00	1.000,00
Nova Aurora	521480	2.155	12.000,00	1.000,00
Nova Crixás	521483	12.488	12.000,00	1.000,00
Nova Glória	521486	8.633	12.000,00	1.000,00
Nova Iguaçu de Goiás	521487	2.926	12.000,00	1.000,00
Nova Roma	521490	3.504	12.000,00	1.000,00
Nova Veneza	521500	8.806	12.000,00	1.000,00
Novo Brasil	521520	3.445	12.000,00	1.000,00
Novo Gama	521523	103.085	61.851,00	5.154,25
Novo Planalto	521525	4.204	12.000,00	1.000,00
Orizona	521530	15.024	12.000,00	1.000,00
Ouro Verde de Goiás	521540	4.062	12.000,00	1.000,00
Ouvidor	521550	5.933	12.000,00	1.000,00
Padre Bernardo	521560	30.059	18.035,40	1.502,95
Palestina de Goiás	521565	3.482	12.000,00	1.000,00
Palmeiras de Goiás	521570	25.437	15.262,20	1.271,85
Palmelo	521580	2.407	12.000,00	1.000,00
Palminópolis	521590	3.656	12.000,00	1.000,00
Panamá	521600	2.733	12.000,00	1.000,00
Paranaiguara	521630	9.593	12.000,00	1.000,00
Paraúna	521640	11.175	12.000,00	1.000,00
Perolândia	521645	3.074	12.000,00	1.000,00
Petrolina de Goiás	521680	10.545	12.000,00	1.000,00
Pilar de Goiás	521690	2.703	12.000,00	1.000,00
Piracanjuba	521710	24.708	14.824,80	1.235,40
Piranhas	521720	11.314	12.000,00	1.000,00
Pirenópolis	521730	24.111	14.466,60	1.205,55
Pires do Rio	521740	30.232	18.139,20	1.511,60
Planaltina	521760	86.014	51.608,40	4.300,70
Pontalina	521770	17.749	12.000,00	1.000,00
Porangatu	521800	44.265	26.559,00	2.213,25
Porteirão	521805	3.577	12.000,00	1.000,00
Portelândia	521810	3.984	12.000,00	1.000,00
Posse	521830	33.712	20.227,20	1.685,60
Professor Jamil	521839	3.401	12.000,00	1.000,00
Quirinópolis	521850	46.187	27.712,20	2.309,35
Rialma	521860	10.899	12.000,00	1.000,00
Rianópolis	521870	4.747	12.000,00	1.000,00
Rio Quente	521878	3.724	12.000,00	1.000,00
Rio Verde	521880	197.048	118.228,80	9.852,40
Rubiataba	521890	19.661	12.000,00	1.000,00
Sanclerlândia	521900	7.766	12.000,00	1.000,00
Santa Bárbara de Goiás	521910	6.118	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz de Goiás	521920	3.144	12.000,00	1.000,00
Santa Fé de Goiás	521925	5.073	12.000,00	1.000,00
Santa Helena de Goiás	521930	37.994	22.796,40	1.899,70
Santa Isabel	521935	3.814	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Araguaia	521940	7.599	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Novo Destino	521945	3.301	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa de Goiás	521950	2.823	12.000,00	1.000,00
Santa Tereza de Goiás	521960	3.923	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha de Goiás	521970	10.142	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio da Barra	521971	4.644	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio de Goiás	521973	5.253	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Descoberto	521975	67.993	40.795,80	3.399,65
São Domingos	521980	12.016	12.000,00	1.000,00
São Francisco de Goiás	521990	6.315	12.000,00	1.000,00
São João da Paraúna	522005	1.649	12.000,00	1.000,00
São João d'Aliança	522000	11.467	12.000,00	1.000,00
São Luís de Montes Belos	522010	31.832	19.099,20	1.591,60
São Luiz do Norte	522015	4.884	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Araguaia	522020	22.773	13.663,80	1.138,65
São Miguel do Passa Quatro	522026	3.935	12.000,00	1.000,00
São Patrício	522028	2.054	12.000,00	1.000,00
São Simão	522040	18.493	12.000,00	1.000,00
Senador Canedo	522045	95.018	57.010,80	4.750,90
Serranópolis	522050	7.962	12.000,00	1.000,00
Silvânia	522060	19.976	12.000,00	1.000,00
Simolândia	522068	6.773	12.000,00	1.000,00
Sítio d'Abadia	522070	2.941	12.000,00	1.000,00
Taquaral de Goiás	522100	3.628	12.000,00	1.000,00
Teresina de Goiás	522108	3.213	12.000,00	1.000,00
Terezópolis de Goiás	522119	7.132	12.000,00	1.000,00
Três Ranchos	522130	2.895	12.000,00	1.000,00
Trindade	522140	113.447	68.068,20	5.672,35
Trombas	522145	3.553	12.000,00	1.000,00
Turvânia	522150	4.897	12.000,00	1.000,00
Turvelândia	522155	4.751	12.000,00	1.000,00
Uirapuru	522157	2.986	12.000,00	1.000,00
Uruaçu	522160	38.854	23.312,40	1.942,70
Uruana	522170	14.184	12.000,00	1.000,00
Urutaí	522180	3.153	12.000,00	1.000,00
Valparaíso de Goiás	522185	146.694	88.016,40	7.334,70
Varjão	522190	3.798	12.000,00	1.000,00
Vianópolis	522200	13.227	12.000,00	1.000,00
Vicentinópolis	522205	7.933	12.000,00	1.000,00
Vila Boa	522220	5.246	12.000,00	1.000,00
Vila Propício	522230	5.460	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	246	6.434.048	5.409.917,15	450.826,43
MARANHAO	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Açailândia	210005	107.790	64.674,00	5.389,50
Afonso Cunha	210010	6.197	12.000,00	1.000,00
Água Doce do Maranhão	210015	12.028	12.000,00	1.000,00
Alcântara	210020	21.644	12.986,40	1.082,20



Aldeias Altas	210030	25.177	15.106,20	1.258,85
Altamira do Maranhão	210040	11.564	12.000,00	1.000,00
Alto Alegre do Maranhão	210043	25.748	15.448,80	1.287,40
Alto Alegre do Pindaré	210047	31.253	18.751,80	1.562,65
Alto Parnaíba	210050	10.904	12.000,00	1.000,00
Amapá do Maranhão	210055	6.669	12.000,00	1.000,00
Amarante do Maranhão	210060	39.544	23.726,40	1.977,20
Anajatuba	210070	26.339	15.803,40	1.316,95
Anapurus	210080	14.815	12.000,00	1.000,00
Apicum-Açu	210083	17.474	12.000,00	1.000,00
Araguanã	210087	14.658	12.000,00	1.000,00
Araioses	210090	44.317	26.590,20	2.215,85
Arame	210095	31.867	19.120,20	1.593,35
Arari	210100	28.986	17.391,60	1.449,30
Axixá	210110	11.706	12.000,00	1.000,00
Bacabal	210120	101.851	61.110,60	5.092,55
Bacabeira	210125	15.982	12.000,00	1.000,00
Bacuri	210130	17.164	12.000,00	1.000,00
Bacurituba	210135	5.440	12.000,00	1.000,00
Balsas	210140	89.126	53.475,60	4.456,30
Barão de Grajaú	210150	18.074	12.000,00	1.000,00
Barra do Corda	210160	85.022	51.013,20	4.251,10
Barreirinhas	210170	58.599	35.159,40	2.929,95
Bela Vista do Maranhão	210177	10.717	12.000,00	1.000,00
Belágua	210173	7.105	12.000,00	1.000,00
Benedito Leite	210180	5.510	12.000,00	1.000,00
Bequimão	210190	20.821	12.492,60	1.041,05
Bernardo do Mearim	210193	6.176	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Gurupi	210197	8.626	12.000,00	1.000,00
Bom Jardim	210200	40.134	24.080,40	2.006,70
Bom Jesus das Selvas	210203	31.320	18.792,00	1.566,00
Bom Lugar	210207	15.604	12.000,00	1.000,00
Brejo	210210	34.754	20.852,40	1.737,70
Brejo de Aréia	210215	4.591	12.000,00	1.000,00
Buriti	210220	27.697	16.618,20	1.384,85
Buriti Bravo	210230	23.238	13.942,80	1.161,90
Buritcupu	210232	68.626	41.175,60	3.431,30
Buritirana	210235	15.008	12.000,00	1.000,00
Cachoeira Grande	210237	8.698	12.000,00	1.000,00
Cajapió	210240	10.822	12.000,00	1.000,00
Cajari	210250	18.751	12.000,00	1.000,00
Campestre do Maranhão	210255	13.808	12.000,00	1.000,00
Cândido Mendes	210260	19.426	12.000,00	1.000,00
Cantanhede	210270	21.125	12.675,00	1.056,25
Capinzal do Norte	210275	10.729	12.000,00	1.000,00
Carolina	210280	23.939	14.363,40	1.196,95
Carutapera	210290	22.811	13.686,60	1.140,55
Caxias	210300	159.396	95.637,60	7.969,80
Cedral	210310	10.414	12.000,00	1.000,00
Central do Maranhão	210312	8.255	12.000,00	1.000,00
Centro do Guilherme	210315	12.395	12.000,00	1.000,00
Centro Novo do Maranhão	210317	20.382	12.229,20	1.019,10
Chapadinha	210320	76.217	45.730,20	3.810,85
Cidelândia	210325	14.125	12.000,00	1.000,00
Codó	210330	119.641	71.784,60	5.982,05
Coelho Neto	210340	47.821	28.692,60	2.391,05
Colinas	210350	39.915	23.949,00	1.995,75
Conceição do Lago-Açu	210355	15.313	12.000,00	1.000,00
Coroatá	210360	63.154	37.892,40	3.157,70
Cururupu	210370	31.149	18.689,40	1.557,45
Davinópolis	210375	12.646	12.000,00	1.000,00
Dom Pedro	210380	22.844	13.706,40	1.142,20
Duque Bacelar	210390	10.942	12.000,00	1.000,00
Esperantinópolis	210400	17.460	12.000,00	1.000,00
Estreito	210405	38.932	23.359,20	1.946,60
Feira Nova do Maranhão	210407	8.265	12.000,00	1.000,00
Fernando Falcão	210408	9.783	12.000,00	1.000,00
Formosa da Serra Negra	210409	18.087	12.000,00	1.000,00
Fortaleza dos Nogueiras	210410	12.343	12.000,00	1.000,00
Fortuna	210420	15.212	12.000,00	1.000,00
Godofredo Viana	210430	11.046	12.000,00	1.000,00
Gonçalves Dias	210440	17.572	12.000,00	1.000,00
Governador Archer	210450	10.466	12.000,00	1.000,00
Governador Edison Lobão	210455	17.094	12.000,00	1.000,00
Governador Eugênio Barros	210460	16.312	12.000,00	1.000,00
Governador Luiz Rocha	210462	7.532	12.000,00	1.000,00
Governador Newton Bello	210465	10.113	12.000,00	1.000,00
Governador Nunes Freire	210467	25.262	15.157,20	1.263,10
Graça Aranha	210470	6.151	12.000,00	1.000,00
Grajaú	210480	65.078	39.046,80	3.253,90
Guimarães	210490	11.939	12.000,00	1.000,00
Humberto de Campos	210500	27.364	16.418,40	1.368,20
Icatu	210510	26.014	15.608,40	1.300,70
Igarapé do Meio	210515	13.347	12.000,00	1.000,00
Igarapé Grande	210520	11.431	12.000,00	1.000,00
Imperatriz	210530	251.468	150.880,80	12.573,40
Itaipava do Grajaú	210535	14.084	12.000,00	1.000,00
Itapecuru Mirim	210540	64.951	38.970,60	3.247,55
Itinga do Maranhão	210542	25.269	15.161,40	1.263,45
Jatobá	210545	9.360	12.000,00	1.000,00
Jenipapo dos Vieiras	210547	15.899	12.000,00	1.000,00
João Lisboa	210550	23.450	14.070,00	1.172,50
Joselândia	210560	15.755	12.000,00	1.000,00
Junco do Maranhão	210565	3.653	12.000,00	1.000,00
Lago da Pedra	210570	48.002	28.801,20	2.400,10
Lago do Junco	210580	9.873	12.000,00	1.000,00
Lago dos Rodrigues	210594	8.775	12.000,00	1.000,00
Lago Verde	210590	15.742	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Mato	210592	10.989	12.000,00	1.000,00
Lagoa Grande do Maranhão	210596	12.687	12.000,00	1.000,00
Lajeado Novo	210598	7.211	12.000,00	1.000,00
Lima Campos	210600	11.580	12.000,00	1.000,00
Loreto	210610	11.714	12.000,00	1.000,00
Luís Domingues	210620	6.697	12.000,00	1.000,00
Magalhães de Almeida	210630	18.680	12.000,00	1.000,00
Maracáçumé	210632	20.268	12.160,80	1.013,40
Marajá do Sena	210635	7.721	12.000,00	1.000,00
Maranhãozinho	210637	15.011	12.000,00	1.000,00





Mata Roma	210640	15.951	12.000,00	1.000,00
Matinha	210650	22.515	13.509,00	1.125,75
Matões	210660	32.545	19.527,00	1.627,25
Matões do Norte	210663	15.322	12.000,00	1.000,00
Milagres do Maranhão	210667	8.237	12.000,00	1.000,00
Mirador	210670	20.576	12.345,60	1.028,80
Miranda do Norte	210675	26.419	15.851,40	1.320,95
Mirinzal	210680	14.504	12.000,00	1.000,00
Monção	210690	32.180	19.308,00	1.609,00
Montes Altos	210700	9.183	12.000,00	1.000,00
Morros	210710	18.544	12.000,00	1.000,00
Nina Rodrigues	210720	13.465	12.000,00	1.000,00
Nova Colinas	210725	5.120	12.000,00	1.000,00
Nova Iorque	210730	4.599	12.000,00	1.000,00
Nova Olinda do Maranhão	210735	19.963	12.000,00	1.000,00
Olho d'Água das Cunhãs	210740	18.934	12.000,00	1.000,00
Olinda Nova do Maranhão	210745	13.911	12.000,00	1.000,00
Paço do Lumiar	210750	113.378	68.026,80	5.668,90
Palmeirândia	210760	19.133	12.000,00	1.000,00
Paraibano	210770	20.636	12.381,60	1.031,80
Parnarama	210780	33.883	20.329,80	1.694,15
Passagem Franca	210790	18.216	12.000,00	1.000,00
Pastos Bons	210800	18.687	12.000,00	1.000,00
Paulino Neves	210805	15.234	12.000,00	1.000,00
Paulo Ramos	210810	20.514	12.308,40	1.025,70
Pedreiras	210820	39.337	23.602,20	1.966,85
Pedro do Rosário	210825	23.874	14.324,40	1.193,70
Penalva	210830	36.520	21.912,00	1.826,00
Peri Mirim	210840	13.956	12.000,00	1.000,00
Peritoró	210845	22.123	13.273,80	1.106,15
Pindaré-Mirim	210850	31.866	19.119,60	1.593,30
Pinheiro	210860	80.365	48.219,00	4.018,25
Pio XII	210870	21.512	12.907,20	1.075,60
Pirapemas	210880	17.917	12.000,00	1.000,00
Poção de Pedras	210890	18.633	12.000,00	1.000,00
Porto Franco	210900	22.651	13.590,60	1.132,55
Porto Rico do Maranhão	210905	5.943	12.000,00	1.000,00
Presidente Dutra	210910	46.039	27.623,40	2.301,95
Presidente Juscelino	210920	12.103	12.000,00	1.000,00
Presidente Médici	210923	6.674	12.000,00	1.000,00
Presidente Sarney	210927	17.988	12.000,00	1.000,00
Presidente Vargas	210930	11.105	12.000,00	1.000,00
Primeira Cruz	210940	14.588	12.000,00	1.000,00
Raposa	210945	28.543	17.125,80	1.427,15
Riachão	210950	20.011	12.309,70	1.025,81
Ribamar Fiquene	210955	7.514	12.000,00	1.000,00
Rosário	210960	40.983	24.589,80	2.049,15
Sambaíba	210970	5.538	12.000,00	1.000,00
Santa Filomena do Maranhão	210975	7.426	12.000,00	1.000,00
Santa Helena	210980	41.081	24.648,60	2.054,05
Santa Inês	210990	82.106	49.263,60	4.105,30
Santa Luzia	211000	75.444	45.266,40	3.772,20
Santa Luzia do Paruá	211003	23.256	13.953,60	1.162,80
Santa Quitéria do Maranhão	211010	24.706	14.823,60	1.235,30
Santa Rita	211020	34.710	20.826,00	1.735,50
Santana do Maranhão	211023	12.521	12.000,00	1.000,00
Santo Amaro do Maranhão	211027	14.828	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio dos Lopes	211030	14.289	12.000,00	1.000,00
São Benedito do Rio Preto	211040	18.118	12.000,00	1.000,00
São Bento	211050	42.867	25.720,20	2.143,35
São Bernardo	211060	27.369	16.421,40	1.368,45
São Domingos do Azeitão	211065	7.147	12.000,00	1.000,00
São Domingos do Maranhão	211070	33.725	20.235,00	1.686,25
São Félix de Balsas	211080	4.593	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Brejão	211085	11.027	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Maranhão	211090	11.955	12.000,00	1.000,00
São João Batista	211100	20.152	12.091,20	1.007,60
São João do Carú	211102	15.599	12.000,00	1.000,00
São João do Paraíso	211105	10.917	12.000,00	1.000,00
São João do Soter	211107	17.809	12.000,00	1.000,00
São João dos Patos	211110	25.199	15.119,40	1.259,95
São José de Ribamar	211120	170.423	102.253,80	8.521,15
São José dos Basílios	211125	7.507	12.000,00	1.000,00
São Luís	211130	1.053.922	632.353,20	52.696,10
São Luís Gonzaga do Maranhão	211140	19.510	12.000,00	1.000,00
São Mateus do Maranhão	211150	40.095	24.057,00	2.004,75
São Pedro da Água Branca	211153	12.287	12.000,00	1.000,00
São Pedro dos Crentes	211157	4.520	12.000,00	1.000,00
São Raimundo das Mangabeiras	211160	18.093	12.000,00	1.000,00
São Raimundo do Doca Bezerra	211163	5.554	12.000,00	1.000,00
São Roberto	211167	6.329	12.000,00	1.000,00
São Vicente Ferrer	211170	21.445	12.867,00	1.072,25
Satubinha	211172	12.959	12.000,00	1.000,00
Senador Alexandre Costa	211174	10.657	12.000,00	1.000,00
Senador La Rocque	211176	14.315	12.000,00	1.000,00
Serrano do Maranhão	211178	10.693	12.000,00	1.000,00
Sítio Novo	211180	17.449	12.000,00	1.000,00
Sucupira do Norte	211190	10.454	12.000,00	1.000,00
Sucupira do Riachão	211195	5.498	12.000,00	1.000,00
Tasso Fragoso	211200	8.130	12.000,00	1.000,00
Timbiras	211210	28.368	17.020,80	1.418,40
Timon	211220	161.721	97.032,60	8.086,05
Trizidela do Vale	211223	19.559	12.000,00	1.000,00
Tufilândia	211227	5.681	12.000,00	1.000,00
Tuntum	211230	40.273	24.163,80	2.013,65
Turiacu	211240	34.554	20.732,40	1.727,70
Turilândia	211245	24.190	14.514,00	1.209,50
Tutóia	211250	55.705	33.423,00	2.785,25
Urbano Santos	211260	31.335	18.801,00	1.566,75
Vargem Grande	211270	52.937	31.762,20	2.646,85
Viana	211280	50.687	30.412,20	2.534,35
Vila Nova dos Martírios	211285	12.352	12.000,00	1.000,00
Vitória do Mearim	211290	31.793	19.075,80	1.589,65
Vitorino Freire	211300	30.959	18.575,40	1.547,95
Zé Doca	211400	49.848	29.908,80	2.492,40
TOTAIS	217	6.794.301	4.664.490,10	388.707,51
MINAS GERAIS	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal



Abadia dos Dourados	310010	6.967	12.000,00	1.000,00
Abaeté	310020	23.451	14.070,60	1.172,55
Abre Campo	310030	13.703	12.000,00	1.000,00
Acaiaca	310040	4.045	12.000,00	1.000,00
Acucena	310050	10.297	12.000,00	1.000,00
Água Boa	310060	15.034	12.000,00	1.000,00
Água Comprida	310070	2.070	12.000,00	1.000,00
Aguanil	310080	4.293	12.000,00	1.000,00
Águas Formosas	310090	19.186	12.000,00	1.000,00
Águas Vermelhas	310100	13.306	12.000,00	1.000,00
Aimorés	310110	25.675	15.405,00	1.283,75
Aiuruoca	310120	6.274	12.000,00	1.000,00
Alagoa	310130	2.768	12.000,00	1.000,00
Albertina	310140	3.018	12.000,00	1.000,00
Além Paraíba	310150	35.559	21.335,40	1.777,95
Alfenas	310160	77.618	46.570,80	3.880,90
Alfredo Vasconcelos	310163	6.490	12.000,00	1.000,00
Almenara	310170	40.749	24.449,40	2.037,45
Alpercata	310180	7.437	12.000,00	1.000,00
Alpinópolis	310190	19.391	12.000,00	1.000,00
Alterosa	310200	14.306	12.000,00	1.000,00
Alto Caparaó	310205	5.605	12.000,00	1.000,00
Alto Jequitibá	315350	8.535	12.000,00	1.000,00
Alto Rio Doce	310210	12.120	12.000,00	1.000,00
Alvarenga	310220	4.395	12.000,00	1.000,00
Alvinópolis	310230	15.642	12.000,00	1.000,00
Alvorada de Minas	310240	3.657	12.000,00	1.000,00
Amparo do Serra	310250	5.023	12.000,00	1.000,00
Andradas	310260	39.416	23.649,60	1.970,80
Andrelândia	310280	12.507	12.000,00	1.000,00
Angelândia	310285	8.371	12.000,00	1.000,00
Antônio Carlos	310290	11.507	12.000,00	1.000,00
Antônio Dias	310300	9.738	12.000,00	1.000,00
Antônio Prado de Minas	310310	1.692	12.000,00	1.000,00
Araçai	310320	2.335	12.000,00	1.000,00
Aracitaba	310330	2.113	12.000,00	1.000,00
Araçuai	310340	37.169	22.301,40	1.858,45
Araguari	310350	114.970	68.982,00	5.748,50
Arantina	310360	2.888	12.000,00	1.000,00
Araponga	310370	8.454	12.000,00	1.000,00
Araporã	310375	6.527	12.000,00	1.000,00
Arapuá	310380	2.866	12.000,00	1.000,00
Araújos	310390	8.517	12.000,00	1.000,00
Araxá	310400	99.986	59.991,60	4.999,30
Arceburgo	310410	10.146	12.000,00	1.000,00
Arcos	310420	38.630	23.178,00	1.931,50
Areado	310430	14.503	12.000,00	1.000,00
Argirita	310440	2.924	12.000,00	1.000,00
Aricanduva	310445	5.036	12.000,00	1.000,00
Arinos	310450	18.198	12.000,00	1.000,00
Astolfo Dutra	310460	13.738	12.000,00	1.000,00
Ataléia	310470	14.344	12.000,00	1.000,00
Augusto de Lima	310480	5.062	12.000,00	1.000,00
Baependi	310490	19.045	12.000,00	1.000,00
Baldim	310500	8.093	12.000,00	1.000,00
Bambuí	310510	23.665	14.199,00	1.183,25
Bandeira	310520	5.059	12.000,00	1.000,00
Bandeira do Sul	310530	5.603	12.000,00	1.000,00
Barão de Cocais	310540	30.501	18.300,60	1.525,05
Barão de Monte Alto	310550	5.770	12.000,00	1.000,00
Barbacena	310560	132.980	79.788,00	6.649,00
Barra Longa	310570	5.991	12.000,00	1.000,00
Barroso	310590	20.484	12.290,40	1.024,20
Bela Vista de Minas	310600	10.342	12.000,00	1.000,00
Belmiro Braga	310610	3.499	12.000,00	1.000,00
Belo Horizonte	310620	2.479.165	1.487.499,00	123.958,25
Belo Oriente	310630	25.026	15.015,60	1.251,30
Belo Vale	310640	7.789	12.000,00	1.000,00
Berilo	310650	12.508	12.000,00	1.000,00
Berizal	310665	4.597	12.000,00	1.000,00
Bertópolis	310660	4.648	12.000,00	1.000,00
Betim	310670	406.474	250.912,86	20.909,41
Bias Fortes	310680	3.765	12.000,00	1.000,00
Bicas	310690	14.268	12.000,00	1.000,00
Biquinhas	310700	2.664	12.000,00	1.000,00
Boa Esperança	310710	40.018	24.010,80	2.000,90
Bocaina de Minas	310720	5.163	12.000,00	1.000,00
Bocaiúva	310730	48.974	29.384,40	2.448,70
Bom Despacho	310740	48.350	29.010,00	2.417,50
Bom Jardim de Minas	310750	6.663	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus da Penha	310760	4.091	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus do Amparo	310770	5.817	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus do Galho	310780	15.633	12.000,00	1.000,00
Bom Repouso	310790	10.759	12.000,00	1.000,00
Bom Sucesso	310800	17.805	12.000,00	1.000,00
Bonfim	310810	7.012	12.000,00	1.000,00
Bonfinópolis de Minas	310820	5.904	12.000,00	1.000,00
Bonito de Minas	310825	10.395	12.000,00	1.000,00
Borda da Mata	310830	18.271	12.000,00	1.000,00
Botelhos	310840	15.326	12.000,00	1.000,00
Botumirim	310850	6.612	12.000,00	1.000,00
Brás Pires	310870	4.664	12.000,00	1.000,00
Brasilândia de Minas	310855	15.310	12.000,00	1.000,00
Brasília de Minas	310860	32.378	19.426,80	1.618,90
Brasópolis	310890	14.982	12.000,00	1.000,00
Braúnas	310880	5.091	12.000,00	1.000,00
Brumadinho	310900	36.748	22.048,80	1.837,40
Bueno Brandão	310910	11.211	12.000,00	1.000,00
Buenópolis	310920	10.583	12.000,00	1.000,00
Bugre	310925	4.122	12.000,00	1.000,00
Buritiz	310930	23.979	14.387,40	1.198,95
Buritizinho	310940	27.974	16.784,40	1.398,70
Cabeceira Grande	310945	6.774	12.000,00	1.000,00
Cabo Verde	310950	14.262	12.000,00	1.000,00
Cachoeira da Prata	310960	3.734	12.000,00	1.000,00
Cachoeira de Minas	310970	11.481	12.000,00	1.000,00
Cachoeira de Pajeú	310270	9.333	12.000,00	1.000,00
Cachoeira Dourada	310980	2.628	12.000,00	1.000,00





Caetanópolis	310990	10.918	12.000,00	1.000,00
Caeté	311000	43.036	25.821,60	2.151,80
Caiana	311010	5.260	12.000,00	1.000,00
Cajuri	311020	4.135	12.000,00	1.000,00
Caldas	311030	14.250	12.000,00	1.000,00
Camacho	311040	3.158	12.000,00	1.000,00
Camanducaia	311050	21.844	13.106,40	1.092,20
Cambuí	311060	28.123	16.873,80	1.406,15
Cambuquira	311070	12.997	12.000,00	1.000,00
Campanário	311080	3.706	12.000,00	1.000,00
Campanha	311090	16.215	12.000,00	1.000,00
Campestre	311100	21.340	12.804,00	1.067,00
Campina Verde	311110	19.959	12.000,00	1.000,00
Campo Azul	311115	3.821	12.000,00	1.000,00
Campo Belo	311120	53.656	32.193,60	2.682,80
Campo do Meio	311130	11.831	12.000,00	1.000,00
Campo Florido	311140	7.444	12.000,00	1.000,00
Campos Altos	311150	14.964	12.000,00	1.000,00
Campos Gerais	311160	28.683	17.209,80	1.434,15
Cana Verde	311190	5.739	12.000,00	1.000,00
Canaã	311170	4.729	12.000,00	1.000,00
Canápolis	311180	11.882	12.000,00	1.000,00
Candeias	311200	15.066	12.000,00	1.000,00
Cantagalo	311205	4.406	12.000,00	1.000,00
Caparaó	311210	5.416	12.000,00	1.000,00
Capela Nova	311220	4.848	12.000,00	1.000,00
Capelinha	311230	36.740	22.044,00	1.837,00
Capetinga	311240	7.222	12.000,00	1.000,00
Capim Branco	311250	9.382	12.000,00	1.000,00
Capinópolis	311260	15.961	12.000,00	1.000,00
Capitão Andrade	311265	5.221	12.000,00	1.000,00
Capitão Enéas	311270	14.894	12.000,00	1.000,00
Capitólio	311280	8.535	12.000,00	1.000,00
Caputira	311290	9.349	12.000,00	1.000,00
Carai	311300	23.340	14.004,00	1.167,00
Caranaíba	311310	3.341	12.000,00	1.000,00
Carandaí	311320	24.594	14.756,40	1.229,70
Carangola	311330	33.358	20.014,80	1.667,90
Caratinga	311340	89.578	53.746,80	4.478,90
Carbonita	311350	9.467	12.000,00	1.000,00
Careacu	311360	6.604	12.000,00	1.000,00
Carlos Chagas	311370	20.214	12.128,40	1.010,70
Carmésia	311380	2.567	12.000,00	1.000,00
Carmo da Cachoeira	311390	12.249	12.000,00	1.000,00
Carmo da Mata	311400	11.382	12.000,00	1.000,00
Carmo de Minas	311410	14.451	12.000,00	1.000,00
Carmo do Cajuru	311420	21.294	12.776,40	1.064,70
Carmo do Paranaíba	311430	30.695	18.417,00	1.534,75
Carmo do Rio Claro	311440	21.206	12.723,60	1.060,30
Carmópolis de Minas	311450	18.205	12.000,00	1.000,00
Carneirinho	311455	9.890	12.000,00	1.000,00
Carrancas	311460	4.081	12.000,00	1.000,00
Carvalhópolis	311470	3.502	12.000,00	1.000,00
Carvalhos	311480	4.651	12.000,00	1.000,00
Casa Grande	311490	2.307	12.000,00	1.000,00
Cascalho Rico	311500	2.999	12.000,00	1.000,00
Cássia	311510	17.967	12.000,00	1.000,00
Cataguases	311530	73.232	43.939,20	3.661,60
Catas Altas	311535	5.136	12.000,00	1.000,00
Catas Altas da Noruega	311540	3.608	12.000,00	1.000,00
Catuji	311545	6.761	12.000,00	1.000,00
Catuti	311547	5.200	12.000,00	1.000,00
Caxambu	311550	22.257	13.354,20	1.112,85
Cedro do Abaeté	311560	1.227	12.000,00	1.000,00
Central de Minas	311570	7.029	12.000,00	1.000,00
Centralina	311580	10.583	12.000,00	1.000,00
Chácara	311590	2.977	12.000,00	1.000,00
Chalé	311600	5.811	12.000,00	1.000,00
Chapada do Norte	311610	15.638	12.000,00	1.000,00
Chapada Gaúcha	311615	11.972	12.000,00	1.000,00
Chiador	311620	2.827	12.000,00	1.000,00
Cipotânea	311630	6.793	12.000,00	1.000,00
Claraval	311640	4.751	12.000,00	1.000,00
Claro dos Poções	311650	7.909	12.000,00	1.000,00
Cláudio	311660	27.321	16.392,60	1.366,05
Coimbra	311670	7.392	12.000,00	1.000,00
Coluna	311680	9.213	12.000,00	1.000,00
Comendador Gomes	311690	3.093	12.000,00	1.000,00
Comercinho	311700	8.094	12.000,00	1.000,00
Conceição da Aparecida	311710	10.222	12.000,00	1.000,00
Conceição da Barra de Minas	311520	4.057	12.000,00	1.000,00
Conceição das Alagoas	311730	25.139	15.083,40	1.256,95
Conceição das Pedras	311720	2.840	12.000,00	1.000,00
Conceição de Ipanema	311740	4.609	12.000,00	1.000,00
Conceição do Mato Dentro	311750	18.273	12.000,00	1.000,00
Conceição do Pará	311760	5.400	12.000,00	1.000,00
Conceição do Rio Verde	311770	13.499	12.000,00	1.000,00
Conceição dos Ouros	311780	11.048	12.000,00	1.000,00
Cônego Marinho	311783	7.464	12.000,00	1.000,00
Confins	311787	6.336	12.000,00	1.000,00
Congonhal	311790	11.198	12.000,00	1.000,00
Congonhas	311800	51.709	31.025,40	2.585,45
Congonhas do Norte	311810	5.103	12.000,00	1.000,00
Conquista	311820	6.824	12.000,00	1.000,00
Conselheiro Lafaiete	311830	123.275	73.965,00	6.163,75
Conselheiro Pena	311840	23.032	13.819,20	1.151,60
Consolação	311850	1.785	12.000,00	1.000,00
Contagem	311860	637.961	382.776,60	31.898,05
Coqueiral	311870	9.492	12.000,00	1.000,00
Coração de Jesus	311880	26.889	16.133,40	1.344,45
Cordisburgo	311890	8.963	12.000,00	1.000,00
Cordislândia	311900	3.556	12.000,00	1.000,00
Corinto	311910	24.484	14.690,40	1.224,20
Coroaci	311920	10.453	12.000,00	1.000,00
Coromandel	311930	28.398	17.038,80	1.419,90
Coronel Fabriciano	311940	108.302	64.981,20	5.415,10
Coronel Murta	311950	9.387	12.000,00	1.000,00
Coronel Pacheco	311960	3.093	12.000,00	1.000,00



Coronel Xavier Chaves	311970	3.429	12.000,00	1.000,00
Córrego Danta	311980	3.426	12.000,00	1.000,00
Córrego do Bom Jesus	311990	3.819	12.000,00	1.000,00
Córrego Fundo	311995	6.110	12.000,00	1.000,00
Córrego Novo	312000	3.100	12.000,00	1.000,00
Couto de Magalhães de Minas	312010	4.377	12.000,00	1.000,00
Crisólita	312015	6.408	12.000,00	1.000,00
Cristais	312020	12.046	12.000,00	1.000,00
Cristália	312030	5.976	12.000,00	1.000,00
Cristiano Ottoni	312040	5.182	12.000,00	1.000,00
Cristina	312050	10.486	12.000,00	1.000,00
Crucilândia	312060	4.966	12.000,00	1.000,00
Cruzeiro da Fortaleza	312070	4.103	12.000,00	1.000,00
Cruzília	312080	15.227	12.000,00	1.000,00
Cuparaque	312083	4.895	12.000,00	1.000,00
Curral de Dentro	312087	7.345	12.000,00	1.000,00
Curvelo	312090	77.824	46.694,40	3.891,20
Datas	312100	5.409	12.000,00	1.000,00
Delfim Moreira	312110	8.197	12.000,00	1.000,00
Delfinópolis	312120	7.096	12.000,00	1.000,00
Delta	312125	9.053	12.000,00	1.000,00
Descoberto	312130	4.968	12.000,00	1.000,00
Desterro de Entre Rios	312140	7.259	12.000,00	1.000,00
Desterro do Melo	312150	3.060	12.000,00	1.000,00
Diamantina	312160	47.647	28.588,20	2.382,35
Diogo de Vasconcelos	312170	3.935	12.000,00	1.000,00
Dionísio	312180	8.657	12.000,00	1.000,00
Divinésia	312190	3.417	12.000,00	1.000,00
Divino	312200	19.879	12.000,00	1.000,00
Divino das Laranjeiras	312210	5.078	12.000,00	1.000,00
Divinolândia de Minas	312220	7.376	12.000,00	1.000,00
Divinópolis	312230	226.345	135.807,00	11.317,25
Divisa Alegre	312235	6.315	12.000,00	1.000,00
Divisa Nova	312240	5.990	12.000,00	1.000,00
Divisópolis	312245	9.838	12.000,00	1.000,00
Dom Bosco	312247	3.872	12.000,00	1.000,00
Dom Cavati	312250	5.303	12.000,00	1.000,00
Dom Joaquim	312260	4.632	12.000,00	1.000,00
Dom Silvério	312270	5.344	12.000,00	1.000,00
Dom Viçoso	312280	3.074	12.000,00	1.000,00
Dona Eusébia	312290	6.334	12.000,00	1.000,00
Dores de Campos	312300	9.805	12.000,00	1.000,00
Dores de Guanhães	312310	5.343	12.000,00	1.000,00
Dores do Indaíá	312320	14.048	12.000,00	1.000,00
Dores do Turvo	312330	4.516	12.000,00	1.000,00
Doresópolis	312340	1.504	12.000,00	1.000,00
Douradoquara	312350	1.909	12.000,00	1.000,00
Durandé	312352	7.747	12.000,00	1.000,00
Elói Mendes	312360	26.759	16.055,40	1.337,95
Engenheiro Caldas	312370	10.812	12.000,00	1.000,00
Engenheiro Navarro	312380	7.345	12.000,00	1.000,00
Entre Folhas	312385	5.360	12.000,00	1.000,00
Entre Rios de Minas	312390	14.940	12.000,00	1.000,00
Ervália	312400	18.707	12.000,00	1.000,00
Esmeraldas	312410	65.224	39.134,40	3.261,20
Espera Feliz	312420	24.098	14.458,80	1.204,90
Espinosa	312430	32.081	19.248,60	1.604,05
Espírito Santo do Dourado	312440	4.625	12.000,00	1.000,00
Estiva	312450	11.285	12.000,00	1.000,00
Estrela Dalva	312460	2.496	12.000,00	1.000,00
Estrela do Indaíá	312470	3.602	12.000,00	1.000,00
Estrela do Sul	312480	7.804	12.000,00	1.000,00
Eugenópolis	312490	11.042	12.000,00	1.000,00
Ewbank da Câmara	312500	3.901	12.000,00	1.000,00
Extrema	312510	31.693	19.015,80	1.584,65
Fama	312520	2.419	12.000,00	1.000,00
Faria Lemos	312530	3.423	12.000,00	1.000,00
Felício dos Santos	312540	5.157	12.000,00	1.000,00
Felisburgo	312560	7.236	12.000,00	1.000,00
Felixlândia	312570	14.864	12.000,00	1.000,00
Fernandes Tourinho	312580	3.232	12.000,00	1.000,00
Ferros	312590	10.807	12.000,00	1.000,00
Fervedouro	312595	10.822	12.000,00	1.000,00
Florestal	312600	7.026	12.000,00	1.000,00
Formiga	312610	67.617	40.570,20	3.380,85
Formoso	312620	8.817	12.000,00	1.000,00
Fortaleza de Minas	312630	4.302	12.000,00	1.000,00
Fortuna de Minas	312640	2.850	12.000,00	1.000,00
Francisco Badaró	312650	10.542	12.000,00	1.000,00
Francisco Dumont	312660	5.098	12.000,00	1.000,00
Francisco Sá	312670	25.983	15.589,80	1.299,15
Franciscópolis	312675	5.825	12.000,00	1.000,00
Frei Gaspar	312680	6.033	12.000,00	1.000,00
Frei Inocêncio	312690	9.366	12.000,00	1.000,00
Frei Lagonegro	312695	3.462	12.000,00	1.000,00
Fronteira	312700	15.658	12.000,00	1.000,00
Fronteira dos Vales	312705	4.777	12.000,00	1.000,00
Fruta de Leite	312707	5.919	12.000,00	1.000,00
Frutal	312710	56.720	34.032,00	2.836,00
Funilândia	312720	4.108	12.000,00	1.000,00
Galiléia	312730	7.092	12.000,00	1.000,00
Gameleiras	312733	5.264	12.000,00	1.000,00
Glaucilândia	312735	3.097	12.000,00	1.000,00
Goiabeira	312737	3.226	12.000,00	1.000,00
Goianá	312738	3.849	12.000,00	1.000,00
Gonçalves	312740	4.370	12.000,00	1.000,00
Gonzaga	312750	6.148	12.000,00	1.000,00
Gouveia	312760	12.030	12.000,00	1.000,00
Governador Valadares	312770	275.568	165.340,80	13.778,40
Grão Mogol	312780	15.667	12.000,00	1.000,00
Grupiara	312790	1.414	12.000,00	1.000,00
Guanhães	312800	33.020	19.812,00	1.651,00
Guapé	312810	14.349	12.000,00	1.000,00
Guaraciaba	312820	10.521	12.000,00	1.000,00
Guaraciama	312825	4.919	12.000,00	1.000,00
Guaranésia	312830	19.298	12.000,00	1.000,00
Guarani	312840	8.977	12.000,00	1.000,00
Guarará	312850	3.991	12.000,00	1.000,00
Guarda-Mor	312860	6.741	12.000,00	1.000,00
Guaxupé	312870	51.488	30.892,80	2.574,40
Guidoval	312880	7.356	12.000,00	1.000,00





Guimarânia	312890	7.693	12.000,00	1.000,00
Guiricema	312900	8.838	12.000,00	1.000,00
Gurinhata	312910	6.144	12.000,00	1.000,00
Heliodora	312920	6.416	12.000,00	1.000,00
Iapu	312930	10.768	12.000,00	1.000,00
Ibertioga	312940	5.163	12.000,00	1.000,00
Ibiá	312950	24.435	14.661,00	1.221,75
Ibiaí	312960	8.215	12.000,00	1.000,00
Ibiracatu	312965	6.250	12.000,00	1.000,00
Ibiraci	312970	13.006	12.000,00	1.000,00
Ibirité	312980	169.908	101.944,80	8.495,40
Ibitiúra de Minas	312990	3.503	12.000,00	1.000,00
Ibituruna	313000	2.979	12.000,00	1.000,00
Icarai de Minas	313005	11.411	12.000,00	1.000,00
Igarapé	313010	38.285	22.971,00	1.914,25
Igaratinga	313020	9.997	12.000,00	1.000,00
Iguatama	313030	8.213	12.000,00	1.000,00
Ijaci	313040	6.225	12.000,00	1.000,00
Ilicínea	313050	12.061	12.000,00	1.000,00
Imbé de Minas	313055	6.739	12.000,00	1.000,00
Inconfidentes	313060	7.217	12.000,00	1.000,00
Indaiabira	313065	7.528	12.000,00	1.000,00
Indianópolis	313070	6.568	12.000,00	1.000,00
Ingai	313080	2.740	12.000,00	1.000,00
Inhapim	313090	24.882	14.929,20	1.244,10
Inhaúma	313100	6.068	12.000,00	1.000,00
Inimutaba	313110	7.297	12.000,00	1.000,00
Ipaba	313115	17.729	12.000,00	1.000,00
Ipanema	313120	19.165	12.000,00	1.000,00
Ipatinga	313130	253.098	151.858,80	12.654,90
Ipiacu	313140	4.250	12.000,00	1.000,00
Ipuiúna	313150	9.942	12.000,00	1.000,00
Iraí de Minas	313160	6.795	12.000,00	1.000,00
Itabira	313170	115.817	69.490,20	5.790,85
Itabirinha	313180	11.224	12.000,00	1.000,00
Itabirito	313190	48.614	29.168,40	2.430,70
Itacambira	313200	5.241	12.000,00	1.000,00
Itacarambi	313210	18.316	12.000,00	1.000,00
Itaguara	313220	12.999	12.000,00	1.000,00
Itaipé	313230	12.403	12.000,00	1.000,00
Itajubá	313240	94.940	56.964,00	4.747,00
Itamarandiba	313250	33.804	20.282,40	1.690,20
Itamarati de Minas	313260	4.270	12.000,00	1.000,00
Itambacuri	313270	23.528	14.116,80	1.176,40
Itambé do Mato Dentro	313280	2.281	12.000,00	1.000,00
Itamogi	313290	10.572	12.000,00	1.000,00
Itamonte	313300	14.855	12.000,00	1.000,00
Itanhandu	313310	14.902	12.000,00	1.000,00
Itanhomi	313320	12.280	12.000,00	1.000,00
Itaobim	313330	21.569	12.941,40	1.078,45
Itapagipe	313340	14.501	12.000,00	1.000,00
Itapecerica	313350	22.054	13.232,40	1.102,70
Itapeva	313360	9.236	12.000,00	1.000,00
Itatiaiuçu	313370	10.563	12.000,00	1.000,00
Itaú de Minas	313375	15.694	12.000,00	1.000,00
Itaúna	313380	90.084	54.050,40	4.504,20
Itaverava	313390	5.833	12.000,00	1.000,00
Itinga	313400	14.963	12.000,00	1.000,00
Itueta	313410	6.051	12.000,00	1.000,00
Ituiutaba	313420	102.020	61.212,00	5.101,00
Itumirim	313430	6.263	12.000,00	1.000,00
Iturama	313440	36.837	22.102,20	1.841,85
Itutinga	313450	3.976	12.000,00	1.000,00
Jaboticatubas	313460	18.508	12.000,00	1.000,00
Jacinto	313470	12.511	12.000,00	1.000,00
Jacuí	313480	7.755	12.000,00	1.000,00
Jacutinga	313490	24.354	14.612,40	1.217,70
Jaguaraçu	313500	3.112	12.000,00	1.000,00
Jaíba	313505	36.098	21.658,80	1.804,90
Jampruca	313507	5.303	12.000,00	1.000,00
Janaúba	313510	70.041	42.024,60	3.502,05
Januária	313520	67.875	40.725,00	3.393,75
Japaraíba	313530	4.168	12.000,00	1.000,00
Japonvar	313535	8.599	12.000,00	1.000,00
Jecéaba	313540	5.387	12.000,00	1.000,00
Jenipapo de Minas	313545	7.479	12.000,00	1.000,00
Jequeri	313550	13.041	12.000,00	1.000,00
Jequitai	313560	8.069	12.000,00	1.000,00
Jequitibá	313570	5.307	12.000,00	1.000,00
Jequitinhonha	313580	25.150	15.090,00	1.257,50
Jesuânia	313590	4.899	12.000,00	1.000,00
Joáima	313600	15.483	12.000,00	1.000,00
Joanésia	313610	5.305	12.000,00	1.000,00
João Monlevade	313620	77.474	46.484,40	3.873,70
João Pinheiro	313630	47.549	28.529,40	2.377,45
Joaquim Felício	313640	4.538	12.000,00	1.000,00
Jordânia	313650	10.744	12.000,00	1.000,00
José Gonçalves de Minas	313652	4.656	12.000,00	1.000,00
José Raydan	313655	4.681	12.000,00	1.000,00
Josenópolis	313657	4.778	12.000,00	1.000,00
Juatuba	313665	24.255	14.553,00	1.212,75
Juiz de Fora	313670	545.942	327.565,20	27.297,10
Juramento	313680	4.288	12.000,00	1.000,00
Juruaia	313690	9.887	12.000,00	1.000,00
Juvenília	313695	5.863	12.000,00	1.000,00
Ladainha	313700	17.782	12.000,00	1.000,00
Lagamar	313710	7.802	12.000,00	1.000,00
Lagoa da Prata	313720	49.089	29.453,40	2.454,45
Lagoa dos Patos	313730	4.298	12.000,00	1.000,00
Lagoa Dourada	313740	12.808	12.000,00	1.000,00
Lagoa Formosa	313750	17.885	12.000,00	1.000,00
Lagoa Grande	313753	9.134	12.000,00	1.000,00
Lagoa Santa	313760	57.589	34.553,40	2.879,45
Lajinha	313770	20.219	12.131,40	1.010,95
Lambari	313780	20.453	12.271,80	1.022,65
Lamim	313790	3.524	12.000,00	1.000,00
Laranjal	313800	6.740	12.000,00	1.000,00
Lassance	313810	6.663	12.000,00	1.000,00



Lavras	313820	98.172	58.903,20	4.908,60
Leandro Ferreira	313830	3.296	12.000,00	1.000,00
Leme do Prado	313835	4.965	12.000,00	1.000,00
Leopoldina	313840	52.915	31.749,00	2.645,75
Liberdade	313850	5.401	12.000,00	1.000,00
Lima Duarte	313860	16.740	12.000,00	1.000,00
Limeira do Oeste	313862	7.269	12.000,00	1.000,00
Lontra	313865	8.821	12.000,00	1.000,00
Luisburgo	313867	6.407	12.000,00	1.000,00
Luislândia	313868	6.660	12.000,00	1.000,00
Luminárias	313870	5.571	12.000,00	1.000,00
Luz	313880	18.168	12.000,00	1.000,00
Machacalis	313890	7.200	12.000,00	1.000,00
Machado	313900	40.760	24.456,00	2.038,00
Madre de Deus de Minas	313910	5.091	12.000,00	1.000,00
Malacacheta	313920	19.228	12.000,00	1.000,00
Mamonas	313925	6.554	12.000,00	1.000,00
Manga	313930	19.898	12.119,98	1.010,00
Manhuaçu	313940	84.934	50.960,40	4.246,70
Manhumirim	313950	22.348	13.408,80	1.117,40
Mantena	313960	27.983	16.789,80	1.399,15
Mar de Espanha	313980	12.384	12.000,00	1.000,00
Maravilhas	313970	7.600	12.000,00	1.000,00
Maria da Fé	313990	14.551	12.000,00	1.000,00
Mariana	314000	57.639	34.583,40	2.881,95
Marilac	314010	4.297	12.000,00	1.000,00
Mário Campos	314015	14.222	12.000,00	1.000,00
Maripá de Minas	314020	2.917	12.000,00	1.000,00
Marliéria	314030	4.125	12.000,00	1.000,00
Marmelópolis	314040	2.979	12.000,00	1.000,00
Martinho Campos	314050	13.180	12.000,00	1.000,00
Martins Soares	314053	7.744	12.000,00	1.000,00
Mata Verde	314055	8.299	12.000,00	1.000,00
Materlândia	314060	4.673	12.000,00	1.000,00
Mateus Leme	314070	29.578	17.746,80	1.478,90
Mathias Lobato	317150	3.406	12.000,00	1.000,00
Matias Barbosa	314080	14.104	12.000,00	1.000,00
Matias Cardoso	314085	10.608	12.000,00	1.000,00
Matipó	314090	18.491	12.000,00	1.000,00
Mato Verde	314100	12.947	12.000,00	1.000,00
Matozinhos	314110	36.031	21.618,60	1.801,55
Matutina	314120	3.856	12.000,00	1.000,00
Medeiros	314130	3.644	12.000,00	1.000,00
Medina	314140	21.513	12.907,80	1.075,65
Mendes Pimentel	314150	6.533	12.000,00	1.000,00
Mercês	314160	10.753	12.000,00	1.000,00
Mesquita	314170	6.084	12.000,00	1.000,00
Minas Novas	314180	31.811	19.086,60	1.590,55
Minduri	314190	3.957	12.000,00	1.000,00
Mirabela	314200	13.552	12.000,00	1.000,00
Miradouro	314210	10.674	12.000,00	1.000,00
Miraf	314220	14.540	12.000,00	1.000,00
Miravânia	314225	4.772	12.000,00	1.000,00
Moeda	314230	4.883	12.000,00	1.000,00
Moema	314240	7.363	12.000,00	1.000,00
Monjolos	314250	2.379	12.000,00	1.000,00
Monsenhor Paulo	314260	8.537	12.000,00	1.000,00
Montalvânia	314270	15.974	12.000,00	1.000,00
Monte Alegre de Minas	314280	20.594	12.356,40	1.029,70
Monte Azul	314290	22.218	13.330,80	1.110,90
Monte Belo	314300	13.435	12.000,00	1.000,00
Monte Carmelo	314310	47.595	28.557,00	2.379,75
Monte Formoso	314315	4.855	12.000,00	1.000,00
Monte Santo de Minas	314320	21.878	13.126,80	1.093,90
Monte Sião	314340	22.557	13.534,20	1.127,85
Montes Claros	314330	385.898	231.538,80	19.294,90
Montezuma	314345	7.901	12.000,00	1.000,00
Morada Nova de Minas	314350	8.657	12.000,00	1.000,00
Morro da Garça	314360	2.669	12.000,00	1.000,00
Morro do Pilar	314370	3.421	12.000,00	1.000,00
Munhoz	314380	6.351	12.000,00	1.000,00
Muriaé	314390	105.861	63.516,60	5.293,05
Mutum	314400	27.456	16.473,60	1.372,80
Muzambinho	314410	21.007	12.604,20	1.050,35
Nacip Raydan	314420	3.256	12.000,00	1.000,00
Nanuque	314430	41.876	25.125,60	2.093,80
Naque	314435	6.708	12.000,00	1.000,00
Natalândia	314437	3.376	12.000,00	1.000,00
Natércia	314440	4.802	12.000,00	1.000,00
Nazareno	314450	8.363	12.000,00	1.000,00
Nepomuceno	314460	26.725	16.035,00	1.336,25
Ninheira	314465	10.219	12.000,00	1.000,00
Nova Belém	314467	3.662	12.000,00	1.000,00
Nova Era	314470	18.002	12.000,00	1.000,00
Nova Lima	314480	87.391	52.434,60	4.369,55
Nova Módica	314490	3.830	12.000,00	1.000,00
Nova Ponte	314500	13.988	12.000,00	1.000,00
Nova Porteirinha	314505	7.623	12.000,00	1.000,00
Nova Resende	314510	16.191	12.000,00	1.000,00
Nova Serrana	314520	84.550	50.730,00	4.227,50
Nova União	313660	5.752	12.000,00	1.000,00
Novo Cruzeiro	314530	31.715	19.029,00	1.585,75
Novo Oriente de Minas	314535	10.738	12.000,00	1.000,00
Novorizonte	314537	5.196	12.000,00	1.000,00
Olaria	314540	1.957	12.000,00	1.000,00
Olhos-d'Água	314545	5.659	12.000,00	1.000,00
Olímpio Noronha	314550	2.677	12.000,00	1.000,00
Oliveira	314560	41.181	24.708,60	2.059,05
Oliveira Fortes	314570	2.181	12.000,00	1.000,00
Onça de Pitangui	314580	3.164	12.000,00	1.000,00
Oratórios	314585	4.660	12.000,00	1.000,00
Orizânia	314587	7.701	12.000,00	1.000,00
Ouro Branco	314590	37.492	22.495,20	1.874,60
Ouro Fino	314600	33.031	19.818,60	1.651,55
Ouro Preto	314610	73.349	44.009,40	3.667,45
Ouro Verde de Minas	314620	6.148	12.000,00	1.000,00
Padre Carvalho	314625	6.154	12.000,00	1.000,00
Padre Paraíso	314630	19.744	12.000,00	1.000,00





Pai Pedro	314655	6.137	12.000,00	1.000,00
Paineiras	314640	4.708	12.000,00	1.000,00
Pains	314650	8.307	12.000,00	1.000,00
Paiva	314660	1.590	12.000,00	1.000,00
Palma	314670	6.738	12.000,00	1.000,00
Palmópolis	314675	6.674	12.000,00	1.000,00
Papagaios	314690	15.007	12.000,00	1.000,00
Pará de Minas	314710	89.418	53.650,80	4.470,90
Paracatu	314700	89.530	53.718,00	4.476,50
Paraguaçu	314720	21.164	12.698,40	1.058,20
Paraisópolis	314730	20.410	12.246,00	1.020,50
Paraopeba	314740	23.762	14.257,20	1.188,10
Passa Quatro	314760	16.224	12.000,00	1.000,00
Passa Tempo	314770	8.377	12.000,00	1.000,00
Passabém	314750	1.776	12.000,00	1.000,00
Passa-Vinte	314780	2.121	12.000,00	1.000,00
Passos	314790	111.651	66.990,60	5.582,55
Patis	314795	5.846	12.000,00	1.000,00
Patos de Minas	314800	146.416	87.849,60	7.320,80
Patrocínio	314810	87.178	52.306,80	4.358,90
Patrocínio do Muriaé	314820	5.548	12.000,00	1.000,00
Paula Cândido	314830	9.605	12.000,00	1.000,00
Paulistas	314840	5.020	12.000,00	1.000,00
Pavão	314850	8.771	12.000,00	1.000,00
Pecanha	314860	17.797	12.000,00	1.000,00
Pedra Azul	314870	24.612	14.768,00	1.230,67
Pedra Bonita	314875	6.978	12.000,00	1.000,00
Pedra do Anta	314880	3.414	12.000,00	1.000,00
Pedra do Indaiá	314890	4.006	12.000,00	1.000,00
Pedra Dourada	314900	2.345	12.000,00	1.000,00
Pedralva	314910	11.683	12.000,00	1.000,00
Pedras de Maria da Cruz	314915	10.970	12.000,00	1.000,00
Pedrinópolis	314920	3.626	12.000,00	1.000,00
Pedro Leopoldo	314930	61.975	37.185,00	3.098,75
Pedro Teixeira	314940	1.838	12.000,00	1.000,00
Pequeri	314950	3.296	12.000,00	1.000,00
Pequi	314960	4.284	12.000,00	1.000,00
Perdigão	314970	9.943	12.000,00	1.000,00
Perdizes	314980	15.323	12.000,00	1.000,00
Perdões	314990	21.013	12.607,80	1.050,65
Periquito	314995	7.150	12.000,00	1.000,00
Pescador	315000	4.274	12.000,00	1.000,00
Piau	315010	2.887	12.000,00	1.000,00
Piedade de Caratinga	315015	7.744	12.000,00	1.000,00
Piedade de Ponte Nova	315020	4.192	12.000,00	1.000,00
Piedade do Rio Grande	315030	4.766	12.000,00	1.000,00
Piedade dos Gerais	315040	4.867	12.000,00	1.000,00
Pimenta	315050	8.582	12.000,00	1.000,00
Pingo-d'Água	315053	4.696	12.000,00	1.000,00
Pintópolis	315057	7.491	12.000,00	1.000,00
Piracema	315060	6.575	12.000,00	1.000,00
Pirajuba	315070	5.253	12.000,00	1.000,00
Piranga	315080	17.804	12.000,00	1.000,00
Piranguçu	315090	5.432	12.000,00	1.000,00
Piranguinho	315100	8.404	12.000,00	1.000,00
Pirapetinga	315110	10.754	12.000,00	1.000,00
Pirapora	315120	55.704	33.422,40	2.785,20
Piraúba	315130	11.123	12.000,00	1.000,00
Pitangui	315140	26.797	16.078,20	1.339,85
Piumhi	315150	33.580	20.148,00	1.679,00
Planura	315160	11.194	12.000,00	1.000,00
Poço Fundo	315170	16.633	12.000,00	1.000,00
Poços de Caldas	315180	161.025	96.615,00	8.051,25
Pocrane	315190	9.050	12.000,00	1.000,00
Pompéu	315200	30.699	18.419,40	1.534,95
Ponte Nova	315210	59.614	35.768,40	2.980,70
Ponto Chique	315213	4.161	12.000,00	1.000,00
Ponto dos Volantes	315217	11.881	12.000,00	1.000,00
Porteirinha	315220	38.697	23.218,20	1.934,85
Porto Firme	315230	10.955	12.000,00	1.000,00
Poté	315240	16.350	12.000,00	1.000,00
Pouso Alegre	315250	140.223	84.133,80	7.011,15
Pouso Alto	315260	6.291	12.000,00	1.000,00
Prados	315270	8.807	12.000,00	1.000,00
Prata	315280	27.109	16.265,40	1.355,45
Pratápolis	315290	8.975	12.000,00	1.000,00
Pratinha	315300	3.455	12.000,00	1.000,00
Presidente Bernardes	315310	5.630	12.000,00	1.000,00
Presidente Juscelino	315320	3.928	12.000,00	1.000,00
Presidente Kubitschek	315330	3.050	12.000,00	1.000,00
Presidente Olegário	315340	19.325	12.000,00	1.000,00
Prudente de Morais	315360	10.181	12.000,00	1.000,00
Quartel Geral	315370	3.470	12.000,00	1.000,00
Queluzito	315380	1.934	12.000,00	1.000,00
Raposos	315390	16.055	12.000,00	1.000,00
Raul Soares	315400	24.423	14.653,80	1.221,15
Recreio	315410	10.635	12.000,00	1.000,00
Reduto	315415	6.920	12.000,00	1.000,00
Resende Costa	315420	11.378	12.000,00	1.000,00
Resplendor	315430	17.631	12.000,00	1.000,00
Ressaquinha	315440	4.889	12.000,00	1.000,00
Riachinho	315445	8.257	12.000,00	1.000,00
Riacho dos Machados	315450	9.643	12.000,00	1.000,00
Ribeirão das Neves	315460	315.819	198.406,38	16.533,87
Ribeirão Vermelho	315470	3.990	12.000,00	1.000,00
Rio Acima	315480	9.704	12.000,00	1.000,00
Rio Casca	315490	14.376	12.000,00	1.000,00
Rio do Prado	315510	5.333	12.000,00	1.000,00
Rio Doce	315500	2.575	12.000,00	1.000,00
Rio Espera	315520	6.045	12.000,00	1.000,00
Rio Manso	315530	5.585	12.000,00	1.000,00
Rio Novo	315540	9.013	12.000,00	1.000,00
Rio Paranaíba	315550	12.328	12.000,00	1.000,00
Rio Pardo de Minas	315560	30.418	18.250,80	1.520,90
Rio Piracicaba	315570	14.578	12.000,00	1.000,00
Rio Pomba	315580	17.804	12.000,00	1.000,00
Rio Preto	315590	5.487	12.000,00	1.000,00
Rio Vermelho	315600	13.755	12.000,00	1.000,00



Ritópolis	315610	4.955	12.000,00	1.000,00
Rochedo de Minas	315620	2.229	12.000,00	1.000,00
Rodeiro	315630	7.429	12.000,00	1.000,00
Romaria	315640	3.671	12.000,00	1.000,00
Rosário da Limeira	315645	4.464	12.000,00	1.000,00
Rubelita	315650	7.428	12.000,00	1.000,00
Rubim	315660	10.278	12.000,00	1.000,00
Sabará	315670	132.636	79.581,60	6.631,80
Sabinópolis	315680	16.042	12.000,00	1.000,00
Sacramento	315690	25.225	15.135,20	1.261,25
Salinas	315700	40.942	24.565,20	2.047,10
Salto da Divisa	315710	7.084	12.000,00	1.000,00
Santa Bárbara	315720	29.595	17.757,00	1.479,75
Santa Bárbara do Leste	315725	8.027	12.000,00	1.000,00
Santa Bárbara do Monte Verde	315727	2.972	12.000,00	1.000,00
Santa Bárbara do Tugúrio	315730	4.646	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz de Minas	315733	8.298	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz de Salinas	315737	4.434	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz do Escalvado	315740	5.050	12.000,00	1.000,00
Santa Efigênia de Minas	315750	4.661	12.000,00	1.000,00
Santa Fé de Minas	315760	4.034	12.000,00	1.000,00
Santa Helena de Minas	315765	6.309	12.000,00	1.000,00
Santa Juliana	315770	12.455	12.000,00	1.000,00
Santa Luzia	315780	213.345	131.552,78	10.962,73
Santa Margarida	315790	15.772	12.000,00	1.000,00
Santa Maria de Itabira	315800	10.918	12.000,00	1.000,00
Santa Maria do Salto	315810	5.406	12.000,00	1.000,00
Santa Maria do Suaçuí	315820	14.839	12.000,00	1.000,00
Santa Rita de Caldas	315920	9.239	12.000,00	1.000,00
Santa Rita de Ibitipoca	315940	3.628	12.000,00	1.000,00
Santa Rita de Jacutinga	315930	5.090	12.000,00	1.000,00
Santa Rita de Minas	315935	6.924	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Itoeto	315950	5.782	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Sapucaí	315960	40.435	24.261,00	2.021,75
Santa Rosa da Serra	315970	3.347	12.000,00	1.000,00
Santa Vitória	315980	19.106	12.000,00	1.000,00
Santana da Vargem	315830	7.379	12.000,00	1.000,00
Santana de Cataguases	315840	3.793	12.000,00	1.000,00
Santana de Pirapama	315850	8.106	12.000,00	1.000,00
Santana do Deserto	315860	3.997	12.000,00	1.000,00
Santana do Garambéu	315870	2.361	12.000,00	1.000,00
Santana do Jacaré	315880	4.793	12.000,00	1.000,00
Santana do Manhuaçu	315890	8.834	12.000,00	1.000,00
Santana do Paraíso	315895	30.255	18.153,00	1.512,75
Santana do Riacho	315900	4.211	12.000,00	1.000,00
Santana dos Montes	315910	3.908	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Amparo	315990	18.162	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Aventureiro	316000	3.650	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Grama	316010	4.138	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Itambé	316020	4.151	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Jacinto	316030	12.042	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Monte	316040	27.352	16.411,20	1.367,60
Santo Antônio do Retiro	316045	7.236	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Rio Abaixo	316050	1.820	12.000,00	1.000,00
Santo Hipólito	316060	3.276	12.000,00	1.000,00
Santos Dumont	316070	47.557	28.534,20	2.377,85
São Bento Abade	316080	4.915	12.000,00	1.000,00
São Brás do Suaçuí	316090	3.673	12.000,00	1.000,00
São Domingos das Dores	316095	5.622	12.000,00	1.000,00
São Domingos do Prata	316100	17.811	12.000,00	1.000,00
São Félix de Minas	316105	3.467	12.000,00	1.000,00
São Francisco	316110	56.003	33.601,80	2.800,15
São Francisco de Paula	316120	6.666	12.000,00	1.000,00
São Francisco de Sales	316130	6.069	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Glória	316140	5.211	12.000,00	1.000,00
São Geraldo	316150	11.178	12.000,00	1.000,00
São Geraldo da Piedade	316160	4.372	12.000,00	1.000,00
São Geraldo do Baixo	316165	3.740	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Abaeté	316170	6.651	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Pará	316180	11.289	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Rio Abaixo	316190	10.384	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Rio Preto	312550	3.170	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Sapucaí	316200	25.007	15.004,20	1.250,35
São Gotardo	316210	33.774	20.264,40	1.688,70
São João Batista do Glória	316220	7.241	12.000,00	1.000,00
São João da Lagoa	316225	4.858	12.000,00	1.000,00
São João da Mata	316230	2.808	12.000,00	1.000,00
São João da Ponte	316240	25.961	15.576,60	1.298,05
São João das Missões	316245	12.421	12.000,00	1.000,00
São João del Rei	316250	88.405	53.043,00	4.420,25
São João do Manhuaçu	316255	10.917	12.000,00	1.000,00
São João do Manteninha	316257	5.530	12.000,00	1.000,00
São João do Oriente	316260	7.964	12.000,00	1.000,00
São João do Pacuí	316265	4.276	12.000,00	1.000,00
São João do Paraíso	316270	23.303	13.981,80	1.165,15
São João Evangelista	316280	16.028	12.000,00	1.000,00
São João Nepomuceno	316290	26.114	15.668,40	1.305,70
São Joaquim de Bicas	316292	28.064	16.838,40	1.403,20
São José da Barra	316294	7.155	12.000,00	1.000,00
São José da Lapa	316295	21.538	12.922,80	1.076,90
São José da Safira	316300	4.241	12.000,00	1.000,00
São José da Varginha	316310	4.556	12.000,00	1.000,00
São José do Alegre	316320	4.163	12.000,00	1.000,00
São José do Divino	316330	3.942	12.000,00	1.000,00
São José do Goiabal	316340	5.717	12.000,00	1.000,00
São José do Jacuri	316350	6.694	12.000,00	1.000,00
São José do Mantimento	316360	2.721	12.000,00	1.000,00
São Lourenço	316370	44.037	26.422,20	2.201,85
São Miguel do Anta	316380	6.991	12.000,00	1.000,00
São Pedro da União	316390	5.054	12.000,00	1.000,00
São Pedro do Suaçuí	316410	5.616	12.000,00	1.000,00
São Pedro dos Ferros	316400	8.397	12.000,00	1.000,00
São Romão	316420	11.179	12.000,00	1.000,00
São Roque de Minas	316430	6.973	12.000,00	1.000,00
São Sebastião da Bela Vista	316440	5.249	12.000,00	1.000,00
São Sebastião da Vargem Alegre	316443	2.936	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Anta	316447	6.140	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Maranhão	316450	10.740	12.000,00	1.000,00



São Sebastião do Oeste	316460	6.255	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Paraíso	316470	68.518	41.110,80	3.425,90
São Sebastião do Rio Preto	316480	1.622	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Rio Verde	316490	2.206	12.000,00	1.000,00
São Thomé das Letras	316520	6.962	12.000,00	1.000,00
São Tiago	316500	10.955	12.000,00	1.000,00
São Tomás de Aquino	316510	7.257	12.000,00	1.000,00
São Vicente de Minas	316530	7.420	12.000,00	1.000,00
Sapucaí-Mirim	316540	6.616	12.000,00	1.000,00
Sardoá	316550	5.957	12.000,00	1.000,00
Sarzedo	316553	28.625	17.175,00	1.431,25
Sem-Peixe	316556	2.856	12.000,00	1.000,00
Senador Amaral	316557	5.398	12.000,00	1.000,00
Senador Cortes	316560	2.046	12.000,00	1.000,00
Senador Firmino	316570	7.598	12.000,00	1.000,00
Senador José Bento	316580	1.804	12.000,00	1.000,00
Senador Modestino Gonçalves	316590	4.564	12.000,00	1.000,00
Senhora de Oliveira	316600	5.864	12.000,00	1.000,00
Senhora do Porto	316610	3.597	12.000,00	1.000,00
Senhora dos Remédios	316620	10.544	12.000,00	1.000,00
Sericita	316630	7.375	12.000,00	1.000,00
Seritinga	316640	1.855	12.000,00	1.000,00
Serra Azul de Minas	316650	4.353	12.000,00	1.000,00
Serra da Saudade	316660	825	12.000,00	1.000,00
Serra do Salitre	316680	11.142	12.000,00	1.000,00
Serra dos Aimorés	316670	8.720	12.000,00	1.000,00
Serrania	316690	7.778	12.000,00	1.000,00
Serranópolis de Minas	316695	4.650	12.000,00	1.000,00
Serranos	316700	2.037	12.000,00	1.000,00
Serro	316710	21.419	12.851,40	1.070,95
Sete Lagoas	316720	227.571	136.542,60	11.378,55
Setubinha	316555	11.592	12.000,00	1.000,00
Silveirânia	316730	2.271	12.000,00	1.000,00
Silvianópolis	316740	6.249	12.000,00	1.000,00
Simão Pereira	316750	2.628	12.000,00	1.000,00
Simonésia	316760	19.188	12.000,00	1.000,00
Sobralia	316770	5.897	12.000,00	1.000,00
Soledade de Minas	316780	5.971	12.000,00	1.000,00
Tabuleiro	316790	4.085	12.000,00	1.000,00
Taiobeiras	316800	32.698	19.618,80	1.634,90
Taparuba	316805	3.210	12.000,00	1.000,00
Tapira	316810	4.423	12.000,00	1.000,00
Tapiraí	316820	1.923	12.000,00	1.000,00
Taquaraçu de Minas	316830	3.980	12.000,00	1.000,00
Tarumirim	316840	14.677	12.000,00	1.000,00
Teixeiras	316850	11.745	12.000,00	1.000,00
Teófilo Otoni	316860	140.067	84.040,20	7.003,35
Timóteo	316870	86.014	51.608,40	4.300,70
Tiradentes	316880	7.457	12.000,00	1.000,00
Tiros	316890	6.955	12.000,00	1.000,00
Tocantins	316900	16.494	12.000,00	1.000,00
Tocos do Moji	316905	4.099	12.000,00	1.000,00
Toledo	316910	6.066	12.000,00	1.000,00
Tombos	316920	9.321	12.000,00	1.000,00
Três Corações	316930	76.734	46.040,40	3.836,70
Três Marias	316935	30.302	18.181,20	1.515,10
Três Pontas	316940	56.156	33.693,60	2.807,80
Tumiritinga	316950	6.593	12.000,00	1.000,00
Tupaciguara	316960	25.171	15.102,60	1.258,55
Turmalina	316970	19.114	12.000,00	1.000,00
Turvolândia	316980	4.897	12.000,00	1.000,00
Ubá	316990	108.493	65.095,80	5.424,65
Ubai	317000	12.248	12.000,00	1.000,00
Ubaporanga	317005	12.487	12.000,00	1.000,00
Uberaba	317010	315.360	189.216,00	15.768,00
Uberlândia	317020	646.673	388.003,80	32.333,65
Umburatiba	317030	2.746	12.000,00	1.000,00
Unai	317040	81.693	49.015,80	4.084,65
União de Minas	317043	4.498	12.000,00	1.000,00
Uruana de Minas	317047	3.326	12.000,00	1.000,00
Urucânia	317050	10.581	12.000,00	1.000,00
Urucuia	317052	14.963	12.000,00	1.000,00
Vargem Alegre	317057	6.635	12.000,00	1.000,00
Vargem Bonita	317060	2.216	12.000,00	1.000,00
Vargem Grande do Rio Pardo	317065	4.942	12.000,00	1.000,00
Varginha	317070	130.139	78.083,40	6.506,95
Varjão de Minas	317075	6.558	12.000,00	1.000,00
Várzea da Palma	317080	37.879	22.727,40	1.893,95
Varzelândia	317090	19.678	12.000,00	1.000,00
Vazante	317100	20.506	12.303,60	1.025,30
Verdelândia	317103	8.875	12.000,00	1.000,00
Veredinha	317107	5.746	12.000,00	1.000,00
Veríssimo	317110	3.733	12.000,00	1.000,00
Vermelho Novo	317115	4.859	12.000,00	1.000,00
Vespasiano	317120	114.365	68.619,00	5.718,25
Viçosa	317130	76.147	45.688,20	3.807,35
Vieiras	317140	3.790	12.000,00	1.000,00
Virgem da Lapa	317160	14.016	12.000,00	1.000,00
Virgínia	317170	8.864	12.000,00	1.000,00
Virginópolis	317180	10.830	12.000,00	1.000,00
Virgolândia	317190	5.720	12.000,00	1.000,00
Visconde do Rio Branco	317200	40.356	24.213,60	2.017,80
Volta Grande	317210	5.258	12.000,00	1.000,00
Wenceslau Braz	317220	2.619	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	853	20.593.356	17.269.248,80	1.439.104,07
MATO GROSSO DO SUL	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Água Clara	500020	13.938	12.000,00	1.000,00
Alcinópolis	500025	4.883	12.000,00	1.000,00
Amambai	500060	36.686	22.011,60	1.834,30
Anastácio	500070	24.534	14.720,40	1.226,70
Anaurilândia	500080	8.758	12.000,00	1.000,00
Angélica	500085	9.829	12.000,00	1.000,00
Antônio João	500090	8.545	12.000,00	1.000,00
Aparecida do Taboado	500100	23.733	14.239,80	1.186,65
Aquidauana	500110	46.830	28.098,00	2.341,50
Aral Moreira	500124	11.014	12.000,00	1.000,00
Bandeirantes	500150	6.747	12.000,00	1.000,00





Bataguassu	500190	21.142	12.685,20	1.057,10
Batayporã	500200	11.167	12.000,00	1.000,00
Bela Vista	500210	23.888	14.332,80	1.194,40
Bodoquena	500215	7.979	12.000,00	1.000,00
Bonito	500220	20.597	12.358,20	1.029,85
Brasilândia	500230	11.943	12.000,00	1.000,00
Caarapó	500240	27.554	16.532,40	1.377,70
Camapuã	500260	13.770	12.000,00	1.000,00
Campo Grande	500270	832.352	499.411,20	41.617,60
Caracol	500280	5.699	12.000,00	1.000,00
Cassilândia	500290	21.491	12.894,60	1.074,55
Chapadão do Sul	500295	21.257	12.754,20	1.062,85
Corguinho	500310	5.289	12.000,00	1.000,00
Coronel Sapucaia	500315	14.607	12.000,00	1.000,00
Corumbá	500320	107.347	64.408,20	5.367,35
Costa Rica	500325	18.835	12.000,00	1.000,00
Coxim	500330	32.948	19.768,80	1.647,40
Deodápolis	500345	12.524	12.000,00	1.000,00
Dois Irmãos do Buriti	500348	10.793	12.000,00	1.000,00
Douradina	500350	5.616	12.000,00	1.000,00
Dourados	500370	207.498	124.498,80	10.374,90
Eldorado	500375	12.029	12.000,00	1.000,00
Fátima do Sul	500380	19.260	12.000,00	1.000,00
Figueirão	500390	2.997	12.000,00	1.000,00
Glória de Dourados	500400	10.025	12.000,00	1.000,00
Guia Lopes da Laguna	500410	10.287	12.000,00	1.000,00
Iguatemi	500430	15.429	12.000,00	1.000,00
Inocência	500440	7.711	12.000,00	1.000,00
Itaporã	500450	22.231	13.338,60	1.111,55
Itaquiraí	500460	19.672	12.000,00	1.000,00
Ivinhema	500470	22.832	13.699,20	1.141,60
Japorã	500480	8.288	12.000,00	1.000,00
Jaraguari	500490	6.696	12.000,00	1.000,00
Jardim	500500	25.180	15.108,00	1.259,00
Jateí	500510	4.051	12.000,00	1.000,00
Juti	500515	6.241	12.000,00	1.000,00
Ladário	500520	21.106	12.663,60	1.055,30
Laguna Carapã	500525	6.851	12.000,00	1.000,00
Maracaju	500540	41.099	24.659,40	2.054,95
Miranda	500560	26.670	16.002,00	1.333,50
Mundo Novo	500568	17.658	12.000,00	1.000,00
Naviraí	500570	49.827	29.896,20	2.491,35
Nioaque	500580	14.379	12.000,00	1.000,00
Nova Alvorada do Sul	500600	18.503	12.000,00	1.000,00
Nova Andradina	500620	49.104	29.462,40	2.455,20
Novo Horizonte do Sul	500625	4.581	12.000,00	1.000,00
Paraíso das Águas	500627	4.942	12.000,00	1.000,00
Paranaíba	500630	41.227	24.736,20	2.061,35
Paranhos	500635	13.123	12.000,00	1.000,00
Pedro Gomes	500640	7.908	12.000,00	1.000,00
Ponta Porã	500660	83.747	50.248,20	4.187,35
Porto Murtinho	500690	16.162	12.000,00	1.000,00
Ribas do Rio Pardo	500710	22.429	13.457,40	1.121,45
Rio Brilhante	500720	33.362	20.017,20	1.668,10
Rio Negro	500730	4.989	12.000,00	1.000,00
Rio Verde de Mato Grosso	500740	19.351	12.000,00	1.000,00
Rochedo	500750	5.156	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Pardo	500755	7.530	12.000,00	1.000,00
São Gabriel do Oeste	500769	24.035	14.421,00	1.201,75
Selvíria	500780	6.427	12.000,00	1.000,00
Sete Quedas	500770	10.876	12.000,00	1.000,00
Sidrolândia	500790	48.027	28.816,20	2.401,35
Sonora	500793	16.543	12.000,00	1.000,00
Tacuru	500795	10.777	12.000,00	1.000,00
Taquarussu	500797	3.570	12.000,00	1.000,00
Terenos	500800	18.942	12.000,00	1.000,00
Três Lagoas	500830	109.633	65.779,80	5.481,65
Vicentina	500840	6.013	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	79	2.587.269	1.841.019,60	153.418,30
MATO GROSSO				
Acorizal	510010	5.431	12.000,00	1.000,00
Água Boa	510020	22.549	13.529,40	1.127,45
Alta Floresta	510025	49.761	29.856,60	2.488,05
Alto Araguaia	510030	16.818	12.000,00	1.000,00
Alto Boa Vista	510035	5.809	12.000,00	1.000,00
Alto Garças	510040	10.909	12.000,00	1.000,00
Alto Paraguai	510050	10.476	12.000,00	1.000,00
Alto Taquari	510060	9.070	12.000,00	1.000,00
Apiacás	510080	9.094	12.000,00	1.000,00
Araguaiana	510100	3.133	12.000,00	1.000,00
Araguainha	510120	1.024	12.000,00	1.000,00
Araputanga	510125	15.803	12.000,00	1.000,00
Arenápolis	510130	9.955	12.000,00	1.000,00
Aripuanã	510140	19.919	12.000,00	1.000,00
Barão de Melgaço	510160	7.565	12.000,00	1.000,00
Barra do Bugres	510170	33.022	19.813,20	1.651,10
Barra do Garças	510180	57.791	34.674,60	2.889,55
Bom Jesus do Araguaia	510185	5.756	12.000,00	1.000,00
Brasnorte	510190	16.895	12.000,00	1.000,00
Cáceres	510250	89.683	53.809,80	4.484,15
Campinápolis	510260	14.827	12.000,00	1.000,00
Campo Novo do Parecis	510263	30.335	18.201,00	1.516,75
Campo Verde	510267	35.578	21.346,80	1.778,90
Campos de Júlio	510268	5.778	12.000,00	1.000,00
Canabrava do Norte	510269	4.728	12.000,00	1.000,00
Canarana	510270	19.681	12.000,00	1.000,00
Carlinda	510279	10.626	12.000,00	1.000,00
Castanheira	510285	8.353	12.000,00	1.000,00
Chapada dos Guimarães	510300	18.393	12.000,00	1.000,00
Cláudia	510305	11.366	12.000,00	1.000,00
Cocalinho	510310	5.525	12.000,00	1.000,00
Colíder	510320	31.515	18.909,00	1.575,75
Colniza	510325	30.848	18.508,80	1.542,40
Comodoro	510330	19.045	12.000,00	1.000,00
Confresa	510335	27.144	16.286,40	1.357,20
Conquista D'Oeste	510336	3.607	12.000,00	1.000,00
Cotriguaçu	510337	16.689	12.000,00	1.000,00



Cuiabá	510340	569.830	341.898,00	28.491,50
Curvelândia	510343	4.961	12.000,00	1.000,00
Denise	510345	8.816	12.000,00	1.000,00
Diamantino	510350	20.822	12.493,20	1.041,10
Dom Aquino	510360	8.101	12.000,00	1.000,00
Feliz Natal	510370	12.088	12.000,00	1.000,00
Figueirópolis D'Oeste	510380	3.651	12.000,00	1.000,00
Gaúcha do Norte	510385	6.761	12.000,00	1.000,00
General Carneiro	510390	5.215	12.000,00	1.000,00
Glória D'Oeste	510395	3.072	12.000,00	1.000,00
Guarantã do Norte	510410	33.326	19.995,60	1.666,30
Guiratinga	510420	14.304	12.000,00	1.000,00
Indiavaí	510450	2.491	12.000,00	1.000,00
Ipiranga do Norte	510452	6.057	12.000,00	1.000,00
Itanhangá	510454	5.794	12.000,00	1.000,00
Itaúba	510455	4.238	12.000,00	1.000,00
Itiquira	510460	12.109	12.000,00	1.000,00
Jaciara	510480	26.157	15.694,20	1.307,85
Jangada	510490	7.851	12.000,00	1.000,00
Jauru	510500	9.728	12.000,00	1.000,00
Juara	510510	33.353	20.011,80	1.667,65
Juína	510515	39.592	23.755,20	1.979,60
Juruena	510517	12.900	12.000,00	1.000,00
Juscimeira	510520	11.252	12.000,00	1.000,00
Lambari D'Oeste	510523	5.647	12.000,00	1.000,00
Lucas do Rio Verde	510525	52.843	31.705,80	2.642,15
Luciára	510530	2.148	12.000,00	1.000,00
Marcelândia	510558	11.324	12.000,00	1.000,00
Matupá	510560	14.973	12.000,00	1.000,00
Mirassol d'Oeste	510562	26.002	15.601,20	1.300,10
Nobres	510590	15.002	12.000,00	1.000,00
Nortelândia	510600	6.209	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora do Livramento	510610	11.497	12.000,00	1.000,00
Nova Bandeirantes	510615	12.946	12.000,00	1.000,00
Nova Brasilândia	510620	4.252	12.000,00	1.000,00
Nova Canaã do Norte	510621	12.295	12.000,00	1.000,00
Nova Guarita	510880	4.731	12.000,00	1.000,00
Nova Lacerda	510618	5.824	12.000,00	1.000,00
Nova Marilândia	510885	3.052	12.000,00	1.000,00
Nova Maringá	510890	7.323	12.000,00	1.000,00
Nova Monte Verde	510895	8.444	12.000,00	1.000,00
Nova Mutum	510622	36.659	21.995,40	1.832,95
Nova Nazaré	510617	3.318	12.000,00	1.000,00
Nova Olímpia	510623	18.437	12.000,00	1.000,00
Nova Santa Helena	510619	3.534	12.000,00	1.000,00
Nova Ubiratã	510624	10.207	12.000,00	1.000,00
Nova Xavantina	510625	20.143	12.085,80	1.007,15
Novo Horizonte do Norte	510627	3.815	12.000,00	1.000,00
Novo Mundo	510626	7.979	12.000,00	1.000,00
Novo Santo Antônio	510631	2.232	12.000,00	1.000,00
Novo São Joaquim	510628	5.611	12.000,00	1.000,00
Paranaíta	510629	10.801	12.000,00	1.000,00
Paranatinga	510630	20.383	12.229,80	1.019,15
Pedra Preta	510637	16.348	12.000,00	1.000,00
Peixoto de Azevedo	510642	32.100	19.260,00	1.605,00
Planalto da Serra	510645	2.683	12.000,00	1.000,00
Poconé	510650	32.053	19.231,80	1.602,65
Pontal do Araguaia	510665	5.855	12.000,00	1.000,00
Ponte Branca	510670	1.679	12.000,00	1.000,00
Pontes e Lacerda	510675	42.605	25.563,00	2.130,25
Porto Alegre do Norte	510677	11.336	12.000,00	1.000,00
Porto dos Gaúchos	510680	5.389	12.000,00	1.000,00
Porto Esperidião	510682	11.317	12.000,00	1.000,00
Porto Estrela	510685	3.354	12.000,00	1.000,00
Poxoréo	510700	16.919	12.000,00	1.000,00
Primavera do Leste	510704	55.451	33.270,60	2.772,55
Querência	510706	14.631	12.000,00	1.000,00
Reserva do Cabaçal	510715	2.612	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Cascalheira	510718	9.316	12.000,00	1.000,00
Ribeirãozinho	510719	2.259	12.000,00	1.000,00
Rio Branco	510720	5.063	12.000,00	1.000,00
Rondolândia	510757	3.726	12.000,00	1.000,00
Rondonópolis	510760	208.019	124.811,40	10.400,95
Rosário Oeste	510770	17.393	12.000,00	1.000,00
Salto do Céu	510775	3.666	12.000,00	1.000,00
Santa Carmem	510724	4.219	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz do Xingu	510774	2.139	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Trivelato	510776	2.831	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha	510777	7.709	12.000,00	1.000,00
Santo Afonso	510726	3.025	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Leste	510779	4.275	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Leverger	510780	19.302	12.000,00	1.000,00
São Félix do Araguaia	510785	10.951	12.000,00	1.000,00
São José do Povo	510729	3.741	12.000,00	1.000,00
São José do Rio Claro	510730	18.339	12.000,00	1.000,00
São José do Xingu	510735	5.333	12.000,00	1.000,00
São José dos Quatro Marcos	510710	18.801	12.000,00	1.000,00
São Pedro da Cipa	510740	4.341	12.000,00	1.000,00
Sapezal	510787	20.934	12.560,40	1.046,70
Serra Nova Dourada	510788	1.463	12.000,00	1.000,00
Sinop	510790	123.634	74.180,40	6.181,70
Sorriso	510792	75.104	45.062,40	3.755,20
Tabaporã	510794	9.678	12.000,00	1.000,00
Tangará da Serra	510795	90.252	54.151,20	4.512,60
Tapurah	510800	11.586	12.000,00	1.000,00
Terra Nova do Norte	510805	10.621	12.000,00	1.000,00
Tesouro	510810	3.482	12.000,00	1.000,00
Torixoréu	510820	3.859	12.000,00	1.000,00
União do Sul	510830	3.639	12.000,00	1.000,00
Vale de São Domingos	510835	3.050	12.000,00	1.000,00
Várzea Grande	510840	262.880	157.728,00	13.144,00
Vera	510850	10.561	12.000,00	1.000,00
Vila Bela da Santíssima Trindade	510550	14.999	12.000,00	1.000,00
Vila Rica	510860	22.990	13.794,00	1.149,50
TOTAIS	141	3.182.113	2.660.014,80	221.667,90



PARÁ	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abaetetuba	150010	147.267	88.360,20	7.363,35
Abel Figueiredo	150013	7.013	12.000,00	1.000,00
Acará	150020	54.030	32.418,00	2.701,50
Afuá	150030	36.598	21.958,80	1.829,90
Água Azul do Norte	150034	25.899	17.730,69	1.477,56
Alenquer	150040	54.035	32.421,00	2.701,75
Almeirim	150050	33.562	20.137,20	1.678,10
Altamira	150060	105.106	63.063,60	5.255,30
Anajás	150070	26.547	15.928,20	1.327,35
Ananindeua	150080	493.976	296.385,60	24.698,80
Anapu	150085	23.609	14.165,40	1.180,45
Augusto Corrêa	150090	42.591	25.554,60	2.129,55
Aurora do Pará	150095	28.441	17.064,60	1.422,05
Aveiro	150100	15.959	12.000,00	1.000,00
Bagre	150110	26.666	15.999,60	1.333,30
Baião	150120	41.232	24.739,20	2.061,60
Bannach	150125	3.340	12.000,00	1.000,00
Barcarena	150130	109.975	65.985,00	5.498,75
Belém	150140	1.425.922	855.553,20	71.296,10
Belterra	150145	16.808	12.000,00	1.000,00
Benevides	150150	56.112	33.667,20	2.805,60
Bom Jesus do Tocantins	150157	15.916	12.000,00	1.000,00
Bonito	150160	14.689	12.000,00	1.000,00
Bragança	150170	118.678	71.206,80	5.933,90
Brasil Novo	150172	15.300	12.000,00	1.000,00
Brejo Grande do Araguaia	150175	7.285	12.000,00	1.000,00
Breu Branco	150178	58.033	34.819,80	2.901,65
Breves	150180	96.444	57.866,40	4.822,20
Bujaru	150190	27.000	16.200,00	1.350,00
Cachoeira do Arari	150200	21.740	13.044,00	1.087,00
Cachoeira do Piriá	150195	29.533	17.719,80	1.476,65
Cametá	150210	127.401	76.440,60	6.370,05
Canaã dos Carajás	150215	31.062	18.637,20	1.553,10
Capanema	150220	65.498	39.298,80	3.274,90
Capitão Poço	150230	52.537	31.522,20	2.626,85
Castanhal	150240	183.917	110.350,20	9.195,85
Chaves	150250	22.029	13.217,40	1.101,45
Colares	150260	11.600	12.000,00	1.000,00
Conceição do Araguaia	150270	46.206	27.723,60	2.310,30
Concórdia do Pará	150275	30.233	18.139,80	1.511,65
Cumaru do Norte	150276	11.704	12.000,00	1.000,00
Curionópolis	150277	17.983	12.000,00	1.000,00
Curralinho	150280	30.915	18.549,00	1.545,75
Curuá	150285	13.097	12.000,00	1.000,00
Curuçá	150290	36.557	21.934,20	1.827,85
Dom Eliseu	150293	54.602	32.761,20	2.730,10
Eldorado dos Carajás	150295	32.420	19.452,00	1.621,00
Faro	150300	7.680	12.000,00	1.000,00
Floresta do Araguaia	150304	18.741	12.000,00	1.000,00
Garrafão do Norte	150307	25.287	15.172,20	1.264,35
Goianésia do Pará	150309	36.500	21.900,00	1.825,00
Gurupá	150310	30.727	18.436,20	1.536,35
Igarapé-Açu	150320	36.883	22.129,80	1.844,15
Igarapé-Miri	150330	59.644	35.786,40	2.982,20
Inhangapi	150340	10.693	12.000,00	1.000,00
Ipixuna do Pará	150345	54.609	32.765,40	2.730,45
Irituia	150350	31.634	18.980,40	1.581,70
Itaituba	150360	98.363	72.617,66	6.051,47
Itupiranga	150370	51.711	31.026,60	2.585,55
Jacareacanga	150375	41.487	24.892,20	2.074,35
Jacundá	150380	54.376	32.625,60	2.718,80
Juruti	150390	51.483	30.889,80	2.574,15
Limoeiro do Ajuru	150400	26.542	15.925,20	1.327,10
Mãe do Rio	150405	28.636	17.181,60	1.431,80
Magalhães Barata	150410	8.240	12.000,00	1.000,00
Marabá	150420	251.885	151.131,00	12.594,25
Maracanã	150430	28.631	17.178,60	1.431,55
Marapanim	150440	27.153	16.291,80	1.357,65
Marituba	150442	117.614	70.568,40	5.880,70
Medicilândia	150445	28.987	17.392,20	1.449,35
Melgaço	150450	25.860	15.516,00	1.293,00
Mocajuba	150460	28.454	17.072,40	1.422,70
Moju	150470	74.768	44.860,80	3.738,40
Mojuí dos Campos	150475	15.232	12.000,00	1.000,00
Monte Alegre	150480	56.147	36.318,49	3.026,54
Muaná	150490	36.632	21.979,20	1.831,60
Nova Esperança do Piriá	150495	20.528	13.667,22	1.138,94
Nova Ipixuna	150497	15.422	12.000,00	1.000,00
Nova Timboteua	150500	14.305	12.000,00	1.000,00
Novo Progresso	150503	25.203	15.121,80	1.260,15
Novo Repartimento	150506	67.652	40.591,20	3.382,60
Obidos	150510	50.171	30.102,60	2.508,55
Oeiras do Pará	150520	30.088	18.052,80	1.504,40
Oriximiná	150530	66.821	40.092,60	3.341,05
Ourém	150540	16.854	12.000,00	1.000,00
Ourilândia do Norte	150543	29.547	17.728,20	1.477,35
Pacajá	150548	43.057	25.834,20	2.152,85
Palestina do Pará	150549	7.465	12.000,00	1.000,00
Paragominas	150550	103.775	62.265,00	5.188,75
Parauapebas	150553	176.582	105.949,20	8.829,10
Pau D'Arco	150555	5.743	12.000,00	1.000,00
Peixe-Boi	150560	7.889	12.000,00	1.000,00
Piçarra	150563	12.720	12.000,00	1.000,00
Placas	150565	26.842	16.105,20	1.342,10
Ponta de Pedras	150570	28.025	16.815,00	1.401,25
Portel	150580	56.094	33.656,40	2.804,70
Porto de Moz	150590	36.841	22.104,60	1.842,05
Praíma	150600	29.342	17.605,20	1.467,10
Primavera	150610	10.432	12.000,00	1.000,00
Quatipuru	150611	12.838	12.000,00	1.000,00
Redenção	150613	79.010	47.406,00	3.950,50
Rio Maria	150616	17.774	12.000,00	1.000,00
Rondon do Pará	150618	48.959	29.375,40	2.447,95
Rurópolis	150619	44.349	26.609,40	2.217,45
Salinópolis	150620	38.552	23.131,20	1.927,60
Salvaterra	150630	21.592	12.955,20	1.079,60
Santa Bárbara do Pará	150635	18.736	12.000,00	1.000,00





Santa Cruz do Arari	150640	8.957	12.000,00	1.000,00
Santa Izabel do Pará	150650	63.973	38.383,80	3.198,65
Santa Luzia do Pará	150655	19.455	12.000,00	1.000,00
Santa Maria das Barreiras	150658	18.934	12.000,00	1.000,00
Santa Maria do Pará	150660	23.649	14.189,40	1.182,45
Santana do Araguaia	150670	63.031	37.818,60	3.151,55
Santarém	150680	288.462	173.077,20	14.423,10
Santarém Novo	150690	6.341	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Tauá	150700	28.575	17.145,00	1.428,75
São Caetano de Odivelas	150710	17.266	12.000,00	1.000,00
São Domingos do Araguaia	150715	24.012	14.407,20	1.200,60
São Domingos do Capim	150720	30.550	18.330,00	1.527,50
São Félix do Xingu	150730	106.940	64.164,00	5.347,00
São Francisco do Pará	150740	15.301	12.000,00	1.000,00
São Geraldo do Araguaia	150745	25.056	15.033,60	1.252,80
São João da Ponta	150746	5.608	12.000,00	1.000,00
São João de Pirabas	150747	21.536	12.921,60	1.076,80
São João do Araguaia	150750	13.419	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Guamá	150760	54.417	32.650,20	2.720,85
São Sebastião da Boa Vista	150770	24.363	14.617,80	1.218,15
Sapucaia	150775	5.395	12.000,00	1.000,00
Senador José Porfírio	150780	12.331	12.000,00	1.000,00
Soure	150790	23.861	14.316,60	1.193,05
Tailândia	150795	90.552	54.331,20	4.527,60
Terra Alta	150796	10.822	12.000,00	1.000,00
Terra Santa	150797	17.614	12.000,00	1.000,00
Tomé-Açu	150800	59.112	35.467,20	2.955,60
Tracuateua	150803	28.775	17.265,00	1.438,75
Trairão	150805	17.670	12.000,00	1.000,00
Tucumã	150808	36.021	21.612,60	1.801,05
Tucuruí	150810	103.619	62.171,40	5.180,95
Ulianópolis	150812	49.972	29.983,20	2.498,60
Uruará	150815	44.731	34.012,41	2.834,37
Vigia	150820	50.055	30.033,00	2.502,75
Viseu	150830	58.323	34.993,80	2.916,15
Vitória do Xingu	150835	14.072	12.000,00	1.000,00
Xinguara	150840	42.085	25.251,00	2.104,25
TOTAIS	144	7.999.729	5.009.997,27	417.499,77
PARAÍBA	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Agua Branca	250010	9.893	12.000,00	1.000,00
Aguiar	250020	5.586	12.000,00	1.000,00
Alagoa Grande	250030	28.733	17.239,80	1.436,65
Alagoa Nova	250040	20.294	12.176,40	1.014,70
Alagoinha	250050	14.088	12.000,00	1.000,00
Alcantil	250053	5.398	12.000,00	1.000,00
Algodão de Jandaíra	250057	2.446	12.000,00	1.000,00
Alhandra	250060	18.868	12.000,00	1.000,00
Amparo	250073	2.176	12.000,00	1.000,00
Aparecida	250077	8.081	12.000,00	1.000,00
Aracagi	250080	17.252	12.000,00	1.000,00
Arara	250090	13.157	12.000,00	1.000,00
Araúna	250100	19.653	12.000,00	1.000,00
Areia	250110	23.472	14.083,20	1.173,60
Areia de Baraúnas	250115	1.908	12.000,00	1.000,00
Areial	250120	6.819	12.000,00	1.000,00
Aroeiras	250130	19.259	12.000,00	1.000,00
Assunção	250135	3.732	12.000,00	1.000,00
Baía da Traição	250140	8.561	12.000,00	1.000,00
Bananeiras	250150	22.012	13.207,20	1.100,60
Baraúna	250153	4.577	12.000,00	1.000,00
Barra de Santa Rosa	250160	14.847	12.000,00	1.000,00
Barra de Santana	250157	8.305	12.000,00	1.000,00
Barra de São Miguel	250170	5.824	12.000,00	1.000,00
Bayeux	250180	95.196	57.117,60	4.759,80
Belém	250190	17.495	12.000,00	1.000,00
Belém do Brejo do Cruz	250200	7.291	12.000,00	1.000,00
Bernardino Batista	250205	3.266	12.000,00	1.000,00
Boa Ventura	250210	5.608	12.000,00	1.000,00
Boa Vista	250215	6.669	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus	250220	2.495	12.000,00	1.000,00
Bom Sucesso	250230	5.044	12.000,00	1.000,00
Bonito de Santa Fé	250240	11.409	12.000,00	1.000,00
Boqueirão	250250	17.434	12.000,00	1.000,00
Borborema	250270	5.297	12.000,00	1.000,00
Brejo do Cruz	250280	13.676	12.000,00	1.000,00
Brejo dos Santos	250290	6.364	12.000,00	1.000,00
Caaporã	250300	21.212	12.727,20	1.060,60
Cabaceiras	250310	5.319	12.000,00	1.000,00
Cabedelo	250320	63.035	37.821,00	3.151,75
Cachoeira dos Índios	250330	9.950	12.000,00	1.000,00
Cacimba de Areia	250340	3.673	12.000,00	1.000,00
Cacimba de Dentro	250350	17.141	12.000,00	1.000,00
Cacimbas	250355	7.035	12.000,00	1.000,00
Caicara	250360	7.304	12.000,00	1.000,00
Cajazeiras	250370	60.612	36.367,20	3.030,60
Cajazeirinhas	250375	3.131	12.000,00	1.000,00
Caldas Brandão	250380	5.859	12.000,00	1.000,00
Camalaú	250390	5.917	12.000,00	1.000,00
Campina Grande	250400	400.002	240.001,20	20.000,10
Capim	250403	6.082	12.000,00	1.000,00
Caraúbas	250407	4.054	12.000,00	1.000,00
Carrapateira	250410	2.529	12.000,00	1.000,00
Casserengue	250415	7.304	12.000,00	1.000,00
Catingueira	250420	4.905	12.000,00	1.000,00
Catolé do Rocha	250430	29.794	17.876,40	1.489,70
Caturité	250435	4.714	12.000,00	1.000,00
Conceição	250440	18.769	12.000,00	1.000,00
Condado	250450	6.711	12.000,00	1.000,00
Conde	250460	23.115	13.869,00	1.155,75
Congo	250470	4.770	12.000,00	1.000,00
Coremas	250480	15.391	12.000,00	1.000,00
Coxixola	250485	1.856	12.000,00	1.000,00
Cruz do Espírito Santo	250490	16.836	12.000,00	1.000,00
Cubati	250500	7.106	12.000,00	1.000,00
Cuité	250510	20.299	12.179,40	1.014,95
Cuité de Mamanguape	250523	6.321	12.000,00	1.000,00
Cuitegi	250520	6.895	12.000,00	1.000,00



Curral de Cima	250527	5.259	12.000,00	1.000,00
Curral Velho	250530	2.529	12.000,00	1.000,00
Damião	250535	5.142	12.000,00	1.000,00
Desterro	250540	8.196	12.000,00	1.000,00
Diamante	250560	6.636	12.000,00	1.000,00
Dona Inês	250570	10.535	12.000,00	1.000,00
Duas Estradas	250580	3.645	12.000,00	1.000,00
Emas	250590	3.439	12.000,00	1.000,00
Esperança	250600	32.264	19.358,40	1.613,20
Fagundes	250610	11.449	12.000,00	1.000,00
Frei Martinho	250620	2.981	12.000,00	1.000,00
Gado Bravo	250625	8.466	12.000,00	1.000,00
Guarabira	250630	57.383	34.429,80	2.869,15
Gurinhém	250640	14.098	12.000,00	1.000,00
Gurjão	250650	3.311	12.000,00	1.000,00
Ibiara	250660	6.027	12.000,00	1.000,00
Igaracy	250260	6.210	12.000,00	1.000,00
Imaculada	250670	11.659	12.000,00	1.000,00
Ingá	250680	17.912	12.000,00	1.000,00
Itabaiana	250690	24.663	14.797,80	1.233,15
Itaporanga	250700	24.128	14.476,80	1.206,40
Itapororoca	250710	17.918	12.000,00	1.000,00
Itatuba	250720	10.590	12.000,00	1.000,00
Jacaraú	250730	14.248	12.000,00	1.000,00
Jericó	250740	7.689	12.000,00	1.000,00
João Pessoa	250750	769.607	461.764,20	38.480,35
Joca Claudino	251365	2.669	12.000,00	1.000,00
Juarez Távora	250760	7.742	12.000,00	1.000,00
Juazeirinho	250770	17.565	12.000,00	1.000,00
Junco do Seridó	250780	6.934	12.000,00	1.000,00
Juripiranga	250790	10.560	12.000,00	1.000,00
Juru	250800	9.919	12.000,00	1.000,00
Lagoa	250810	4.710	12.000,00	1.000,00
Lagoa de Dentro	250820	7.564	12.000,00	1.000,00
Lagoa Seca	250830	26.788	16.072,80	1.339,40
Lastro	250840	2.809	12.000,00	1.000,00
Livramento	250850	7.320	12.000,00	1.000,00
Logradouro	250855	4.157	12.000,00	1.000,00
Lucena	250860	12.460	12.000,00	1.000,00
Mãe d'Água	250870	4.044	12.000,00	1.000,00
Malta	250880	5.679	12.000,00	1.000,00
Mamanguape	250890	43.678	26.206,80	2.183,90
Manaira	250900	11.007	12.000,00	1.000,00
Marcação	250905	8.117	12.000,00	1.000,00
Mari	250910	21.648	12.988,80	1.082,40
Marizópolis	250915	6.423	12.000,00	1.000,00
Massaranduba	250920	13.438	12.000,00	1.000,00
Mataraca	250930	7.952	12.000,00	1.000,00
Matinhas	250933	4.453	12.000,00	1.000,00
Mato Grosso	250937	2.821	12.000,00	1.000,00
Maturéia	250939	6.283	12.000,00	1.000,00
Mogeiro	250940	13.349	12.000,00	1.000,00
Montadas	250950	5.351	12.000,00	1.000,00
Monte Horebe	250960	4.688	12.000,00	1.000,00
Monteiro	250970	32.211	19.326,60	1.610,55
Mulungu	250980	9.750	12.000,00	1.000,00
Natuba	250990	10.439	12.000,00	1.000,00
Nazarezinho	251000	7.342	12.000,00	1.000,00
Nova Floresta	251010	10.661	12.000,00	1.000,00
Nova Olinda	251020	6.058	12.000,00	1.000,00
Nova Palmeira	251030	4.647	12.000,00	1.000,00
Olho d'Água	251040	6.790	12.000,00	1.000,00
Olivedos	251050	3.804	12.000,00	1.000,00
Ouro Velho	251060	3.003	12.000,00	1.000,00
Parari	251065	1.823	12.000,00	1.000,00
Passagem	251070	2.338	12.000,00	1.000,00
Patos	251080	104.716	62.829,60	5.235,80
Paulista	251090	12.117	12.000,00	1.000,00
Pedra Branca	251100	3.787	12.000,00	1.000,00
Pedra Lavrada	251110	7.830	12.000,00	1.000,00
Pedras de Fogo	251120	28.056	16.833,60	1.402,80
Pedro Régis	251272	5.963	12.000,00	1.000,00
Piancó	251130	15.870	12.000,00	1.000,00
Picuí	251140	18.597	12.000,00	1.000,00
Pilar	251150	11.620	12.000,00	1.000,00
Pilões	251160	6.860	12.000,00	1.000,00
Pilõesinhos	251170	5.159	12.000,00	1.000,00
Pirpirituba	251180	10.523	12.000,00	1.000,00
Pitimbu	251190	18.148	12.000,00	1.000,00
Pocinhos	251200	17.894	12.000,00	1.000,00
Poço Dantas	251203	3.788	12.000,00	1.000,00
Poço de José de Moura	251207	4.165	12.000,00	1.000,00
Pombal	251210	32.654	19.592,40	1.632,70
Prata	251220	4.033	12.000,00	1.000,00
Princesa Isabel	251230	22.461	13.476,60	1.123,05
Puxinanã	251240	13.386	12.000,00	1.000,00
Queimadas	251250	42.586	25.551,60	2.129,30
Quixabá	251260	1.834	12.000,00	1.000,00
Remígio	251270	18.686	12.000,00	1.000,00
Riachão	251274	3.448	12.000,00	1.000,00
Riachão do Bacamarte	251275	4.419	12.000,00	1.000,00
Riachão do Poço	251276	4.359	12.000,00	1.000,00
Riacho de Santo Antônio	251278	1.856	12.000,00	1.000,00
Riacho dos Cavalos	251280	8.513	12.000,00	1.000,00
Rio Tinto	251290	23.883	14.329,80	1.194,15
Salgadinho	251300	3.752	12.000,00	1.000,00
Salgado de São Félix	251310	12.144	12.000,00	1.000,00
Santa Cecília	251315	6.610	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz	251320	6.573	12.000,00	1.000,00
Santa Helena	251330	5.949	12.000,00	1.000,00
Santa Inês	251335	3.592	12.000,00	1.000,00
Santa Luzia	251340	15.145	12.000,00	1.000,00
Santa Rita	251370	132.871	79.722,60	6.643,55
Santa Teresinha	251380	4.612	12.000,00	1.000,00
Santana de Mangueira	251350	5.292	12.000,00	1.000,00
Santana dos Garrotes	251360	7.209	12.000,00	1.000,00
Santo André	251385	2.565	12.000,00	1.000,00
São Bentinho	251392	4.355	12.000,00	1.000,00



São Bento	251390	32.651	19.590,60	1.632,55
São Domingos de Pombal	251396	2.999	12.000,00	1.000,00
São Domingos do Cariri	251394	2.522	12.000,00	1.000,00
São Francisco	251398	3.389	12.000,00	1.000,00
São João do Cariri	251400	4.352	12.000,00	1.000,00
São João do Rio do Peixe	250070	17.917	12.000,00	1.000,00
São João do Tigre	251410	4.442	12.000,00	1.000,00
São José da Lagoa Tapada	251420	7.674	12.000,00	1.000,00
São José de Caiana	251430	6.179	12.000,00	1.000,00
São José de Espinharas	251440	4.738	12.000,00	1.000,00
São José de Piranhas	251450	19.732	12.000,00	1.000,00
São José de Princesa	251455	4.077	12.000,00	1.000,00
São José do Bonfim	251460	3.411	12.000,00	1.000,00
São José do Brejo do Cruz	251465	1.753	12.000,00	1.000,00
São José do Sabugi	251470	4.102	12.000,00	1.000,00
São José dos Cordeiros	251480	3.749	12.000,00	1.000,00
São José dos Ramos	251445	5.762	12.000,00	1.000,00
São Mamede	251490	7.794	12.000,00	1.000,00
São Miguel de Taipu	251500	6.970	12.000,00	1.000,00
São Sebastião de Lagoa de Roça	251510	11.495	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Umbuzeiro	251520	3.380	12.000,00	1.000,00
Sapé	251530	51.700	31.020,00	2.585,00
Seridó	251540	10.701	12.000,00	1.000,00
Serra Branca	251550	13.409	12.000,00	1.000,00
Serra da Raiz	251560	3.190	12.000,00	1.000,00
Serra Grande	251570	3.055	12.000,00	1.000,00
Serra Redonda	251580	7.089	12.000,00	1.000,00
Serraria	251590	6.218	12.000,00	1.000,00
Sertãozinho	251593	4.728	12.000,00	1.000,00
Sobrado	251597	7.623	12.000,00	1.000,00
Solânea	251600	26.431	15.858,60	1.321,55
Soledade	251610	14.418	12.000,00	1.000,00
Sossêgo	251615	3.376	12.000,00	1.000,00
Sousa	251620	68.030	40.818,00	3.401,50
Sumé	251630	16.595	12.000,00	1.000,00
Tacima	251640	10.665	12.000,00	1.000,00
Taperoá	251650	15.190	12.000,00	1.000,00
Tavares	251660	14.467	12.000,00	1.000,00
Teixeira	251670	14.739	12.000,00	1.000,00
Tenório	251675	2.951	12.000,00	1.000,00
Triunfo	251680	9.410	12.000,00	1.000,00
Uiraúna	251690	15.062	12.000,00	1.000,00
Umbuzeiro	251700	9.862	12.000,00	1.000,00
Várzea	251710	2.668	12.000,00	1.000,00
Vieirópolis	251720	5.228	12.000,00	1.000,00
Vista Serrana	250550	3.675	12.000,00	1.000,00
Zabelê	251740	2.169	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	223	3.914.421	3.735.711,00	311.309,25
PERNAMBUCO	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abreu e Lima	260005	97.786	58.671,60	4.889,30
Afogados da Ingazeira	260010	36.379	21.827,40	1.818,95
Afrânio	260020	18.625	12.000,00	1.000,00
Agrestina	260030	23.842	14.305,20	1.192,10
Água Preta	260040	34.978	20.986,80	1.748,90
Águas Belas	260050	42.008	25.204,40	2.100,40
Alagoinha	260060	14.155	12.000,00	1.000,00
Aliança	260070	38.242	22.945,20	1.912,10
Altinho	260080	22.853	13.711,80	1.142,65
Amaraji	260090	22.555	13.533,00	1.127,75
Angelim	260100	10.706	12.000,00	1.000,00
Araçoiaba	260105	19.333	12.000,00	1.000,00
Arapirina	260110	80.577	48.346,20	4.028,85
Arcoverde	260120	72.102	43.261,20	3.605,10
Barra de Guabiraba	260130	13.523	12.000,00	1.000,00
Barreiros	260140	41.987	25.192,20	2.099,35
Belém de Maria	260150	11.777	12.000,00	1.000,00
Belém de São Francisco	260160	20.680	12.408,00	1.034,00
Belo Jardim	260170	74.902	44.941,20	3.745,10
Betânia	260180	12.433	12.000,00	1.000,00
Bezerros	260190	60.213	36.127,80	3.010,65
Bodocó	260200	36.783	22.069,80	1.839,15
Bom Conselho	260210	47.273	28.363,80	2.363,65
Bom Jardim	260220	38.816	23.289,60	1.940,80
Bonito	260230	38.287	22.972,20	1.914,35
Brejão	260240	9.006	12.000,00	1.000,00
Brejinho	260250	7.464	12.000,00	1.000,00
Brejo da Madre de Deus	260260	47.972	28.783,20	2.398,60
Buenos Aires	260270	12.934	12.000,00	1.000,00
Buíque	260280	55.268	33.160,80	2.763,40
Cabo de Santo Agostinho	260290	196.152	117.691,20	9.807,60
Cabrobó	260300	32.596	19.557,60	1.629,80
Cachoeirinha	260310	19.674	12.000,00	1.000,00
Caetés	260320	27.766	16.659,60	1.388,30
Calçado	260330	11.223	12.000,00	1.000,00
Calumbi	260340	5.754	12.000,00	1.000,00
Camagibe	260345	151.587	90.952,20	7.579,35
Camocim de São Félix	260350	17.980	12.000,00	1.000,00
Camutanga	260360	8.405	12.000,00	1.000,00
Canhotinho	260370	24.918	14.950,80	1.245,90
Capoeiras	260380	20.004	12.002,40	1.000,20
Carnaíba	260390	19.187	12.000,00	1.000,00
Carnaubeira da Penha	260392	12.387	12.000,00	1.000,00
Carpina	260400	79.308	47.584,80	3.965,40
Caruaru	260410	337.416	202.449,60	16.870,80
Casinhas	260415	14.159	12.000,00	1.000,00
Catende	260420	40.328	24.196,80	2.016,40
Cedro	260430	11.323	12.000,00	1.000,00
Chã de Alegria	260440	13.002	12.000,00	1.000,00
Chã Grande	260450	21.006	12.603,60	1.050,30
Condado	260460	25.435	15.261,00	1.271,75
Correntes	260470	17.830	12.000,00	1.000,00
Cortês	260480	12.647	12.000,00	1.000,00
Cumaru	260490	14.815	12.000,00	1.000,00
Cupira	260500	23.695	14.217,00	1.184,75
Custódia	260510	35.574	21.344,40	1.778,70
Dormentes	260515	17.925	12.000,00	1.000,00
Escada	260520	66.419	39.851,40	3.320,95





Exu	260530	32.076	19.245,60	1.603,80
Feira Nova	260540	21.444	12.866,40	1.072,20
Fernando de Noronha	260545	2.837	12.000,00	1.000,00
Ferreiros	260550	11.850	12.000,00	1.000,00
Flores	260560	22.610	13.566,00	1.130,50
Floresta	260570	31.088	18.652,80	1.554,40
Frei Miguelinho	260580	14.932	12.000,00	1.000,00
Gameleira	260590	29.515	17.709,00	1.475,75
Garanhuns	260600	135.138	81.082,80	6.756,90
Glória do Goitá	260610	30.000	18.000,00	1.500,00
Goiana	260620	77.945	46.767,00	3.897,25
Granito	260630	7.191	12.000,00	1.000,00
Gravatá	260640	80.450	48.270,00	4.022,50
Iati	260650	18.913	12.000,00	1.000,00
Ibimirim	260660	28.197	16.918,20	1.409,85
Ibirajuba	260670	7.714	12.000,00	1.000,00
Igarassu	260680	109.322	65.593,20	5.466,10
Iguaraci	260690	12.097	12.000,00	1.000,00
Ilha de Itamaracá	260760	23.923	14.353,80	1.196,15
Inajá	260700	21.003	12.601,80	1.050,15
Ingazeira	260710	4.570	12.000,00	1.000,00
Ipojuca	260720	87.926	52.755,60	4.396,30
Ipubi	260730	30.037	18.022,20	1.501,85
Itacuruba	260740	4.643	12.000,00	1.000,00
Itaíba	260750	26.651	15.990,60	1.332,55
Itambé	260765	36.233	21.739,80	1.811,65
Itapetim	260770	13.932	12.000,00	1.000,00
Itapissuma	260775	25.220	15.132,00	1.261,00
Itaquitinga	260780	16.638	12.000,00	1.000,00
Jaboatão dos Guararapes	260790	675.599	405.359,40	33.779,95
Jaqueira	260795	11.696	12.000,00	1.000,00
Jatáuba	260800	16.679	12.000,00	1.000,00
Jatobá	260805	14.464	12.000,00	1.000,00
João Alfredo	260810	32.355	19.413,00	1.617,75
Joaquim Nabuco	260820	16.056	12.000,00	1.000,00
Jucati	260825	11.061	12.000,00	1.000,00
Jupi	260830	14.325	12.000,00	1.000,00
Jurema	260840	15.050	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Carro	260845	17.034	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Itaenga	260850	21.210	12.726,00	1.060,50
Lagoa do Ouro	260860	12.685	12.000,00	1.000,00
Lagoa dos Gatos	260870	16.100	12.000,00	1.000,00
Lagoa Grande	260875	24.183	14.509,80	1.209,15
Lajedo	260880	38.545	23.127,00	1.927,25
Limoeiro	260890	56.407	33.844,20	2.820,35
Macaparana	260900	24.793	14.875,80	1.239,65
Machados	260910	14.770	12.000,00	1.000,00
Manari	260915	19.788	12.000,00	1.000,00
Maraial	260920	12.009	12.000,00	1.000,00
Mirandiba	260930	14.915	12.000,00	1.000,00
Moreilândia	261430	11.246	12.000,00	1.000,00
Moreno	260940	59.836	35.901,60	2.991,80
Nazaré da Mata	260950	31.834	19.100,40	1.591,70
Olinda	260960	388.127	232.876,20	19.406,35
Orobó	260970	23.552	14.131,20	1.177,60
Orocó	260980	14.071	12.000,00	1.000,00
Ouricuri	260990	67.689	40.613,40	3.384,45
Palmares	261000	61.731	37.038,60	3.086,55
Palmeirina	261010	8.191	12.000,00	1.000,00
Panelas	261020	26.515	15.909,00	1.325,75
Paranatama	261030	11.399	12.000,00	1.000,00
Parnamirim	261040	20.990	12.594,00	1.049,50
Passira	261050	29.082	17.449,20	1.454,10
Paudalho	261060	54.051	32.430,60	2.702,55
Paulista	261070	316.714	190.028,40	15.835,70
Pedra	261080	21.558	12.934,80	1.077,90
Pesqueira	261090	65.374	39.224,40	3.268,70
Petrolândia	261100	34.523	20.713,80	1.726,15
Petrolina	261110	319.893	191.935,80	15.994,65
Poção	261120	11.261	12.000,00	1.000,00
Pombos	261130	26.716	16.029,60	1.335,80
Primavera	261140	14.200	12.000,00	1.000,00
Quipapá	261150	25.220	15.132,00	1.261,00
Quixaba	261153	6.846	12.000,00	1.000,00
Recife	261160	1.599.513	959.707,80	79.975,65
Riacho das Almas	261170	19.947	12.000,00	1.000,00
Ribeirão	261180	46.200	27.720,00	2.310,00
Rio Formoso	261190	22.970	13.782,00	1.148,50
Sairé	261200	10.835	12.000,00	1.000,00
Salgadinho	261210	10.076	12.000,00	1.000,00
Salgueiro	261220	59.037	35.422,20	2.951,85
Saloá	261230	15.702	12.000,00	1.000,00
Sanharó	261240	24.049	14.429,40	1.202,45
Santa Cruz	261245	14.487	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz da Baixa Verde	261247	12.240	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz do Capibaribe	261250	96.908	58.144,80	4.845,40
Santa Filomena	261255	13.977	12.000,00	1.000,00
Santa Maria da Boa Vista	261260	40.908	24.544,80	2.045,40
Santa Maria do Cambucá	261270	13.626	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha	261280	11.411	12.000,00	1.000,00
São Benedito do Sul	261290	14.900	12.000,00	1.000,00
São Bento do Una	261300	56.413	33.847,80	2.820,65
São Caitano	261310	36.485	21.891,00	1.824,25
São João	261320	22.162	13.297,20	1.108,10
São Joaquim do Monte	261330	21.079	12.647,40	1.053,95
São José da Coroa Grande	261340	19.663	12.000,00	1.000,00
São José do Belmonte	261350	33.541	20.124,60	1.677,05
São José do Egito	261360	33.105	19.863,00	1.655,25
São Lourenço da Mata	261370	108.301	64.980,60	5.415,05
São Vicente Ferrer	261380	17.612	12.000,00	1.000,00
Serra Talhada	261390	83.051	49.830,60	4.152,55
Serrita	261400	18.951	12.000,00	1.000,00
Sertânia	261410	35.042	21.025,20	1.752,10
Sirinhaém	261420	43.036	25.821,60	2.151,80
Solidão	261440	5.918	12.000,00	1.000,00
Surubim	261450	61.875	37.125,00	3.093,75
Tabira	261460	27.591	16.554,60	1.379,55
Tacaimbó	261470	12.932	12.000,00	1.000,00



Tacaratu	261480	23.833	14.299,80	1.191,65
Tamandaré	261485	22.046	13.227,60	1.102,30
Taquaritinga do Norte	261500	26.772	16.063,20	1.338,60
Terezinha	261510	6.991	12.000,00	1.000,00
Terra Nova	261520	9.916	12.000,00	1.000,00
Timbaúba	261530	54.115	32.469,00	2.705,75
Toritama	261540	39.913	23.947,80	1.995,65
Tracunhaém	261550	13.497	12.000,00	1.000,00
Trindade	261560	27.756	16.653,60	1.387,80
Triunfo	261570	15.280	12.000,00	1.000,00
Tupanatinga	261580	25.882	15.529,20	1.294,10
Tuparetama	261590	8.129	12.000,00	1.000,00
Venturosa	261600	17.455	12.000,00	1.000,00
Verdejante	261610	9.408	12.000,00	1.000,00
Vertente do Lério	261618	7.859	12.000,00	1.000,00
Vertentes	261620	19.457	12.000,00	1.000,00
Vicência	261630	31.866	19.119,60	1.593,30
Vitória de Santo Antão	261640	133.907	80.344,20	6.695,35
Xexéu	261650	14.513	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	185	9.208.550	5.861.002,80	488.416,90
PIAUÍ	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Acauã	220005	6.890	12.000,00	1.000,00
Agricolândia	220010	5.097	12.000,00	1.000,00
Água Branca	220020	16.869	12.000,00	1.000,00
Alagoinha do Piauí	220025	7.467	12.000,00	1.000,00
Alegrete do Piauí	220027	5.211	12.000,00	1.000,00
Alto Longá	220030	13.923	12.000,00	1.000,00
Altos	220040	39.522	23.713,20	1.976,10
Alvorada do Gurguéia	220045	5.216	12.000,00	1.000,00
Amarante	220050	17.298	12.000,00	1.000,00
Angical do Piauí	220060	6.703	12.000,00	1.000,00
Anísio de Abreu	220070	9.456	12.000,00	1.000,00
Antônio Almeida	220080	3.090	12.000,00	1.000,00
Aroazes	220090	5.784	12.000,00	1.000,00
Aroeiras do Itaim	220095	2.459	12.000,00	1.000,00
Arraial	220100	4.688	12.000,00	1.000,00
Assunção do Piauí	220105	7.645	12.000,00	1.000,00
Avelino Lopes	220110	11.341	12.000,00	1.000,00
Baixa Grande do Ribeiro	220115	11.014	12.000,00	1.000,00
Barra D'Alcântara	220117	3.886	12.000,00	1.000,00
Barras	220120	45.786	27.471,60	2.289,30
Barreiras do Piauí	220130	3.278	12.000,00	1.000,00
Barro Duro	220140	6.627	12.000,00	1.000,00
Batalha	220150	26.215	15.729,00	1.310,75
Bela Vista do Piauí	220155	3.882	12.000,00	1.000,00
Belém do Piauí	220157	3.413	12.000,00	1.000,00
Benedictinos	220160	10.014	12.000,00	1.000,00
Bertolínia	220170	5.389	12.000,00	1.000,00
Betânia do Piauí	220173	6.086	12.000,00	1.000,00
Boa Hora	220177	6.516	12.000,00	1.000,00
Bocaina	220180	4.425	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus	220190	23.826	14.295,60	1.191,30
Bom Princípio do Piauí	220191	5.447	12.000,00	1.000,00
Bonfim do Piauí	220192	5.512	12.000,00	1.000,00
Boqueirão do Piauí	220194	6.335	12.000,00	1.000,00
Brasileira	220196	8.116	12.000,00	1.000,00
Brejo do Piauí	220198	3.749	12.000,00	1.000,00
Buriti dos Lopes	220200	19.352	12.000,00	1.000,00
Buriti dos Montes	220202	8.138	12.000,00	1.000,00
Cabeceiras do Piauí	220205	10.220	12.000,00	1.000,00
Cajazeiras do Piauí	220207	3.438	12.000,00	1.000,00
Cajueiro da Praia	220208	7.375	12.000,00	1.000,00
Caldeirão Grande do Piauí	220209	5.742	12.000,00	1.000,00
Campinas do Piauí	220210	5.489	12.000,00	1.000,00
Campo Alegre do Fidalgo	220211	4.851	12.000,00	1.000,00
Campo Grande do Piauí	220213	5.746	12.000,00	1.000,00
Campo Largo do Piauí	220217	7.016	12.000,00	1.000,00
Campo Maior	220220	45.827	27.496,20	2.291,35
Canavieira	220225	3.920	12.000,00	1.000,00
Canto do Buriti	220230	20.528	12.316,80	1.026,40
Capitão de Campos	220240	11.173	12.000,00	1.000,00
Capitão Gervásio Oliveira	220245	3.975	12.000,00	1.000,00
Caracol	220250	10.527	12.000,00	1.000,00
Caraúbas do Piauí	220253	5.676	12.000,00	1.000,00
Caridade do Piauí	220255	4.951	12.000,00	1.000,00
Castelo do Piauí	220260	18.469	12.000,00	1.000,00
Caxingó	220265	5.213	12.000,00	1.000,00
Cocal	220270	27.274	16.364,40	1.363,70
Cocal de Telha	220271	4.601	12.000,00	1.000,00
Cocal dos Alves	220272	5.677	12.000,00	1.000,00
Coivaras	220273	3.901	12.000,00	1.000,00
Colônia do Gurguéia	220275	6.238	12.000,00	1.000,00
Colônia do Piauí	220277	7.515	12.000,00	1.000,00
Conceição do Canindé	220280	4.528	12.000,00	1.000,00
Coronel José Dias	220285	4.594	12.000,00	1.000,00
Corrente	220290	25.927	15.556,20	1.296,35
Cristalândia do Piauí	220300	8.033	12.000,00	1.000,00
Cristino Castro	220310	10.164	12.000,00	1.000,00
Curimatá	220320	11.030	12.000,00	1.000,00
Currais	220323	4.811	12.000,00	1.000,00
Curral Novo do Piauí	220327	5.027	12.000,00	1.000,00
Curralinhos	220325	4.297	12.000,00	1.000,00
Demerval Lobão	220330	13.496	12.000,00	1.000,00
Dirceu Arcoverde	220335	6.818	12.000,00	1.000,00
Dom Expedito Lopes	220340	6.712	12.000,00	1.000,00
Dom Inocêncio	220345	9.364	12.000,00	1.000,00
Domingos Mourão	220342	4.292	12.000,00	1.000,00
Elesbão Veloso	220350	14.496	12.000,00	1.000,00
Eliseu Martins	220360	4.773	12.000,00	1.000,00
Esperantina	220370	38.607	23.164,20	1.930,35
Fartura do Piauí	220375	5.171	12.000,00	1.000,00
Flores do Piauí	220380	4.396	12.000,00	1.000,00
Floresta do Piauí	220385	2.511	12.000,00	1.000,00
Floriano	220390	58.586	35.151,60	2.929,30
Francinópolis	220400	5.270	12.000,00	1.000,00
Francisco Ayres	220410	4.392	12.000,00	1.000,00
Francisco Macedo	220415	2.984	12.000,00	1.000,00



Francisco Santos	220420	8.924	12.000,00	1.000,00
Fronteiras	220430	11.368	12.000,00	1.000,00
Geminiano	220435	5.276	12.000,00	1.000,00
Gilbués	220440	10.504	12.000,00	1.000,00
Guadalupe	220450	10.342	12.000,00	1.000,00
Guaribas	220455	4.464	12.000,00	1.000,00
Hugo Napoleão	220460	3.809	12.000,00	1.000,00
Ilha Grande	220465	9.136	12.000,00	1.000,00
Inhuma	220470	15.017	12.000,00	1.000,00
Ipiranga do Piauí	220480	9.534	12.000,00	1.000,00
Isaías Coelho	220490	8.368	12.000,00	1.000,00
Itainópolis	220500	11.302	12.000,00	1.000,00
Itaueira	220510	10.806	12.000,00	1.000,00
Jacobina do Piauí	220515	5.710	12.000,00	1.000,00
Jaicós	220520	18.501	12.000,00	1.000,00
Jardim do Mulato	220525	4.389	12.000,00	1.000,00
Jatobá do Piauí	220527	4.743	12.000,00	1.000,00
Jerumenha	220530	4.403	12.000,00	1.000,00
João Costa	220535	2.971	12.000,00	1.000,00
Joaquim Pires	220540	14.032	12.000,00	1.000,00
Joca Marques	220545	5.253	12.000,00	1.000,00
José de Freitas	220550	38.005	22.803,00	1.900,25
Juazeiro do Piauí	220551	4.828	12.000,00	1.000,00
Júlio Borges	220552	5.479	12.000,00	1.000,00
Jurema	220553	4.623	12.000,00	1.000,00
Lagoa Alegre	220555	8.245	12.000,00	1.000,00
Lagoa de São Francisco	220557	6.566	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Barro do Piauí	220556	4.568	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Piauí	220558	3.948	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Sítio	220559	4.995	12.000,00	1.000,00
Lagoinha do Piauí	220554	2.741	12.000,00	1.000,00
Landri Sales	220560	5.266	12.000,00	1.000,00
Luís Correia	220570	29.252	17.551,20	1.462,60
Luzilândia	220580	25.005	15.003,00	1.250,25
Madeiro	220585	8.034	12.000,00	1.000,00
Manoel Emídio	220590	5.260	12.000,00	1.000,00
Marcolândia	220595	8.121	12.000,00	1.000,00
Marcos Parente	220600	4.484	12.000,00	1.000,00
Massapê do Piauí	220605	6.305	12.000,00	1.000,00
Matias Olímpio	220610	10.664	12.000,00	1.000,00
Miguel Alves	220620	32.900	19.740,00	1.645,00
Miguel Leão	220630	1.244	12.000,00	1.000,00
Milton Brandão	220635	6.797	12.000,00	1.000,00
Monsenhor Gil	220640	10.411	12.000,00	1.000,00
Monsenhor Hipólito	220650	7.541	12.000,00	1.000,00
Monte Alegre do Piauí	220660	10.438	12.000,00	1.000,00
Morro Cabeça no Tempo	220665	4.082	12.000,00	1.000,00
Morro do Chapéu do Piauí	220667	6.622	12.000,00	1.000,00
Murici dos Portelas	220669	8.781	12.000,00	1.000,00
Nazaré do Piauí	220670	7.300	12.000,00	1.000,00
Nazária	220672	8.289	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora de Nazaré	220675	4.696	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora dos Remédios	220680	8.419	12.000,00	1.000,00
Nova Santa Rita	220795	4.264	12.000,00	1.000,00
Novo Oriente do Piauí	220690	6.505	12.000,00	1.000,00
Novo Santo Antônio	220695	3.354	12.000,00	1.000,00
Oeiras	220700	36.195	21.717,00	1.809,75
Olho D'Água do Piauí	220710	2.698	12.000,00	1.000,00
Padre Marcos	220720	6.735	12.000,00	1.000,00
Paes Landim	220730	4.077	12.000,00	1.000,00
Pajeú do Piauí	220735	3.460	12.000,00	1.000,00
Palmeira do Piauí	220740	4.997	12.000,00	1.000,00
Palmeirais	220750	14.090	12.000,00	1.000,00
Paquetá	220755	3.919	12.000,00	1.000,00
Parnaguá	220760	10.494	12.000,00	1.000,00
Parnaíba	220770	148.832	89.299,20	7.441,60
Passagem Franca do Piauí	220775	4.457	12.000,00	1.000,00
Patos do Piauí	220777	6.223	12.000,00	1.000,00
Pau D'Arco do Piauí	220779	3.888	12.000,00	1.000,00
Paulistana	220780	20.093	12.055,80	1.004,65
Pavussu	220785	3.655	12.000,00	1.000,00
Pedro II	220790	37.968	22.780,80	1.898,40
Pedro Laurentino	220793	2.463	12.000,00	1.000,00
Picos	220800	76.042	45.625,20	3.802,10
Pimenteiras	220810	11.884	12.000,00	1.000,00
Pio IX	220820	17.979	12.000,00	1.000,00
Piracuruca	220830	28.179	16.907,40	1.408,95
Piripiri	220840	62.542	37.525,20	3.127,10
Porto	220850	12.188	12.000,00	1.000,00
Porto Alegre do Piauí	220855	2.625	12.000,00	1.000,00
Prata do Piauí	220860	3.109	12.000,00	1.000,00
Queimada Nova	220865	8.743	12.000,00	1.000,00
Redenção do Gurguéia	220870	8.556	12.000,00	1.000,00
Regeneração	220880	17.696	12.000,00	1.000,00
Riacho Frio	220885	4.259	12.000,00	1.000,00
Ribeira do Piauí	220887	4.354	12.000,00	1.000,00
Ribeiro Gonçalves	220890	7.068	12.000,00	1.000,00
Rio Grande do Piauí	220900	6.327	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz do Piauí	220910	6.110	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz dos Milagres	220915	3.893	12.000,00	1.000,00
Santa Filomena	220920	6.150	12.000,00	1.000,00
Santa Luz	220930	5.666	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa do Piauí	220937	5.182	12.000,00	1.000,00
Santana do Piauí	220935	4.522	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio de Lisboa	220940	6.182	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio dos Milagres	220945	2.102	12.000,00	1.000,00
Santo Inácio do Piauí	220950	3.706	12.000,00	1.000,00
São Braz do Piauí	220955	4.363	12.000,00	1.000,00
São Félix do Piauí	220960	2.945	12.000,00	1.000,00
São Francisco de Assis do Piauí	220965	5.728	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Piauí	220970	6.335	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Gurguéia	220975	2.923	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Piauí	220980	4.866	12.000,00	1.000,00
São João da Canabrava	220985	4.509	12.000,00	1.000,00
São João da Fronteira	220987	5.760	12.000,00	1.000,00
São João da Serra	220990	6.122	12.000,00	1.000,00
São João da Varjota	220995	4.728	12.000,00	1.000,00
São João do Arraial	220997	7.636	12.000,00	1.000,00





São João do Piauí	221000	20.000	12.000,00	1.000,00
São José do Divino	221005	5.227	12.000,00	1.000,00
São José do Peixe	221010	3.707	12.000,00	1.000,00
São José do Piauí	221020	6.621	12.000,00	1.000,00
São Julião	221030	5.761	12.000,00	1.000,00
São Lourenço do Piauí	221035	4.483	12.000,00	1.000,00
São Luis do Piauí	221037	2.591	12.000,00	1.000,00
São Miguel da Baixa Grande	221038	2.403	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Fidalgo	221039	2.995	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Tapuio	221040	18.162	12.000,00	1.000,00
São Pedro do Piauí	221050	13.913	12.000,00	1.000,00
São Raimundo Nonato	221060	33.400	20.040,00	1.670,00
Sebastião Barros	221062	3.499	12.000,00	1.000,00
Sebastião Leal	221063	4.189	12.000,00	1.000,00
Sigefredo Pacheco	221065	9.777	12.000,00	1.000,00
Simões	221070	14.372	12.000,00	1.000,00
Simplicio Mendes	221080	12.341	12.000,00	1.000,00
Socorro do Piauí	221090	4.527	12.000,00	1.000,00
Sussuapara	221093	6.457	12.000,00	1.000,00
Tamboril do Piauí	221095	2.826	12.000,00	1.000,00
Tanque do Piauí	221097	2.683	12.000,00	1.000,00
Teresina	221100	836.475	501.885,00	41.823,75
União	221110	43.403	26.041,80	2.170,15
Uruçuí	221120	20.779	12.467,40	1.038,95
Valença do Piauí	221130	20.541	12.324,60	1.027,05
Várzea Branca	221135	4.910	12.000,00	1.000,00
Várzea Grande	221140	4.346	12.000,00	1.000,00
Vera Mendes	221150	3.020	12.000,00	1.000,00
Vila Nova do Piauí	221160	3.010	12.000,00	1.000,00
Wall Ferraz	221170	4.355	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	224	3.184.166	3.481.025,40	290.085,45
PARANÁ	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abatiá	410010	7.881	12.000,00	1.000,00
Adrianópolis	410020	6.416	12.000,00	1.000,00
Agudos do Sul	410030	8.797	12.000,00	1.000,00
Almirante Tamandaré	410040	110.256	66.153,60	5.512,80
Altamira do Paraná	410045	3.754	12.000,00	1.000,00
Alto Paraíso	412862	3.159	12.000,00	1.000,00
Alto Paraná	410060	14.334	12.000,00	1.000,00
Alto Piquiri	410070	10.350	12.000,00	1.000,00
Altônia	410050	21.489	12.893,40	1.074,45
Alvorada do Sul	410080	10.869	12.000,00	1.000,00
Amaporã	410090	5.815	12.000,00	1.000,00
Ampére	410100	18.281	12.000,00	1.000,00
Anahy	410105	2.929	12.000,00	1.000,00
Andirá	410110	20.988	12.592,80	1.049,40
Ângulo	410115	2.954	12.000,00	1.000,00
Antonina	410120	19.412	12.000,00	1.000,00
Antônio Olinto	410130	7.567	12.000,00	1.000,00
Apucarana	410140	128.058	76.834,80	6.402,90
Arapongas	410150	112.198	67.318,80	5.609,90
Arapoti	410160	27.170	16.302,00	1.358,50
Arapuã	410165	3.513	12.000,00	1.000,00
Arauna	410170	13.926	12.000,00	1.000,00
Araucária	410180	129.209	77.525,40	6.460,45
Ariranha do Ivaí	410185	2.421	12.000,00	1.000,00
Assaí	410190	16.436	12.000,00	1.000,00
Assis Chateaubriand	410200	33.988	20.392,80	1.699,40
Astorga	410210	25.745	15.447,00	1.287,25
Atalaia	410220	4.010	12.000,00	1.000,00
Balsa Nova	410230	12.059	12.000,00	1.000,00
Bandeirantes	410240	32.800	19.680,00	1.640,00
Barbosa Ferraz	410250	12.683	12.000,00	1.000,00
Barra do Jacaré	410270	2.813	12.000,00	1.000,00
Barracão	410260	10.143	12.000,00	1.000,00
Bela Vista da Caroba	410275	3.926	12.000,00	1.000,00
Bela Vista do Paraíso	410280	15.565	12.000,00	1.000,00
Bituruna	410290	16.416	12.000,00	1.000,00
Boa Esperança	410300	4.559	12.000,00	1.000,00
Boa Esperança do Iguaçu	410302	2.763	12.000,00	1.000,00
Boa Ventura de São Roque	410304	6.702	12.000,00	1.000,00
Boa Vista da Aparecida	410305	8.028	12.000,00	1.000,00
Bocaiúva do Sul	410310	11.826	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus do Sul	410315	3.824	12.000,00	1.000,00
Bom Sucesso	410320	6.866	12.000,00	1.000,00
Bom Sucesso do Sul	410322	3.372	12.000,00	1.000,00
Borrazópolis	410330	7.724	12.000,00	1.000,00
Braganey	410335	5.799	12.000,00	1.000,00
Brasilândia do Sul	410337	3.136	12.000,00	1.000,00
Cafeara	410340	2.833	12.000,00	1.000,00
Cafelândia	410345	16.020	12.000,00	1.000,00
Cafezal do Sul	410347	4.334	12.000,00	1.000,00
Califórnia	410350	8.423	12.000,00	1.000,00
Cambará	410360	24.928	14.956,80	1.246,40
Cambé	410370	102.222	61.333,20	5.111,10
Cambira	410380	7.603	12.000,00	1.000,00
Campina da Lagoa	410390	15.463	12.000,00	1.000,00
Campina do Simão	410395	4.130	12.000,00	1.000,00
Campina Grande do Sul	410400	41.060	24.636,00	2.053,00
Campo Bonito	410405	4.361	12.000,00	1.000,00
Campo do Tenente	410410	7.550	12.000,00	1.000,00
Campo Largo	410420	120.730	72.438,00	6.036,50
Campo Magro	410425	26.755	16.053,00	1.337,75
Campo Mourão	410430	91.648	54.988,80	4.582,40
Cândido de Abreu	410440	16.633	12.000,00	1.000,00
Candói	410442	15.657	12.000,00	1.000,00
Cantagalo	410445	13.396	12.000,00	1.000,00
Capanema	410450	19.182	12.000,00	1.000,00
Capitão Leônidas Marques	410460	15.592	12.000,00	1.000,00
Carambeí	410465	20.863	12.517,80	1.043,15
Carlópolis	410470	14.239	12.000,00	1.000,00
Cascavel	410480	305.615	183.369,00	15.280,75
Castro	410490	70.086	42.051,60	3.504,30
Catanduvas	410500	10.467	12.000,00	1.000,00
Centenário do Sul	410510	11.382	12.000,00	1.000,00
Cerro Azul	410520	17.619	12.000,00	1.000,00
Céu Azul	410530	11.528	12.000,00	1.000,00



Chopinzinho	410540	20.077	12.046,20	1.003,85
Cianorte	410550	75.360	45.216,00	3.768,00
Cidade Gaúcha	410560	11.800	12.000,00	1.000,00
Clevelândia	410570	17.501	12.000,00	1.000,00
Colombo	410580	227.220	140.448,22	11.704,02
Colorado	410590	23.402	14.041,20	1.170,10
Congonhinhas	410600	8.648	12.000,00	1.000,00
Conselheiro Mairinck	410610	3.794	12.000,00	1.000,00
Contenda	410620	17.067	12.000,00	1.000,00
Corbélia	410630	16.954	12.000,00	1.000,00
Cornélio Procópio	410640	48.420	29.052,00	2.421,00
Coronel Domingos Soares	410645	7.525	12.000,00	1.000,00
Coronel Vivida	410650	22.035	13.221,00	1.101,75
Corumbataí do Sul	410655	3.887	12.000,00	1.000,00
Cruz Machado	410680	18.702	12.000,00	1.000,00
Cruzeiro do Iguaçu	410657	4.383	12.000,00	1.000,00
Cruzeiro do Oeste	410660	21.107	12.664,20	1.055,35
Cruzeiro do Sul	410670	4.656	12.000,00	1.000,00
Cruzmalina	410685	3.185	12.000,00	1.000,00
Curitiba	410690	1.848.946	1.109.367,60	92.447,30
Curiúva	410700	14.620	12.000,00	1.000,00
Diamante do Norte	410710	5.540	12.000,00	1.000,00
Diamante do Sul	410712	3.583	12.000,00	1.000,00
Diamante D'Oeste	410715	5.223	12.000,00	1.000,00
Dois Vizinhos	410720	38.385	23.031,00	1.919,25
Douradina	410725	8.007	12.000,00	1.000,00
Doutor Camargo	410730	6.024	12.000,00	1.000,00
Doutor Ulysses	412863	5.837	12.000,00	1.000,00
Enéas Marques	410740	6.223	12.000,00	1.000,00
Engenheiro Beltrão	410750	14.298	12.000,00	1.000,00
Entre Rios do Oeste	410753	4.202	12.000,00	1.000,00
Esperança Nova	410752	1.946	12.000,00	1.000,00
Espigão Alto do Iguaçu	410754	4.642	12.000,00	1.000,00
Farol	410755	3.456	12.000,00	1.000,00
Faxinal	410760	17.006	12.000,00	1.000,00
Fazenda Rio Grande	410765	89.037	53.422,20	4.451,85
Fênix	410770	4.917	12.000,00	1.000,00
Fernandes Pinheiro	410773	6.008	12.000,00	1.000,00
Figueira	410775	8.364	12.000,00	1.000,00
Flor da Serra do Sul	410785	4.822	12.000,00	1.000,00
Floraí	410780	5.149	12.000,00	1.000,00
Floresta	410790	6.324	12.000,00	1.000,00
Florestópolis	410800	11.328	12.000,00	1.000,00
Flórida	410810	2.650	12.000,00	1.000,00
Formosa do Oeste	410820	7.468	12.000,00	1.000,00
Foz do Iguaçu	410830	263.508	184.677,82	15.389,82
Foz do Jordão	410845	5.346	12.000,00	1.000,00
Francisco Alves	410832	6.483	12.000,00	1.000,00
Francisco Beltrão	410840	84.437	50.662,20	4.221,85
General Carneiro	410850	14.039	12.000,00	1.000,00
Godoy Moreira	410855	3.315	12.000,00	1.000,00
Goioerê	410860	29.743	17.845,80	1.487,15
Goioxim	410865	7.590	12.000,00	1.000,00
Grandes Rios	410870	6.515	12.000,00	1.000,00
Guaíra	410880	32.190	19.314,00	1.609,50
Guairaçá	410890	6.468	12.000,00	1.000,00
Guamiranga	410895	8.343	12.000,00	1.000,00
Guapirama	410900	3.968	12.000,00	1.000,00
Guaporema	410910	2.289	12.000,00	1.000,00
Guaraci	410920	5.373	12.000,00	1.000,00
Guaraniaçu	410930	14.372	12.000,00	1.000,00
Guarapuava	410940	175.779	105.467,40	8.788,95
Guaraqueçaba	410950	8.012	12.000,00	1.000,00
Guaratuba	410960	34.338	20.602,80	1.716,90
Honório Serpa	410965	5.902	12.000,00	1.000,00
Ibaiti	410970	30.242	18.145,20	1.512,10
Ibema	410975	6.306	12.000,00	1.000,00
Ibiporã	410980	51.255	30.753,00	2.562,75
Icaraíma	410990	8.809	12.000,00	1.000,00
Iguaraçu	411000	4.205	12.000,00	1.000,00
Iguatu	411005	2.299	12.000,00	1.000,00
Imbaú	411007	12.087	12.000,00	1.000,00
Imbituva	411010	30.359	18.215,40	1.517,95
Inácio Martins	411020	11.282	12.000,00	1.000,00
Inajá	411030	3.100	12.000,00	1.000,00
Indianópolis	411040	4.456	12.000,00	1.000,00
Ipiranga	411050	14.809	12.000,00	1.000,00
Iporã	411060	15.078	12.000,00	1.000,00
Iracema do Oeste	411065	2.564	12.000,00	1.000,00
Irati	411070	58.957	35.374,20	2.947,85
Iretama	411080	10.773	12.000,00	1.000,00
Itaguajé	411090	4.659	12.000,00	1.000,00
Itaipulândia	411095	9.869	12.000,00	1.000,00
Itambaracá	411100	6.887	12.000,00	1.000,00
Itambé	411110	6.173	12.000,00	1.000,00
Itapejara d'Oeste	411120	11.211	12.000,00	1.000,00
Itaperuçu	411125	25.974	15.584,40	1.298,70
Itaúna do Sul	411130	3.476	12.000,00	1.000,00
Ivaí	411140	13.451	12.000,00	1.000,00
Ivaiporã	411150	32.699	19.619,40	1.634,95
Ivaté	411155	7.901	12.000,00	1.000,00
Ivatuba	411160	3.159	12.000,00	1.000,00
Jaboti	411170	5.135	12.000,00	1.000,00
Jacarezinho	411180	40.221	24.132,60	2.011,05
Jaguapitã	411190	12.939	12.000,00	1.000,00
Jaguariaíva	411200	34.096	20.457,60	1.704,80
Jandaia do Sul	411210	21.057	12.634,20	1.052,85
Janiópolis	411220	6.341	12.000,00	1.000,00
Japira	411230	5.058	12.000,00	1.000,00
Japurá	411240	9.020	12.000,00	1.000,00
Jardim Alegre	411250	12.371	12.000,00	1.000,00
Jardim Olinda	411260	1.424	12.000,00	1.000,00
Jataizinho	411270	12.387	12.000,00	1.000,00
Jesuítas	411275	9.072	12.000,00	1.000,00
Joaquim Távora	411280	11.347	12.000,00	1.000,00
Jundiá do Sul	411290	3.483	12.000,00	1.000,00
Juranda	411295	7.755	12.000,00	1.000,00
Jussara	411300	6.897	12.000,00	1.000,00



Kaloré	411310	4.511	12.000,00	1.000,00
Lapa	411320	47.023	28.213,80	2.351,15
Laranjal	411325	6.384	12.000,00	1.000,00
Laranjeiras do Sul	411330	31.936	19.161,60	1.596,80
Leópolis	411340	4.200	12.000,00	1.000,00
Lidianópolis	411342	3.891	12.000,00	1.000,00
Lindoeste	411345	5.309	12.000,00	1.000,00
Loanda	411350	22.288	13.372,80	1.114,40
Lobato	411360	4.626	12.000,00	1.000,00
Londrina	411370	537.566	322.539,60	26.878,30
Luiziana	411373	7.487	12.000,00	1.000,00
Lunardelli	411375	5.193	12.000,00	1.000,00
Lupionópolis	411380	4.805	12.000,00	1.000,00
Mallet	411390	13.475	12.000,00	1.000,00
Mamborê	411400	14.095	12.000,00	1.000,00
Mandaguaçu	411410	21.156	12.693,60	1.057,80
Mandaguari	411420	34.006	20.403,60	1.700,30
Mandirituba	411430	24.112	14.467,20	1.205,60
Manfrinópolis	411435	3.053	12.000,00	1.000,00
Mangueirinha	411440	17.402	12.000,00	1.000,00
Manoel Ribas	411450	13.610	12.000,00	1.000,00
Marechal Cândido Rondon	411460	49.773	29.863,80	2.488,65
Maria Helena	411470	6.034	12.000,00	1.000,00
Marialva	411480	33.794	20.276,40	1.689,70
Marilândia do Sul	411490	9.088	12.000,00	1.000,00
Marilena	411500	7.100	12.000,00	1.000,00
Mariluz	411510	10.526	12.000,00	1.000,00
Maringá	411520	385.753	231.451,80	19.287,65
Mariópolis	411530	6.529	12.000,00	1.000,00
Maripá	411535	5.810	12.000,00	1.000,00
Marmeleiro	411540	14.397	12.000,00	1.000,00
Marquinho	411545	4.965	12.000,00	1.000,00
Marumbi	411550	4.745	12.000,00	1.000,00
Matelândia	411560	17.026	12.000,00	1.000,00
Matinhos	411570	31.690	19.014,00	1.584,50
Mato Rico	411573	3.765	12.000,00	1.000,00
Mauá da Serra	411575	9.355	12.000,00	1.000,00
Medianeira	411580	44.149	26.489,40	2.207,45
Mercedes	411585	5.316	12.000,00	1.000,00
Mirador	411590	2.355	12.000,00	1.000,00
Miraselva	411600	1.896	12.000,00	1.000,00
Missal	411605	10.813	12.000,00	1.000,00
Moreira Sales	411610	12.800	12.000,00	1.000,00
Morretes	411620	16.325	12.000,00	1.000,00
Munhoz de Melo	411630	3.857	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora das Graças	411640	4.053	12.000,00	1.000,00
Nova Aliança do Ivaí	411650	1.500	12.000,00	1.000,00
Nova América da Colina	411660	3.560	12.000,00	1.000,00
Nova Aurora	411670	11.786	12.000,00	1.000,00
Nova Cantu	411680	7.023	12.000,00	1.000,00
Nova Esperança	411690	27.678	16.606,80	1.383,90
Nova Esperança do Sudoeste	411695	5.218	12.000,00	1.000,00
Nova Fátima	411700	8.363	12.000,00	1.000,00
Nova Laranjeiras	411705	12.010	12.000,00	1.000,00
Nova Londrina	411710	13.452	12.000,00	1.000,00
Nova Olímpia	411720	5.733	12.000,00	1.000,00
Nova Prata do Iguaçu	411725	10.698	12.000,00	1.000,00
Nova Santa Bárbara	411721	4.106	12.000,00	1.000,00
Nova Santa Rosa	411722	7.994	12.000,00	1.000,00
Nova Tebas	411727	7.100	12.000,00	1.000,00
Novo Itacolomi	411729	2.906	12.000,00	1.000,00
Ortigueira	411730	23.646	14.201,14	1.183,43
Ourizona	411740	3.482	12.000,00	1.000,00
Ouro Verde do Oeste	411745	5.927	12.000,00	1.000,00
Paçandu	411750	38.385	23.031,00	1.919,25
Palmas	411760	46.294	27.776,40	2.314,70
Palmeira	411770	33.469	20.081,40	1.673,45
Palmital	411780	14.780	12.000,00	1.000,00
Palotina	411790	30.327	18.196,20	1.516,35
Paraíso do Norte	411800	12.661	12.000,00	1.000,00
Paranacity	411810	10.863	12.000,00	1.000,00
Paranaguá	411820	148.232	88.939,20	7.411,60
Paranapoema	411830	2.980	12.000,00	1.000,00
Paranavaí	411840	85.643	51.385,80	4.282,15
Pato Bragado	411845	5.170	12.000,00	1.000,00
Pato Branco	411850	77.230	46.338,00	3.861,50
Paula Freitas	411860	5.700	12.000,00	1.000,00
Paulo Frontin	411870	7.219	12.000,00	1.000,00
Peabiru	411880	14.087	12.000,00	1.000,00
Perobal	411885	5.923	12.000,00	1.000,00
Pérola	411890	10.765	12.000,00	1.000,00
Pérola d'Oeste	411900	6.822	12.000,00	1.000,00
Piên	411910	11.956	12.000,00	1.000,00
Pinhais	411915	124.528	74.716,80	6.226,40
Pinhal de São Bento	411925	2.724	12.000,00	1.000,00
Pinhalão	411920	6.409	12.000,00	1.000,00
Pinhão	411930	31.617	18.970,20	1.580,85
Piraí do Sul	411940	24.613	14.767,80	1.230,65
Piraquara	411950	101.053	60.631,80	5.052,65
Pitanga	411960	32.841	19.909,54	1.659,13
Pitangueiras	411965	3.004	12.000,00	1.000,00
Planaltina do Paraná	411970	4.250	12.000,00	1.000,00
Planalto	411980	13.964	12.000,00	1.000,00
Ponta Grossa	411990	331.084	198.650,40	16.554,20
Pontal do Paraná	411995	23.261	13.956,60	1.163,05
Porecatu	412000	14.203	12.000,00	1.000,00
Porto Amazonas	412010	4.727	12.000,00	1.000,00
Porto Barreiro	412015	3.640	12.000,00	1.000,00
Porto Rico	412020	2.605	12.000,00	1.000,00
Porto Vitória	412030	4.138	12.000,00	1.000,00
Prado Ferreira	412033	3.614	12.000,00	1.000,00
Pranchita	412035	5.643	12.000,00	1.000,00
Presidente Castelo Branco	412040	5.056	12.000,00	1.000,00
Primeiro de Maio	412050	11.199	12.000,00	1.000,00
Prudentópolis	412060	50.983	30.589,80	2.549,15
Quarto Centenário	412065	4.887	12.000,00	1.000,00
Quatiguá	412070	7.344	12.000,00	1.000,00
Quatro Barras	412080	21.417	12.850,20	1.070,85





Quatro Pontes	412085	3.963	12.000,00	1.000,00
Quedas do Iguaçu	412090	32.393	19.435,80	1.619,65
Querência do Norte	412100	12.171	12.000,00	1.000,00
Quinta do Sol	412110	5.077	12.000,00	1.000,00
Quitandinha	412120	18.089	12.000,00	1.000,00
Ramilândia	412125	4.332	12.000,00	1.000,00
Rancho Alegre	412130	4.018	12.000,00	1.000,00
Rancho Alegre D'Oeste	412135	2.868	12.000,00	1.000,00
Realeza	412140	16.932	12.000,00	1.000,00
Rebouças	412150	14.752	12.000,00	1.000,00
Renascença	412160	6.989	12.000,00	1.000,00
Reserva	412170	26.268	15.760,80	1.313,40
Reserva do Iguaçu	412175	7.697	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Claro	412180	10.956	12.000,00	1.000,00
Ribeirão do Pinhal	412190	13.740	12.000,00	1.000,00
Rio Azul	412200	14.809	12.000,00	1.000,00
Rio Bom	412210	3.385	12.000,00	1.000,00
Rio Bonito do Iguaçu	412215	13.524	12.000,00	1.000,00
Rio Branco do Ivaí	412217	4.056	12.000,00	1.000,00
Rio Branco do Sul	412220	31.947	19.168,20	1.597,35
Rio Negro	412230	32.911	19.746,60	1.645,55
Rolândia	412240	61.837	37.102,20	3.091,85
Roncador	412250	11.365	12.000,00	1.000,00
Rondon	412260	9.391	12.000,00	1.000,00
Rosário do Ivaí	412265	5.509	12.000,00	1.000,00
Sabáudia	412270	6.462	12.000,00	1.000,00
Salgado Filho	412280	4.287	12.000,00	1.000,00
Salto do Itararé	412290	5.246	12.000,00	1.000,00
Salto do Lontra	412300	14.357	12.000,00	1.000,00
Santa Amélia	412310	3.769	12.000,00	1.000,00
Santa Cecília do Pavão	412320	3.654	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz de Monte Castelo	412330	8.222	12.000,00	1.000,00
Santa Fé	412340	11.158	12.000,00	1.000,00
Santa Helena	412350	24.895	14.937,00	1.244,75
Santa Inês	412360	1.804	12.000,00	1.000,00
Santa Isabel do Ivaí	412370	8.935	12.000,00	1.000,00
Santa Izabel do Oeste	412380	13.908	12.000,00	1.000,00
Santa Lúcia	412382	3.997	12.000,00	1.000,00
Santa Maria do Oeste	412385	11.315	12.000,00	1.000,00
Santa Mariana	412390	12.562	12.000,00	1.000,00
Santa Mônica	412395	3.780	12.000,00	1.000,00
Santa Tereza do Oeste	412402	10.548	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha de Itaipu	412405	22.127	13.276,20	1.106,35
Santana do Itararé	412400	5.315	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio da Platina	412410	44.754	26.852,40	2.237,70
Santo Antônio do Caiuá	412420	2.774	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Paraíso	412430	2.387	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Sudoeste	412440	19.748	12.000,00	1.000,00
Santo Inácio	412450	5.455	12.000,00	1.000,00
São Carlos do Ivaí	412460	6.668	12.000,00	1.000,00
São Jerônimo da Serra	412470	11.588	12.000,00	1.000,00
São João	412480	10.777	12.000,00	1.000,00
São João do Caiuá	412490	6.051	12.000,00	1.000,00
São João do Ivaí	412500	11.461	12.000,00	1.000,00
São João do Triunfo	412510	14.462	12.000,00	1.000,00
São Jorge do Ivaí	412530	5.671	12.000,00	1.000,00
São Jorge do Patrocínio	412535	6.088	12.000,00	1.000,00
São Jorge d'Oeste	412520	9.313	12.000,00	1.000,00
São José da Boa Vista	412540	6.596	12.000,00	1.000,00
São José das Palmeiras	412545	3.880	12.000,00	1.000,00
São José dos Pinhais	412550	287.792	172.675,20	14.389,60
São Manoel do Paraná	412555	2.170	12.000,00	1.000,00
São Mateus do Sul	412560	43.750	26.250,00	2.187,50
São Miguel do Iguaçu	412570	26.920	16.152,00	1.346,00
São Pedro do Iguaçu	412575	6.495	12.000,00	1.000,00
São Pedro do Ivaí	412580	10.664	12.000,00	1.000,00
São Pedro do Paraná	412590	2.506	12.000,00	1.000,00
São Sebastião da Amoreira	412600	8.917	12.000,00	1.000,00
São Tomé	412610	5.595	12.000,00	1.000,00
Sapopema	412620	6.912	12.000,00	1.000,00
Sarandi	412625	88.365	53.019,00	4.418,25
Saudade do Iguaçu	412627	5.293	12.000,00	1.000,00
Sengés	412630	19.154	12.000,00	1.000,00
Serranópolis do Iguaçu	412635	4.667	12.000,00	1.000,00
Sertaneja	412640	5.820	12.000,00	1.000,00
Sertanópolis	412650	16.255	12.000,00	1.000,00
Siqueira Campos	412660	19.661	12.000,00	1.000,00
Sulina	412665	3.366	12.000,00	1.000,00
Tamarana	412667	13.298	12.000,00	1.000,00
Tamboara	412670	4.915	12.000,00	1.000,00
Tapejara	412680	15.434	12.000,00	1.000,00
Tapira	412690	5.906	12.000,00	1.000,00
Teixeira Soares	412700	11.140	12.000,00	1.000,00
Telêmaco Borba	412710	74.270	44.562,00	3.713,50
Terra Boa	412720	16.562	12.000,00	1.000,00
Terra Rica	412730	16.063	12.000,00	1.000,00
Terra Roxa	412740	17.402	12.000,00	1.000,00
Tibagi	412750	20.184	12.110,40	1.009,20
Tijucas do Sul	412760	15.575	12.000,00	1.000,00
Toledo	412770	128.448	77.068,80	6.422,40
Tomazina	412780	8.776	12.000,00	1.000,00
Três Barras do Paraná	412785	12.196	12.000,00	1.000,00
Tunas do Paraná	412788	7.127	12.000,00	1.000,00
Tuneiras do Oeste	412790	8.887	12.000,00	1.000,00
Tupãssi	412795	8.243	12.000,00	1.000,00
Turvo	412796	13.937	12.000,00	1.000,00
Ubiratã	412800	21.971	13.182,60	1.098,55
Umuarama	412810	106.387	63.832,20	5.319,35
União da Vitória	412820	55.467	33.280,20	2.773,35
Uniflor	412830	2.570	12.000,00	1.000,00
Uraí	412840	11.729	12.000,00	1.000,00
Ventania	412853	10.763	12.000,00	1.000,00
Vera Cruz do Oeste	412855	9.081	12.000,00	1.000,00



Verê	412860	7.911	12.000,00	1.000,00
Virmond	412865	4.075	12.000,00	1.000,00
Vitorino	412870	6.775	12.000,00	1.000,00
Wenceslau Braz	412850	19.838	12.000,00	1.000,00
Xambrê	412880	6.077	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	399	10.997.465	8.785.438,72	732.119,89
RIO DE JANEIRO	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Angra dos Reis	330010	181.486	108.891,60	9.074,30
Aperibé	330015	10.736	12.000,00	1.000,00
Araruama	330020	118.964	71.378,40	5.948,20
Areal	330022	11.785	12.000,00	1.000,00
Armação dos Búzios	330023	29.790	17.874,00	1.489,50
Arraial do Cabo	330025	28.627	17.176,20	1.431,35
Barra do Pirai	330030	96.261	57.756,60	4.813,05
Barra Mansa	330040	179.472	107.683,20	8.973,60
Belford Roxo	330045	477.583	286.549,80	23.879,15
Bom Jardim	330050	25.969	15.581,40	1.298,45
Bom Jesus do Itabapoana	330060	35.825	21.495,00	1.791,25
Cabo Frio	330070	200.380	120.228,00	10.019,00
Cachoeiras de Macacu	330080	55.632	33.379,20	2.781,60
Cambuci	330090	14.862	12.000,00	1.000,00
Campos dos Goytacazes	330100	477.208	286.324,80	23.860,40
Cantagalo	330110	19.825	12.000,00	1.000,00
Carapebus	330093	14.408	12.000,00	1.000,00
Cardoso Moreira	330115	12.599	12.000,00	1.000,00
Carmo	330120	17.944	12.000,00	1.000,00
Casimiro de Abreu	330130	38.492	23.095,20	1.924,60
Comendador Levy Gasparian	330095	8.240	12.000,00	1.000,00
Conceição de Macabu	330140	21.844	13.106,40	1.092,20
Cordeiro	330150	20.863	12.517,80	1.043,15
Duas Barras	330160	11.070	12.000,00	1.000,00
Duque de Caxias	330170	873.921	524.352,60	43.696,05
Engenheiro Paulo de Frontin	330180	13.505	12.000,00	1.000,00
Guapimirim	330185	54.706	32.823,60	2.735,30
Iguaba Grande	330187	24.788	14.872,80	1.239,40
Itaboraí	330190	225.263	135.157,80	11.263,15
Itaguaí	330200	115.542	69.325,20	5.777,10
Italva	330205	14.405	12.000,00	1.000,00
Itaocara	330210	22.870	13.722,00	1.143,50
Itaperuna	330220	98.004	58.802,40	4.900,20
Itatiaia	330225	29.744	20.207,74	1.683,98
Japeri	330227	98.393	59.035,80	4.919,65
Laje do Muriaé	330230	7.385	12.000,00	1.000,00
Macaé	330240	224.442	134.665,20	11.222,10
Macuco	330245	5.360	12.000,00	1.000,00
Magé	330250	232.419	139.451,40	11.620,95
Mangaratiba	330260	39.210	23.526,00	1.960,50
Maricá	330270	139.552	83.731,20	6.977,60
Mendes	330280	18.072	12.000,00	1.000,00
Mesquita	330285	170.185	102.111,00	8.509,25
Miguel Pereira	330290	24.815	14.889,00	1.240,75
Miracema	330300	26.786	16.071,60	1.339,30
Natividade	330310	15.069	12.000,00	1.000,00
Nilópolis	330320	158.288	94.972,80	7.914,40
Niterói	330330	494.200	296.520,00	24.710,00
Nova Friburgo	330340	184.122	110.473,20	9.206,10
Nova Iguaçu	330350	804.815	482.889,00	40.240,75
Paracambi	330360	48.705	29.223,00	2.435,25
Paraíba do Sul	330370	41.955	25.173,00	2.097,75
Parati	330380	39.434	23.660,40	1.971,70
Paty do Alferes	330385	26.696	16.017,60	1.334,80
Petrópolis	330390	297.888	178.732,80	14.894,40
Pinheiral	330395	23.488	14.092,80	1.174,40
Pirai	330400	27.311	16.386,60	1.365,55
Porciúncula	330410	18.188	12.000,00	1.000,00
Porto Real	330411	17.663	12.000,00	1.000,00
Quatis	330412	13.283	12.000,00	1.000,00
Queimados	330414	141.753	85.051,80	7.087,65
Quissamã	330415	21.806	13.083,60	1.090,30
Resende	330420	123.385	74.031,00	6.169,25
Rio Bonito	330430	56.942	34.165,20	2.847,10
Rio Claro	330440	17.709	12.000,00	1.000,00
Rio das Flores	330450	8.783	12.000,00	1.000,00
Rio das Ostras	330452	122.196	73.317,60	6.109,80
Rio de Janeiro	330455	6.429.923	3.857.953,80	321.496,15
Santa Maria Madalena	330460	10.282	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio de Pádua	330470	41.035	24.621,00	2.051,75
São Fidélis	330480	37.717	22.630,20	1.885,85
São Francisco de Itabapoana	330475	41.397	24.838,20	2.069,85
São Gonçalo	330490	1.025.507	615.304,20	51.275,35
São João da Barra	330500	33.951	20.370,60	1.697,55
São João de Meriti	330510	460.799	276.479,40	23.039,95
São José de Ubá	330513	7.143	12.000,00	1.000,00
São José do Vale do Rio Preto	330515	20.704	12.422,40	1.035,20
São Pedro da Aldeia	330520	93.659	56.195,40	4.682,95
São Sebastião do Alto	330530	9.012	12.000,00	1.000,00
Sapucaia	330540	17.610	12.000,00	1.000,00
Saquarema	330550	79.421	47.652,60	3.971,05
Seropédica	330555	81.260	48.756,00	4.063,00
Silva Jardim	330560	21.366	12.819,60	1.068,30
Sumidouro	330570	15.070	12.000,00	1.000,00
Tanguá	330575	31.844	19.106,40	1.592,20
Teresópolis	330580	169.849	101.909,40	8.492,45
Trajano de Moraes	330590	10.347	12.000,00	1.000,00
Três Rios	330600	78.723	47.233,80	3.936,15
Valença	330610	73.154	43.892,40	3.657,70
Varre-Sai	330615	9.861	12.000,00	1.000,00
Vassouras	330620	35.112	21.067,20	1.755,60
Volta Redonda	330630	261.522	156.913,20	13.076,10
TOTAIS	92	16.369.179	9.937.739,14	828.144,93



RIO GRANDE DO NORTE	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Acari	240010	11.355	12.000,00	1.000,00
Açu	240020	56.354	33.812,40	2.817,70
Afonso Bezerra	240030	11.191	12.000,00	1.000,00
Água Nova	240040	3.156	12.000,00	1.000,00
Alexandria	240050	13.878	12.000,00	1.000,00
Almino Afonso	240060	4.945	12.000,00	1.000,00
Alto do Rodrigues	240070	13.440	12.000,00	1.000,00
Angicos	240080	11.905	12.000,00	1.000,00
Antônio Martins	240090	7.172	12.000,00	1.000,00
Apodi	240100	36.049	21.629,40	1.802,45
Areia Branca	240110	26.868	16.120,80	1.343,40
Arês	240120	13.764	12.000,00	1.000,00
Augusto Severo	240130	9.660	12.000,00	1.000,00
Baía Formosa	240140	9.048	12.000,00	1.000,00
Baraúna	240145	26.347	15.808,20	1.317,35
Barcelona	240150	4.067	12.000,00	1.000,00
Bento Fernandes	240160	5.385	12.000,00	1.000,00
Bodó	240165	2.412	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus	240170	9.965	12.000,00	1.000,00
Brejinho	240180	12.286	12.000,00	1.000,00
Caçara do Norte	240185	6.257	12.000,00	1.000,00
Caçara do Rio do Vento	240190	3.531	12.000,00	1.000,00
Caicó	240200	66.246	39.747,60	3.312,30
Campo Redondo	240210	10.879	12.000,00	1.000,00
Canguaretama	240220	32.945	19.767,00	1.647,25
Caraúbas	240230	20.414	12.248,40	1.020,70
Carnaúba dos Dantas	240240	7.896	12.000,00	1.000,00
Carnaubais	240250	10.491	12.000,00	1.000,00
Ceará-Mirim	240260	71.856	43.113,60	3.592,80
Cerro Corá	240270	11.292	12.000,00	1.000,00
Coronel Ezequiel	240280	5.580	12.000,00	1.000,00
Coronel João Pessoa	240290	4.946	12.000,00	1.000,00
Cruzeta	240300	8.182	12.000,00	1.000,00
Currais Novos	240310	44.528	26.716,80	2.226,40
Doutor Severiano	240320	7.178	12.000,00	1.000,00
Encanto	240330	5.515	12.000,00	1.000,00
Equador	240340	6.054	12.000,00	1.000,00
Espírito Santo	240350	10.753	12.000,00	1.000,00
Extremoz	240360	26.677	16.006,20	1.333,85
Felipe Guerra	240370	5.973	12.000,00	1.000,00
Fernando Pedroza	240375	3.000	12.000,00	1.000,00
Florânia	240380	9.245	12.000,00	1.000,00
Francisco Dantas	240390	2.929	12.000,00	1.000,00
Frutuoso Gomes	240400	4.280	12.000,00	1.000,00
Galinhos	240410	2.446	12.000,00	1.000,00
Goianinha	240420	24.476	14.685,60	1.223,80
Governador Dix-Sept Rosado	240430	12.934	12.000,00	1.000,00
Grossos	240440	9.998	12.000,00	1.000,00
Guamaré	240450	13.922	12.000,00	1.000,00
Ielmo Marinho	240460	13.070	12.000,00	1.000,00
Ipanguaçu	240470	14.814	12.000,00	1.000,00
Ipueira	240480	2.190	12.000,00	1.000,00
Itajá	240485	7.336	12.000,00	1.000,00
Itaú	240490	5.822	12.000,00	1.000,00
Jaçanã	240500	8.573	12.000,00	1.000,00
Jandaíra	240510	7.086	12.000,00	1.000,00
Janduís	240520	5.453	12.000,00	1.000,00
Januário Cicco	240530	9.651	12.000,00	1.000,00
Japi	240540	5.490	12.000,00	1.000,00
Jardim de Angicos	240550	2.676	12.000,00	1.000,00
Jardim de Piranhas	240560	14.342	12.000,00	1.000,00
Jardim do Seridó	240570	12.526	12.000,00	1.000,00
João Câmara	240580	34.057	20.434,20	1.702,85
João Dias	240590	2.687	12.000,00	1.000,00
José da Penha	240600	6.049	12.000,00	1.000,00
Jucurutu	240610	18.366	12.000,00	1.000,00
Jundiá	240615	3.790	12.000,00	1.000,00
Lagoa d'Anta	240620	6.587	12.000,00	1.000,00
Lagoa de Pedras	240630	7.372	12.000,00	1.000,00
Lagoa de Velhos	240640	2.759	12.000,00	1.000,00
Lagoa Nova	240650	14.942	12.000,00	1.000,00
Lagoa Salgada	240660	8.009	12.000,00	1.000,00
Lajes	240670	10.977	12.000,00	1.000,00
Lajes Pintadas	240680	4.784	12.000,00	1.000,00
Lucrécia	240690	3.860	12.000,00	1.000,00
Luís Gomes	240700	10.042	12.000,00	1.000,00
Macaíba	240710	75.548	45.328,80	3.777,40
Macau	240720	30.749	18.449,40	1.537,45
Major Sales	240725	3.805	12.000,00	1.000,00
Marcelino Vieira	240730	8.506	12.000,00	1.000,00
Martins	240740	8.615	12.000,00	1.000,00
Maxaranguape	240750	11.419	12.000,00	1.000,00
Messias Targino	240760	4.448	12.000,00	1.000,00
Montanhas	240770	11.644	12.000,00	1.000,00
Monte Alegre	240780	21.833	13.099,80	1.091,65
Monte das Gameleiras	240790	2.261	12.000,00	1.000,00
Mossoró	240800	280.314	168.188,40	14.015,70
Natal	240810	853.928	512.356,80	42.696,40
Nísia Floresta	240820	25.800	15.480,00	1.290,00
Nova Cruz	240830	37.079	22.247,40	1.853,95
Olho-d'Água do Borges	240840	4.391	12.000,00	1.000,00
Ouro Branco	240850	4.860	12.000,00	1.000,00
Paraná	240860	4.165	12.000,00	1.000,00
Paraú	240870	3.924	12.000,00	1.000,00
Parazinho	240880	5.139	12.000,00	1.000,00
Parelhas	240890	21.288	12.772,80	1.064,40
Parnamirim	240325	229.414	137.648,40	11.470,70
Passa e Fica	240910	12.188	12.000,00	1.000,00
Passagem	240920	3.040	12.000,00	1.000,00
Patu	240930	12.561	12.000,00	1.000,00
Pau dos Ferros	240940	29.430	17.658,00	1.471,50
Pedra Grande	240950	3.505	12.000,00	1.000,00
Pedra Preta	240960	2.607	12.000,00	1.000,00
Pedro Avelino	240970	7.186	12.000,00	1.000,00
Pedro Velho	240980	14.729	12.000,00	1.000,00
Pendências	240990	14.402	12.000,00	1.000,00
Pilões	241000	3.683	12.000,00	1.000,00





Poço Branco	241010	14.845	12.000,00	1.000,00
Portalegre	241020	7.708	12.000,00	1.000,00
Porto do Mangue	241025	5.689	12.000,00	1.000,00
Presidente Juscelino	241030	9.515	12.000,00	1.000,00
Pureza	241040	9.081	12.000,00	1.000,00
Rafael Fernandes	241050	4.961	12.000,00	1.000,00
Rafael Godeiro	241060	3.191	12.000,00	1.000,00
Riacho da Cruz	241070	3.399	12.000,00	1.000,00
Riacho de Santana	241080	4.280	12.000,00	1.000,00
Riachuelo	241090	7.640	12.000,00	1.000,00
Rio do Fogo	240895	10.607	12.000,00	1.000,00
Rodolfo Fernandes	241100	4.549	12.000,00	1.000,00
Ruy Barbosa	241110	3.689	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz	241120	38.142	22.885,20	1.907,10
Santa Maria	240933	5.174	12.000,00	1.000,00
Santana do Matos	241140	13.688	12.000,00	1.000,00
Santana do Seridó	241142	2.647	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio	241150	23.492	14.095,20	1.174,60
São Bento do Norte	241160	2.967	12.000,00	1.000,00
São Bento do Trairi	241170	4.205	12.000,00	1.000,00
São Fernando	241180	3.556	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Oeste	241190	4.103	12.000,00	1.000,00
São Gonçalo do Amarante	241200	95.218	57.130,80	4.760,90
São João do Sabugi	241210	6.174	12.000,00	1.000,00
São José de Mipibu	241220	42.345	25.407,00	2.117,25
São José do Campestre	241230	12.856	12.000,00	1.000,00
São José do Seridó	241240	4.488	12.000,00	1.000,00
São Miguel	241250	22.921	13.752,60	1.146,05
São Miguel do Gostoso	241255	9.237	12.000,00	1.000,00
São Paulo do Potengi	241260	16.888	12.000,00	1.000,00
São Pedro	241270	6.296	12.000,00	1.000,00
São Rafael	241280	8.351	12.000,00	1.000,00
São Tomé	241290	11.187	12.000,00	1.000,00
São Vicente	241300	6.328	12.000,00	1.000,00
Senador Elói de Souza	241310	5.980	12.000,00	1.000,00
Senador Georgino Avelino	241320	4.215	12.000,00	1.000,00
Serra de São Bento	241330	5.896	12.000,00	1.000,00
Serra do Mel	241335	11.159	12.000,00	1.000,00
Serra Negra do Norte	241340	8.083	12.000,00	1.000,00
Serrinha	241350	6.620	12.000,00	1.000,00
Serrinha dos Pintos	241355	4.752	12.000,00	1.000,00
Severiano Melo	241360	4.674	12.000,00	1.000,00
Sítio Novo	241370	5.333	12.000,00	1.000,00
Taboleiro Grande	241380	2.468	12.000,00	1.000,00
Taipu	241390	12.301	12.000,00	1.000,00
Tangará	241400	15.175	12.000,00	1.000,00
Tenente Ananias	241410	10.468	12.000,00	1.000,00
Tenente Laurentino Cruz	241415	5.843	12.000,00	1.000,00
Tibau	241105	3.935	12.000,00	1.000,00
Tibau do Sul	241420	12.708	12.000,00	1.000,00
Timbaúba dos Batistas	241430	2.398	12.000,00	1.000,00
Touros	241440	32.942	19.765,20	1.647,10
Triunfo Potiguar	241445	3.406	12.000,00	1.000,00
Umarizal	241450	10.893	12.000,00	1.000,00
Upanema	241460	13.939	12.000,00	1.000,00
Várzea	241470	5.467	12.000,00	1.000,00
Venha-Ver	241475	4.050	12.000,00	1.000,00
Vera Cruz	241480	11.644	12.000,00	1.000,00
Viçosa	241490	1.696	12.000,00	1.000,00
Vila Flor	241500	3.056	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	167	3.373.959	3.064.356,00	255.363,00
RONDONIA				
Alta Floresta D'Oeste	110001	25.728	15.436,80	1.286,40
Alto Alegre dos Parecis	110037	13.827	12.000,00	1.000,00
Alto Paraíso	110040	19.459	12.000,00	1.000,00
Alvorada D'Oeste	110034	17.399	12.000,00	1.000,00
Ariquemes	110002	101.269	60.761,40	5.063,45
Buritis	110045	36.555	21.933,00	1.827,75
Cabixi	110003	6.495	12.000,00	1.000,00
Cacaulândia	110060	6.268	12.000,00	1.000,00
Cacoal	110004	85.863	51.517,80	4.293,15
Campo Novo de Rondônia	110070	13.939	12.000,00	1.000,00
Candeias do Jamari	110080	22.973	13.783,80	1.148,65
Castanheiras	110090	3.689	12.000,00	1.000,00
Cerejeiras	110005	18.041	12.000,00	1.000,00
Chupinguaia	110092	9.636	12.000,00	1.000,00
Colorado do Oeste	110006	19.190	12.000,00	1.000,00
Corumbiara	110007	9.036	12.000,00	1.000,00
Costa Marques	110008	15.853	12.000,00	1.000,00
Cujubim	110094	19.410	12.000,00	1.000,00
Espigão D'Oeste	110009	31.699	19.019,40	1.584,95
Governador Jorge Teixeira	110100	10.534	12.000,00	1.000,00
Guajará-Mirim	110010	45.761	27.456,60	2.288,05
Itapuã do Oeste	110110	9.661	12.000,00	1.000,00
Jaru	110011	55.597	33.358,20	2.779,85
Ji-Paraná	110012	128.026	76.815,60	6.401,30
Machadinho D'Oeste	110013	35.633	21.379,80	1.781,65
Ministro Andreazza	110120	10.899	12.000,00	1.000,00
Mirante da Serra	110130	12.469	12.000,00	1.000,00
Monte Negro	110140	15.541	12.000,00	1.000,00
Nova Brasilândia D'Oeste	110014	21.427	12.856,20	1.071,35
Nova Mamoré	110033	26.227	15.736,20	1.311,35
Nova União	110143	7.883	12.000,00	1.000,00
Novo Horizonte do Oeste	110050	10.515	12.000,00	1.000,00
Ouro Preto do Oeste	110015	40.099	24.059,40	2.004,95
Parecis	110145	5.477	12.000,00	1.000,00
Pimenta Bueno	110018	36.939	22.163,40	1.846,95
Pimenteiras do Oeste	110146	2.440	12.000,00	1.000,00
Porto Velho	110020	484.992	290.995,90	24.249,60
Presidente Médici	110025	23.017	13.810,20	1.150,85
Primavera de Rondônia	110147	3.597	12.000,00	1.000,00
Rio Crespo	110026	3.666	12.000,00	1.000,00
Rolim de Moura	110028	55.357	33.214,20	2.767,85
Santa Luzia D'Oeste	110029	8.887	12.000,00	1.000,00
São Felipe D'Oeste	110148	6.219	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Guaporé	110149	18.265	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Guaporé	110032	23.668	14.200,80	1.183,40



Seringueiras	110150	12.505	12.000,00	1.000,00
Teixeirópolis	110155	5.080	12.000,00	1.000,00
Theobroma	110160	11.343	12.000,00	1.000,00
Urupá	110170	13.491	12.000,00	1.000,00
Vale do Anari	110175	10.518	12.000,00	1.000,00
Vale do Paraíso	110180	8.425	12.000,00	1.000,00
Vilhena	110030	87.727	52.636,20	4.386,35
TOTAIS	52	1.728.214	1.217.134,20	101.427,85
RORAIMA	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Alto Alegre	140005	16.428	12.000,00	1.000,00
Amajari	140002	10.432	12.000,00	1.000,00
Boa Vista	140010	308.996	185.397,60	15.449,80
Bonfim	140015	11.525	12.000,00	1.000,00
Cantá	140017	15.393	12.000,00	1.000,00
Caracaraí	140020	19.696	12.000,00	1.000,00
Caroebe	140023	8.826	12.000,00	1.000,00
Iracema	140028	9.762	12.000,00	1.000,00
Mucajá	140030	15.890	12.000,00	1.000,00
Normandia	140040	9.754	12.000,00	1.000,00
Pacaraima	140045	11.423	12.000,00	1.000,00
Rorainópolis	140047	26.326	15.795,60	1.316,30
São João da Baliza	140050	7.284	12.000,00	1.000,00
São Luiz	140060	7.210	12.000,00	1.000,00
Uiramutã	140070	9.127	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	15	488.072	357.193,20	29.766,10
RIO GRANDE DO SUL	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Aceguá	430003	4.638	12.000,00	1.000,00
Água Santa	430005	3.838	12.000,00	1.000,00
Agudo	430010	17.161	12.000,00	1.000,00
Ajuricaba	430020	7.420	12.000,00	1.000,00
Alecrim	430030	7.010	12.000,00	1.000,00
Alegrete	430040	79.054	47.432,40	3.952,70
Alegria	430045	4.244	12.000,00	1.000,00
Almirante Tamandaré do Sul	430047	2.106	12.000,00	1.000,00
Alpestre	430050	7.871	12.000,00	1.000,00
Alto Alegre	430055	1.856	12.000,00	1.000,00
Alto Feliz	430057	3.035	12.000,00	1.000,00
Alvorada	430060	204.750	122.850,00	10.237,50
Amaral Ferrador	430063	6.693	12.000,00	1.000,00
Ametista do Sul	430064	7.560	12.000,00	1.000,00
André da Rocha	430066	1.278	12.000,00	1.000,00
Anta Gorda	430070	6.235	12.000,00	1.000,00
Antônio Prado	430080	13.263	12.000,00	1.000,00
Arambaré	430085	3.778	12.000,00	1.000,00
Araricá	430087	5.195	12.000,00	1.000,00
Aratiba	430090	6.687	12.000,00	1.000,00
Arroio do Meio	430100	19.792	12.000,00	1.000,00
Arroio do Padre	430107	2.857	12.000,00	1.000,00
Arroio do Sal	430105	8.488	12.000,00	1.000,00
Arroio do Tigre	430120	13.235	12.000,00	1.000,00
Arroio dos Ratos	430110	14.132	12.000,00	1.000,00
Arroio Grande	430130	18.979	12.000,00	1.000,00
Arvorezinha	430140	10.573	12.000,00	1.000,00
Augusto Pestana	430150	7.206	12.000,00	1.000,00
Aurea	430155	3.748	12.000,00	1.000,00
Bagé	430160	121.235	72.741,00	6.061,75
Balneário Pinhal	430163	11.895	12.000,00	1.000,00
Barão	430165	6.008	12.000,00	1.000,00
Barão de Cotegipe	430170	6.744	12.000,00	1.000,00
Barão do Triunfo	430175	7.331	12.000,00	1.000,00
Barra do Guarita	430185	3.216	12.000,00	1.000,00
Barra do Quaraí	430187	4.176	12.000,00	1.000,00
Barra do Ribeiro	430190	13.150	12.000,00	1.000,00
Barra do Rio Azul	430192	1.993	12.000,00	1.000,00
Barra Funda	430195	2.476	12.000,00	1.000,00
Barracão	430180	5.498	12.000,00	1.000,00
Barros Cassal	430200	11.478	12.000,00	1.000,00
Benjamin Constant do Sul	430205	2.305	12.000,00	1.000,00
Bento Gonçalves	430210	111.384	66.830,40	5.569,20
Boa Vista das Missões	430215	2.173	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Buricá	430220	6.800	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Cadeado	430222	2.520	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Incra	430223	2.537	12.000,00	1.000,00
Boa Vista do Sul	430225	2.860	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus	430230	11.823	12.000,00	1.000,00
Bom Princípio	430235	12.644	12.000,00	1.000,00
Bom Progresso	430237	2.311	12.000,00	1.000,00
Bom Retiro do Sul	430240	12.004	12.000,00	1.000,00
Boqueirão do Leão	430245	7.910	12.000,00	1.000,00
Bossoroca	430250	6.953	12.000,00	1.000,00
Bozano	430258	2.248	12.000,00	1.000,00
Braga	430260	3.735	12.000,00	1.000,00
Brochier	430265	4.902	12.000,00	1.000,00
Butiá	430270	21.131	12.678,60	1.056,55
Caçapava do Sul	430280	34.676	20.805,60	1.733,80
Cacequi	430290	13.834	12.000,00	1.000,00
Cachoeira do Sul	430300	85.955	51.573,00	4.297,75
Cachoeirinha	430310	124.472	74.683,20	6.223,60
Cacique Doble	430320	5.056	12.000,00	1.000,00
Caibaté	430330	5.075	12.000,00	1.000,00
Caíçara	430340	5.148	12.000,00	1.000,00
Camaquã	430350	65.409	39.245,40	3.270,45
Camargo	430355	2.701	12.000,00	1.000,00
Cambará do Sul	430360	6.712	12.000,00	1.000,00
Campestre da Serra	430367	3.375	12.000,00	1.000,00
Campina das Missões	430370	6.156	12.000,00	1.000,00
Campinas do Sul	430380	5.658	12.000,00	1.000,00
Campo Bom	430390	63.339	38.003,40	3.166,95
Campo Novo	430400	5.404	12.000,00	1.000,00
Campos Borges	430410	3.559	12.000,00	1.000,00
Candelária	430420	31.334	18.800,40	1.566,70
Cândido Godói	430430	6.654	12.000,00	1.000,00
Candiota	430435	9.214	12.000,00	1.000,00
Canela	430440	41.682	25.009,20	2.084,10
Canguçu	430450	55.462	33.277,20	2.773,10
Canoas	430460	338.531	203.118,60	16.926,55



Canudos do Vale	430461	1.841	12.000,00	1.000,00
Capão Bonito do Sul	430462	1.783	12.000,00	1.000,00
Capão da Canoa	430463	45.744	27.446,40	2.287,20
Capão do Cipó	430465	3.318	12.000,00	1.000,00
Capão do Leão	430466	25.256	15.153,60	1.262,80
Capela de Santana	430468	12.323	12.000,00	1.000,00
Capitão	430469	2.741	12.000,00	1.000,00
Capivari do Sul	430467	4.177	12.000,00	1.000,00
Caraá	430471	7.742	12.000,00	1.000,00
Carazinho	430470	61.702	37.021,20	3.085,10
Carlos Barbosa	430480	26.976	16.185,60	1.348,80
Carlos Gomes	430485	1.604	12.000,00	1.000,00
Casca	430490	8.993	12.000,00	1.000,00
Caseiros	430495	3.139	12.000,00	1.000,00
Catuípe	430500	9.477	12.000,00	1.000,00
Caxias do Sul	430510	465.304	279.182,40	23.265,20
Centenário	430511	3.036	12.000,00	1.000,00
Cerrito	430512	6.523	12.000,00	1.000,00
Cerro Branco	430513	4.639	12.000,00	1.000,00
Cerro Grande	430515	2.465	12.000,00	1.000,00
Cerro Grande do Sul	430517	11.012	12.000,00	1.000,00
Cerro Largo	430520	13.872	12.000,00	1.000,00
Chapada	430530	9.631	12.000,00	1.000,00
Charqueadas	430535	37.589	22.553,40	1.879,45
Charrua	430537	3.532	12.000,00	1.000,00
Chiapetta	430540	4.100	12.000,00	1.000,00
Chuí	430543	6.269	12.000,00	1.000,00
Chuvisca	430544	5.201	12.000,00	1.000,00
Cidreira	430545	13.844	12.000,00	1.000,00
Ciriaco	430550	5.029	12.000,00	1.000,00
Colinas	430558	2.497	12.000,00	1.000,00
Colorado	430560	3.572	12.000,00	1.000,00
Condor	430570	6.791	12.000,00	1.000,00
Constantina	430580	10.077	12.000,00	1.000,00
Coqueiro Baixo	430583	1.567	12.000,00	1.000,00
Coqueiros do Sul	430585	2.497	12.000,00	1.000,00
Coronel Barros	430587	2.546	12.000,00	1.000,00
Coronel Bicaco	430590	7.885	12.000,00	1.000,00
Coronel Pilar	430593	1.754	12.000,00	1.000,00
Cotiporã	430595	4.019	12.000,00	1.000,00
Coxilha	430597	2.895	12.000,00	1.000,00
Crissiumal	430600	14.360	12.000,00	1.000,00
Cristal	430605	7.659	12.000,00	1.000,00
Cristal do Sul	430607	2.915	12.000,00	1.000,00
Cruz Alta	430610	64.126	38.475,60	3.206,30
Cruzaltense	430613	2.136	12.000,00	1.000,00
Cruzeiro do Sul	430620	12.876	12.000,00	1.000,00
David Canabarro	430630	4.834	12.000,00	1.000,00
Derrubadas	430632	3.199	12.000,00	1.000,00
Dezesseis de Novembro	430635	2.853	12.000,00	1.000,00
Dilermando de Aguiar	430637	3.144	12.000,00	1.000,00
Dois Irmãos	430640	29.528	17.716,80	1.476,40
Dois Irmãos das Missões	430642	2.192	12.000,00	1.000,00
Dois Lajeados	430645	3.403	12.000,00	1.000,00
Dom Feliciano	430650	15.038	12.000,00	1.000,00
Dom Pedrito	430660	39.957	23.974,20	1.997,85
Dom Pedro de Alcântara	430655	2.623	12.000,00	1.000,00
Dona Francisca	430670	3.421	12.000,00	1.000,00
Doutor Maurício Cardoso	430673	5.301	12.000,00	1.000,00
Doutor Ricardo	430675	2.082	12.000,00	1.000,00
Eldorado do Sul	430676	36.911	22.146,60	1.845,55
Encantado	430680	21.609	12.965,40	1.080,45
Encruzilhada do Sul	430690	25.563	15.337,80	1.278,15
Engenho Velho	430692	1.462	12.000,00	1.000,00
Entre Rios do Sul	430695	3.108	12.000,00	1.000,00
Entre-Ijuís	430693	9.101	12.000,00	1.000,00
Erebango	430697	3.063	12.000,00	1.000,00
Erechim	430700	101.122	60.673,20	5.056,10
Ernestina	430705	3.198	12.000,00	1.000,00
Erval Grande	430720	5.248	12.000,00	1.000,00
Erval Seco	430730	7.899	12.000,00	1.000,00
Esmeralda	430740	3.287	12.000,00	1.000,00
Esperança do Sul	430745	3.291	12.000,00	1.000,00
Espumoso	430750	15.770	12.000,00	1.000,00
Estação	430755	6.178	12.000,00	1.000,00
Estância Velha	430760	45.500	27.300,00	2.275,00
Esteio	430770	83.700	50.220,00	4.185,00
Estrela	430780	32.309	19.385,40	1.615,45
Estrela Velha	430781	3.741	12.000,00	1.000,00
Eugênio de Castro	430783	2.795	12.000,00	1.000,00
Fagundes Varela	430786	2.689	12.000,00	1.000,00
Farroupilha	430790	67.465	40.479,00	3.373,25
Faxinal do Soturno	430800	6.871	12.000,00	1.000,00
Faxinalzinho	430805	2.587	12.000,00	1.000,00
Fazenda Vilanova	430807	3.993	12.000,00	1.000,00
Feliz	430810	12.992	12.000,00	1.000,00
Flores da Cunha	430820	28.739	17.243,40	1.436,95
Floriano Peixoto	430825	2.021	12.000,00	1.000,00
Fontoura Xavier	430830	10.945	12.000,00	1.000,00
Formigueiro	430840	7.144	12.000,00	1.000,00
Forquetinha	430843	2.537	12.000,00	1.000,00
Fortaleza dos Valos	430845	4.654	12.000,00	1.000,00
Frederico Westphalen	430850	30.251	18.150,60	1.512,55
Garibaldi	430860	32.578	19.546,80	1.628,90
Garruchos	430865	3.260	12.000,00	1.000,00
Gaurama	430870	5.963	12.000,00	1.000,00
General Câmara	430880	8.685	12.000,00	1.000,00
Gentil	430885	1.717	12.000,00	1.000,00
Getúlio Vargas	430890	16.647	12.000,00	1.000,00
Giruá	430900	17.343	12.000,00	1.000,00
Glorinha	430905	7.364	12.000,00	1.000,00
Gramado	430910	34.110	20.466,00	1.705,50
Gramado dos Loureiros	430912	2.295	12.000,00	1.000,00
Gramado Xavier	430915	4.168	12.000,00	1.000,00
Gravataí	430920	269.022	161.413,20	13.451,10
Guabiju	430925	1.625	12.000,00	1.000,00
Guaíba	430930	98.688	59.212,80	4.934,40
Guaporé	430940	24.142	14.485,20	1.207,10





Guarani das Missões	430950	8.227	12.000,00	1.000,00
Harmonia	430955	4.517	12.000,00	1.000,00
Herval	430710	6.969	12.000,00	1.000,00
Herveiras	430957	3.056	12.000,00	1.000,00
Horizontina	430960	19.112	12.000,00	1.000,00
Hulha Negra	430965	6.386	12.000,00	1.000,00
Humaitá	430970	5.030	12.000,00	1.000,00
Ibarama	430975	4.516	12.000,00	1.000,00
Ibiaçá	430980	4.850	12.000,00	1.000,00
Ibiraiaras	430990	7.422	12.000,00	1.000,00
Ibirapuitã	430995	4.170	12.000,00	1.000,00
Ibirubá	431000	20.116	12.069,60	1.005,80
Igrejinha	431010	33.711	20.226,60	1.685,55
Ijuí	431020	82.276	49.365,60	4.113,80
Ilópolis	431030	4.215	12.000,00	1.000,00
Imbé	431033	19.338	12.000,00	1.000,00
Imigrante	431036	3.135	12.000,00	1.000,00
Independência	431040	6.714	12.000,00	1.000,00
Inhacorá	431041	2.324	12.000,00	1.000,00
Ipê	431043	6.334	12.000,00	1.000,00
Ipiranga do Sul	431046	1.990	12.000,00	1.000,00
Iraí	431050	8.132	12.000,00	1.000,00
Itaara	431053	5.268	12.000,00	1.000,00
Itacurubi	431055	3.549	12.000,00	1.000,00
Itapuça	431057	2.358	12.000,00	1.000,00
Itaqui	431060	39.173	23.503,80	1.958,65
Itati	431065	2.625	12.000,00	1.000,00
Itatiba do Sul	431070	4.106	12.000,00	1.000,00
Ivorá	431075	2.166	12.000,00	1.000,00
Ivoti	431080	21.450	12.870,00	1.072,50
Jaboticaba	431085	4.156	12.000,00	1.000,00
Jacuizinho	431087	2.623	12.000,00	1.000,00
Jacutinga	431090	3.724	12.000,00	1.000,00
Jaguarão	431100	28.482	17.089,20	1.424,10
Jaguari	431110	11.675	12.000,00	1.000,00
Jaquirana	431112	4.199	12.000,00	1.000,00
Jari	431113	3.665	12.000,00	1.000,00
Jóia	431115	8.629	12.000,00	1.000,00
Júlio de Castilhos	431120	20.097	12.058,20	1.004,85
Lagoa Bonita do Sul	431123	2.795	12.000,00	1.000,00
Lagoa dos Três Cantos	431127	1.648	12.000,00	1.000,00
Lagoa Vermelha	431130	28.406	17.043,60	1.420,30
Lagoão	431125	6.467	12.000,00	1.000,00
Lajeado	431140	76.187	45.712,20	3.809,35
Lajeado do Bugre	431142	2.579	12.000,00	1.000,00
Lavras do Sul	431150	7.862	12.000,00	1.000,00
Liberato Salzano	431160	5.827	12.000,00	1.000,00
Lindolfo Collor	431162	5.567	12.000,00	1.000,00
Linha Nova	431164	1.692	12.000,00	1.000,00
Maçambará	431171	4.845	12.000,00	1.000,00
Machadinho	431170	5.660	12.000,00	1.000,00
Mampituba	431173	3.087	12.000,00	1.000,00
Manoel Viana	431175	7.333	12.000,00	1.000,00
Maquiné	431177	7.068	12.000,00	1.000,00
Maratá	431179	2.639	12.000,00	1.000,00
Marau	431180	39.182	23.509,20	1.959,10
Marcelino Ramos	431190	5.123	12.000,00	1.000,00
Mariana Pimentel	431198	3.906	12.000,00	1.000,00
Mariano Moro	431200	2.235	12.000,00	1.000,00
Marques de Souza	431205	4.176	12.000,00	1.000,00
Mata	431210	5.198	12.000,00	1.000,00
Mato Castelhano	431213	2.559	12.000,00	1.000,00
Mato Leitão	431215	4.126	12.000,00	1.000,00
Mato Queimado	431217	1.819	12.000,00	1.000,00
Maximiliano de Almeida	431220	4.938	12.000,00	1.000,00
Minas do Leão	431225	7.956	12.000,00	1.000,00
Miraguaí	431230	4.990	12.000,00	1.000,00
Montauri	431235	1.568	12.000,00	1.000,00
Monte Alegre dos Campos	431237	3.221	12.000,00	1.000,00
Monte Belo do Sul	431238	2.720	12.000,00	1.000,00
Montenegro	431240	62.484	37.490,40	3.124,20
Mormaço	431242	2.906	12.000,00	1.000,00
Morrinhos do Sul	431244	3.225	12.000,00	1.000,00
Morro Redondo	431245	6.488	12.000,00	1.000,00
Morro Reuter	431247	6.008	12.000,00	1.000,00
Mostardas	431250	12.637	12.000,00	1.000,00
Muçum	431260	4.970	12.000,00	1.000,00
Muitos Capões	431261	3.116	12.000,00	1.000,00
Muliterno	431262	1.885	12.000,00	1.000,00
Não-Me-Toque	431265	16.785	12.000,00	1.000,00
Nicolau Vergueiro	431267	1.763	12.000,00	1.000,00
Nonoai	431270	12.348	12.000,00	1.000,00
Nova Alvorada	431275	3.376	12.000,00	1.000,00
Nova Araçá	431280	4.289	12.000,00	1.000,00
Nova Bassano	431290	9.343	12.000,00	1.000,00
Nova Boa Vista	431295	1.978	12.000,00	1.000,00
Nova Bréscia	431300	3.311	12.000,00	1.000,00
Nova Candelária	431301	2.822	12.000,00	1.000,00
Nova Esperança do Sul	431303	4.962	12.000,00	1.000,00
Nova Hartz	431306	19.620	12.000,00	1.000,00
Nova Pádua	431308	2.545	12.000,00	1.000,00
Nova Palma	431310	6.569	12.000,00	1.000,00
Nova Petrópolis	431320	20.126	12.075,60	1.006,30
Nova Prata	431330	24.495	14.697,00	1.224,75
Nova Ramada	431333	2.466	12.000,00	1.000,00
Nova Roma do Sul	431335	3.520	12.000,00	1.000,00
Nova Santa Rita	431337	24.859	14.915,40	1.242,95
Novo Barreiro	431349	4.138	12.000,00	1.000,00
Novo Cabrais	431339	4.045	12.000,00	1.000,00
Novo Hamburgo	431340	247.781	148.668,60	12.389,05
Novo Machado	431342	3.907	12.000,00	1.000,00
Novo Tiradentes	431344	2.330	12.000,00	1.000,00
Novo Xingu	431346	1.801	12.000,00	1.000,00
Osório	431350	43.256	25.953,60	2.162,80
Paim Filho	431360	4.276	12.000,00	1.000,00
Palmares do Sul	431365	11.372	12.000,00	1.000,00
Palmeira das Missões	431370	35.120	21.072,00	1.756,00
Palmitinho	431380	7.156	12.000,00	1.000,00



Panambi	431390	40.439	24.263,40	2.021,95
Pantano Grande	431395	10.029	12.000,00	1.000,00
Parai	431400	7.203	12.000,00	1.000,00
Paraíso do Sul	431402	7.615	12.000,00	1.000,00
Pareci Novo	431403	3.686	12.000,00	1.000,00
Parobé	431405	54.599	32.759,40	2.729,95
Passa Sete	431406	5.421	12.000,00	1.000,00
Passo do Sobrado	431407	6.307	12.000,00	1.000,00
Passo Fundo	431410	194.432	116.659,20	9.721,60
Paulo Bento	431413	2.284	12.000,00	1.000,00
Paverama	431415	8.382	12.000,00	1.000,00
Pedras Altas	431417	2.226	12.000,00	1.000,00
Pedro Osório	431420	8.024	12.000,00	1.000,00
Pejuçara	431430	4.070	12.000,00	1.000,00
Pelotas	431440	341.180	204.708,00	17.059,00
Picada Café	431442	5.462	12.000,00	1.000,00
Pinhal	431445	2.602	12.000,00	1.000,00
Pinhal da Serra	431446	2.151	12.000,00	1.000,00
Pinhal Grande	431447	4.577	12.000,00	1.000,00
Pinheirinho do Vale	431449	4.715	12.000,00	1.000,00
Pinheiro Machado	431450	13.047	12.000,00	1.000,00
Pinto Bandeira	431454	2.681	12.000,00	1.000,00
Pirapó	431455	2.738	12.000,00	1.000,00
Piratini	431460	20.614	12.368,40	1.030,70
Planalto	431470	10.739	12.000,00	1.000,00
Poço das Antas	431475	2.094	12.000,00	1.000,00
Pontão	431477	3.982	12.000,00	1.000,00
Ponte Preta	431478	1.757	12.000,00	1.000,00
Portão	431480	33.212	19.927,20	1.660,60
Porto Alegre	431490	1.467.816	880.689,60	73.390,80
Porto Lucena	431500	5.410	12.000,00	1.000,00
Porto Mauá	431505	2.579	12.000,00	1.000,00
Porto Vera Cruz	431507	1.797	12.000,00	1.000,00
Porto Xavier	431510	10.802	12.000,00	1.000,00
Pouso Novo	431513	1.878	12.000,00	1.000,00
Presidente Lucena	431514	2.652	12.000,00	1.000,00
Progresso	431515	6.364	12.000,00	1.000,00
Protásio Alves	431517	2.048	12.000,00	1.000,00
Putinga	431520	4.215	12.000,00	1.000,00
Quaraí	431530	23.631	14.178,60	1.181,55
Quatro Irmãos	431531	1.842	12.000,00	1.000,00
Quevedos	431532	2.807	12.000,00	1.000,00
Quinze de Novembro	431535	3.794	12.000,00	1.000,00
Redentora	431540	10.845	12.000,00	1.000,00
Relvado	431545	2.205	12.000,00	1.000,00
Restinga Seca	431550	16.357	12.000,00	1.000,00
Rio dos Índios	431555	3.531	12.000,00	1.000,00
Rio Grande	431560	206.161	123.696,60	10.308,05
Rio Pardo	431570	38.861	23.316,60	1.943,05
Riozinho	431575	4.531	12.000,00	1.000,00
Roca Sales	431580	10.837	12.000,00	1.000,00
Rodeio Bonito	431590	5.942	12.000,00	1.000,00
Rolador	431595	2.572	12.000,00	1.000,00
Rolante	431600	20.479	12.287,40	1.023,95
Ronda Alta	431610	10.610	12.000,00	1.000,00
Rondinha	431620	5.596	12.000,00	1.000,00
Roque Gonzales	431630	7.338	12.000,00	1.000,00
Rosário do Sul	431640	40.825	24.495,00	2.041,25
Sagrada Família	431642	2.675	12.000,00	1.000,00
Saldanha Marinho	431643	2.905	12.000,00	1.000,00
Salto do Jacuí	431645	12.360	12.000,00	1.000,00
Salvador das Missões	431647	2.762	12.000,00	1.000,00
Salvador do Sul	431650	7.182	12.000,00	1.000,00
Sananduva	431660	16.029	12.000,00	1.000,00
Santa Bárbara do Sul	431670	8.905	12.000,00	1.000,00
Santa Cecília do Sul	431673	1.700	12.000,00	1.000,00
Santa Clara do Sul	431675	6.068	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz do Sul	431680	124.577	74.746,20	6.228,85
Santa Margarida do Sul	431697	2.469	12.000,00	1.000,00
Santa Maria	431690	273.489	164.093,40	13.674,45
Santa Maria do Herval	431695	6.295	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa	431720	71.665	42.999,00	3.583,25
Santa Tereza	431725	1.782	12.000,00	1.000,00
Santa Vitória do Palmar	431730	31.618	18.970,80	1.580,90
Santana da Boa Vista	431700	8.455	12.000,00	1.000,00
Santana do Livramento	431710	83.702	50.221,20	4.185,10
Santiago	431740	50.608	30.364,80	2.530,40
Santo Angelo	431750	78.836	47.301,60	3.941,80
Santo Antônio da Patrulha	431760	41.579	24.947,40	2.078,95
Santo Antônio das Missões	431770	11.312	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Palma	431755	2.200	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Planalto	431775	2.053	12.000,00	1.000,00
Santo Augusto	431780	14.365	12.000,00	1.000,00
Santo Cristo	431790	14.778	12.000,00	1.000,00
Santo Expedito do Sul	431795	2.504	12.000,00	1.000,00
São Borja	431800	63.194	37.916,40	3.159,70
São Domingos do Sul	431805	3.046	12.000,00	1.000,00
São Francisco de Assis	431810	19.621	12.000,00	1.000,00
São Francisco de Paula	431820	21.408	12.844,80	1.070,40
São Gabriel	431830	62.594	37.556,40	3.129,70
São Jerônimo	431840	23.263	13.957,80	1.163,15
São João da Urtiga	431842	4.851	12.000,00	1.000,00
São João do Polésine	431843	2.657	12.000,00	1.000,00
São Jorge	431844	2.850	12.000,00	1.000,00
São José das Missões	431845	2.761	12.000,00	1.000,00
São José do Herval	431846	2.217	12.000,00	1.000,00
São José do Hortêncio	431848	4.373	12.000,00	1.000,00
São José do Inhacorá	431849	2.237	12.000,00	1.000,00
São José do Norte	431850	26.721	16.032,60	1.336,05
São José do Ouro	431860	7.116	12.000,00	1.000,00
São José do Sul	431861	2.218	12.000,00	1.000,00
São José dos Ausentes	431862	3.441	12.000,00	1.000,00
São Leopoldo	431870	225.520	135.312,00	11.276,00
São Lourenço do Sul	431880	44.498	26.698,80	2.224,90
São Luiz Gonzaga	431890	35.344	21.206,40	1.767,20
São Marcos	431900	21.024	12.614,40	1.051,20
São Martinho	431910	5.868	12.000,00	1.000,00
São Martinho da Serra	431912	3.303	12.000,00	1.000,00



São Miguel das Missões	431915	7.698	12.000,00	1.000,00
São Nicolau	431920	5.794	12.000,00	1.000,00
São Paulo das Missões	431930	6.425	12.000,00	1.000,00
São Pedro da Serra	431935	3.522	12.000,00	1.000,00
São Pedro das Missões	431936	1.969	12.000,00	1.000,00
São Pedro do Butiá	431937	2.975	12.000,00	1.000,00
São Pedro do Sul	431940	16.817	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Cai	431950	23.128	13.876,80	1.156,40
São Sepé	431960	24.465	14.679,00	1.223,25
São Valentim	431970	3.665	12.000,00	1.000,00
São Valentim do Sul	431971	2.249	12.000,00	1.000,00
São Valério do Sul	431973	2.743	12.000,00	1.000,00
São Vendelino	431975	2.062	12.000,00	1.000,00
São Vicente do Sul	431980	8.754	12.000,00	1.000,00
Sapiranga	431990	78.718	47.230,80	3.935,90
Sapucaia do Sul	432000	137.104	82.262,40	6.855,20
Sarandi	432010	22.632	13.579,20	1.131,60
Seberi	432020	11.188	12.000,00	1.000,00
Sede Nova	432023	3.078	12.000,00	1.000,00
Segredo	432026	7.343	12.000,00	1.000,00
Selbach	432030	5.114	12.000,00	1.000,00
Senador Salgado Filho	432032	2.890	12.000,00	1.000,00
Sentinela do Sul	432035	5.438	12.000,00	1.000,00
Serafina Corrêa	432040	15.401	12.000,00	1.000,00
Sério	432045	2.277	12.000,00	1.000,00
Sertão	432050	6.285	12.000,00	1.000,00
Sertão Santana	432055	6.166	12.000,00	1.000,00
Sete de Setembro	432057	2.153	12.000,00	1.000,00
Severiano de Almeida	432060	3.915	12.000,00	1.000,00
Silveira Martins	432065	2.495	12.000,00	1.000,00
Sinimbu	432067	10.390	12.000,00	1.000,00
Sobradinho	432070	14.861	12.000,00	1.000,00
Soledade	432080	31.150	18.690,00	1.557,50
Tabaí	432085	4.385	12.000,00	1.000,00
Tapejara	432090	20.905	12.543,00	1.045,25
Tapera	432100	10.789	12.000,00	1.000,00
Tapes	432110	17.273	12.000,00	1.000,00
Taquara	432120	56.896	34.137,60	2.844,80
Taquari	432130	27.039	16.223,40	1.351,95
Taquaruçu do Sul	432132	3.078	12.000,00	1.000,00
Tavares	432135	5.539	12.000,00	1.000,00
Tenente Portela	432140	14.075	12.000,00	1.000,00
Terra de Areia	432143	10.467	12.000,00	1.000,00
Teutônia	432145	29.411	17.646,60	1.470,55
Tio Hugo	432146	2.874	12.000,00	1.000,00
Tiradentes do Sul	432147	6.484	12.000,00	1.000,00
Toropi	432149	3.007	12.000,00	1.000,00
Torres	432150	36.595	21.957,00	1.829,75
Tramandaí	432160	45.079	27.047,40	2.253,95
Travesseiro	432162	2.387	12.000,00	1.000,00
Três Arroios	432163	2.898	12.000,00	1.000,00
Três Cachoeiras	432166	10.707	12.000,00	1.000,00
Três Coroas	432170	25.535	15.321,00	1.276,75
Três de Maio	432180	24.471	14.682,60	1.223,55
Três Forquilhas	432183	2.953	12.000,00	1.000,00
Três Palmeiras	432185	4.487	12.000,00	1.000,00
Três Passos	432190	24.665	14.799,00	1.233,25
Trindade do Sul	432195	5.962	12.000,00	1.000,00
Triunfo	432200	27.394	16.436,40	1.369,70
Tucunduva	432210	6.024	12.000,00	1.000,00
Tunas	432215	4.565	12.000,00	1.000,00
Tupancí do Sul	432218	1.598	12.000,00	1.000,00
Tupanciretã	432220	23.314	13.988,40	1.165,70
Tupandi	432225	4.248	12.000,00	1.000,00
Tuparendi	432230	8.663	12.000,00	1.000,00
Turuçu	432232	3.608	12.000,00	1.000,00
Ubiretama	432234	2.302	12.000,00	1.000,00
União da Serra	432235	1.457	12.000,00	1.000,00
Unistalda	432237	2.497	12.000,00	1.000,00
Uruguaiana	432240	129.504	77.702,40	6.475,20
Vacaria	432250	64.252	38.551,20	3.212,60
Vale do Sol	432253	11.563	12.000,00	1.000,00
Vale Real	432254	5.447	12.000,00	1.000,00
Vale Verde	432252	3.404	12.000,00	1.000,00
Vanini	432255	2.071	12.000,00	1.000,00
Venâncio Aires	432260	69.154	41.492,40	3.457,70
Vera Cruz	432270	25.338	15.202,80	1.266,90
Veranópolis	432280	24.252	14.551,20	1.212,60
Vespasiano Correa	432285	1.997	12.000,00	1.000,00
Viadutos	432290	5.344	12.000,00	1.000,00
Viamão	432300	250.028	150.016,80	12.501,40
Vicente Dutra	432310	5.305	12.000,00	1.000,00
Victor Graeff	432320	3.091	12.000,00	1.000,00
Vila Flores	432330	3.341	12.000,00	1.000,00
Vila Lângaro	432335	2.202	12.000,00	1.000,00
Vila Maria	432340	4.377	12.000,00	1.000,00
Vila Nova do Sul	432345	4.359	12.000,00	1.000,00
Vista Alegre	432350	2.899	12.000,00	1.000,00
Vista Alegre do Prata	432360	1.614	12.000,00	1.000,00
Vista Gaúcha	432370	2.862	12.000,00	1.000,00
Vitória das Missões	432375	3.510	12.000,00	1.000,00
Westfalia	432377	2.925	12.000,00	1.000,00
Xangri-lá	432380	13.689	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	497	11.164.043	10.041.854,40	836.821,20
SANTA CATARINA	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abdon Batista	420005	2.656	12.000,00	1.000,00
Abelardo Luz	420010	17.584	12.000,00	1.000,00
Agrolândia	420020	9.957	12.000,00	1.000,00
Agronômica	420030	5.172	12.000,00	1.000,00
Água Doce	420040	7.110	12.000,00	1.000,00
Águas de Chapecó	420050	6.313	12.000,00	1.000,00
Águas Frias	420055	2.430	12.000,00	1.000,00
Águas Mornas	420060	5.926	12.000,00	1.000,00
Alfredo Wagner	420070	9.737	12.000,00	1.000,00
Alto Bela Vista	420075	2.007	12.000,00	1.000,00
Anchieta	420080	6.145	12.000,00	1.000,00
Angelina	420090	5.166	12.000,00	1.000,00





Anita Garibaldi	420100	8.230	12.000,00	1.000,00
Anitápolis	420110	3.259	12.000,00	1.000,00
Antônio Carlos	420120	7.906	12.000,00	1.000,00
Apiúna	420125	10.099	12.000,00	1.000,00
Arabutã	420127	4.270	12.000,00	1.000,00
Araquari	420130	29.593	17.755,80	1.479,65
Araranguá	420140	64.405	38.643,00	3.220,25
Armazém	420150	8.159	12.000,00	1.000,00
Arroio Trinta	420160	3.562	12.000,00	1.000,00
Arvoredo	420165	2.281	12.000,00	1.000,00
Ascurra	420170	7.683	12.000,00	1.000,00
Atalanta	420180	3.310	12.000,00	1.000,00
Aurora	420190	5.661	12.000,00	1.000,00
Balneário Arroio do Silva	420195	10.876	12.000,00	1.000,00
Balneário Barra do Sul	420205	9.330	12.000,00	1.000,00
Balneário Camboriú	420200	120.926	72.555,60	6.046,30
Balneário Gaivota	420207	9.259	12.000,00	1.000,00
Balneário Piçarras	421280	19.329	12.000,00	1.000,00
Balneário Rincão	422000	11.628	12.000,00	1.000,00
Bandeirante	420208	2.865	12.000,00	1.000,00
Barra Bonita	420209	1.842	12.000,00	1.000,00
Barra Velha	420210	24.943	14.965,80	1.247,15
Bela Vista do Toldo	420213	6.191	12.000,00	1.000,00
Belmonte	420215	2.692	12.000,00	1.000,00
Benedito Novo	420220	10.906	12.000,00	1.000,00
Biguaçu	420230	62.383	37.429,80	3.119,15
Blumenau	420240	329.082	197.449,20	16.454,10
Bocaina do Sul	420243	3.393	12.000,00	1.000,00
Bom Jardim da Serra	420250	4.566	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus	420253	2.721	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus do Oeste	420257	2.160	12.000,00	1.000,00
Bom Retiro	420260	9.397	12.000,00	1.000,00
Bombinhas	420245	16.311	12.000,00	1.000,00
Botuverá	420270	4.785	12.000,00	1.000,00
Braço do Norte	420280	30.868	18.520,80	1.543,40
Braço do Trombudo	420285	3.599	12.000,00	1.000,00
Brunópolis	420287	2.741	12.000,00	1.000,00
Brusque	420290	116.634	69.980,40	5.831,70
Caçador	420300	74.276	44.565,60	3.713,80
Caibi	420310	6.274	12.000,00	1.000,00
Calmon	420315	3.416	12.000,00	1.000,00
Camboriú	420320	70.068	42.040,80	3.503,40
Campo Alegre	420330	11.972	12.000,00	1.000,00
Campo Belo do Sul	420340	7.419	12.000,00	1.000,00
Campo Erê	420350	9.203	12.000,00	1.000,00
Campos Novos	420360	34.386	20.631,60	1.719,30
Canelinha	420370	11.286	12.000,00	1.000,00
Canoinhas	420380	53.969	32.381,40	2.698,45
Capão Alto	420325	2.711	12.000,00	1.000,00
Capinzal	420390	21.726	13.035,60	1.086,30
Capivari de Baixo	420395	23.018	13.810,80	1.150,90
Catanduvas	420400	10.112	12.000,00	1.000,00
Caxambu do Sul	420410	4.208	12.000,00	1.000,00
Celso Ramos	420415	2.792	12.000,00	1.000,00
Cerro Negro	420417	3.472	12.000,00	1.000,00
Chapadão do Lageado	420419	2.871	12.000,00	1.000,00
Chapecó	420420	198.188	118.912,80	9.909,40
Cocal do Sul	420425	15.860	12.000,00	1.000,00
Concórdia	420430	71.499	42.899,40	3.574,95
Cordilheira Alta	420435	4.043	12.000,00	1.000,00
Coronel Freitas	420440	10.272	12.000,00	1.000,00
Coronel Martins	420445	2.520	12.000,00	1.000,00
Correia Pinto	420455	14.301	12.000,00	1.000,00
Corupá	420450	14.716	12.000,00	1.000,00
Criciúma	420460	202.395	121.437,00	10.119,75
Cunha Porã	420470	10.905	12.000,00	1.000,00
Cunhataí	420475	1.931	12.000,00	1.000,00
Curitibanos	420480	38.890	23.334,00	1.944,50
Descanso	420490	8.612	12.000,00	1.000,00
Dionísio Cerqueira	420500	15.227	12.000,00	1.000,00
Dona Emma	420510	3.912	12.000,00	1.000,00
Doutor Pedrinho	420515	3.828	12.000,00	1.000,00
Entre Rios	420517	3.118	12.000,00	1.000,00
Ermo	420519	2.081	12.000,00	1.000,00
Erval Velho	420520	4.448	12.000,00	1.000,00
Faxinal dos Guedes	420530	10.797	12.000,00	1.000,00
Flor do Sertão	420535	1.605	12.000,00	1.000,00
Florianópolis	420540	453.285	271.971,00	22.664,25
Formosa do Sul	420543	2.603	12.000,00	1.000,00
Forquilha	420545	24.256	14.553,60	1.212,80
Fraiburgo	420550	35.618	21.370,80	1.780,90
Frei Rogério	420555	2.354	12.000,00	1.000,00
Galvão	420560	3.379	12.000,00	1.000,00
Garopaba	420570	20.024	12.014,40	1.001,20
Garuva	420580	16.081	12.000,00	1.000,00
Gaspar	420590	62.618	37.570,80	3.130,90
Governador Celso Ramos	420600	13.655	12.000,00	1.000,00
Grão Pará	420610	6.418	12.000,00	1.000,00
Gravatal	420620	11.064	12.000,00	1.000,00
Guabiruba	420630	20.474	12.284,40	1.023,70
Guaraciaba	420640	10.492	12.000,00	1.000,00
Guaramirim	420650	38.851	23.310,60	1.942,55
Guarujá do Sul	420660	5.054	12.000,00	1.000,00
Guatambú	420665	4.746	12.000,00	1.000,00
Herval d'Oeste	420670	21.961	13.176,60	1.098,05
Ibiam	420675	1.973	12.000,00	1.000,00
Ibicaré	420680	3.359	12.000,00	1.000,00
Ibirama	420690	18.097	12.000,00	1.000,00
Içara	420700	51.416	30.849,60	2.570,80
Ilhota	420710	13.124	12.000,00	1.000,00
Imarú	420720	11.301	12.000,00	1.000,00
Imbituba	420730	42.244	25.346,40	2.112,20
Imbuia	420740	5.946	12.000,00	1.000,00
Indaial	420750	60.433	36.259,80	3.021,65
Iomerê	420757	2.842	12.000,00	1.000,00
Ipira	420760	4.713	12.000,00	1.000,00
Iporã do Oeste	420765	8.714	12.000,00	1.000,00
Ipuaçu	420768	7.123	12.000,00	1.000,00



Ipumirim	420770	7.435	12.000,00	1.000,00
Iraceminha	420775	4.212	12.000,00	1.000,00
Irani	420780	9.948	12.000,00	1.000,00
Irati	420785	2.067	12.000,00	1.000,00
Irineópolis	420790	10.843	12.000,00	1.000,00
Itá	420800	6.420	12.000,00	1.000,00
Itaiópolis	420810	21.015	12.609,00	1.050,75
Itajaí	420820	197.809	118.685,40	9.890,45
Itapema	420830	52.923	31.753,80	2.646,15
Itapiranga	420840	16.107	12.000,00	1.000,00
Itapoá	420845	16.899	12.000,00	1.000,00
Ituporanga	420850	23.490	14.094,00	1.174,50
Jaborá	420860	4.057	12.000,00	1.000,00
Jacinto Machado	420870	10.677	12.000,00	1.000,00
Jaguaruna	420880	18.425	12.000,00	1.000,00
Jaraguá do Sul	420890	156.519	93.911,40	7.825,95
Jardinópolis	420895	1.721	12.000,00	1.000,00
Joacaba	420900	28.398	17.038,80	1.419,90
Joinville	420910	546.981	328.188,60	27.349,05
José Boiteux	420915	4.837	12.000,00	1.000,00
Jupia	420917	2.158	12.000,00	1.000,00
Lacerdópolis	420920	2.242	12.000,00	1.000,00
Lages	420930	158.961	95.376,60	7.948,05
Laguna	420940	43.979	26.387,40	2.198,95
Lajeado Grande	420945	1.488	12.000,00	1.000,00
Laurentino	420950	6.402	12.000,00	1.000,00
Lauro Muller	420960	14.841	12.000,00	1.000,00
Lebon Régis	420970	12.077	12.000,00	1.000,00
Leoberto Leal	420980	3.298	12.000,00	1.000,00
Lindóia do Sul	420985	4.674	12.000,00	1.000,00
Lontras	420990	11.005	12.000,00	1.000,00
Luiz Alves	421000	11.395	12.000,00	1.000,00
Luzerna	421003	5.698	12.000,00	1.000,00
Macieira	421005	1.831	12.000,00	1.000,00
Maíra	421010	54.708	32.824,80	2.735,40
Major Gercino	421020	3.375	12.000,00	1.000,00
Major Vieira	421030	7.782	12.000,00	1.000,00
Maracajá	421040	6.784	12.000,00	1.000,00
Maravilha	421050	23.602	14.161,20	1.180,10
Marema	421055	2.094	12.000,00	1.000,00
Massaranduba	421060	15.586	12.000,00	1.000,00
Matos Costa	421070	2.767	12.000,00	1.000,00
Meleiro	421080	7.085	12.000,00	1.000,00
Mirim Doce	421085	2.476	12.000,00	1.000,00
Modelo	421090	4.147	12.000,00	1.000,00
Mondaí	421100	10.877	12.000,00	1.000,00
Monte Carlo	421105	9.604	12.000,00	1.000,00
Monte Castelo	421110	8.478	12.000,00	1.000,00
Morro da Fumaça	421120	16.888	12.000,00	1.000,00
Morro Grande	421125	2.928	12.000,00	1.000,00
Navegantes	421130	68.337	41.002,20	3.416,85
Nova Erechim	421140	4.577	12.000,00	1.000,00
Nova Itaberaba	421145	4.338	12.000,00	1.000,00
Nova Trento	421150	13.135	12.000,00	1.000,00
Nova Veneza	421160	14.098	12.000,00	1.000,00
Novo Horizonte	421165	2.681	12.000,00	1.000,00
Orleans	421170	22.171	13.302,60	1.108,55
Otacílio Costa	421175	17.349	12.000,00	1.000,00
Ouro	421180	7.436	12.000,00	1.000,00
Ouro Verde	421185	2.281	12.000,00	1.000,00
Paial	421187	1.698	12.000,00	1.000,00
Painel	421189	2.385	12.000,00	1.000,00
Palhoça	421190	150.623	90.373,80	7.531,15
Palma Sola	421200	7.747	12.000,00	1.000,00
Palmeira	421205	2.488	12.000,00	1.000,00
Palmitos	421210	16.270	12.000,00	1.000,00
Papanduva	421220	18.568	12.000,00	1.000,00
Paraíso	421223	3.915	12.000,00	1.000,00
Passo de Torres	421225	7.447	12.000,00	1.000,00
Passos Maia	421227	4.387	12.000,00	1.000,00
Paulo Lopes	421230	7.045	12.000,00	1.000,00
Pedras Grandes	421240	4.110	12.000,00	1.000,00
Penha	421250	27.936	16.761,60	1.396,80
Peritiba	421260	2.958	12.000,00	1.000,00
Pescaria Brava	421265	9.687	12.000,00	1.000,00
Petrolândia	421270	6.140	12.000,00	1.000,00
Pinhalzinho	421290	17.868	12.000,00	1.000,00
Pinheiro Preto	421300	3.310	12.000,00	1.000,00
Piratuba	421310	4.533	12.000,00	1.000,00
Planalto Alegre	421315	2.761	12.000,00	1.000,00
Pomerode	421320	30.009	18.005,40	1.500,45
Ponte Alta	421330	4.885	12.000,00	1.000,00
Ponte Alta do Norte	421335	3.381	12.000,00	1.000,00
Ponte Serrada	421340	11.358	12.000,00	1.000,00
Porto Belo	421350	18.066	12.000,00	1.000,00
Porto União	421360	34.551	20.730,60	1.727,55
Pouso Redondo	421370	15.882	12.000,00	1.000,00
Praia Grande	421380	7.377	12.000,00	1.000,00
Presidente Castello Branco	421390	1.691	12.000,00	1.000,00
Presidente Getúlio	421400	15.943	12.000,00	1.000,00
Presidente Nereu	421410	2.314	12.000,00	1.000,00
Princesa	421415	2.848	12.000,00	1.000,00
Quilombo	421420	10.255	12.000,00	1.000,00
Rancho Queimado	421430	2.827	12.000,00	1.000,00
Rio das Antas	421440	6.245	12.000,00	1.000,00
Rio do Campo	421450	6.185	12.000,00	1.000,00
Rio do Oeste	421460	7.319	12.000,00	1.000,00
Rio do Sul	421480	65.256	39.153,60	3.262,80
Rio dos Cedros	421470	10.879	12.000,00	1.000,00
Rio Fortuna	421490	4.557	12.000,00	1.000,00
Rio Negrinho	421500	41.167	25.351,54	2.112,63
Rio Rufino	421505	2.482	12.000,00	1.000,00
Riqueza	421507	4.810	12.000,00	1.000,00
Rodeio	421510	11.270	12.000,00	1.000,00
Romelândia	421520	5.421	12.000,00	1.000,00
Salete	421530	7.553	12.000,00	1.000,00
Saltinho	421535	3.948	12.000,00	1.000,00
Salto Veloso	421540	4.495	12.000,00	1.000,00



Sangão	421545	11.294	12.000,00	1.000,00
Santa Cecília	421550	16.315	12.000,00	1.000,00
Santa Helena	421555	2.354	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa de Lima	421560	2.116	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa do Sul	421565	8.261	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha	421567	8.883	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha do Progresso	421568	2.776	12.000,00	1.000,00
Santiago do Sul	421569	1.414	12.000,00	1.000,00
Santo Amaro da Imperatriz	421570	21.221	12.732,60	1.061,05
São Bento do Sul	421580	78.998	47.398,80	3.949,90
São Bernardino	421575	2.641	12.000,00	1.000,00
São Bonifácio	421590	2.989	12.000,00	1.000,00
São Carlos	421600	10.753	12.000,00	1.000,00
São Cristovão do Sul	421605	5.255	12.000,00	1.000,00
São Domingos	421610	9.530	12.000,00	1.000,00
São Francisco do Sul	421620	46.477	27.886,20	2.323,85
São João Batista	421630	30.337	18.202,20	1.516,85
São João do Itaperiú	421635	3.578	12.000,00	1.000,00
São João do Oeste	421625	6.211	12.000,00	1.000,00
São João do Sul	421640	7.183	12.000,00	1.000,00
São Joaquim	421650	25.841	15.504,60	1.292,05
São José	421660	224.779	134.867,40	11.238,95
São José do Cedro	421670	13.904	12.000,00	1.000,00
São José do Cerrito	421680	9.061	12.000,00	1.000,00
São Lourenço do Oeste	421690	22.786	13.671,60	1.139,30
São Ludgero	421700	11.940	12.000,00	1.000,00
São Martinho	421710	3.239	12.000,00	1.000,00
São Miguel da Boa Vista	421715	1.897	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Oeste	421720	38.162	22.897,20	1.908,10
São Pedro de Alcântara	421725	5.139	12.000,00	1.000,00
Saudades	421730	9.382	12.000,00	1.000,00
Schroeder	421740	17.538	12.000,00	1.000,00
Seara	421750	17.351	12.000,00	1.000,00
Serra Alta	421755	3.323	12.000,00	1.000,00
Siderópolis	421760	13.499	12.000,00	1.000,00
Sombrio	421770	28.209	16.925,40	1.410,45
Sul Brasil	421775	2.698	12.000,00	1.000,00
Taió	421780	17.856	12.000,00	1.000,00
Tangará	421790	8.777	12.000,00	1.000,00
Tigrinhos	421795	1.746	12.000,00	1.000,00
Tijucas	421800	33.847	20.308,20	1.692,35
Timbé do Sul	421810	5.387	12.000,00	1.000,00
Timbó	421820	39.740	23.844,00	1.987,00
Timbó Grande	421825	7.495	12.000,00	1.000,00
Três Barras	421830	18.740	12.000,00	1.000,00
Treviso	421835	3.706	12.000,00	1.000,00
Treze de Maio	421840	7.036	12.000,00	1.000,00
Treze Tilias	421850	6.925	12.000,00	1.000,00
Trombudo Central	421860	6.901	12.000,00	1.000,00
Tubarão	421870	101.284	60.770,40	5.064,20
Tunápolis	421875	4.660	12.000,00	1.000,00
Turvo	421880	12.353	12.000,00	1.000,00
União do Oeste	421885	2.802	12.000,00	1.000,00
Urubici	421890	11.012	12.000,00	1.000,00
Urupema	421895	2.507	12.000,00	1.000,00
Urussanga	421900	20.826	12.495,60	1.041,30
Vargeão	421910	3.590	12.000,00	1.000,00
Vargem	421915	2.718	12.000,00	1.000,00
Vargem Bonita	421917	4.752	12.000,00	1.000,00
Vidal Ramos	421920	6.377	12.000,00	1.000,00
Videira	421930	49.768	29.860,80	2.488,40
Vitor Meireles	421935	5.190	12.000,00	1.000,00
Witmarsum	421940	3.769	12.000,00	1.000,00
Xanxerê	421950	46.981	28.188,60	2.349,05
Xavantina	421960	4.124	12.000,00	1.000,00
Xaxim	421970	27.039	16.223,40	1.351,95
Zortéa	421985	3.153	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	295	6.634.254	5.762.546,74	480.212,23
SERGIPE	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Amparo de São Francisco	280010	2.358	12.000,00	1.000,00
Aquidabã	280020	21.023	12.613,80	1.051,15
Aracaju	280030	614.577	368.746,20	30.728,85
Araúá	280040	10.796	12.000,00	1.000,00
Areia Branca	280050	17.825	12.000,00	1.000,00
Barra dos Coqueiros	280060	27.495	16.497,00	1.374,75
Boquim	280067	26.529	15.917,40	1.326,45
Brejo Grande	280070	8.110	12.000,00	1.000,00
Campo do Brito	280100	17.594	12.000,00	1.000,00
Canhoba	280110	4.057	12.000,00	1.000,00
Canindé de São Francisco	280120	27.136	16.281,60	1.356,80
Capela	280130	32.666	19.599,60	1.633,30
Carira	280140	21.109	12.665,40	1.055,45
Carmópolis	280150	14.937	12.000,00	1.000,00
Cedro de São João	280160	5.846	12.000,00	1.000,00
Cristinápolis	280170	17.536	12.000,00	1.000,00
Cumbe	280190	3.955	12.000,00	1.000,00
Divina Pastora	280200	4.715	12.000,00	1.000,00
Estância	280210	67.491	40.494,60	3.374,55
Feira Nova	280220	5.529	12.000,00	1.000,00
Frei Paulo	280230	14.730	12.000,00	1.000,00
Gararu	280240	11.712	12.000,00	1.000,00
General Maynard	280250	3.143	12.000,00	1.000,00
Gracho Cardoso	280260	5.824	12.000,00	1.000,00
Ilha das Flores	280270	8.582	12.000,00	1.000,00
Indiaroba	280280	16.940	12.000,00	1.000,00
Itabaiana	280290	91.873	55.123,80	4.593,65
Itabaianinha	280300	40.821	24.492,60	2.041,05
Itabi	280310	5.048	12.000,00	1.000,00
Itaporanga d'Ajuda	280320	32.496	19.497,60	1.624,80
Japaratuba	280330	17.903	12.000,00	1.000,00
Japoatã	280340	13.253	12.000,00	1.000,00
Lagarto	280350	100.330	60.198,00	5.016,50
Laranjeiras	280360	28.533	17.119,80	1.426,65
Macambira	280370	6.723	12.000,00	1.000,00
Malhada dos Bois	280380	3.610	12.000,00	1.000,00
Malhador	280390	12.501	12.000,00	1.000,00
Maruim	280400	16.998	12.000,00	1.000,00



Moita Bonita	280410	11.350	12.000,00	1.000,00
Monte Alegre de Sergipe	280420	14.513	12.000,00	1.000,00
Muribeca	280430	7.598	12.000,00	1.000,00
Neópolis	280440	18.964	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora Aparecida	280445	8.788	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora da Glória	280450	34.799	20.879,40	1.739,95
Nossa Senhora das Dores	280460	25.839	15.503,40	1.291,95
Nossa Senhora de Lourdes	280470	6.456	12.000,00	1.000,00
Nossa Senhora do Socorro	280480	172.547	103.528,20	8.627,35
Pacatuba	280490	13.896	12.000,00	1.000,00
Pedra Mole	280500	3.141	12.000,00	1.000,00
Pedrinhas	280510	9.298	12.000,00	1.000,00
Pinhão	280520	6.318	12.000,00	1.000,00
Pirambu	280530	8.877	12.000,00	1.000,00
Poço Redondo	280540	32.949	19.769,40	1.647,45
Poço Verde	280550	23.078	13.846,80	1.153,90
Porto da Folha	280560	28.237	16.942,20	1.411,85
Propriá	280570	29.467	17.680,20	1.473,35
Riachão do Dantas	280580	19.937	12.000,00	1.000,00
Riachuelo	280590	9.863	12.000,00	1.000,00
Ribeirópolis	280600	18.071	12.000,00	1.000,00
Rosário do Catete	280610	10.013	12.000,00	1.000,00
Salgado	280620	19.994	12.000,00	1.000,00
Santa Luzia do Itanhy	280630	13.628	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa de Lima	280650	3.886	12.000,00	1.000,00
Santana do São Francisco	280640	7.456	12.000,00	1.000,00
Santo Amaro das Brotas	280660	11.899	12.000,00	1.000,00
São Cristóvão	280670	84.620	50.772,00	4.231,00
São Domingos	280680	10.801	12.000,00	1.000,00
São Francisco	280690	3.705	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Aleixo	280700	3.859	12.000,00	1.000,00
Simão Dias	280710	40.199	24.119,40	2.009,95
Siriri	280720	8.496	12.000,00	1.000,00
Telha	280730	3.117	12.000,00	1.000,00
Tobias Barreto	280740	50.557	30.334,20	2.527,85
Tomar do Geru	280750	13.192	12.000,00	1.000,00
Umbaúba	280760	23.950	14.370,00	1.197,50
TOTAIS	75	2.195.662	1.618.992,60	134.916,05
SÃO PAULO	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Adamantina	350010	34.953	20.971,80	1.747,65
Adolfo	350020	3.639	12.000,00	1.000,00
Aguaí	350030	34.188	20.512,80	1.709,40
Águas da Prata	350040	7.942	12.000,00	1.000,00
Águas de Lindóia	350050	18.108	12.000,00	1.000,00
Águas de Santa Bárbara	350055	5.876	12.000,00	1.000,00
Águas de São Pedro	350060	3.004	12.000,00	1.000,00
Agudos	350070	36.150	21.690,00	1.807,50
Alambari	350075	5.356	12.000,00	1.000,00
Alfredo Marcondes	350080	4.064	12.000,00	1.000,00
Altair	350090	4.010	12.000,00	1.000,00
Altinópolis	350100	16.137	12.000,00	1.000,00
Alto Alegre	350110	4.193	12.000,00	1.000,00
Alumínio	350115	17.784	12.000,00	1.000,00
Alvares Florence	350120	3.915	12.000,00	1.000,00
Alvares Machado	350130	24.482	14.689,20	1.224,10
Alvaro de Carvalho	350140	4.937	12.000,00	1.000,00
Alvinlândia	350150	3.137	12.000,00	1.000,00
Americana	350160	224.551	134.730,60	11.227,55
Américo Brasiliense	350170	37.165	22.299,00	1.858,25
Américo de Campos	350180	5.916	12.000,00	1.000,00
Amparo	350190	69.322	41.593,20	3.466,10
Analândia	350200	4.612	12.000,00	1.000,00
Andradina	350210	57.145	34.287,00	2.857,25
Angatuba	350220	23.666	14.199,60	1.183,30
Anhembi	350230	6.120	12.000,00	1.000,00
Anhumas	350240	3.941	12.000,00	1.000,00
Aparecida	350250	36.151	21.690,60	1.807,55
Aparecida d'Oeste	350260	4.468	12.000,00	1.000,00
Apiáí	350270	25.491	15.294,60	1.274,55
Araçariguama	350275	19.144	12.000,00	1.000,00
Araçatuba	350280	190.536	114.321,60	9.526,80
Araçoiaba da Serra	350290	30.088	18.052,80	1.504,40
Aramina	350300	5.416	12.000,00	1.000,00
Arandu	350310	6.334	12.000,00	1.000,00
Arapeí	350315	2.541	12.000,00	1.000,00
Araraquara	350320	222.036	133.221,60	11.101,80
Araras	350330	126.391	75.834,60	6.319,55
Arco-Íris	350335	1.925	12.000,00	1.000,00
Arealva	350340	8.245	12.000,00	1.000,00
Areias	350350	3.839	12.000,00	1.000,00
Areiópolis	350360	10.989	12.000,00	1.000,00
Ariranha	350370	9.095	12.000,00	1.000,00
Artur Nogueira	350380	48.420	29.052,00	2.421,00
Arujá	350390	81.326	48.795,60	4.066,30
Aspásia	350395	1.854	12.000,00	1.000,00
Assis	350400	100.204	60.122,40	5.010,20
Atibaia	350410	134.567	80.740,20	6.728,35
Auriflama	350420	14.831	12.000,00	1.000,00
Avaí	350430	5.210	12.000,00	1.000,00
Avanhandava	350440	12.307	12.000,00	1.000,00
Avaré	350450	87.238	52.342,80	4.361,90
Bady Bassitt	350460	15.851	12.000,00	1.000,00
Balbino	350470	4.433	12.000,00	1.000,00
Bálsamo	350480	8.631	12.000,00	1.000,00
Bananal	350490	10.680	12.000,00	1.000,00
Barão de Antonina	350500	3.297	12.000,00	1.000,00
Barbosa	350510	6.998	12.000,00	1.000,00
Bariri	350520	33.466	20.079,60	1.673,30
Barra Bonita	350530	36.310	21.786,00	1.815,50
Barra do Chapéu	350535	5.514	12.000,00	1.000,00
Barra do Turvo	350540	7.878	12.000,00	1.000,00
Barretos	350550	117.779	70.667,40	5.888,95
Barrinha	350560	30.506	18.303,60	1.525,30
Barueri	350570	256.756	154.053,60	12.837,80
Bastos	350580	21.061	12.636,60	1.053,05
Batatais	350590	59.654	35.792,40	2.982,70
Bauru	350600	362.062	217.237,20	18.103,10





Bebedouro	350610	77.487	46.492,20	3.874,35
Bento de Abreu	350620	2.831	12.000,00	1.000,00
Bernardino de Campos	350630	11.133	12.000,00	1.000,00
Bertioga	350635	53.679	32.207,40	2.683,95
Bilac	350640	7.519	12.000,00	1.000,00
Birigui	350650	115.898	69.538,80	5.794,90
Biritiba-Mirim	350660	30.492	18.295,20	1.524,60
Boa Esperança do Sul	350670	14.356	12.000,00	1.000,00
Bocaina	350680	11.568	12.000,00	1.000,00
Bofete	350690	10.504	12.000,00	1.000,00
Boituva	350700	53.431	32.058,60	2.671,55
Bom Jesus dos Perdões	350710	21.976	13.185,60	1.098,80
Bom Sucesso de Itararé	350715	3.772	12.000,00	1.000,00
Borá	350720	834	12.000,00	1.000,00
Boracéia	350730	4.540	12.000,00	1.000,00
Borborema	350740	15.335	12.000,00	1.000,00
Borebi	350745	2.458	12.000,00	1.000,00
Botucatu	350750	136.269	81.761,40	6.813,45
Bragança Paulista	350760	156.995	94.197,00	7.849,75
Braúna	350770	5.345	12.000,00	1.000,00
Brejo Alegre	350775	2.723	12.000,00	1.000,00
Brodowski	350780	22.797	13.678,20	1.139,85
Brotas	350790	22.959	13.775,40	1.147,95
Buri	350800	19.395	12.000,00	1.000,00
Buritama	350810	16.312	12.000,00	1.000,00
Buritizal	350820	4.279	12.000,00	1.000,00
Cabrália Paulista	350830	4.430	12.000,00	1.000,00
Cabreúva	350840	45.112	27.067,20	2.255,60
Caçapava	350850	89.668	53.800,80	4.483,40
Cachoeira Paulista	350860	31.791	19.690,29	1.640,86
Caconde	350870	18.926	12.000,00	1.000,00
Cafelândia	350880	17.346	12.000,00	1.000,00
Caiabu	350890	4.201	12.000,00	1.000,00
Caieiras	350900	93.215	55.929,00	4.660,75
Caiuá	350910	5.418	12.000,00	1.000,00
Cajamar	350920	69.584	41.750,40	3.479,20
Cajati	350925	29.059	17.435,40	1.452,95
Cajobi	350930	10.232	12.000,00	1.000,00
Cajuru	350940	24.783	14.869,80	1.239,15
Campina do Monte Alegre	350945	5.836	12.000,00	1.000,00
Campinas	350950	1.144.862	686.917,20	57.243,10
Campo Limpo Paulista	350960	79.091	47.454,60	3.954,55
Campos do Jordão	350970	50.221	30.132,60	2.511,05
Campos Novos Paulista	350980	4.776	12.000,00	1.000,00
Cananéia	350990	12.598	12.000,00	1.000,00
Canas	350995	4.722	12.000,00	1.000,00
Cândido Mota	351000	30.993	18.595,80	1.549,65
Cândido Rodrigues	351010	2.767	12.000,00	1.000,00
Canitar	351015	4.737	12.000,00	1.000,00
Capão Bonito	351020	47.510	28.506,00	2.375,50
Capela do Alto	351030	18.933	12.000,00	1.000,00
Capivari	351040	51.949	31.169,40	2.597,45
Caraguatatuba	351050	109.678	65.806,80	5.483,90
Carapicuíba	351060	387.788	232.672,80	19.389,40
Cardoso	351070	12.233	12.000,00	1.000,00
Casa Branca	351080	29.597	17.758,20	1.479,85
Cássia dos Coqueiros	351090	2.657	12.000,00	1.000,00
Castilho	351100	19.360	12.000,00	1.000,00
Catanduva	351110	118.209	70.925,40	5.910,45
Catiguá	351120	7.502	12.000,00	1.000,00
Cedral	351130	8.553	12.000,00	1.000,00
Cerqueira César	351140	18.703	12.000,00	1.000,00
Cerquilha	351150	43.473	26.083,80	2.173,65
Cesário Lange	351160	16.717	12.000,00	1.000,00
Charqueada	351170	16.092	12.000,00	1.000,00
Chavantes	355720	12.480	12.000,00	1.000,00
Clementina	351190	7.717	12.000,00	1.000,00
Colina	351200	18.107	12.000,00	1.000,00
Colômbia	351210	6.196	12.000,00	1.000,00
Conchal	351220	26.689	16.013,40	1.334,45
Conchas	351230	17.162	12.000,00	1.000,00
Cordeirópolis	351240	22.648	13.588,80	1.132,40
Coroados	351250	5.615	12.000,00	1.000,00
Coronel Macedo	351260	5.009	12.000,00	1.000,00
Corumbataí	351270	4.018	12.000,00	1.000,00
Cosmópolis	351280	64.415	38.649,00	3.220,75
Cosmorama	351290	7.404	12.000,00	1.000,00
Cotia	351300	220.941	132.564,60	11.047,05
Cravinhos	351310	33.543	20.125,80	1.677,15
Cristais Paulista	351320	8.089	12.000,00	1.000,00
Cruzália	351330	2.260	12.000,00	1.000,00
Cruzeiro	351340	80.408	48.244,80	4.020,40
Cubatão	351350	125.178	75.106,80	6.258,90
Cunha	351360	22.251	13.481,48	1.123,46
Descalvado	351370	32.595	19.557,00	1.629,75
Diadema	351380	406.718	244.030,80	20.335,90
Dirce Reis	351385	1.760	12.000,00	1.000,00
Divinolândia	351390	11.604	12.000,00	1.000,00
Dobrada	351400	8.432	12.000,00	1.000,00
Dois Córregos	351410	26.126	15.675,60	1.306,30
Dolcinópolis	351420	2.148	12.000,00	1.000,00
Dourado	351430	8.884	12.000,00	1.000,00
Dracena	351440	45.346	27.207,60	2.267,30
Duartina	351450	12.585	12.000,00	1.000,00
Dumont	351460	8.874	12.000,00	1.000,00
Echaporã	351470	6.389	12.000,00	1.000,00
Eldorado	351480	15.238	12.000,00	1.000,00
Elias Fausto	351490	16.762	12.000,00	1.000,00
Elisiário	351492	3.359	12.000,00	1.000,00
Embaúba	351495	2.486	12.000,00	1.000,00
Embu das Artes	351500	256.247	153.748,20	12.812,35
Embu-Guaçu	351510	66.273	39.763,80	3.313,65
Emilianópolis	351512	3.149	12.000,00	1.000,00
Engenheiro Coelho	351515	17.681	12.000,00	1.000,00
Espírito Santo do Pinhal	351518	43.611	26.166,60	2.180,55
Espírito Santo do Turvo	351519	4.525	12.000,00	1.000,00
Estiva Gerbi	355730	10.669	12.000,00	1.000,00
Estrela do Norte	351530	2.752	12.000,00	1.000,00



Estrela d'Oeste	351520	8.458	12.000,00	1.000,00
Euclides da Cunha Paulista	351535	9.729	12.000,00	1.000,00
Fartura	351540	15.889	12.000,00	1.000,00
Fernando Prestes	351560	5.736	12.000,00	1.000,00
Fernandópolis	351550	67.543	40.525,80	3.377,15
Fernão	351565	1.646	12.000,00	1.000,00
Ferraz de Vasconcelos	351570	180.326	108.195,60	9.016,30
Flora Rica	351580	1.699	12.000,00	1.000,00
Floreal	351590	3.042	12.000,00	1.000,00
Flórida Paulista	351600	13.704	12.000,00	1.000,00
Florínia	351610	2.843	12.000,00	1.000,00
Franca	351620	336.734	202.040,40	16.836,70
Francisco Morato	351630	164.718	98.830,80	8.235,90
Franco da Rocha	351640	141.824	85.094,40	7.091,20
Gabriel Monteiro	351650	2.790	12.000,00	1.000,00
Gália	351660	7.019	12.000,00	1.000,00
Garça	351670	44.479	26.687,40	2.223,95
Gastão Vidigal	351680	4.482	12.000,00	1.000,00
Gavião Peixoto	351685	4.635	12.000,00	1.000,00
General Salgado	351690	10.970	12.000,00	1.000,00
Getulina	351700	11.209	12.000,00	1.000,00
Glicério	351710	4.745	12.000,00	1.000,00
Guaíçara	351720	11.385	12.000,00	1.000,00
Guaimbê	351730	5.654	12.000,00	1.000,00
Guaíra	351740	39.314	23.588,40	1.965,70
Guapiaçu	351750	19.409	12.000,00	1.000,00
Guapiara	351760	18.129	12.000,00	1.000,00
Guará	351770	20.733	12.439,80	1.036,65
Guaraçá	351780	8.586	12.000,00	1.000,00
Guaraci	351790	10.584	12.000,00	1.000,00
Guarani d'Oeste	351800	2.023	12.000,00	1.000,00
Guarantã	351810	6.629	12.000,00	1.000,00
Guararapes	351820	32.023	19.213,80	1.601,15
Guararema	351830	27.679	16.607,40	1.383,95
Guaratinguetá	351840	117.663	70.597,80	5.883,15
Guareí	351850	16.149	12.000,00	1.000,00
Guariba	351860	37.747	22.648,20	1.887,35
Guarujá	351870	306.683	184.009,80	15.334,15
Guarulhos	351880	1.299.249	779.549,40	64.962,45
Guataporã	351885	7.341	12.000,00	1.000,00
Guzolândia	351890	5.023	12.000,00	1.000,00
Herculândia	351900	9.154	12.000,00	1.000,00
Holambra	351905	12.707	12.000,00	1.000,00
Hortolândia	351907	209.139	125.483,40	10.456,95
Iacanga	351910	10.776	12.000,00	1.000,00
Iacri	351920	6.530	12.000,00	1.000,00
Iaras	351925	7.431	12.000,00	1.000,00
Ibaté	351930	32.810	19.686,00	1.640,50
Ibirá	351940	11.615	12.000,00	1.000,00
Ibirarema	351950	7.203	12.000,00	1.000,00
Ibitinga	351960	56.531	33.918,60	2.826,55
Ibiúna	351970	75.241	45.144,60	3.762,05
Icém	351980	7.877	12.000,00	1.000,00
Iepê	351990	7.966	12.000,00	1.000,00
Igarapu do Tietê	352000	24.299	14.579,40	1.214,95
Igarapava	352010	29.365	17.619,00	1.468,25
Igaratá	352020	9.251	12.000,00	1.000,00
Iguape	352030	30.124	18.074,40	1.506,20
Ilha Comprida	352042	9.908	12.000,00	1.000,00
Ilha Solteira	352044	26.138	15.682,80	1.306,90
Ilhabela	352040	30.983	18.589,80	1.549,15
Indaiatuba	352050	222.042	133.225,20	11.102,10
Indiana	352060	4.951	12.000,00	1.000,00
Indiaporã	352070	3.988	12.000,00	1.000,00
Inúbia Paulista	352080	3.826	12.000,00	1.000,00
Ipaussu	352090	14.383	12.000,00	1.000,00
Iperó	352100	31.745	19.047,00	1.587,25
Ipeúna	352110	6.638	12.000,00	1.000,00
Ipiguá	352115	4.858	12.000,00	1.000,00
Iporanga	352120	4.369	12.000,00	1.000,00
Ipua	352130	15.184	12.000,00	1.000,00
Iracemópolis	352140	21.815	13.089,00	1.090,75
Irapuã	352150	7.666	12.000,00	1.000,00
Irapuru	352160	8.123	12.000,00	1.000,00
Itaberá	352170	18.158	12.000,00	1.000,00
Itaí	352180	25.535	15.321,00	1.276,75
Itajobi	352190	15.104	12.000,00	1.000,00
Itaju	352200	3.505	12.000,00	1.000,00
Itanhaém	352210	93.696	56.217,60	4.684,80
Itaóca	352215	3.332	12.000,00	1.000,00
Itapeçerica da Serra	352220	163.363	98.017,80	8.168,15
Itapetininga	352230	153.810	92.286,00	7.690,50
Itapeva	352240	91.807	55.084,20	4.590,35
Itapevi	352250	217.005	130.203,00	10.850,25
Itapira	352260	72.048	43.228,80	3.602,40
Itapirapuã Paulista	352265	4.081	12.000,00	1.000,00
Itápolis	352270	41.920	25.152,00	2.096,00
Itaporanga	352280	15.064	12.000,00	1.000,00
Itapuí	352290	13.023	12.000,00	1.000,00
Itapura	352300	4.629	12.000,00	1.000,00
Itaquaquecetuba	352310	344.558	206.734,80	17.227,90
Itararé	352320	49.818	29.890,80	2.490,90
Itariri	352330	16.441	12.000,00	1.000,00
Itatiba	352340	109.907	65.944,20	5.495,35
Itatinga	352350	19.297	12.000,00	1.000,00
Itirapina	352360	16.709	12.000,00	1.000,00
Itirapuã	352370	6.232	12.000,00	1.000,00
Itobi	352380	7.807	12.000,00	1.000,00
Itu	352390	163.882	98.329,20	8.194,10
Itupeva	352400	51.082	30.649,20	2.554,10
Ituverava	352410	40.552	24.331,20	2.027,60
Jaborandi	352420	6.846	12.000,00	1.000,00
Jaboticabal	352430	75.041	45.024,60	3.752,05
Jacareí	352440	223.064	133.838,40	11.153,20
Jaci	352450	6.233	12.000,00	1.000,00
Jacupiranga	352460	17.801	12.000,00	1.000,00
Jaguariúna	352470	49.497	29.698,20	2.474,85
Jales	352480	48.724	29.234,40	2.436,20



Jambeiro	352490	5.868	12.000,00	1.000,00
Jandira	352500	116.041	69.624,60	5.802,05
Jardinópolis	352510	40.640	24.384,00	2.032,00
Jarinu	352520	26.353	15.811,80	1.317,65
Jaú	352530	140.077	84.046,20	7.003,85
Jeriquara	352540	3.230	12.000,00	1.000,00
Joanópolis	352550	12.492	12.000,00	1.000,00
João Ramalho	352560	4.361	12.000,00	1.000,00
José Bonifácio	352570	34.846	20.907,60	1.742,30
Júlio Mesquita	352580	4.639	12.000,00	1.000,00
Jumirim	352585	3.042	12.000,00	1.000,00
Jundiá	352590	393.920	236.352,00	19.696,00
Junqueirópolis	352600	19.765	12.000,00	1.000,00
Juquiá	352610	19.535	12.000,00	1.000,00
Juquitiba	352620	30.239	18.143,40	1.511,95
Lagoinha	352630	4.966	12.000,00	1.000,00
Laranjal Paulista	352640	26.853	16.111,80	1.342,65
Lavínia	352650	9.995	12.000,00	1.000,00
Lavrinhas	352660	6.950	12.000,00	1.000,00
Leme	352670	97.505	58.503,00	4.875,25
Lençóis Paulista	352680	65.026	39.015,60	3.251,30
Limeira	352690	291.748	175.048,80	14.587,40
Lindóia	352700	7.265	12.000,00	1.000,00
Lins	352710	75.117	45.070,20	3.755,85
Lorena	352720	86.337	51.802,20	4.316,85
Lourdes	352725	2.227	12.000,00	1.000,00
Louveira	352730	41.700	25.020,00	2.085,00
Lucélia	352740	20.918	12.550,80	1.045,90
Lucianópolis	352750	2.345	12.000,00	1.000,00
Luís Antônio	352760	12.704	12.000,00	1.000,00
Luizânia	352770	5.384	12.000,00	1.000,00
Lupércio	352780	4.523	12.000,00	1.000,00
Lutécia	352790	2.754	12.000,00	1.000,00
Macatuba	352800	16.909	12.000,00	1.000,00
Macaubal	352810	7.978	12.000,00	1.000,00
Macedônia	352820	3.756	12.000,00	1.000,00
Magda	352830	3.246	12.000,00	1.000,00
Mairinque	352840	45.436	27.261,60	2.271,80
Mairiporã	352850	88.883	53.329,80	4.444,15
Manduri	352860	9.464	12.000,00	1.000,00
Marabá Paulista	352870	5.251	12.000,00	1.000,00
Maracá	352880	13.842	12.000,00	1.000,00
Marapoama	352885	2.818	12.000,00	1.000,00
Mariápolis	352890	4.057	12.000,00	1.000,00
Marília	352900	228.618	137.170,80	11.430,90
Marinópolis	352910	2.160	12.000,00	1.000,00
Martinópolis	352920	25.473	15.283,80	1.273,65
Matão	352930	80.528	48.316,80	4.026,40
Mauá	352940	444.136	266.481,60	22.206,80
Mendonça	352950	5.014	12.000,00	1.000,00
Meridiano	352960	3.934	12.000,00	1.000,00
Mesópolis	352965	1.935	12.000,00	1.000,00
Miguelópolis	352970	21.471	12.882,60	1.073,55
Mineiros do Tietê	352980	12.583	12.000,00	1.000,00
Mira Estrela	353000	2.968	12.000,00	1.000,00
Miracatu	352990	20.790	13.518,97	1.126,58
Mirandópolis	353010	28.758	17.254,80	1.437,90
Mirante do Paranapanema	353020	17.820	12.000,00	1.000,00
Mirassol	353030	56.910	34.146,00	2.845,50
Mirassolândia	353040	4.574	12.000,00	1.000,00
Mococa	353050	68.590	41.154,00	3.429,50
Mogi das Cruzes	353060	414.907	248.944,20	20.745,35
Mogi Guaçu	353070	144.963	86.977,80	7.248,15
Mogi Mirim	353080	90.558	54.334,80	4.527,90
Mombuca	353090	3.411	12.000,00	1.000,00
Monções	353100	2.219	12.000,00	1.000,00
Mongaguá	353110	50.641	30.384,60	2.532,05
Monte Alegre do Sul	353120	7.593	12.000,00	1.000,00
Monte Alto	353130	48.907	29.344,20	2.445,35
Monte Aprazível	353140	23.294	13.976,40	1.164,70
Monte Azul Paulista	353150	19.376	12.000,00	1.000,00
Monte Castelo	353160	4.187	12.000,00	1.000,00
Monte Mor	353180	53.488	32.092,80	2.674,40
Monteiro Lobato	353170	4.381	12.000,00	1.000,00
Morro Agudo	353190	30.991	18.594,60	1.549,55
Morungaba	353200	12.621	12.000,00	1.000,00
Motuca	353205	4.534	12.000,00	1.000,00
Murutinga do Sul	353210	4.375	12.000,00	1.000,00
Nantes	353215	2.905	12.000,00	1.000,00
Narandiba	353220	4.564	12.000,00	1.000,00
Natividade da Serra	353230	6.821	12.000,00	1.000,00
Nazaré Paulista	353240	17.451	12.000,00	1.000,00
Neves Paulista	353250	9.017	12.000,00	1.000,00
Nhandeara	353260	11.203	12.000,00	1.000,00
Nipoá	353270	4.669	12.000,00	1.000,00
Nova Aliança	353280	6.367	12.000,00	1.000,00
Nova Campina	353282	9.100	12.000,00	1.000,00
Nova Canaã Paulista	353284	2.087	12.000,00	1.000,00
Nova Castilho	353286	1.195	12.000,00	1.000,00
Nova Europa	353290	10.108	12.000,00	1.000,00
Nova Granada	353300	20.346	12.207,60	1.017,30
Nova Guataporanga	353310	2.270	12.000,00	1.000,00
Nova Independência	353320	3.423	12.000,00	1.000,00
Nova Luzitânia	353330	3.728	12.000,00	1.000,00
Nova Odessa	353340	55.229	33.137,40	2.761,45
Novais	353325	5.089	12.000,00	1.000,00
Novo Horizonte	353350	38.828	23.296,80	1.941,40
Nuporanga	353360	7.164	12.000,00	1.000,00
Ocaçu	353370	4.296	12.000,00	1.000,00
Óleo	353380	2.676	12.000,00	1.000,00
Olímpia	353390	52.650	31.590,00	2.632,50
Onda Verde	353400	4.128	12.000,00	1.000,00
Oriente	353410	6.366	12.000,00	1.000,00
Orindiúva	353420	6.244	12.000,00	1.000,00
Orlândia	353430	42.020	25.212,00	2.101,00
Osasco	353440	691.652	414.991,20	34.582,60
Oscar Bressane	353450	2.614	12.000,00	1.000,00
Osvaldo Cruz	353460	32.229	19.337,40	1.611,45



Ourinhos	353470	108.674	65.204,40	5.433,70
Ouro Verde	353480	8.216	12.000,00	1.000,00
Ouroeste	353475	9.215	12.000,00	1.000,00
Pacaembu	353490	13.829	12.000,00	1.000,00
Palestina	353500	11.904	12.000,00	1.000,00
Palmares Paulista	353510	11.922	12.000,00	1.000,00
Palmeira d'Oeste	353520	9.700	12.000,00	1.000,00
Palmital	353530	21.987	13.192,20	1.099,35
Panorama	353540	15.288	12.000,00	1.000,00
Paraguacu Paulista	353550	44.310	26.586,00	2.215,50
Paraibuna	353560	18.040	12.000,00	1.000,00
Paraíso	353570	6.207	12.000,00	1.000,00
Paranapanema	353580	18.965	12.000,00	1.000,00
Paranapuã	353590	3.983	12.000,00	1.000,00
Parapuã	353600	11.124	12.000,00	1.000,00
Pardinho	353610	5.979	12.000,00	1.000,00
Pariquera-Açu	353620	19.239	12.000,00	1.000,00
Parisi	353625	2.118	12.000,00	1.000,00
Patrocínio Paulista	353630	13.821	12.000,00	1.000,00
Paulicéia	353640	6.807	12.000,00	1.000,00
Paulínia	353650	92.668	55.600,80	4.633,40
Paulistânia	353657	1.836	12.000,00	1.000,00
Paulo de Faria	353660	8.893	12.000,00	1.000,00
Pederneiras	353670	44.073	26.443,80	2.203,65
Pedra Bela	353680	6.009	12.000,00	1.000,00
Pedranópolis	353690	2.595	12.000,00	1.000,00
Pedregulho	353700	16.382	12.000,00	1.000,00
Pedreira	353710	44.509	26.705,40	2.225,45
Pedrinhas Paulista	353715	3.054	12.000,00	1.000,00
Pedro de Toledo	353720	10.791	12.000,00	1.000,00
Penápolis	353730	61.371	36.822,60	3.068,55
Pereira Barreto	353740	25.742	15.445,20	1.287,10
Pereiras	353750	8.006	12.000,00	1.000,00
Peruibe	353760	63.815	38.289,00	3.190,75
Piacatu	353770	5.626	12.000,00	1.000,00
Piedade	353780	54.323	32.593,80	2.716,15
Pilar do Sul	353790	27.880	16.728,00	1.394,00
Pindamonhangaba	353800	157.062	94.237,20	7.853,10
Pindorama	353810	16.013	12.000,00	1.000,00
Pinhalzinho	353820	14.067	12.000,00	1.000,00
Piquerobi	353830	3.665	12.000,00	1.000,00
Piquete	353850	14.278	12.000,00	1.000,00
Piracaia	353860	26.371	15.822,60	1.318,55
Piracicaba	353870	385.287	231.172,20	19.264,35
Piraju	353880	29.532	17.719,20	1.476,60
Pirajuí	353890	24.098	14.458,80	1.204,90
Pirangi	353900	11.112	12.000,00	1.000,00
Pirapora do Bom Jesus	353910	17.091	12.000,00	1.000,00
Pirapozinho	353920	26.146	15.687,60	1.307,30
Pirassununga	353930	73.656	44.193,60	3.682,80
Piratininga	353940	12.839	12.000,00	1.000,00
Pitangueiras	353950	37.499	22.499,40	1.874,95
Planalto	353960	4.808	12.000,00	1.000,00
Platina	353970	3.378	12.000,00	1.000,00
Poá	353980	112.015	67.209,00	5.600,75
Poloni	353990	5.726	12.000,00	1.000,00
Pompéia	354000	21.060	12.636,00	1.053,00
Pongai	354010	3.537	12.000,00	1.000,00
Pontal	354020	44.236	26.541,60	2.211,80
Pontalinda	354025	4.341	12.000,00	1.000,00
Pontes Gestal	354030	2.593	12.000,00	1.000,00
Populina	354040	4.299	12.000,00	1.000,00
Porangaba	354050	9.021	12.000,00	1.000,00
Porto Feliz	354060	51.320	30.792,00	2.566,00
Porto Ferreira	354070	54.056	32.433,60	2.702,80
Potim	354075	21.501	12.900,60	1.075,05
Potirendaba	354080	16.401	12.000,00	1.000,00
Pracinha	354085	3.315	12.000,00	1.000,00
Pradópolis	354090	19.077	12.000,00	1.000,00
Praia Grande	354100	287.967	172.780,20	14.398,35
Pratânia	354105	4.912	12.000,00	1.000,00
Presidente Alves	354110	4.205	12.000,00	1.000,00
Presidente Bernardes	354120	13.724	12.000,00	1.000,00
Presidente Epitácio	354130	43.155	25.893,00	2.157,75
Presidente Prudente	354140	218.960	131.376,00	10.948,00
Presidente Venceslau	354150	39.265	23.559,00	1.963,25
Promissão	354160	37.985	22.791,00	1.899,25
Quadra	354165	3.489	12.000,00	1.000,00
Quatá	354170	13.501	12.000,00	1.000,00
Queiroz	354180	3.060	12.000,00	1.000,00
Queluz	354190	12.234	12.000,00	1.000,00
Quintana	354200	6.339	12.000,00	1.000,00
Rafard	354210	8.952	12.000,00	1.000,00
Rancharia	354220	29.732	17.839,20	1.486,60
Redenção da Serra	354230	3.952	12.000,00	1.000,00
Regente Feijó	354240	19.468	12.000,00	1.000,00
Reginópolis	354250	8.218	12.000,00	1.000,00
Registro	354260	56.123	33.673,80	2.806,15
Restinga	354270	7.054	12.000,00	1.000,00
Ribeira	354280	3.427	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Bonito	354290	12.750	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Branco	354300	18.093	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Corrente	354310	4.510	12.000,00	1.000,00
Ribeirão do Sul	354320	4.575	12.000,00	1.000,00
Ribeirão dos Índios	354323	2.248	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Grande	354325	7.667	12.000,00	1.000,00
Ribeirão Pires	354330	118.871	71.322,60	5.943,55
Ribeirão Preto	354340	649.556	389.733,60	32.477,80
Rifaina	354360	3.574	12.000,00	1.000,00
Rincão	354370	10.768	12.000,00	1.000,00
Rinópolis	354380	10.170	12.000,00	1.000,00
Rio Claro	354390	196.821	118.092,60	9.841,05
Rio das Pedras	354400	31.982	19.189,20	1.599,10
Rio Grande da Serra	354410	47.142	28.285,20	2.357,10
Riolândia	354420	11.429	12.000,00	1.000,00
Riversul	354350	6.096	12.000,00	1.000,00
Rosana	354425	19.156	12.000,00	1.000,00
Roseira	354430	10.168	12.000,00	1.000,00





Rubiácea	354440	2.917	12.000,00	1.000,00
Rubinéia	354450	3.017	12.000,00	1.000,00
Sabino	354460	5.452	12.000,00	1.000,00
Sagres	354470	2.460	12.000,00	1.000,00
Sales	354480	5.853	12.000,00	1.000,00
Sales Oliveira	354490	11.225	12.000,00	1.000,00
Salesópolis	354500	16.462	12.000,00	1.000,00
Salmourão	354510	5.079	12.000,00	1.000,00
Saltinho	354515	7.607	12.000,00	1.000,00
Salto	354520	112.052	67.231,20	5.602,60
Salto de Pirapora	354530	42.710	25.626,00	2.135,50
Salto Grande	354540	9.156	12.000,00	1.000,00
Sandovalina	354550	3.974	12.000,00	1.000,00
Santa Adélia	354560	15.017	12.000,00	1.000,00
Santa Albertina	354570	5.941	12.000,00	1.000,00
Santa Bárbara d'Oeste	354580	188.302	112.981,20	9.415,10
Santa Branca	354600	14.395	12.000,00	1.000,00
Santa Clara d'Oeste	354610	2.141	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz da Conceição	354620	4.251	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz da Esperança	354625	2.056	12.000,00	1.000,00
Santa Cruz das Palmeiras	354630	32.009	19.205,40	1.600,45
Santa Cruz do Rio Pardo	354640	46.092	27.655,20	2.304,60
Santa Ernestina	354650	5.701	12.000,00	1.000,00
Santa Fé do Sul	354660	30.872	18.523,20	1.543,60
Santa Gertrudes	354670	23.793	14.275,80	1.189,65
Santa Isabel	354680	53.784	32.270,40	2.689,20
Santa Lúcia	354690	8.613	12.000,00	1.000,00
Santa Maria da Serra	354700	5.776	12.000,00	1.000,00
Santa Mercedes	354710	2.929	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Passa Quatro	354750	27.411	16.446,60	1.370,55
Santa Rita d'Oeste	354740	2.585	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa de Viterbo	354760	25.246	15.147,60	1.262,30
Santa Salete	354765	1.511	12.000,00	1.000,00
Santana da Ponte Pensa	354720	1.629	12.000,00	1.000,00
Santana de Parnaíba	354730	120.998	72.598,80	6.049,90
Santo Anastácio	354770	21.059	12.635,40	1.052,95
Santo André	354780	704.942	422.965,20	35.247,10
Santo Antônio da Alegria	354790	6.644	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio de Posse	354800	21.957	13.174,20	1.097,85
Santo Antônio do Aracanguá	354805	8.048	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Jardim	354810	6.078	12.000,00	1.000,00
Santo Antônio do Pinhal	354820	6.733	12.000,00	1.000,00
Santo Expedito	354830	2.963	12.000,00	1.000,00
Santópolis do Aguapeí	354840	4.532	12.000,00	1.000,00
Santos	354850	433.153	259.891,80	21.657,65
São Bento do Sapucaí	354860	10.831	12.000,00	1.000,00
São Bernardo do Campo	354870	805.895	483.537,00	40.294,75
São Caetano do Sul	354880	156.362	93.817,20	7.818,10
São Carlos	354890	236.457	141.874,20	11.822,85
São Francisco	354900	2.864	12.000,00	1.000,00
São João da Boa Vista	354910	87.912	52.747,20	4.395,60
São João das Duas Pontes	354920	2.624	12.000,00	1.000,00
São João de Iracema	354925	1.865	12.000,00	1.000,00
São João do Pau d'Alho	354930	2.150	12.000,00	1.000,00
São Joaquim da Barra	354940	49.259	29.555,40	2.462,95
São José da Bela Vista	354950	8.759	12.000,00	1.000,00
São José do Barreiro	354960	4.190	12.000,00	1.000,00
São José do Rio Pardo	354970	54.024	32.414,40	2.701,20
São José do Rio Preto	354980	434.039	260.423,40	21.701,95
São José dos Campos	354990	673.255	403.953,00	33.662,75
São Lourenço da Serra	354995	14.874	12.000,00	1.000,00
São Luís do Paraitinga	355000	10.721	12.000,00	1.000,00
São Manuel	355010	40.027	24.016,20	2.001,35
São Miguel Arcanjo	355020	32.621	19.572,60	1.631,05
São Paulo	355030	11.821.873	7.093.123,80	591.093,65
São Pedro	355040	33.638	20.182,80	1.681,90
São Pedro do Turvo	355050	7.508	12.000,00	1.000,00
São Roque	355060	84.460	50.676,00	4.223,00
São Sebastião	355070	80.379	48.227,40	4.018,95
São Sebastião da Gramma	355080	12.394	12.000,00	1.000,00
São Simão	355090	14.976	12.000,00	1.000,00
São Vicente	355100	350.465	210.279,00	17.523,25
Sarapuá	355110	9.628	12.000,00	1.000,00
Sarutaiá	355120	3.707	12.000,00	1.000,00
Sebastianópolis do Sul	355130	3.252	12.000,00	1.000,00
Serra Azul	355140	12.592	12.000,00	1.000,00
Serra Negra	355160	27.879	16.727,40	1.393,95
Serrana	355150	41.728	25.036,80	2.086,40
Sertãozinho	355170	117.539	70.523,40	5.876,95
Sete Barras	355180	13.239	12.000,00	1.000,00
Severínia	355190	16.482	12.000,00	1.000,00
Silveiras	355200	6.083	12.000,00	1.000,00
Socorro	355210	38.878	23.326,80	1.943,90
Sorocaba	355220	629.231	377.538,60	31.461,55
Sud Mennucci	355230	7.691	12.000,00	1.000,00
Sumaré	355240	258.556	155.133,60	12.927,80
Suzanópolis	355255	3.642	12.000,00	1.000,00
Suzano	355250	279.520	167.712,00	13.976,00
Tabapuã	355260	11.949	12.000,00	1.000,00
Tabatinga	355270	15.590	12.000,00	1.000,00
Taboão da Serra	355280	264.352	158.611,20	13.217,60
Taciba	355290	6.023	12.000,00	1.000,00
Taguaí	355300	12.034	12.000,00	1.000,00
Taíacu	355310	6.153	12.000,00	1.000,00
Taiúva	355320	5.606	12.000,00	1.000,00
Tambaú	355330	23.159	13.895,40	1.157,95
Tanabi	355340	25.199	15.119,40	1.259,95
Tapiraí	355350	8.125	12.000,00	1.000,00
Tapiratiba	355360	13.091	12.000,00	1.000,00
Taquaral	355365	2.814	12.000,00	1.000,00
Taquaritinga	355370	56.204	33.722,40	2.810,20
Taquarituba	355380	23.083	13.849,80	1.154,15
Taquarivaí	355385	5.489	12.000,00	1.000,00
Tarabai	355390	7.028	12.000,00	1.000,00
Tarumã	355395	13.845	12.000,00	1.000,00
Tatuí	355400	114.314	68.588,40	5.715,70
Taubaté	355410	296.431	177.858,60	14.821,55
Tejupá	355420	4.828	12.000,00	1.000,00



Teodoro Sampaio	355430	22.424	13.454,40	1.121,20
Terra Roxa	355440	8.969	12.000,00	1.000,00
Tietê	355450	39.324	23.594,40	1.966,20
Timburi	355460	2.709	12.000,00	1.000,00
Torre de Pedra	355465	2.354	12.000,00	1.000,00
Torrinha	355470	9.754	12.000,00	1.000,00
Trabiju	355475	1.635	12.000,00	1.000,00
Tremembé	355480	43.871	26.322,60	2.193,55
Três Fronteiras	355490	5.669	12.000,00	1.000,00
Tuiuti	355495	6.369	12.000,00	1.000,00
Tupã	355500	65.540	39.324,00	3.277,00
Tupí Paulista	355510	14.976	12.000,00	1.000,00
Turiúba	355520	2.000	12.000,00	1.000,00
Turmalina	355530	1.942	12.000,00	1.000,00
Ubarana	355535	5.732	12.000,00	1.000,00
Ubatuba	355540	84.377	50.626,20	4.218,85
Ubirajara	355550	4.637	12.000,00	1.000,00
Uchoa	355560	9.885	12.000,00	1.000,00
União Paulista	355570	1.712	12.000,00	1.000,00
Urânia	355580	9.121	12.000,00	1.000,00
Uru	355590	1.252	12.000,00	1.000,00
Urupês	355600	13.345	12.000,00	1.000,00
Valentim Gentil	355610	12.012	12.000,00	1.000,00
Valinhos	355620	116.308	69.784,80	5.815,40
Valparaíso	355630	24.323	14.593,80	1.216,15
Vargem	355635	9.550	12.000,00	1.000,00
Vargem Grande do Sul	355640	41.279	24.767,40	2.063,95
Vargem Grande Paulista	355645	47.013	28.207,80	2.350,65
Várzea Paulista	355650	114.170	68.502,00	5.708,50
Vera Cruz	355660	11.032	12.000,00	1.000,00
Vinhedo	355670	69.845	41.907,00	3.492,25
Viradouro	355680	18.191	12.000,00	1.000,00
Vista Alegre do Alto	355690	7.652	12.000,00	1.000,00
Vitória Brasil	355695	1.809	12.000,00	1.000,00
Votorantim	355700	115.585	69.351,00	5.779,25
Votuporanga	355710	89.715	53.829,00	4.485,75
Zacarias	355715	2.509	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	645	43.663.669	29.041.031,94	2.420.086,00
TOCANTINS	Cód. IBGE	Estimativa de Pop. IBGE 2013	Repasse PF-VISA Anual	Repasse PF-VISA Mensal
Abreulândia	170025	2.506	12.000,00	1.000,00
Aguiarnópolis	170030	5.820	12.000,00	1.000,00
Altaíde	170035	5.686	12.000,00	1.000,00
Almas	170040	7.553	12.000,00	1.000,00
Alvorada	170070	8.557	12.000,00	1.000,00
Ananás	170100	9.952	12.000,00	1.000,00
Angico	170105	3.332	12.000,00	1.000,00
Aparecida do Rio Negro	170110	4.504	12.000,00	1.000,00
Aragominas	170130	5.958	12.000,00	1.000,00
Araguacema	170190	6.716	12.000,00	1.000,00
Araguaçu	170200	8.868	12.000,00	1.000,00
Araguaína	170210	164.093	98.455,80	8.204,65
Araguanã	170215	5.379	12.000,00	1.000,00
Araguatins	170220	33.524	20.114,40	1.676,20
Arapoema	170230	6.844	12.000,00	1.000,00
Arraias	170240	10.833	12.000,00	1.000,00
Augustinópolis	170255	17.140	12.000,00	1.000,00
Aurora do Tocantins	170270	3.625	12.000,00	1.000,00
Axixá do Tocantins	170290	9.632	12.000,00	1.000,00
Babaçulândia	170300	10.720	12.000,00	1.000,00
Bandeirantes do Tocantins	170305	3.336	12.000,00	1.000,00
Barra do Ouro	170307	4.371	12.000,00	1.000,00
Barrolândia	170310	5.557	12.000,00	1.000,00
Bernardo Sayão	170320	4.547	12.000,00	1.000,00
Bom Jesus do Tocantins	170330	4.241	12.000,00	1.000,00
Brasilândia do Tocantins	170360	2.154	12.000,00	1.000,00
Brejinho de Nazaré	170370	5.400	12.000,00	1.000,00
Burití do Tocantins	170380	10.522	12.000,00	1.000,00
Cachoeirinha	170382	2.236	12.000,00	1.000,00
Campos Lindos	170384	9.000	12.000,00	1.000,00
Cariari do Tocantins	170386	4.053	12.000,00	1.000,00
Carmolândia	170388	2.457	12.000,00	1.000,00
Carrasco Bonito	170389	3.906	12.000,00	1.000,00
Caseara	170390	4.965	12.000,00	1.000,00
Centenário	170410	2.737	12.000,00	1.000,00
Chapada da Natividade	170510	3.362	12.000,00	1.000,00
Chapada de Areia	170460	1.386	12.000,00	1.000,00
Colinas do Tocantins	170550	33.078	19.846,80	1.653,90
Colméia	171670	8.642	12.000,00	1.000,00
Combinado	170555	4.827	12.000,00	1.000,00
Conceição do Tocantins	170560	4.240	12.000,00	1.000,00
Couto de Magalhães	170600	5.314	12.000,00	1.000,00
Cristalândia	170610	7.399	12.000,00	1.000,00
Crixás do Tocantins	170625	1.651	12.000,00	1.000,00
Darcinópolis	170650	5.670	12.000,00	1.000,00
Dianópolis	170700	20.566	12.339,60	1.028,30
Divinópolis do Tocantins	170710	6.681	12.000,00	1.000,00
Dois Irmãos do Tocantins	170720	7.319	12.000,00	1.000,00
Dueré	170730	4.718	12.000,00	1.000,00
Esperantina	170740	10.203	12.000,00	1.000,00
Fátima	170755	3.892	12.000,00	1.000,00
Figueirópolis	170765	5.421	12.000,00	1.000,00
Filadélfia	170770	8.800	12.000,00	1.000,00
Formoso do Araguaia	170820	18.804	12.000,00	1.000,00
Fortaleza do Tabocão	170825	2.527	12.000,00	1.000,00
Goianorte	170830	5.115	12.000,00	1.000,00
Goiatins	170900	12.644	12.000,00	1.000,00
Guaraí	170930	24.629	14.777,40	1.231,45
Gurupi	170950	81.792	49.075,20	4.089,60
Ipueiras	170980	1.804	12.000,00	1.000,00
Itacajá	171050	7.363	12.000,00	1.000,00
Itaguatins	171070	6.092	12.000,00	1.000,00
Itapiratins	171090	3.690	12.000,00	1.000,00
Itaporã do Tocantins	171110	2.488	12.000,00	1.000,00
Jau do Tocantins	171150	3.698	12.000,00	1.000,00
Juarina	171180	2.262	12.000,00	1.000,00
Lagoa da Confusão	171190	11.525	12.000,00	1.000,00
Lagoa do Tocantins	171195	3.875	12.000,00	1.000,00



Lajeado	171200	2.956	12.000,00	1.000,00
Lavandeira	171215	1.749	12.000,00	1.000,00
Lizarda	171240	3.806	12.000,00	1.000,00
Luzinópolis	171245	2.847	12.000,00	1.000,00
Marianópolis do Tocantins	171250	4.730	12.000,00	1.000,00
Mateiros	171270	2.430	12.000,00	1.000,00
Maurilândia do Tocantins	171280	3.313	12.000,00	1.000,00
Miracema do Tocantins	171320	20.243	12.145,80	1.012,15
Miranorte	171330	13.164	12.000,00	1.000,00
Monte do Carmo	171360	7.286	12.000,00	1.000,00
Monte Santo do Tocantins	171370	2.196	12.000,00	1.000,00
Muricilândia	171395	3.356	12.000,00	1.000,00
Natividade	171420	9.268	12.000,00	1.000,00
Nazaré	171430	4.301	12.000,00	1.000,00
Nova Olinda	171488	11.301	12.000,00	1.000,00
Nova Rosalândia	171500	4.018	12.000,00	1.000,00
Novo Acordo	171510	4.043	12.000,00	1.000,00
Novo Alegre	171515	2.349	12.000,00	1.000,00
Novo Jardim	171525	2.600	12.000,00	1.000,00
Oliveira de Fátima	171550	1.085	12.000,00	1.000,00
Palmas	172100	257.904	154.742,40	12.895,20
Palmeirante	171570	5.432	12.000,00	1.000,00
Palmeiras do Tocantins	171380	6.180	12.000,00	1.000,00
Palmeirópolis	171575	7.600	12.000,00	1.000,00
Paraíso do Tocantins	171610	47.724	28.634,40	2.386,20
Paraná	171620	10.585	12.000,00	1.000,00
Pau D'Arco	171630	4.772	12.000,00	1.000,00
Pedro Afonso	171650	12.490	12.000,00	1.000,00
Peixe	171660	11.075	12.000,00	1.000,00
Pequizeiro	171665	5.305	12.000,00	1.000,00
Pindorama do Tocantins	171700	4.576	12.000,00	1.000,00
Piraquê	171720	3.017	12.000,00	1.000,00
Pium	171750	7.168	12.000,00	1.000,00
Ponte Alta do Bom Jesus	171780	4.654	12.000,00	1.000,00
Ponte Alta do Tocantins	171790	7.628	12.000,00	1.000,00
Porto Alegre do Tocantins	171800	2.973	12.000,00	1.000,00
Porto Nacional	171820	51.501	30.900,60	2.575,05
Praia Norte	171830	8.085	12.000,00	1.000,00
Presidente Kennedy	171840	3.756	12.000,00	1.000,00
Pugmil	171845	2.529	12.000,00	1.000,00
Recursolândia	171850	4.029	12.000,00	1.000,00
Riachinho	171855	4.435	12.000,00	1.000,00
Rio da Conceição	171865	1.895	12.000,00	1.000,00
Rio dos Bois	171870	2.715	12.000,00	1.000,00
Rio Sono	171875	6.459	12.000,00	1.000,00
Sampaio	171880	4.241	12.000,00	1.000,00
Sandolândia	171884	3.411	12.000,00	1.000,00
Santa Fé do Araguaia	171886	7.054	12.000,00	1.000,00
Santa Maria do Tocantins	171888	3.143	12.000,00	1.000,00
Santa Rita do Tocantins	171889	2.255	12.000,00	1.000,00
Santa Rosa do Tocantins	171890	4.752	12.000,00	1.000,00
Santa Tereza do Tocantins	171900	2.695	12.000,00	1.000,00
Santa Terezinha do Tocantins	172000	2.543	12.000,00	1.000,00
São Bento do Tocantins	172010	4.954	12.000,00	1.000,00
São Félix do Tocantins	172015	1.518	12.000,00	1.000,00
São Miguel do Tocantins	172020	11.271	12.000,00	1.000,00
São Salvador do Tocantins	172025	3.030	12.000,00	1.000,00
São Sebastião do Tocantins	172030	4.553	12.000,00	1.000,00
São Valério da Natividade	172049	4.322	12.000,00	1.000,00
Silvanópolis	172065	5.289	12.000,00	1.000,00
Sítio Novo do Tocantins	172080	9.297	12.000,00	1.000,00
Sucupira	172085	1.856	12.000,00	1.000,00
Taguatinga	172090	15.931	12.000,00	1.000,00
Taipas do Tocantins	172093	2.056	12.000,00	1.000,00
Talismã	172097	2.695	12.000,00	1.000,00
Tocantinã	172110	7.158	12.000,00	1.000,00
Tocantinópolis	172120	23.165	13.899,00	1.158,25
Tupirama	172125	1.718	12.000,00	1.000,00
Tupiratins	172130	2.342	12.000,00	1.000,00
Wanderlândia	172208	11.450	12.000,00	1.000,00
Xambioá	172210	11.736	12.000,00	1.000,00
TOTAIS	139	1.478.164	1.990.931,40	165.910,95
TOTAL BRASIL	5.570	201.062.789	147.370.488,58	12.280.874,05

ANEXO III

PF-VISA - TRANSFERÊNCIAS ÀS UNIDADES FEDERADAS PARA APLICAÇÃO NO FINLACEN VISA - FONTE: ANVISA

ESTADO	PORTE	NÍVEL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL
Acre	I	A	425.333,34	35.444,45
Alagoas	II	B	665.333,34	55.444,45
Amapá	I	B	545.333,34	45.444,45
Amazonas	III	A	785.333,34	65.444,45
Bahia	V	C	1.625.333,34	135.444,45
Ceará	IV	C	1.145.333,34	95.444,45
Distrito Federal	II	B	665.333,34	55.444,45
Espírito Santo	III	A	785.333,34	65.444,45
Goiás	III	C	1.025.333,34	85.444,45
Maranhão	III	B	905.333,34	75.444,45
Mato Grosso	III	B	905.333,34	75.444,45
Mato Grosso do Sul	II	B	665.333,34	55.444,45
Minas Gerais	V	D	1.865.333,34	155.444,45
Pará	III	C	1.025.333,34	85.444,45
Paraíba	III	A	785.333,34	65.444,45
Paraná	IV	C	1.145.333,34	95.444,45
Pernambuco	IV	C	1.145.333,34	95.444,45
Piauí	II	B	665.333,34	55.444,45
Rio de Janeiro	V	C	1.625.333,34	135.444,45
Rio Grande do Norte	II	B	665.333,34	55.444,45
Rio Grande do Sul	IV	B	1.025.333,34	85.444,45
Rondônia	II	B	665.333,34	55.444,45
Roraima	I	A	425.333,34	35.444,45
Santa Catarina	III	B	905.333,34	75.444,45
São Paulo	V	D	1.865.333,34	155.444,45
Sergipe	II	A	545.333,34	45.444,45
Tocantins	II	A	545.333,34	45.444,45
TOTAL			25.044.000,18	2.087.000,02

ANEXO IV

TRANSFERÊNCIAS AO INCQS PARA APLICAÇÃO NO FINLACEN-VISA FONTE: ANVISA

ESTADO	PORTE	NÍVEL	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL
INCQS/ FIOCRUZ	V	D	1.800.000,00	150.000,00



SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 12, DE 21 DE MAEÇO DE 2014

O Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº. 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25010.002646/2005-56, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 10/10/2014, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº. 527/2005 publicada no DOU nº 251, Seção 1, de 30/12/2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ERASMO FERREIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR  
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 13 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 395ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Deliberação	Beneficiário
33902.094538/2010-42	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIPRO	Pelo arquivamento do processo por perda do objeto em função de não mais subsistir vínculo entre a operadora e o beneficiário.	S.B.M

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 395ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.798322/2011-31	SEPACO AUTOGESTAO	DIFIS	Pelo conhecimento e provimento, reformando a decisão de primeira instância que determinou a cobrança de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).
33902.301499/2005-88	UNIMED CAMPINAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIFIS	Pelo conhecimento e provimento parcial, reformando a decisão de primeira instância apenas no que tange à redução da base de cálculo (quantidade de beneficiários), mantendo, entretanto, a cobrança de crédito tributário decorrente do lançamento da Taxa de Saúde Suplementar por plano de Assistência à Saúde (TPS).

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO  
Diretor-Presidente

DECISÃO DE 19 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, aprovou o voto relator pelo conhecimento e não provimento dos recursos, nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Registro	Relator	Alegação de DLP	Beneficiário
33902.018726/2013-17	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321	DIFIS	IMPROCEDENTE	J.B.N
33902.018732/2013-74	UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321	DIFIS	IMPROCEDENTE	E.L.M
33902.359726/2012-93	UNIMED ALTO VALE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	372561	DIFIS	IMPROCEDENTE	V.C.O.T

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO  
Diretor-Presidente

DECISÕES DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 395ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R\$)
25780.010271/2009-19	HAPVID ASSISTENCIA MEDICA LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - art. 11, parágrafo púnico c/c art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.029739/2010-94	AMICO SAÚDE LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.004933/2008-11	FREE LIFE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.039842/2009-93	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO SO RIO DE JANEIRO	DIGES	Redimensionar rede hospitalar, por redução, sem autorização da ANS - Art. 20 da Lei 9656/98 c/c art. 4º, § 2º da RN 112/02	291.410,53 (duzentos e noventa e um mil e quatrocentos e dez reais e cinquenta e três centavos)
33902.262342/2006-19	UNIMED DO OESTE DA BAHIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIOPE	Exigir ou aplicar variação da contraprestação pecuniária, por mudança de faixa etária, acima do contratado ou desacordo com a regulação da ANS - Item 06 do anexo II da RN 27/03 c/c art. 2º da RN 45/2003 editadas com base no art. 35-A, parágrafo único da Lei 9656/98	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.134857/2008-83	CAIXA DE ASSISTÊNCIA MEDICA DOS EX-EMPREGADOS DO BEMAT	DIOPE	Deixar de enviar à ANS ou enviar, fora do prazo previsto na regulamentação, documento ou informação periódica - Art. 20 caput da Lei 9656/98 c/c art. 3º da RE DIOPE 01/01	Advertência
33902.189295/2009-96	UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II, ambos da Lei 9656/98 c/c art. 16, § 3º da RN 162/07	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.022500/2010-93	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP MEDICAS	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alíneas "a" e "e" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.075455/2009-36	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S/A	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.189293/2009-05	AMIL SAÚDE LTDA	DIGES	Negativa de Cobertura - Arts 11 e 12, inciso II, alínea "a" da Lei 9656/98 c/c art. 15 da RN 162/2007	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25785.009845/2010-91	UNIMED PORTO ALEGRE SOCIEDADE COOP DE TRAB MEDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.009485/2009-23	UNIMED DE FORTALEZA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	DIPRO	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "a" c/c art. 11, parágrafo único, ambos da lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.021893/2010-18	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S/A	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 13 (duas vezes), inciso II da Lei 9656/98	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
33902.181356/2010-19	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.059493/2010-85	AMIL SAÚDE LTDA	DIOPE	Suspender ou rescindir unilateralmente o contrato individual ou familiar, em desacordo com a lei - Art. 13, parágrafo único, inciso II da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.063756/2010-51	CENTRO TRASMONTANO DE SÃO PAULO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b" da Lei 9656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.012851/2010-96	UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIOPE	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.045000/2010-20	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP MEDICAS	DIGES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98	80.000,00 (oitenta mil reais)





Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.  
A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 395ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 19 de fevereiro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R\$)
25789.009904/2009-58	AMIL SAÚDE LTDA.	DIPRO	Suspender ou rescindir unilateralmente o contrato individual ou familiar, em desacordo com a lei - Art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.088995/2009-64	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "c", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.018259/2010-06	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	DIOPE	Suspender ou rescindir unilateralmente o contrato individual ou familiar, em desacordo com a lei - Art. 13, inciso II, da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.034980/2008-11	PRO - SAÚDE PLANOS DE SAÚDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "b", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.004568/2009-57	UNIMED PAULISTANA SOCIEDADE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.011774/2010-15	UNIMED GUARARAPES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIPRO	Deixar de garantir aos consumidores de planos privados de assistência à saúde o cumprimento de obrigação de natureza contratual - Art. 25 da Lei 9656/98.	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.008332/2010-16	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "c", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.040932/2010-86	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.031395/2008-69	UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA TRABALHO MEDICO LTDA.	DIGES	Exigir ou aplicar variação da contraprestação pecuniária, por mudança de faixa etária, acima do contratado ou em desacordo com a regulamentação da ANS - Art. 25 da Lei 9656/98.	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25789.005471/2010-03	GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "a", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.005706/2009-55	COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.153876/2009-90	BRASESCO SAÚDE S/A	DIOPE	Exigir ou aplicar variação da contraprestação pecuniária, por mudança de faixa etária, acima do contratado ou em desacordo com a regulamentação da ANS - Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.007076/2009-98	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	DIPRO	Deixar de garantir ao consumidor cobertura exigida em lei, nos casos de urgência e emergência - Art. 35-C, inciso II, da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.008087/2009-11	UNIMED DE GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e", da Lei 9656/98.	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.020585/2010-25	SANTA HELENA EMPREENDIMENTOS LTDA	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, da Lei 9656/98.	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.017724/2010-83	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIPRO	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.021339/2008-16	AMIL SAÚDE LTDA.	DIOPE	Impedir ou restringir a participação de consumidor em plano privado de assistência à saúde - Art. 14 da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.043780/2010-73	AMIL SAÚDE LTDA.	DIPRO	Suspender ou rescindir unilateralmente o contrato individual ou familiar, em desacordo com a lei - Art. 13, parágrafo único, inciso II, da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.009855/2010-27	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF	DIOPE	Redimensionar rede hospitalar, por redução, sem autorização da ANS - Art. 17, § 4º, da Lei 9656/98.	72.989,47 (setenta e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos)
25780.005184/2010-75	HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA	DIOPE	Negativa de cobertura e Suspender ou rescindir unilateralmente o contrato individual ou familiar, em desacordo com a lei - Art. 12, inciso I, alínea "a", c/c art. 13, parágrafo único, inciso II, ambos da Lei 9656/98.	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
25789.016688/2010-31	AMIL SAÚDE LTDA.	DIOPE	Deixar de garantir aos consumidores de planos privados de assistência à saúde o cumprimento de obrigação de natureza contratual - Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.076473/2010-53	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "e", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.017822/2009-87	CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	DIOPE	Deixar de garantir aos consumidores de planos privados de assistência à saúde o cumprimento de obrigação de natureza contratual - Art. 25 da Lei 9656/98.	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.134077/2010-58	UNIMED - RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso II, alínea "c", da Lei 9656/98.	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.001470/2010-11	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	DIOPE	Exigir ou aplicar variação da contraprestação pecuniária, por mudança de faixa etária, acima do contratado ou em desacordo com a regulamentação da ANS - Art. 25 da Lei 9656/98.	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.036259/2010-80	CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CABESP	DIOPE	Negativa de cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei 9656/98.	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.027220/2008-57	AMIL SAÚDE LTDA.	DIGES	Redimensionar rede hospitalar, por redução, sem autorização da ANS - Art. 17, § 4º, da Lei 9656/98.	50.000,00 (cinquenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO  
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Nas Decisões de 26 de dezembro de 2013, publicadas no DOU nº 21, em 30 de janeiro de 2014, Seção 1, página 83, nome da Operadora: BENSÁUDE PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR LTDA,

onde se lê:  
" DIOPE". leia-se: "DIPRO".

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO  
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	25789.077625/2012-12	GREEN LINE SISTEMA DE SAÚDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir videodeglutograma à benef. L.S.G. em 03/2012.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	25789.072399/2012-83	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir cateterismo para benef. S.A. em 2011.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
	25789.089209/2012-67	SANTO ANDRÉ PLANOS DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA.	400190.	02.282.844/0001-06	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998.	Auto de Infração 34.333 anulado por improcedência. Arquivamento.
	25789.010173/2012-99	IRMANDADE DE MISERICORDIA DE AMERICANA	413313.	43.252.758/0001-20	Art. 12, I, Lei 9656/1998. Deixar de garantir quimioterapia oncológica ambulatorial- medicação ZOLADEX- em 01/2011 para Sr. V.P.N.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
	25789.091620/2013-83	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir consulta médica na especialidade de ortopedia em 10/2012 ao benef.ARF.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
	25789.104737/2011-72	DIVICOM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	415286.	04.617.017/0001-43	Art. 25, Lei 9656/1998. Descumprir item 8 da proposta de adesão de contrato coletivo assinada por M.A.A.O, quando a excluiu do plano, por inadimplência.	12.000,00 (DOZE MIL REAIS)



25789.037623/2011-18	MEDISERVICE ADMINIS- TRADORA DE PLANOS DE SAÚDE S/A	333689.	57.746.455/0001-78	Art. 31, caput, Lei 9656/1998 c/c art. 3º, § 4º, CONSU 21. Não calcular mensalidade do aposentado em plano pós-pagamento pela média últimas doze contribuições integrais, a partir do desligamento em 31/12/2004.	30.000,00 (TRINTA MIL REAIS)
25789.055688/2013-07	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDI- CA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir exames de IgM e IgG para benef. S.A.S.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
33902.577862/2011-82	SUL AMERICA COMPA- NHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 25 Lei 9656/1998. Cancelamento contrato de plano coletivo não adaptado (denominado 417) sem que houvesse real inadimplência ou demais parâmetros in- sitos nas cláusulas contatuais 14.1 e 19.4.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

RÚBIA PINHEIRO DA ROSA SHIMIZU

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 28 DE MARÇO DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Regis- tro ANS Provisório	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	33902.157748/2005-91	VONPAR REFRESCOS S/A	386871.	91.235.549/0001-10	Sistema de Informações de Produtos - SIP. Art. 20, Lei 9.656/98 e art. 4º, RDC 85/01. Conduta tipificada art. 6º, inciso IV, RDC 24/00. Infração configurada. Direito Intertemporal. Norma posterior mais benéfica.	ADVERTÊNCIA
	33902.036442/2010-60	VIDA & VIDA OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LT- DA	404993.	30.264.899/0001-10	Não envio do comunicado referente à opção pela não aplicação de reajuste em planos individuais e fami- liares. Obrigação prevista art. 20, Lei 9.656/98, e art. 3º, RN 171/08. Conduta infrativa tipificada art. 34, RN 124/06. Reversibilidade da lesão ao bem jurídico tu- telado pela norma.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
	33902.049386/2009-90	VITALLIS SAÚDE S/A	413038.	01.045.690/0001-68	Programa Olho Vivo. Deixar de enviar SIP no prazo estab. ref. 4º trim./08, 1º trim./09. Infr. art. 20, Lei 9.656/98. Penalid. prev. art. 35, RN124/06. Inf. Períod. a ser apurada em sede de repres. Anulação parc. AI. Deixar de vinc. ANS os ativos nec. à garantia pro- visões téc. Const. Infr. art. 35, § IV, alínea "a". Penalid. prev. art. 53, RN 124/06.	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

DECISÕES DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Regis- tro ANS Provisório	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	33902.020042/2010-32	UNIODONTO DOURADOS - COOPERATIVA ODONTOLÓ- GICA	313807.	00.199.703/0001-90	Irregularidade no envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.025996/2010-31	UNIMED SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO COOPERATI- VA DE TRABALHO MEDI- CO	327352.	66.453.168/0001-60	Irregularidade no envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.017654/2010-48	UNIODONTO MACAÉ - CO- OPERATIVA ODONTOLÓGI- CA	300195.	72.515.208/0001-54	Não envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Confi- gurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.030541/2010-38	SANTAMALIA SAÚDE S/A	339245.	61.922.845/0001-29	Não envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Confi- gurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.024636/2010-12	UNIMED DO ESTADO DE SP - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOP. MEDICAS	319996.	43.643.139/0001-66	Não envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Confi- gurada.	ADVERTÊNCIA

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

ANS	Número do Processo na	Nome da Operadora	Número do Regis- tro ANS Provisório	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R\$)
	33902.037012/2010-65	UNIDENTAL- COOPERATI- VA UNIAO DOS DENTISTAS DO ESTADO DO CEARÁ	401072.	02.889.453/0001-46	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.037199/2010-05	CAM- OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA.	406589.	39.501.069/0001-34	Parecer da Auditoria Independente. Art 20, 22 e 35-A, parág único Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
	33902.037911/2010-68	DENTSY ODONTOLOGIA S/S LTDA.	414425.	03.113.408/0001-68	Parecer da Auditoria Independente. Art 20, 22 e 35-A, parág único Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.020034/2010-96	UNIMED REGIONAL DE PI- COS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	313475.	69.612.158/0001-19	Parecer da Auditoria Independente. Art 20, 22 e 35-A, parág único Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.037876/2010-87	SOCIEDADE BENEFICENTE DEZOITO DE JULHO	413721.	16.608.812/0001-54	Parecer da Auditoria Independente. Art 20, 22 e 35-A, parág único Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.037618/2010-09	PRONTO SOCORRO INFAN- TIL LUIZ FRANÇA LTDA.	407755.	06.937.544/0001-60	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
	33902.037878/2010-76	DENTAL MASTER LTDA.	413747.	04.212.174/0001-79	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA





33902.037131/2010-18	UNIODONTO LEOPOLDINA - COOPERATIVA ODONTOLOGICA	401919.	02.021.621/0001-87	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
33902.025802/2010-06	FUNDAÇÃO FILANTRÓPICA E BENEFICENTE DE SAÚDE ARNALDO GAVAZZA FILHO	323942.	26.150.979/0001-78	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.037842/2010-92	ORAL BRASIL PLANOS ODONTOLOGICOS LTDA	413127.	03.471.880/0001-72	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.030469/2010-49	UNIMED RIO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA	337871.	84.313.741/0001-12	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.025962/2010-47	UNIMED DE PENAPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	323004.	00.012.698/0001-65	Demonstrações contábeis e parecer de auditoria independente. Art. 20 e 22 Lei 9656/98 e 35-A, parágrafo único, da Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.037923/2010-92	ODONTOASSIST ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA.	414336.	04.708.133/0001-78	Irregularidade no envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.035444/2010-31	UNIMED CALDAS NOVAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	343765.	00.342.481/0001-13	Irregularidade no envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.024878/2010-14	UNIMED METROPOLITANA DO AGRESTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	318566.	35.642.768/0001-43	Irregularidade no envio das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente. Art 20 Lei 9656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN 24/08 c/c IN 36/09 c/c IN 46/11 c/c RN 290/12. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA  
SANTÁRIA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO,  
CONTROLE E MONITORAMENTO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.161, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria 257, de 28 de fevereiro de 2014, publicado no D.O.U. de 5 de março de 2014, o inciso XXIV do art. 41, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando, o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a publicação dos registros dos produtos Jato Plus (reg. 302850067) , BR Royal (reg. 302850068 ) e R280 (reg. 302850069), no Diário Oficial da União de 27/01/2014, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente a Resolução-RE nº 369 de 06/02/2014, publicada no DOU de 07/02/2014, liberando em todo território nacional, a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os lotes dos produtos saneantes Jato Plus, BR Royal e R280, fabricados após o dia 27 de janeiro de 2014, pela empresa Metasil Química Indústria e Comércio Ltda (CNPJ: 61.263.244/0001-80), localizada na Rua Suzano, nº 01000, Monte Belo, Itaquaquecetuba - SP.

Art. 2º Permanece em vigor, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos saneantes BR 36 Plus, R3 e Jato Royal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.162, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria 257, de 28 de fevereiro de 2014, publicado no D.O.U. de 5 de março de 2014, o inciso XXIV do art. 41, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando os artigos 6º e 7º, ambos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal de Amostra única OS nº. 113.313513 emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Prof. Gonçalo Moniz, referente ao produto Glicose 5%, 500ml, solução injetável, lote 74GE1784, insatisfatório no ensaio de aspecto, onde se constatou a presença de corpo estranho dentro da amostra, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso do lote 74GE1784 do produto Glicose 5%, 500ml, solução injetável, (Fab. 05/2013, Val. 04/2015), fabricado pela empresa Fresenius Kabi Brasil Ltda, (CNPJ: 49.324.221/0001-04), localizada na Rodovia CE 040, Km 10- Jacundá- Aquiraz/ CE.

Art. 2º. Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao lote descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.163, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Fiscalização, Controle e Monitoramento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria 257, de 28 de fevereiro de 2014, publicado no D.O.U. de 5 de março de 2014, o inciso XXIV do art. 41, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando o artigo 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando comunicação de recolhimento voluntário encaminhado pela empresa Glaxo Smithkline Brasil Ltda., referente ao medicamento Queopine, pela constatação de não conformidades em embalagens do produto, dada a troca de bulas não relacionadas ao medicamento, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes C203361R, C203361R1, C203765R1, C203763R, C203361R4 (amostra grátis) e C203361R5 (amostra grátis), todos do medicamento Queopine (hemifumarato de quetiapina), Registro MS.: 1.0107.0292, fabricado pela empresa Glaxo Smithkline Brasil Ltda., CNPJ: 33.247.743/0001-10, situada à Estrada do Bandeirantes, 8464 - Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Determinar à empresa o cumprimento de todos os requisitos relativos ao recolhimento descritos na Resolução - RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO HAGE CARMO

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS,  
FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHO DO GERENTE-GERAL

Em 31 de março de 2014

Nº 77 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos administrativos sanitários abaixo relacionados:

AUTUADO: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

PROCESSO: 25767.400225/2012-46 - AIS: 0570715/12-3 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

PROCESSO: 25767.130085/2012-60 - AIS: 0187222/12-2 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA.

PROCESSO: 25752.178371/2010-03 - AIS: 235380/10-6 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

AUTUADO: M. DO ESPIRITO SANTO BRAGA.

PROCESSO: 25766.148480/2010-84 - AIS: 197702/10-4 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS).

AUTUADO: M G RICCIARDI & CIA LTDA - EPP.

PROCESSO: 25764.510388/2010-79 - AIS: 670650/10-9 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

AUTUADO: MARCON SERVIÇOS DE DESPACHOS EM GERAL LTDA.

PROCESSO: 25743.366489/2010-05 - AIS: 478004/10-3 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).

AUTUADO: MERCK S/A.

PROCESSO: 25752.072146/2010-81 - AIS: 096357/10-7 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS).

AUTUADO: META - MESQUITA TRANSPORTES AÉREOS LTDA.

PROCESSO: 25760.739221/2010-19 - AIS: 488286/10-5 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS).

AUTUADO: MICROMED BIOTECNOLOGIA LTDA.

PROCESSO: 25351.388474/2010-20 - AIS: 507059/10-7 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

AUTUADO: MSC MEDITERRANEAN SHIPPING DO BRASIL LTDA.

PROCESSO: 25743.630672/2010-87 - AIS: 832339/10-9 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).

AUTUADO: MULTI ARMAZENS LTDA.

PROCESSO: 25751.499214/2010-93 - AIS: 656041/10-5 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

AUTUADO: NC DA SILVA - EPP.

PROCESSO: 25749.784508/2010-89 - AIS: 954753/10-3 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

AUTUADO: NOVUM SALUTARIS HOSPITALAR LTDA.

PROCESSO: 25752.076770/2010-29 - AIS: 101014/10-0 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS).

AUTUADO: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANS-PETRO.

PROCESSO: 25751.211549/2010-40 - AIS: 278669/10-9 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

AUTUADO: YAMATO COMERCIAL LTDA.

PROCESSO: 25767.169576/2012-95 - AIS: 0244180/12-2 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

AUTUADO: YAMATO COMERCIAL LTDA.

PROCESSO: 25767.170199/2012-62 - AIS: 0245028/12-3 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

AUTUADO: YAMATO COMERCIAL LTDA.

PROCESSO: 25767.172344/2012-51 - AIS: 0248148/12-1 - GGPAF/ANVISA.

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).  
AUTUADO: ZENDAI LTDA.  
PROCESSO: 25767.185802/2012-61 - AIS: 0268081/12-5 - GGPAF/ANVISA.  
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

PAULO BIANCARDI COURY

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

### PORTARIA Nº 246, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita o Hospital Dr. Benício Tavares Pereira como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos pacientes com AVC

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria S nº 1.600/GM/M, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde de Espírito Santo, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Resolução nº 024/2013, de 01 de abril de 2013; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade - DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC - código 16.17 e o número de leitos da Unidade de Cuidado Integral ao AVC:

Estabelecimento/ Município/UF	CNES	CNPJ
Hospital Estadual - Hospital Dr. Benício Tavares Pereira - Vitória/ES	6559131	27.080.605/0022-10
Número de Leitos	21 integrais	
Código da habilitação	16.17 - Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC	

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, considerando o OF/SESA/GS/Nº 867/13, de 04 de novembro de 2013. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estadual de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

### PORTARIA Nº 247, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita a Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso/MG a seguir como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 210/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº. 433/SAS/MS, de 15 de maio de 2012, que suspende os parâmetros populacionais para habilitação, em Média e Alta Complexidade, das áreas de Cardiologia, Oftalmologia, Nefrologia e Neurocirurgia. Sendo mantidos os critérios técnicos definidos nas portarias das respectivas áreas, bem como avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade (CGMAC) e o contexto das Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais e a aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme Deliberação CIB nº 198 de 10 de dezembro de 2013, e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGMAC/DAET/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular, para realizar procedimentos nos serviços especificados:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso/São Sebastião do Paraíso/MG	2146525	24.899.395/0001-74
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular e Procedimentos Endovasculares Extracardiácos.		

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde e os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado/Município, de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

### PORTARIA Nº 248, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia o Hospital ORTOFORT - Clínica Ortopédica Ltda., com sede em Salvador (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 221/GM/MS, de 15 de fevereiro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a Portaria nº. 90/SAS/MS, de 27 de março de 2009, que define as atribuições e as normas pra credenciamento dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Resolução CIB/BA nº 128/2013, de 07 de maio de 2013; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Articulação de Rede de Atenção à Saúde - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, sob o código de habilitação 2501, o estabelecimento de saúde a seguir discriminado:

Estabelecimento de Saúde/Município/UF	CNES	CNPJ	Serviço/Classificação
ORTOFORT - Clínica Ortopédica Ltda./Salvador/BA	3870197	04.592.078/0001-01	155/001 - Serviço de Traumatologia e Ortopedia

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou do Município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

### PORTARIA Nº 249, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia o Hospital Estadual da Criança, com sede em Feira de Santana (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 221/GM/MS, de 15 de fevereiro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a Portaria nº. 90/SAS/MS, de 27 de março de 2009, que define as atribuições e as normas pra credenciamento dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Resolução CIB/BA nº 378/2012, de 06 de dezembro de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Articulação de Rede de Atenção à Saúde - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, sob o código de habilitação 2501, o estabelecimento de saúde a seguir discriminado:

Estabelecimento de Saúde/Município/UF	CNES	CNPJ	Serviço/Classificação
Hospital Estadual da Criança/Feira de Santana/BA	6602533	19.937.131/0001-41	155/001 - Serviço de Traumatologia e Ortopedia
			155/002 - Serviço de Traumatologia e Ortopedia Pediátrica (até 21 anos de idade)
			155/003 - Serviço de Traumatologia e Ortopedia de Urgência

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou do Município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

### PORTARIA Nº 250, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia o Hospital Regional Dr. Mario Dourado Sobrinho, com sede em Irecê (BA).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº. 221/GM/MS, de 15 de fevereiro de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a Portaria nº. 90/SAS/MS, de 27 de março de 2009, que define as atribuições e as normas pra credenciamento dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Resolução CIB/BA nº 414/2013, de 08 de outubro de 2013; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Articulação de Rede de Atenção à Saúde - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia, sob o código de habilitação 2501, o estabelecimento de saúde a seguir discriminado:

Estabelecimento de Saúde/Município/UF	CNES	CNPJ	Serviço/Classificação
Hospital Regional Dr. Mario Dourado Sobrinho/Irecê/BA	4026896	13.937.131/0040-58	155/001 - Serviço de Traumatologia e Ortopedia
			155/003 - Serviço de Traumatologia e Ortopedia de Urgência

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou do Município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO





PORTARIA Nº 251, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Habilita o Hospital Promatre de Juazeiro, com sede em Juazeiro (BA) como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, Considerando a Portaria nº. 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 210/SAS/MS, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº. 433/SAS/MS, de 15 de maio de 2012, que suspende os parâmetros populacionais para habilitação, em Média e Alta Complexidade, das áreas de Cardiologia, Oftalmologia, Nefrologia e Neurocirurgia. Sendo mantidos os critérios técnicos definidos nas portarias das respectivas áreas, bem como avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade (CGMAC) e o contexto das Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia e a aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, conforme Deliberação CIB nº 192 de 10 de junho de 2013; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGMAC/DAET/SAS/MS), resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir como Unidade de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular, para realizar procedimentos nos serviços especificados:

Hospital/Município/UF	CNES	CNPJ
Hospital Promatre de Juazeiro/Juazeiro/Bahia	2557509	14.659.478/0001-32
- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos.		

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde e os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado/Município, de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 260, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Habilita estabelecimento de saúde no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em regime de Hospital Dia.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto no art. 3º da Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do SUS, em regime de Hospital Dia; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o hospital a seguir no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001.

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
MG	UBERLÂN-DIA	6601804	61.699.567/0026-40	HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL DOUTOR ODELMO LEÃO CARNEIRO	MUNICIPAL

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 261, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Habilita estabelecimento de saúde como Amigo da Criança.

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições, Considerando o disposto na Portaria nº 80/SAS/MS, de 24 de fevereiro de 2011, que estabelece as normas para o processo de habilitação do Hospital Amigo da Criança integrante do Sistema Único de Saúde (SUS); Considerando a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), promovida pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde; Considerando a anuência da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, objeto do Ofício n.º 1336/2014, de 13 de fevereiro de 2014; e Considerando a Declaração da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde atestando que a referida entidade está apta a receber o título de Hospital Amigo da Criança, resolve: Art. 1º Fica habilitado o hospital a seguir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde sob o código 1404 - Hospital Amigo da Criança como Amigo da Criança:

CNES	CNPJ/CGC	Razão Social	Nome Fantasia	Município	UF
6627595	11729421000174	Instituto da Mulher "Dona Lindú"	Instituto da Mulher "Dona Lindú"	Manaus	AM

Art. 2º Fica autorizada a Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - Coordenação-Geral de Sistemas de Informação a incluir no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) a habilitação da unidade discriminada no art. 1º desta Portaria a partir da competência abril de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2014.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

PORTARIA Nº 262, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Desabilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar(SAD).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso das atribuições, e considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado no código 13.02 os estabelecimentos de saúde constantes do Anexo desta Portaria, contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando as equipes multidisciplinares (EMAD tipo 1, EMAD tipo 2 e EMAP) sediadas nos mesmos.

Parágrafo único. Estão contidos na Planilha 1 os serviços cujos proponentes são Secretarias Municipais de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO

Planilha 1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DESABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP -PROPONENTE MUNICIPAL

UF	Município	Nome do Estabelecimento	TIPO EMAD	CNES	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
SP	Jaguariúna	UBS 6 Dr Jorge Rios Muraro Florianópolis	Tipo 1	6041248	1	1
SP	Guarulhos	CMEG Centro de Especialidades CMEG	Tipo 1	2074257	2	0
PB	João Pessoa	Complexo Hospitalar de Mangabeira Gov. Tarcísio Burity	Tipo 1	2399628	1	0
PB	João Pessoa	CAIS Cristo Redentor	Tipo 1	2398915	1	3
PB	João Pessoa	CAIS Jaguaribe	Tipo 1	2399970	1	0
PB	João Pessoa	Hospital Municipal Santa Isabel	Tipo 1	2399555	1	0
PB	João Pessoa	Unidade de Saúde das Praias Maria Alice M B Cavalcanti	Tipo 1	2399253	1	0
PB	João Pessoa	Maternidade Cândida Vargas	Tipo 1	2399644	1	0
PB	João Pessoa	Hospital Municipal Valentina	Tipo 1	2399636	1	0
SP	Mauá	Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente	Tipo 1	6442781	2	0
TOTAL					12	4

PORTARIA Nº 263, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso das atribuições, Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e Considerando a Portaria nº 1208/GM/MS, de 18 de junho de 2013, que integra o Programa Melhor em Casa com o Programa SOS Emergências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados, no código 13.02, os estabelecimentos de saúde constantes dos Anexos desta Portaria, contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando o número de Equipes Multidisciplinares (EMAD e EMAP) sediadas nos municípios listados, a receberem incentivos financeiros referentes ao Melhor em Casa (Atenção Domiciliar).

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD.0003 - Piso de Atenção Básica Variável - Atenção Domiciliar, para implantação de novas equipes dos proponentes, Secretaria Municipal de Saúde constantes na Planilha 1, do Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEUSA RODRIGUES DA SILVEIRA BERNARDO

ANEXO

Planilha 1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP - PROPONENTE MUNICIPAL

UF	Município	Nome do Estabelecimento	TIPO EMAD	CNES	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
CE	Morada Nova	Posto de Saúde da Sede	Tipo 1	2564157	1	1
BA	Riacho de Santana	Hospital Municipal e Maternidade Amália Coutinho	Tipo 2	2549182	1	1
PA	Capanema	Centro de Saúde de Capanema FNS	Tipo 1	2314355	1	1
PE	Águas Belas	Secretaria de Saúde de Águas Belas	Tipo 1	2632950	1	1
SP	Araras	Centro de Saúde II Dr João Geraldo Noronha Araras	Tipo 1	2049414	1	1
BA	Jeremoabo	UBS Centro de Saúde de Jeremoabo	Tipo 1	6252184	1	1
SP	Jaguariúna	UBS 7 Roseira de Baixo	Tipo 1	2022303	1	1
PB	João Pessoa	Serviço de Atenção Domiciliar SAD João Pessoa	Tipo 1	7419473	7	3
SP	Guarulhos	Hospital Municipal de urgências - HMU	Tipo 1	2082861	2	0
SP	Mauá	SAD Serviço de Atenção Domiciliar	Tipo 1	3043320	5	2
MS	Campo Grande	Hospital do Câncer Prof Dr Alfredo Abrão	Tipo 1	0009776	1	0
CE	Pacatuba	Hospital Raimundo Célio Rodrigues	Tipo 1	2373270	1	1
RJ	Itaiaia	Policlínica Municipal de Itaiaia	Tipo 2	2288176	1	1
RJ	Vassouras	Policlínica de Vassouras	Tipo 2	2273721	1	1
PB	Guarabira	Complexo Neurofuncional Maria Moura de Aquino	Tipo 1	3360415	1	1
AL	Atalaia	Hospital João Lyra Filho	Tipo 1	2008106	1	1
GO	Senador Canedo	Centro de Especialidade de Senador Canedo	Tipo 1	3000265	1	1
SC	Chapecó	Unidade de Pronto Atendimento UPA	Tipo 1	7319428	2	1
TOTAL					30	19

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2/SAS/MS, de 7 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 6, de 9 de janeiro de 2014, Seção 1, página 45, ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2013 LEIA-SE: PORTARIA Nº 2, DE 7 DE JANEIRO DE 2014

## Ministério das Cidades

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 151, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre o limite de unidades habitacionais para contratação de empreendimento no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial localizado no Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no subitem 2.10.1 do Anexo IV da Portaria nº 168, de 12 de abril de 2013, com a redação dada pela Portaria nº 518, de 8 de novembro de 2013, ambas do Ministério das Cidades, e as manifestações técnica e jurídica constantes dos autos do processo administrativo nº 80000.015588/2013-68, resolve:

Art.1º. Fica ampliado, em até 4.936 (quatro mil, novecentos e trinta e seis) unidades habitacionais, o limite estabelecido no subitem 2.10 do Anexo IV da Portaria nº 168, de 2013, para contratação de empreendimento integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizado na Região Administrativa de Itapoã, no Distrito Federal.

Parágrafo único. A ampliação de que trata o caput abrange as operações contratadas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), exclusivamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 51, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza e aprova o local de instalação e de utilização de equipamentos para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Maringá, estado de Paraná, por meio do canal 39 + (trinta e nove decalado para mais).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 53000.008783/2010, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de Maringá, Estado de Paraná, por meio do canal 39 + (trinta e nove decalado para mais), visando à retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, de conformidade com o Anexo I, observado o disposto nos artigos 26, parágrafo único, e 33, da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

## ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: RODOVIA CAFÉ GOVERNADOR NEY BRAGA - PRAÇA PIO XII, S/N		Bairro: ZONA 5	
CEP: 96290-000	Localidade: MARINGÁ	UF: PR	Coordenadas Geográficas: 23°25' 43"S; 51°57' 34"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: RF TELAVO TELECOMUNICAÇÕES LTDA		
Modelo: RTTU80T	Potência de Operação: 0,07 kW	Certificação: 2116-07-1806

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: RF TELAVO TELECOMUNICAÇÕES LTDA			Modelo: RFT SL 4 OU	
Cota Base da Torre: 604 m	Altura Centro Geométrico: 37,30 m	Azimute de Orientação: 15° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: 6,72 dBd
Tipo: Omnidirecional		Polarização: H	ERP max 0,212 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF 7/8"	
Comprimento: 48 m	Eficiência: 64,43 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 2,9352 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
AZIMUTE (°)	ALTURA (m)*	ERP (kW)
0	185	0,204
15	192	0,212
30	181	0,204
45	141	0,191
60	135	0,181
75	105	0,172
90	89	0,151
105	100	0,130
120	107	0,122
135	137	0,120
150	158	0,118
165	176	0,116
180	200	0,112
195	208	0,110
210	187	0,111
225	126	0,115
240	150	0,118
255	179	0,120
270	147	0,122
285	125	0,128
300	91	0,148
315	115	0,168
330	161	0,179
345	178	0,191
VALORES MÉDIOS:	148,875	0,1476

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimuth considerado.

## PORTARIA Nº 84, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza e aprova o local de instalação e de utilização de equipamentos para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de LAJINHA, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 46 (quarenta e seis).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 53000.045174/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GÉRIAS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de LAJINHA, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 46 (quarenta e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, de conformidade com o Anexo I, observado o disposto nos artigos 26, parágrafo único, e 33, da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

## ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: PEDRA DA BALEIA		Bairro: MORRO DO SANTUÁRIO	
CEP: 36980-000	Localidade: LAJINHA	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 20°09' 05"S; 41°37' 22"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: HITACHI KOKUSAI LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO S.A		
Modelo: LD430P	Potência de Operação: 0,03 kW	Certificação: 0815-02-0352

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL IND. E COMÉRCIO DE ANTENAS LTDA			Modelo: PM-FC 2 FACES	
Cota Base da Torre: 489 m	Altura Centro Geométrico: 15 m	Azimute de Orientação: 90° NV	Beam-tilt: 0,0°	Ganho max.: 6,85 dBd
Tipo: Diretiva		Polarização: HORIZONTAL	ERP max: 0,096 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF78-50JA	
Comprimento: 25 m	Eficiência: 66,40 %	Impedância Característica: 50,00 Ohms	Atenuação: 3,1 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
AZIMUTE (°)	ALTURA (m)*	ERP (kW)
0	-148,1	0,001
15	-356,6	0,001
30	-334,8	0,003
45	-149,5	0,019
60	-138,0	0,047
75	-162,4	0,078
90	-195,6	0,094
105	-303,0	0,073
120	-353,0	0,069
135	-275,4	0,078
150	-233,7	0,068
165	-291,1	0,081
180	-222,7	0,096
195	-365,4	0,078
210	-413,0	0,047
225	-301,5	0,019
240	-135,4	0,003
255	-121,2	0,001
270	-102,4	0,001
285	-101,4	0,000
300	-70,0	0,001
315	-62,6	0,001
330	53,5	0,001
345	-109,8	0,000
VALORES MÉDIOS:	-203,9	0,036

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimuth considerado.

## PORTARIA Nº 85, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza e aprova o local de instalação e de utilização de equipamentos para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de PIRAPORA, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 40 (quarenta).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 53000.045176/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de PIRAPORA, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 40 (quarenta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, de conformidade com o Anexo I, observado o disposto nos artigos 26, parágrafo único, e 33, da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

## ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: RUA ADELSON SANTANA, 592		Bairro: SAGRADA FAMÍLIA	
CEP: 39270-000	Localidade: PIRAPORA	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 17°22' 19"S; 44°56' 11"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: HITACHI KOKUSAI LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO S.A		
Modelo: LD4250	Potência de Operação: 0,25 kW	Certificação: 0815-02-0352





SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL IND. COM. ANTENAS LT-DA		Modelo: PM-SC 1 FACE		
Cota Base da Torre: 489 m	Altura Centro Geométrico: 20 m	Azimute de Orientação: 15° NV	Beam-tilt: 0,0°	Ganho max.: 9,85 dBd
Tipo: DIRETIVA		Polarização: HORIZON-TAL	ERP max: 1,604 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF78-50JA	
Comprimento: 25 m	Eficiên- cia: 66,64 %	Impedância Carac- terística: 50 Ohms	Atenuação. 3,1 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
AZIMUTE (°)	ALTURA (m)*	ERP (kW)
0	6,0	1,358
15	13,0	1,604
30	1,0	1,358
45	-14,0	0,809
60	-27,0	0,283
75	-77,0	0,031
90	-49,0	0,010
105	-31,0	0,013
120	-50,0	0,003
135	-93,0	0,003
150	-88,0	0,004
165	-47,0	0,006
180	-7,0	0,004
195	17,0	0,004
210	0,0	0,004
225	-5,0	0,006
240	-18,0	0,004
255	-64,0	0,003
270	-102,0	0,003
285	-96,0	0,013
300	-68,0	0,010
315	-64,0	0,031
330	-29,0	0,311
345	-16,0	0,764
VALORES 195 MÉDIOS:	-37,83	0, 277

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

PORTARIA Nº 86, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza e aprova o local de instalação e de utilização de equipamentos para execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de PARAÓPEBA, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 18 (dezoito).

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e considerando o que consta do Processo n.º 53000.045175/2012, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no Município de PARAÓPEBA, Estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, de conformidade com o Anexo I, observado o disposto nos artigos 26, parágrafo único, e 33, da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012.

Art. 3º A digitalização deste canal está condicionada à demonstração de viabilidade técnica pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Art. 4º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: AV. ANTONIO MARCOS, 534		Bairro: PADRE AUGUSTO HORTA	
CEP: 35774-000	Localidade: PARAÓPEBA	UF: MG	Coordenadas Geográficas: 19°16' 22"S; 44°23' 04"W

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: HITACHI KOKUSAI LINEAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO S.A		
Modelo: LD430P	Potência de Operação: 0,03 kW	Certificação: 0815-02-0352

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IDEAL IND. COM. ANTENAS LTDA		Modelo: PM-FC- 2 FACES		
Cota Base da Torre: 827 m	Altura Centro Geométrico: 9,50 m	Azimute de Orientação: 180° NV	Beam-tilt: 0,0°	Ganho max.: 6,85 dBd
Tipo: DIRETIVA		Polarização: HORIZONTAL	ERP max: 0,106 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RFS		Modelo: LCF78-50JA	
Comprimento: 14,00 m	Eficiência: 72,80 %	Impedância Carac- terística: 50 Ohms	Atenuação. 2,70 dB/100m

POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTES		
AZIMUTE (°)	ALTURA (m)*	ERP (kW)
0	-78,5	0,001
15	-22,1	0,000
30	-13,8	0,001
45	-26,8	0,002
60	-49,4	0,001
75	-6,0	0,000
90	47,2	0,001
105	33,6	0,001
120	-14,4	0,003
135	-12,6	0,021
150	47,1	0,052
165	32,4	0,086
180	36,6	0,104
195	58,6	0,080
210	114,3	0,077
225	110,5	0,086
240	114,7	0,075
255	125,1	0,090
270	104,8	0,106
285	100,8	0,086
300	86,6	0,052
315	87,7	0,021
330	79,1	0,003
345	52,4	0,001
VALORES 195 MÉDIOS:	42,00	0,039

\* Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação ao nível médio do terreno no azimute considerado.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 4.300, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53500.001436/2002. Art. 1.º Anuir previamente com a 52ª alteração contratual pretendida pela LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF 72.843.212/0001-41.

Art. 2.º A aprovação de que trata o artigo anterior não exime a requerente do cumprimento de obrigações junto a outras entidades.

Art. 3.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

FILIPE SIMAS DE ANDRADE  
Superintendente  
Substituto.

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS  
À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.913, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.024420/11. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA-RTVD-Lizarda/TO-Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.914, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.021596/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Maurilândia do Tocantins/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.915, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.021672/11.TELEV.RIO FORMOSO LTDA -RTVD-Miracema do Tocantins/TO-Canal 24. Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.916, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.055888/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Miracema do Tocantins/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.917, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.021597/11. CENTRO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Miranorte/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.918, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.004090/02. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTV - Muricilândia/TO - Canal 21. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.919, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.021591/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Muricilândia/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.920, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.021663/11. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Natividade/TO - Canal 24. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.921, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.055889/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Natividade/TO - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.922, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.021582/11. TELEV.ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA-RTVD-Nazaré/TO-Canal 24.Autoriza Uso RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.923, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.024418/11.TELEV.RIO FORMOSO LTDA -RTVD-Novo Acordo/TO-Canal 25. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.924, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.055860/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Novo Acordo/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.925, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.012148/10. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA - RTV - Palmas/TO - Canal 20. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 2.926, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Processo n.º 53000.058629/10. COMUNICAÇÕES DUNAMIS LTDA - RTV - Palmas/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente



<p><b>ATO Nº 2.927, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.045205/08. TSRL SERVICOS PUBLICITARIOS E COMUNICAÇÃO LTDA. - RTV - Palmas/TO - Canal 53. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.940, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021601/11. CENTRO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Porto Nacional/TO - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.953, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021593/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Tocantinópolis/TO - Canal 24. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.928, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.016723/09. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO TOCANTINS S/A - RTVD - Palmas/TO - Canal 18. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.942, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021584/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Praia Norte/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.954, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.024421/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Xambioá/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.930, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.018559/09. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO-RTVD-Palmas/TO-Canal 28. Autoriza Uso RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.943, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021585/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Presidente Kennedy/TO - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.031, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.017892/09.FUND.CASPER LIBERO - RTVD - Florianópolis/SC - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.931, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.017872/09. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Palmas/TO - Canal 41. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.944, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.004093/02. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTV - Santa Fé do Araguaia/TO - Canal 19. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.032, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.067261/11.FUND.CASPER LIBERO - RTVD - Criciúma/SC - Canal 14. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.932, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.055861/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Palmeirópolis/TO - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.945, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021587/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - São Bento do Tocantins/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.033, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.020979/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Lages/SC - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.933, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.030626/03. FUNDAÇÃO CULTURAL SÃO JUDAS TADEU - FM - Paraíso do Tocantins/TO - Canal 239 E. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.946, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53670.001412/01.ONIK RADIODIFUSÃO LTDA -FM-São Miguel do Tocantins/TO-Canal 210. Autoriza Uso RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.034, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021023/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Araranguá/SC - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.934, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021600/11. CENTRO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Paraíso do Tocantins/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.947, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021574/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - São Miguel do Tocantins/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.035, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.020982/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD-Bom Jardim da Serra/SC-Canal 42. Autoriza Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.935, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.055862/12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS - RTVD - Paranã/TO - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.949, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021588/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - São Sebastião do Tocantins/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.036, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.020985/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD-Governador Celso Ramos/SC-Canal 42.Autoriza Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.936, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021583/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Pedro Afonso/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.950, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021592/11. TELEVISÃO ANHANGUEIRA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Sítio Novo do Tocantins/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.037, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021019/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Jacinto Machado/SC - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.937, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021674/11. TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Pium/TO - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.951, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.064464/10. SISTEMA BOA VISTA DE COMUNICAÇÃO LTDA - RTV - Tocantinópolis/TO - Canal 7-. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.040, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021016/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Morro da Fumaça/SC - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
<p><b>ATO Nº 2.938, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021662/11.TELEV.RIO FORMOSO LTDA - RTVD-Ponte Alta do Tocantins/TO-Canal 23. Autoriza Uso RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 2.952, DE 5 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.023835/03. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO - RTV - Tocantinópolis/TO - Canal 9. Autoriza o Uso de Radiofrequência.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>	<p><b>ATO Nº 3.041, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.021012/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Orleans/SC - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>
		<p><b>ATO Nº 3.042, DE 12 DE MARÇO DE 2014</b></p> <p>Processo nº 53000.020986/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Rancho Queimado/SC - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.</p> <p>MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA Superintendente</p>





ATO Nº 3.043, DE 12 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53000.021018/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Laguna/SC - Canal 35. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 3.569, DE 20 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.024361/2013. Expede autorização à JO-SILDO JOAO TENORIO - ME, CNPJ/MF nº 09.325.157/0001-61, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.185, DE 24 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.021901/2013. Expede autorização à WASHINGTON MACENA DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 07.311.423/0001-71, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.223, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.028593/2013. Expede autorização à SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 58.619.404/0001-48, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.242, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Processo no 53500.013551/2013. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à GRUPO EDITORIAL SINOS SA, CNPJ no 91.665.570/0001-56, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) anilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.252, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.001188/2014. Expede autorização à VITORYA BRASIL TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 15.799.411/0001-66, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.270, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.001210/2014. Expede autorização à MICROSOL COMERCIO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME, CNPJ/MF nº 05.911.967/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.272, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.022979/2013. Expede autorização à CR NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.768.166/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.229, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.008711/2013 - Expede autorização à(ao) UNIMED VALE DO SINOS SOC COOP DE TRABALHO MEDICO LTDA, CNPJ/CPF 88.258.884/0003-91, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, para uso próprio, em âmbito nacional e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço todo território nacional. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à(ao) UNIMED VALE DO SINOS SOC COOP DE TRABALHO MEDICO LTDA, CNPJ nº 88.258.884/0003-91, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação radiochamada, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, pelo prazo de 20 (vinte) anos, em caráter precário, prorrogável uma única vez, por igual período e de forma onerosa.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.239, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Outorgar autorização para uso das radiofrequências, sem exclusividade, à TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0002-50 para a prestação do Serviço STFC/RADIOTELEFONICO - ESTACOES TERRESTRES destinado ao uso do público em geral (STFC).

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.312, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Processos nº 53500.016296/2011 e 53500.016072/2012. Outorga à TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80, Autorização de Uso de Radiofrequências, associada à Autorização para a Prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP já expedida, sem exclusividade, em caráter secundário, por 18 (dezoito) meses, a título oneroso, nas subfaixas de 912,5 MHz a 915 MHz e 957,5 MHz a 960 MHz, restrito à Área de Prestação correspondente à AR11.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

ATO Nº 4.309, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santos/SP, , no período de 29/03/2014 a 30/03/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA  
Superintendente

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.589, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48100.000683/1997-72. Interessado: Lagoa Azul Energética S.A. Objeto: Transferir da empresa Rio Pomba Energética S.A. para a empresa Lagoa Azul Energética S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.629.959/0001-65, a autorização objeto da Resolução nº 347/1999, para explorar a Pequena Central Hidrelétrica Ivan Botelho III, com 24.400 kW de capacidade instalada, localizada no município de Astolfo Dutra, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.590, DE 18 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002977/2001-01. Interessado: Companhia Brasileira de Bebidas S/A. Objeto: Revogar a Resolução Autorizativa nº 235, de 24 de abril de 2002, que autorizou a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.522.000/0049-28, a explorar a UTE Camaçari Ambev, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizada no município de Camaçari, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.592, DE 18 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000193/2012-36. Interessado: Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. Objeto: Autorizar a empresa Santa Mônica Energias Renováveis Ltda. a implantar e explorar a Central

Geradora Eólica Santa Mônica. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.594, DE 18 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 00000.703290/1975-47. Interessado: Solvay Indupa do Brasil S.A. Objeto: Autorizar a empresa Solvay Indupa do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.460.325/0001-41, a explorar a UTE Solvay, sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica - AP, com 11.000 kW de potência instalada, localizada no município de Santo André, estado de São Paulo. Prazo da outorga: Trinta anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.596, DE 18 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004854/2013-83. Interessado: DM Construtora de Obras Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, em favor da empresa DM Construtora de Obras Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.726/0001-94, com sede na Rua Wiegando Olsen, nº 2.020, Bairro CIC, município de Curitiba, estado do Paraná, as áreas que perfazem uma superfície total de terra com 1.897,1800 ha (mil oitocentos e noventa e sete hectares e dezoito ares) de propriedades particulares distribuídas nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Camapuã e Água Clara, estado do Mato Grosso do Sul, necessárias à implantação da PCH Verde 4A. . A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.598, DE 18 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006632/2013-03. Interessada: Eólica Geribatu VI S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Eólica Geribatu VI S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.607.768/0001-32, com sede na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, sala M, no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, as áreas de terra situadas numa faixa de 25 m (vinte e cinco metros de largura, necessárias à implantação da Linha de Interesse Restrito Coletora Geribatu - Santa Vitória do Palmar, circuito simples, 138 kV, 11,52 km (onze vírgula cinquenta e dois quilômetros)de extensão, que conectará a Subestação Coletora das Eólicas Geribatu I a X à Subestação Santa Vitória do Palmar, de propriedade da Transmissora Sul Litorânea de Energia - TSLE, localizada no município de Santa Vitória do Palmar, estado do Rio Grande do Sul; (ii) fica a Interessada autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.599, DE 18 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006249/2013-47. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP Objeto: (i) Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04, com sede na rua Casa do Ator nº 1155, São Paulo - SP, a área de terra situada numa faixa de 30 m (trinta metros) metros de largura, necessária à reconstrução da Linha de Transmissão 88 kV Chavantes - Salto Grande/Ourinhos II, circuito duplo, com 26,8 km de extensão, que interligará a Subestação Chavantes, de propriedade da CTEEP, à Subestação Ourinhos, de propriedade da CPFL, localizada nos municípios de Ourinhos, Canitar e Chavantes, estado de São Paulo; (ii) autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO



**RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.600,  
DE 18 DE MARÇO DE 2014**

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006164/2013-69. Interessada: Companhia Energética do Ceará - Coelce. Objeto: (i) Declarar de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Energética do Ceará - Coelce, inscrita no CNPJ sob o nº 07.047.521/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, a área de terra situada numa faixa de 6 m (seis metros) de largura, necessária à implantação da Linha de Distribuição Água Fria - Papicu - C2, circuito simples, 72,5 kV, 3,8 km (três vírgula oito quilômetros) de extensão, que derivará da linha de distribuição Água Fria - Centro de Eventos (existente), para a conexão da Subestação Papicu, todas de propriedade da Companhia Energética do Ceará - Coelce, localizada no município de Fortaleza, estado do Ceará; (ii) fica a Interessada autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à instituição da servidão prevista nesta Resolução, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ROMEY DONIZETE RUFINO

**DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL  
Em 18 de março de 2014**

Nº 642 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000398/2011-31, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto por Alupar Investimento S.A. e Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. em face do Despacho nº 1.367, de 3 de maio de 2013, emitido pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos - SGH; que reativou o registro da Construtora Central do Brasil Ltda. para elaboração do projeto básico da PCH Entre Pontes, para no mérito, negar-lhe provimento.

Em 25 de março de 2014

Nº 741 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.004379/2011-83, resolve: (i) alterar as datas para início da operação comercial e da Central Geradora Eólica Cataventos Paracuru I para 1º de setembro de 2014, deslocando, consequentemente, o período de suprimento dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado; e (ii) condicionar a eficácia do item anterior ao aporte de nova garantia de fiel cumprimento, válida por 3(três) meses após início da operação comercial da última unidade geradora dessa usina e ao protocolo na ANEEL de novo cronograma contemplando todas as etapas de implantação desse empreendimento, compatível com as novas datas para início da operação comercial, nos termos do item 3, do Anexo II, da Resolução Normativa 391/2009, no prazo de até 30(trinta) dias.

ROMEY DONIZETE RUFINO

**SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES  
E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014**

Nº 824 - Processo nº 48500.001370/2013-82. Interessados: Ecopart Investimentos S.A. e Zeta Energia S.A. Decisão: Transferir da empresa Ecopart Investimentos Ltda. para a empresa Zeta Energia S.A. o registro do recebimento do requerimento de outorga para implantação e exploração da EOL Villa Sequeira, registrado por meio do Despacho nº 2.630, de 23 de julho de 2013.

Nº 825 - Processo nº 48500.001368/2013-11. Interessados: Ecopart Investimentos S.A. e Zeta Energia S.A. Decisão: Transferir da empresa Ecopart Investimentos Ltda. para a empresa Zeta Energia S.A. o registro do recebimento do requerimento de outorga para implantação e exploração da EOL Rio Grande, registrado por meio do Despacho nº 2.706, de 29 de julho de 2013.

Nº 826 - Processo nº 48500.006402/2013-36. Interessado: CLWP Eólica Parque XXII Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Campo Largo XXII, com 27.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Sento Sé, estado da Bahia.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

HÉLVIO NEVES GUERRA

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO****DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014**

Nº 801 - Processo nº 48500.006423/2013-51. Interessados: Agentes do Setor Elétrico e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Decisão: autorizar, excepcionalmente para o mês de fevereiro

de 2014, a divulgação, pela CCEE, dos resultados dos módulos de Ressarcimento, de Medição Contábil, de Contratos, de Garantia Física, de Encargos, de Consolidação de Resultados, de Ajustes de Contabilização e Recontabilização, de Tratamento das Exposições, de Votos e Contribuição Associativa, de Liquidação, de Penalidade de Energia, de Penalidade de Potência, e de Cálculo do Desconto Aplicado à TUSD/TUST, aprovados pela Resolução Normativa nº 601, de 4 de fevereiro de 2014, apenas certificados pelo auditor independente e aprovados pelo Conselho de Administração da CCEE. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e disponível no sítio [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

FREDERICO RODRIGUES

**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014**

Nº 822 - Processo nº: 48500.001577/2012-76. Interessado: TSP S.A. Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do AI nº 074/2013-SFE, alterando-a para R\$ 2.189,64 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com base no art. 34 da Res. 63/2004.

Nº 823 - Processo nº: 48500.000621/2012-21. Interessado: Linhas de Macapá Transmissora Decisão: reconsiderar parcialmente a decisão constante do AI nº 1039/2013-SFE, alterando-a para R\$ 31.124,28 (trinta e um mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), com base no art. 34 da Res. 63/2004.

A íntegra destes Despachos (e seus anexos) consta dos autos e estarão disponíveis em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014**

Nº 804 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição regimental e em conformidade com o que estabelece o inciso III do artigo 16 do Decreto nº 2.335/1997, considerando o Processo nº 48500.001147/2014-16 e tendo em vista os eventos da Copa do Mundo FIFA 2014, resolve determinar aos concessionários e autorizados de geração de energia elétrica mencionados nos estudos da Nota Técnica ONS NT - 0044/2014, emitida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que: (i) disponham de planos de manutenção específicos visando garantir a qualidade do fornecimento de energia elétrica às capitais sedes da Copa do Mundo da FIFA 2014, conforme premissas relacionadas na Nota Técnica nº 19/2014- SFG/ANEEL; (ii) cumpram com as ações elencadas nos planos de manutenção para a Copa do Mundo da FIFA 2014, de acordo com os cronogramas apresentados; e (iii) mantenham o acompanhamento dos referidos planos atualizado, de forma a apresentar-los à ANEEL quando requisitado.

Nº 805 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006005/2010-11, resolve: I - NÃO LIBERAR as unidades geradoras UG1 a UG7, de 2.100 kW de potência instalada cada, totalizando 14.700 kW, da EOL Taíba Andorinha, localizada no Município de São Gonçalo do Amarante, Estado do Ceará, de titularidade da empresa Central Geradora Eólica Taíba Andorinha S.A., para início da operação em teste em razão do não atendimento das condições do artigo 4º da Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013.

Nº 806 - Processo nº 48500.003984/2008-31. Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir de 1º de abril de 2014. Usina: UHE Santo Antônio. Unidades Geradoras: UG19 e UG20, de 73.290 kW cada. Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 807 - Processo nº 48500.005279/2011-74. Interessado: Central Eólica Mundaú S.A. Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação comercial a partir de 1º de abril de 2014. Usina: EOL Mundaú. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, totalizando 30.004 kW. Localização: Município de Trairi, Estado do Ceará.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
ECONÔMICA E FINANCEIRA****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014**

Nº 799 - Processo nº 48500.001514/2014-81. Interessada: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para dar a Receita Anual de Geração (RAG) das Usinas

de Luiz Gonzaga (Itaparica) e Boa Esperança em penhor de primeiro grau, como contragarantia, em favor da União, em contrapartida à garantia prestada pela União à Chesf nos Contratos de Financiamentos Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1148.1 e nº 13.2.1149.1, celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

Nº 820 - Documento nº: 48513.009323/2014-00. Interessada: Furnas - Centrais Elétricas S.A. - Furnas. Decisão: anuir ao pedido da interessada para prestação de aval ou fiança corporativa em favor de Contrato de financiamento a ser celebrado pela Sociedade de Propósito Específico Energia Olímpica S.A. perante o Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com prazo de vencimento em 180 (cento e oitenta) dias e com a finalidade de implantação, pela SPE, da infraestrutura necessária para garantia atendimento às cargas do Parque Olímpico, no Município do Rio de Janeiro/RJ.

Nº 821 - Processo nº 48500.000260/2014-84. Interessadas: Companhia Paranaense de Energia - COPEL(holding), Copel Distribuição S.A. - COPEL D, Copel Geração e Transmissão S.A. - COPEL GT, Copel Renováveis S.A. - COPEL REN e Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom. Decisão: não anuir ao pedido das interessadas para a celebração de contrato de rateio de custos de pessoas, materiais, serviços e outros, diante da vedação imposta pelo art. 27 da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008, bem como pela ausência de demonstração fática de comutatividade da avença.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS  
HIDROENERGÉTICOS****DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014**

Nº 808 - Processo nº 48500.003072/2001-11. Decisão: i) - Informar que o projeto básico da PCH Ouro Branco, com potência a instalar de 4,0 MW, situada no rio Mourão, integrante da sub-bacia 64, bacia do rio Paraná, no município de Peabirú, Estado do Paraná, apresentado pela empresa Central Hidrelétrica Ouro Branco Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 06.926.595/0001-97, não possui todos os elementos técnicos que permitam sua aprovação ii) - Facultar à empresa interessada a reapresentação do projeto básico da PCH Ouro Branco até 20 de abril de 2015.

Nº 809 - Processos nº: 48500.005263/2009-47. Decisão: (i) aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Quebra Anzol, no trecho da nascente ao remanso do reservatório da UHE Nova Ponte, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, apresentados pelas empresas Minas PCH S.A. e Eletroriver S.A., inscritas nos CNPJs sob os nºs 07.895.905/0001-16 e 01.968.293/0001-68, respectivamente; e (ii) informar que as interessadas poderão exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, referente ao aproveitamento Serrote, observado o prazo de 60 dias da publicação desse Despacho para solicitação do registro e demais condições especificadas na resolução mencionada.

Nº 810 - Processo nº: 48500.006277/2011-01. Decisão: (i) aprovar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio do Sono, no trecho entre a confluência dos rios Novo e Soninho (nascente) e a sua foz, localizado na sub-bacia 22, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Tocantins, apresentada pelas empresas Energias Complementares do Brasil - Geração de Energia Elétrica S.A. e Minas PCH S.A.; (ii) informar que o interessado titular, citado no item (i) poderá exercer o direito de preferência preconizado na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, referente ao aproveitamento Monte Santo, observado o prazo de 60 dias da publicação desse Despacho para solicitação do registro e demais condições especificadas na resolução mencionada; e (iii) revogar a Resolução nº 323, de 20/10/1998, no que se refere ao trecho compreendido entre as elevações 242,0m e 178,0m, relativo aos aproveitamentos denominados Brejão, Novo Acordo e Rio Sono.

Nº 811 - Processo: 48500.000383/2010-91. Decisão: (i) prorrogar para 22/9/2014 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.534, de 15 de maio de 2013, para reapresentação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Formoso, afluente do rio Corrente, localizado na sub-bacia 60, estado de Goiás, solicitado pela empresa Omega Energia Renovável S.A.

Nº 812 - Processo: 48500.004280/2009-67. Decisão: (i) prorrogar para 17/9/2014 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.207, de 24 de abril de 2013, para reapresentação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Dourados, localizado na sub-bacia 60, estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Omega Energia Renovável S.A.

Nº 813 - Processo: 48500.000384/2010-36. Decisão: (i) prorrogar para 6/10/2014 o prazo estabelecido no Despacho nº 4.201, de 10 de dezembro de 2013, para reapresentação da revisão dos estudos de inventário do rio da Prata (afluente pela margem esquerda do rio Aporé), no trecho a montante do reservatório da PCH Engano, localizada na sub-bacia 60, estado de Goiás, solicitado pela empresa Omega Energia Renovável S.A.





Nº 814 - Processo: 48500.001595/2014-10. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Desemboque, com potência estimada de 12,7MW, situada no Rio Araguari, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 21/3/2014 pela empresa AEL Atividade Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ sob os no 19.818.079/0001-90, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 4/6/2015, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 815 - Processo: 48500.001596/2014-64. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Inferno, com potência estimada de 9,7MW, situada no Rio Araguari, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de Minas Gerais, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 21/3/2014 pela empresa AEL Atividade Empresarial Ltda., inscrita no CNPJ sob os no 19.818.079/0001-90, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até 4/6/2015, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 816 - Processo: 48500.002943/2009-17. Decisão: (i) prorrogar para 14/12/2014 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.214, de 24 de abril de 2013, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Turvo e seus afluentes, os rios São João e Alambari, localizados na sub-bacia 64, Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, no Estado de São Paulo, solicitado pela empresa CPFL Energias Renováveis S.A.

Nº 817 - Processo: 48500.002936/2009-15. Decisão: (i) prorrogar para 24/3/2015 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.219, de 24 de abril de 2013, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ijuí - Trecho entre as cotas 154,67 m e 217,84 m e seu afluente Ijuizinho, no trecho entre o canal de fuga do aproveitamento Fazenda Grande, na cota 290,6 m e o NA de montante do aproveitamento de Ijuizinho II, na cota 240 m, sub-bacia 75, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, solicitado pelas empresas CPFL Energias Renováveis S.A, Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. e Dobrevê Energia S.A.

Nº 818 - Processo: 48500.002915/2009-91. Decisão: (i) prorrogar para 24/3/2015 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.209, de 24 de abril de 2013, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do das Cinzas - trecho desde o remanso do reservatório da UHE Capivara (El. 334m) até o canal da fuga da PCH Foz da Anta (El. 494 m), solicitado pela empresa CPFL Energias Renováveis S.A.

Nº 819 - Processo: 48500.001489/2011-93. Decisão: (i) aceitar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Tamandua, localizado na sub-bacia 65, bacia hidrográfica do Rio Paraná, no Estado do Paraná, apresentados pela empresa Pedreira Britafoz Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.256.154/0001-08.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estarão disponíveis em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

ODENIR JOSÉ DOS REIS

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS COMERCIAIS

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 31 de março de 2014

Nº 648 - Decisão: (i) homologar previamente a título precário, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores, em R\$, de Diferença Mensal de Receita - DMR constantes dos anexos I e II apurados pelas distribuidoras, em decorrência da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda e o montante de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELEKTROBRAS a cada distribuidora; e (ii) não homologar os valores pleiteados pelas distribuidoras de energia elétrica relacionadas no anexo III. Período: julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2013 e janeiro e fevereiro de 2014. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos de cada distribuidora, e estarão disponíveis em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

MARCOS BRAGATTO

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 31 de março de 2014

Nº 798 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 330, de 26 de agosto de 2008, e na Resolução Autorizativa nº 3.027, de 9 de agosto de 2011, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.001218/2010-57, decide: autorizar o pagamento, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, de parcela única do montante relativo ao ressarcimento financeiro à Empresa Metropolitana de Água e Energia - EMAE do custo correspondente à execução de reforço na Usina Reversível de Pedreira, no valor de R\$

725.769,66 (setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos)

Nº 803 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 798, de 20 de novembro de 2007, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.005532/2007-11, decide aprovar a aplicação do Custo Variável Unitário - CVU de R\$ 925,00/MW.h (noventa e cinco reais e cinco centavos por megawatt-hora) para as centrais geradoras termelétricas de Termomanaus e Pau Ferro I, até a disponibilidade de 130 MW (cento e trinta megawatt) e 85 MW (oitenta e cinco megawatt), respectivamente, a ser aplicado na contabilização da geração verificada no período de 01 a 04 de abril de 2014.

RUI GUILHERME ALTIERI SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

### DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 31 de março de 2014

Nº 802 - Processo nº 48500.004511/2013-19. Interessados: Amazonas Distribuidora de Energia e Operador Nacional do sistema Elétrico - ONS. Decisão: informar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão - TUST-RB e TUST-FR com montantes de uso do sistema de transmissão contratados por meio do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST permanente nº 069/2013; (i) Ponto de conexão: Subestação Manaus 138 kV; TUST-RB, em R\$/kW.mês, horário de ponta: 1,113 e fora de ponta: 1,071; TUST-FR, em R\$/kW.mês, horário de ponta: 0,618 e fora de ponta: 0,618; (ii) Ponto de conexão: Subestação Lechuga 138 kV; TUST-RB, em R\$/kW.mês, horário de ponta: 1,106 e fora de ponta: 1,064; TUST-FR, em R\$/kW.mês, horário de ponta: 2,207 e fora de ponta: 2,207. Prazo de Vigência: 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em [www.aneel.gov.br/biblioteca](http://www.aneel.gov.br/biblioteca).

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

### RESOLUÇÃO Nº 18, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A DIRETORA GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com a Resolução de Diretoria nº 219, de 19 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VII e XVI do art. 8º da pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, no inciso X do artigo 2º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, no inciso IV do art. 3º, no art. 4º e no art. 5º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, e no Anexo A do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1, de 10 e junho de 2013,

Considerando que:

a ANP possui a atribuição legal de acompanhar e fiscalizar as atividades da indústria do petróleo e gás natural;

o Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, estabelece como atribuição da ANP a regulamentação da utilização dos resultados da medição de petróleo e gás natural, a padronização da forma como serão enviadas as Notificações de Falhas em Sistemas de Medição e Falhas de Enquadramento do Petróleo; e a aprovação da metodologia de estimativa dos volumes produzidos, no caso de falhas de medição em sistema de medição fiscal, ou dos volumes medidos no caso de medição de apropriação contínua;

cabe à ANP estabelecer as providências a serem adotadas em decorrência de correções nas medições e respectivos registros da produção de petróleo e gás natural; e

a utilização de metodologia de estimativa dos volumes nos eventos de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural, e de falhas de enquadramento do petróleo, aprovada pela ANP é de extrema importância para o correto envio dos volumes produzidos de petróleo e gás natural no Boletim Mensal da Produção, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico de Notificação de Falhas de Sistemas de Medição de Petróleo e Gás Natural e Falhas de Enquadramento do Petróleo, anexo à presente Resolução, o qual estabelece os prazos e procedimentos que deverão ser observados na comunicação de eventos de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural e falhas de enquadramento de petróleo, e dá outras providências.

Art. 2º Estabelecer que o não cumprimento das disposições contidas na presente Resolução sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e em legislação complementar.

Art. 3º Estabelecer que os casos omissos, bem como as disposições complementares que se fizerem necessárias, serão resolvidos pela ANP.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO DE NOTIFICAÇÃO DE FALHAS DE SISTEMAS DE MEDIÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E FALHAS DE ENQUADRAMENTO DO PETRÓLEO A QUE SE REFERE À RESOLUÇÃO ANP Nº. 18, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

### 1.OBJETIVO E CAMPO DE APLICAÇÃO

#### 1.1.Objetivo

1.1.1.Este Regulamento tem por objetivo regulamentar o disposto nos itens 5.4.3 e 5.4.4 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, estabelecendo os prazos e procedimentos que deverão ser observados na notificação de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural, e falhas de enquadramento de petróleo.

#### 1.2.Campo de Aplicação

1.2.1.Este Regulamento se aplica aos eventos de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural, e falhas de enquadramento de petróleo nas medições de petróleo e gás natural que venham a ser utilizadas para:

1.2.1.1.Medição fiscal da produção de petróleo e gás natural na fase de produção do campo ou em Testes de Longa Duração (TLD);

1.2.1.2.Medição para apropriação dos volumes produzidos aos poços e ao campo produtor;

1.2.1.3.Medição para controle operacional do gás natural queimado/ventilado;

1.2.1.4.Outros medidores operacionais não classificados nos subitens 1.2.1.1, 1.2.1.2 e 1.2.1.3, quando solicitados pela ANP.

#### 2.DEFINIÇÕES

Para efeito deste Regulamento são consideradas as definições, além daquelas constantes da Lei nº 9.478/1997, modificada pelas Leis nº 11.097/2005 e nº 11.909/2009, da Lei nº 12.351/2010, do Decreto nº 2.705/1998, do Decreto nº 7.382/2010, do Contrato de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural e da Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013:

2.1.Notificação de Eventos de Falhas - Documento que deve ser enviado para a ANP em atendimento aos itens 5.4.3 e 5.4.4, e com as informações mínimas do item 10.1.13 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, nos casos de eventos de falha de sistema, falha presumida e falha de enquadramento de petróleo.

2.2.Volume Diário - Valor referente ao volume, expresso em metro cúbico ao dia (m³/d), correspondente ao período de 24 (vinte e quatro) horas de produção de petróleo ou gás natural, indicado no documento a que se refere o item 10.1.4 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013.

2.3.Vazão Média - Valor referente ao volume de petróleo ou gás natural produzido por unidade de tempo, calculado a partir do volume diário.

#### 3.UNIDADES DE MEDIDA

3.1.As grandezas das Notificações de Eventos de Falhas devem ser expressas em unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI.

3.1.1.Para fins de indicação dos volumes utilizados nas metodologias estimativas serão aceitas as unidades metro cúbico por dia (m³/d), metro cúbico por hora (m³/h) e metro cúbico por minuto (m³/min).

3.2.As indicações volumétricas de petróleo ou de gás natural das Notificações de Eventos de Falha devem ser referidas às condições padrão de medição.

#### 4.CRITÉRIOS GERAIS

4.1.São considerados eventos de falha de sistemas e falhas presumidas de medição de petróleo e gás natural, eventos sem previsibilidade que impactem nos resultados das medições fiscais e de apropriação, ou operacionais quando determinados pela ANP.

4.2.São considerados eventos de falhas de enquadramento do petróleo, eventos sem previsibilidade em que o teor de água e sedimentos nos pontos de medição fiscais de petróleo seja superior ao valor máximo autorizado pela ANP.

4.3.Eventos com previsibilidade devem ser precedidos de autorização, mediante solicitação formal à ANP, realizada com pelo menos 90 dias de antecedência para análise do requerido.

4.3.1.Em situações excepcionais o prazo para análise da solicitação poderá ser alterado, a critério da ANP, mediante fundamentação técnica do agente regulado.

4.4.O não atendimento aos prazos estabelecidos no Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013, não constitui um evento de falha.

4.5.As estimativas de volume presentes na notificação devem referir-se sempre a datas passadas, observando o disposto no item 7 deste Regulamento.

4.6.A calibração dos elementos primários de medição não deve acarretar em paralisação das medições, não devendo, portanto, ser notificada como falha de medição.

4.7.Qualquer evento que gere divergência entre os volumes medidos e os efetivamente declarados nos boletins de medição deve ser notificado como falha de sistemas de medição de petróleo e gás natural.

4.8.Em casos de eventos de falhas na medição dos volumes produzidos, a ANP sempre buscará a adoção de metodologia de estimativa dos volumes produzidos que preserve os interesses da União e demais entes federativos.

#### 5.NOTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE FALHA

##### 5.1.Padrão da Notificação de Evento de Falha

5.1.1.A ANP disponibilizará no endereço eletrônico [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) o padrão de notificação de evento de falha de sistema de medição e de falha de enquadramento de petróleo.

5.1.1.1.Será disponibilizado o padrão de arquivo XML, a ser enviado por Webservice, e o padrão de arquivo, a ser enviado por correio eletrônico, bem como os manuais dos mesmos.

5.1.1.2.Qualquer alteração do padrão dos arquivos XML, ou do arquivo a ser enviado por correio eletrônico, será informada ao agente regulado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

#### 5.2.Classificação das Notificações de Eventos de Falha

5.2.1.As notificações de eventos de falha podem ser classificadas como:

5.2.1.1.Inicial: ocorre nos casos em que a falha é declarada antes que a mesma possa ser corrigida, respeitado o prazo legal de envio à ANP.

5.2.1.2.Intermediária: ocorre nos casos onde o mês se encerra, e o evento de falha persiste.

5.2.1.3.Final: ocorre nos casos em que a falha é declarada após a sua correção, respeitado o prazo legal de envio à ANP, ou àquela enviada após retorno à normalidade do evento de falha.

5.2.1.4.Retificação: é aquela enviada para retificação de outra notificação de evento de falha enviada anteriormente, independente de sua classificação original.

5.2.1.5.Complemento: é aquela enviada para complementação de outra notificação de evento de falha enviada anteriormente, independente de sua classificação original.

#### 5.3.Classificação dos Eventos de Falha

5.3.1.Os eventos de falha podem ser classificados como:

5.3.1.1.Erro de configuração - evento de falha a ser declarado caso seja detectada configuração errônea dos computadores de vazão ou medidores;

5.3.1.2.Impossibilidade de calibração - evento de falha a ser declarado quando não for possível realizar calibração do medidor sem antes fazer a manutenção do mesmo.

5.3.1.3.Diferença elevada entre calibrações - evento de falha a ser declarado quando os limites entre os fatores de calibração do medidor forem superiores ao estabelecido no Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013;

5.3.1.4.Ausência de Medição - evento de falha a ser declarado em caso de perda de comunicação ou outra situação onde não ocorra medição através do ponto de medição por algum período ao longo do dia de produção;

5.3.1.5.BSW superior ao autorizado - evento de falha a ser declarado quando o BSW médio do dia, utilizado nas medições fiscais para determinação do volume líquido de petróleo, for superior ao autorizado pela ANP;

5.3.1.6.Medição Incorreta - evento de falha a ser declarado quando os valores medidos não correspondem aos possíveis volumes reais;

5.3.1.7.Falha no arquivo XML - evento de falha a ser declarada quando o arquivo XML contendo os dados de produção de algum ponto de medição tenha sido enviado para ANP com informações incorretas, ou haja falha comprovada nos sistemas informatizados que atuam na geração ou transmissão dos arquivos XML que impossibilite o envio dos dados de produção;

5.3.1.8.Outros - demais eventos de falhas que não enquadrados nos itens acima.

#### 6.ENVIO DAS NOTIFICAÇÕES DE EVENTOS DE FA-LHA

6.1.O agente regulado deve enviar as notificações de eventos de falha para ANP através de Webservice, em arquivos no formato XML.

6.1.1.O envio das notificações de eventos de falha deve atender os requisitos mínimos de segurança da informação exigidos pela ANP.

6.2.Os campos marginais de petróleo e gás natural operados por empresas de pequeno e de médio porte, de acordo com a legislação aplicável, poderão enviar as notificações de eventos de falha por correio eletrônico, em formato padronizado, desde que previamente autorizado pela ANP.

6.2.1.A solicitação de autorização descrita no item 6.2, deve conter justificativa e demonstração da inviabilidade econômica de implementação do envio de nos termos do item 6.1 deste Regulamento.

6.3.Para os casos de envio de notificação do tipo inicial, o agente regulado deve enviar notificação final em até 2 (dois) dias úteis após o retorno à normalidade.

#### 7.METODOLOGIAS DE ESTIMATIVA DOS VOLUMES

7.1.Sistemas de Medição Fiscal de Petróleo e Gás Natural

7.1.1.Estimativa por Volume Diário Produzido:

7.1.1.1.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural que tiverem duração máxima de 48 (quarenta e oito) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o maior volume diário declarado nos últimos 3 (três) dias anteriores ao evento.

7.1.1.2.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural que tiverem duração máxima de 48 (quarenta e oito) horas, e quando no cálculo da produção de petróleo ou gás natural, o ponto de medição em falha contribuir com volume a ser subtraído do volume total de produção, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o menor volume diário declarado nos últimos 3 (três) dias anteriores ao evento.

7.1.1.3.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural que tiverem duração superior a 48 (quarenta e oito) horas e inferior a 120 (cento e vinte) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o maior volume diário declarado nos últimos 30 (trinta) dias anteriores ao evento.

7.1.1.4.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural que tiverem duração superior a 48 (quarenta e oito) horas e inferior a 120 (cento e vinte) horas, e quando no cálculo da produção de petróleo ou gás natural, o ponto de medição em falha contribuir com volume a ser subtraído do montante total de produção, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o menor volume diário declarado nos últimos 30 (trinta) dias anteriores ao evento.

7.1.1.5.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural que tiverem duração superior a 120 (cento e vinte) horas e inferior a 240 (duzentos e quarenta) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o maior volume diário declarado nos últimos 90 (noventa) dias anteriores ao evento.

7.1.1.6.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural que tiverem duração superior a 120 (cento e vinte) horas e inferior a 240 (duzentos e quarenta) horas, e quando no cálculo da produção de petróleo ou gás natural, o ponto de medição em falha contribuir com volume a ser subtraído do montante total de produção, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o menor volume diário declarado nos últimos 90 (noventa) dias anteriores ao evento.

#### 7.1.2.Estimativa por Balanço Volumétrico

7.1.2.1.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural onde for possível estimar o volume através de balanço volumétrico composto por pontos de medição operacionais, de apropriação ou fiscais, a estimativa deve ser feita levando em consideração a incerteza das medições operacionais, como segue:

$$E_{PMF} = \text{Prod}_{PMO} + U(\text{Prod}_{PMO}) - \text{Prod}_{PMF}$$

$$U(\text{Prod}_{PMO}) = (Y_i)^2 / 2 * \text{IMPO}$$

Onde:

$E_{PMF}$  = Estimativa de Volume para o ponto de Medição Fiscal em Falha

$\text{Prod}_{PMO}$  = Produção Calculada através dos pontos de medição operacionais.

$U(\text{Prod}_{PMO})$  = Incerteza relativa à  $\text{Prod}_{PMO}$ .

$\text{Prod}_{PMF}$  = Produção Calculada através dos pontos de medição fiscais excluindo-se o ponto da estimativa.

$Y_i$  = Volume do ponto de medição operacional utilizado no cálculo da produção  $\text{Prod}_{PMO}$ .

$\text{IMPO}$  = incerteza máxima permitida para a medição operacional (2% para petróleo e 3% para gás natural).

7.1.2.2.Os volumes das medições operacionais não devem ser corrigidos por fatores como de encolhimento. Deve ser calculado o volume bruto corrigido e volume líquido quando aplicável.

7.1.2.3.Para medição fiscal de gás natural, quando não houver medição operacional disponível para efetuar o balanço nos termos de 7.1.2.1, deverá ser utilizado o cômputo da produção através da RGO dos poços da instalação, desde que estas RGO se mostrem estáveis. Desta maneira a estimativa de volume será:

$$E_{PMF} = \text{Prod}_{RGO} * 1,03 - \text{Prod}_{PMF}$$

Onde:

$E_{PMF}$  = Estimativa de Volume para o Ponto de Medição Fiscal em Falha.

$\text{Prod}_{RGO}$  = Produção Calculada através da maior RGO registrada nos últimos 3 testes de cada poço da instalação.

$\text{Prod}_{PMF}$  = Produção calculada através dos pontos de medição fiscais excluindo-se o ponto da estimativa.

#### 7.1.3.Estimativa por Medição Corrigida

7.1.3.1.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal de petróleo e gás natural em que for possível determinar a incerteza de medição, e esta for superior ao limite estabelecido, os volumes deverão ser corrigidos com base na incerteza adicional, que excede ao limite.

7.1.4.Em casos de eventos de falhas presumidas por variação do fator do medidor em relação ao da calibração imediatamente anterior superior a 0,25%, conforme o item 9.4.5.5 do Regulamento Técnico de Medição, aprovado pela Resolução Conjunta ANP/Inmetro nº 1/2013; considerando que FCN é o Fator de Calibração Atual, e FCO é o Fator de Calibração Anterior, e FC é o Fator de Correção, teremos as seguintes situações:

7.1.4.1. Para o caso de  $\text{FCN} > \text{FCO}$ , será calculado o FC através da seguinte relação  $\text{FC} = \text{FCN} / \text{FCO}$ , e os volumes do período compreendido entre a aplicação do FCN e a aplicação do FCO devem ser multiplicados pelo FC.

7.1.4.2. Para o caso de  $\text{FCN} < \text{FCO}$ , os volumes referentes ao período compreendido entre a aplicação do FCN e a aplicação do FCO poderão ser corrigidos mediante autorização prévia da ANP, e solicitação formal do agente regulado, contendo no mínimo os seguintes documentos:

- a) Certificado de Calibração referente ao FCN;
- b) Certificado de Calibração referente ao FCO;
- c) Boletins Diários de Produção do período envolvido;
- d) Tabela consolidada dos volumes de petróleo e/ou gás natural, medidos por dia e por ponto de medição no período envolvido; e

e) Tabela com os volumes de petróleo e/ou gás natural, medidos por dia e por ponto de medição no período envolvido com a aplicação do FCO e do FCN.

#### 7.2.Sistemas de Medição de Apropriação Contínua de Petróleo e Gás Natural

7.2.1.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição de apropriação contínua que tiverem duração máxima de 48 (quarenta e oito) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro a média dos volumes diários declarados nos últimos 3 (três) dias anteriores ao evento.

7.2.2.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição de apropriação contínua que tiverem duração superior a 48 (quarenta e oito) horas e inferior a 120 (cento e vinte) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro a média dos volumes diários declarados nos últimos 30 (trinta) dias anteriores ao evento.

7.2.3.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição de apropriação contínua que tiverem duração superior a 120 (cento e vinte) horas e inferior a 240 (duzentos e quarenta) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro a média dos volumes diários declarados nos últimos 90 (noventa) dias anteriores ao evento.

#### 7.3.Sistemas de Medição Operacional do Gás Natural Queimado/Ventilado

7.3.1.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição operacional do gás natural queimado/ventilado que tiverem duração máxima de 48 (quarenta e oito) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o maior volume diário declarado nos últimos 3 (três) dias anteriores ao evento.

7.3.2.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição operacional do gás natural queimado/ventilado que tiverem duração superior a 48 (quarenta e oito) horas e inferior a 120 (cento e vinte) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o maior volume diário declarado nos últimos 30 (trinta) dias anteriores ao evento.

7.3.3.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição operacional do gás natural queimado/ventilado que tiverem duração superior a 120 (cento e vinte) horas e inferior a 240 (duzentos e quarenta) horas, o volume produzido durante o período da falha deverá ser estimado, adotando-se como parâmetro o maior volume diário declarado nos últimos 90 (noventa) dias anteriores ao evento.

7.4.Quando do envio da Notificação de Evento de Falha, as estimativas apresentadas deverão conter indicação clara da vazão média utilizada nos cálculos, expressa em ao menos uma das unidades de medida previstas no item 3 deste Regulamento.

7.5.Sempre que houver necessidade de se indicar a vazão média utilizada na estimativa para períodos de tempo inferiores a 24 (vinte e quatro) horas, esta deverá ser calculada, proporcionalmente, a partir do respectivo volume diário utilizado como referência, nos termos dos itens 7.1, 7.2 e 7.3 deste Regulamento.

7.6.Quando não for possível a aplicação das metodologias descritas nos itens 7.1, 7.2 e 7.3, o agente regulado deve apresentar sua proposta de metodologia de estimativa dos volumes na notificação de evento de falha, contendo a justificativa para a solicitação que demonstre a inviabilidade técnica da aplicação das metodologias preestabelecidas.

7.7.Quando para determinado período for possível estimar o volume do ponto de medição fiscal em falha através de mais de uma das metodologias indicadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 ou 0, o agente regulado deverá adotar a metodologia que resulte em maior volume de produção para a instalação.

7.8.A ANP poderá adotar outros prazos e estimativas além dos previstos neste Regulamento sempre que identificar a existência de indícios de que os volumes produzidos superaram os valores estimados pelas metodologias previamente indicadas.

#### 8.TEMPO DE PERMANÊNCIA EM EVENTO DE FA-LHA

8.1.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição fiscal e de apropriação de petróleo e gás natural que tiverem duração superior a 240 (duzentos e quarenta) horas, deve-se interromper a utilização do ponto de medição em falha.

8.2.Em casos de eventos de falhas de sistemas de medição operacional do gás natural queimado/ventilado que tiverem duração superior a 240 (duzentos e quarenta) horas, deve-se interromper a utilização do ponto de medição em falha.

8.3.Na hipótese de ocorrência de falhas de medição fiscal e de apropriação de petróleo e gás natural, bem como de medição operacional do gás natural queimado/ventilado, que tiverem duração superior a 240 (duzentos e quarenta) horas, sem prejuízo do disposto nos itens 8.1 e 8.2, o agente regulado poderá, em caráter excepcional, encaminhar solicitação de autorização para permanência em operação do ponto de medição em falha, a qual deverá estar acompanhada de um plano de ação contendo, no mínimo, as justificativas para permanência em falha, um cronograma indicando todas as etapas para solução do problema e a previsão de retorno à normalidade.

8.3.1.A solicitação de que trata o item anterior, a critério da ANP, poderá resultar em autorização de caráter precário, com prazo determinado, a qual conterá as condicionantes mínimas a serem respeitadas durante o período autorizado, incluindo a metodologia a ser aplicada para estimativa dos volumes medidos, respeitado o disposto no item 7.8 deste Regulamento.

8.4.Para o intervalo de tempo de permanência de evento de falha, compreendido nos itens 7.1, 7.2 e 7.3, será considerado o somatório dos eventos de falha dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à notificação de evento de falha do ponto de medição.

#### 9.PROCEDIMENTO DURANTE CALIBRAÇÕES

9.1.Nas medições fiscais, de apropriação e operacionais de gás queimado/ventilado, os instrumentos de pressão estática e temperatura poderão ser retirados para calibração sem a necessidade de notificação de falha de medição por um período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, desde que neste período os valores utilizados para essas variáveis sejam mantidos os mesmos obtidos imediatamente antes da retirada dos instrumentos.

9.1.1.Quando o período for superior a 48 (quarenta e oito) horas, ou não houver a possibilidade de se manter os valores fixados conforme item 9.1, deverá ser emitida notificação de evento de falha.





9.2.Nas medições fiscais e de apropriação, os instrumentos de pressão diferencial poderão ser retirados para calibração sem a necessidade de notificação de falha de medição por um período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, desde que neste período os valores utilizados para essa variável sejam mantidos como a maior média ponderada diária da pressão diferencial dos 30 (trinta) dias anteriores à retirada do instrumento.

9.2.1.Quando o período for superior a 48 (quarenta e oito) horas, ou não houver a possibilidade de se manter os valores fixados conforme item 9.2, deverá ser emitida notificação de evento de falha.

9.3.Nas medições fiscais de gás queimado/ventilado e operacionais de gás queimado/ventilado que utilizem medidor ultrasônico, o medidor primário poderá ser retirado para calibração sem a necessidade de notificação de falha de medição por um período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, desde que neste período os volumes utilizados para esse ponto de medição sejam considerados como a maior média diária do volume dos 30 (trinta) dias anteriores à retirada do medidor.

9.4.Será permitida a utilização de trecho de medição sem certificação por até 72 horas, para que se providencie certificação do trecho ou substituição por outro certificado, devendo a utilização do mesmo ser declarada através de Notificação de Evento de Falha. Excedendo-se o prazo de 72 horas deve-se interromper a utilização do ponto de medição com trecho sem certificação.

10.ANALISE DAS NOTIFICAÇÕES DE EVENTOS DE FALHAS

10.1.A ANP analisará as notificações de eventos de falha recebidas, e o resultado dessas análises será informado ao agente regulado em até 90 (noventa) dias após o término do mês de registro de seu recebimento da notificação de evento de falha.

10.2.O agente regulado deve realizar as providências necessárias ao receber o resultado da análise das notificações de eventos de falha, na forma e prazo estabelecidos pela ANP.

11.GESTÃO DOS EVENTOS DE FALHAS

11.1.O agente regulado deve aplicar um modelo de sistema de gestão de forma a reduzir a probabilidade de ocorrência de falhas, bem como tomar ações visando evitar a repetição de falhas já ocorridas para um mesmo cenário.

11.2.Deve ser enviado para a ANP, até o dia 31 de março de cada ano, um relatório contendo o resultado da aplicação do modelo de sistema de gestão dos eventos de falha, analisando todos os eventos de falhas ocorridos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior.

11.2.1.O relatório de análise dos eventos de falhas deve conter no mínimo:

- a)número dos eventos de falhas por instalação, por fluido e ponto de medição, durante cada mês e no ano;
- b)tempo médio entre falhas e tempo médio em falha, por instalação, por fluido e por ponto de medição, durante cada mês e no ano;
- c)principal tipo de evento ocorrido nos diferentes pontos de medição por instalação; e
- d)ações realizadas e planejadas para a mitigação dos principais eventos de falhas.

11.2.2.A ANP acompanhará as ações planejadas para a mitigação dos eventos de falha relatadas pelo agente regulado, podendo solicitar a inclusão de outras ações que julgar pertinente.

12.FISCALIZAÇÃO  
12.1.A ANP fiscalizará os eventos de falhas de sistemas de medição de petróleo e gás natural, e falhas de enquadramento de petróleo nas medições de petróleo e gás natural. Todos os documentos objeto deste Regulamento devem ser preservados para fins de auditoria por período mínimo de dez anos, devendo ser garantida a sua veracidade.  
12.2.Os documentos indicados neste Regulamento devem ser disponibilizados para a ANP quando solicitados.  
12.3.Os instrumentos, equipamentos e pessoal de apoio, necessários para a realização das fiscalizações devem ser providos pelo agente regulado, sem ônus para a ANP.  
12.4.A ANP pode solicitar, a qualquer tempo, informações e documentos necessários à fiscalização.

PORTARIA Nº 109, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso III, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 e Portaria nº 69, de 06 de abril de 2011, e considerando a Resolução de Diretoria nº 241, de 19 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ANP nº 64, de 12 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSONADOS

Cargo em Comissão	Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R\$)	Quantitativo
CD I	13.345,52	1
CD II	12.678,24	4
CGE I	12.010,96	19
CGE II	10.676,41	4
CGE III	10.009,13	32
CGE IV	6.672,75	28
CA I	10.676,41	11
CA II	10.009,13	10
CA III	2.856,83	9
CAS I	2.231,95	13
CAS II	1.934,35	14
CCT V	2.537,32	35
CCT IV	1.854,18	50
CCT III	996,19	74
CCT II	878,20	40
CCT I	777,61	31

DIRETORIA I  
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 133, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 2, de 19 de janeiro de 2005, e o que consta do Processo nº 48610.007716/2012-28, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a BRASQUÍMICA PRODUTOS ASFÁLTICOS LTDA., CNPJ nº 13.829.957/0015-92, habilitada para o exercício da atividade de distribuição de asfaltos, autorizada a operar as instalações de armazenamento e distribuição de asfaltos localizadas na Travessa das Indústrias, 500 - Santa Luzia - Caçapava - SP - CEP 12286-715.

As instalações em tela compreendem os tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento é de 2.199,00 m³.

Tanque n.º	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume (m³)	Produto
01	5,72	6,00	154	CAP
02	5,72	6,00	154	CAP
03	3,82	6,00	68	CAP/AMP
04	3,82	6,00	68	CAP/AMP
05	5,72	6,00	154	CAP
06	3,50	6,00	57	CAP
07	3,50	6,00	57	NPA
08	3,50	6,00	57	ÓLEO COMBUSTÍVEL
09	2,55	6,00	30	ÓLEO COMBUSTÍVEL
10	5,72	6,00	154	CM30
23	4,77	6,00	100	EMULSÃO
24	4,77	6,00	100	EMULSÃO
25	4,77	6,00	100	EMULSÃO
26	4,77	6,00	100	EMULSÃO
27	3,82	6,00	68	EMULSÃO
28	3,82	6,00	68	EMULSÃO
29	3,82	6,00	68	EMULSÃO
30	3,82	6,00	68	EMULSÃO
31	3,82	6,00	68	EMULSÃO
32	2,55	6,00	30	EMULSÃO
33	3,82	6,00	68	EMULSÃO
34	3,82	6,00	68	EMULSÃO
35	3,82	6,00	68	EMULSÃO
36	3,82	6,00	68	EMULSÃO
37	3,82	6,00	68	EMULSÃO
38	3,82	6,00	68	EMULSÃO
39	3,82	6,00	68	EMULSÃO

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014

Nº 416 - O Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, considerando o disposto na Portaria ANP nº 72, de 20 de maio de 1998, torna público as informações relativas à produção e aos volumes efetivamente adquiridos de solventes, suscetíveis de uso como combustíveis, referentes ao mês de fevereiro de 2014:

AGENTE ECONÔMICO	AGUARRÁS MINERAL	BENZENO	SOLVENTE C9 (2)	C9 DIHIDROGENADO	HEXANOS (4)	REFORMADO PESADO	RAFINADO DE PIROLISE (1)	RAFINADO DE REFORMA (2)	SOLVENTES ALIFÁTICOS (5)	TOLUENO (3)	XILENO (3)
BRASKEM S.A	-	41	391	17.408	376	-	10.141	7.748	3.149	3.493	6.688
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A PETROBRAS	49	-10	-	-	110	-	-	-	-2	575	-3
QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.	-	18.189	-	3.276	-	-	-	-	1.752	8.734	1.101
REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.	-	-	-	-	-	-	-	312	-	-	-
REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUEINHOS S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	751	-	-
ÁGUA QUÍMICA LTDA.	438	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AROMAT PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.	160	-	180	-	-	-	-	62	-	58	356
ARUJÁ PETRÓLEO LTDA	884	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-
ATLANTA QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	-	-	-	-	30	-	-	-	-	149	-
BANDEIRANTE QUÍMICA LTDA.	1.676	-	268	-	234	-	121	281	178	1.216	429
BRENTAG QUÍMICA BRASIL LTDA	-	-	254	-	225	-	74	-	37	391	561
CARBONO QUÍMICA LTDA.	1.249	-	-	-	475	-	-	-	79	302	5
COREMAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES MAIA LTDA.	73	-	147	-	-	-	-	89	-	86	120
DOVAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
GAFOR DISTRIBUIDORA DE SOLVENTES LTDA	506	-	-	-	168	-	-	-	44	59	-
HOENKA COMERCIAL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.155	-	-
IQ SOLUÇÕES & QUÍMICA S.A.	1.594	-	622	-	803	-	25	1.029	1.222	1.502	616
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	3.285	-	-	-	3.811	-	-	-	665	3.885	3.102
PRÓ QUÍMICA DO BRASIL LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	136	-	-
VERQUÍMICA IND E COM DE EMBALAGENS E PRODUTOS QUÍMICOS	-	-	-	-	237	-	-	-	84	104	-
AKZO NOBEL LTDA	59	-	268	-	-	-	-	-	-	-	206
AMAZONAS PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA	-	-	-	-	420	-	156	-	-	473	-
ANIO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	-	-	34	-	-	-	-	-	79	84	-
ARTECOLA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	-	-	-	-	25	-	39	15	-	10	-
AXALTA COATING SYSTEMS BRASIL LTDA	-	-	178	-	-	-	-	45	-	-	761
BASF S.A	-	-	282	-	-	-	-	-	76	-	323
BAYER S.A	-	2.442	-	-	-	-	-	-	-	-	59
BRASILUX TINTAS TÉCNICAS LTDA.	153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
DETEN QUÍMICA S.A	-	6.282	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EDN - ESTIRENO DO NE S.A	-	18.293	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ELEKEIROZ S.A	-	2.055	-	-	-	-	-	-	-	29	-
FARBEN S.A INDÚSTRIA QUÍMICA	-	-	15	-	-	-	36	-	-	580	164
FCC FORNECEDORA COMP. DE COURO S LT-DA	-	-	-	-	34	-	68	-	-	-	-
FCC JACUIPE - TERMOPLÁSTICOS, ADESIVOS E COMPONENTES LTDA	-	-	-	-	-	-	15	192	-	34	-
GOLBRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA EIRELI	44	-	-	-	-	-	-	-	90	-	-
HIDROTINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	176	-	-
INDÚSTRIA QUÍMICA UNA LTDA	-	-	-	-	34	-	33	-	-	33	-
INNOVA S.A	-	18.351	-	-	-	-	-	-	-	-	-
KILLING BAHIA TINTAS E ADESIVOS LTDA	-	-	-	-	40	-	87	-	-	59	-
KILLING CEARÁ TINTAS E ADESIVOS LTDA	-	-	-	-	35	-	29	-	-	-	-
KILLING S.A. TINTAS E ADESIVOS	-	-	20	-	171	-	-	-	-	161	94
KRATON POLYMERS DO BRASIL LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-	-
MADEPAR LAMINADOS S/A	-	-	-	-	-	-	-	38	-	58	-
NORCOLA INDÚSTRIAS LTDA	29	-	-	-	-	-	-	-	-	29	-
NUFARM INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMA-CÉUTICA S/A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	859
PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. PETROLUSA	38	-	8	-	-	-	-	-	15	47	30
POTENZA COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-
PPG IND DO BRASIL TINTAS E VERNIZES LT-DA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
RENNER HERRMANN S/A	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	93
RENNER SAYERLACK S.A	-	-	31	-	-	-	-	-	-	89	203
SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL IND. E COM	148	-	193	-	-	-	-	-	-	-	931
SOLVEN SOLVENTES E QUÍMICOS LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	184	-	-
TINTAS IQUINE LTDA	240	-	30	-	-	-	-	-	-	69	-
ESTOQUE INICIAL	9.308	24.044	4.773	2.019	6.148	-	1.396	3.733	4.773	21.339	17.126
PRODUÇÃO	10.287	79.235	3.951	21.141	9.912	-	11.488	10.100	9.199	36.453	21.823
IMPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COMPRA DE OUTROS PRODUTORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EXPORTAÇÃO	-	7.062	-	-	-	-	-	-	-	18.024	10.956
CONSUMO PRÓPRIO	49	18.220	391	20.684	486	-	10.141	7.748	4.899	12.802	7.786
VENDA PARA OUTROS PRODUTORES	-	-	-	-	-	-	-	312	751	-	-
VENDA PARA DISTRIBUIDORAS	10.162	-	1.471	-	5.983	-	220	1.461	3.659	7.752	5.279
VENDA PARA CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE SOLVENTES	711	47.423	1.069	-	759	-	463	290	670	1.755	3.781
ESTOQUE FINAL	8.672	30.575	5.793	2.476	8.833	-	2.060	4.022	3.993	17.459	11.147

- (1) Inclui o solvente alifático leve produzido pela Braskem Unib RS;
- (2) Inclui a corrente C<sub>9</sub> de pirólise comercializada pela Braskem Unib RS;
- (3) Inclui a corrente C<sub>7</sub>C<sub>8</sub> aromática comercializada pela Braskem Unib RS;
- (4) Inclui o solvente C<sub>6</sub> comercializado pela Braskem Unib RS;
- (5) Inclui solvente para borracha, diluente de tintas e solvente médio comercializado pela Petrobras.
- Obs:
- (i) Valores informados sem decimais, em metro cúbico.
- (ii) Fornecedores: Braskem , Quattor, Petrobras, Refinaria Riograndense, Refinaria de Manguinhos, DaxOil e Univen.
- (iii) O consumo próprio inclui faltas e sobras inerentes ao processo.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

Nº 417 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIO-COMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 18 / 2009, e o que consta do processo administrativo n.º 48610.011620/2012-64, torna pública a revogação do Registro nº 277 e da Autorização nº 154/2005 concedidos para o exercício da atividade de produtor de óleo lubrificante acabado, outorgados à PG Lubrificantes Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.225.515/0001-40, com fulcro no art. 30, inciso II, alínea "g" da Resolução ANP nº 18/2009.

Nº 418 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIO-COMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº RJ0009999 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao STARGAS AUTO POSTO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.985.985/0001-40, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.002694/2012-18.

Nº 420 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIO-COMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004 e com base no disposto na alínea C, do inciso I, do art. 17, da Portaria ANP nº 202, de 30 de dezembro de 1999, e no que consta do processo n.º 48600.000894/2000-11, torna público o cancelamento da Autorização de Operação nº 167, publicada no Diário Oficial da União em 19 de Março de 2009, das instalações de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel e óleo diesel B, da Base Compartilhada "CONDOMÍNIO TECAB", a pedido das empresas participantes, ELLO-PUMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.654.590/0003-99 e TOBRÁS DISTRIBUIDORA DE COMBUS-TÍVEIS LTDA, CNPJ nº 05.759.383/0002-80.

DIRETORIA III  
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO,  
PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL  
E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
Em 31 de março de 2014

Nº 419 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMEN-TO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 245, de 13 de agosto de 2012, com base na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 e na Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010, e considerando:

- as informações, os estudos e os projetos apresentados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01, à ANP referentes à construção das Unidades de Tratamento Cáus-tico da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba - UTGCA, constantes do processo ANP nº 48610.001586/2014-81;
- a solicitação feita pela PETROBRAS em 17/01/2014, cons-tante do processo acima mencionado, visando obter autorização para construção da instalação citada, conforme determina o inciso I do § 1º do art. 1º da Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010;
- que após análise preliminar do material encaminhado à ANP, e tendo concluído que este atende aos requisitos mínimos em termos de documentação exigida;
- torna público o seguinte ato:
- 1.fica autorizada a publicação do sumário do memorial des-critivo do projeto em questão, que faz parte do Anexo do presente Despacho;
- 2.indica a Superintendência de Refino, Processamento de Gás Natural e Produção de Biocombustíveis da ANP, com endereço à Av. Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, para o encaminhamento, em até 30 (trinta) dias da pre-sente publicação, dos comentários e sugestões sobre os referidos projetos;
- 3.informa que a documentação apresentada continua em pro-cesso de análise pela ANP e que a presente publicação não ca-racteriza, deste modo, qualquer autorização prévia concedida por esta Agência.

ANEXO

Ressalte-se, inicialmente, que todos os dados, incluindo va-lores numéricos e suas unidades, constantes do presente memorial descritivo, foram retirados do próprio material apresentado pela PE-TROBRAS à ANP.

1.Descrição Básica

A PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ nº 33.000.167/0001-01, situada na Av. República do Chile, 65, Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20031-912, vem solicitar a autorização para o exercício da atividade de construção da Unidade de Tra-tamento Cáustico, a ser realizada junto à Rodovia Caraguatatuba - São Sebastião, s/nº, km 5, Pontal de Santa Marina, Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

O objetivo da instalação da Unidade de Tratamento Cáustico - UTC será adequar o GLP produzido na Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba - UTGCA à especificação dada pela Resolução ANP nº18/2004, nos quesitos corrosividade à lâmina de cobre e teor de H<sub>2</sub>S. A carga das unidades será GLP produzido pelas UPCGNs I, II e III e DPP da UTGCA.

Novas unidades e suas respectivas capacidades de projeto

Unidade	Nome	Capacidade
UTC-1	Unidade de Tratamento Cáustico 1	2.000 m³/d
UTC-2	Unidade de Tratamento Cáustico 2	2.000 m³/d

Além dessas unidades, também serão implantadas no offsite: 1 (um) tanque para recebimento e estocagem de soda cáustica con-centrada a 50% em massa com capacidade estimada de 80 m³, 1 (um) tanque para soda diluída com capacidade estimada de 190 m³, 1 (um) tanque para soda exausta com capacidade estimada de 190 m³ e 1 (um) tanque de água para abastecer o vaso de lavagem aquosa com capacidade estimada de 160 m³.

2. Meio Ambiente

Licença Ambiental de Instalação nº 997/2014, concedida pe-lo IBAMA, de 06/03/2014, com validade de dois anos.

3.Prazos

As seguintes datas estão previstas:

▪Início das obras: Março de 2014

▪Término das obras: Fevereiro de 2015

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES





DIRETORIA IV  
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO  
E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 134, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 01 de março de 2012 com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista os documentos que constam dos Processos ANP nºs 48610.020906/2001-88, 48610.012282/2012-88, 48610.013895/2012-32 e 48610.014910/2012-60 considerando:

-a conveniência de se unificar as diversas Autorizações de operação outorgadas pela ANP para as instalações do Terminal Aquaviário da empresa Pandenor Importação e Exportação Ltda. localizado no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, em um único Ato Administrativo, com vistas ao melhor controle das outorgas;

-a atual sistemática de acompanhamento das Licenças Ambientais das instalações de competência da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural - SCM, cujas instruções constam atualmente nas Autorizações publicadas;

-a otimização do controle periódico das vistorias das instalações com vistas a sua segurança operacional, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Pandenor Importação e Exportação Ltda., CNPJ: 00.499.730/0001-89, autorizada a operar um Terminal Aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, Biodiesel e Mistura Óleo Diesel/Biodiesel e Etanol, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, composto pelas seguintes instalações:

a)22 (vinte e dois) tanques verticais, com informações básicas listadas abaixo:

Tanque	Diâmetro (m)	Altura (m)	Capacidade (m3)
TQ-2001	20,000	16,000	5.000,000
TQ-2002	20,000	16,000	5.000,000
TQ-2003	20,000	16,000	5.000,000
TQ-2004 <sup>(1)</sup>	20,000	16,000	5.000,000
TQ-2005	13,000	15,000	1.750,000
TQ-2006	13,000	15,000	1.750,000
TQ-2007	13,000	15,000	1.750,000
TQ-2008	13,000	15,000	1.750,000
TQ-2009	13,000	15,000	1.750,000
TQ-2010	13,000	15,000	1.750,000
TQ-2011	10,000	13,000	1.000,000
TQ-2012	10,000	13,000	1.000,000
TQ-2013	10,000	13,000	1.000,000
TQ-2014	10,000	13,000	1.000,000
TQ-2015	10,000	13,000	1.000,000
TQ-2016	10,000	13,000	1.000,000
TQ-2017	19,090	18,200	5.234,783
TQ-2018	19,082	18,210	5.231,197
TQ-2019	13,362	18,200	2.565,027

TQ-2020	19,086	18,200	5.230,955
TQ-2021	19,090	18,180	5.232,874
TQ-3001	6,000	4,000	100,000

<sup>(1)</sup>O tanque TQ-2004 somente está autorizado a armazenar líquidos combustíveis da classe III B, definidos no item 4.2 da Norma ABNT NBR 17.505 Parte 1.

b)2 (dois) Tanques horizontais

TAG	Diâmetro médio (m)	Comprimento médio (m)	Capacidade arqueada (m³)
TQ-BD01	3,765	17,555	190,894
TQ-BD02	3,769	17,545	191,199

c)1 plataforma, composta por 5 (cinco) baias, de carregamento rodoviário, com capacidade para carregar até 10(dez) caminhões-tanque simultaneamente;

d)1 plataforma de descarregamento rodoviário, com capacidade para descarregar até 6 (seis) caminhões-tanque simultaneamente;

e)2 (dois) dutos, interligando o parque de tancagem da empresa aos berços de atracação do Pier de Granéis Líquidos - PGL do Porto de SUAPE, com as características básicas listadas abaixo:

Duto	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Material
01	12	1250	API 5L Gr.B
02	10	1241	API 5L Gr.B

f)1 (um) duto, interligando o parque de tancagem da empresa a Refinaria Abreu Lima, com as características básicas listadas abaixo:

TAG	Produto	Diâmetro Nominal (pol)	Origem	Destino	Vazão (m³/h)	Extensão (m)
10"- DS10-1000-001-Ba	Diesel S-10	10	Ponto "A"	Terminal Pandenor/TEMAPE	550	525

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Ficam revogadas as Autorizações nº 130, de 06/06/2002, publicada no DOU nº 108, seção 1, pág. 93, nº 329, de 30/08/2005, publicada no DOU nº 168, seção 1, pág. 218 de 31/08/2005, nº 790, de 18/10/2013, publicada no DOU nº 204, seção 1, pág. 59, de 21/10/2013, e nº 88, de 28/02/2014, publicada no DOU nº 43, seção 1, pág.77, de 05/03/2014.

Art. 4º A Pandenor Importação e Exportação Ltda. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO  
MINERAL  
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 53/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)  
870.289/2012-ZUQUETTI & MARZOLA PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA  
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)  
874.082/2008-OTÁVIO DE CARVALHO ANDRADE PIMENTEL  
870.247/2009-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,  
872.063/2013-PEDREIRA INTERATIVA LTDA  
872.479/2013-LUIZ C. TRINDADE ME  
872.871/2013-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A.  
872.886/2013-COTEX CONSULTORIA TÉCNICA E EXECUÇÕES LTDA  
870.022/2014-EMANOEL MESSIAS OLIVEIRA DA SILVA  
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)  
870.595/2012-MSF MINERAÇÃO S.A.  
871.155/2012-MAX SEBASTIÃO BARBOSA  
871.435/2012-IGUANA SERVIÇOS LTDA  
870.342/2013-PADRECO GRANITOS LTDA ME  
870.551/2013-ELZA GARCIA BOMFIM COSTA  
871.257/2013-GM MINERADORA GRANDANTAS LTDA.  
Determina arquivamento definitivo do processo(155)  
871.434/2011-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL  
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)  
870.015/2013-FRANCO WEBER  
870.037/2013-SINTERTEC MINERAIS INDUSTRIAIS LTDA.  
870.090/2013-MINASNORTE MINERAÇÃO LTDA  
870.298/2013-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.  
870.301/2013-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.  
Fase de Autorização de Pesquisa  
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)

870.343/2010-EDJANE NASCIMENTO DA SILVA ME  
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)  
871.554/2007-GLAUDISTON FAUSTINI ZIMERER-Alvará Nº2682/2011  
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)  
871.497/2007-PAILI BAHIA MINERAÇÃO LTDA -Alvará Nº7897/2007  
871.253/2010-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará Nº10755/2010  
871.257/2010-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA -Alvará Nº10545/2010  
870.263/2011-FORTIEXP COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. -Alvará Nº6954/2011  
871.718/2012-GILMAR MARTINS RANDAZZO -Alvará Nº8095/2012  
872.003/2012-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA -Alvará Nº2269/2013  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
870.143/2005-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-OF. Nº93/2014  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)  
806.750/1975-DIAMANTES DO PARAGUAÇU S A EM-PRESA EM LIQUIDAÇÃO-OF. Nº99/2014-180 dias  
871.325/2003-MINERAÇÃO LUNA LTDA-OF. Nº681/2012-180 dias  
Reitera exigência(366)  
806.750/1975-DIAMANTES DO PARAGUAÇU S A EM-PRESA EM LIQUIDAÇÃO-OF. Nº100/2014-60 dias  
871.321/1983-MINERAÇÃO SERGIPE S A-OF. Nº105/2014-60 dias  
871.047/2000-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº107/2014-60 dias  
870.625/2004-ORIUM MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA.-OF. Nº109/2014-60 dias  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)  
871.321/1983-MINERAÇÃO SERGIPE S A-OF. Nº106/2014  
871.047/2000-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº108/2014  
871.182/2006-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA-OF. Nº92/2014  
870.161/2007-CCB CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL S. A.-OF. Nº101/2014  
Fase de Licenciamento  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)  
870.449/2011-USINA GRAVATÁ LTDA-OF. Nº102/2014  
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)  
870.430/2005-SOLANGE HOISEL PAIVA  
870.751/2010-KARLA MARIA RIBEIRO STUCKI  
Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)  
871.620/2013-CERÂMICA MARQUEZÃO LTDA.-Registro de Licença Nº20/2014 de 18/03/2014-Vencimento em Indeterminado  
871.837/2013-IMPAR IMPLANTACAO E PAVIMETACAO DE RODOVIAS LTDA-Registro de Licença Nº24/2014 de 18/03/2014-Vencimento em 20/08/2015  
871.846/2013-ADIVAL ALVES DOS ANJOS-Registro de Licença Nº23/2014 de 18/03/2014-Vencimento em Indeterminado  
872.321/2013-ANTÔNIO MARCOS NOGUEIRA-Registro de Licença Nº22/2014 de 18/03/2014-Vencimento em Indeterminado  
872.388/2013-GIVALDO ALVES DE MIRANDA ME-Registro de Licença Nº21/2014 de 18/03/2014-Vencimento em 10/10/2028  
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)  
872.816/2011-EDJANE NASCIMENTO DA SILVA ME  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)  
871.577/2012-DIRCEU ANTONIO TONELLI ME-OF. Nº110/2014  
871.350/2013-GRD FILHO INDUSTRIA DE MINERIOS-OF. Nº104/2014  
872.039/2013-V DOS SANTOS CERQUEIRA ME-OF. Nº89/2014  
872.609/2013-C ANDRADE SAMPAIO JUNIOR - MINE-RAÇÃO-OF. Nº103/2014  
870.249/2014-AUTO POSTO GUAIÚ LTDA-OF. Nº91/2014  
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)  
871.878/2012-JUCELINO PAULO LEITE MASCARENHAS JUNIOR ME  
872.126/2012-CASA GRANDE LTDA  
870.174/2014-COOP. DE MINERAÇÃO E COMERC. DE AREIA, CASCALHO E SAIBRO DE CANAVIEIRAS  
870.281/2014-CONSTRUFREITAS EMPREENDIMIENTOS LTDA ME  
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port.266/2008(1282)  
872.228/2013-JOSE CARLOS FERREIRA DE MORAES DE BARRA ME  
Fase de Requerimento de Registro de Extração  
Outorga o Registro de Extração, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(920)  
872.372/2013-MUNICÍPIO DE CANDEIAS- Registro de Extração Nº02/2014 de 19/03/2014  
Fase de Disponibilidade  
Indefere requerimento de habilitação por não cumprimento de intimação(1871)  
870.281/2004-MARCEL MINERAÇÃO LTDA

## RELAÇÃO Nº 57/2014

Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
870.188/2000-PLACER MINERAÇÃO LTDA.-OF.  
Nº79/2014  
872.188/2004-MINERAÇÃO SANT'ANA LTDA.-OF.  
Nº81/2014  
870.174/2005-MINERAÇÃO SANT'ANA LTDA.-OF.  
Nº82/2014  
870.231/2005-MINERAÇÃO SANT'ANA LTDA.-OF.  
Nº83/2014  
872.430/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-OF. Nº90/2014  
872.900/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-OF. Nº90/2014  
872.901/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-OF. Nº90/2014  
872.902/2010-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-OF. Nº90/2014  
871.190/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
871.195/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
871.197/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
871.198/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
871.200/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
871.202/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
872.072/2011-MINERAÇÃO CAPINAN LTDA-OF.  
Nº84/2014  
873.575/2011-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº80/2014  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
870.785/2006-MINERAÇÃO PEDRA NEGRA LTDA-OF.  
Nº056/2014  
Fase de Concessão de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)  
870.601/1980-EXTRATIVA METALQUÍMICA S A-OF.  
Nº221.44.010/2014  
870.602/1980-EXTRATIVA METALQUÍMICA S A-OF.  
Nº221.44.006/2014  
871.002/1983-MINERAÇÃO IRAJA S A.-OF. Nº936/2014  
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICA-DOR/Prazo 30 dias(1738)  
804.317/1973-PEDREIRAS VALERIA S.A.-OF.  
Nº221.44.012/2014  
808.506/1974-PEDREIRAS VALERIA S.A.-OF.  
Nº221.44.012/2014  
808.507/1974-PEDREIRAS VALERIA S.A.-OF.  
Nº221.44.012/2014  
808.508/1974-PEDREIRAS VALERIA S.A.-OF.  
Nº221.44.012/2014  
808.510/1974-PEDREIRAS VALERIA S.A.-OF.  
Nº221.44.012/2014  
870.601/1980-EXTRATIVA METALQUÍMICA S A-OF.  
Nº221.44.010/2014  
870.602/1980-EXTRATIVA METALQUÍMICA S A-OF.  
Nº221.44.010/2014  
870.449/1982-INDAÍÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LT-DA-OF. Nº221.44.011/2014  
871.004/1985-PEDREIRAS UNIÃO LTDA-OF.  
Nº221.44.015/2014  
870.468/1986-PEDREIRAS VALERIA S.A.-OF.  
Nº221.44.012/2014  
871.010/2000-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA-OF.  
Nº221.44.014/2014

## RELAÇÃO Nº 60/2014

Fase de Autorização de Pesquisa  
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)  
873.590/2005-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL  
871.264/2007-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL  
870.498/2010-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA  
872.210/2010-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA  
873.093/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.  
873.094/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.  
873.095/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.  
873.096/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.  
873.098/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.  
873.099/2011-SEQUOIA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

## RELAÇÃO Nº 62/2014

Fase de Concessão de Lavra  
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)  
870.096/1988-MAIORCA INDÚSTRIA DE BEBIDAS LT-DA- AI Nº036,037,038 e 039/2014

DANILO MÁRIO BEHRENS CORREIA

## SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 86/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)  
861.000/2013-EDUARDO BARROS DE QUEIROZ RODRIGUES-OF. Nº437/2014  
861.290/2013-QUARTZITI MINERADORA LTDA-OF.  
Nº438/2014  
861.446/2013-VALEMAR VALE DO MARANHÃO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. Nº459/2013  
861.447/2013-VALEMAR VALE DO MARANHÃO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. Nº459/2014  
861.448/2013-VALEMAR VALE DO MARANHÃO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. Nº459/2014  
861.484/2013-VALEMAR VALE DO MARANHÃO MINERAÇÃO LTDA ME-OF. Nº460/2014  
861.597/2013-AREIA BARRA AZUL EXTRAÇÃO E COMERCIO LTDA-OF. Nº462/2014  
861.988/2013-ROGÉRIO DE DEUS FERREIRA-OF.  
Nº461/2014  
860.002/2014-MINERAÇÃO & TRANSPORTE NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. Nº456/2014  
860.017/2014-JANDAIA CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-OF. Nº439/2014  
860.019/2014-AVISTAR ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME-OF. Nº457/2014  
860.041/2014-JULIANO GOMES DA SILVA-OF.  
Nº440/2014  
860.042/2014-BRITENG BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. Nº458/2014  
860.046/2014-FRANCISCO CALZADA MACHADO-OF.  
Nº441/2014  
860.047/2014-DRAGA BRANDAO LTDA ME-OF.  
Nº442/2014  
860.052/2014-DAVID BERNARDI RODRIGUES-OF.  
Nº443/2014  
860.060/2014-LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CASTRO-OF. Nº444/2014  
860.063/2014-AREIAL DO VALE LTDA-OF. Nº445/2014  
860.074/2014-MATRA MINERAÇÃO LTDA-OF.  
Nº446/2014  
860.080/2014-CPX GOIANA MINERAÇÃO S A-OF.  
Nº447/2014  
860.083/2014-IVAN GODOI DE SOUZA-OF. Nº448/2014  
860.084/2014-EDITH SEBASTIANA SUCHER VENDRAMINI-OF. Nº455/2014  
860.085/2014-EDITH SEBASTIANA SUCHER VENDRAMINI-OF. Nº455/2014  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)  
861.184/2013-QUANTUM FERTILIZANTES DO TOCANTINS LTDA-OF. Nº1733/2013  
861.653/2013-MARCELO DUTRA E SILVA-OF.  
Nº094/2014  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)  
861.803/2012-JOSÉ ANTONIO DOS PASSOS

## RELAÇÃO Nº 87/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)  
860.980/2013-MINERAÇÃO FRONTEIRA LTDA.-OF.  
Nº463/2014  
860.987/2013-RODRIGO MONTEIRO-OF. Nº464/2014  
861.015/2013-WALID EL KOURY DAOUD-OF.  
Nº465/2014  
861.017/2013-QUARTZITI MINERADORA LTDA-OF.  
Nº466/2014  
861.056/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº474/2014  
861.057/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº474/2014  
861.058/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº474/2014  
861.059/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº474/2014  
861.141/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº475/2014  
861.142/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº475/2014  
861.143/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº475/2014  
861.144/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº475/2014

861.145/2013-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF.  
Nº475/2014  
861.188/2013-HOSANA MARIA MARTINS SILVA-OF.  
Nº481/2014  
861.197/2013-SETA MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº482/2014  
861.198/2013-SETA MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº482/2014  
861.199/2013-SETA MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº482/2014  
861.200/2013-SETA MINERAÇÃO LTDA-OF. Nº482/2014  
861.501/2013-HOSANA MARIA MARTINS SILVA-OF.  
Nº480/2014  
861.739/2013-ESTEVAO ANDRADE ZAGO-OF.  
Nº477/2014  
861.740/2013-CARLOS AUGUSTO MACHADO-OF.  
Nº478/2014  
861.788/2013-FREDERICO ARANTES SANTOS ME-OF.  
Nº476/2014  
862.067/2013-JUSTINO DE SOUZA VIEIRA-OF.  
Nº467/2014  
862.069/2013-ROMUALDO LUIZ FERREIRA-OF.  
Nº468/2014  
862.072/2013-EDSON DA SILVA-OF. Nº469/2014  
862.073/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF.  
Nº470/2014

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

## SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 221/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)  
830.264/2014-DEEPAK NARVANIA  
830.265/2014-DEEPAK NARVANIA  
830.266/2014-DEEPAK NARVANIA  
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)  
833.496/2007-INGO GUSTAV WENDER  
831.464/2010-MINERAÇÃO SANTA QUITÉRIA  
831.343/2013-M RUIZ A COSTA  
831.368/2013-IRMÃOS CADORINI LTDA  
831.885/2013-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
830.053/2014-MANABI S A  
830.425/2014-MANABI S A  
Determina arquivamento definitivo do processo(155)  
832.145/2007-VALE S A  
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)  
834.396/2010-MARIA ELISA ROQUE NOGUEIRA TORRES SILVA  
830.399/2012-FERNANDO DAS DORES FERREIRA  
Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
832.364/2007-MINERAÇÃO ALVES COSTA LTDA-OF.  
Nº11/14-FISC  
832.499/2009-GRANITOS MINAS BRASIL LTDA-OF.  
Nº23/14-ESCGV  
Indefere pedido de reconsideração(263)  
830.386/2001-IVAN LELEKO FILHO  
831.565/2001-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA  
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)  
830.935/2008-CLEVER PORFIRIO GARCIA-FI  
Declara a caducidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)(650)  
831.785/2009-MARCOS JOSÉ DA SILVA JÚNIOR  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
830.336/2001-GILL MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº2873/13-FISC  
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)  
830.336/2001-Gill Mineração Ltda- AI  
Nº1360,1361,1362,1363,1364,1365,1366,1367,1368,1369,1370 e 1371/13-MG  
RAL não aceito(1687)  
830.336/2001-GILL MINERAÇÃO LTDA.- RAL ANO BASE-2012 e 2013  
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICA-DOR/Prazo 30 dias(1737)  
830.336/2001-GILL MINERAÇÃO LTDA.-OF. Nº2875/13-FISC  
Fase de Concessão de Lavra  
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)  
002.973/1935-NESTLE WATERS BRASIL BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA- Fonte:Oriente - Marca:São Lourenço - Embalagem: Sem Gás:300 mL,510 mL e 1,26L (embalagem PET) - Marca:São Lourenço - Embalagem:Gasosa Natural:300 mL,510 mL e 1,26L (embalagem PET)- SÃO LOURENÇO/MG  
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRACÃO SA- Fonte Midas - Marca:Midas - Embalagem:20L, sem gás- IGARAPÉ/MG  
Fase de Licenciamento  
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)  
831.172/2000-RIO VERDE COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME  
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)





830.297/1990-INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁ-  
REO CALCEDÔNIA LTDA- Registro de Licença Nº:853/96 - Ven-  
cimentamento em Indeterminado  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa  
publicação:(730)  
833.610/2011-MACHADO SOUSA ENGENHEIROS E  
ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA.-Registro de Licença  
Nº4165/14 de 14/03/14-Vencimento em 06/09/2018  
834.408/2011-FRANZONI E CIA LTDA ME-Registro de  
Licença Nº4164 - Ferreira e Fernandes de Leopoldina Ltda/14 de  
14/03/14-Vencimento em Indeterminado  
834.570/2011-ONOFRE NÉRIO PAVIONE-Registro de Li-  
cença Nº4171/14 de 14/03/14-Vencimento em Indeterminado  
832.822/2012-CERÂMICA AZTECA LTDA - EPP-Regis-  
tro de Licença Nº4170/14 de 14/03/14-Vencimento em 20/06/2014  
833.296/2012-ARGEMIRO SILVIO ANTUNES SANTOS  
ME-Registro de Licença Nº4167/14 de 14/03/14-Vencimento em  
13/06/2016  
830.176/2013-CERÂMICA PEREIRA E LAUTON LTDA  
EPP-Registro de Licença Nº4173/14 de 14/03/14-Vencimento em  
08/01/2023  
830.957/2013-DANIEL EUGENIO DA FONSECA ME-Reg-  
istro de Licença Nº4172/14 de 14/03/14-Vencimento em  
31/12/2016  
831.182/2013-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-Registro de  
Licença Nº4166/14 de 14/03/14-Vencimento em 13/03/2015  
832.379/2013-MR BRASIL EMBALAGENS LTDA EPP-  
Registro de Licença Nº4169/14 de 14/03/14-Vencimento em  
19/07/2014  
833.208/2013-CERAMICA MINAS BRASIL LTDA-Regis-  
tro de Licença Nº4168/14 de 14/03/14-Vencimento em 01/10/2018

RELAÇÃO Nº 222/2014

Fase de Autorização de Pesquisa  
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)  
831.281/2003-ETGRAN MINERAÇÃO LTDA- Área de  
1000,00 ha para 659,45 ha-Granito ( Uso Revestimento)  
Aprova o relatório de Pesquisa(317)  
832.852/2006-JOÃO DE OLIVEIRA JÚNIOR ME-Casca-  
lho Diamantífero (0,04 ct/m3)  
830.602/2010-MINERAÇÃO FURUKAWA LTDA.-Areia

RELAÇÃO Nº 223/2014

Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
830.757/2003-MINERAÇÃO GOIABEIRA LTDA-OF.  
Nº22/14-ESCGV  
830.914/2011-TRANSLUMAR SERVIÇOS E CIA LTDA  
ME-OF. Nº26/14-ESCGV  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
830.715/1999-MINERAÇÃO SANTA IZABEL LTDA -  
ME-OF. Nº465/14-FISC

RELAÇÃO Nº 224/2014

Fase de Autorização de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)  
832.153/2002-MARCIO ANDRÉ TUPY DA FONSECA-  
OF. Nº25/14-ESCGV  
832.725/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMEN-  
TOS LTDA-OF. Nº32/14-ERPC  
832.726/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMEN-  
TOS LTDA-OF. Nº34/14-ERPC  
832.728/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMEN-  
TOS LTDA-OF. Nº36/14-ERPC  
832.730/2003-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMEN-  
TOS LTDA-OF. Nº33/14-ERPC  
830.278/2004-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMEN-  
TOS LTDA-OF. Nº35/14-ERPC  
832.096/2004-BONTEMPI IMÓVEIS LTDA-OF. Nº27/14-  
ESCGV  
833.389/2004-VIVER MINAS MINERAÇÃO LTDA.-OF.  
Nº38/14-ERPC  
834.844/2008-MINERAÇÃO TROPICAL LTDA-OF.  
Nº15/14-ESCGV  
832.555/2011-GUSTAVO CRUVINEL VALIN E CIA LT-  
DA ME-OF. Nº37/14-ERPC  
832.860/2012-BRASIPEDRA MINERAÇÃO INDÚSTRIA  
E COMÉRCIO LTDA.-OF. Nº27/14-ERPC  
Defere pedido de reconsideração(262)  
832.153/2002-MARCIO ANDRÉ TUPY DA FONSECA

RELAÇÃO Nº 225/2014

Fase de Autorização de Pesquisa  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60  
dias(252)  
833.613/2006-FERNANDO ESTEVES FERNANDES-OF.  
Nº84/14-ERPM

RELAÇÃO Nº 228/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não  
cumprimento de exigência(122)  
834.519/2008-MILENIUS MINERAÇÃO DE GRANITOS  
LTDA  
Homologa desistência do requerimento de Autorização de  
Pesquisa(157)  
834.352/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.  
832.533/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.534/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.535/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.537/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.538/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.539/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.540/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.541/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
832.542/2011-VICENZA MINERAÇÃO E PARTICIPA-  
ÇÕES S A.  
Fase de Licenciamento  
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licen-  
ça(744)  
831.376/2003-RUBENS MORAIS PALMA & CIA LTDA.  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Homologa desistência do requerimento de Registro de Li-  
cença(783)  
830.078/2013-INDUSTRIA E COMERCIO MASSIOLITE  
PAVIONE LTDA  
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port.  
266/2008(1282)  
832.198/2007-PEDREIRA TERRA NOVA LTDA  
833.571/2007-CERÂMICA PARAPUAN LIMITADA  
833.659/2012-DANIEL DOS REIS BARRETO  
832.520/2013-CERÂMICA PÁSSARO VERDE LTDA

RELAÇÃO Nº 229/2014

Fase de Requerimento de Lavra  
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)  
830.195/2003-SAL MINERAÇÃO LTDA- Guia de Utiliza-  
ção Nº136/13

RELAÇÃO Nº 234/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)  
830.116/2006-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-OF.  
Nº767/14-DGTM  
833.864/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E  
INDÚSTRIA LTDA-OF. Nº816/14-DGTM  
834.152/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF.  
Nº753/14-DGTM  
834.790/2008-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-  
OF. Nº757/14-DGTM  
834.791/2008-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-  
OF. Nº758/14-DGTM  
832.228/2012-LILIAN VELOSO MARCHESE-OF.  
Nº764/14-DGTM  
834.071/2012-JOSÉ LUÍS DEL COLLE-OF. Nº765/14-  
DGTM  
830.534/2013-AREIA VOLTA GRANDE LTDA.-OF.  
Nº755/14-DGTM  
830.535/2013-AREIA VOLTA GRANDE LTDA.-OF.  
Nº755/14-DGTM  
831.042/2013-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL,  
GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-OF. Nº766/14-DGTM  
831.978/2013-ADRIANO MENDES DE ARAUJO ME-OF.  
Nº761/14-DGTM  
832.015/2013-NOGUEIRA ENTERPRISE MINERAÇÃO-  
OF. Nº762/14-DGTM  
832.017/2013-ROCAS DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-  
OF. Nº759/14-DGTM  
832.018/2013-ALVARO JOSÉ BATISTA-OF. Nº760/14-  
DGTM  
832.950/2013-EMPRESA BRASILEIRA DO QUARTZO  
LTDA.-OF. Nº754/14-DGTM  
833.661/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.-OF.  
Nº756/14-DGTM  
833.815/2013-SELMA AMÉLIA DE SOUZA OLIVEIRA-  
OF. Nº763/14-DGTM  
Fase de Requerimento de Lavra  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)  
830.015/1981-MINERAÇÃO FAZENDA DOS BORGES  
LTDA-OF. Nº496/14-DGTM  
830.806/1993-LUCIANO FÉLIX D'ASCENÇÃO-OF.  
Nº497/14-DGTM, e para Ouro Minas Granitos Ltda  
831.534/2003-CERÂMICA VARGEM ALEGRE LTDA-OF.  
Nº818/14-DGTM  
832.162/2003-PETRA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EX-  
PORTAÇÃO LTDA-OF. Nº803/14-DGTM  
832.104/2004-HEMATITA MINERAÇÃO COMÉRCIO E  
EXPORTAÇÃO LTDA-OF. Nº804/14-DGTM

830.964/2005-MINERAÇÃO MAMUT LTDA EPP-OF.  
Nº498/14-DGTM  
833.042/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E  
EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO DOCE LTDA.-OF. Nº802/14-  
DGTM  
833.245/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E  
EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO DOCE LTDA.-OF. Nº772/14-  
DGTM  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180  
dias(1054)  
830.979/1979-STEIN MINERAÇÃO E COMÉRCIO-OF.  
Nº553/14-DGTM  
831.534/2003-CERÂMICA VARGEM ALEGRE LTDA-OF.  
Nº817/14-DGTM  
833.042/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E  
EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO DOCE LTDA.-OF. Nº801/14-  
DGTM  
833.245/2013-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E  
EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO DOCE LTDA.-OF. Nº771/14-  
DGTM  
Fase de Licenciamento  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)  
830.419/1979-MINERAÇÃO CAMPO BELO LTDA-OF.  
Nº815/14-DGTM  
832.374/2003-DRAGA IRMÃOS CALEARE LTDA.-OF.  
Nº517/14-DGTM  
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licen-  
ça(742)  
832.374/2003-DRAGA IRMÃOS CALEARE LTDA.- Re-  
gistro de Licença Nº:3091/07 - Vencimento em Indeterminado  
Fase de Requerimento de Registro de Extração  
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a  
partir dessa publicação:(924)  
832.728/2009-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA  
ESTRUTURA DE TRANSPORTES- Registro de Extração Nº01/14  
de 25/03/2014  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)  
833.326/2006-SAMIR TANNÚS-OF. Nº794/14-DGTM  
832.369/2009-LUIZ ANTÔNIO DA SILVA CPF  
67990711672 ME-OF. Nº795/14-DGTM  
830.437/2010-MARTINHO PINTO BARBOSA-OF.  
Nº792/14-DGTM  
832.881/2010-JOSÉ HENRIQUES MAIA ME-OF.  
Nº777/14-DGTM  
832.470/2011-OSVALDO LOPES BANDEIRA NETO-OF.  
Nº791/14-DGTM  
833.832/2012-AGUA QUENTE MINERAÇÃO AGROPE-  
CUÁRIA E ECO TURISMO LTDA-OF. Nº783/14-DGTM  
834.196/2012-FERNANDO ASSUNÇÃO-OF. Nº785/14-  
DGTM  
834.225/2012-CERAMICA A D N LTDA-OF. Nº784/14-  
DGTM  
834.226/2012-CERAMICA A D N LTDA-OF. Nº782/14-  
DGTM  
834.379/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF.  
Nº781/14-DGTM  
834.380/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF.  
Nº780/14-DGTM  
834.381/2012-MORRO DO PILAR MINERAIS S.A.-OF.  
Nº779/14-DGTM  
834.425/2012-DAVI JOSÉ MARTINS-OF. Nº800/14-  
DGTM  
830.396/2013-VCG AGROPASTORIL LTDA-OF.  
Nº786/14-DGTM  
831.239/2013-JOSÉ GERALDO PORTO BOTELHO-OF.  
Nº796/14-DGTM  
831.544/2013-VICENTE LEAL DE FREITAS-OF.  
Nº787/14-DGTM  
831.679/2013-IDEUVAN DE SOUZA AVELAR-OF.  
Nº790/14-DGTM  
832.259/2013-V.M.I. MINERAÇÃO LTDA ME-OF.  
Nº799/14-DGTM  
832.289/2013-DIRCEU ZANIRATI-OF. Nº788/14-DGTM  
832.321/2013-W. J. MALUF-OF. Nº789/14-DGTM  
832.609/2013-RICARDO AUGUSTO DIAS GARCIA MA-  
TERIAL DE CONSTRUÇÃO ME-OF. Nº798/14-DGTM  
833.195/2013-SILVINO BRAGA NETO-OF. Nº791/14-  
DGTM  
833.220/2013-DRAGA SÃO SEBASTIÃO LTDA-OF.  
Nº797/14-DGTM  
830.478/2014-JOÃO RIBEIRO-OF. Nº776/14-DGTM  
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30  
dias(1166)  
833.331/2012-SERGIO DIAS BARRETO-OF. Nº741/14-  
DGTM  
833.333/2012-MARIA APARECIDA STACIARINI-OF.  
Nº774/14-DGTM  
833.840/2012-KILL CERAMICA NOVA LTDA EPP-OF.  
Nº775/14-DGTM

CELSO LUIZ GARCIA

## SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 40/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa  
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)  
826.706/2006-CLECILDA DALA COSTA BACH- DOU de 10/03/2014  
Fase de Requerimento de Lavra  
Torna sem efeito exigência(560)  
826.484/1999-KINAI MAPT MINERAÇÃO DE AREIA E PEDRA LTDA ME-OF. Nº798/2013/DGTM/DNPM/PR-DOU de 23/10/2013  
Fase de Autorização de Pesquisa  
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)  
826.407/2009-ODOMAR ROQUE BELLÉ- AI Nº250/2013  
Fase de Requerimento de Licenciamento  
Torna sem efeito despacho publicado(1415)  
826.102/2014-AREAL SÃO PEDRO LTDA ME- DOU de 25/03/2014  
Fase de Disponibilidade  
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)  
826.665/2009-EDNA APARECIDA DE CAMPOS TANI-KAWA- AI Nº80/2014

HUDSON CALEFE

## SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
RELAÇÃO Nº 19/2014

Fase de Licenciamento  
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)  
886.103/2000-PEDREIRA VALE DO ABUNÁ LTDA- Registro de Licença Nº804/2004-Por determinação judicial proferida na Ação Civil Pública 14711-78.2011.4.01.4100, RETIFICO o registro de licença nº 804, de 04/06/2004, publicado no D.O.U de 07/07/2004, que passa a ter a seguinte redação: Fica autorizado o(s) Registro(s) da(s) Licença(s) Nº 804, de 04/06/2004, expedida pela Prefeitura Municipal de Porto Velho - Rondônia, em nome de PEDREIRA VALE DO ABUNÁ LTDA, inscrito(a) no cadastro de contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 04.087.224/0001-33 com endereço na avenida dos imigrantes, nº 1971, Bairro São Sebastião I, no(s) Município(s) de PORTO VELHO/RO para extrair GRANITO, numa área de 50 ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas SAD 69, descritos a seguir (Lat/Long). Vértice(1) - 09°39'49"/473/-65°30'53"371; Vértice(2) -09°40'22"/021/-65°30'53"371; Vértice(3) -09°40'22"/021/-65°31'09"772; Vértice(4) - 09°39'49"/473/-65°31'09"772; Vértice(5) -09°39'49"/473/-65°30'53"371. Por força do dispositivo legal, esta retificação não acarretará modificação no prazo original do Registro de Licença (vencimento em 25/04/2012)

DEOLINDO DE CARVALHO NETO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio ExteriorINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA  
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

## PORTARIA Nº 51, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de água, tipo eletrônico, aprovado pela Portaria Inmetro nº 246/2000 e Portaria Inmetro nº 436/2011; e

Considerando a solicitação constante do Processo Inmetro nº 52600.004549/2014, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel nº 167, de 13 de agosto de 2013, de aprovação do modelo iPERL DN 20, de medidor de volume de água, tipo eletrônico, marca SENSUS, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: <http://www.inmetro.gov.br/pam/>

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

## CIRCULAR Nº 13, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994,

aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.002494/2012-11, decide:

1. Encerrar, a pedido da exportadora peticionária, o processo de revisão de novo exportador para a Companhia Minera Cordillera Chile SCM (CMC), relativamente ao direito antidumping aplicado às importações de sal grosso, que não for destinado ao consumo animal, inclusive humano, comumente classificadas no item 2501.00.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República do Chile, instituído pela Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX nº 61, de 6 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 8 de setembro de 2011.

2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL MARTELETO GODINHO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
DA PRODUÇÃO

## PORTARIA Nº 45, DE 28 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001183/2014-09, de 19 de março de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000347/2014-50, de 20 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa AG Ind. e Com. De Placas Eletrônicas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 07.620.567/0001-00, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Multiplexador e demultiplexador por divisão de comprimento de onda	MDXD10V; MDXD8V; MDXD4V; MDXD16; MDXD8; MDXD4

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 986, de 22 de dezembro 2006.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

## PORTARIA Nº 46, DE 28 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001077/2014-17, de 13 de março de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000308/2014-52, de 14 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Toshiba Medical do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 46.563.938/0014-35, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELOS
Equipamento de ressonância magnética toshiba	MRT-1504 (VANTAGE TITAN); MRT-3010 (VANTAGE TITAN); MRT-2020 (VANTAGE ELAN).

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 766, de 25 de outubro de 2012.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

## PORTARIA Nº 47, DE 28 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto 2013, considerando o disposto na Portaria SDP nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.001089/2014-41, de 13 de março de 2014, e no processo MDIC nº 52001.000310/2014-21, de 14 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Siemens Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 44.013.159/0065-80, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivo modelo:

PRODUTO	MODELO
Aparelho de raios X, fixo, com aquisição de imagens via detector digital plano	Multix Select DR

§ 1º Farão jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 168, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art.1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES





Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 68, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Prorrogação, excepcional, do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, e considerando a necessidade de prorrogação de prazo para atendimento de cláusulas suspensivas nos Termos de Compromisso números 0416062-57/2013, 0416057-83/2013 e 0416060-38/2013, firmados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União Federal, representada por este Ministério, com os objetivos de construção de instalação esportiva para competições dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, mediante prévias justificativas apresentadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente até 30 de junho de 2014, o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, visando à implantação de infraestruturas necessárias à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no âmbito dos Termos de Compromisso firmados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União, com o Município do Rio de Janeiro, com vistas à execução das obras do Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro, especificamente no que concerne às instalações do Velódromo Olímpico, do Centro Olímpico de Handebol e do Centro Olímpico de Esportes Aquáticos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

PORTARIA Nº 69, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Prorrogação, excepcional, do prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87 da Constituição Federal, e considerando a necessidade de prorrogação de prazo para atendimento de cláusulas suspensivas no Termo de Compromisso nº 04244166-60/2013 firmado pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União Federal, representada por este Ministério, com o objetivo de implantação do Centro de Formação Olímpica do Nordeste, em Fortaleza/CE, mediante prévias justificativas apresentadas pelo Governo do Estado do Ceará, resolve:

Art. 1º Prorrogar, excepcionalmente até 30 de junho de 2014, o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas, de que trata o item 8 do Manual de Instruções para Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, visando à implantação de infraestruturas necessárias à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no âmbito dos Termos de Compromisso firmados pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União, com o Estado do Ceará, com vistas à execução das obras do Centro de Formação Olímpica do Nordeste.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS  
ESTATAIS

PORTARIA Nº 12, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre janeiro/fevereiro de 2014, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

MURILO FRANCISCO BARELLA

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2014

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 1º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2014 foi aprovado pela Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014 - Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 21.01.2014. Englobou as programações de 70 empresas estatais federais. Posteriormente, por intermédio do Decreto de 26.02.2014, foi inserido no Orçamento de Investimento de 2014, as programações da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF. Com isso, passou para 71 o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento, sendo 64 do setor produtivo e 7 do setor financeiro. Das empresas do setor produtivo, 20 pertencem ao Grupo Eletrobras, 20 ao Grupo Petrobrás e as 24 restantes estão agrupadas em demais empresas. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

2. As empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- sete, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- vinte e cinco, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- quinze, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;

- oito, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- oito, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

3. A Lei Orçamentária Anual fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento de 2014, no montante de R\$ 105.675.323.398,00 (cento e cinco bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, trezentos e vinte e três mil e trezentos e noventa e oito reais), que significou redução de 14,2% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2013 e de 6,9% sobre o montante realizado naquele exercício. O montante aprovado para 2014 agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 328 projetos e 260 atividades.

4. O Orçamento de Investimento de 2014 teve sua dotação aumentada em decorrência de incorporação de saldo de exercícios anteriores, no montante R\$ 197.747.089,00 conforme discriminado no Quadro 01, a seguir. Desse movimento resultou uma Dotação Atual no montante de R\$ 105.873.070.487,00 (cento e cinco bilhões, oitocentos e setenta e três milhões, setenta mil e quatrocentos e oitenta e sete reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2014 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 328 projetos e 263 atividades.

QUADRO 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Demonstrativo da evolução da dotação constante da LOA 2014 - até 1º bimestre

Especificação	Créditos		Movimento Líquido
	Suplementação	Cancelamento	
Dotação Inicial (Lei nº 12.952, de 20.01.2014)			105.675.323.398
Decreto de 26.01.2014 (Reabertura de créditos especiais)	197.747.089	0	197.747.089
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.997.600	0	1.997.600
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	10.000.000	0	10.000.000
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	185.749.489	0	185.749.489
Resumo dos Créditos	197.747.089	0	197.747.089
Dotação Atual			105.873.070.487

5. Por decisão realizada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, merece destaque: a destatização da empresa IRB Brasil Resseguros S.A. em 22.01.2013; a incorporação da empresa Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE, pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE em 30.12.2013; as incorporações das empresas SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda. e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST, pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS em 30.09.2013 e 16.12.2013 respectivamente.

6. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

7. No primeiro bimestre de 2014, as empresas realizaram investimentos no valor de R\$ 14.741.112.232,00 (quatorze bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, cento e doze mil e duzentos e trinta e dois reais) equivalentes a 13,9% da dotação atual.

8. O Quadro 02 demonstra a situação de projetos e atividades, agrupados por faixa percentual de desempenho definida pela relação entre o realizado no primeiro bimestre e a dotação atual de cada subtítulo, bem como a expressividade de cada faixa em relação ao quantitativo total de subtítulos programados.

QUADRO 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Quantitativo de projetos e atividades, por faixa % de execução - até 1º bimestre

Faixa % de desempenho	Projeto (a)	Atividade (b)	Total (c)	Composição (c/Te) %
0	122	72	194	32,8
0,01 a 13,90	156	153	309	52,3
13,91 a 16,66	9	6	15	2,5
16,67 a 100,00	36	30	66	11,2
Acima de 100,00	5	2	7	1,2
TOTAL (T)	328	263	591	100,0

Despesa por Órgão

9. A Tabela 01 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por ÓRGÃO, informando a dotação atual de cada ministério setorial para o exercício de 2014 e os valores já realizados no período de janeiro a fevereiro deste ano.

TABELA 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Dados consolidados da Despesa - por Órgão

Descritores	Valores em R\$ 1,00		
	Dotação Atual (a)	Realizado no 1º Bimestre (b)	Desemp. % (b/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	36.358.879	1.273.854	3,5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	42.484.603	52.006	0,1
Ministério da Fazenda	6.574.300.128	568.093.458	8,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	85.222.981	10.425.204	12,2
Ministério de Minas e Energia	94.323.554.149	13.801.835.344	14,6
Ministério da Previdência Social	236.500.000	13.549.005	5,7
Ministério da Saúde	271.330.242	23.085.478	8,5
Ministério dos Transportes	40.000	0	0,0
Ministério das Comunicações	1.321.635.295	135.091.997	10,2
Ministério da Defesa	8.900.000	47.894	0,5
Secretaria de Aviação Civil	1.669.581.597	148.275.608	8,9
Secretaria de Portos	1.303.162.613	39.382.384	3,0
Total	105.873.070.487	14.741.112.232	13,9

10. O Ministério de Minas e Energia, ao qual estão vinculados 89,1% do total dos investimentos de estatais, constantes da LOA, obteve o melhor desempenho dentre os Órgãos, ao realizar 14,6% da programação atual. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior obteve o segundo melhor desempenho ao realizar 12,2% da programação atual, e o Ministério das Comunicações com 10,2% de desempenho de suas respectivas programações situou-se em terceiro lugar.

Fontes de financiamento dos investimentos



11. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
Dados consolidados das Fontes de Financiamento dos Investimentos

Descritores	Dotação Atual (a)	Compo- sição % de (a)	Valores em R\$ 1,00	
			Realizado no 1º Bimestre (b)	Compo- sição % de (b)
Recursos Próprios	91.191.965.783	86,1	14.254.729.394	96,7
Geração Própria	91.191.965.783	86,1	14.254.729.394	96,7
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	8.651.976.504	8,2	355.318.674	2,4
Tesouro	3.582.852.504	3,4	280.842.891	1,9
Direto	2.485.924.863	2,3	190.872.988	1,3
Saldos de Exercícios Anteriores	1.096.927.641	1,0	89.969.903	0,6
Controladora	5.069.124.000	4,8	74.475.783	0,5
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.860.927.995	3,6	122.450.796	0,8
Internas	3.860.927.995	3,6	122.450.796	0,8
Outros Recursos de Longo Prazo	2.168.200.205	2,0	8.613.368	0,1
Controladora	2.168.200.205	2,0	8.613.368	0,1
Total	105.873.070.487	100,0	14.741.112.232	100,0

12. Dos gastos realizados com investimentos em 2014, parcela equivalente a 96,7% do total foi financiada com recursos de geração própria. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 86,1%.

Despesa por Funções e Subfunções

13. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função, em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

14. As tabelas 03 e 04 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no 1º bimestre de 2014, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 03 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
Dados consolidados da Despesa - por Função

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1º Bimestre (b)	Valores em R\$ 1,00	
			Desemp. % (b/a)	
Defesa Nacional	8.282.886	0	0,0	
Previdência Social	236.500.000	13.549.005	5,7	
Saúde	271.330.242	23.085.478	8,5	
Agricultura	36.358.879	1.273.854	3,5	
Indústria	440.688.388	59.902.983	13,6	
Comércio e Serviços	6.404.169.324	575.322.282	9,0	
Comunicações	1.301.235.295	135.091.997	10,4	
Energia	94.183.032.149	13.742.162.518	14,6	
Transporte	2.991.473.324	190.724.115	6,4	
Total	105.873.070.487	14.741.112.232	13,9	

TABELA 04 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
Dados consolidados da Despesa - por Subfunção

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1º Bimestre (b)	Valores em R\$ 1,00	
			Desemp. % (b/a)	
Administração Geral	2.149.549.762	173.926.565	8,1	
Tecnologia da Informação	3.707.289.877	474.531.034	12,8	
Suporte Profilático e Terapêutico	260.948.517	23.085.478	8,8	
Produção Industrial	1.072.537.442	132.319.226	12,3	
Comercialização	874.064.000	105.793.998	12,1	
Serviços Financeiros	3.267.720.947	168.051.792	5,1	
Comunicações Postais	364.388.616	23.586.912	6,5	
Telecomunicações	485.426.653	80.748.610	16,6	
Conservação de Energia	85.982.000	1.057.493	1,2	
Energia Elétrica	10.057.068.163	637.455.905	6,3	
Combustíveis Minerais	73.445.975.000	12.370.041.139	16,8	
Biocombustíveis	15.940.000	1.670.539	10,5	
Transporte Aéreo	1.666.581.597	146.481.810	8,8	
Transporte Hidroviário	3.070.214.913	101.508.229	3,3	
Transportes Especiais	5.349.383.000	300.853.500	5,6	
Total	105.873.070.487	14.741.112.232	13,9	

Despesa por Programa

15. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

TABELA 05 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
Dados consolidados da Despesa - por Programa

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1º Bimestre (b)	Valores em R\$ 1,00	
			Desemp. % (b/a)	
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	3.267.720.947	168.051.792	5,1	
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.577.350.422	685.938.051	10,4	
Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	55.583.145	0	0,0	
Aviação Civil	1.658.581.597	142.602.042	8,6	
Combustíveis	22.694.932.000	3.582.265.497	15,8	
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	517.603.049	81.388.691	15,7	
Energia Elétrica	9.909.365.185	623.340.369	6,3	
Petróleo e Gás	56.909.779.000	9.028.606.507	15,9	
Desenvolvimento Produtivo	2.946.172.372	384.962.833	13,1	
Política Nacional de Defesa	8.000.000	3.879.768	48,5	
Transporte Marítimo	1.253.494.913	38.229.530	3,0	
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	74.487.857	1.847.152	2,5	
Total	105.873.070.487	14.741.112.232	13,9	

16. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor petróleo, se destacam em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho que as empresas, por eles responsáveis, dedicam em sua execução, medido pelos respectivos indicadores de desempenho. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados, todos acima de R\$ 384,9 milhões, e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 12 programas:

- Petróleo e Gás, 61,2%;
  - Combustíveis, 24,3%;
  - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, 4,7%;
  - Energia Elétrica, 4,2%; e
  - Desenvolvimento Produtivo, 2,6%.
- Despesa por Órgão/Unidade

17. A Tabela 06 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados, discriminando, para cada Órgão e Unidades subordinadas, os valores da respectiva dotação aprovada para 2014, do realizado no 1º bimestre, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 06 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
Dados consolidados da Despesa - por Órgão/Unidade

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1º Bimestre (b)	Valores em R\$ 1,00	
			Desemp. % (c/a)	
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	36.358.879	1.273.854	3,5	
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	1.300.000	10.675	0,8	
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	300.000	0	0,0	
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	34.758.879	1.263.179	3,6	
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	42.484.603	52.006	0,1	
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	42.484.603	52.006	0,1	
MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.574.300.128	568.093.458	8,6	
Banco da Amazônia S.A. - BASA	57.781.763	108.659	0,2	
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	400.000.000	16.461.591	4,1	
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	132.815.320	4.571.250	3,4	
Casa da Moeda do Brasil - CMB	297.838.388	3.248.386	1,1	
IRB - Brasil Resseguros S.A. (1)	29.005.155	0	0,0	
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.522.200.106	450.201.046	17,8	
COBRA Tecnologia S.A.	26.811.000	507.726	1,9	
Banco do Brasil S.A. - BB	3.100.509.408	92.907.849	3,0	
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	2.800.000	0	0,0	
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	1.261.388	82.495	6,5	
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.280.000	4.456	0,3	
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.997.600	0	0,0	
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	85.222.981	10.425.204	12,2	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	85.222.981	10.425.204	12,2	
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	94.323.554.149	13.801.835.344	14,6	
GRUPO PETROBRAS	84.452.060.000	13.278.422.902	15,7	
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	63.059.378.000	10.935.430.011	17,3	
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	912.990.000	117.583.967	12,9	
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	64.052.000	6.535.193	10,2	
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	2.258.542.000	129.394.442	5,7	
Fronape International Company - FIC	39.500.000	608.746	1,5	
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PBLOG	112.000	0	0,0	
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	11.074.789.000	1.483.156.332	13,4	
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	1.319.818.000	499.097.287	37,8	
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	439.273.000	30.420.588	6,9	
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	130.000.000	8.100.784	6,2	
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda. (2)	1.400.000	0	0,0	
Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST (3)	4.814.646.000	0	0,0	
Stratura Asfaltos S.A.	3.261.000	131.181	4,0	
Petrobrás Biocombustível S.A. - PBIO	20.240.000	1.753.329	8,7	
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	142.850.000	56.654.597	39,7	
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	7.388.000	1.201.668	16,3	
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD	23.200.000	2.322.805	10,0	
Energetica Camacari Muricy I S.A. - Ecm I	5.490.000	0	0,0	
Arembepe Energia S.A.	6.928.000	6.031.972	87,1	
Araucária Nitrogenados S.A.	128.203.000	0	0,0	
GRUPO ELETROBRAS	9.871.494.149	523.412.442	5,3	
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	26.125.000	1.299.211	5,0	
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	2.561.814.870	95.589.222	3,7	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	40.981.364	1.283.829	3,1	
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	530.061.000	20.501.705	3,9	
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	377.993.364	5.923.338	1,6	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.840.606.084	173.683.565	9,4	
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.262.333.172	52.382.115	4,1	
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	150.000	0	0,0	
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	158.261.805	8.653.121	5,5	
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	295.275.625	12.512.536	4,2	
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	435.622.630	22.084.848	5,1	
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	507.542.503	16.551.504	3,3	
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	68.936.035	834.096	1,2	
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	774.087.811	42.685.997	5,5	
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	241.607.005	3.358.142	1,4	
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE (4)	200.000	0	0,0	
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	4.211	0	0,0	
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	51.439.728	11.980.551	23,3	
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	309.314.658	54.088.662	17,5	
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	389.137.284	0	0,0	
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	236.500.000	13.549.005	5,7	
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	236.500.000	13.549.005	5,7	
MINISTÉRIO DA SAÚDE	271.330.242	23.085.478	8,5	
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	271.330.242	23.085.478	8,5	
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	40.000	0	0,0	
Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR	40.000	0	0,0	
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.321.635.295	135.091.997	10,2	
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.040.642	54.343.387	6,8	
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	521.594.653	80.748.610	15,5	
MINISTÉRIO DA DEFESA	8.900.000	47.894	0,5	
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	8.900.000	47.894	0,5	
SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL	1.669.581.597	148.275.608	8,9	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.669.581.597	148.275.608	8,9	
SECRETARIA DE PORTOS	1.303.162.613	39.382.384	3,0	
Companhia Docas do Ceará - CDC	66.390.000	4.406.338	6,6	
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	128.300.266	3.070.112	2,4	
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	142.682.901	5.677.751	4,0	





Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	298.888.790	21.588.295	7,2
Companhia Docas do Pará - CDP	129.872.798	1.603.463	1,2
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	469.484.408	42.282	0,0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	67.543.450	2.994.143	4,4
Total	105.873.070.487	14.741.112.232	13,9

Obs: (1) IRB-Brasil Re foi desestatizada, em 22.11.2013.  
(2) SFE foi incorporada pela PETROBRAS, em 30.09.2013.  
(3) RNEST foi incorporada pela PETROBRAS, em 16.12.2013.  
(4) RBTE foi incorporada pela ELETRONORTE, em 30.12.2013.

18. Das 71 empresas que tiveram programação de dispêndios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2014, nove apresentaram, no primeiro bimestre, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações atuais, superior à média geral de 13,9%: Arembepe, 87,1%; Citepe, 39,7%; PIB BV, 37,8%; TSBE, 23,3%; Caixa, 17,8%; TSLE, 17,5%; Petrobras, 17,3%; Petroquímicasuape, 16,3%; e Telebrás, 15,5%. As empresas AmGT, Araucária, ABGF, BB Turismo, Casemg, Codomar, Eletropar, ECM1, PB-LOG, Uirapurú, IRB-Brasil Re, Rnest, RBTE e SFE não apresentaram realização no período.

19. As empresas a seguir ultrapassaram a dotação atual aprovada para as ações citadas: 1) Petrobras - Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro; Manutenção da Infraestrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, em Canoas (RS) - No Estado do Rio Grande do Sul; e Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR) - No Estado do Paraná; 2) PNBV - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (Período 2007-2014) - No Exterior; e Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (Período 2008-2015) - No Exterior; e 3) TAG - Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional.

Distribuição geográfica da despesa

20. A Tabela 07 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 48,3% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 7,8%.

TABELA 07 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Dados consolidados da Despesa - por Macrorregião

Descritores	Valores em R\$ 1,00			
	Dotação Atual	Realizado no 1º Bimestre	Composição %	
			de(a) a/Ta	de(b) b/Tb
Exterior	6.482.206.808	1.154.573.516	6,1	7,8
Nacional	51.879.800.904	7.127.222.829	49,0	48,3
Região Centro-Oeste	454.395.997	67.393.048	0,4	0,5
Região Nordeste	13.288.278.436	1.110.701.128	12,6	7,5
Região Norte	3.437.552.953	213.282.988	3,2	1,4
Região Sudeste	28.260.653.784	4.323.833.412	26,7	29,3
Região Sul	2.070.181.605	744.105.311	2,0	5,0
Total	105.873.070.487	14.741.112.232	100,0	100,0

21. Da relação percentual entre gasto efetivo e dotação atual de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 13,7; Exterior, 17,8; Região Norte, 6,2; Região Nordeste, 8,4; Região Sudeste, 15,3; Região Sul, 35,9; e Região Centro-Oeste, 14,8.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

22. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO de 2014).

23. As tabelas de 8 a 12, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, no período janeiro/fevereiro de 2014, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 92 da LDO de 2014, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

ANEXO

TABELA 08 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2014

(Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - LDO 2014 - Art. 92 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS																		
Consolidado das Agências																		
em R\$ mil																		
Região/UF	Saldos em 31.12.2013	Saldos em 31.12.2013																
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador					
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Fi-nanc.	Outros Servi-ços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fon-tes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Gran-de	Grande	
Região Norte	101.399.550	101.399.550	10.197.444	9.377.969	7.448.808	21.692.770	30.475.041	9.137.927	13.069.592	50.979.777	29.965.913	20.453.860	42.511.659	7.633.534	5.711.303	784.434	44.758.620	
Acre	5.285.500	5.285.500	469.557	336.341	592.828	433.993	1.847.865	498.118	1.106.797	2.923.465	1.398.263	963.772	2.716.887	525.960	374.864	22.915	1.644.873	
Amapá	4.409.466	4.409.466	104.122	141.398	344.046	335.763	2.152.754	170.690	1.160.692	3.219.561	794.093	395.812	2.395.342	365.470	242.561	13.466	1.392.626	
Amazonas	14.345.810	14.345.810	783.872	1.934.087	1.241.756	2.295.914	4.033.244	2.031.768	2.025.171	7.240.983	3.778.878	3.325.949	5.891.735	1.186.435	1.271.699	227.263	5.768.677	
Pará	34.658.832	34.658.832	3.226.720	4.383.432	2.996.746	8.024.749	7.850.016	3.698.405	4.478.764	17.713.415	10.421.954	6.523.463	14.272.867	2.725.237	1.812.975	300.893	15.546.861	
Rondônia	24.936.390	24.936.390	2.209.079	1.787.606	1.190.590	7.245.825	9.376.818	1.337.587	1.788.885	11.382.913	9.363.584	4.189.893	6.725.990	1.470.723	1.268.384	39.108	15.432.186	
Roraima	4.104.335	4.104.335	188.511	76.554	248.051	335.141	2.303.066	302.349	650.663	2.541.986	299.328	1.263.021	3.075.575	251.865	76.124	0	700.771	
Tocantins	13.659.217	13.659.217	3.215.583	718.551	834.791	3.021.384	2.911.277	1.099.010	1.858.619	5.957.454	3.909.812	3.791.951	7.433.263	1.107.845	664.695	180.789	4.272.626	
Região Nordeste	250.885.851	250.885.851	26.171.678	43.331.784	22.153.961	28.381.525	48.996.436	40.746.673	41.103.794	127.252.110	64.220.389	59.413.353	125.299.554	24.089.863	18.644.116	2.357.184	80.495.135	
Alagoas	12.900.486	12.900.486	1.094.775	2.091.608	1.090.392	998.196	1.865.454	3.194.312	2.565.750	6.913.098	2.439.543	3.547.845	7.988.287	956.745	804.438	115.163	3.035.851	
Bahia	69.718.557	69.718.557	9.932.897	11.530.401	5.921.605	9.427.390	12.065.329	10.568.316	10.272.618	36.218.767	16.856.927	16.642.863	33.571.253	7.143.405	5.379.613	868.435	22.755.850	
Ceará	37.980.384	37.980.384	2.734.656	6.424.629	4.420.198	4.718.922	9.068.228	5.108.306	5.505.445	18.330.705	10.321.676	9.328.003	17.923.067	3.809.464	3.085.719	367.604	12.794.530	
Maranhão	26.126.566	26.126.566	4.140.421	4.173.506	2.089.021	2.486.731	5.364.394	3.332.830	4.539.663	14.449.767	6.843.344	4.833.455	12.477.790	2.458.933	1.549.725	137.019	9.503.100	
Paraíba	14.800.278	14.800.278	871.125	1.558.344	1.624.013	1.424.687	1.823.240	4.135.589	3.363.280	7.913.638	2.352.314	4.534.326	9.765.070	1.533.147	1.132.026	99.775	2.270.261	
Pernambuco	44.687.817	44.687.817	2.814.725	13.358.873	3.336.316	4.755.286	8.992.591	5.670.317	5.759.799	19.909.320	14.652.141	10.126.356	18.676.294	3.844.915	3.283.547	564.401	18.318.658	
Piauí	13.354.247	13.354.247	2.101.215	1.203.400	1.512.388	1.610.210	1.642.435	1.683.320	3.601.277	6.898.315	3.679.091	2.776.841	7.532.035	1.529.123	995.770	86.979	3.210.339	
Rio Grande do Norte	20.877.292	20.877.292	1.029.297	2.000.555	1.385.864	2.028.308	3.968.271	3.109.653	3.995.345	11.330.835	4.636.523	4.909.934	10.677.635	1.850.854	1.540.434	40.787	6.767.583	
Sergipe	10.440.225	10.440.225	1.452.568	990.468	774.166	931.795	1.646.494	3.144.029	1.500.706	5.287.665	2.438.830	2.713.730	6.688.124	963.275	872.844	77.021	1.838.962	
Região Sudeste	965.333.054	965.333.054	36.272.901	188.869.998	50.133.965	298.948.331	168.578.616	138.024.023	84.505.219	608.849.280	129.972.765	226.511.009	340.698.621	48.694.380	40.046.310	11.688.133	524.205.609	
Espírito Santo	26.116.144	26.116.144	2.496.925	2.865.132	1.965.291	6.446.664	4.438.532	5.095.479	2.808.121	16.075.603	2.577.248	7.463.293	14.572.277	2.464.530	1.986.084	538.379	6.554.873	
Minas Gerais	144.747.255	144.747.255	13.888.505	16.751.942	10.868.878	30.207.336	21.604.599	31.173.921	20.252.073	90.820.400	11.754.092	42.172.763	83.496.528	12.595.129	9.040.491	3.121.510	36.493.596	
Rio de Janeiro	337.949.022	337.949.022	751.470	45.971.051	6.921.420	178.558.441	65.731.253	25.693.394	14.321.994	204.345.654	76.669.121	56.934.247	55.322.371	6.524.868	4.740.606	1.641.273	269.719.904	
São Paulo	456.520.634	456.520.634	19.136.001	123.281.874	30.378.376	83.735.890	76.804.233	76.061.229	47.123.031	297.607.623	38.972.304	119.940.707	187.307.445	27.109.853	24.279.128	6.386.970	211.437.237	
Região Sul	304.004.412	304.004.412	38.481.877	38.715.001	19.315.444	89.396.262	34.376.534	56.158.246	27.561.049	174.090.818	27.418.264	102.495.330	168.487.485	28.244.744	22.744.817	8.233.067	76.294.299	
Paraná	111.912.679	111.912.679	15.792.456	12.347.656	7.500.102	34.773.190	10.260.883	21.372.870	9.919.522	63.612.146	8.764.650	39.535.883	64.005.895	10.319.361	7.662.535	2.947.002	26.977.885	
Rio Grande do Sul	113.266.814	113.266.814	16.305.557	15.355.364	6.356.420	31.260.798	12.675.967	21.280.606	10.032.103	66.255.523	9.914.386	37.096.905	64.367.489	9.688.718	8.417.063	2.701.109	28.092.436	
Santa Catarina	78.824.919	78.824.919	6.383.864	11.011.981	5.458.922	23.362.274	11.493.684	13.504.769	7.609.424	44.223.149	8.739.228	25.862.542	40.114.101	8.236.665	6.665.218	2.584.956	21.223.978	
Região Centro-Oeste	182.485.131	182.485.131	26.918.811	15.635.152	10.035.850	28.193.427	39.055.840	30.825.433	31.820.616	104.993.963	26.676.170	50.814.997	116.226.998	14.037.298	7.696.020	3.284.086	41.240.729	
Distrito Federal	59.393.168	59.393.168	1.592.098	1.989.048	1.956.743	2.261.613	20.337.477	12.065.135	19.191.053	45.508.723	4.554.936	9.329.509	39.688.058	2.258.723	1.209.471	1.016.680	15.220.236	
Goiás	55.617.399	55.617.399	11.363.527	4.889.438	3.424.067	10.168.283	9.548.428	10.962.327	5.261.328	26.019.883	9.181.838	20.415.678	37.872.570	5.041.566	2.861.693	946.459	8.895.110	
Mato Grosso	37.743.948	37.743.948	8.068.428	2.616.041	2.763.366	10.311.941	6.051.121	3.940.241	3.992.810	17.925.247	6.335.096	13.483.605	21.868.051	4.402.357	2.520.417	817.081	8.136.042	
Mato Grosso do Sul	29.730.618	29.730.618	5.894.759	6.140.625	1.891.674	5.451.591	3.118.813	3.857.730	3.375.425	15.540.111	6.604.301	7.586.206	16.798.318	2.334.653	1.104.439	503.866	8.989.341	
TOTAL	1.804.107.998	1.804.107.998	138.042.711	295.929.905	109.088.029	466.612.314	321.482.466	274.892.302	198.060.270	1.066.165.949	278.253.500	459.688.549	793.224.318	122.699.819	94.842.566	26.346.903	766.994.393	



Paraíba	14.401.732	2.499.288	51.299	199.816	336.770	43.326	1.194.849	328.096	345.133	1.966.865	108.594	423.829	1.927.692	250.272	169.070	25.415	126.838
Pernambuco	35.641.497	5.617.184	80.119	446.255	580.720	142.981	3.307.776	444.760	614.573	4.542.635	111.295	963.254	3.756.600	656.286	253.584	92.668	858.046
Piauí	10.771.205	1.918.329	101.367	65.586	242.322	27.549	1.035.837	117.476	328.193	1.569.762	90.599	257.968	1.436.494	216.174	72.786	8.041	184.835
Rio Grande do Norte	16.477.887	3.341.781	27.468	136.523	273.363	32.467	2.066.568	279.399	525.994	2.666.951	30.457	644.373	2.464.510	286.683	326.953	4.218	259.418
Sergipe	9.573.436	1.383.364	11.256	84.962	118.320	52.583	663.953	244.639	207.651	1.184.154	13.324	185.886	1.115.764	132.389	64.306	12.524	58.381
Região Sudeste	640.352.711	119.892.535	4.172.439	13.003.483	6.662.558	18.930.918	54.316.145	10.338.777	12.468.215	92.315.662	1.634.003	25.942.871	69.586.730	7.123.275	3.142.846	1.167.904	38.871.780
Espírito Santo	24.024.024	3.803.017	207.844	227.935	391.239	181.231	1.951.479	357.392	485.897	2.883.373	6.790	912.854	2.998.522	400.239	159.052	44.717	200.489
Minas Gerais	136.392.899	21.938.930	1.300.821	1.532.894	2.034.246	1.124.354	10.882.954	2.126.289	2.937.371	17.591.782	87.880	4.259.268	16.439.573	1.898.180	1.054.535	418.027	2.128.615
Rio de Janeiro	197.120.219	36.868.706	375.326	3.730.953	825.462	15.370.418	12.227.014	2.425.918	1.913.615	24.034.481	1.167.109	11.667.116	13.158.791	861.267	399.059	175.344	22.274.245
São Paulo	282.815.570	57.281.882	2.288.448	7.511.701	3.411.612	2.254.914	29.254.697	5.429.178	7.131.332	47.806.026	372.223	9.103.633	36.989.844	3.963.590	1.530.201	529.815	14.268.432
Região Sul	245.689.781	41.546.810	3.894.412	4.045.514	3.667.549	2.323.069	19.208.098	3.662.322	4.745.847	31.996.984	176.015	9.373.811	30.791.074	4.018.705	1.952.897	786.380	3.997.754
Paraná	82.487.057	15.801.598	1.808.299	1.366.423	1.631.905	884.634	6.613.894	1.313.374	2.183.070	12.063.089	69.229	3.669.280	11.690.638	1.504.212	643.235	323.458	1.640.056
Rio Grande do Sul	86.858.323	15.270.405	1.535.551	1.456.068	1.031.621	734.984	7.508.424	1.479.804	1.523.953	11.990.477	63.365	3.216.563	11.369.363	1.332.715	682.413	267.369	1.618.547
Santa Catarina	76.344.401	10.474.806	550.562	1.223.023	1.004.022	703.452	5.085.780	869.143	1.038.824	7.943.417	43.421	2.487.968	7.731.074	1.181.779	627.250	195.553	739.151
Região Centro-Oeste	133.939.867	29.536.037	2.535.664	1.768.681	1.964.516	990.818	16.905.162	2.395.302	2.975.894	24.917.389	616.055	4.002.593	22.907.958	2.620.849	777.043	564.721	2.665.466
Distrito Federal	47.156.671	12.248.901	312.720	167.423	312.270	174.663	9.571.863	971.157	922.806	11.416.149	117.451	715.301	10.475.423	643.989	90.476	109.639	929.374
Goiás	45.364.165	7.562.750	864.052	526.830	780.815	384.438	3.070.772	831.211	1.104.634	6.054.536	171.491	1.336.723	5.606.177	898.760	294.176	285.031	478.606
Mato Grosso	22.999.330	5.300.294	1.032.313	235.210	528.731	297.124	2.383.065	319.300	504.551	10.086.214	160.024	1.054.056	3.871.109	724.522	267.062	115.183	322.416
Mato Grosso do Sul	18.419.701	4.424.092	510.579	839.218	342.701	134.593	1.879.463	273.634	443.904	3.360.491	167.089	896.512	2.955.248	353.578	125.329	54.867	935.069
TOTAL	1.313.216.206	236.649.570	12.371.695	21.592.509	17.390.101	23.518.328	114.086.032	21.402.243	26.288.662	187.332.698	3.791.818	45.525.055	157.975.853	18.705.116	8.135.483	3.031.484	48.801.635

Os dados da Caixa do mês de fevereiro foram copiados do mês de janeiro.

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2014  
(Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - LDO 2014 - Art. 92 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador  
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências																		em R\$ mil	
Região/UF	Programação 2014	Realizado até o 1º Bimestre / 2014																	
		Total	Rural	Industrial	Setor de Atividade				Habitação	Outros	Origem de Recursos			Porte do Tomador					
					Comércio	Intermed. Fi- nanc.	Outros Servi- ços	Próprio			Tesouro	Outras Fon- tes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Gran- de	Grande		
Região Norte	53.545.106	11.441.170	277.141	359.529	960.974	718.225	6.336.467	1.554.399	1.234.436	10.016.183	547.567	877.421	8.746.691	995.358	412.479	35.617	1.251.027		
Amortização	37.459.429	9.643.220	238.919	283.882	808.125	642.433	5.625.420	1.088.079	956.361	8.483.692	447.862	711.666	7.347.236	864.188	349.484	32.388	1.049.925		
Encargos	16.085.677	1.797.951	38.222	75.648	152.849	75.792	711.046	466.320	278.075	1.532.491	99.704	165.755	1.399.455	131.170	62.995	3.229	201.102		
Acre	3.016.777	913.302	8.546	15.604	40.494	14.206	709.423	42.783	82.246	868.895	22.505	21.902	781.807	60.999	24.395	678	45.422		
Amortização	2.094.635	792.348	7.243	11.619	32.868	12.649	633.236	29.948	64.785	756.212	18.402	17.734	682.231	52.910	18.908	550	37.750		
Encargos	922.143	120.953	1.303	3.985	7.626	1.557	76.187	12.835	17.460	112.683	4.103	4.167	99.576	8.089	5.487	128	7.672		
Amapá	7.341.556	628.493	5.297	7.341	34.308	11.465	502.027	11.936	56.120	598.891	19.236	10.366	520.885	51.539	15.735	601	39.734		
Amortização	5.130.823	540.017	3.534	5.407	28.784	10.378	439.259	8.355	44.299	516.369	14.427	9.221	449.369	45.053	12.384	592	32.618		
Encargos	2.210.733	88.476	1.763	1.934	5.523	1.087	62.767	3.581	11.820	82.522	4.809	1.145	71.516	6.485	3.351	9	7.115		
Amazonas	7.361.543	1.489.967	87.342	60.329	87.850	80.853	825.599	163.332	184.662	1.369.514	60.155	60.298	1.120.295	120.669	70.765	8.642	169.596		
Amortização	5.163.824	1.252.981	75.780	46.485	71.582	74.028	733.141	114.333	137.633	1.147.912	49.240	55.829	943.643	105.747	61.943	7.617	134.031		
Encargos	2.197.719	236.986	11.563	13.844	16.268	6.825	92.458	49.000	47.028	221.601	10.915	4.470	176.651	14.923	8.822	1.025	35.565		
Pará	17.656.973	4.477.927	109.631	185.545	429.897	268.284	1.822.055	1.150.530	511.985	3.781.208	207.212	489.507	3.420.451	395.928	183.147	15.955	462.447		
Amortização	12.279.843	3.668.246	94.968	148.828	366.269	240.889	1.620.015	805.371	391.908	3.118.363	170.289	379.594	2.762.279	343.842	153.082	14.048	394.997		
Encargos	5.377.130	809.681	14.663	36.717	63.628	27.396	202.040	345.159	120.077	662.845	36.923	109.913	658.172	52.087	30.065	1.907	67.450		
Rondônia	9.833.745	1.961.985	7.043	43.866	183.676	219.656	1.245.905	92.957	168.881	1.644.603	177.129	140.253	1.326.708	183.710	38.615	1.745	411.206		
Amortização	6.982.001	1.680.809	5.213	34.374	150.779	189.334	1.102.946	65.070	133.093	1.418.141	146.079	116.589	1.146.883	154.820	33.422	1.720	343.964		
Encargos	2.851.744	281.176	1.829	9.492	32.897	30.322	142.960	27.887	35.789	226.462	31.050	23.664	179.825	28.890	5.193	25	67.242		
Roraima	2.779.314	489.589	9.029	11.489	25.297	10.660	372.105	22.652	38.356	462.699	8.607	18.283	447.203	23.297	9.599	0	9.490		
Amortização	1.960.725	418.387	7.579	8.887	20.187	9.382	327.941	15.857	28.555	398.191	6.551	13.645	381.888	19.858	8.481	0	8.160		
Encargos	818.589	71.202	1.450	2.602	5.110	1.279	44.164	6.796	9.802	64.508	2.056	4.638	65.315	3.439	1.118	0	1.330		
Tocantins	5.555.198	1.479.909	50.252	35.354	159.453	113.100	859.353	70.208	192.187	1.290.374	52.723	136.812	1.129.342	159.215	70.224	7.996	113.131		
Amortização	3.847.578	1.290.431	44.602	28.281	137.656	105.774	768.883	49.146	156.088	1.128.504	42.874	119.053	980.942	141.958	61.265	7.861	98.405		
Encargos	1.707.619	189.478	5.650	7.073	21.796	7.326	90.471	21.062	36.099	161.870	9.849	17.759	148.400	17.257	8.960	135	14.726		
Região Nordeste	160.683.876	30.511.100	487.661	1.655.405	3.455.057	1.062.917	17.546.753	2.529.788	3.773.519	27.128.400	888.684	2.494.015	23.252.787	3.356.529	1.238.194	184.434	2.479.155		
Amortização	111.604.019	25.966.610	434.594	1.358.535	2.862.366	994.225	15.593.532	1.770.851	2.952.507	23.287.721	717.860	1.961.029	19.740.678	2.921.563	1.058.701	150.649	2.095.019		
Encargos	49.079.857	4.544.490	53.067	296.869	592.692	68.692	1.953.221	758.936	821.011	3.840.680	170.825	532.986	3.512.109	434.967	179.493	33.785	384.136		
Alagoas	10.882.837	1.658.344	10.874	60.827	204.740	38.063	792.688	282.747	268.406	1.458.950	26.532	172.862	1.340.172	164.862	48.382	4.327	100.600		
Amortização	7.575.046	1.359.649	9.757	47.736	160.422	35.815	704.117	197.923	203.878	1.209.675	21.711	128.263	1.096.352	140.011	39.139	4.052	80.095		
Encargos	3.307.791	298.695	1.117	13.090	44.318	2.248	88.570	84.824	64.527	249.275	4.821	44.599	243.820	24.851	9.243	275	20.056		
Bahia	40.200.061	8.373.222	153.553	386.949	982.393	361.438	4.653.793	757.466	1.077.630	7.625.840	220.045	527.337	6.526.163	850.743	303.443	39.877	652.996		
Amortização	27.904.965	7.148.542	137.215	315.501	817.465	340.692	4.143.533	530.226	863.910	6.525.092	176.354	447.096	5.554.809	746.470	260.437	36.807	550.020		
Encargos	12.295.096	1.224.680	16.338	71.447	164.928	20.746	510.260	227.240	213.720	1.100.748	43.691	80.241	971.354	104.274	43.006	3.070	102.976		
Ceará	33.999.170	4.686.504	42.045	267.153	578.333	167.531	2.865.406	241.257	524.778	4.181.100	143.595	361.809	3.536.938	588.987	169.772	22.355	368.451		
Amortização	23.601.747	4.008.004	37.667	218.857	477.940	153.836	2.546.312	168.880	404.512	3.611.997	112.497	283.510	3.014.031	516.300	146.877	18.840	311.956		
Encargos	10.397.423	678.499	4.378	48.296	100.393	13.695	319.094	72.377	120.266	569.103	31.098	78.298	522.906	72.687	22.896	3.515	56.495		
Maranhão	13.022.115	2.558.449	16.782	117.907	311.677	96.391	1.469.471	210.208	336.012	2.278.662	73.110	206.677	1.920.955	281.792	106.944	10.806	237.952		
Amortização	9.100.196	2.173.773	14.692	96.828	258.365	91.176	1.304.970	147.145	260.595	1.948.923	60.949	163.901	1.626.459	244.724	94.393	8.889	199.308		
Encargos	3.921.920	384.676	2.090	21.079	53.312	5.215	164.501	63.062	75.417	329.739	12.161	42.776	294.497	37.068	12.550	1.918	38.644		
Paraíba	10.898.425	2.190.862	17.117	84.301	285.483	52.884	1.216.285	238.828	295.963	1.874.668	26.256	289.938	1.748.470	226.650	140.251	8.566	66.926		
Amortização	7.509.949	1.847.600	15.396	66.235	236.682	49.319	1.082.976	167.180	229.812	1.613.882	20.906	212.812	1.472.723	193.705	117.272	6.731	57.170		
Encargos	3.388.476	343.263	1.721	18.066	48.801	3.565	133.310	71.648	66.151	260.786	5.351	77.126	275.748	32.945	22.980	1.835	9.756		
Pernambuco	24.140.265	5.266.637	184.377	541.520	554.904	181.081	2.944.368	325.706	534.681	4.559.885	270.591	436.161	3.522.641	659.272	226.412	89.824	768.489		
Amortização	16.822.377	4.516.087	165.818	459.256	466.927	170.312	2.605.400	227.994	420.381	3.945.060	222.503	348.524	3.011.911	580.362	199.153	66.982	657.680		
Encargos	7.317.888	750.550	18.560	82.264	87.977	10.769	338.968	97.712	114.300	614.825	48.088	87.637	510.730	78.910	27.259	22.842	110.809		
Piauí	7.989.194	1.594.770	10.218	27.349	204.606	58.074	933.623	89.481	271.419	1.456.430	25.627	112.713	1.282.819	188.585	47.760	3.584	72.022		
Amortização	5.537.850	1.357.887	9.146	21.701	169.778	53.625	832.068	62.637	208.932	1.248.902	21.578	87.407	1.087.807	163.714	40.946	3.407	62.014		
Encargos	2.451.345	236.883	1.073	5.648	34.828	4.449	101.555	26.844	62.487	207.528	4.049	25.306	195.012	24.872	6.814	177	10.008		
Rio Grande do Norte	12.244.899	2.898.102	7.770	120.179	231.421	70.877	1.988.805	194.425	284.624	2.558.021	71.601	268.480	2.308.018	269.540	144.251	1.814	174.480		
Amortização	8.458.802	2.485.830	6.908	94.326	191.873	64.711	1.769.169	136.098	222.749	2.228.978	57.073	199.782	1.989.068	231.529	118.643	1.786	144.807		
Encargos	3.786.098	412.270	862	25.853	39.549	6.166	219.636	58.328	61.875	329.044	14.528	68.698	318.950	38.010	25.608	28	29.672		
Sergipe	7.306.909	1.284.211	44.924	49.220	101.500	36.578	682.314	189.671	180.005	1.134.845	31.328	118.038	1.066.612	126.100	50.979	3.282	37.240		
Amortização	5.093.089	1.069.237	37.995	38.095	82.914	34.738	604.987	132.770	137.737	955.213	24.290	89.734	887.520	104.749	41.842	3.157	31.970		
Encargos	2.213.820	214.975	6.929	11.125	18.587	1.840	77.326	56.901	42.268	179.632	7.039	28.304	179.092	21.351	9.137	125	5.270		
Região Sudeste	437.798.033	101.437.273	1.797.955	9.645.574	4.522.846	15.970.513	50.537.834	8.218.800	10.743.750	85.111.748	5.745.075	10.580.449	64.251.172	5.648.800	2.299.113	516.342	28.721.845		
Amortização	307.544.433	86.576.033	1.559.165	8.180.097	3.746.346	14.235.113	46.661.282	5.754.727	8.239.302	72.705.595	4.950.686	9.919.751	54.234.802	5.012.669	2.062.675	454.473	24.811.414		
Encargos	130.253.602	14.861.240	238.790	1.465.477	776.500	1.735													



Encargos	19.957.132	1.841.995	56.976	144.565	125.867	88.974	797.214	339.971	288.429	1.546.412	43.882	251.701	1.475.403	112.283	47.156	16.005	191.149
Santa Catarina	58.190.758	9.504.498	131.036	1.090.367	773.528	822.731	5.121.266	638.229	927.342	7.778.664	241.709	1.484.125	6.911.691	969.443	482.413	113.977	1.026.973
Amortização	40.727.983	8.168.743	117.736	926.428	624.554	753.290	4.565.366	446.760	734.609	6.746.599	202.230	1.219.914	5.910.586	841.567	421.188	94.958	900.443
Encargos	17.462.775	1.335.755	13.300	163.939	148.974	69.441	555.900	191.469	192.733	1.032.065	39.479	264.211	1.001.105	127.876	61.225	19.019	126.530
Região Centro-Oeste	101.606.734	26.517.313	1.320.795	808.746	1.642.737	1.089.969	16.285.261	1.874.302	3.495.502	24.310.826	479.104	1.727.382	22.084.732	2.213.179	691.894	235.052	1.292.456
Amortização	70.265.708	22.908.923	1.184.974	671.436	1.410.049	1.030.839	14.416.683	1.312.059	2.882.884	21.038.403	407.903	1.462.618	19.054.425	1.963.928	606.066	192.460	1.092.044
Encargos	31.341.026	3.608.389	135.821	137.310	232.688	59.131	1.868.579	562.243	612.618	3.272.424	71.201	264.765	3.030.307	249.250	85.828	42.592	200.412
Distrito Federal	41.682.887	12.237.524	167.274	86.312	295.157	82.888	9.159.377	778.452	1.668.064	11.915.501	96.111	225.912	10.906.868	653.310	132.355	42.330	502.662
Amortização	28.592.509	10.602.606	150.431	70.356	252.867	77.681	8.097.612	544.916	1.408.743	10.333.468	81.074	188.064	9.459.375	580.337	115.132	36.192	411.571
Encargos	13.090.378	1.634.917	16.844	15.956	42.289	5.207	1.061.765	233.536	259.321	1.582.033	15.036	37.848	1.447.493	72.973	17.224	6.138	91.090
Goiás	32.993.898	6.523.182	500.176	347.802	689.287	390.442	2.967.497	631.121	996.858	5.671.508	182.226	669.448	5.063.516	762.155	255.757	123.876	317.879
Amortização	22.902.321	5.547.840	448.569	291.132	590.058	368.173	2.612.308	441.832	795.769	4.835.766	156.537	555.537	4.285.654	667.704	223.174	93.798	277.510
Encargos	10.091.577	975.342	51.607	56.671	99.229	22.269	355.189	189.289	201.089	835.742	25.689	113.911	777.862	94.451	32.584	30.077	40.369
Mato Grosso	14.413.420	4.360.408	292.447	178.159	388.469	411.838	2.381.745	255.503	452.248	3.773.129	84.919	502.360	3.373.897	519.516	217.263	38.151	211.582
Amortização	10.034.343	3.810.812	261.742	145.174	338.816	393.221	2.119.192	178.852	373.814	3.296.090	72.087	442.635	2.935.837	468.359	188.686	36.695	181.235
Encargos	4.379.076	549.595	30.704	32.985	49.652	18.617	262.552	76.651	78.434	477.039	12.832	59.724	438.061	51.156	28.577	1.455	30.346
Mato Grosso do Sul	12.516.529	3.396.198	360.898	196.472	269.824	204.802	1.776.643	209.227	378.332	2.950.688	115.849	329.661	2.740.451	278.198	86.519	30.695	260.334
Amortização	8.736.534	2.947.664	324.232	164.773	228.307	191.764	1.587.571	146.459	304.558	2.573.079	98.204	276.381	2.373.559	247.528	79.075	25.774	221.727
Encargos	3.779.995	448.533	36.666	31.699	41.517	13.037	189.072	62.768	73.774	377.608	17.644	53.281	366.892	30.670	7.444	4.921	38.606
TOTAL	936.204.463	205.630.805	5.047.557	15.248.125	13.135.032	22.057.479	109.620.670	16.963.677	23.558.265	176.740.577	8.423.246	20.466.982	145.372.035	15.227.745	6.038.471	1.325.359	37.667.216
Amortização	653.973.609	175.645.344	4.461.431	12.832.446	10.886.021	19.868.336	97.347.600	11.876.387	18.373.123	151.488.458	7.164.137	16.992.749	123.322.132	13.375.097	5.308.602	1.131.526	32.507.988
Encargos	282.230.853	29.985.461	586.127	2.415.679	2.249.011	2.189.143	12.273.070	5.087.290	5.185.141	25.252.119	1.259.109	3.474.233	22.049.903	1.852.649	729.869	193.813	5.159.228

Os dados da Caixa do mês de fevereiro foram copiados do mês de janeiro.

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2014  
(Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - LDO 2014 - Art. 92 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTOS																		
Consolidado das Agências																		
em R\$ mil																		
Região/UF	Programação 2014 Saldos	Saldos em 28.02.2014																
		Setor de Atividade								Origem de Recursos				Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Fi-nanc.	Outros Servi-ços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fon-tes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Gran-de	Grande	
Região Norte	124.410.028	102.361.620	10.759.006	9.693.883	7.634.995	21.471.583	30.224.481	9.309.252	13.268.420	51.191.777	30.006.644	21.163.199	43.256.090	7.841.316	5.781.806	947.264	44.535.144	
Acre	6.581.630	5.338.785	518.544	355.795	606.692	432.218	1.803.426	504.500	1.117.609	2.943.670	1.411.366	983.749	2.780.732	542.669	383.976	22.558	1.608.849	
Amapá	5.333.902	4.490.652	104.820	142.697	360.819	333.651	2.181.766	175.649	1.191.250	3.285.701	782.245	422.706	2.435.615	370.115	250.529	12.865	1.421.528	
Amazonas	17.652.962	14.555.710	704.939	2.060.518	1.288.292	2.313.172	4.068.672	2.059.499	2.060.618	7.281.398	3.852.176	3.422.136	5.884.413	1.213.255	1.296.844	232.340	5.928.859	
Pará	42.088.734	34.761.321	3.342.281	4.498.865	3.009.982	7.889.792	7.707.321	3.784.008	4.529.073	17.621.829	10.363.484	6.776.008	14.469.500	2.762.201	1.783.204	313.703	15.432.713	
Rondônia	30.686.319	25.009.092	2.426.639	1.809.294	1.227.702	7.143.278	9.224.088	1.352.630	1.825.460	11.390.266	9.330.408	4.288.418	6.930.553	1.533.501	1.288.823	43.696	15.212.519	
Roraima	5.328.256	4.191.108	210.682	75.237	267.945	334.099	2.327.883	306.493	668.769	2.576.991	323.955	1.290.162	3.123.519	267.801	72.840	331	726.616	
Tocantins	16.738.225	14.014.952	3.451.100	751.478	873.563	3.025.374	2.911.325	1.126.473	1.875.641	6.091.922	3.943.009	3.980.021	7.631.757	1.151.775	705.590	321.772	4.204.059	
Região Nordeste	306.880.237	253.645.699	26.928.723	43.775.768	22.647.222	28.095.092	48.706.174	41.497.004	41.995.717	127.998.190	64.109.151	61.538.359	127.245.738	24.472.480	19.185.636	2.486.782	80.255.064	
Alagoas	16.013.792	13.024.014	1.146.934	2.153.990	1.062.433	991.716	1.822.413	3.243.187	2.603.340	6.912.440	2.505.524	3.606.050	8.107.707	979.397	821.001	123.270	2.992.639	
Bahia	85.114.332	70.269.166	10.349.324	11.647.146	6.057.170	9.352.707	11.682.250	10.736.219	10.444.351	36.362.266	16.835.373	17.071.527	34.080.516	7.293.642	5.536.440	912.754	22.445.813	
Ceará	46.162.879	38.203.255	2.791.828	6.495.796	4.553.868	4.651.409	8.862.895	5.213.969	5.633.490	18.397.508	10.258.579	9.547.168	18.186.331	3.865.309	3.145.335	388.258	12.618.022	
Maranhão	31.143.311	26.464.041	4.325.026	4.256.623	2.167.425	2.449.562	5.241.579	3.384.461	4.639.366	14.639.685	6.821.909	5.002.447	12.759.524	2.541.158	1.581.193	157.741	9.424.425	
Paraíba	18.303.585	15.108.703	907.764	1.673.859	1.675.300	1.415.128	1.799.345	4.224.858	3.412.450	8.005.835	2.434.651	4.668.217	9.944.292	1.556.768	1.160.845	116.624	2.330.173	
Pernambuco	56.189.049	45.038.363	2.720.055	13.263.608	3.362.132	4.717.185	9.346.410	5.789.372	5.839.601	19.892.071	14.492.844	10.653.448	18.910.253	3.841.930	3.310.720	567.245	18.408.215	
Piauí	16.136.257	13.677.806	2.209.117	1.241.637	1.550.104	1.579.686	1.727.896	1.711.314	3.658.051	7.011.647	3.744.064	2.922.095	7.685.710	1.556.712	1.020.795	91.436	3.323.152	
Rio Grande do Norte	25.110.280	21.320.971	1.052.253	2.016.898	1.427.805	1.989.898	6.602.776	3.994.627	4.236.715	11.439.764	4.595.379	5.285.828	10.834.127	1.867.998	1.723.135	43.191	6.852.521	
Sergipe	12.706.753	10.539.379	1.426.422	1.026.210	790.985	947.801	1.620.610	3.198.998	1.528.352	5.336.974	2.420.826	2.781.579	6.737.276	969.564	886.172	86.263	1.860.103	
Região Sudeste	1.167.887.730	983.788.316	39.277.410	192.227.907	52.273.678	301.908.735	171.726.902	140.143.999	86.229.684	616.053.193	125.861.692	241.873.431	346.034.179	50.168.855	40.890.043	12.339.694	534.355.545	
Espírito Santo	31.842.096	26.548.194	2.672.109	2.928.564	2.076.517	6.385.590	4.494.356	5.148.339	2.842.719	16.256.457	2.511.785	7.779.952	14.875.406	2.533.264	2.029.322	556.290	6.553.911	
Minas Gerais	177.675.938	147.248.481	15.144.238	17.338.395	11.152.535	30.197.146	21.312.500	31.740.099	20.363.568	91.622.398	11.513.553	44.112.530	84.979.314	12.906.403	9.368.879	3.361.412	36.632.473	
Rio de Janeiro	403.279.382	347.884.470	1.140.658	48.839.651	7.102.754	182.336.907	67.769.964	26.139.240	14.555.297	209.531.940	73.504.830	64.847.700	56.260.503	6.627.798	5.008.161	1.739.947	278.248.062	
São Paulo	555.090.314	462.107.171	20.320.405	123.121.298	31.941.873	82.989.092	78.150.082	77.116.321	48.468.101	298.642.398	38.331.524	125.133.249	189.918.956	28.101.390	24.483.681	6.682.045	212.921.099	
Região Sul	367.124.416	309.827.272	41.898.636	39.981.643	20.429.575	88.503.476	33.983.925	57.034.180	27.995.838	175.914.383	26.831.464	107.081.425	172.241.907	29.249.569	23.300.924	8.665.553	76.369.319	
Paraná	135.096.727	114.377.008	17.471.287	12.904.812	7.950.542	34.385.881	9.894.309	21.671.321	10.098.855	64.439.856	8.585.449	41.351.703	65.589.004	10.535.654	7.808.360	3.144.994	27.298.995	
Rio Grande do Sul	135.048.193	115.655.038	17.564.807	15.932.194	6.789.617	30.874.600	12.690.570	21.627.175	10.176.077	67.086.625	9.705.075	38.863.338	65.719.419	10.264.915	8.682.509	2.854.027	28.134.168	
Santa Catarina	96.979.497	79.795.226	6.862.542	11.144.637	5.689.417	23.242.995	11.399.046	13.735.684	7.720.906	44.387.902	8.540.940	26.866.384	40.933.484	8.449.000	6.810.055	2.666.532	20.936.156	
Região Centro-Oeste	214.818.264	185.503.855	28.500.473	16.595.088	10.357.629	28.094.276	39.308.948	31.346.433	31.301.008	105.600.526	26.813.121	53.090.208	117.050.223	14.444.968	7.781.169	3.613.755	42.613.739	
Distrito Federal	64.866.951	59.404.545	1.569.621	2.070.159	1.973.856	2.353.388	20.733.885	12.257.840	18.445.796	45.009.370	4.576.277	9.818.898	39.256.614	2.249.402	1.167.591	1.083.989	15.646.948	
Goiás	67.987.661	56.656.965	11.974.397	5.068.466	3.515.595	10.162.279	9.404.709	11.162.417	5.369.104	26.402.910	9.171.103	21.082.952	38.415.231	5.178.171	2.900.111	1.107.614	9.055.837	
Mato Grosso	46.329.858	38.683.833	8.877.267	2.673.092	2.903.627	10.197.227	5.983.468	4.004.038	4.045.112	18.238.332	6.410.200	14.035.301	22.365.263	4.607.363	2.570.216	894.114	8.246.877	
Mato Grosso do Sul	35.633.790	30.758.512	6.079.187	6.783.371	1.964.551	5.381.383	3.186.886	3.922.138	3.440.996	15.949.914	6.655.541	8.153.057	17.013.115	2.410.032	1.143.250	528.038	9.664.077	
TOTAL	2.181.120.676	1.835.126.763	147.364.248	302.274.289	113.343.099	468.073.163	323.950.430	279.330.868	200.790.667	1.076.758.069	273.622.072	484.746.621	805.828.136	126.177.189	96.939.578	28.053.048	778.128.818	

## SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

## PORTARIA Nº 20, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Atualiza os valores limites para contratação de serviços de vigilância em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 4, de 14 de março de 2013 para a Unidade Federativa do Distrito Federal.

A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 5º do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, e no artigo 54 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualizar os limites máximos e mínimos para a contratação de serviços de vigilância, executados de forma contínua em edifícios públicos e celebrados por órgãos/entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para a Unidade Federativa do Distrito Federal, conforme Anexo I desta Portaria, em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 4, de 14 de março de 2013.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram as seguintes escalas de trabalho:

I - Posto de Vigilância - 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

II - Posto de Vigilância - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

III - Posto de Vigilância - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se esse adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Art. 4º Quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder a novo certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último Acordo ou Convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão SLTI - MP, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da ocorrência de novos Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria.

Art. 7º Os valores mínimos estabelecidos nesta Portaria visam garantir a exequibilidade da contratação, de modo que as propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos § 3º, 4º e 5º do art. 29, da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.

Art. 8º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão SLTI - MP poderá disponibilizar no COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NAZARÉ LOPES BRETAS

## ANEXO I

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - PREÇO MENSAL DO POSTO  
Limites Mínimos e Máximos para Contratação dos Serviços/2014

Unidade da Federação	VALORES MÍNIMOS E MÁXIMOS - 2014 - Em R\$					
	Posto 12X36h DIURNO		Posto 12X36 h NOTURNO		Posto 44 h SEMANAIS	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
DF	11.023,82	12.194,93	12.168,73	13.444,75	5.734,97	6.369,71

## PORTARIA Nº 22, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Atualização dos valores limites para contratação de serviços de limpeza e conservação, em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 6, de 3 de abril de 2013, para a Unidade Federativa do Amazonas, Portaria nº 5, de 19 de março de 2013, para as Unidades Federativas do Pará e Pernambuco, Portaria nº 14, de 10 de junho de 2013, para a Unidade Federativa da Paraíba e Portaria nº 9, de 23 de abril de 2013, para a Unidade Federativa de Sergipe.

A SECRETÁRIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, SUBSTITUTA, conforme o disposto no art. 5º do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, e no artigo 54 da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualização dos valores limites para contratação de serviços de limpeza e conservação em substituição aos valores limites publicados pela Portaria nº 6, de 3 de abril de 2013, para a Unidade Federativa do Amazonas, Portaria nº 5, de 19 de março de 2013, para as Unidades Federativas do Pará e Pernambuco, Portaria nº 14, de 10 de junho de 2013, para a Unidade Federativa da Paraíba e Portaria nº 9, de 23 de abril de 2013, para a Unidade Federativa de Sergipe, conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

I - áreas internas com produtividade de 600 m² (seiscentos metros quadrados);

II - áreas externas com produtividade de 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados);

III - esquadrias externas com produtividade de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados);

e

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 110 m² (cento e dez metros quadrados).

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se o adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o inciso XXI, art. 37 da Constituição Federal assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Art. 4º Quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder a novo certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último Acordo ou Convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da ocorrência de novos Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria.

Art. 7º Os valores mínimos estabelecidos nesta Portaria visam garantir a exequibilidade da contratação, de modo que as propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos § 3º, 4º e 5º do art. 29, da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008.

Art. 8º A SLTI/MP poderá disponibilizar no Portal de Compras do Governo Federal - COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NAZARÉ LOPES BRETAS

## ANEXO I

## SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Limites Mínimo e Máximo para Contratação dos Serviços

Em R\$/ m²

UF	ÁREA INTERNA		ÁREA EXTERNA		ESQUADRIA EXTERNA		FACHADA ENVIDRAÇADA e Face externa	
	Produtividade 600 m²		Produtividade 1.200 m²		Face interna/Face externa sem		Face interna/Face externa sem	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
AM	3,36	4,12	1,68	2,06	0,77	0,94	0,21	0,26
PA	3,55	4,35	1,78	2,17	0,81	0,99	0,17	0,22
PB	3,10	3,77	1,55	1,89	0,71	0,86	0,15	0,18
PE	3,12	3,79	1,56	1,90	0,71	0,87	0,15	0,20
SE	3,18	3,87	1,59	1,94	0,72	0,88	0,15	0,19

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

## PORTARIA Nº 11, DE 26 DE MARÇO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, c/c art. 1º, inciso VII da Portaria MP nº 211, publicada no DOU de 29 de abril de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e demais elementos que integram o Processo de nº 04941.004910/2012-34, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Camamu/BA a realizar as obras de revitalização da orla marítima, neste município, no tocante as áreas de domínio da União, conceituado como terreno de marinha e acrecidos de marinha, de acordo com relatórios e projetos anexados ao processo administrativo nº 04941.004910/2012-34.

Art. 2º A autorização de obras a que se refere o art. 1º, visa a requalificação urbanística de trecho de orla na zona urbana central de Camamu (subtrechos 03/04), às margens do rio Acaraí, contemplando serviços de pavimentação, calçadas, praça, estacionamentos iluminação, paisagismo e além de equipamentos de lazer, conforme especificações técnicas apresentadas no supracitado processo.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Parágrafo Único. O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando no final "Camamu/BA".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MEIRE DE CUNHA SALLES





SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2, de 11-2-2014, publicada no DOU nº 40, de 26 de fevereiro de 2014, Seção 1, pág. 61, na assinatura, onde se lê: Claudia Meire Cunha de Salles, leia-se: Magno Pires da Silva.

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2014

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo, do art. 2º, inciso I da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista os elementos que integram o Processo nº 04997.002250/2013-92, resolve:

Art. 1º - Autorizar a doação com encargo, que faz a União ao Município de Cáceres/MT, com base no Inciso II do Art. 2º da Lei Municipal 8.689/93, de 27/07/1993, do imóvel constituído pelo terreno com área de 2.025,00 m², (dois mil e vinte e cinco metros quadrados), situado na Rua Marcílio Dias, lote 13, quadra 13, Bairro Jardim São Luiz, na zona urbana do Município de Cáceres/MT, registrado na matrícula R2-9.295, livro nº 2, do Cartório de 1º Ofício daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se a Construção de Unidade de Saúde, Creche e Centro de Convivência do Idoso.

Parágrafo Único - Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 3º - Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existente.

Art. 4º - O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

- I- não for cumprida a finalidade da doação;
  - II- ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou
  - III- ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.
- Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VERA LÚCIA MAYUMI TSUDA

PORTARIA Nº 13, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04997.002261/2013-72, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de uso gratuito ao Município de Alto Garças, do imóvel de propriedade da União, oriundo do extinto DNER, com área de 4.500,00 m², desmembrada de uma área maior de 10.000,00 m², situado na Avenida 7 de Setembro, nº 1.370, Lote A, Centro, no Município de Alto Graças/MT, avaliado em R\$ 67.500,00 (sessenta sete mil e quinhentos reais), objeto da matrícula nº 4.358, Livro 02, fl. 01, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, da Comarca de Alto Graças/MT.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à instalação já existente e regularização da Biblioteca Municipal, Praça e Feira Livre, naquele município.

Art. 3º - A cessão terá vigência pelo prazo de 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério e conveniência da Secretaria do Patrimônio da União no Mato Grosso.

Art. 4º - Fica determinado que o Cessionário do imóvel se obriga, a promover as modificações ditas pela Lei nº 10.048/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, que a União fica obrigada a observar, bem como a NBR 9050.

Art. 5º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a concessão a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR SCHRADER

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 11, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE RONDONIA, no uso da competência estabelecida na Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010 e Portaria 40, de 18 de março de 2009, tendo em vista o inciso II, do art. 18 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 05310.001383/2012-03, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito ao Estado de Rondônia de um imóvel constituído de uma área, com 44,64m², denominado como sala situada nas dependências da Receita Federal na Av. Beira Rio com praça da EFMM, parte de uma área maior de 2.748,00 m², do lote 003, setor 1, quadra 71, entregue a Delegacia da Receita Federal no município de Guajará Mirim Estado de Rondônia, com características e confrontações constantes da matrícula nº 100, em data de 22.08.1976, junto ao Cartório de Registro Civil e Imóveis da Comarca de Guajará Mirim/RO.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se a Agencia Estadual de Vigilância em Saúde-AGEVISA.

Art. 3º O prazo da cessão será de 20 ( vinte) anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo Único: Fica o Superintendente do Patrimônio da União em Rondônia, autorizado a lavrar o respectivo Termo de Cessão de Uso Gratuito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 31, DE 17 DE MARÇO DE 2013

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do D.L. Nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, resolve:

Art. 1º - Autorizar a empresa Barra do Rio terminal portuário S/A, a realizar a execução de obras, referente à Retificação da margem do Rio Itajaí-açu, Município de Itajaí/SC, visando a implantação de Cais em terminal Portuário, em área de uso comum do povo, na forma dos elementos constantes do processo nº 04972.012149/2013-28;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se a deixar homogênea a margem direita do Rio Itajaí-açu que é recortada para que esta se torne apta à implantação do Cais que se pretende em terminal Portuário sendo as margens áreas públicas provocando uma escavação de 3.720,50 m² e um aterro de 759,70 m²;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso ao Rio e deste ao mar e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes sendo importante constar que as áreas de preservação permanente deverão ser usadas conforme prevê a legislação federal e conforme consta na Licença Ambiental 9184/2011;

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente;

Art. 5º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 6º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatório a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/SC nº 31, de 17/03/2014.

Art. 7º - Responderá a empresa Barra do Rio terminal portuário S/A, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04972.012149/2013-28 ;

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA BEATRIZ RIZZIERI DE LUCA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 31 de março de 2014

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0106/2014 de 27/02/2014, 0112/2014 de 05/03/2014, 0136/2014 de 17/03/2014, 0144/2014 de 18/03/2014, 0155/2014 de 26/03/2014, 0159/2014 de 27/03/2014 e 0160/2014 de 28/03/2014, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997;

Processo: 46880000100201482 Empresa: FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUVATES Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI GOMES MENDONÇA NEVES Passaporte: L921813.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012;

Processo: 46094003079201433 Empresa: SPIRIT COMUNICACAO LTDA Prazo: até 31/08/2014 Estrangeiro: JUAN CARLOS ESCANDELL Passaporte: 707404683, Processo: 46094003096201471 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JO-

GOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUKKA ANTERO KAUTONEN Passaporte: PA4790403, Processo: 46094003097201415 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARY MARGARET KELLY Passaporte: LT0087160, Processo: 47039002639201460 Empresa: C.S.M. DO BRASIL MARKETING ESPORTIVO LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: JOSEPHINE BRIDGET DE SOUZA Passaporte: 209702071.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039001239201437 Empresa: ALORICA BRASIL CALL CENTER LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: WENDY ALEXANDRA DIAZ MATOS Passaporte: SC6449308, Processo: 47039001425201476 Empresa: IKEA SERVICOS COMERCIAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAWEŁ KUCHARSKI Passaporte: EC4121657, Processo: 46094037558201372 Empresa: GENBAND TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTÔNIO PAULO MARINHO PERES Passaporte: L396091, Processo: 46094034954201348 Empresa: SFERAENG ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS BUZON GALLARDO Passaporte: AAG51590, Processo: 46094034955201392 Empresa: SFERAENG ENGENHARIA LTDA - EPP Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIN MANUEL BUZON GALLARDO Passaporte: AAG51590, Processo: 46205000734201405 Empresa: LITTORA MARIS MARITIME E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE RICARDO ARTIGA CHICAS Passaporte: A00107010, Processo: 46094037920201313 Empresa: M G PORTO NETO LOCACOES - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL DE AZEVEDO RAMOS Passaporte: M389002, Processo: 46094038583201373 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: GERALD SCHWARZ Passaporte: P1666800, Processo: 46094001141201452 Empresa: FORCA EOLICA DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO SANTAMARIA MOSQUERA Passaporte: AAH235963, Processo: 46202002019201429 Empresa: DIRLEY DA SILVA SOBRINHO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARISTIDES RIVERA TORRES Passaporte: I104047, Processo: 46094001792201442 Empresa: UNIAO DE CLINICAS DO CEARA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DIANA SOFIA BARREIRAS CORDEIRO Passaporte: M160880, Processo: 46094001154201421 Empresa: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANFRED GRÖNING Passaporte: C7X9PH4NM, Processo: 46094001801201403 Empresa: MINERACAO USIMINAS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHINICHI TSURU Passaporte: TH8432584, Processo: 46094001832201456 Empresa: JAGUAR E LAND ROVER BRASIL IMPORTACAO E COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO ELÓI LOPES PEREIRA ALVES Passaporte: M776394, Processo: 47039000544201410 Empresa: JVS INDUSTRIAL LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARMÊNIO MANUEL DIAS SI-MÕES Passaporte: M921545, Processo: 46094002111201463 Empresa: HABIT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDRÉ GUSTAVO DE VASCONCELOS MACIEL TEIXEIRA Passaporte: M598502, Processo: 47039000718201436 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JOHN DIPROSE Passaporte: 540228919, Processo: 46215003771201448 Empresa: SOENERGY - SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUDY MARCELA OCHOA PINTO Passaporte: CC1098634465, Processo: 47039000850201448 Empresa: MEGA-JOULE DO BRASIL SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO ANDRÉ MARTINS FERREIRA GUEDES Passaporte: M856214, Processo: 46094002097201406 Empresa: TS TECH DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YASUSHI KASHIWAZAKI Passaporte: TR1051940, Processo: 47039000874201405 Empresa: NATURAL DELI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David da Silva Taveira Passaporte: M524080, Processo: 47039000923201400 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL ALVAREZ FERNANDEZ Passaporte: AAG327161, Processo: 46880000056201419 Empresa: EMEPH EOLICA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JOSÉ HEREDERO CRUZ Passaporte: AE171166, Processo: 46094002000201457 Empresa: FUNDACAO COORDENACAO DE PROJETOS,PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS COPPETEC Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: ANTON GEORG JOHANNES ROSENHAGEM Passaporte: C1T8W49RN, Processo: 46094002006201424 Empresa: OMI DO BRASIL TEXTIL S.A. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: HISAO OYA Passaporte: TK0110852, Processo: 46094002007201479 Empresa: OMI DO BRASIL TEXTIL S.A. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: SHIGENOBU UEMURA Passaporte: TK7624245, Processo: 46094001986201448 Empresa: EMPA S/A SERVICOS DE ENGENHARIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ISAQUE VIANA FERNANDES Passaporte: L594320, Processo: 46215003915201466 Empresa: INTERCAMBIOS SA LTDA - ME Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MARIA HUSAROVA Passaporte: BR5502511, Processo: 46094002047201411 Empresa: OMNI TRADE BRASIL REVESTIMENTOS METALICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ JOAQUIM CASEIRITO DE OLIVEIRA Passaporte: L997476, Processo: 47039001190201412 Empresa: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VICENTE JAVIER MALLÉN BERTOLÍN Passaporte: AAG914923, Processo: 47039001265201465 Empresa: BARBIERE BAR LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: José Pedro de Sá Mota Alves Passaporte: L429793, Processo: 46094002133201423 Empresa: SOUZA CRUZ S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gelasio Correa Rojas Passaporte: E094962, Processo: 47039001424201421 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Surendra Prasad Passaporte: F9774581, Processo:

47039001441201469 Empresa: COMERCIAL AUTOMOTIVA CBA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL RIBEIRO ALVES REBELO Passaporte: M453646, Processo: 47039001472201410 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO PASCUAL AYLAGAS LOPEZ Passaporte: AAH979182, Processo: 47039001504201487 Empresa: AGENCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL - AACDC Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLAY STEFANOV MUTAFCHIEV Passaporte: 380863444, Processo: 47039001509201418 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIAN PETER JAR-RATT Passaporte: 210218860, Processo: 47039001588201459 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEN CHRISTIAN JANSSENS Passaporte: EH955854, Processo: 47039001662201437 Empresa: DROM INTERNACIONAL FRAGRANCIAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHIEU EMMANUEL FERREIRA Passaporte: 10C254274, Processo: 47039001678201440 Empresa: AGM TECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS ELETRONICOS LTDA Prazo: até 07/11/2014 Estrangeiro: MARIA DOLORES GALEA REYES Passaporte: 1084214, Processo: 47039001681201463 Empresa: AGM TECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS ELETRONICOS LTDA Prazo: até 07/11/2014 Estrangeiro: ENRIQUE BASTER GALEA Passaporte: 1085224, Processo: 47039001760201474 Empresa: MICROSOFIT INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE ALBERTO ZACARIAS FIGUEREDO Passaporte: 048123239, Processo: 47039001764201452 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REBECA GARCIA MARCIEL Passaporte: AA1164209, Processo: 47039001811201468 Empresa: WILLIAM ROBERTO MACEDO EVENTOS - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YVES AMEDÉ ROGER VAN ACKER Passaporte: EJ828547, Processo: 47039001773201443 Empresa: NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE FRANCISCO VERA SOTO Passaporte: AAH173739, Processo: 47039001781201490 Empresa: PREFABRICADOS DE CONCRETO DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: MARCOS GARCIA ALVAREZ Passaporte: AAC904012, Processo: 47039001791201425 Empresa: ISBAN BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO EMMANUEL SEM PAVOR DUARTE Passaporte: L736343, Processo: 47039001797201401 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Peter Boots Passaporte: E4013997, Processo: 47039001802201477 Empresa: KUMHO ELECTRIC POWER DO BRASIL INSTALACOES ELETRICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YEONMO JUNG Passaporte: M64474518, Processo: 47039001799201491 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Catherine Jane Boots Passaporte: 488503839, Processo: 47039001817201435 Empresa: LABORATORIOS FERRING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOANA SOFIA VICENTE FETEIRA Passaporte: M897137, Processo: 47039001824201437 Empresa: GAMESA EOLICA BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO PRIDA SOMOANO Passaporte: AAB240839, Processo: 47039001826201426 Empresa: UBS BRASIL SERVICOS DE ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAURABH RASTOGI Passaporte: Z2284792, Processo: 47039001850201465 Empresa: SANKYU S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMONORI SAKAMOTO Passaporte: TK 7227147, Processo: 47039001861201445 Empresa: AUDAX ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Telmo Manuel Ferreira Cordeiro Passaporte: M208586, Processo: 47039001865201423 Empresa: HOSPIRA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Victor Hugo Alamilla Gatica Passaporte: G02799781, Processo: 47039001866201478 Empresa: SIEMENS INDUSTRY SOFTWARE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gert Remi de Nul Passaporte: EK068693, Processo: 47039001869201410 Empresa: KRAFT FOODS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FABIO ROBERTO CORRALES VALENZUELA Passaporte: 239523397, Processo: 47039001870201436 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAI UWE LACHMANN Passaporte: C61P2WMWW, Processo: 47039001871201481 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL RUDOLPH Passaporte: C60PV4CWL, Processo: 47039001872201425 Empresa: MECANOTUBO CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TACIANO ALBERTO DA SILVA CORREIA Passaporte: M137065, Processo: 47039001873201470 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEPHAN SCHULZ Passaporte: C61P846WY, Processo: 47039001876201411 Empresa: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maria Segarra Martinez Passaporte: 488624560, Processo: 47039001879201447 Empresa: SICK SOLUCAO EM SENSORES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FELIX CHRISTOPHER BAHÁ Passaporte: C4G1FF0FM, Processo: 47039001877201458 Empresa: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIO PERNA Passaporte: YA1517680, Processo: 47039001887201493 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Markus Posch Passaporte: P7278693, Processo: 47039001893201441 Empresa: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Frederico Miguel Diogo Capelão Passaporte: L930443, Processo: 47039001894201495 Empresa: INGENICO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Virginia Wong Maldonado Passaporte: G09384625, Processo: 47039001902201401 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOHYUN CHOI Passaporte: M53479210, Processo: 47039001910201440 Empresa: ITALIANA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTIA MOSSETTI Passaporte: AA4264353, Processo: 47039001913201483 Empresa: ASSOCIACAO CULTURAL E ESPORTIVA SOCIAL DE BARRETOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO EMANUEL SANTIAGO FERREIRA Passaporte: L583273, Processo: 47039001912201439 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIU BUCIUMAN Passaporte: 15181225, Processo: 47039001916201417 Empresa: ENGEXPOR BRASIL GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAULO JORGE REIS DA ROCHA SIMÃO Passaporte: M117680, Processo: 47039001921201420 Empresa: ESCOLA CIDADE JARDIM - PLAY PEN LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA GLUSHKOVA Passaporte: 722759367, Processo: 47039001923201419 Empresa: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRAD A RUFFKESS Passaporte: 505434269, Processo: 47039001927201405 Empresa: ARCADIS LOGOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER DAVID HARRY MATTOCK Passaporte: 500766947, Processo: 47039001930201411 Empresa: HELLA DO BRASIL AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRIAM NIESTADTKÖTTER Passaporte: C7POG7FY9, Processo: 47039001932201418 Empresa: ISOLUX PROJETOS E INSTALACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO MORENO GONZALEZ Passaporte: AAE853957, Processo: 47039001951201436 Empresa: BBC DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATIE ANNE WELLHAM Passaporte: 514244986, Processo: 47039001953201425 Empresa: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marco Xavier Rocha Murgueitio Passaporte: 0920270444, Processo: 47039001954201470 Empresa: TECMIC BRASIL - SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI LUÍS CASEIRO RIBEIRO Passaporte: L375400, Processo: 47039001959201401 Empresa: DELTA GREENTECH (BRASIL) SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LIYONG GAO Passaporte: E24657358, Processo: 47039001958201458 Empresa: COLOPLAST DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KIT HOLMGAARD MIKKELSEN Passaporte: 203141181, Processo: 47039001960201427 Empresa: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JORGE ERNESTO BARRERA GONZALEZ Passaporte: G02374786, Processo: 47039001962201416 Empresa: MAGNETI MARELLI COFAP FABRICADORA DE PECAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCO DESTEFANIS Passaporte: YA4290108, Processo: 47039001964201413 Empresa: TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TASUKU HORIUCHI Passaporte: TH5817619, Processo: 47039001965201450 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KULJEET SINGH GILL Passaporte: G0259105, Processo: 47039001968201493 Empresa: BT LATAM BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESUS FOJON MUÑOZ Passaporte: AE242150, Processo: 47039001986201475 Empresa: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Simona Viorica Darjan Passaporte: 12883107, Processo: 47039001996201419 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manuel Fernandes Teixeira Escalera Passaporte: M961831, Processo: 47039001995201466 Empresa: FIAT DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCA REDI Passaporte: AA3413519, Processo: 47039002005201415 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VÍTOR JOSÉ DOS SANTOS GONÇALVES Passaporte: M954299, Processo: 4703900201201408 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAN LOTHAR SEIBEL Passaporte: C62RCZX9Z, Processo: 47039002023201499 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS FREIGANG Passaporte: C60PM21Z9.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039002590201445 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KÉVIN, ALAIN, ANDRÉ DESPREZ Passaporte: 11CT37761, Processo: 47039002591201490 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roland, Jean Magueur Passaporte: 11A109636.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039000804201449 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OSCAR VALOY CEDEÑO GONZALEZ Passaporte: 061768376, Processo: 47039000925201491 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAOLIANG LIU Passaporte: G37119054, Processo: 47039000927201480 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHENXU YANG Passaporte: G57023561, Processo: 47039000931201448 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YALIN ZHANG Passaporte: G31735137, Processo: 46094038468201307 Empresa: LOGISTICA AMBIENTAL DE SAO PAULO S.A. - LOGA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREJ HUMEK Passaporte: PB0840794, Processo: 46094000316201412 Empresa: PLANSEVRI ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LAURENT CATALA Passaporte: 09AT70526, Processo: 46094000462201430 Empresa: TIANDA SOUTH AMERICA SISTEMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HELIO DIAZ GARCIA Passaporte: XDA080389, Processo: 47039000136201450 Empresa: AXESS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Michael Wagner Passaporte: P0212805, Processo: 46094001500201471 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Pierre-Emmanuel Bertrand Marie d'HUART Passaporte: 10CV93177, Processo:

46094001998201472 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: MAARTEN WILBERT KLOP Passaporte: NT773PKP3, Processo: 47039000743201410 Empresa: VECTOR SOFTWARE FACTORY DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL GARCIA DE PAZ Passaporte: AAF577852, Processo: 47039000795201496 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FELIX CHRISTIAN WIRZ Passaporte: X1399769, Processo: 46094001999201417 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: RENÉ SIMON IDZINGA Passaporte: BK87H5974, Processo: 46094002230201416 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: COSTICA CIMPEANU Passaporte: 11677629, Processo: 46094002229201491 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ION CLOSCA Passaporte: 05048366, Processo: 46094002232201413 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IONEL FAGARAS Passaporte: 12586031, Processo: 46094001997201428 Empresa: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: JOB GERARDUS LAMBERTUS NASS Passaporte: NYLH2B149, Processo: 46094002231201461 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCIAN FAGARAS Passaporte: 12583844, Processo: 46094002233201450 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETRE DAMIAN Passaporte: 14111854, Processo: 46094002234201402 Empresa: SERVICOS SUBSEA ESPECIALIZADO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WAYNE EDWARD NOVOTNY Passaporte: 486636633, Processo: 47039001036201441 Empresa: PIRELLI PNEUS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO VITALI Passaporte: YA2994074, Processo: 46094001992201403 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JARKKO OLAVI HAAPALA Passaporte: PZ4713656, Processo: 47039001288201470 Empresa: CONSULGAL BRASIL - CONSULTORES DE ENGENHARIA E GESTAO LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JOAQUIM JOSE DOS REIS FERNANDES Passaporte: M472986, Processo: 47039001340201498 Empresa: BASF SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOLAN RYAN HIGDON Passaporte: 496723414, Processo: 47039001395201406 Empresa: BOMBARDIER TRANSPORTATION BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ALBERTO YNANEZ CASADO Passaporte: AAC541465, Processo: 47039001411201452 Empresa: EMD LOCOMOTIVAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARL HEIN Passaporte: QM205714, Processo: 47039001415201431 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE EDUARDO HARNECKER PALMA Passaporte: P01775043, Processo: 47039001419201419 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXIS ENRIQUE MIÑO PONCE Passaporte: 89329167, Processo: 47039001437201409 Empresa: TERPHANE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOMINIK DENIS CLAAR Passaporte: C78LMZWJT, Processo: 47039001445201447 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIME ENRIQUE RAMOS SASTOQUE Passaporte: AM744249, Processo: 47039001448201481 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERTO HORACIO YANES HONORES Passaporte: F11633171, Processo: 47039001447201436 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CLAUDIA VERONICA PALMA MORA Passaporte: 129189088, Processo: 47039001449201425 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALBERTO CANETE GONZALEZ Passaporte: P07932103, Processo: 47039001451201402 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MÓNICA DEL ROSARIO ROJAS VILLALOBOS Passaporte: 120431927, Processo: 47039001455201482 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO HUMBERTO BRUNA AVILA Passaporte: 90049364, Processo: 47039001469201404 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO SALVADOR FAELLA Passaporte: AAB026561, Processo: 47039001470201421 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIANA PATRICIA TORRES CORREDOR Passaporte: 147189656, Processo: 47039001491201446 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS FELIPE ARESTIZABAL CONTESSE Passaporte: 150283353, Processo: 47039001494201480 Empresa: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Anthony Charles Gallely Passaporte: 508443146, Processo: 47039001505201421 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO JAVIER FONTECILLA WOLF Passaporte: F18720441, Processo: 47039001522201469 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RODRIGO ANDRES DE CAMINO MONTECINOS Passaporte: 114839191, Processo: 47039001527201491 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN PABLO AMIN MAINGUYAGUE Passaporte: 13953784K, Processo: 47039001557201406 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ LUIS JIMENEZ CANO Passaporte: AAG549464, Processo: 47039001562201419 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SIMON URRY Passaporte: 501431808, Processo: 47039001563201455 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HEAT LEE FLUX Passaporte: M6281651, Processo: 47039001564201408 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TYSON SCOTT OSBORNE Passaporte: BA335756, Processo: 46094002099201497 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ROBERT GLEN YON Passaporte: 422080877, Processo: 47039001579201468 Empresa: GME AEROSPACE IND. DE MAT. COMPOSTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AN-





GELO ANGELICOLA Passaporte: YA5648697, Processo: 47039001580201492 Empresa: GME AEROSPACE IND. DE MAT. COMPOSTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIELE NAVONI Passaporte: AA2591825, Processo: 47039001584201471 Empresa: GME AEROSPACE IND. DE MAT. COMPOSTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVIDE FELICE ANGELO VETTORATO Passaporte: YA5930431, Processo: 47039001586201460 Empresa: GME AEROSPACE IND. DE MAT. COMPOSTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENZO BOTTA Passaporte: YA5187539, Processo: 47039001597201440 Empresa: GME AEROSPACE IND. DE MAT. COMPOSTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCELLO VENDITTI Passaporte: AA4152275, Processo: 47039001600201425 Empresa: GME AEROSPACE IND. DE MAT. COMPOSTO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIERO MANNELLA Passaporte: YA4613896, Processo: 47039001602201414 Empresa: MNAC DO BRASIL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: IVAN RICARDO AFONSO MOREIRA Passaporte: M729451, Processo: 47039001607201447 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRAHAM ANDREW LAWSON Passaporte: 099248438, Processo: 47039001609201436 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS SCOTT WILBORN Passaporte: 430042708, Processo: 47039001611201413 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANDY PAUL NAQUIN JR. Passaporte: 135128065, Processo: 47039001613201402 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FREDDY BERGE Passaporte: 30168515, Processo: 47039001614201449 Empresa: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLTON JOHN CHAMPAGNE JR Passaporte: 422082842, Processo: 47039001618201427 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO HERNAN PRATS GAVINO Passaporte: 128696490, Processo: 47039001628201462 Empresa: METSO AUTOMATION DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKO MIKAEL LAAKSO Passaporte: PM7505118, Processo: 47039001629201415 Empresa: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL DANTE FRANZ Passaporte: E3052109, Processo: 47039001638201406 Empresa: CNEC WORLEYPARSONS ENGENHARIA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEVEN JOHN PRITCHARD Passaporte: E3008416, Processo: 47039001637201453 Empresa: TAM LINHAS AEREAS S/A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENA ALEXIA GALLEGOS PEREZ Passaporte: 135857513, Processo: 47039001667201460 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CURTIS WAYNE ROSE Passaporte: 501039401, Processo: 47039001702201441 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIO MARCO Passaporte: YA5414986, Processo: 47039001704201430 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO PARISI Passaporte: 479703521, Processo: 47039001706201429 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HERNAN PABLO VIEYRA MARFAN Passaporte: 7521037K, Processo: 47039001712201486 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KATHLEEN BLANCHE MOREY Passaporte: 306981404, Processo: 47039001713201421 Empresa: SERRA BRASIL INTERNACIONAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JORGE VAL ROCA Passaporte: AAC496621, Processo: 47039001715201410 Empresa: SERRA BRASIL INTERNACIONAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL JOSE BEL LAPAZ Passaporte: BB776407, Processo: 47039001718201453 Empresa: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS ROY GOURNEAU Passaporte: 476392406, Processo: 47039001716201464 Empresa: PERI FORMAS E ESCORAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS JACOB MONCH Passaporte: C9M0W5RYF, Processo: 47039001720201422 Empresa: SERRA BRASIL INTERNACIONAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRISTINA PEREZ MARTINEZ Passaporte: AAF563588, Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094003159201499 Empresa: WA&TRANZE - EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Christopher Glen Hall Passaporte: 406101508 Estrangeiro: EDWARD ALTAMIRANO MENDOZA Passaporte: 506616785 Estrangeiro: EMMA WHITWORTH LUDBROOK Passaporte: E4011157 Estrangeiro: FRANÇOIS PARÉ Passaporte: BA807477 Estrangeiro: JAIME JEREMY ZENDEJAS Passaporte: 511003262 Estrangeiro: JAMIE REED SCHEFMAN Passaporte: 476131974 Estrangeiro: JARED JOSEPH LETO Passaporte: 452127244 Estrangeiro: JASON CHRISTOPHER RIGBY Passaporte: 488723705 Estrangeiro: JESSE LEE CRONAN Passaporte: 432975016 Estrangeiro: K C LAUF Passaporte: 509365357 Estrangeiro: KYLA CAROLYN BRODERICK Passaporte: 511344898 Estrangeiro: MARIA CHRISTINA VIGNAUD Passaporte: 30093410 Estrangeiro: MATTHEW DAVID VAN GASBECK Passaporte: 425313726 Estrangeiro: MATTHEW LUKE DAVY Passaporte: 099125079 Estrangeiro: RENATE CHRISTINA CASTRO BAÏTEN-MANN Passaporte: G08418056 Estrangeiro: RICARDO DUARTE RIBEIRO Passaporte: M116925 Estrangeiro: SHANNON CARL LETO Passaporte: 481671185 Estrangeiro: STEPHEN MATTHEW AIELLO Passaporte: 440308916 Estrangeiro: STEVEN RAF JULIUS LEMAHIEU Passaporte: E1740367 Estrangeiro: TAYLOR WRIGHT TUMBLESON Passaporte: 471188162 Estrangeiro: THOMAS PHILIP MICHAEL HUNTER Passaporte: 706763185 Estrangeiro: TOMISLAV MILICEVIC Passaporte: 422045022 Estrangeiro: ZACHA-

RY ETHAN MATUSOW Passaporte: 488164739, Processo: 46094003030201481 Empresa: INSTITUTO ODEON Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CONRAD MARCELLUS VENTUR Passaporte: 217686089, Processo: 46094003031201425 Empresa: INSTITUTO ODEON Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN BRIAN COHEN Passaporte: 465902967, Processo: 46094003040201416 Empresa: PROGRAMA SOCIAL CRESCER E VIVER Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: TOM PRÔNEUR Passaporte: 12AX29276, Processo: 46094003054201430 Empresa: WAY MODEL MANAGEMENT LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: DAIVA VAICEKAUSKAITE Passaporte: 235641159, Processo: 46094003042201413 Empresa: LUCIANO TEIXEIRA 08073846748 Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Paul Brandon Gilbert Passaporte: 443895301, Processo: 46094003041201461 Empresa: PROGRAMA SOCIAL CRESCER E VIVER Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN MONTAÑA ERNST Passaporte: AAI664759 Estrangeiro: ANNA PASCUAL FERNANDEZ Passaporte: AAE477771 Estrangeiro: BENET JOFRE JIMENEZ Passaporte: AAA606184 Estrangeiro: WANJA MANUEL KAH-LERT Passaporte: C9MY5VKF7, Processo: 46094003078201499 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Deniz Akcakoyunlu Passaporte: C7GY4N5VZ, Processo: 46094003077201444 Empresa: ENTOURAGE PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATTHIAS RICHTER Passaporte: C7LY4RNOL, Processo: 46094003089201479 Empresa: PROGRAMA SOCIAL CRESCER E VIVER Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: JEREMIAS FAGANEL Passaporte: 31492956N Estrangeiro: JOSE LUIS REDONDO MARTINEZ Passaporte: AAB370453 Estrangeiro: JUAN JOSE LLORENS GARCIA Passaporte: AAF857240 Estrangeiro: MARIA DE LA PAZ ARANGO QUICENO Passaporte: AA1396558 Estrangeiro: ROBERT JULIEN TANNION Passaporte: PT8016517 Estrangeiro: SERGIO RODOLFO LOPEZ Passaporte: 27552448N Estrangeiro: TANIA CERVANTES CHAMORRO Passaporte: G04069279, Processo: 46094003055201484 Empresa: HBS PRODUCOES ARTISTICAS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN ROLAND SCHWEIZER Passaporte: X0563109 Estrangeiro: ADRIAN SHALA Passaporte: A20044098 Estrangeiro: DANUT CORNEL FECHETE Passaporte: 051619098 Estrangeiro: DAVID NATTKEMPER Passaporte: C3J2P76ZX Estrangeiro: HENNING BESSER Passaporte: C1VY8JCGL Estrangeiro: HOLGER BEHN Passaporte: C1F3HWM0H Estrangeiro: JERMAIN HATUSUPY Passaporte: NUB404BP6 Estrangeiro: MARTIN FRIEDRICH STIMMING Passaporte: C1V5XNWMK Estrangeiro: MLADEN SOLOMUN Passaporte: 136173441 Estrangeiro: ROBERT GABRIEL PETRARU Passaporte: 052214406, Processo: 46094003080201468 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA BRASILEIRA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: FRANÇOIS FRÉDÉRIC GUY Passaporte: 11CA25616, Processo: 46094003049201427 Empresa: INSTITUTO CULTURAL FILARMONICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: VADIM GLUZMAN Passaporte: 10945518, Processo: 47039002510201451 Empresa: ARTE RUMO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MONICA DEBORA AKIHARY Passaporte: NTL6FCHK7 Estrangeiro: NIELS JURGEN BROUWER Passaporte: NMCK6HP09 Estrangeiro: VASCO MIGUEL TRILLA GOMES DOS SANTOS Passaporte: M406372, Processo: 47039002527201417 Empresa: PAULO FERRAZ PIRES NETO Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JOHN ALEXANDER BERG Passaporte: 85142128 Estrangeiro: NILS AXEL KROGH Passaporte: 82189861, Processo: 46094003088201424 Empresa: PROGRAMA SOCIAL CRESCER E VIVER Prazo: 20 Dia(s) Estrangeiro: ANDREJ RÁDY Passaporte: 40305011 Estrangeiro: JAN BALCAR Passaporte: 39655365 Estrangeiro: JAN KLETENSKY Passaporte: 36471880 Estrangeiro: JAN MLCOCHE Passaporte: 39457917 Estrangeiro: JAN STREDA Passaporte: 39415225 Estrangeiro: JIRI KOHOUT Passaporte: 35889639 Estrangeiro: KAJSA BOHLIN Passaporte: 87178659 Estrangeiro: MARC JEAN ROBERT BRILLANT Passaporte: 12CI67869 Estrangeiro: MILOSLAV VÁCHA Passaporte: 40343962 Estrangeiro: PETR HUSICKA Passaporte: 39135009 Estrangeiro: PETR VALCHÁR Passaporte: 39404840 Estrangeiro: SVEN PETTER JOHANNES WADSTEN Passaporte: 84354634 Estrangeiro: TEEMU ILARI VIRTANEN Passaporte: PD2945226 Estrangeiro: ZUZANA HAVRLANTOVA Passaporte: 41752039, Processo: 46094003086201435 Empresa: TLM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL RAYMOND CASHEN Passaporte: 309540871 Estrangeiro: DEZ PAUL CADENA Passaporte: 488597849 Estrangeiro: ERIC MANUEL ARCE Passaporte: 047279114 Estrangeiro: GERARD CAIAFA II Passaporte: 454571116 Estrangeiro: JAMIE JOHN TUTINO Passaporte: 498827267 Estrangeiro: JERRY CAIAFA Passaporte: 213148258 Estrangeiro: KENNETH DE VOE Passaporte: 472740367 Estrangeiro: MARK ANDREW JONES Passaporte: 516137041, Processo: 47039002546201435 Empresa: SUICIDE LEMON PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDRE PHILIP VAN DEN HOEF Passaporte: BA378117 Estrangeiro: GREGORY DANIEL DECAIRE Passaporte: WH871043, Processo: 47039002549201479 Empresa: TWR GRAVADORA, EDITORA E PROMOTORA DE EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GREGORIUS NICOLAAS MICHAEL VAN OFFEREN Passaporte: NYDL14P76, Processo: 46094003094201481 Empresa: INSTITUTO PENSARE Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MONICA DIANA FERRACANI Passaporte: AAA103699, Processo: 47039002566201414 Empresa: MARIANA FEITOSA DANCA E APRESENTACOES CULTURAIIS EIRELI - ME Prazo: 12 Dia(s) Estrangeiro: JASON ALBERT JANAS Passaporte: 498875548, Processo: 46094003087201480 Empresa: LUCIANO HENRIQUE DE SOUZA ALVES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES SYLVAIN LAUBÉ Passaporte: 13FV03550 Estrangeiro: DANIEL CLEMENT ADELAIDE Passaporte: 10AX83480 Estrangeiro: DANIELA APARECIDA FINA Passaporte: FD634325 Estrangeiro: EDDY GERARD JEAN-CLAUDE DELOMENIE Passaporte: 09PE65256 Estrangeiro:

HUGUES VALOT Passaporte: 12DE94193 Estrangeiro: JEROME APPOLINAIRE PIERRE FAVROT MAES Passaporte: 10AA08835 Estrangeiro: JULIEN LACHARME Passaporte: 13FV04229 Estrangeiro: LAURENT PIERRE DUPUY Passaporte: 10CK53381 Estrangeiro: MACASEA BEY Passaporte: 308911023 Estrangeiro: MARIE PAULE CLAIRE TRIBORD Passaporte: 13AY90354 Estrangeiro: MATHLEU PIERRE LIONEL SAMIN Passaporte: 10CR91298 Estrangeiro: MICHEL JOVANOVIC Passaporte: 13AF21013 Estrangeiro: PATRICIA DOMINIQUE SAINT CÉRAN Passaporte: 12AT95611 Estrangeiro: PHILIPPE RAYMOND GEORGES Passaporte: 13AV81842 Estrangeiro: SEYDOU KONE Passaporte: PS-AE/029IS04 Estrangeiro: VERON NEWTON DINNALL Passaporte: A2531613, Processo: 47039002614201466 Empresa: RPG & BAR DANCANTE LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JUSTIN LAURENT MARTIN Passaporte: 504243898, Processo: 47039002618201444 Empresa: IT'S MAGIC PRODUcoes E EVENTOS S/C LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN WEDEKIND Passaporte: 522910743 Estrangeiro: FRANK GERADUS JOACHIM BECKERS Passaporte: 504306702, Processo: 47039002649201403 Empresa: LEONEL CONSORTE - ME Prazo: 7 Dia(s) Estrangeiro: MOHAMED ABDELHRMAN SHAHIN MOSTAFA Passaporte: A09646192 Estrangeiro: RANDA SALAH RIZK IBRAHIM Passaporte: A02344362, Processo: 46094003124201450 Empresa: GREEN GOES PRODUCOES E EVENTOS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL HECTOR NUNEZ PASSANTS Passaporte: 464566305 Estrangeiro: MICHAEL ALLEN MUIR Passaporte: 424061349 Estrangeiro: NICHOLAS ROBERT SANTORA Passaporte: 467010549 Estrangeiro: THOMAS ARMON PRIDGEN Passaporte: 505694068 Estrangeiro: TIMOTHY D WILLIAMS Passaporte: 488816060, Processo: 46094003150201488 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PAOLA MARTA CARACCIOLLO Passaporte: AAA199000, Processo: 46094003158201444 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NAOMI REBEKAH WOLF Passaporte: 433097136, Processo: 46094003156201455 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA DE DEUS LIMA Passaporte: E003349, Processo: 46094003149201453 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAG OISTEIN ENDSJO Passaporte: 28900233, Processo: 46094003148201417 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: EDUARDO GERMAN HUGHES GALEANO Passaporte: 008247256, Processo: 46094003147201464 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JAMES MITCHELL HOLSTON Passaporte: 220870143, Processo: 46094003155201419 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ALBERT ANDREW SORENSEN Passaporte: 493183928 Estrangeiro: JESSICA KRISTY SORENSEN Passaporte: 494742850, Processo: 46094003152201477 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: YOUNG HA KIM Passaporte: M52491388, Processo: 46094003146201410 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: LEONARDO DE LA C PADURA FUENTES Passaporte: XDA399665, Processo: 46094003157201408 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: QUN HAO Passaporte: G32845848, Processo: 46094003154201466 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: PIERRE ALBERT LEVY Passaporte: 14AI49328, Processo: 46094003144201421 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NNEDI NKEMDILI OKORAFOR MBACHU Passaporte: 513968075, Processo: 46094003145201475 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO EMILIO LEITE COUTO Passaporte: 10PS02205, Processo: 46094003151201422 Empresa: SUPRIR COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL HOWARD SCHAWBEL Passaporte: 492504816, Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094003050201451 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ROMERO RONCAL Passaporte: 5113315 Estrangeiro: ANA COBELJIC Passaporte: L41RD0702 Estrangeiro: ANAK AGUNG ALIT SUARDI Passaporte: A 0152557 Estrangeiro: ANDRES FELIPE MARTINEZ VERA Passaporte: AP202918 Estrangeiro: ANGEL OSWALDO BARBOZA MEJIA Passaporte: 5699822 Estrangeiro: BALAKRISHNAN PALPANDI Passaporte: G6223790 Estrangeiro: CARMEN CECILIA FUENTES COVA Passaporte: 052339831 Estrangeiro: CESAR AUGUSTO LINDO CHOM Passaporte: 000654020 Estrangeiro: CRASTO CONSTANCIO FERNANDES Passaporte: K 1753746 Estrangeiro: DIANALLY RODRIGUEZ MORALES Passaporte: B868230 Estrangeiro: DIEGO MARTIN QUATTROCCHI Passaporte: AAG510538 Estrangeiro: DOMINADOR EGA GALLETA Passaporte: XX5558017 Estrangeiro: EUGENIA MARCELA RAMIREZ PEÑA Passaporte: CC 51982864 Estrangeiro: FELIX JORGE ALMONTE Passaporte: SC2182447 Estrangeiro: FRANCISCO DA COSTA Passaporte: K1320546 Estrangeiro: FRANCY LILIANA CASTELLANOS URBINA Passaporte: CC 52187126 Estrangeiro: GABRIEL HERI PARAPAT Passaporte: A 1451437 Estrangeiro: GANESH MUTYAR CHETTIAR Passaporte: J9044336 Estrangeiro: GARIKAI NIYAMUPANEMUNDA Passaporte: DN877000 Estrangeiro: GAUDENCIO VELASQUEZ MUYANO Passaporte: EB0211999 Estrangeiro: GELAN MALLORCA MENDAZA Passaporte: EB1721992 Estrangeiro: GODSON GABRIEL

ALMEIDA Passaporte: G4720695 Estrangeiro: GUILLERMO OSWALDO OTINIANO ZAVALA Passaporte: 5996361 Estrangeiro: HILDA SOFIA FRANCO REYES Passaporte: AN674594 Estrangeiro: I KADEK SUPA Passaporte: V 844211 Estrangeiro: I KOMANG ADI ANTARA Passaporte: S 603245 Estrangeiro: JAIBER ALEXANDER PRIETO MUJICA Passaporte: CC 1032382577 Estrangeiro: JEFERSON ALEJANDRO GOMEZ GARCIA Passaporte: CC 80069586 Estrangeiro: JIMMI JATMIKO Passaporte: A 5888076 Estrangeiro: JOFFREY GUNDRAN QUINONES Passaporte: XX5118012 Estrangeiro: JOHANA ANDREA GARCIA MARTINEZ Passaporte: CC 24815127 Estrangeiro: KETUT EKA SANJAYA Passaporte: A 0356762 Estrangeiro: LORENZO NUEVA RANADA Passaporte: EB7311016 Estrangeiro: LUZ MARINA GUERRERO AGUIRRE Passaporte: AN598435 Estrangeiro: MANDAR MANOHAR THAKARE Passaporte: Z2535531 Estrangeiro: MARINKO RADONIC Passaporte: 093609515 Estrangeiro: MIKE RONALD VALDIVIA CARBONEL Passaporte: 5539435 Estrangeiro: NELLY EDITH SANTA CRUZ GARCIA Passaporte: G03931875 Estrangeiro: NICOLE WAGNER Passaporte: C4FGLNMN7 Estrangeiro: OSCAR WILLY ESCOBAL RAMOS Passaporte: 5217747 Estrangeiro: PAULO CESAR CARRION CHUNGA Passaporte: 5803145 Estrangeiro: PAULO CESAR DIAZ VALDEZ Passaporte: 5022509 Estrangeiro: PRABU GOVINDARAJ Passaporte: G2099357 Estrangeiro: RAFAEL JAPAY SILVESTRE Passaporte: PN0049199 Estrangeiro: RICHARD ISRAEL BEO Passaporte: EB7889716 Estrangeiro: RICHARD RAMOS BOLADO Passaporte: EB0210976 Estrangeiro: ROLAN FURTADO Passaporte: G6771622 Estrangeiro: ROSA IVON TORRES RODRIGUEZ Passaporte: AN476316 Estrangeiro: RUNDY DANDROY FERNANDEZ Passaporte: EB7844768 Estrangeiro: SANTHOSH KUNDAN Passaporte: H4811389 Estrangeiro: SEGUNDO LEONCIO SILVA BARREIRO Passaporte: AO513977 Estrangeiro: SHEILA BERNALES FORMENTERA Passaporte: EB0442651 Estrangeiro: SUBAIDI Passaporte: A 4255499 Estrangeiro: TETIANA SRIBNA Passaporte: EP496877 Estrangeiro: VICTOR BERNARDO GAVIOLA TRUJILLO Passaporte: 6303067 Estrangeiro: VINOD GOMES Passaporte: K8929387 Estrangeiro: WILDER ANDRES ALAYO LACHERRE Passaporte: 4821647 Estrangeiro: WILFREDO JULVE TORREVILLAS Passaporte: EB4259704 Estrangeiro: YASSER PEREZ DOMINGUEZ Passaporte: SE2674023 Estrangeiro: YENNIFER RAFAELA LA MADRID NIETO Passaporte: 5022805.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094037604201333 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Igor Lozovytzky Passaporte: EK846977, Processo: 46094037761201349 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEONID CHERVONYUK Passaporte: AK353444, Processo: 46094038229201349 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 01/06/2014 Estrangeiro: Aleksandr Dmitriev Passaporte: 642111987, Processo: 46094000262201487 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/07/2015 Estrangeiro: Marvi Ferrer Villacarlos Passaporte: EB2673435, Processo: 46094000759201403 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jeffrey Kelly Passaporte: GA919150, Processo: 46094000738201480 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KOSHY CHENKAYIL MATHAI Passaporte: H0696010, Processo: 46094000771201418 Empresa: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: até 14/09/2015 Estrangeiro: JOAN WILEHALDO ZAPATA RAMOS Passaporte: 04450003757, Processo: 46094001463201400 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Arvind Kumar Bahadur Prasad Passaporte: Z2537178, Processo: 46094001764201425 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: STEFAN VERPLANKE Passaporte: BWJ4BH181, Processo: 46094001244201412 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 17/02/2016 Estrangeiro: Roman Selivanov Passaporte: 713329505, Processo: 46094001704201411 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stamatios Manidis Passaporte: AK3332233, Processo: 46094001550201459 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FAUSTO BUSTILLO RUIZ Passaporte: CC869051 Estrangeiro: GREGORY JOHN MARTIN Passaporte: 422067602 Estrangeiro: WEBER JOHN GRIFFIN JR Passaporte: 452023507, Processo: 46094001551201401 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ORLANDO BURGOS Passaporte: 461882191, Processo: 46094001216201403 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROGER LEMKE Passaporte: 499907682, Processo: 46094001682201481 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roman Yelnikov Passaporte: EC911374, Processo: 46094001693201461 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 15/07/2014 Estrangeiro: BERNARDO BERDON UMBAY Passaporte: EB6253033 Estrangeiro: DENNIS GALOPE BUENVENIDA Passaporte: EB6055402 Estrangeiro: EDGARDO MEDICO NACORDA Passaporte: EB2359511 Estrangeiro: MANOLITO QUEVEDO VELASQUEZ Passaporte: EB6271220, Processo: 46094001698201493 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 15/07/2014 Estrangeiro: GLENN GELLECANAO GASCON Passaporte: XX3976739, Processo: 46094001696201402 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: BASTIEN DEDIOS GARCIA Passaporte: 07AD40676, Processo: 46094001718201426 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: SAINT ELMO BAUDUIT SHORT JR Passaporte: 457652166, Processo: 46094001717201481

Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: NEIL DUNCAN WOODWARD Passaporte: 099144512, Processo: 46094001716201437 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: RICHARD JAMES KENNEDY Passaporte: 424188167, Processo: 46094001743201418 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: Christopher Huerto Olaya Passaporte: EB6598072, Processo: 46094001695201450 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 10/01/2015 Estrangeiro: VICTOR JOSE VALDES MARQUEZ Passaporte: XDB158243, Processo: 46094001680201491 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE DORIN VARGA Passaporte: 12493541, Processo: 46094001691201471 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FUQUI XING Passaporte: E20817281 Estrangeiro: GUANGDONG XIANG Passaporte: E03630697 Estrangeiro: JUNKAI SU Passaporte: E31437547 Estrangeiro: LINGLEI LI Passaporte: E11189479 Estrangeiro: LONGFEI CHEN Passaporte: E32157122 Estrangeiro: WEI JIANG Passaporte: E05051205 Estrangeiro: XIANLIANG LIU Passaporte: E05899154 Estrangeiro: YONGPING FENG Passaporte: E30279445 Estrangeiro: YONGXIANG YUAN Passaporte: E05035929 Estrangeiro: ZHIGANG SUN Passaporte: E33767756, Processo: 46094001694201413 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOOMAS ANTJE Passaporte: KB0586137, Processo: 46094001732201420 Empresa: FCC TARRIO TX-1 CONSTRUCAO LTDA Prazo: até 01/09/2014 Estrangeiro: JORGE SEGUER PITARCH Passaporte: AAD623537, Processo: 46094001729201414 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 15/07/2014 Estrangeiro: ODD INGE BERG Passaporte: 25624247, Processo: 46094001706201400 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Drazen Suskov Passaporte: 175716525 Estrangeiro: Goran Vukelic Passaporte: 221393422 Estrangeiro: Sime Kraljevic Passaporte: 233308054 Estrangeiro: Tonci Kalinic Passaporte: 002465283, Processo: 46094001829201432 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT ERNEST BODDEN Passaporte: 503326216, Processo: 46094001735201463 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 28/02/2016 Estrangeiro: ALAN ARMSTRONG Passaporte: 801352145, Processo: 46094001734201419 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 28/02/2016 Estrangeiro: TORBEN RYBORG MADSEN Passaporte: 207096877, Processo: 46094001825201454 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JONAS MATHEW MOLLOY Passaporte: 502847660, Processo: 46094001827201443 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT DOUGLAS EATON Passaporte: 497722002, Processo: 46094001826201407 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NICOLAE GHEONEA Passaporte: 14464407, Processo: 46094001713201401 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 05/10/2014 Estrangeiro: WIJNAND VAN DIJKE Passaporte: NWF592R21, Processo: 46094001733201474 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRCEA AUREL ADRIAN POP Passaporte: 051744690, Processo: 46094001786201495 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/06/2015 Estrangeiro: Armando Jr. Concepcion Lagahid Passaporte: EB4656042 Estrangeiro: Elnie Tanoy Balasan Passaporte: EB9369506, Processo: 46094001731201485 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 31/05/2014 Estrangeiro: YANNICK CLOES Passaporte: EK202797, Processo: 46094001744201454 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alberto Jr. Zulueta Urmeneta Passaporte: EB9990915 Estrangeiro: Noel Vargas Soreta Passaporte: EB3078172, Processo: 46094001785201441 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Randy Dabucol Salazar Passaporte: EB7309005 Estrangeiro: Roy Ferolino Ubanan Passaporte: EB7597220, Processo: 46094001736201416 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: ALFRED WYNNE-JONES Passaporte: 309732546, Processo: 46094001784201404 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andriy Kalashnykov Passaporte: EE9451118 Estrangeiro: Denys Sydorenko Passaporte: EK124643 Estrangeiro: Oleksii Sandul Passaporte: EE790188, Processo: 46094001802201440 Empresa: SCHAHIN ENGENHARIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAKOTO KATSUYAMA Passaporte: TK3347631 Estrangeiro: YOSHIFUMI KOIZUMI Passaporte: TK1484759, Processo: 46094001877201421 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAN VINGAARD JOHANSEN Passaporte: 205533285, Processo: 46094001862201462 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THORSTEINN JONAS SK HARALDSSON Passaporte: A2179199 Estrangeiro: VIDAR LUNDE Passaporte: 28140805, Processo: 46094001861201418 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARKADIUSZ JOZEF SOBOLE Passaporte: AV8145328 Estrangeiro: DATATRAY NAMDEV DIVEKAR Passaporte: Z1728596 Estrangeiro: RAFAL MARCIN KOGUCIUK Passaporte: EF1553830, Processo: 46094001864201451 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUHA VEIKKO KUUSISTO Passaporte: PC6579468 Estrangeiro: KAI ROGER DALHEIM Passaporte: 20775185 Estrangeiro: MARCO ALEXANDER WITMER Passapor-

te: NTJ7778979 Estrangeiro: SIMON BERNT HARAM Passaporte: 26250751 Estrangeiro: TATU UOLEVI PEUSSA Passaporte: PX5746844 Estrangeiro: TOMMY PEDERSEN Passaporte: 30159219, Processo: 46094001863201415 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ARKADIUSZ PIOTR TOMASZEWSKI Passaporte: EE4880664 Estrangeiro: LUKASZ BARCZYK Passaporte: AS5107070 Estrangeiro: PAWEL GORZKOWICZ Passaporte: AT8437256 Estrangeiro: TOMASZ WOJCIECH ROMANOWSKI Passaporte: AV3061441, Processo: 46094001859201449 Empresa: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IURI VOITENKO Passaporte: EA723769, Processo: 47041000494201413 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: Ermie Engane Demegillo Passaporte: EB7346240, Processo: 47041000533201482 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NOR-SUL Prazo: até 05/09/2014 Estrangeiro: GAURAV MISHRA Passaporte: H4047283 Estrangeiro: Lijesh Vaderiyattil Mohanan Passaporte: F8795907 Estrangeiro: Sandip Murlidhar Redkar Passaporte: H6840339 Estrangeiro: Shibindas Kinnaralakandy Passaporte: J4869936, Processo: 47041000691201432 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 13/03/2016 Estrangeiro: Wallace Edward Whittle Passaporte: 426263885, Processo: 47041000755201403 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: BRANDON ANDRE STEWART Passaporte: 462832833, Processo: 47041000756201440 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: TRACY DEWAYNE RICHARDS Passaporte: 468653194, Processo: 47041000789201490 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: JEREMY ALAN HENDRICKS Passaporte: 432647520, Processo: 47041000810201457 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERHIY ALYMOV Passaporte: EX920674 Estrangeiro: STEVEN JAMES MORRISON Passaporte: 459876717, Processo: 47041000814201435 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALAN LEE MAC ADAMS Passaporte: 451038901, Processo: 47041000821201437 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: FRANK MCCREADIE DORRIAN Passaporte: 099105180 Estrangeiro: OLE BENJAMIN WIKE Passaporte: 26642325, Processo: 47041000822201481 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2015 Estrangeiro: Jay De La Cruz Clavite Passaporte: EB2404265 Estrangeiro: Manuel Jr. Diomampo Castro Passaporte: EB7657307 Estrangeiro: Paul Clark Castorio Iman Passaporte: EB6630153 Estrangeiro: Roel Cawit Tubio Passaporte: EB6665109, Processo: 47041000826201460 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FREDDIE JOE PERKINS Passaporte: 421806381, Processo: 47041000827201412 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TERENCE MICHAEL SMITH Passaporte: 505890178, Processo: 47041000828201459 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 04/10/2014 Estrangeiro: CHRISTOS SYMEONIDIS Passaporte: AK0376057, Processo: 47041000831201472 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXEY VLASOV Passaporte: 515295798 Estrangeiro: SERGEY PIKTA Passaporte: 514767389, Processo: 47041000829201401 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2015 Estrangeiro: Derek Wilton Ghislain Passaporte: N0083310, Processo: 47041000830201428 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MUZANAMIL NIZAMUDDIN MUKADAM Passaporte: H5785500, Processo: 47041000833201461 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ETTORE BECCALLI Passaporte: YA5357659, Processo: 47041000832201417 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Manuel Ibus Sanchez Passaporte: EB6501601, Processo: 47041000834201414 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Traian Morozencu Passaporte: 14767130, Processo: 47041000835201451 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 14/04/2015 Estrangeiro: PAUL ROBERT HARVEY Passaporte: 099236420, Processo: 47041000837201440 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ireneusz Maciej Ceranka Passaporte: EG0253349, Processo: 47041000836201403 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YURIY SHESTAKOV Passaporte: EK303250, Processo: 47041000838201494 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oleg Boyev Passaporte: EH188541, Processo: 47041000839201439 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Armar Atienza Del Rosario Passaporte: EB9507088, Processo: 47041000840201463 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/09/2015 Estrangeiro: Michail Antonakis Passaporte: AK3593728, Processo: 47041000841201416 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kenneth John Cook Passaporte: 761205483, Processo: 47041000843201405 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 20/11/2014 Estrangeiro: LUIS MARCOTE CASTREGE Passaporte: AAD853884, Processo: 47041000842201452 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Victor Bugaenko Passaporte: 720485072, Processo: 47041000844201441 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DENIS KHELBNIKOV Passaporte: 51 N°5264442, Processo: 47041000845201496 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 01/12/2014 Estrangeiro: Remnant Tan Barredo Passaporte: EB4939340, Processo: 47041000846201431 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aniceto Tupas Mabilin Passaporte: EB7498682, Processo:





47041000848201420 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anargyros Tsirogiannis Passaporte: AH3180477 Estrangeiro: Konstantinos Kitsaras Passaporte: A12060066, Processo: 47041000849201474 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Joseph De Chavez Agojo Passaporte: EB7348919, Processo: 47041000851201443 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Robert Charles Atwater Jr Passaporte: 511760057, Processo: 47041000850201407 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Sergey Vasilenko Passaporte: 721620140, Processo: 47041000852201498 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charlito Jr. Duran Palogod Passaporte: EB2955874, Processo: 47041000853201432 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juddemer Quieta Bautista Passaporte: EC0087765, Processo: 47041000854201487 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zib Loi Kainne Sagayon Palasol Passaporte: EB1034489, Processo: 47041000855201421 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: WASIU ADEKUNLE ADEKOYA Passaporte: A03884216, Processo: 47041000856201476 Empresa: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHANNES FRANK HENDRIK MEYER Passaporte: M00025794, Processo: 47041000857201411 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO AVTIS Passaporte: YA5559792, Processo: 47041000858201465 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FLORENTIN FRATUTU Passaporte: 13299821, Processo: 47041000859201418 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Dirk Jan van Pijkeren Passaporte: NUBH24DH3 Estrangeiro: Ivo George Muller Passaporte: NY3DCODJ1, Processo: 47041000860201434 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Rene Water Passaporte: NU896JRD7, Processo: 47041000861201489 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Seong Beom Park Passaporte: M9113409, Processo: 47041000862201423 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2015 Estrangeiro: Sakelaris Glynnatsis Passaporte: AK0422389, Processo: 47041000865201467 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gabriel Lee Lewis Passaporte: 488608680 Estrangeiro: SAMUEL JOHN KILPATRICK Passaporte: 099004286, Processo: 47041000866201410 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2015 Estrangeiro: GEORGIOS KATSENNOS Passaporte: AK0439822, Processo: 47041000868201409 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Espen Skjelde Sveinsvold Passaporte: 30180714, Processo: 47041000869201445 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Andio Luzana Milanes Passaporte: EC0243826 Estrangeiro: Jetrobin Rejano Recto Passaporte: EC0247708, Processo: 47041000870201470 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: até 05/08/2015 Estrangeiro: Charles Joseph Strittmatter III Passaporte: 514552402 Estrangeiro: Colton T Carter Passaporte: 481811390 Estrangeiro: Edwin Bernaird Loosier Jr Passaporte: 448871436 Estrangeiro: Marques Christian Francis Passaporte: 499397589 Estrangeiro: Patricio Alegria Jr Passaporte: 420458060, Processo: 47041000873201411 Empresa: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Clive Ernest Bredekamp Passaporte: 462533490, Processo: 47041000872201469 Empresa: NOBLE DO BRASIL LTDA Prazo: até 05/08/2015 Estrangeiro: Adam James Griggs Passaporte: 508449901, Processo: 47041000874201458 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NOR SUL Prazo: até 05/09/2014 Estrangeiro: Ashishkumar Parsottambhai Tandel Passaporte: K6954468 Estrangeiro: Sarath Sasidharan Pillai Passaporte: H8931996, Processo: 47041000875201401 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2016 Estrangeiro: Mikhail Tabashnev Passaporte: 710404818, Processo: 47041000876201447 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2016 Estrangeiro: Kamil Blazuk Passaporte: EB9278034, Processo: 47041000877201491 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 10/02/2016 Estrangeiro: Sergei Konovalov Passaporte: 725132049, Processo: 47041000878201436 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAARE BRUOK Passaporte: 26354940, Processo: 47041000883201449 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Baraneetharan Arunachalam Passaporte: Z1966666, Processo: 47041000887201427 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: ARKADIUSZ RAFAL MIAZGA Passaporte: AS7554731 Estrangeiro: DARIUSZ KOWALSKI Passaporte: AV2376243 Estrangeiro: DAVE CARLO BONIFACIO AMBROCIO Passaporte: EB7591733 Estrangeiro: ERWIN AGUIRE COCON Passaporte: EB5248753 Estrangeiro: JOHNNY VAARDAL Passaporte: 28819138 Estrangeiro: MIROSLAW KUKOLOWICZ Passaporte: EE3357477 Estrangeiro: NICHOLIE BABARAN ORCA Passaporte: EB1149386 Estrangeiro: RAUL TOCLE CANONIO Passaporte: EB6896849 Estrangeiro: ROBERTO JR. DADULA DONATO Passaporte: XX4767833 Estrangeiro: RONALD MATIBAG PARNALIGAN Passaporte: EB4106934, Processo: 47041000884201493 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Kattampallil Chacko Passaporte: G3330351, Processo: 47041000885201438 Empresa: M I SWACO DO BRASIL - COMERCIO, SERVICOS E MINERACAO LTDA Prazo: até 17/06/2014 Estrangeiro: IVICA DUJMOVIC Passaporte: 192146121, Processo: 47041000886201482 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Homer Ebrado Uy Passaporte: EB9519581.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006 (Artigo 1º, Parágrafo 1º):

Processo: 46094001812201485 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: REYNALDO DONAYRE RAMA Passaporte: XX5011594.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094037439201310 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YUKI KOMATSU Passaporte: TH6546619, Processo: 47039001475201453 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NADJA VARENESA SOERGEL Passaporte: CF91T2248, Processo: 47039001596201403 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: CLAUDIO LUIS RIGGIONE TESSER Passaporte: 032611751, Processo: 47039001669201459 Empresa: SANOFI AVENTIS COMERCIAL E LOGISTICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rafic Nadi Fouad Khalil Passaporte: 137530, Processo: 47039001676201451 Empresa: UNILEVER BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: DESHI MOODLEY Passaporte: A01883446.

Temporário - Sem Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039002046201401 Empresa: C.S.M. DO BRASIL MARKETING ESPORTIVO LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: OLIVER JOSEPH HUMPHREYS Passaporte: 466531571, Processo: 47039002050201461 Empresa: C.S.M. DO BRASIL MARKETING ESPORTIVO LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: JO NATHAN ANTHONY GUIRY Passaporte: 800844243, Processo: 47039002142201441 Empresa: C.S.M. DO BRASIL MARKETING ESPORTIVO LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: JOANA BAPTISTA DE AIMEIDA SANTOS ANDRADE Passaporte: M462452.

Permanente - Sem Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094002188201433 Empresa: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALEJANDRO CAICEDO ROQUE Passaporte: 79911386, Processo: 46094003010201418 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Susana Maria de Ornelas Quintal Passaporte: L988996.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso I):

Processo: 46094001831201410 Empresa: CELLINI DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FILIPPO MEUCCI Passaporte: YA0161589, Processo: 46094001886201411 Empresa: FLOPAM DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIPPE ANDRE PAUL BOCHU Passaporte: 11CV79275, Processo: 46880000041201442 Empresa: SISTAVAC - SISTEMAS HVAC-R DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TIAGO ANDRE SARAIVA RUSHWORTH MAUL Passaporte: M891069, Processo: 46094001165201410 Empresa: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: KOZO SONODA Passaporte: TH0660080, Processo: 46094001823201465 Empresa: REPLY DO BRASIL SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIACOMO SEGALLI Passaporte: AA0954701, Processo: 46094001210201428 Empresa: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: ADNIEL DAVID ORENSE RIVAS Passaporte: 071005612, Processo: 47039001989201417 Empresa: MEROLAR DESENVOLVIMENTO E GERENCIAMENTO S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL RAMON PUIG DIAZ Passaporte: BF438578, Processo: 47039002375201444 Empresa: DEMO DO BRASIL INDUSTRIA DE PLASTICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: FLORENT NICOLAS YVES VERGER Passaporte: 09PC56884, Processo: 47039002389201468 Empresa: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: WON SEOP CHOI Passaporte: M72114676, Processo: 47039002433201430 Empresa: SKANSKA BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KURT ANDERS JOAKIM REHNSTROEM Passaporte: 86319218, Processo: 47039002498201485 Empresa: KDDI DO BRASIL SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOSHIO TANAKA Passaporte: TH8473170, Processo: 47039002551201448 Empresa: B.R.I.C. HOLDING PARTICIPACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PIERPAOLO NETTI Passaporte: YA3419165, Processo: 47039002552201492 Empresa: B.R.I.C. HOLDING PARTICIPACOES LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Eugenio De Marco Passaporte: AA0502169, Processo: 47039002561201483 Empresa: COATS CORRENTE LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAJESH LAKHANPAL Passaporte: 518423000, Processo: 47039002562201428 Empresa: HOTELARIA ACCOR BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SEBASTIEN YVES MARIE LE COMPASSEUR CREQUI MONTFORT DE COURTIVRON Passaporte: 05CK08155, Processo: 47039002604201421 Empresa: AGRO NEW MAQUINAS AGRICOLAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARTA LILIANA MAIA ALVES DE SA Passaporte: M9571 07, Processo: 47039002645201417 Empresa: ITARO COMERCIO DE PNEUS E PECAS AUTOMOTIVAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SAMIR MOHAMMED AZIZ Passaporte: 404150723.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3º, Inciso II):

Processo: 47039001046201486 Empresa: SMARTELECOM DO BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN RICARDO MONTES SANCHEZ Passaporte: AAG541167, Processo: 47039001389201441 Empresa: ANCORBRAS GEOTECNIA E FUNDACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JOAQUIM DE CASTRO SILVA Passa-

porte: L780950, Processo: 47039001573201491 Empresa: ANCORBRAS GEOTECNIA E FUNDACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ JOAQUIM MADUREIRA DE SOUSA Passaporte: L821108, Processo: 47039001675201414 Empresa: GO BIZ EVENTOS E COMUNICACAO LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JOHN HOOKER Passaporte: 705334767.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46215024323201305 Empresa: TENLONG COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JI ZHENRONG Passaporte: G50867077, Processo: 46215024322201352 Empresa: TENLONG COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YAN ZHENGUI Passaporte: EI2528951, Processo: 46094002592201415 Empresa: S2PR EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Paulo Jorge dos Santos Silva Passaporte: J792606, Processo: 46094001742201465 Empresa: CONCRETMOLDING, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Nuno Paulo de Brito Corucho Passaporte: L861217, Processo: 46094001745201407 Empresa: KINGSON STEEL COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS INTERNACIONAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Soung Hyang Shon Passaporte: M52944222, Processo: 46094002515201457 Empresa: RPM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PATRICIO ALVES PEREIRA Passaporte: M039555, Processo: 46094002634201418 Empresa: POU-SADA PARAISO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALFREDO AFFATATO Passaporte: YA2641306, Processo: 46094002482201445 Empresa: POU-SADA BAMBUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KONRAD SETZ Passaporte: X3181025, Processo: 46094002483201490 Empresa: POU-SADA BAMBUSADA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARA LO GIUDICE Passaporte: YA5086099, Processo: 46094002643201409 Empresa: SONHO BAR E RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANA BELEN ALFONSO GARCIA Passaporte: AAE806196, Processo: 47039001658201479 Empresa: EMPORIO NATURA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LORENZO GALLINO Passaporte: AA2680401, Processo: 46094002428201408 Empresa: BLUE STONE INFOTECH INFORMATICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOÃO PAULO FERREIRA LOJA Passaporte: M317425, Processo: 46094002429201444 Empresa: BLUE STONE INFOTECH INFORMATICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VICTOR MANUEL DE JESUS HORTA Passaporte: M129783, Processo: 46094002644201445 Empresa: EFICAZ INFORMATICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARCO PAOLO ISCARO Passaporte: C857462, Processo: 46094002623201420 Empresa: HANDOR HABITACIONAL LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHANNES ROSCHECK Passaporte: P1701040, Processo: 47039002171201411 Empresa: CONSTRUTORA HISBRA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CARLOS LAZARO PALLAS Passaporte: AE133361, Processo: 47039002373201455 Empresa: WAAL CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THOMAS WAAL Passaporte: 25704111, Processo: 47039002374201408 Empresa: VILLA RICA IMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: UGO SAPONARO Passaporte: YA3355865, Processo: 47039002383201491 Empresa: MI GUSTO ES ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE DE JESUS BARRIOS MIRANDA Passaporte: G12357521, Processo: 47039002432201495 Empresa: PERENZE COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ACESSORIOS DOMESTICOS - EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIGI PERENZE Passaporte: AA1252548, Processo: 47039002511201404 Empresa: IMOROMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DIOGO SOARES GOMES ANTUNES Passaporte: M738196, Processo: 47039002538201499 Empresa: KS INTER. GROUP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MIGUEL YUN KIM Passaporte: 510103867, Processo: 47039002540201468 Empresa: PARISI INVESTMENTS PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIORGIO PARISI Passaporte: AA1693735.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094035370201390 Empresa: PARADISE HOTEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: UMBERTO BAGHIN Passaporte: C 857152, Processo: 47039000098201435 Empresa: Z M AKIMOTO PRESTACAO DE SERVICOS - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAQUIM FRANCISCO SERRANO Passaporte: M850871, Processo: 46094001991201451 Empresa: CITY LAB ALBUM FOTO DIGITAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEITOR LUIS MONTEIRO VIEIRA Passaporte: M723562, Processo: 46094000902201459 Empresa: PANTANAL DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, ECOTURISMO, COMPRA E VENDA DE TERRENOS, E CONSULTORIA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Miguel Ângelo Da Silva Santos Passaporte: L945947, Processo: 46094001758201478 Empresa: LIGABUE CATERING BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: I MADE SELIN SASTRAWAN Passaporte: A3429415 Estrangeiro: MASSIMILIANO OLIVI Passaporte: YA2350594 Estrangeiro: MUHAMAD VIKRI FIRMANSYAH Passaporte: A3372154, Processo: 47039001377201416 Empresa: INSTITUTO DE TECNOLOGIA E EDUCACAO GALILEO DA AMAZONIA - ITEGAM Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JORGE LAUREANO MOYA RODRIGUEZ Passaporte: 0954167, Processo: 47039001608201491 Empresa: FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS AQUATICAS - Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELOY CABARCOS BARRO Passaporte: AAB463708.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: BERNARD ALAIN GAGOU NAIM a exercer concomitantemente o cargo de Administrador no ESTALEIRO BRASA LTDA. Processo: 46094.038395/2013-45, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.018893/2012-91.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ALEXANDRE LUDOVIC ALLARD a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SPE S.A. Processo: 46094.001511/2014-51, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.037219/2012-13.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MICHAEL EDL a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MABA ECOLINE INDÚSTRIA DE DORMENTES LTDA. Processo: 46094.001524/2014-21, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.025441/2013-46.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: SEIJIRO TERAMAE a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na YAMAHA MOTOR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA. Processo: 46094.001552/2014-48, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.046077/2012-77.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MOTOO FUKASE a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na AMCEL AGROFLORESTAL LTDA.. Processo: 46094.001766/2014-14, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.021672/2013-81.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: YASUHIRO TAKEDA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MC MACHINERY SYSTEMS DO BRASIL LTDA. Processo: 46094.001788/2014-84, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.028185/2013-49.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MASAO MIYAZAKI a exercer concomitantemente o cargo de Vice-Presidente de Construções Oceânicas na ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEANICAS S/A. Processo: 46094.001841/2014-47, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.008000/2013-80.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MASAO MIYAZAKI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na JB MINOVIX INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. Processo: 46094.002350/2014-13, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.008000/2013-80.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

#### RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 059 de 27/03/2014, Seção 1, p. 124, Processo: 47039.002070/2014-32, onde se lê: LUCIANO EMILIO MARIA ANCESSCHI, leia-se: LUCIANO EMILIO MARIA ANCESCHI.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 022 de 31/01/2014, Seção 1, p. 103, Processo: 46094.037716/2013-94, onde se lê: VIVIANA GIUSSANTI, leia-se: VIVIANA GIUSSANI.

### SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

#### DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Tendo em vista a SENTENÇA prolatada nos autos do Processo Judicial nº. 0001712-86.2012.5.15.0058, referente à Ação Declaratória de Nulidade de Constituição de Sindicato C/C Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela tramitada perante a Vara do Trabalho de Bebedouro/SP, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, transitada em julgado aos 18/09/2013; com supedâneo na Portaria Ministerial nº. 326/2013 e na Nota Técnica nº. 72/2014/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina a NULIDADE do Pedido de Registro Sindical, postulado pelo SINDITAC - BE - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS DE CARGAS DE BEBEDOURO E REGIÃO, CNPJ nº. 11.733.927/0001-57, objeto do Processo Administrativo nº. 46000.019240/2010-69, em tramite perante este Órgão.

Com supedâneo no art. 27, inciso I, da Portaria Ministerial nº. 326/2013 e na Nota Técnica nº. 76/2014/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina o ARQUIVAMENTO do Pedido de Registro Sindical, postulado pelo SINDMOV - RS - SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA CATEGORIA DIFERENCIADA DA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL, ARRUMADORES, TRABALHADORES NO COMÉRCIO ARMAZENADOR, EM ÁREAS URBANAS OU RURAIS ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DF, CNPJ nº. 14.544.289/0001-14, objeto do Processo Administrativo nº. 46218.001305/2012-36, em tramite perante este Órgão.

Em 31 de março de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical da entidade abaixo relacionada, em observância o 52 da Lei 9.784/99.

Processo	46000.001607/2012-50
Entidade	SINDICATO RURAL DE ARACAJU
CNPJ	13.159.272/0001-80
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 456/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria nº 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical da entidade abaixo relacionada, em observância ao disposto no art. 26, da Portaria nº 326/2013:

Processo	46207.003030/2012-02
Entidade	SINDESTÉTICA-ES - SINDICATO PATRONAL DOS EMPREGADORES EM EMPRESAS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM ESTÉTICA E COSMETOLOGIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ	11.483.969/0001-87
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 455/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica Nº 457/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve: REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades sindicais: SINTEFEM - Sindicato Intermunicipal dos Técnicos de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem do Trabalho e dos Técnicos de Patologia Clínica do Estado da Bahia, CNPJ 10.365.204/0001-80 - Processo 46204.010087/2008-01 e o SINDI-SAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Beneficentes e Religiosas e em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia, CNPJ 13.466.677/0001-61 - Processo 46000.013016/2007-68, nos termos do art. 22 c/c art. 45 § 2º, da Portaria nº. 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Notas Técnicas nº 02/2011/CGRS/SRT/MTE e nº 93/2014/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve RESTABELECE o registro sindical da FINDECT - Federação Interstadual dos Empregados da EBCT e Sim. Comunicação SP, MG e BA, CNPJ 59.995.498/0001-12, dando-se o prazo de 90 (noventa) dias para que a entidade se regularize junto a este Ministério com relação ao preenchimento do requisito do número mínimo de entes filiados, na forma do art. 534 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o parágrafo 3º do art. 20 da Portaria MTE nº 186/2008.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

## Ministério dos Transportes

### AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES DIRETORIA

#### RESOLUÇÃO Nº 4.296, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera os critérios de enquadramento nos estágios de maturação definidos no Anexo V da Resolução 4075/2013.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 25 da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DAL - 031, de 27 de março de 2014, no que consta do Processo nº 50500.013416/2014-39; e

CONSIDERANDO que a minuta de regulamentação foi submetida à Audiência Pública nº 002/2014, realizada no dia 24 de fevereiro de 2014, com o objetivo de resguardar os direitos dos usuários e dos agentes econômicos, resolve:

Art. 1º Alterar os critérios de enquadramento nos estágios de maturação definidos no Anexo V da Resolução 4075/2013, que passam a vigorar de acordo com o Anexo desta Resolução, o qual está disponível no sítio eletrônico: <http://www.antt.gov.br>.

Art. 2º Em consequência, substituir a Tabela 2 ("Critério de enquadramento conforme o estágio da concessão") do Anexo I do Anexo V da Resolução 4075/2013 pela seguinte:

Prazo da concessão	1º Estágio	2º Estágio	3º Estágio
20 anos	1º ao 6º ano	7º ao 14º ano	15º ao 20º ano
25 anos	1 ao 5º ano	6º ao 16º ano	17º ao 25º ano
30 anos	1 ao 5º ano	6º ao 21º ano	22º ao 30º ano

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS  
Diretor-Geral  
Em exercício

#### DELIBERAÇÃO Nº 59, DE 27 DE MARÇO DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 031, de 27 de março de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.013416/2014-39, delibera:

Art. 1º Aprovar a Ata, o Relatório da Audiência Pública nº 002/2014 e a minuta de Resolução, que altera os critérios de enquadramento nos estágios de maturação definidos no Anexo V da Resolução nº 4.075, de 3 de abril de 2013.

Art. 2º Determinar que a ata e o Relatório da referida Audiência Pública seja disponibilizado para conhecimento dos interessados, no sítio eletrônico da ANTT, em atenção ao disposto no art. 24, da Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS  
Diretor-Geral  
Em exercício

#### RETIFICAÇÕES

Na Resolução nº 4.299, de 27/3/2014, publicada no DOU nº 61, de 31/3/2014, Seção 1, pág. 93, onde se lê "Habilita ao tráfego internacional o ponto de fronteira localizado no município de Porto Mauá, Rio Grande do Sul."; leia-se: "Habilita ao tráfego internacional o ponto de fronteira da Ponte sobre o Rio Oiapoque, ligando as cidades fronteiriças do Oiapoque a Saint Georges".

Na Resolução nº 4.295, de 27/3/2014, publicada no DOU nº 60, de 28/3/2014, Seção 1, pág. 275, onde se lê "Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação"; leia-se: "Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação".

### SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

#### PORTARIA Nº 55, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo nº 50515.008225/2014-96, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso à via marginal localizado na faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, no trecho entre o km 626+760m e o km 627+020m, na Pista Sul, em São José dos Pinhais/PR, de interesse do Posto Iguaçu 2 - Nichele Comércio de Combustíveis Ltda..

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, o Posto Iguaçu 2 deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Posto Iguaçu 2 não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Posto Iguaçu 2 assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Posto Iguaçu 2 deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Posto Iguaçu 2 verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Posto Iguaçu 2 deverá apresentar, à URSP e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Posto Iguaçu 2 abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

#### PORTARIA Nº 56, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação nº 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo nº 50505.002755/2014-40, resolve:





Art. 1º Autorizar a implantação de rede de esgoto sanitário na faixa de domínio da Ponte Presidente Costa e Silva, BR-101/RJ, por meio de ocupação longitudinal, ao longo de toda a extensão da rampa N-13, em Niterói/RJ, de interesse da Águas de Niterói S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de esgoto sanitário, a Águas de Niterói S/A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela PONTE - Concessionária da Ponte Rio-Niterói S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Águas de Niterói S/A não poderá iniciar a implantação da rede de esgoto sanitário objeto desta Portaria antes de assinar, com a PONTE, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A PONTE deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Águas de Niterói S/A assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de esgoto sanitário, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Águas de Niterói S/A deverá concluir a obra de implantação da rede de esgoto sanitário no prazo de 03 (três) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Águas de Niterói S/A verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de esgoto sanitário no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à PONTE sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à PONTE acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de esgoto sanitário.

Art. 8º A Águas de Niterói S/A deverá apresentar, à URRJ e à PONTE, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de esgoto sanitário por meio de ocupação longitudinal autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Águas de Niterói S/A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 182, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.124041/2012-70, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Real Expresso Ltda. para implantação da seção de Novo Alegre (TO) para Campos Belos (GO) no serviço Brasília (DF) - Dianópolis (TO), prefixo nº 12-0390-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

PORTARIA Nº 183, DE 31 DE MARÇO DE 2014

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Processo nº 50500.164485/2013-29, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Real Expresso Ltda. para implantação das seções de Brasília (DF) e Formosa (GO) para Luís Eduardo Magalhães (BA) e de Sobradinho (DF) para Barreiras (BA) no serviço Brasília (DF) - Corrente (PI), prefixo nº 12-0497-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SONIA RODRIGUES HADDAD

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 32, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação Nº 158/2010, alterada pela Deliberação Nº 038 de 22/02/2013, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta dos Processos abaixo listados, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação dos Projetos de Interesse de Terceiros - PIT abaixo relacionados, com impacto na malha ferroviária concedida, conforme o extrato do contrato e com base na análise dos respectivos processos.

Parágrafo único: Esta autorização não dispensa o solicitante ou a Concessionária da emissão de licenças, dispensas e certificações que se fizerem necessárias, no que couber e, conforme sua responsabilidade, junto aos respectivos órgãos competentes nas esferas municipal, estadual ou federal.

FNS - Ferrovia Norte Sul S.A.

01.Processo:50500.006628/2014-60

Nota Técnica: 036/GPFER/SUFER/2014

Projeto: PIT - Desvio Ferroviário no KM 450+872, em Palmeirante/TO

Interessado: VLI MULTIMODAL S.A.

Concessionária: FNS - Ferrovia Norte Sul S.A.

Contrato: INSTRUMENTO PARTICULAR DE PERMISSÃO DE USO DE FAIXA DE DOMÍNIO E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI CELEBRAM FERROVIA NORTE SUL S.A E VLI MULTIMODAL S.A.

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Não se aplica

Tipo de reajuste: Não se aplica

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

02.Processo:50500.006627/2014-15

Nota Técnica: 037/GPFER/SUFER/2014

Projeto: PIT - Desvio Ferroviário com entrada no KM 722+940 e saída no KM 723+724, em Porto Nacional/TO.

Interessado: VLI MULTIMODAL S.A.

Concessionária: FNS - Ferrovia Norte Sul S.A.

Contrato: INSTRUMENTO PARTICULAR DE PERMISSÃO DE USO DE FAIXA DE DOMÍNIO E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI CELEBRAM FERROVIA NORTE SUL S.A E VLI MULTIMODAL S.A.

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Não se aplica

Tipo de reajuste: Não se aplica

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

03.Processo:50500.006626/2014-71

Nota Técnica: 038/GPFER/SUFER/2014

Projeto: PIT - Passagem Superior de Veículos (Viaduto) no KM 725+440, em Porto Nacional/TO.

Interessado: VLI MULTIMODAL S.A.

Concessionária: FNS - Ferrovia Norte Sul S.A.

Contrato: INSTRUMENTO PARTICULAR DE PERMISSÃO DE USO DE FAIXA DE DOMÍNIO E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI CELEBRAM FERROVIA NORTE SUL S.A E VLI MULTIMODAL S.A.

Tipo de Contrato: Não oneroso

Valor da parcela anual: Não se aplica

Tipo de reajuste: Não se aplica

Alíquota sobre a Receita líquida de atividade autorizada: Não se aplica

Início: Com a publicação do ato autorizativo.

Final: Coincidente com a vigência do Contrato de Concessão.

Art. 2º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 3º As Concessionárias deverão encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias úteis após a publicação desta Portaria e, dos aditivos, se houver, em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º A Concessionária deverá informar a ANTT em até 15 dias após o evento, com dia, mês e ano, o início e fim das obras, bem como informar qualquer alteração no projeto autorizado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÕES DE 28 DE MARÇO DE 2014

RIEP Nº 0.00.000.000255/2014-86

REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINSITÉRIO PÚBLICO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

DECISÃO

(...) Resguarda-se a possibilidade de nova representação, caso se efetive inércia ou excesso de prazo por culpa do Ministério Público.

Em razão do exposto, determino o arquivamento deste feito e do de nº 0.00.000.001770/2013-01, com base no art. 43, IX, c, do RICNMP.

Junte-se cópia desta decisão no referido processo. Intime-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Conselheiro Relator

RIEP Nº 0.00.000.000325/2014-04

REQUERENTE: NATASHA DA CUNHA AFFONSO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

DECISÃO

(...)Há que se considerar a força da argumentação aduzida pela parte requerida, no sentido de que o MPMG não permaneceu inerte diante do caso, até porque, de acordo com os documentos de fls. 24/26, o feito não ficou mais de um mês sem movimentação no sistema. Demais disso, já existe decisão de mérito em favor da ora requerente, e o Promotor de Justiça sinalizou que não pretende recorrer.

Em razão do exposto, determino o arquivamento do feito, com base no art. 43, IX, b, do RICNMP. Intime-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Conselheiro Relator

PP Nº 0.00.000.000166/2013-59

REQUERENTE: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATOR: CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

DECISÃO

(...)Assim, considerando-se que: os fatos foram investigados pelo MPSP, as falhas de colaboração entre CNJ, MPSP e CNMP foram minimamente justificadas, e, além disso, o procedimento no âmbito do CNJ já foi arquivado (fl. 456), declaro a perda do objeto do presente procedimento. Em razão do exposto, determino o arquivamento do feito, com base no art. 43, IX, b, do RICNMP. Intime-se.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

Conselheiro Relator

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO  
DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5.450, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, Dr. LUIS FABIANO PEREIRA, no uso de suas atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas pelo artigo 84 e incisos, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/93, bem assim pelo § 1º, do artigo 8º da Lei nº 7.347/85,

Considerando-se a necessidade de retificação do nome empresarial da empresa investigada no Inquérito Civil 001834.2013.20.000/7.

Considerando os documentos acostados ao inquérito civil em epígrafe.

Resolve, com fulcro no inciso III, do artigo 129, da Constituição Federal, artigo 84 e incisos da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º da Lei nº 7.347/8, retificar a Portaria nº 778.2013, para excluir a empresa ANA EMILIA RIZZINI COSENTINO - ME e incluir a empresa VILLA ANTONELLA EVENTOS LTDA-ME, como inquirida no Inquérito Civil 001834.2013.20.000/7, com o intuito de apurar os fatos em toda a sua extensão, bem como para embasamento de eventuais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

LUIS FABIANO PEREIRA



**Tribunal de Contas da União****1ª CÂMARA****ATA Nº 8, DE 27 DE MARÇO DE 2014**  
(Sessão Extraordinária)

Presidência do Ministro: Valmir Campelo  
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado  
Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamim Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira, bem como do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Dr. Lucas Rocha Furtado, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Primeira Câmara às dez horas (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 11, 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136, 140 e 287 § 5º).

**HOMOLOGAÇÃO DE ATA**

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 7, da Sessão Ordinária realizada em 18 de março de 2014, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I do Regimento Interno.

**PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET**

A presente Ata, bem como o seu Anexo, de acordo com a Resolução TCU nº 184/2005, está publicada na página do Tribunal de Contas da União na Internet ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)).

**PROCESSOS RELACIONADOS**

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 1012 a 1069, conforme pauta nº 8/2014, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140, 141 e 143, e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

RELAÇÃO Nº 7/2014 - 1ª Câmara  
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

**ACÓRDÃO Nº 1012/2014 - TCU - 1ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.806/2013-1 (APOSENTADORIA)
  - 1.1. Interessados: Rita Virginia Salles Munerato (551.723.938-20) - inicial; Rita Virginia Salles Munerato (551.723.938-20) - alteração.
  - 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 1013/2014 - TCU - 1ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.896/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Alexander Cangussu Silva (822.648.216-04); Ana Livia de Oliveira (043.628.466-97); Ana Lucia Santos de Matos Araujo (395.699.772-72); Andre Machado Rodrigues (303.022.058-37); Andrea Cachel (029.384.149-78); Andreia Peraro do Nascimento (195.517.918-27); Bruno Augusto Maciel Guedes (041.996.556-46); Carlos Eduardo Ribeiro Silveira (975.397.916-91); Carlos Henrique Fonseca (588.249.956-91); Christyane Oliveira Leao Almeida (348.367.348-27); Clarice Lima Alvares da Silva (055.113.006-75); Cleber Maestri Gonçalves (622.695.427-20); Donizete Reina (261.355.418-54); Edson Bruno Novais (016.260.026-73); Elizabete Rosa de Mello (147.428.408-60); Erly Guilherme Azevedo (039.976.086-52); Fabiola Alves dos Reis (685.773.116-00); Fernanda Maria Pinto Vilela (073.731.456-71); Fernanda do Nascimento Thomaz (092.087.757-55); Fernando Antonio Basile Colugnati (175.627.038-41); Gabriela Girao Albuquerque (008.629.569-19); Girley Francisco Machado de Assis (006.813.476-27); Gisele Maria Campos Fabri (762.750.606-97); Gladston Duarte Ferreira (108.472.386-79); Gustavo Sattolo Rolim (269.466.668-01); Iara Marques do Nascimento (067.145.706-35); Jamir Calili Ribeiro (013.047.626-96); Javer Wilson Volpini (038.553.636-41); Jeferson

Gomes da Silva (057.066.656-21); Joao Eustaquio Antunes (814.278.246-49); Jose Flavio de Melo Moura (696.181.517-00); Laura de Assis Souza e Silva (070.812.536-01); Leonardo Mees (653.778.779-34); Ligia Menezes do Amaral (698.941.836-20); Livia Teixeira de Almeida (077.809.876-12); Luciana Holtz (945.918.060-49); Lukas Sabioni Lopes (013.031.256-84); Marcelo Miranda Barros (014.019.026-00); Marcelo Squinca da Silva (104.951.968-00); Marcus Alexandre Nunes (941.259.020-20); Marcus da Matta Abreu (034.252.136-52); Maria de Fatima Silva do Carmo Previdelli (090.297.338-02); Mariana Cristina Palermo Ferreira (096.476.216-12); Michel Rodrigues Moreira (042.240.266-43); Michelson Kairo Ribeiro Nogueira (765.589.676-34); Pedro Bustamante Teixeira (055.408.626-35); Priscila Lima Sequetto (051.917.116-02); Rafael Alves Bonfim de Queiroz (326.254.738-78); Rafael Carvalhaes Machado (066.854.056-78); Raquel Tognon Ribeiro (301.061.708-99); Regina Gendzelevky Kelmann (216.669.248-65); Rita de Cassia Reis (086.345.126-81); Rodolfo Lacerda Valle (049.422.396-05); Rodrigo Barros Rispoli (056.371.236-83); Sandra Bertelli Ribeiro de Castro (257.825.568-70); Sandra Minae Sato (615.221.809-82); Sergio Marcos Carvalho de Avila Negri (046.870.536-88); Sharlene Lopes Pereira (116.062.927-73); Shirley Braga Lima Gamonal (732.141.756-53); Simone Jaqueline Cardoso (311.311.258-35); Simone Sales Marasco Franco (075.393.536-86); Thiago Cardoso Vale (013.194.566-18); Victor Ferreira Masson (044.174.656-06); Vinicius Silva Belo (084.695.726-44); Vinicius de Almeida Vieira (014.039.006-55); Vitor Mainenti Leal Lopes (086.487.537-16); Wagner Lacerda (836.189.536-15); Washington Orlando Irrazabal Bohorquez (016.923.396-05); Weronica Jaernevey Silveira (059.527.266-58); Wesley William Gonçalves Nascimento (067.250.486-33)

- 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
- 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
- 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 1014/2014 - TCU - 1ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.806/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Lucia Helena Pereira Teixeira (551.863.190-15); Luciana Contreira Domingo (755.046.500-20); Luciana Vargas Pedroso Maia (745.897.840-68); Luciana de Castro Neves Costa (010.229.690-13); Luciane Scherer Pahim (716.492.390-68); Luciano Anchieta Benitez (801.375.390-53); Luciano Elias de Senna (009.164.650-20); Luciano Gonçalves da Silva (006.881.170-58); Luciano Vieceli Taveira (677.114.720-72); Luciano de Pelegrini Lopes (921.673.730-15); Luidi Baggio da Rocha (009.350.560-41); Luis Fabiano Santos da Costa (642.772.320-00); Luis Felipe Salles Pereira (975.814.370-00); Luis Guilherme Pires Moura (014.594.770-06); Lurdes Zanchetta da Rosa (227.826.640-34); Maiane Liana Hatschbach Ourique (979.655.530-15); Marcelo da Silva Trindade (017.191.420-17); Marcia Adriana Poll (739.878.160-15); Marcia Fuhr (465.422.130-15); Marcia Petinga Irala (015.431.940-60); Marcia Regina Spies (000.287.860-76); Marcina Amalia Nunes Moreira (048.896.266-89); Marcio Jose Rossarolla (976.068.800-00); Marcos Gabbardo (007.024.510-02); Marcos Toebe (014.994.490-03); Marrelise Moral Montana (984.148.010-72); Margaret Leniza Lopez Gonçalves (823.231.000-68); Margeli Pereira de Albuquerque (924.991.040-15); Maria Elaine dos Santos Leon (813.434.000-82); Maria Eloa Gehlen (260.705.880-53); Maria Fernanda Piovesan Vianan (009.374.640-74); Maria Regina de Oliveira Casartelli (176.517.270-53); Maria do Socorro de Almeida Farias Marques (953.165.740-87); Mariano Casseres de Souza (004.985.410-02); Marilei Domingues Custodio (896.064.420-04); Marilena Correa Fialho (393.022.450-04); Marina Prigol (004.353.210-13); Marla Eveline Martins Machado da Silveira (011.938.790-51); Mateus Jose Sudano (310.039.508-50); Matheus Boni Barbosa (352.674.398-35); Mauricio Martinuzzi Fiorenza (016.696.440-90); Mauricio Nunes Macedo de Carvalho (935.228.270-15); Max Lindoberto Castro Gonçalves (390.854.490-49); Meiry Souza Mello Fiss (542.353.400-34); Michel Rodrigues Iserhardt (009.111.680-52); Michelle Guimarães Salgueiro (929.132.700-00); Miriam Moreira da Silveira (003.592.840-94); Monica de Souza Trevisan (001.288.170-89); Morgana Duarte da Silva (008.394.119-36); Muriel Pinto (994.684.330-72); Nathaly Silva Xavier Schutz (015.837.170-48); Nicolas Oliveira Mega (941.794.330-87); Osmar Damian Prestes (933.755.300-72); Osmar Manoel Nunes (780.478.620-49); Paloma Cardoso da Rosa (001.039.200-99); Paola de Azevedo Mello (007.402.610-02); Patric da Silva Ribeiro (003.419.800-80); Patricia Bernardes Cavalheiro (011.036.830-47); Patricia Eveline dos Santos Roncato (003.274.270-35); Patricia Mussi Escobar (001.018.440-69); Paula Ferreira de Araujo Ribeiro (003.378.020-09); Paula Soares da Costa (025.044.940-41); Paulo Eduardo Santos Paiva (012.034.800-40); Paulo Roberto Muller Amorim Junior (005.668.730-36); Pedro Conrad Junior (968.199.790-53); Pedro Lacerda Keller (835.031.020-00); Priscilla dos Santos Gusmao (823.642.060-49); Rafael Camargo Ferraz (830.324.950-91); Rafael Lima Seddart (692.225.760-04); Rafael Lucyk Maurer (804.233.370-68); Rafael Pla Matielo Lemos (003.530.820-66); Rafael Prates Quevedo (007.865.960-40); Rafael Roehrs (686.804.140-34); Rafaela Andolhe (000.759.120-90); Rafaela Pereira Correa (000.512.600-26);

Rafaele Rodrigues de Araujo (011.869.590-88); Reginaldo Hirata (986.786.630-49); Renata Patricia Correa Coutinho (266.935.548-06); Ricardo Elias dos Santos Scholz (005.336.120-20); Rita Fernanda Monteiro Fernandes (819.199.800-91); Roberto Thiesen (262.571.140-04); Rodolfo Rodrigues (824.101.190-34); Rogerio Dias dos Santos (610.262.980-91); Ronaldo Canofre Mariano dos Santos (000.962.240-37); Roseclair da Rocha Lacerda Barroso (767.414.270-15); Rudi Erial Aquino Porto (009.343.350-60); Sara Alves Feitosa (373.209.203-87); Sara Roesler (006.154.450-71); Sara dos Santos Mota (003.025.080-31); Sergio Meth (550.324.007-34); Shanda de Freitas Couto (005.412.230-97); Silvine Vestena (802.654.560-53); Silvia Marielli da Costa Madeira (920.413.700-25); Simone Lara (831.870.060-00); Simone Silva Alves (553.553.900-72); Stefan Vieira Lopes (910.163.120-91); Susana Cesco (020.473.249-20); Tabata dos Santos Fioravanti (021.264.460-26); Tabita Strassburg (014.594.420-40); Taiane Porto Basgalupp (014.592.480-74)

- 1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
- 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
- 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 1015/2014 - TCU - 1ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.809/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Adriana Oliveira Araujo (717.030.473-20); Almir Souza e Silva Neto (650.115.893-15); Ana Lucélia de Araújo (053.453.694-88); Bruna Lyra Alves de Almeida (046.071.814-20); Cybelle Frazao Costa Braga (007.411.704-18); Débora Auxiliadora Guedes Santos (052.019.654-66); Fernanda Maria de Lima Paiva (010.951.004-67); Nara da Nobrega Rodrigues (053.484.344-18); Patricia da Silva Pereira (020.207.244-48); Renata Paiva da Nobrega Costa (038.828.154-50); Vinicius de Lucena Fernandes (052.132.944-21)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 1016/2014 - TCU - 1ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.812/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Ivina Paula Almeida dos Santos (634.474.285-20); Joana Fidelis da Paixão (987.660.585-20); Laine Maria Mendes Damasceno (016.704.735-38); Leila Cunha Raposo (013.100.575-83); Liliane Matos Góes (014.198.065-64); Livia Rende Alvim Ladeia (071.766.236-51); Lucas Marconi Tavares Cerqueira (804.975.605-00); Luciana Carvalho Santos (967.323.855-34); Luciana Lemos Garcia (649.760.925-34); Luciana Souza Oliveira (792.035.075-15); Lucivaldo Vieira Oliveira (013.495.395-97); Ludgero Rego Barros Neto (019.693.345-50); Luis Henrique Alves Gomes (743.907.245-68); Maira Oliveira Dourado Silva (965.587.335-87); Manoela Falcon Silveira (912.585.105-53); Marcelo da Silva Bispo (005.037.815-50); Marcos Pereira dos Santos (622.889.705-53); Marcos Roberto Paixão Santos (006.865.885-09); Marcos Yuzuru de Oliveira Camada (005.874.795-82); Marcus Vinicius Fraga Lobo (187.657.005-97)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

**ACÓRDÃO Nº 1017/2014 - TCU - 1ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:





1. Processo TC-003.815/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Miriã Borges de Oliveira (045.740.466-35); Paulo Augusto Ferreira Borges (046.512.266-39)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Mar-  
rinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1018/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.816/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Leonardo Henrique de Almeida e Silva (042.864.526-70); Lidiane Aparecida Silva de Souza (057.973.346-74); Thiago de Souza Melo (060.694.196-77)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio  
Marcelo de Oliveira
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1019/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.818/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Adriane de Lima Cardeal Cunha (934.976.959-04); Adriano David dos Anjos (026.899.839-66); Bruno Garcia Bonfim (055.505.409-83); Caroline Bacelar Hauschild (008.785.710-35); Edson Carlos da Silva (585.932.339-53); Eliege Cristina Pepler (017.463.279-79); Fabio Schwab do Nascimento (927.929.790-20); Leila Silvana Pontes Caetano (006.339.199-69); Matheus Henrique Dal Molin Ribeiro (063.580.469-77); Paulo Mauricio Centenario Bueno (053.547.879-80); Thales de Lima Ferreira (024.824.419-19); Vitor Pereira Repinaldo (072.783.709-57)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-  
Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1020/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.819/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Doris Campos Mendonça dos Santos (782.895.642-87); Fabio Pinheiro da Costa (637.300.812-68); Jane Maria Rosa Nunes (789.145.902-91); Marcilene do Socorro da Silva Maciel (411.037.262-34); Marcio dos Santos (643.509.166-87); Nirielly Julio Fernandes (854.670.902-59); Nubia Rodrigues Ribeiro (602.360.272-04); Osmar Cebuliski (508.404.952-34); Patricia Milena Ramos e Silva (640.716.182-72); Regiara Croelhas Modesto (667.642.622-68); Suelene de Jesus do Carmo Correa (787.359.472-68); Thatiane Amaral Cabral (744.642.642-04); Thiana Rodrigues de Oliveira (587.289.612-34)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Mar-  
rinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1021/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.821/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Dejahyr Lopes Junior (069.655.968-48); Iklenio Pinheiro Lima (087.947.536-60); João Felipe Resende Nacer (013.074.891-92); Lesley Soares Bueno (842.483.191-87)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-  
Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1022/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.823/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Andressa Solane Moreira Costa (102.573.957-41); Auriane Morellato Ferrari (120.607.877-42); Carlos Ernani Mendonça Peixoto (102.048.887-51); Gabriela Freire Oliveira (099.068.987-55); Gledson Melotti (055.801.997-83); Joelma de Fatima Merson (077.583.017-89); Juliana Peterle Ronchi (106.774.477-01); Leticia Queiroz de Carvalho (940.666.637-53); Luciana Gomes Ferreira Silva (031.136.656-20); Luiz Carlos Cecilio Cunha (004.457.647-16); Monica Kruger Rodor (004.040.657-16); Shirley Majewski Santos (090.240.547-02)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Mar-  
rinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1023/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.832/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Ceyca Lia Palerosi Borges (169.614.728-00); Jaqueline Laurindo (069.261.709-40); Zeize de Fatima Batista Grzechota (924.323.870-15); Renata Portela de Oliveira (007.302.849-56); Robson Giacomeli (014.000.420-38)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Mar-  
rinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1024/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.847/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Jose Emilio Oliveira (103.438.707-38); Leonardo Martinelli (102.960.297-26)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Cola-  
tina
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio  
Marcelo de Oliveira
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1025/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.848/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessado: Daniel Boemo (599.300.120-87)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecno-  
lógica de São Vicente do Sul
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Cam-  
pelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Mar-  
rinus Eduardo De Vries Marsico
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1026/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.849/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Ivo Santana Caldas (087.867.927-84); Iza-  
bella Carneiro Bastos (061.874.336-70); Luiz Antonio Sabeh (890.667.401-59); Marcos dos Santos de Almeida (045.105.586-19); Marília Gabriella Alves Goulart Pereira (052.276.486-03); Nathalia Lucca Silva (072.821.756-24); Rafael Firmani Perna (052.710.949-52); Romulo Dias Novais (062.559.606-41); Semei Santana Naia (301.031.509-00); Thiago Correa de Souza (069.070.636-70)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-  
Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1027/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.855/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Cimarques Mileip Rogério (057.678.247-54); Edson Menisus Peyneau Soares (030.785.277-60); Gustavo Maia de Almeida (046.704.876-20); Hudson Cassio Gomes de Oliveira (072.277.337-42); Idalia Antunes Cangussu Rezende (053.785.807-57); George Terci Gasperazzo (082.725.787-27); Jordano Ribeiro Ce-  
lesttrini (058.921.577-92); Jose Alexandre de Souza Gadioli (820.824.217-91); Jose Henrique Martins Rosa (046.230.217-26); Lu-  
ciana Schunk (074.933.117-81); Malu Rocha Jorge (118.528.347-14); Patricia Silva Zandonade (078.281.737-84); Renato Tognere Ferron (019.873.557-09); Suzana Mill Bento Alves (112.144.267-60)
  - 1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecno-  
lógica do Espírito Santo
  - 1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo
  - 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-  
Geral Cristina Machado da Costa e Silva
  - 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
  - 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
  - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1028/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.856/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
  - 1.1. Interessados: Ana Elisa de Souza (005.642.920-79); Ana  
Paula Klauck (006.891.360-56); Anderson Di Lauro Cunha (828.653.885-49); Antonio Monteiro Guimaraes Junior (061.883.784-19); Christine da Silva Gonçalves (030.102.050-74); Edenilson Ma-  
culan (944.356.340-15); Fabio Telles (004.288.000-92); Glauca Sal-  
vador Pereira (010.653.340-10); Graciele Melo Dorneles (024.656.750-36); Gustavo Grams Teixeira (014.834.780-09); Jessica  
Silveira Vitoria (838.607.030-72); Jose Auri Flach (445.402.800-15);  
Juliano do Nascimento Kappes (000.893.500-90); Leandro Waltzer  
Einhardt (003.871.160-52); Leticia de Magalhaes Bandeira

(004.455.270-05); Neimar Mendes Lima (019.489.280-86); Rafael Costa Silva (950.920.800-00); Rafael Koppe (001.868.370-38); William de Oliveira Dalosto (007.773.380-09)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1029/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.857/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gyrrezy Gomes Maciel (043.530.624-33); Maria Denise Guedes Galvani (312.297.318-90); Thiago Almeida de Lima (047.139.874-84)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1030/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.858/2014-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldo Rhak Alves Alexandre (661.724.383-87); Ana Jéssica Sousa Leite Araújo (037.538.303-48); Andrea de Sousa Brandim (649.634.383-72); Angelica Pereira Soares (014.194.061-16); Anna Clara Fontes Vieira (991.214.923-87); Caio Carolino Duarte Campos (038.260.875-50); Claudiney Saraiva Guedes (013.914.543-59); Danilo Moura Furtado (962.126.403-00); Darlan Silva Mariano (970.048.393-20); Denyse Vasconcelos Almeida e Silva (830.496.653-00); Dorlany Lellis Alves de Oliveira (028.944.233-81); Erica Helena Torres Reis (029.026.793-51); Francilene Rodrigues de Oliveira (038.486.453-86); Gislene Albuquerque Pires da Silva (014.190.513-18); Jesus Boavista Gomes (782.423.203-49); Josdeanne Carvalho de Andrade (877.291.483-15); Josianne Vieira Magalhães (021.015.403-98); Jucileide Maria Gomes Veloso (791.222.303-78); Karolina Nogueira Mendonça (001.150.973-25); Kezia Stefani de Oliveira Lopes (006.561.893-98); Kleiry Maria de Sousa Macedo (983.175.633-91); Klendson Medeiros da Silva (015.528.193-37); Lidiane de Moraes Evangelista (852.392.673-91); Lorena Bastos Lima Verde Nogueira (009.543.793-22); Luana Thallita Cavalcante Lima (032.861.333-96); Lucia Helena Azevedo da Fonseca (849.656.063-53); Luiza de Fatima Paula Gomes (036.281.453-84); Maria Alexandra Silva de Oliveira (025.360.444-32); Maria Aparecida Rocha Vitorio Guimarães (661.375.943-00); Maria da Conceição Leal Carvalho Rodrigues (025.665.713-09); Poliana Brito de Sousa (038.762.783-92); Railma Rodrigues dos Santos (026.888.863-98); Rosane de Sousa Miranda (955.562.813-00); Susana Maria Dutra Lages Mendes (676.790.643-34); Tatiane Leocadio Temoteo (892.763.533-72); Victor Carlos Silva Menezes (001.639.793-24); Victor da Silva Almeida (027.749.043-07); Vinicius Dias de Carvalho (010.060.573-74); Widiane Soares Pimentel (912.535.273-34)

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1031/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.859/2014-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abinadabe Silva Andrade (058.551.194-24); Ailson Costa de Oliveira (897.848.554-53); Alberto Luiz de Vasconcelos Motta (190.100.524-00); Annaterra Teixeira de Lima (052.054.154-52); Antonio Abreu da Silveira Neto (959.992.213-15); Antonio Rank Sermilher de Sales Barbosa (013.776.234-83); Augusto Santana Veras de Medeiros (010.125.324-96); Christiane Maria da Cunha Cavalcanti (011.684.324-13); Cibele Gouveia Costa Chianca (011.749.564-61); Cinthia Beatrice da Silva Telles (052.237.904-48); Francisca Jucileuda da Silva Sousa (026.961.073-19); Francisco Ary Alves de Souza (009.917.884-27); Francisco Leandro Torres (052.955.774-65); Francisco Paulo de Freitas Neto (064.221.114-01); Gilson Mendes Araujo (889.824.911-04); Halan Vieira de Queiroz Tomaz (013.592.344-11); Herison Alves de Oliveira (057.425.594-02); Janaina Silva Alves (011.345.244-63); Joade Cortez Gomes (011.851.844-57); Kaline Souza dos Santos (079.797.584-55); Lenilson Xavier Ferreira de Oliveira (009.328.494-23); Luana Priscilla Rodrigues da Costa Lima (046.876.924-27); Luana de Melo Lucena (060.942.924-80); Pablo Diego Pinheiro de Souza (008.694.154-25); Ítala Iara Medeiros de Araújo (068.535.624-88)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1032/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.861/2014-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline de Souza Janerine (097.602.406-37); Carolina Cruz Mendes Buosi (047.161.066-67); Eliana Fredi Bassoli (453.912.386-68); Gladys Elizabeth Calle Cardena (060.664.827-50); Herlon Fernandes de Almeida (086.996.606-50); Letícia Carolina Teixeira Pádua (050.402.456-61); Lucirléia Alves Moreira Pierucci (268.686.478-83); Luis Henrique Silva Rodrigues (089.417.916-00); Marcio Macedo Santos (084.300.526-23); Pacelli Henrique Martins Teodoro (069.359.066-10); Tiago Mendes (061.186.326-00)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1033/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.863/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Peres (716.988.330-91); Andreza Francisco Martins (762.953.200-82); Bruno Barcellos Hervé (005.355.560-04); Cabral Pavei (984.123.539-00); Cristiane Bündchen (013.894.250-10); Fernando Tarasconi Vellinho (009.921.060-60); Gabriela Kampf Cury (926.416.790-00); Ivan Ricardo Graef (438.359.020-91); Jessica Campos Vinhatti (014.484.520-23); Joana Fisch (006.839.420-93); Magno Carvalho de Oliveira (018.482.260-20); Manon Rohde Schmitt (978.822.240-49); Rafaela Martins Alvariz (005.519.040-54); Ronaldo Scholze Webster (631.810.700-25)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1034/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.867/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aderlano da Silva Cardoso (007.698.793-06); Adriano Farias Rios (475.333.153-91); Ana Lucia Alexandre de Oliveira Zandomeneghi (408.977.374-15); Benedicto Augusto Vieira Lima (004.153.783-11); Djavanía Azevedo da Luz (717.512.973-49); Edyene Moraes dos Santos Lima (916.365.313-34); Fabiano Pablo Lisboa Pereira (853.402.783-87); Fabio de Souza Monteiro (034.464.374-36); Janine Alessandra Perini (020.847.509-54); Jaylson Franklin Mendonca Nunes (722.646.833-68); Jorge Luiz Feitoza Machado (879.001.063-91); Jose Ribamar Neres Costa (459.822.523-87); Maira Silva Ferreira (626.808.383-00); Marcia Helena Pereira da Silva (329.844.483-91); Mayara Ingrid Sousa Lima (017.270.943-10); Pedro Michel da Silva Serejo (889.675.143-87); Raimundo Edson Pinto Botelho (571.547.163-04); Regina Maria Mendes Oliveira (951.772.213-34)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1035/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.868/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alessandra Silva Barboza Alves (003.314.781-70); Caio Theobaldo de Barros Freire (024.813.641-04); Carina Andrade Benedeti (893.636.801-00); Carlos Eduardo Avelino Cabral (019.717.471-06); Elene Cristina Martins (029.749.741-39); Everton Willian Rodrigues da Silva Oliveira (012.739.441-94); Geslane Figueiredo da Silva Santana (000.644.931-05); Glaucete Portela de Oliveira (727.540.361-72); Jose Jaconias da Silva (888.711.691-15); Kellen Favero (002.870.581-58); Leonardo Luiz Braun (051.534.409-58); Leonardo Resende (023.017.771-97); Leone Francisco Amorim Curado (987.464.561-04); Luis Craco (291.445.900-91); Marcia Romero Marçal (188.637.708-16); Regina Aparecida da Silva (850.557.941-00); Sergio Pereira Maiolini (273.801.338-45); Shirley Lopes Maidana de Oliveira (985.411.531-34); Tarcisio da Silva Santos Junior (895.966.416-20); Vanessa Alves Mendes (020.808.191-78); Vera Ferreira (544.289.989-53)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1036/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.869/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Monica Henriques Lopes (813.680.386-20); Antonio Marcos da Silva (078.172.866-55); Clovis Domingos dos Santos (946.881.926-49); Eleonardo Lucas Pereira (036.060.996-14); Flavia Monteiro Ferreira (089.403.516-90); Frederico Cesar de Vasconcelos Gomes (056.637.196-01); Guilherme Lourenço de Souza (103.923.116-07); Karina Taciana Santos Silva (104.398.637-59); Larissa Camila Papa (090.639.826-66); Marcelo Gomes Speziali (046.634.836-31); Paulo Anderson Santana Rocha (027.141.124-47); Renata Mara Fonseca de Almeida (066.827.216-33); Roberto Coelho do Carmo (098.975.207-08)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1037/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:



1. Processo TC-003.873/2014-5 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Aldício Jose Miranda (960.147.849-34); Andrea Costa Van Herk Vasconcelos (878.251.396-15); Andrea Cristina Teixeira (049.543.956-82); Ariadna Ribeiro Gonçalves Dias (046.198.426-13); Belchior Jose dos Santos (052.966.206-07); Claudia Goes Muller (134.280.388-43); Claudia Olimpia Neves Mamede Maestri (051.607.326-59); Clesio Marcelino de Jesus (847.553.266-72); Edilamar Marcelina Cruvinel Gusmão (682.263.736-20); Enyara Rezende Moraes (053.035.806-95); Flaviana Alves Toledo (061.451.536-01); Gabriel Rimoldi de Lima (080.107.956-07); Igor Antonio Lourenço da Silva (012.578.436-80); Isabel Peres Brandão (094.787.486-02); Jose Claudinei Ferreira (255.510.798-30); Juliana Silva Andrade (068.671.566-73); Liliane Torres de Oliveira (273.429.188-65); Luciana Abadia do Carmo (081.079.346-60); Lucio Vilela Carneiro Girao (043.787.916-09); Luiz Carlos Felix Carvalho (060.729.786-73); Michelle de Castro Carrijo (013.217.356-50); Patricia Ferreira Paranaíba (047.329.936-48); Roberta Lima Bitar (041.480.726-00); Rodrigo Queiroz Rabelo (051.807.626-18); Rosely Conz (340.785.198-73); Sergio Lemos Duarte (047.785.256-47); Solange de Almeida Grossi (219.813.788-71); Tatiane Melo de Lima (008.150.961-86); Thiago Augusto Machado Guimarães (073.149.266-89); Vanessa Fonseca Gonçalves (070.964.636-40); Walter Rosa das Chagas Junior (044.821.706-66)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1038/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.874/2014-1 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Bianca Reis Cardoso (099.107.956-63); Bruno Rodrigues da Silva (081.424.116-60); Cândice Lisboa Brandão (040.314.936-30); Daisymara Priscila de Almeida (014.941.856-60); Débora Fernandes Pessoa Madeira (051.010.366-92); Eduardo Willian de Freitas (031.364.306-70); Evandro Galvão Tavares Menezes (077.303.686-50); Glauce Dias da Costa (049.983.306-67); Isaías Simeão (015.941.566-70); Jander Angelo Diogo Ferreira (068.784.296-41); Juliana de Oliveira Torres (871.315.366-87); Larissa Sousa Campos (065.775.856-60); Leandro Pereira Raimundo (073.048.336-37); Mariana Priscila Oliveira Silva (081.078.926-40); Mauro Lucio Silva Frutuoso (032.742.006-54); Maíra Aparecida de Paula Alves (073.826.636-12); Meire de Oliveira Barbosa (942.968.806-59); Nivea Maria Loures de Oliveira (063.605.616-38); Regiane Valentim Leite (386.094.178-08); Robson Luciano Catarino (101.663.506-05); Vanillo Alves de Freitas (010.324.586-31); Vitor da Cunha Baia (106.819.236-44); Wilton Bhering de Ramos (072.934.066-06)  
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1039/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.906/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Andre Luiz Alves Moreno (035.616.435-74); Andre Luiz Andrade Simões (801.607.785-49); Andre Sampaio Souza (782.582.785-68); Andre Sento SE Barreto (019.634.275-99); Andre Wilson Lima Machado (786.643.815-34); Andrea Araújo de Nobrega Cavalcanti (613.826.205-00); Andrea Batista de Andrade Castelo Branco (013.477.013-70); Andrea Lorena Santos Silva (009.180.095-10); Andrea Mendonça Gusmão Cunha (920.400.475-49); Andrea Reis de Jesus (893.088.325-72); Andrea de Amorim Dórea (220.051.208-20); Andrija Oliveira Almeida (781.487.235-91); André Luis Vivas de Almeida (029.003.965-73); André Ricardo Anjos Apenburg (883.655.575-68); Angela Rodrigues Gifoni (629.915.313-04); Angelica Natal Peretti (387.043.868-17); Angelo Rafael Palma da Fonseca (365.544.805-87); Angelo de Souza Sampaio (041.563.435-02); Anna Karla Carneiro Roriz (705.932.135-72); Anne Jacob de Souza Araújo (013.360.585-01); Antonieta Conceição Bomfim (548.583.055-20); Antonio Alberto da Silva Monteiro de Freitas (274.727.445-49); Antonio Almeida Lyrio Neto (779.675.265-20); Antonio Angelo Martins da Fonseca (213.354.785-15); Antonio Augusto Araújo de Souza (518.537.795-04); Antonio Carlos dos San-

tos da Silva (677.606.435-00); Antonio Cost Silva Junior (883.689.715-00); Antonio Jorge Freitas Fiais (630.321.125-91); Antonio Luiz Krachytec Silva (792.083.715-49); Antonio Marcos de Jesus Ferreira (021.140.175-75); Antonio Paulo Silva Nery (365.400.805-49); Antonio Roberto Guerreirojunior (327.119.838-11); Aquitê Aranha Moreno (505.787.315-68); Ariadne Silva Cordeiro de Almeida (808.194.605-59); Ariosvaldo Santos Pereira (025.571.705-93); Aroldo Rabelo Teixeira (509.552.505-44); Artur Felipe Santos Barbosa (044.133.624-89); Asdrubal Vieira Senra (099.940.502-06); Asterio Ribeiro Pessoa Neto (434.510.715-68); Augusto Ferreira Neto (011.598.205-11); Aurea Angelica Paste (860.472.997-68); Barbara Maria Parana da Silva Souza (803.462.355-53); Barbara Nascimento Rocha Ribeiro Soares (018.793.235-24); Beatriz Alessio de Aguiar (281.099.308-40); Beatriz Helena Ceccato (268.951.208-40); Bernardo Brasil Campinho (948.279.905-49); Bernardo Ordenez (040.808.569-03); Bianca Carvalho Souza (958.904.165-53); Blanca Lilitiana Torres Leon (219.090.208-85); Breno Machado Costa (488.200.085-72); Breno Pires da Silva (022.856.605-37); Brian Teles de Fonseca Macedo (032.099.265-90); Bruna Frascolla Boise (032.252.055-08); Bruno Gomes de Azevedo (014.512.365-06); Bruno Guida de Souza (823.382.485-20); Bruno Jose Dumet Fernandes (891.313.125-00); Bruno Lopes Bastos (792.613.535-68); Bruno Santos de Assis (019.456.475-40); Bruno Vagner Varjão (799.131.485-53); Bruno Westermann (011.564.150-55); Cadja Araujo Portugal (284.166.355-87); Caio Guimaraes da Ressureicao (031.832.435-04); Caio Matheus da Rocha Couqueiro Monteiro de Oliveira (029.256.365-51); Caio Nery Dantas (028.420.135-90); Camila Rocha de Souza (010.016.785-32); Camilla Franco Mattos (024.528.485-06); Carla Dameane Pereira de Souza (060.212.426-37); Carla Galvao Pereira (785.923.305-30); Carla Hilario da Cunha Daltro (227.726.265-04); Carla Hilário da Cunha Daltro (227.726.265-04); Carla Magalhães Costa Lima (021.524.545-88); Carla Regina Lima Mendonça (026.581.315-85); Carla Tatiane Oliveira Silva (014.103.565-07); Carlos Alberto Dantas Santos (483.436.925-00); Carlos Eduardo Oliveira da Silva (013.839.155-63); Carlos Eduardo Pena Messias de Figueiredo Filho (854.290.665-91); Carlos Felipe da Conceição Pinto (011.155.155-27); Carlos Frederico Lopes Benevides (009.997.444-45); Carlos Henrique Lucas Lima (005.238.080-70); Carlos Victor Rios da Silva Filho (785.448.822-34); Carmela Sica (702.943.911-26); Carolina Friedrich Amoretti (945.563.340-04); Carolina Grant Pereira (031.045.095-06); Carolina Lara Neves (831.390.524-72); Carolina Nascimento Vieira (676.959.495-15); Carolina Oliveira de Souza (007.893.035-90); Carolina Silva Cunha de Mendonça (032.214.525-27); Carolina da Silva Santos (030.874.405-58); Carolina de Souza Santana Magalhães (566.325.925-20); Caroline Alves Feitosa (023.780.655-07); Caroline Fantinel (010.885.350-03); Caroline Martins da Silva Saba (019.169.355-32); Caroline da Silva Santos (794.813.965-68); Cassio Magalhães da Silva e Silva (777.840.815-53); Catarina Lima Leite (604.800.415-04); Celso Almeida da Silva Cunha (785.383.005-04); Cerenio de Freitas Diniz Gonçalves Muniz (942.222.075-00); Cesar Augusto Piedrahita Aguirre (232.090.798-03); Cintia Fraga dos Santos (009.387.155-42); Ângela Soldatelli (018.998.105-95)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1040/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.908/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Soraia Veloso Silva Santana (359.674.715-53); Suze Mary Miranda Neves Sampaio (363.938.005-34); Tassia Natalie Nascimento Santos (007.516.665-80); Tatiana Nascimento da Silva Santos (782.651.005-82); Thais de Bhanthumchinda Portela (663.100.836-00); Thiago Carvalho Ramos (828.107.615-15); Thiago Hartz Maia (116.841.157-28); Tito Luis Maia Santos (012.551.875-73); Valter Silva Santos (430.123.025-49); Vanessa dos Santos Brasil (027.975.225-32); Walber Araujo Carneiro (732.278.545-20); Walter Emanuel de Carvalho Mariano (862.240.185-53); Walter Moraes Souza (629.240.445-53); Washington da Encarnação Bacelar (505.393.105-49); Wecley Otero Prates (812.779.201-25); Yuri Oliveira do Val (021.671.035-90); Zilma Verçosa de Sá Ribeiro (506.040.405-63)  
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1041/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII;

143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.911/2014-4 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Alexandre Diniz da Costa (065.086.766-10); Andre Noronha Arvellos (037.731.386-60); Claudete Imaculada de Souza Gomes (723.168.296-00); Claudia Oliveira Fontes (024.180.306-36); Daniele de Sá Alves (012.291.266-78); Frederico Pittella Silva (057.860.556-20); Glaucio Silva de Souza (975.400.996-15); Janaina Gonçalves de Oliveira (067.160.366-36); Jessica Sobrinho Teixeira (088.928.246-35); Julio Cesar de Paula e Silva (011.734.976-33); Lara Carvalho Miranda (035.209.996-84); Leonardo de Mesquita Taveira (013.073.337-70); Marcelo Silva Silverio (029.829.486-99); Raquel da Silveira (048.541.976-92); Thiago Costa Soares (076.058.826-02); Thiago Gonçalves Schroder e Souza (069.104.746-43)  
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1042/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.912/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Ana Barbara Dias Pereira (076.466.636-38); Ana Clara Pereira Barbosa Santos (072.629.546-95); Ana Luisa dos Santos (038.676.746-71); Edilson da Silva (567.321.986-53); Joao Paulo Valadares Coimbra (012.948.476-86); Marília Regina Nepomuceno (065.375.396-92)  
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1043/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.914/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessado: Jose Reinaldo Pinheiro Segundo (076.988.644-21)  
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1044/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.915/2014-0 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Alexandra Gonçalves Martins (791.668.900-63); Alexandre Simionovski (447.264.060-00); Alexandre de Lima (907.936.680-34); Aline de Avila Bitencourt (009.668.380-50); Ana Paula Zambelli (014.082.470-70); Anelise Frozza (003.726.490-76); Angela Fatima Oliveira da Cruz (672.923.050-91); Anne Krummenauer (023.031.770-73); Antonio Augusto Boaria da Silva (008.622.190-60); Barbara Baum Vivian (001.791.640-23); Barbara Froener de Almeida (647.673.021-53); Bianca Pagnoncelli (833.043.120-72); Bruno Morandi Cabistani (017.095.070-04); Camila Kurtz Fonseca (704.950.500-59); Carla Fernandes Pitta (803.276.720-72); Carlos Eduardo Edinger de Souza Santos (028.708.120-60); Carolina Tagliani Ribeiro (019.417.430-13); Caroline Lucini (000.874.100-01); Caroline Sanders da Silva (021.571.970-01); Clara Medeiros Dias (017.064.010-86); Clarice Mi-soczky de Oliveira (988.358.400-82); Cristina Noronha Cury

(979.332.360-49); Daniel Del Sent Soares (839.429.550-91); Daniela Caon Guerra (903.413.920-49); Dennis Lamberson (045.364.206-30); Diego Del Duca Lima (012.049.400-02); Edimarlei Gonsales Valerio (439.049.120-20); Eduardo Jose Gaio (932.166.610-91); Eladir Andrade Rodrigues (213.188.160-68); Eliana Paula Calegari (006.287.110-26); Eliseu Rodrigues (006.117.300-22); Felipe Gonçalves Silva (272.723.808-88); Fernanda Bordignon Soares (017.565.840-44); Fernanda Patzlaff Neuenfeld (014.603.520-84); Fernando Kreutz (010.579.120-26); Francisco Bastos Moreira (025.826.050-50); Francisco Paulo dos Santos (040.685.409-26); Gabriel Luca Nazar (012.218.720-28); Gabriela Fonseca Pereira (012.983.880-23); Gustavo Daniel Castiglione da Silva (010.584.450-06); Gustavo Schenini Diehl (989.549.030-53); Hamilton Fernando dos Santos Santana (010.917.160-80); Jackson Damiani Scholten (039.697.619-05); Janete Vettorazzi (567.724.830-49); Joao Cesar Baccellar Neubert (379.979.040-34); Jorge Augusto Silveira Verlindo (415.355.530-49); Jorge Daniel Werlang (019.043.510-00); Jorge Ubiarajara Brando Nogueira (985.777.860-72); Jorgelei Ostroski (825.854.070-04); Julia Cervo (031.281.920-06); Juliano Cavagni (826.688.170-72); Katia Maria Paim Pozzer (388.906.580-53); Lara Krumberg Schuller (831.893.940-91); Lisiane Bernardi (954.975.360-34); Lucas Caitano (023.104.080-69); Luiz Daniel Rodrigues (970.407.620-72); Marcelo Bettim Bandinelli (005.913.960-92); Marcelo Gama Goulart (018.807.330-21); Marcelo Pizzutti (018.433.960-09); Marcos Pradella (971.374.990-15); Maria Beatriz Rodrigues (395.615.690-00); Maria Claudia Pereira Santos (571.505.590-34); Marília Canabarro Zordan (006.344.240-09); Marina Corrêa da Silva de Araújo (007.976.130-56); Marislane de Freitas Correa (007.511.760-60); Michele Torres Elizalde (017.923.060-32); Michelle Dullius (010.916.260-90); Miranês Matter de Souza (008.860.710-03); Nadia Assein Arus (883.801.060-91); Nadjia Jandt Feller (015.509.430-06); Paulo Roberto Menezes Lima Junior (012.928.521-86); Rafael Paz Oliveira (023.850.670-30); Raquel Capiotti Silva (007.915.130-25); Raquel Wigg Cunha (012.994.200-60); Renato Vaz Linn (018.365.830-28); Rodrigo da Luz Barcellos (008.732.950-64); Rosa Maria Castilhos Fernandes (453.769.990-68); Ruben Ladwig (992.092.500-44); Simone Rendwanski Tonelotto (917.710.050-68); Thaís Bueno Brites da Silva (024.548.440-01); Tiago Fiorini (023.325.189-83); Tiago Luis Reis Jalowitzki (803.243.390-20); Tiago Tresoldi (002.594.720-69); Velco Vinicius Lopes de Matos (018.446.920-19); Vinicius Ambrosi (020.142.730-30); Vladimir Gonzalo Lavayen Jimenez (017.341.656-00); Wesley Mezzomo (022.537.060-35)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

#### ACÓRDÃO Nº 1045/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.262/2014-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Valdemira da Silva Ferreira (060.092.665-64)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marcinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

#### ACÓRDÃO Nº 1046/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado o mérito do ato de concessão a seguir relacionado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.267/2014-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Irma Kunz Sebba (714.107.591-72)

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marcinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

#### ACÓRDÃO Nº 1047/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a; 208 e 214, inciso II; do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis Srs. Paulo Santos de Carvalho (CPF 244.666.971-91), Mailine Alvarenga (CPF 227.366.461-34), Onofre José Morais (CPF 179.322.701-20), Marcelo Piancastelli de Siqueira (CPF 125.350.606-04) e Valdir Moyses Simão (CPF 021.728.738-70), regulares com ressalva, dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, e com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, regulares dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-043.927/2012-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Paulo Santos de Carvalho (244.666.971-91), Mailine Alvarenga (227.366.461-34), Onofre José Morais (179.322.701-20), Marcelo Piancastelli de Siqueira (125.350.606-04); Valdir Moyses Simão (021.728.738-70), Alexandre Costa Oliveira (455.118.291-53), Pedro Batista Lima (477.619.541-00), Márcio Mas-saro (491.820.991-20), Hernani de Carvalho (463.123.901-87), José Flávio Ros (339.431.251-49), Hélio Sadao Sakamoto (471.742.696-72), Sérgio Luiz de Souza Cordeiro (733.046.387-68), Márcio de Souza Matos (334.213.311-20), Júlio César dos Santos (308.225.211-72), Edson de Oliveira Barroso (265.931.221-49), Sindulfo Teixeira Chaves (351.998.301-04), Paulo Pereira da Silva (259.286.271-49), Aluizio César Cabral de Oliveira (771.156.197-00), Sérgio Ricardo Souza Santos (444.076.291-34), Luiz Tadeu Villela Blumm (393.560.781-49), Adauto Lima de Amorim Júnior (412.937.384-68), Bartolomeu de Vasconcelos (329.265.704-06), João Roberto de Oliveira Barroso (221.686.801-91), João Emílio Ferreira de Oliveira (244.491.641-72), Sérgio Henrique de Araújo Moraes (000.322.977-77), Fernando César Lima de Souza (493.072.901-72), Paulo Roberto Witt Rosback (348.114.190-49), Carlos Alberto Teixeira Pinto (779.693.327-49), Marcelo Gomes Martins (314.696.631-04), Ricardo Corsi (000.834.017-09); Carlos André Santos Lins (326.921.881-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marcinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. determinar ao Gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal que informe, no próximo Relatório de Gestão, as medidas adotadas e os resultados alcançados para resolver a situação dos servidores cedidos a outros órgãos e entidades públicos, inclusive ao Governo do Distrito Federal, sem o ressarcimento da remuneração respectiva aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal, tais como a inscrição dos cessionários no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e a suspensão do pagamento da remuneração dos servidores policiais civis cedidos, e já notificados, sem que haja o reembolso mensal da remuneração pelo órgão cessionário;

1.8. determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que faça constar do próximo Relatório de Gestão os resultados obtidos nos inquéritos policiais e nos processos administrativos mencionados no Relatório de Gestão base 2011, relativos ao extravio de armas e de outros bens de propriedade da corporação;

1.9. determinar ao Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) e à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que informem, no próximo Relatório de Gestão, se há servidores cedidos sem o ressarcimento, por parte do cessionário, da remuneração correspondente aos cofres do Fundo Constitucional do Distrito Federal, bem como as medidas adotadas e os resultados alcançados para solucionar a questão, se for o caso;

1.10. dar ciência à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) sobre a seguinte impropriedade:

1.10.1. ausência de apresentação de cópia das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal ou, alternativamente, de autorização de acesso eletrônico a esses dados por parte de servidores, o que afronta o disposto no art. 1º da Lei 8.730/1993;

1.11. dar ciência à Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), ao Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) e à Polícia Militar Distrito Federal (PMDF) sobre a seguinte impropriedade:

1.11.1. rol de responsáveis apresentado em desconformidade com o art. 10 da IN TCU 63/2010, que estabelece que serão considerados responsáveis pela gestão os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as naturezas de responsabilidade de dirigente máximo, membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo e membro de colegiado responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade;

1.12. arquivar o presente processo.

#### ACÓRDÃO Nº 1048/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, fazer as determinações sugeridas, de acordo com a instrução da unidade técnica (peça 52):

1. Processo TC-018.172/2012-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 023.485/2013-2 (SOLICITAÇÃO); 015.668/2013-4 (SOLICITAÇÃO); 044.722/2012-5 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Prefeitura Municipal de Cruz Alta - RS (88.775.390/0001-12)

1.3. Interessado: Câmara Municipal de Vereadores de Cruz Alta/RS

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cruz Alta - RS; Secretaria de Políticas para as Mulheres

1.5. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS).

1.8. Advogado constituído nos autos: não há.

1.9. determinar à Secretaria de Políticas para as Mulheres que, no prazo de 180 dias, informe a esta Corte de Contas sobre as medidas adotadas para sanar as irregularidades apontadas nos itens 24-38 da presente instrução, que examinou a conformidade da concessão e aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 134/2010 (Siafi/Siconv 740.514) ao município de Cruz Alta/RS, e, caso estas não alcancem o êxito pretendido, instaure a devida Tomada de Contas Especial para identificação dos responsáveis, apuração do dano e obtenção do devido ressarcimento, observados os termos da IN-TCU 71/2012;

1.10. autorizar o arquivamento do presente processo, depois de prestadas as informações pela SPM/PR;

1.11. dar ciência desta deliberação, bem como da instrução constante da peça 52, à Procuradoria da República no município de Cruz Alta, informando tratar-se de assunto relativo ao Inquérito Civil Público n. 1.29.016.000099/2012-49;

1.12. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada de cópia desta instrução constante da peça 52, à Câmara de Vereadores e à Prefeitura Municipal de Cruz Alta/RS, bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

#### ACÓRDÃO Nº 1049/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à Câmara Municipal de Alagoinhas-PB, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica constante da peça 13:

1. Processo TC-019.367/2011-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 004.311/2013-2 (SOLICITAÇÃO); 029.024/2011-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessado: Câmara Municipal de Alagoinhas-PB

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alagoinha - PB

1.4. Relator: Ministro Valmir Campelo

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata nº 8/2014 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 7/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

#### ACÓRDÃO Nº 1050/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39 inciso II, da Lei 8.443/92, e arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 169, inciso V, e 243, do Regimento Interno, em acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. José Jeronimo Bezerra de Souza e Fernando de Castro Velloso Filho, respectivamente, ex-presidente e ex-secretário de Recursos humanos do TJDF, e em arquivar o presente processo, dando-se ciência desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.058/2008-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marilene Sampaio Gentili (144.997.621-20); Marilene Sampaio Gentili (144.997.621-20); Marilene Sampaio Gentili (144.997.621-20)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues





1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1051/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva as contas do Sr. José Roberto Galvão e da Sra. Carlúcia da Costa Correa, dando-lhes quitação, fazendo-se a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.506/2013-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)  
1.1. Responsáveis: José Roberto Galvão (363.101.828-20); Carlúcia da Costa Correa (511.931.322-15)  
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá  
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (SECEX-AP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinar à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) que avalie a oportunidade e conveniência de promover estudo, se ainda não o fez, visando que o órgão central da Funasa estabeleça metas físicas e financeiras para a Superintendência Regional do Amapá, de forma que se possa avaliar o grau de eficiência e eficácia da gestão da regional.

ACÓRDÃO Nº 1052/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexistência material, os subitens 3.2, 3.3 e 9.3 do Acórdão 458/2014-TCU - 1ª Câmara, onde se lê "*Roberto Accioly Perrelli*", leia-se "*Roberto Accioly Perrelli*", mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.307/2009-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)  
1.1. Responsável: Roberto Accioly Perrelli (534.503.964-04)  
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata nº 8/2014 - Primeira Câmara  
Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 8/2014 - 1ª Câmara  
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1053/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e, ainda, com espeque no permissivo fixado no subitem 9.4 do Acórdão 2.076/2005-TCU-Plenário, em rever de ofício o Acórdão 2.647/2005-TCU-1ª Câmara para, no mérito, considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.110/2004-3 (APOSENTADORIA - REVISÃO DE OFÍCIO)  
1.1. Interessados: Paulo Afonso Moura de Freitas (010.961.923-49); Rafic Haddad (057.387.761-00)  
1.2. Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador)  
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1054/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.187/2013-0 (APOSENTADORIA)  
1.1. Interessado: Lidia Maria Lyra Seixas (246.086.617-87)  
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde do Estado do Rio de Janeiro  
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1055/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.846/2014-8 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Caroline Spagnolo (006.837.230-22); Cláudia Cury Gonçalves Braga (389.010.995-00); Daiana Lopes (815.380.491-04); João Victor Oliveira Almeida (065.276.256-50)  
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)  
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1056/2014 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, de acordo com o art. 6º, inciso II, da IN TCU 71/2012, salvo determinação em contrário do Tribunal de Contas da União, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial na hipótese em que houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente;

Considerando que ainda não houve citação válida;  
Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU com a proposta da unidade técnica pelo arquivamento deste processo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade e com fundamento no art. 143, inciso V, letra "a", do Regimento Interno do TCU, e nos arts. 6º, inciso II, e 19, da IN TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, sem prejuízo da orientação abaixo consignada.

1. Processo TC-045.995/2012-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)  
1.1. Responsáveis: Associação de Assistência à Carência Social (00.847.303/0001-44) e Sônia Maria Viana Botentuit (292.579.303-78)  
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador)  
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:  
1.7.1 dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Meio Ambiente.

Ata nº 8/2014 - Primeira Câmara  
Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 7/2014 - 1ª Câmara  
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1057/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.367/2014-6 (APOSENTADORIA)  
1.1. Interessados: Espedito Sousa Oliveira (459.468.097-68); Maria Verônica Lima Barrêto (209.463.503-10)  
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal  
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1058/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.313/2013-1 (APOSENTADORIA)  
1.1. Interessados: Abelardo de Souza Martins (037.347.142-49); Luci Silva Figueiredo (146.421.822-68)  
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amapá  
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1059/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.336/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)  
1.1. Interessados: Thamara Nunes Reis de Alcântara (015.429.411-05); Tiago Gomes da Cunha (027.505.501-90); Viviane Pinto Ferreira de Miranda (272.938.538-07); Wander de Mélo Silva (003.750.451-71)  
1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça (STJ)  
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1060/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.240/2012-8 (PENSÃO CIVIL)  
1.1. Interessadas: Ana Idalina Neto Sampaio (298.740.504-97); Lúcia Maria Santos de Aguiar (295.207.204-30); Maria José Borba Esteves (830.658.734-00); Wildet Silva Amorim (770.206.004-25)  
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco  
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé  
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.  
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1061/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas de Eurípedes Malaquias de Souza e Emil José Ferreira, dando-lhes quitação, e regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, cientificar desta deliberação a Superintendência Regional da Conab em Goiás (Conab Sureg/GO) e arquivar os autos posteriormente.

1. Processo TC-046.441/2012-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)  
1.1. Responsáveis: Eurípedes Malaquias de Souza (083.703.621-68); Emil José Ferreira (124.597.391-68); Aldo Pereira de Alcântara (096.076.251-53); Ana Lúcia de F. Fernandes (197.504.201-87); Antônio de Sousa Leite (192.078.401-20); Antônio Donizete Diniz (129.998.731-15); Eliete Pereira da Silva (423.686.261-15); Fernando Wilson Ferrante (217.840.941-53); Flávio Eustáquio Rodrigues (115.490.171-87); Francisco Pereira da Silva

(066.938.061-04); Geraldo Pinto Coelho (169.661.201-20); Germano Alves Moreira (087.675.598-83); Getúlio Ferreira da Silva (118.894.621-87); Gilmar de Castro Sampaio (143.962.201-97); Iolando do Rosário Nunes (263.840.781-04); João Henrique Silva (235.198.511-72); José Alvarenga Barbosa (464.408.951-68); Jurandir Ferreira Rios (032.224.381-53); Lindomar Silva da Costa (589.352.071-87); Luiz Carlos do Nascimento (319.782.071-15); Maria Santíssima de Oliveira Sandim (219.748.101-00); Marilson Gonçalves Campos (281.480.966-00); Marinho Matias Costa (134.378.791-20); Nisbete Pereira M. de Santana (161.313.551-34); Núbia Nadir de Jesus Oliveira (434.322.981-53); Otaviano José do Carmo (187.325.931-64); Pacifico José da Silva (146.357.046-53); Perpétua Maria Ribeiro Mendes (355.403.031-72); Rogério Cesar Barbosa (510.097.491-53); Selestrino Eduardo da Silva (197.508.201-00); Sérgio de Urzeda Franco (323.122.021-15); Thiago Lima do Nascimento (726.514.661-15); Valdir Soares de Araújo (302.326.941-68); Vicente Teixeira Silva (054.374.231-87); Zirvaldo Zenid Virgolino (165.295.101-68);

1.2. Unidade: Superintendência Regional da Conab em Goiás (Conab Sureg/GO)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1062/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar regulares com ressalva as contas de Alessandro Golombiewski Teixeira e Luiz Antônio de Souza Cordeiro, dando-lhes quitação, regulares as dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, e mandar adotar as seguintes medidas sugeridas pela unidade técnica:

1. Processo TC-042.488/2012-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04); Getúlio Valverde de Lacerda (008.361.337-49); Júlio Átila Batista de Azevedo (290.133.137-87); Júlio César de Araújo Nogueira (349.557.477-87); Luiz Antônio de Souza Cordeiro (097.834.401-44); Renato Pontes Dias (399.186.531-91); Ricardo Schaefer (507.857.450-68)

1.2. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Recomendar à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que:

1.7.1. realize trabalhos visando ao aprimoramento dos controles internos, com a devida avaliação de riscos, para a adoção de procedimentos, de forma a minimizar os problemas enfrentados pelo ministério, a exemplo do elevado estoque de prestações de contas a analisar na área de convênios, utilizando como referência modelos consagrados, a exemplo do Coso II, com vistas a mitigar o impacto negativo de eventos potencialmente danosos à sua gestão;

1.7.2. adote providências para diminuir o estoque de prestação de contas a analisar, buscando cumprir o prazo estabelecido pelo art. 76 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, de 90 dias após o recebimento das prestações de contas;

1.7.3. ajuste seu planejamento estratégico de forma que seu período de abrangência se ajuste ao do PPA vigente, de forma a evitar eventuais divergências de objetivos e metas entre os dois planos;

1.7.4. aprimore o planejamento integrado do Sistema MDIC, desdobrando os planos táticos e operacionais e estabelecendo metas quantificáveis relacionadas e coerentes tanto com os rumos estratégicos do Sistema MDIC quanto com o Plano Plurianual em vigor.

1.8. Dar ciência à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que:

1.8.1 a abstenção de solicitar novas informações à Subprocuradoria-Geral da República e à Superintendência do Departamento de Polícia Federal, relacionadas aos processos administrativos 52500.023221/2005-31, 52500.023222/2005-86 e 52500.023223/2005-21, pode configurar demora na atuação do Ministério e acarretar prescrição punitiva, com consequente descumprimento da determinação constante do item 1.5.1.1 do Acórdão 4.202/2009 - TCU - 1ª Câmara;

1.8.2. não foi mantida a proporcionalidade dos itens de custo da planilha apresentada quando da assinatura do Contrato 94/2010, em inobservância à determinação do item 9.2.1 do Acórdão 2.094/2011 - TCU - Plenário;

1.8.3. no rol de responsáveis, não foram contemplados os ocupantes de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente da unidade jurisdicionada, nem seus substitutos, em inobservância ao disposto no art. 10, II, da Instrução Normativa TCU 63/2010;

1.8.4. não foram indicados para cada agente no rol de responsáveis os interregnos de efetivo exercício do cargo, discriminando férias e afastamentos, de forma a possibilitar a individualização dos atos de gestão no período, contrariando o disposto no art. 11, III, da IN TCU 63/2010.

1.9. Apensar este acórdão e a instrução da unidade técnica ao processo de contas da SE/MDIC referente ao exercício 2012, para a devida análise dos fatos ocorridos naquele exercício em relação ao reequilíbrio econômico financeiro do Contrato 94/2010.

1.10. Dar ciência do acórdão, acompanhado da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

1.11. Arquivar o processo.

ACÓRDÃO Nº 1063/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, com redação dada pela Resolução-TCU 235/2010 e no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexistência material, o Acórdão 3711/2008 - TCU - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 28/10/2008, Ata nº 39/2008, relativamente ao subitem 9.3, para que, onde se lê "(?) o recolhimento da quantia aos cofres do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT (?)", leia-se "(?) o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional (?)", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.647/2003-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Elves Ferreira Borges (espólio - 034.482.231-15); Francisco Campos de Oliveira (011.296.276-91); Gilton Andrade Santos (falecido - 074.168.816-68); Maria de Souza Borges (631.811.261-87)

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (extinto)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Maria Abadia Pereira de Souza Aguiar (OAB/MT 2906) e Carlos Roberto de Aguiar (OAB/MT 5668).

1.7. tornar insubsistente a multa aplicada a Gilton Andrade Santos, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado do acórdão condenatório.

ACÓRDÃO Nº 1064/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e art. 42 da Resolução-TCU 191/2006, ACORDAM em considerar atendida a determinação constante no item 1.6.2. do Acórdão 10.008/2011 - 1ª Câmara, autorizando, em consequência, o encerramento dos autos mediante apensamento em definitivo ao processo originário (TC 027.780/2010-4), conforme pareceres emitidos.

1. Processo TC-013.870/2012-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Desconsiderar a ordem expedida no item 1.6.1 do Acórdão 10.008/2011-TCU- 1ª Câmara, em virtude da nova determinação abaixo; e

1.8. Determinar ao Fundo Nacional de Saúde que, no novo prazo improrrogável de 180 dias, informe, de modo inequívoco, a este Tribunal, após nova verificação *in loco*, se foram integralmente corrigidas, de forma satisfatória, as pendências e falhas consignadas nas inspeções por ele realizadas, em especial as registradas no Relatório de Verificação n. 22-6/9999, bem como esclareça, com base no exame dos documentos que integram a prestação de contas final, se houve boa e regular aplicação dos recursos repassados mediante o Convênio 2.630/2005, instaurando, se negativa ao menos uma das respostas, a devida tomada de contas especial, consoante prevê o art. 8º da Lei 8.443/1992, sob pena de responsabilidade solidária.

ACÓRDÃO Nº 1065/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando ciência ao representante da orientação abaixo, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-002.860/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Espírito Santo

1.1. Unidade: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

1.2. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secex/ES

1.5. Advogado constituído nos autos: não há

1.6. orientar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no Espírito Santo que, caso seja comprovada a existência de dano ao erário relacionado ao objeto da presente representação e, esgotadas as medidas administrativas visando ao ressarcimento, instaure a correspondente tomada de contas especial, seguindo as diretrizes da Instrução Normativa TCU 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 1066/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar a representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-032.789/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Cobra Rápido Cobranças Ltda. (02.928.028/0001-19)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que, quando da publicação do novo edital do credenciamento 5.741/2013 (GI-LOG/BR), encaminhe cópia ao Tribunal de Contas da União;

1.8. Encaminhar cópia desta deliberação à representante e à Caixa Econômica Federal; e

1.9. Arquivar os presentes autos.

Ata nº 8/2014 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 6/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1067/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.773/2013-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lauro Schuarts Filho (193.388.059-72); Noemi Vieira Rossi (702.776.058-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata nº 8/2014 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária

RELAÇÃO Nº 5/2014 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1068/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria do interessado abaixo:

1. Processo TC-005.672/2013-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Valtemir Soares Campos (032.264.172-15).

1.2. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinius Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1069/2014 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.



1. Processo TC-012.865/2013-3 (REPRESENTAÇÃO)
- 1.1. Representante: Advocacia-Geral da União (AGU).
- 1.2. Entidade: Município de Angelina/SC.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
- 1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
- 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).
- 1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata nº 8/2014 - Primeira Câmara  
Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob nº 8/2014, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 1070 a 1114, a seguir indicados. Os correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como os citados Acórdãos, se inserem no Anexo desta Ata (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10; e Resoluções TCU nºs 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 1070/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.768/2011-0.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Petróleo Brasileiro S.A. (CNPJ 33.000.167/0001-01).
4. Unidade: Município de Campos dos Goytacazes/RJ.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relator da deliberação embargada: ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro - SecexEstataisRJ.
8. Advogados: Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Samara da Silva Bernardes (OAB/RJ 160.361) e outros.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pela Petróleo Brasileiro S.A. contra o acórdão 5.337/2011-1ª Câmara.  
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:  
9.1. conhecer dos embargos de declaração e dar-lhes provimento;  
9.2. tornar insubsistente o acórdão 5.337/2011-1ª Câmara;  
9.3. arquivar a representação que inaugura este processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 6º, inciso II, da IN TCU 71/2012;  
9.4. dar ciência desta deliberação à embargante, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1070-08/14-1.
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
- 13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro
- 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1071/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.774/2011-0.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Petróleo Brasileiro S.A. (CNPJ 33.000.167/0001-01).
4. Unidade: Município de Volta Redonda/RJ.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relator da deliberação embargada: ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro - SecexEstataisRJ.
8. Advogados: Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Samara da Silva Bernardes (OAB/RJ 160.361) e outros.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pela Petróleo Brasileiro S.A. contra o acórdão 5.339/2011-1ª Câmara.  
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32, 34 e 45 da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer dos embargos e dar-lhes provimento;
- 9.2. tornar insubsistente o subitem 9.3 do acórdão 5.339/2011-1ª Câmara e conferir ao subitem 9.2 do mesmo acórdão a seguinte redação:  
"9.2. assinar prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apure os fatos mencionados nesta representação relativos a possíveis irregularidades na aplicação dos recursos do convênio 6000.0027598.06.4, celebrado entre a Petrobras, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Volta Redonda e o Município de Volta Redonda, no que tange à execução, por parte da Organização Produção Solidária (PROSOL), do "Projeto Geração", destinado à execução de ações voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente, e, se for o caso, adote medidas com vistas à identificação dos responsáveis (nome e CPF ou CNPJ) pela aplicação dos recursos, à quantificação dos eventuais danos e ao imediato ressarcimento ao erário, com a adoção das providências necessárias ao esgotamento das medidas administrativas internas cabíveis ou, caso estas não logrem êxito, à instauração, pela autoridade administrativa competente, da respectiva tomada de contas especial e com a devida comunicação do resultado a este Tribunal";  
9.3. determinar à SecexEstataisRJ que encaminhe à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República os dados constantes dos autos que possam ajudar na apuração dos fatos tratados nesta representação;
- 9.4. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1071-08/14-1.
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
- 13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro
- 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1072/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.786/2010-0.
- 1.1. Apenso: TC 016.412/2009-8.
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Mileni Cristina Benetti Mota (CPF 283.594.292-00).
4. Unidade: Município de Rolim de Moura/RO.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Mileni Cristina Benetti Mota contra o acórdão 690/2011 -1ª Câmara.  
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:  
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e conceder-lhe provimento parcial;  
9.2. tornar insubsistente o item 9.4 e conferir aos subitens 9.3 e 9.5 do acórdão 690/2011 -1ª Câmara a seguinte redação:  
"9.3. rejeitar parcialmente as alegações de defesa da Sra. Mileni Cristina Benetti Mota, ex-prefeita do Município de Rolim de Moura/RO;"  
"9.5. aplicar à Srª Mileni Cristina Benetti Mota (CPF nº. 283.594.292-00), a multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 268 do Regimento Interno, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"  
9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente, à Procuradoria da República em Rondônia, ao Fundo Nacional de Saúde e à Prefeitura Municipal de Rolim de Moura/RO.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1072-08/14-1.
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
- 13.2. Ministro que não participou da votação: José Múcio Monteiro
- 13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1073/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.257/2012-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Pensão Civil)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:  
3.1. Interessados: Aldo Rodrigues Vasquez Pereira da Cunha (064.952.307-53); Celia de Aguiar Balesdent (013.875.887-53); Cyrene de Abreu Leite (440.523.087-00); Eliane de Souza Andrade (610.838.527-87); Eliane de Souza Andrade (610.838.527-87); Luiz Oswaldo Carvalho (161.097.407-72); Maria Janete Portela (522.891.687-34); Maria da Conceição de Freitas do Vale (799.899.777-04); Neuza Teixeira Lopes (590.795.177-04); Rafael de Freitas Albuquerque (116.625.867-01); Yara Terezinha de Alvarenga da Penha (770.075.497-72)
- 3.2. Recorrente: Cyrene de Abreu Leite (440.523.087-00).
4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: Jorge Santana Queiroz (OAB/RJ nº 56.145)

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 6.523/2013-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de concessão inicial de pensão instituída por Nylza Gomide de Abreu em favor de Cyrene de Abreu Leite;  
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:  
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;  
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1073-08/14-1.
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.
- 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1074/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.978/2014-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil
3. Interessado: Alisson da Silva (066.803.974-48).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:  
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Alisson da Silva, recusando seu registro;  
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;  
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:  
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;  
9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao responsável legal por Alisson da Silva, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não exime o beneficiário da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;  
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o representante legal do interessado teve ciência desta deliberação;  
9.4. determinar à Sefip que monitore cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1074-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

**ACÓRDÃO Nº 1075/2014 - TCU - 1ª Câmara**

1. Processo nº TC 003.990/2014-1.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil  
3. Interessado: Vinicius dos Santos Sacramento (007.847.745-01).  
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Vinicius dos Santos Sacramento, recusando seu registro;  
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao responsável legal por Vinicius dos Santos Sacramento, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não exime o beneficiário da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o representante legal do interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que monitore cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1075-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

**ACÓRDÃO Nº 1076/2014 - TCU - 1ª Câmara**

1. Processo nº TC 004.020/2014-6.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil  
3. Interessado: Tiago Marques Miranda (011.907.625-01).  
4. Órgão: Ministério das Comunicações (vinculador).  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Ministério das Comunicações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Tiago Marques Miranda, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Ministério das Comunicações que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade ad-

ministrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao responsável legal por Tiago Marques Miranda, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não exime o beneficiário da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o representante legal do interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que monitore cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1076-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

**ACÓRDÃO Nº 1077/2014 - TCU - 1ª Câmara**

1. Processo nº TC 004.712/2014-5.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil  
3. Interessados: Arthur Bruno de Melo Braga (049.774.233-05); Maria Braga Viana (754.142.443-91).  
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil deferida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse de Arthur Bruno de Melo Braga e Maria Braga Viana, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. emita e disponibilize no Sisac novo ato de pensão referente ao ex-servidor Jonas Rodrigues Viana, excluindo da relação de beneficiários o menor sob guarda Arthur Bruno de Melo Braga;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à Sra. Maria Braga Viana e ao responsável legal por Arthur Bruno de Melo Braga, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a Sra. Maria Braga Viana e o responsável legal por Arthur Bruno de Melo Braga tiveram ciência desta deliberação;

9.4. determinar à Sefip que monitore cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1077-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

**ACÓRDÃO Nº 1078/2014 - TCU - 1ª Câmara**

1. Processo nº TC 006.437/2013-3.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II (Tomada de Contas Especial)  
3. Responsáveis: Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (03.934.459/0001-50); Maria da Conceição Andrade Paganele dos Santos (118.187.658-37).  
4. Órgão: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em razão da omissão no dever de prestar contas relativas ao Convênio Siconv 700045/2008 - SDH/PR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. declarar a revelia da Sra. Maria da Conceição Andrade Paganele Santos, presidente da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Maria da Conceição Andrade Paganele Santos e da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-as, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
337.915,22	26/11/2008
163.267,06	10/12/2009
99.907,10	28/3/2011

9.3. aplicar individualmente à Sra. Maria da Conceição Andrade Paganele Santos e à Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, às responsáveis, à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1078-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

**ACÓRDÃO Nº 1079/2014 - TCU - 1ª Câmara**

1. Processo nº TC 008.708/2013-4.  
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria  
3. Interessado: Carlos Rogério Costa do Lago (077.780.903-68).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).





8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria deferida pela Superintendência Estadual da Funasa no Piauí,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Carlos Rogério Costa do Lago, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelo interessado, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Piauí que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao Sr. Carlos Rogério Costa do Lago, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1079-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1080/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.138/2013-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Alana Conceição Leitão Mesquita (658.290.773-53); Alessandro Bezerra Aguiar (662.420.373-00); Carla Emanuela Candido Peixoto (661.604.483-15); Francisca Alves de Araújo (392.971.524-49); Francisca Lima da Silva (433.810.653-00); Francisca Pereira de Souza (839.122.824-04); Francisco Juscelino Macambira de Mesquita (657.464.303-15); Francisco Juscelino Macambira de Mesquita (657.464.303-15); Geovana Leitão de Mesquita (658.291.403-06); Iqueila Moura Vieira (032.970.064-20); José Roberto Candido Peixoto Correia (661.603.913-72); Maria Delsa Antônia de Sousa (256.416.203-78); Maria Gleiciane Bezerra Aguiar (669.153.173-68); Maria Ieda Candido Peixoto (171.659.703-04); Maria Ione Severino Macambira (060.920.473-49); Maria do Livramento Bezerra Aguiar (504.382.713-00); Marieta Passos Cirqueira (240.354.833-20); Nilce Cordeiro Correa Gondim (198.193.154-68); Raimunda Gadelha Silva (110.449.263-68); Terezinha de Jesus Cardoso Brito (422.953.863-49).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e no art. 39 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar legais as pensões instituídas por Antônio Guilherme da Silva, Cícero Angelino de Araújo, Francisco Jucie Macambira de Mesquita, Joaquim Guedes Correa Gondim, José da Costa Silva, José da Penha Brito e Manoel Severino de Sousa e determinar o registro dos atos de peças 7, 9, 11 e 12, 13, 15, 16 e 18;

9.2. considerar ilegais as pensões instituídas por Carlos Linneman Peixoto Correia Lima e Manoel de Paulo Sousa Aguiar e negar registro aos atos de peças 8 e 17;

9.3. nos termos do Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência desta Corte, dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé por Carla Emanuela Cândido Peixoto, José Roberto Cândido Peixoto Correia, e Maria Ieda Cândido Peixoto, beneficiários de Carlos Linneman Peixoto Correia Lima, e por Alessandro Bezerra Aguiar, Maria Gleiciane Bezerra Aguiar e Maria do Livramento Bezerra Aguiar, beneficiários de Manoel de Paulo Sousa Aguiar;

9.4. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que adote, no prazo de quinze dias, a contar da notificação, as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Francisca Lima da Silva, Maria Ieda Cândido Peixoto, Terezinha de Jesus Cardoso Brito, Maria Gleiciane Bezerra Aguiar e Maria do Livramento Bezerra Aguiar e faça juntar a estes autos os comprovantes de notificação nos quinze dias subsequentes;

9.4.2. promova, por ocasião dos futuros aumentos remuneratórios concedidos às categorias de seus servidores e nos termos do parágrafo único do art. 14 da Lei 12.716/2012, a absorção da rubrica relativa à complementação salarial originária do Decreto-lei 2.438/1988;

9.4.3. suspenda os pagamentos relativos ao Plano Collor e à URP nos proventos de pensão de Maria Ieda Cândido Peixoto, Terezinha de Jesus Cardoso Brito e Maria do Livramento Bezerra Aguiar;

9.4.4. emita novos atos de pensão civil para os beneficiários de Carlos Linneman Peixoto Correia Lima e Manoel de Paulo Sousa Aguiar, livre das irregularidades ora apontadas;

9.5. advertir o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, nos termos do art. 6º da IN 55/2007 que a emissão de atos com omissão de informação relevante, como ocorreu no ato do instituidor Carlos Linneman Peixoto Correia Lima, pode ensejar aplicação de multa ao responsável;

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que constitua apartado com os atos de pensão dos instituidores Cleide Moura Vieira da Silva (peça 10) e José Abdenago da Costa (peça 14) e realize diligências para:

9.6.1. em relação à beneficiária Iqueila Moura Vieira, comprovar sua invalidez e situação de dependência econômica à data do óbito da instituidora, bem assim para verificar a licitude das acumulações de pensão por parte da interessada;

9.6.2. em relação à pensão instituída por José Abdenago da Costa, obter cópia da documentação com base na qual a entidade entendeu cabível a partilha da pensão entre a viúva e a companheira, em especial de eventual decisão judicial que tenha reconhecido a relação estável de Maria Delsa Antônia Sousa com o instituidor e a separação de fato deste e da viúva, Sra. Marieta Passos Cirqueira.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1080-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1081/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.718/2009-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas

3. Entidade: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

4. Responsáveis: Alana Abrantes Nogueira Pontes (338.951.714-68); Alexandre José de Almeida Gama (205.813.604-78); Homero Gustavo Correia Rodrigues (206.320.964-20); José Marcos Gonçalves Viana (142.081.994-15); Thompson Fernandes Mariz (160.623.704-78); José Edilson de Amorim (132.142.684-49); Lucélia Melo Maracaja (343.451.164-49); Ana Maria Henriques (133.055.304-72); José Roberto de Souza (176.857.534-72); Francisco Estrela Dantas Neto (181.033.404-72); Marcelo Gomes de Azevedo (109.432.694-15); José Marcelo de Aguiar Macedo (078.544.124-72); Elias de Queirós Barros (325.524.594-04); Luiz Augusto da Costa (330.261.307-53); Fernando de Sousa Costa (162.431.884-34); João Santana Pereira (151.069.504-49); Geraldo de Sousa Moraes (312.999.034-87); Almir Pereira de Souza (692.051.244-00); Ângela Maria Rocha Gonçalves de Abrantes (437.044.924-34); Claudiano Lopes Diniz (044.640.864-62); Edinalda Gualberto Duarte (338.284.234-34); Elizabeth de Oliveira (413.912.176-91); Jaime Alves Barbosa Sobrinho (188.580.584-53); Jarbas Sobreira Moreira Júnior (047.088.044-90); João Batista da Silva (714.005.164-04); José Irelânio Leite de Ataíde (512.013.137-91); José Pinheiro Lopes Neto (601.515.012-20); José Wanderley Alves de Sousa (468.239.724-91); Juliana Maria Carneiro Wanderley (087.035.074-91); Juscelino de Farias Maribondo (504.569.034-53); Kilson Pinheiro Lopes (000.040.994-43); Marcelo Carvalho Pereira (047.137.437-71); Maria Marques Moreira Vieira (203.663.374-91); Regineide Batista Jatobá (397.350.794-53); Roberto Farias Ferreira (461.457.454-87); Rômulo Raimundo Maranhão do Valle (087.032.564-72); Thales Albuquerque de Carvalho Câmara (044.366.334-38); Valdir Cesarino de Souza (237.832.574-68); Vicente Ferrer Gomes (204.672.734-72); Onaldo Guedes Rodrigues (690.594.384-34); José Jailson Nicácio Alves (584.890.374-34); Marcelo Davi Serafim Duarte (076.622.474-06); Armando Ribeiro (440.109.664-91); Aroldo Félix de Azevedo Júnior (045.018.654-74); Emir Candeia Gurjão (132.043.514-91); Erinaldo Clemente dos Santos (206.336.704-30); Gleydson Chaves Ricarte (812.038.533-00); Henaldo Moraes Gomes (251.247.494-15); José Aminthas de Farias Júnior (752.843.594-53); José Sebastião Rocha (058.180.104-06); Manoel Francisco Gomes Filho (055.194.894-91); Maria dos Remédios de Lima Barbosa (992.518.174-72); Jonica Marques Coura (931.281.934-87); Roberto Medeiros de Faria (103.547.194-91); Teobaldo Gonzaga Realco Pereira (204.347.824-91); Rômulo Feitosa Navarro (237.709.024-91); Lourinaldo Pontes da Silva (165.553.414-91); Vera Lúcia Chaves de Vasconcelos (251.461.064-87); Marilena Maria de Souza (181.154.384-72); Eduardo Jorge Lira Bonates (154.235.144-87); Vicemário Simões (185.976.024-49); Márcio de Matos Caniello (256.230.101-30); Martinho Queiroga Salgado (004.333.904-25); Michel François Fossy (206.737.874-00); Cássia Maria Lima Gomes (351.675.564-49); José Alberto Rodrigues de Amorim (131.431.234-00); Nalfrânio de Queiroz Satiro (238.155.314-20); Valeriano Soares Azevedo (457.918.564-15); Alessandro Veríssimo de Moraes (398.071.854-91); Maria do Socorro Lopes Correia (250.709.244-00); José Nivaldo Guedes da Silva (352.766.494-72); Everaldo Oliveira Costa (205.184.714-20); Edson Nobre Bezerra de Carvalho (294.969.344-04); Maria Fernanda Moraes Tavares (436.603.044-68); Juliana Cavalcante Holanda (695.625.982-68); Fábio de Freitas Pereira (160.090.454-87); Francisco Valdeberto de Lira (110.437.094-87); Regina de Lacerda Barboza (038.243.144-87); Wellington Feitosa de Vasconcelos (819.065.108-06); Janilda Nogueira Vilante (109.660.804-91); Sebastião Paulo (330.975.004-30); Maria do Carmo Rodrigues Freitas (602.640.634-49); Joaquim Cavalcante de Alencar (112.503.994-91); Misael Fernandes Neto (132.477.194-15); Marcleide Maria Macedo Pederneiras (394.914.474-91); Giseuda de Oliveira Gadelha Abrantes (309.314.524-49); Rubasmate dos Santos de Sousa (576.473.804-00); Maria do Socorro Marques da Silva Pereira Alencar (343.067.734-34); Consuelo Barreto Martins de Melo (274.583.694-34); Maria do Socorro de Nasaré Queiroga (219.300.824-87); Lirifram Dantas Cavalcante (238.181.584-87); Paulo de Melo Bastos (161.710.124-91); Ana Célia Rodrigues Athayde (237.117.874-87); João Macário Neto (364.723.794-91); Macário de Araújo Cavalcante (460.759.094-00); Geraldo Xavier de Holanda (830.547.908-00); Raimundo Roberto Silva Bezerra (218.616.504-00); Ramilton Marinho da Costa (308.636.784-91); Honório Patrício Neto (853.718.744-53); Reginaldo Teixeira Ferreira Júnior (020.864.664-71); Ricardo Sérgio de Oliveira Machado (504.055.944-53); Luiz Antônio Coelho da Silva (029.308.854-32); Wellington Sousa Lima (789.245.534-53); e Rodolfo Agra Pereira de Sá (965.202.484-87).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), referente ao exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher as razões de justificativa oferecidas pela Sra. Alana Abrantes Nogueira Pontes, ex-diretora-geral do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande, e pelo Sr. Homero Gustavo Correia Rodrigues, diretor administrativo da Universidade Federal de Campina Grande;

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. José Marcos Gonçalves Viana, ex-secretário de recursos humanos da Universidade Federal de Campina Grande, pelo Sr. Alexandre José de Almeida Gama, pró-reitor de Gestão Administrativo-Financeira da Universidade Federal de Campina Grande, e pelo Sr. Thompson Fernandes Mariz, reitor da Universidade Federal de Campina Grande;

9.3 julgar irregulares as contas dos Srs. Thompson Fernandes Mariz e Alexandre José de Almeida Gama, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.4 aplicar ao Sr. Thompson Fernandes Mariz multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com fulcro no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Alana Abrantes Nogueira Pontes, Homero Gustavo Correia Rodrigues e José Marcos Gonçalves Viana, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.6 julgar regulares as contas dos demais responsáveis arrolados nos autos, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.7 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma da legislação em vigor;

9.8 determinar à Universidade Federal de Campina Grande que:

9.8.1 envide esforços no sentido de solucionar a situação da contratação temporária de médicos, atualmente resguardada por decisão judicial;

9.8.2 ultime as providências no sentido de buscar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas pelos servidores Vilma Lúcia Fonseca Mendoza e Gilvandro Silva da Siqueira, em razão da acumulação de dois cargos efetivos e cargo de confiança, assim que se cesse os impedimentos decorrentes de ordens judiciais;

9.8.3 notifique a servidora Alana Abrantes Nogueira de Pontes, ocupante de dois vínculos efetivos (Professor 3º Grau - T 20 da Unidade Acadêmica de Medicina/CCBS/UFCG e Médica - T-40 do HUAC/UFCG) e de um cargo de comissão (Diretora Geral do HUAC/UFCG), fixando-lhe prazo para que, nos termos do art. 133 da Lei 8.112/1990, opte por dois dos três cargos, desde que haja compatibilidade de horários, sob pena de perda do benefício de boa-fé, nos termos da Lei 9.527/1997, ressaltando que a opção deve resultar na exoneração de um dos vínculos, não sendo suficiente o gozo de licença sem vencimentos, nos termos da Súmula TCU 246;

9.8.4 instaure processo administrativo para apurar os valores recebidos cumulativamente pelas servidoras Cassandra Teixeira Vale e Renata Silva de Carvalho Gurgel referente aos plantões de cinco horas diárias, sobreavisos médicos e realização de palestras, no período de 10/1/2008 a 10/4/2008;

9.9 determinar à Controladoria Geral da União que verifique o cumprimento das determinações descritas no subitem 9.8 nas próximas contas apresentadas pela Universidade Federal de Campina Grande;

9.10 dar ciência à Universidade Federal de Campina Grande acerca das seguintes irregularidades, a fim de evitar a sua reincidência:

9.10.1 acréscimos contratuais superiores ao percentual máximo permitido de 25%, desrespeitando o art. 65 da Lei 8.666/1993; e

9.10.2 pagamento de despesas com hospedagem e alimentação, nos deslocamentos de servidores e colaboradores eventuais, em substituição à sistemática legal de concessão de diárias, violando os arts. 2º e 10 do Decreto 5.992/2006.

9.11 dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, aos responsáveis e à Universidade Federal de Campina Grande.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1081-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

#### ACÓRDÃO Nº 1082/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.065/2013-2.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria  
3. Interessadas: Eleuzina Evangelina Araujo Bringel (149.131.601-25); Eleuzina Evangelina Araujo Bringel (149.131.601-25); Gessi Pereira da Silva (100.399.961-15); Gessi Pereira da Silva (100.399.961-15); Gladis Teresinha Rocha e Silva (152.220.040-15); Gladis Teresinha Rocha e Silva (152.220.040-15).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de alteração de aposentadoria cadastrados sob os números de controle 10802592-04-2008-000083-2, de interesse de Eleuzina Evangelina Araujo Bringel, 10802592-04-2008-000210-0, de interesse de Gessi Pereira da Silva, e 10802592-04-2008-000075-1, de interesse de Gladis Teresinha Rocha e Silva, ordenando seu registro;

9.2. considerar ilegais os atos de alteração de aposentadoria cadastrados sob os números de controle 10802592-04-2010-000113-8, de interesse de Eleuzina Evangelina Araujo Bringel, 10802592-04-2010-000114-6, de interesse de Gessi Pereira da Silva, e 10802592-04-2011-000041-0, de interesse de Gladis Teresinha Rocha e Silva, recusando seu registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, por Eleuzina Evangelina Araujo Bringel, Gessi Pereira da Silva e Gladis Teresinha Rocha e Silva, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às Sras. Eleuzina Evangelina Araujo Bringel, Gessi Pereira da Silva e Gladis Teresinha Rocha e Silva, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as Sras. Eleuzina Evangelina Araujo Bringel, Gessi Pereira da Silva e Gladis Teresinha Rocha e Silva tiveram ciência desta deliberação;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1082-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

#### ACÓRDÃO Nº 1083/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.696/2008-4.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Pensão Civil)  
3. Recorrente: Waldinete Pereira de Santana (327.303.144-15).

4. Órgão: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler  
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogados constituídos nos autos: Gisele Lucy M. de Menezes Cabreira (OAB/PE 17242) e outros.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.644/2013-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de pensão civil de interesse de Waldinete Pereira de Santana, haja vista a inclusão, nos proventos, de parcela alusiva a "horas extras", vantagem incompatível com o regime jurídico instituído pela Lei 8.112/1990,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1083-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

#### ACÓRDÃO Nº 1084/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.864/2012-4.  
2. Grupo I - Classe de Assunto: II  
3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessada: Prefeitura Municipal de Cândido Mendes - MA (06.059.505/0001-08)

3.2. Responsável: José Haroldo Fonseca Carvalho (304.357.732-91).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.



9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Maranhão (In-cra/MA), em desfavor do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, Pre-feito Municipal de Cândido Mendes/MA nas gestões 1997-2000 e 2001-2004 (peça 2, p. 484-486), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais repassados à essa municipalidade por força do Convênio CRT/MA/9.004/1998, Siafi 354482,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, CPF 304.357.732-91, com fundamento nos arts. 1º, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, caput, 23, inciso III e 57 da mesma lei, condenando-o ao pagamento das im-portâncias abaixo discriminadas, acrescidas dos juros de mora de-vidos, calculados a partir da correspondente data até o efetivo re-colhimento, na forma da legislação em vigor, fixando- lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (In-cra):

VALOR ORIGINAL (R\$) DATA DA OCORRÊNCIA  
362.590,00 (D)4/8/1998  
135,63 (C)24/9/1999

9.2. nos termos do art. 57, da Lei nº 8.443/1992, aplicar ao Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho, CPF 304.357.732-91, multa no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. nos termos do art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, III, do Regimento Interno, aplicar ao Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho (CPF 304.357.732-91), multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até a sua quitação, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.6. encaminhar cópia do Acórdão a ser proferido, acom-panhado do Relatório e do Voto, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992.

9.7. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Re-latório e Voto que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Cândido Mendes/MA, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-cra) e ao responsável.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1084-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Wal-ton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Ca-valcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1085/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.232/2013-6.  
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria  
3. Interessadas: Eva Lina Luiza da Silva (303.142.591-04); Eva Lina Luiza da Silva (303.142.591-04); Eva Lina Luiza da Silva (303.142.591-04); Madalena da Cunha Pereira Brito (082.818.071-72); Madalena da Cunha Pereira Brito (082.818.071-72).  
4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.  
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saú-de no Estado de Goiás,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Fe-deral e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais o ato inicial e o primeiro ato de al-teração de aposentadoria de Eva Lina Luiza da Silva (números de controle 10802592-04-2012-000140-0 e 10802592-04-2008-000376-9, pela ordem), ordenando seu registro;

9.2. considerar legal o primeiro ato de alteração de apo-sentadoria de Madalena da Cunha Pereira Brito (número de controle 10802592-04-2008-000290-8), ordenando seu registro;

9.3. considerar ilegais os atos de alteração de aposentadoria cadastrados sob os números de controle 10802592-04-2012-000017-0, de interesse de Eva Lina Luiza da Silva, e 10802592-04-2012-000199-0, de interesse de Madalena da Cunha Pereira Brito, re-cusando seu registro;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, por Eva Lina Luiza da Silva e Madalena da Cunha Pereira Brito, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Ju-risprudência deste Tribunal;

9.5. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás que:

9.5.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da au-toridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Cor-te;

9.5.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às Sras. Eva Lina Luiza da Silva e Madalena da Cunha Pereira Brito, aler-tando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.5.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as Sras. Eva Lina Luiza da Silva e Madalena da Cunha Pereira Brito tiveram ciência desta delibe-ração;

9.6. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tri-bunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1085-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Wal-ton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Ca-valcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1086/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.491/2013-7.  
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria  
3. Interessados: Antônio Dantas Lima (157.237.474-87); Ar-lete de Melo Nascimento (259.755.284-53); Aurelina Bento da Silva (129.492.804-04); Carlos Denis Moreira Costa (076.213.614-68); Ce-

lina Maria Costa Lacet (901.921.258-34); Elvira Luciene Burgos Go-mes (147.234.094-91); Gilson de França dos Santos (049.077.284-68); Gilson de França dos Santos (049.077.284-68); Gilson de França dos Santos (049.077.284-68); Isaac Alves de Freitas (044.990.503-91); Janete Correia dos Santos (208.625.634-53); Janine Santos Gomes (039.819.754-72); José Maria Costa Bastos (020.917.204-53).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).  
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadorias deferidas pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saú-de em Alagoas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Fe-deral e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Antônio Dantas Lima, Arlete de Melo Nascimento, Carlos Denis Moreira Costa, Celina Maria Costa Lacet e Isaac Alves de Freitas, ordenando seu registro;

9.2. considerar legais os atos de aposentadoria cadastrados sob os números de controle 10802533-04-2009-100004-8, 10802533-04-2009-000088-5 e 10802533-04-2013-000023-6, de interesse de Gilson de França dos Santos, ordenando o seu registro;

9.3. considerar ilegais os atos de aposentadoria de Aurelina Bento da Silva, Elvira Luciene Burgos Gomes, Janete Correia dos Santos, Janine Santos Gomes e José Maria Costa Bastos, recusando seu registro;

9.4. considerar ilegal o ato de aposentadoria cadastrado sob o número de controle 10802533-04-2010-000049-1, de interesse de Gil-son de França dos Santos, recusando seu registro;

9.5. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados cujos atos foram conside-rados ilegais, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurispru-dência deste Tribunal;

9.6. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Alagoas que:

9.6.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da au-toridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Cor-te;

9.6.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos ina-tivos Aurelina Bento da Silva, Elvira Luciene Burgos Gomes, Janete Correia dos Santos, Janine Santos Gomes, José Maria Costa Bastos e Gilson de França dos Santos, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.6.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que Aurelina Bento da Silva, Elvira Luciene Burgos Gomes, Janete Correia dos Santos, Janine Santos Gomes, José Maria Costa Bastos e Gilson de França dos Santos tiveram ciência desta deliberação;

9.7. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, esclarecer ao órgão de origem que as concessões con-sideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o en-ca-minhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades apontadas nestes autos;

9.8. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tri-bunal, caso necessário.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1086-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator) e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1087/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.958/2014-0  
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil  
3. Interessada: Nedja de Oliveira Santos (CPF 063.896.814-37)  
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira  
7. Unidade Técnica: Sefip  
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de pensão civil a dependente de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação, para fins de registro, do ato de pensão civil concedida a Nedja de Oliveira Santos, em decorrência da cessação dos respectivos efeitos financeiros, motivada pela maioridade da beneficiária.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1087-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1088/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.984/2014-1  
2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil  
3. Interessado: Gabriel Souza Dias (CPF 974.819.042-00)  
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amapá  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé  
7. Unidade Técnica: Sefip  
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de concessão de pensão civil a dependente de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amapá.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal; arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 e art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de pensão civil concedida a Gabriel Souza Dias, ante a inexistência de elementos suficientes para dirimir as dúvidas acerca do atendimento pelo neto órfão dos requisitos exigidos para a classe de pensionista de menor tutelado, inclusive a necessária comprovação de dependência econômica em relação ao instituidor;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão;

9.3. determinar à Sefip que:  
9.3.1. monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada;

9.3.2. faça permanecer no sistema Sisac todos os atos cuja análise de mérito vier a ser considerada prejudicada, mesmo após a disponibilização, no sistema, dos novos atos corrigidos.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1088-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1089/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-005.012/2006-3  
2. Grupo II, Classe II - Tomada de Contas Especial  
3. Responsáveis: Lutero Siqueira da Silva (CPF nº 184.540.461-00), ex-prefeito; Alfredo Gastal (CPF nº 024.254.751-68), Alvarito Luiz Baratieri (CPF nº 347.241.339-53), Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange (CPF nº 257.558.549-04), Carlos Fernando Anicet Fischer (CPF nº 329.739.501-04), Everaldo Antonio Pastore (CPF nº 003.156.131-49), José Carlos Carvalho (CPF nº 282.735.597-34), Júlia Feitoza da Silva (CPF nº 088.597.363-15), Maria Iolita Bampi (CPF nº 348.153.689-53), Paulo Maurício Teixeira da Costa (CPF nº 471.403.801-04), Paulo Sérgio Alves Pinto (CPF nº 044.996.788-38), Rogério Geraldo Rocco (CPF nº 860.084.987-04), Solon Mauro Sales Fagundes (CPF nº 243.887.770-72), membros do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); Antonio Anísio Lopes de Meneses (CPF nº 030.119.411-49), responsável pelo Setor de Convênios do FNMA; Joemil Alves de Oliveira (CPF nº 106.053.631-53), advogado do FNMA; Luiz Augusto Mesquita de Azevedo (CPF nº 765.921.897-20), responsável pelo Setor de Análise e Monitoria do FNMA; Ulysses Cesar de Melo (CPF nº 024.711.677-72), Gerente de Administração e Finanças do FNMA  
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira  
7. Unidade Técnica: 7ª Secex  
8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Egrídio Pereira Fagundes (OAB/GO nº 10.235), Adailton da Rocha Teixeira (OAB/DF nº 19.283), Miguel Atílio Marafiga Rivero (OAB/MG nº 112.076) e Joacir José Carvalho (OAB/MT nº 4.568)

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidades na execução do Convênio nº 25/2000, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura de Guarantã do Norte/MT, cujo objeto era viabilizar alternativas de ocupação ou exploração dos solos.  
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, § 5º, e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno em:

9.1. excluir José Carlos Carvalho, Paulo Maurício Teixeira da Costa, Ana Maria Carvalho Ribeiro Lange, Alfredo Gastal, Carlos Fernando Anicet Fischer, Maria Iolita Bampi, Paulo Sérgio Alves Pinto, Everaldo Antonio Pastore, Solon Mauro Sales Fagundes, Júlia Feitoza da Silva, Rogério Geraldo Rocco, Alvarito Luiz Baratieri, Antônio Anísio Lopes de Meneses, Ulysses César de Melo, Joemil Alves de Oliveira e Luiz Augusto Mesquita de Azevedo da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de Lutero Siqueira da Silva, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Valor (R\$)	Data
90.605,38	29/6/2000
92.156,00	16/11/2000
16.315,00	15/8/2001

9.3. aplicar a Lutero Siqueira da Silva multa no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Valor (R\$)	Data
90.605,38	29/6/2000
92.156,00	16/11/2000
16.315,00	15/8/2001

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;  
9.5. remeter cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, para adoção das providências que entender cabíveis, e à Câmara Municipal de Guarantã do Norte/MT.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1089-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1090/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.298/2013-0  
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria  
3. Interessados: Antonio Ferreira Marques (CPF 034.936.878-34), Antonio Luiz do Val (CPF 202.131.408-10), Aparecida de Fatima Ferraz de Almeida (CPF 029.761.728-11), Carlos Seiko Toyota (CPF 651.586.368-34), Carmen Cecilia Bressane (CPF 047.377.068-76), Celina Rosa da Silva (CPF 002.674.338-83), Clélia Dona Pereira (CPF 043.152.908-66), Cristina de Oliveira Blaya (CPF 552.859.968-72), Dirce de Oliveira Neves (CPF 770.428.678-15), Diva Garcia de Oliveira (CPF 489.146.498-49), Doniseti Dornelas (CPF 803.225.578-87), Elizabeth Maria Covello (CPF 028.303.218-98), Elyadir Ferreira Borges (CPF 444.798.328-15), Elza Aparecida de Paiva (CPF 015.720.108-27), Fabio Rovere Martins (CPF 092.312.038-60), Flavio Fontes de Souza (CPF 022.143.772-04), George Nishi (CPF 086.440.838-21) e Hamilton Fioravanti (CPF 919.315.508-59)  
4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin  
7. Unidade Técnica: Sefip  
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam das concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo.  
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadorias a Antonio Ferreira Marques, Antonio Luiz do Val, Aparecida de Fatima Ferraz de Almeida, Carlos Seiko Toyota, Carmen Cecilia Bressane, Celina Rosa da Silva, Cristina de Oliveira Blaya, Dirce de Oliveira Neves, Diva Garcia de Oliveira, Doniseti Dornelas, Elizabeth Maria Covello, Elyadir Ferreira Borges, Elza Aparecida de Paiva, Fabio Rovere Martins, George Nishi e Hamilton Fioravanti, ordenando o registro;

9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadorias a Flavio Fontes de Souza e Clélia Dona Pereira, recusando o registro;  
9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos inativos;

9.4. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo que adote medidas para:  
9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos servidores cujos atos foram considerados ilegais, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os interessados a que se refere o item 9.2 acima tiveram conhecimento do acórdão;

9.5. esclarecer à unidade jurisdicionada que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante emissão de novos atos livres das irregularidades apontadas;

9.6. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1090-08/14-1.





13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1091/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-010.561/2011-0  
2. Grupo II, Classe II - Tomada de Contas Especial  
3. Responsáveis: Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agropesquisa Brasileiro - Fagro (CNPJ 04.246.755/0001-21) e Ana Maria Matias de Paula Lima (presidente da Fagro, CPF 296.788.031-00)  
4. Unidade: Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio Brasileiro (Fagro)  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin  
7. Unidade Técnica: SecexAmbiental  
8. Advogados constituídos nos autos: André Soares (OAB/MS 5.196 e OAB/DF 17915), Letícia Garcia Rocha (OAB/GO 24.188) e João Pedro de Arruda Soares (OAB/MS 6.954)

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial relativa à inexecução parcial de três convênios celebrados entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio Brasileiro (Fagro), cujo objeto era o apoio à formação de recursos humanos e a trabalhos técnicos de pesquisa e desenvolvimento para incentivo à competitividade da cadeia produtiva do café.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", e § 3º; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992, c/c o arts. 202, § 6º, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 julgar irregulares as contas da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio Brasileiro (Fagro) e de Ana Maria Matias de Paula Lima, condenando-as, em parte solidariamente, ao pagamento das quantias abaixo descritas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas apresentadas abaixo até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E AO AGRONEGOCIO BRASILEIRO:	
VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
68.077,62	30/9/2003
36.752,32	14/1/2004
108.277,71	14/9/2004
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E AO AGRONEGOCIO BRASILEIRO E DE ANA MARIA MATIAS DE PAULA LIMA:	
VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA
51.146,15	30/9/2003
1.155,76	14/1/2004
8.945,14	14/9/2004

9.2 aplicar à Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agropesquisa Brasileiro (Fagro) e a Ana Maria Matias de Paula Lima multas individuais nos respectivos valores de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1091-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

- 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1092/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.919/2011-6.  
2. Grupo I - Classe I - Pedido de reexame em pensão civil.  
3. Recorrente: Creusa Jaques Vidal (CPF 854.538.387-87).  
3.1. Interessada: Tânia Pereira Alves (CPF 832.827.424-87).  
4. Unidade: Ministério das Comunicações.  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.  
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.  
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur.  
8. Advogada constituída nos autos: Maria Helena dos Santos Januário (OAB/RJ nº 67.570).

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame contra o Acórdão nº 2.192/2012-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal a pensão civil em favor da recorrente.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer do recurso interposto por Creusa Jaques Vidal para, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a:  
9.1.1. tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.5 do Acórdão nº 2.192/2012-TCU-1ª Câmara;  
9.1.2. considerar legal a concessão da pensão civil em favor de Creusa Jaques Vidal, ordenando o registro;  
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente, à interessada e ao órgão de origem.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1092-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

- 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1093/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-019.675/2011-9  
2. Grupo I, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)  
3. Recorrente: espólio de Takeioshi Nakayama (ex-prefeito, CPF 028.313.091-15)  
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Caarapó/MS  
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico  
7. Unidades Técnicas: Secex/MS e Serur  
8. Advogado constituído nos autos: Renato Araujo Valim (OAB/SP 166.439)

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se examina, nesta fase do processo, recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 7.036/2013 - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo espólio de Takeioshi Nakayama, negando-lhe provimento;  
9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1093-08/14-1.

13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

- 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1094/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-021.021/2008-8  
2.34.2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas - Exercício 2007

3. Responsáveis: Agamenon Leite Coutinho (002.991.113-34), Alberto Jeronimo Pereira (135.037.821-68), Andre Guilherme Mardegan (025.840.878-20), Andrea Claudia Parrilla (798.497.921-91), Andrea Monica Moretti Alves de Freitas Barbos (070.909.307-18), Antonio Carlos Motta (151.362.561-68), Ariete Duarte Folle (301.846.900-30), Aura de Lourdes Domingos Pereira (143.878.401-53), Biramar Nunes de Lima (056.234.131-53), Bivanilda Almeida dos Santos (830.360.756-15), Celso Lemos Rosal (052.962.001-44), Claudio Marques Magalhães (006.414.990-00), Eduardo Costa Lima Silva (463.877.577-20), Ezio Gomes da Mota (323.107.306-53), Fabiana Maldonado (037.557.746-74), Fabio Florencio Fernandes (152.854.561-34), Felipe José de Carvalho Correa (069.163.407-62), Fernando Leite Magalhães (381.663.056-15), George Simon (106.159.540-49), Geraldo Antonio de Queiroz Mauricio (034.275.106-97), Helinton José Rocha (045.448.438-04), Hildolores Alonso Alves (296.079.061-87), Ivone Severina de Melo Pereira do Nascimento (344.878.241-68), Jader Jacomini Ferreira (066.603.049-91), Jair Silva (068.132.751-00), Jairo Ribeiro da Silva (068.386.778-49), Jalbas Aires Manduca (143.667.971-00), João Batista Curti (785.059.178-04), João Carlos Monteiro de Carvalho (035.050.145-91), Joaquim Getro Batista de Araújo (151.819.601-20), Jorge Ricardo de Almeida Gonçalves (120.389.618-24), José Mauricio Andrade Teixeira (575.823.606-30), José Calazans dos Santos (150.533.771-20), José Marçal dos Santos Junior (316.883.811-04), José Neumar Francelino (127.756.731-04), José Silverio da Silva (197.393.896-00), Leontino Rezende Taveira (761.687.781-87), Lucimar Malaquias (114.295.771-34), Luis Felipe Pinheiro Reimann (943.930.107-44), Luiz Carlos Bhering Nasser (112.558.206-59), Luiz Carlos de Barros Novita (017.468.718-49), Luiz Dielson Aragão Macedo (119.281.231-04), Luiz Fernando Juchem Cunha (151.813.750-49), Luiz Lesse Moura Santos (220.642.651-04), Luiz Novais de Almeida (006.837.955-20), Manoel Valdemiro Francalino da Rocha (322.418.522-87), Márcio Antônio Portocarrero (108.690.421-49), Marconi Lopes de Albuquerque (098.346.211-91), Marcus Vinicius de Miranda Martins (729.315.826-20), Maria Alice Costa Dias (245.627.261-72), Maria Aparecida Castro Lima Santos (149.763.661-20), Maria Elin Coqueiro Danin Tokarski (166.642.301-78), Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53), Maria Nazzarelo Fonseca Boguardi (210.335.791-49), Maria da Conceição Menezes Simões (043.138.602-15), Marli Bianna do Nascimento Nunes (114.568.171-91), Mauricio Carvalho de Oliveira (131.353.091-34), Murilo Carlos Muniz Veras (400.122.121-72), Nelson Victor Trombetta (002.501.479-04), Newton Lima Braga (003.292.075-04), Nivaldo Estrela Marques (021.470.411-49), Patricia Metzler Saraiva (602.695.701-44), Paulo Cesar Nogueira (965.684.708-30), Paulo Roberto da Silva (062.473.180-49), Paulo Tomoo Morimoto (023.662.318-49), Paulo de Tarso Guimarães (221.488.921-34), Raquel Pereira Caputo (000.350.241-43), Roberto Guimaraes Habib Mattar (848.994.337-00), Rodrigo Batista de Paula (191.575.618-93), Rodrigo Moraes Beretta (109.229.618-24), Rogerio dos Santos Lopes (145.548.538-10), Rogério Pereira da Silva (766.259.746-68), Rosa Maria Peres Kornijezuk (152.538.131-87), Rosali Scalabrin (134.539.042-49), Rosane Henn (352.044.780-00), Sandra Kunieda de Alonso (067.896.908-67), Sandra Mara de Moraes Jardim (047.068.621-91), Saulo Gonzales (223.759.531-34), Serguei Brenner (519.623.066-15), Sidmar Ribeiro da Silva (243.207.577-34), Sidney Almeida Filgueira de Medeiros (865.477.551-34), Sonia Silva de Oliveira (024.011.001-30), Tomaz Gelson Pezzini (938.732.470-20), Vinicius Augusto de Sá (763.144.051-49), Wilson Aparecido Gomes Pickina (096.662.651-68) e Zeuler Soares de Navarro (164.552.236-91)

4. Unidade: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDC/Mapa)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: 5ª Secex e 8ª Secex  
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), referente ao exercício de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17; 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Márcio Antônio Portocarrero, Rogério dos Santos Lopes, Rodrigo Batista de Paula, Biramar Nunes de Lima, Maria Fernanda Ramos Coelho e Maria da Conceição Menezes Simões, dando-lhes quitação;

9.2. julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

9.3. alertar a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo quanto à necessidade de adotar as medidas punitivas cabíveis quando da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse, inclusive com a instauração de tomada de contas especial.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1094-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1095/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-031.365/2010-8

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Ilzemar Oliveira Dutra (ex-prefeito, CPF 196.729.423-20)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/MA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em decorrência da inexecução parcial e consequente não aprovação integral das contas do Convênio nº 375/2001/MI (Siafi nº 451515), firmado entre a Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA e o Ministério da Integração Nacional para a construção de estrutura de contenção e proteção na margem do Rio Zutiua, no Povoado de Maria Ferreira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Ilzemar Oliveira Dutra, condenando-o a pagar o valor de R\$ 80.169,25 (oitenta mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 05/07/2002 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar a Ilzemar Oliveira Dutra multa de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1095-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1096/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-036.561/2011-8

2. Grupo II, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Arnaldo Soares Pascoal (ex-prefeito, CPF 275.740.166-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Paulistas/MG

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/MG

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da rejeição da prestação de contas dos recursos do Convênio nº 1856/2001 (Siafi 465121), firmado entre o Ministério da Integração Nacional e a Prefeitura Municipal de Paulistas/MG para a implantação de sistema de abastecimento de água no Distrito do Córrego do Pedreira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em julgar, excepcionalmente, regulares com ressalva as contas do responsável Arnaldo Soares Pascoal dando-lhe quitação.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1096-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1097/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.227/2013-0.

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsável:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (CNPJ nº 00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Adiel de Campos Ferreira, ex-prefeito, CPF nº 066.891.672-91.

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes - AP.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (SECEX-AP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em decorrência da omissão no dever de prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos federais recebidos pela municipalidade no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE (exercício de 2005), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE, exercício de 2006) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, exercícios de 2006 e 2007).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Adiel de Campos Ferreira, ex-prefeito de Ferreira Gomes - AP, CPF nº 066.891.672-91; nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, I; 16, inciso III, alínea 'a'; 19; e 23, inciso III; da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as contas do Sr. Adiel de Campos Ferreira, ex-prefeito de Ferreira Gomes-AP, CPF nº 066.891.672-91, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE:

Valor do débito:

Especificação	Data	Valor R\$
Saldo do exercício de 2004	2/1/2005	8.330,92
Montante repassado em 2005	29/4/2005	2.222,22
	28/5/2005	267,50
T o t a l		10.820,64

b) Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, recebidos pela Prefeitura de Ferreira Gomes/AP, no exercício de 2006:

Valor do débito:

Especificação	Data	Valor R\$
Programa PDDE	19/12/2006	1.296,60
T o t a l		1.296,60

c) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche - PNAC, recebidos pela Prefeitura de Ferreira Gomes/AP, no exercício de 2006:

Valor do débito:

Especificação	Data	Valor R\$
PNAE	28/4/2006	6.494,40
	1/11/2006	23.812,80
PNAC	28/4/2006	360,80
	1/11/2006	1.082,40
T o t a l		31.750,40

d) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche - PNAC, recebidos pela Prefeitura de Ferreira Gomes/AP, no exercício de 2007:

Valor do débito:

Especificação	Data	Valor R\$
PNAE	6/4/2007	9.002,40
PNAC	6/4/2007	466,40
T o t a l		9.468,80

Dispositivo infringido: Art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal.

9.3. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU);

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/92, c/c o art. 217 do RI/TCU, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada trinta dias, devendo o responsável ser informado da incidência sobre cada parcela dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, e de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devido, nos termos do art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU;



9.6. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao interessado;

9.7. remeter cópia desta deliberação, acompanhada de cópias do Relatório e Voto que lhe dão sustentação, à Procuradoria da República no Estado do Amapá - AP, para ajuizamento das ações que entender cabíveis, nos termos do art. 209, § 7º, in fine, da Lei 8.443/92.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1097-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1098/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.234/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Representante/Responsável:

3.1. Representante: Elysée Viagens e Turismo Ltda. (CNPJ 01.639.658/0001-00).

3.2. Responsável: Breno Carrillo Silveira (652.150.012-00).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação apresentada pela empresa Elysée Viagens e Turismo Ltda. (CNPJ 01.639.658/0001-00), com supostas irregularidades ocorridas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), relacionadas à execução de despesas com bilhetes aéreos sem cobertura contratual.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992, e no art. 1º, inciso XXVI, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC -, com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, concluído o Processo IFAC 23244.001435/2013-37, comunique a esta Corte as medidas administrativas adotadas em relação:

9.2.1 às faturas correspondentes às passagens aéreas fornecidas pela empresa Elysée Viagens e Turismo Ltda. após a vigência do Contrato 18/2011; e

9.2.2. à apuração, nos termos do disposto no art. 143 da Lei 8.112/1990, da responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à aquisição irregular de bilhetes aéreos sem o devido processo de contratação da empresa prestadora dos serviços, conforme demonstrado no Processo IFAC 23244.001435/2013-37;

9.3. notificar o IFAC, nos termos do art. 179, § 6º, do Regimento Interno do TCU, que a execução de contratos deverá ser acompanhada por fiscal formalmente designado, conforme disposto no art. 67 da Lei 8.666/1993;

9.4. determinar, com base no art. 243 do Regimento Interno do TCU, à Secex-AC que monitore o cumprimento da determinação constante do item 9.2 acima e suas implicações;

9.5. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre e à representante;

9.6. arquivar o processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1098-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1099/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 034.541/2011-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Câmara da Indústria e Comércio da Região das Hortênsias (CNPJ 90.615.519/0001-77), Luiz Antônio Barbacovi (CPF 169.091.940-04), Cláudio Roberto Heckmann (CPF 374.328.857-53), Amir Galdino de Oliveira (CPF 009.749.601-44) e Carlos do Carmo Andrade Melles (CPF 158.689.826-49).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secex/RS.

8. Advogado constituído nos autos: Angelo Bernardo Zarro Heckmann (OAB/SP 192367), Ana Márcia dos Santos Mello (OAB/MG 58065) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da não aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 344/2001, celebrado entre o Ministério do Turismo e a Câmara da Indústria e Comércio da Região das Hortênsias/RS, no valor de R\$ 228.000,00, para viabilização do projeto "Rodeio Rural de Gramado/RS".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas por Luiz Antônio Barbacovi (CPF 169.091.940-04) e pela Câmara da Indústria e Comércio da Região das Hortênsias (CNPJ 90.615.519/0001-77);

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas por Antônio Barbacovi (CPF 169.091.940-04), Cláudio Roberto Heckmann (CPF 374.328.857-53), Amir Galdino de Oliveira (CPF 009.749.601-44) e Carlos do Carmo Andrade Melles (CPF 158.689.826-49);

9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Luiz Antônio Barbacovi (CPF 169.091.940-04), dando-lhe quitação

9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamenta, aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1099-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1100/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 039.986/2012-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Prestação de contas anuais, exercício de 2011.

3. Responsáveis: Andréia Maria Costa Santos (CPF 078.961.072-87) e Geraldo Henrique Cavalcante de Carvalho (CPF 183.095.772-49).

4. Unidade Jurisdicionada: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre (SAMF/AC).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secex/AC.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de contas anuais da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre (SAMF/AC), referente ao exercício de 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Andréia Maria Costa Santos (CPF 078.961.072-87) e Geraldo Henrique Cavalcante de Carvalho (CPF 183.095.772-49), dando-lhes quitação;

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que estude a possibilidade de inserção de alerta, no sistema Siae, com o fim de monitorar as regras de distribuição de cotas de pensão, para que a soma não supere o valor máximo devido a título do benefício instituído, nos termos previstos no art. 40, §§ 2º e 7º, da Constituição Federal, informando, ao Tribunal, no prazo de 60 dias, o resultado dos estudos e, se for o caso, o plano de ação para implementação da medida;

9.4. dar ciência à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre (SAMF/AC) quanto:

9.4.1. ao recorrente descumprimento dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU 55/2007, para cadastramento no Sisac e disponibilização para o respectivo órgão de controle interno das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão;

9.4.2. à incompatibilidade na distribuição de cotas de pensões, com a soma superando o valor da remuneração do instituidor, em desconformidade com o prescrito no art. 40, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 215 e 218 da Lei 8.112/1990;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam aos responsáveis, à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre (SAMF/AC), bem como à:

9.5.1. Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, para ciência e avaliação quanto à adoção de eventuais providências acerca das constatações verificadas no processo de contas da SAMF/AC, exercício de 2011, atinentes ao descumprimento dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU 55/2007 e à concessão de pensões em valor superior às regras de distribuição de cota, com possibilidade da ocorrência de outras situações análogas;

9.5.2. Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional - SecexFazenda, para ciência da grave situação por que passa a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Acre (SAMF/AC), no que se refere a estrutura de pessoal, o que a tem impedido de cumprir suas atribuições com eficiência e efetividade.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1100-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1101/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-009.257/2012-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol/CE) (CNPJ 04.895.789/0001-47); Marínez Delfino da Silva, ex-Presidente da Fundesol (CPF 741.952.393-20).

4. Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex/CE).

8. Advogado constituído nos autos: Raoni Marques Oliveira (OAB/CE 23.993).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República contra a Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol/CE) e a Sª Ma-



rinez Delfino da Silva, ex-Presidente da entidade, em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos federais, no valor de R\$ 45.665,00, transferidos por meio do Termo de Parceria 04/2005 SPM/PR (Siafi 543319), que objetivou custear a "capacitação de agentes de microcrédito de instituições públicas e da sociedade civil sobre iniciativas e potencialidades de microcrédito orientado para as mulheres para o combate à pobreza".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Srª Marinez Delfino da Silva e da Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol/CE), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, e condená-los solidariamente em débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento, aos cofres do Tesouro Nacional, da importância de R\$ 45.665,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), devidamente atualizada e acrescida dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 21/2/2006, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar individualmente à Srª Marinez Delfino da Silva e à Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol/CE) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, remeter cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1101-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1102/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-020.886/2012-8  
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.  
3.1. Responsáveis: Conter - Construções e Serviços Técnicos Ltda. (04.859.610/0001-04) e Francisco Leite Guimarães Nunes (326.225.463-00).  
4. Unidade: Município de Icó/CE.  
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.  
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - CE (Secex/CE).  
8. Advogado constituído nos autos: Cícero Charles de Sousa Soares (OAB/CE 22.960).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Estado do Ceará, em razão da não aprovação da prestação de contas parcial dos recursos repassados ao Município de Icó/CE por força do Convênio 783/2003 (Siafi 489435), objetivando a execução de sistema de melhorias sanitárias domiciliares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis, Sr. Francisco Leite Guimarães Nunes, ex-Prefeito de Icó/CE, e Conter - Construções e Serviços Técnicos Ltda., com fundamento nos arts. 1º,

inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias abaixo especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Valor do débito	Data do débito
42.000,00	13/8/2004
9.000,00	27/9/2004
8.000,00	12/11/2004
4.500,00	26/11/2004
38.400,00	21/12/2004
10.000,00	23/12/2004
99,16	28/12/2004

9.2. aplicar aos responsáveis, Sr. Francisco Leite Guimarães Nunes e Conter - Construções e Serviços Técnicos Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor individual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até às datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, e

9.4. enviar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1102-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1103/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.189/2011-3.  
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)  
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:  
3.1. Interessados: Ministério da Integração Nacional (vinculador); Município de Iracema/RR (01.613.028/0001-67).  
3.2. Responsáveis: Joaquim de Freitas Ruiz (025.856.502-00); Nataniel Machado (034.526.972-15); Soneto Construções Ltda. (84.037.407/0001-83).  
3.3. Recorrentes: Joaquim de Freitas Ruiz (025.856.502-00); Nataniel Machado (034.526.972-15).  
4. Entidade: Município de Iracema/RR.  
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.  
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.  
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Roraima (Secex-RR).  
8. Advogado constituído nos autos: Carlos Ney Oliveira Amaral (OAB/SP Nº 92.049 e OAB/RR nº 200-A) - peça 10 e Warner Velasque Ribeiro (OAB/RR: 288A) - peça 28.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Joaquim de Freitas Ruiz e pelo sr. Nataniel Machado contra o acórdão 260/2014 - TCU - 1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Joaquim de Freitas Ruiz (peça 70) e pelo sr. Nataniel Machado (peça 76), nos termos do art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência aos recorrentes, ao Ministério da Integração Nacional, ao município de Iracema/RR e à empresa Soneto Construções Ltda.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1103-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1104/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.211/2013-6.  
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.  
3. Interessado/Responsável:  
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (00.378.257/0001-81).  
3.2. Responsável: Nilson José Rodrigues (400.814.945-72).  
4. Entidade: Município de Correntina/BA.  
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.  
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.  
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).  
8. Advogado constituído nos autos: Antônio Ricardo Gois Pereira (OAB/BA 26.690) e outros - peça 6.

9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o sr. Nilson José Rodrigues, ex-prefeito do município de Correntina/BA (gestão 2005-2008), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados àquele município no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja), no exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa e julgar irregulares as contas do sr. Nilson José Rodrigues, com fundamento no art. 16, III, "a", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, I e § 4º, do RI/TCU;

9.2. aplicar ao sr. Nilson José Rodrigues a multa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), nos termos do art. 58, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, I, do RI/TCU;

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da multa aos cofres do Tesouro Nacional, acrescido dos devidos encargos legais desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 28, II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 219, II, do RI/TCU, caso não efetuado e comprovado o recolhimento da multa;

9.5. enviar cópia desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.  
11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.  
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1104-08/14-1.  
13. Especificação do quorum:  
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.  
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1105/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.233/2013-0.  
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial  
3. Interessados/Responsáveis:  
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades



3.2. Responsáveis: Antônio Carlos Fonseca Gomes (110.565.415-04) e Luciano Nery Marques (471.807.225-53).

4. Entidade: Município de Tapiramutá-BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no estado da Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas da Caixa Econômica Federal (Genef/CAIXA) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos por meio do contrato de repasse 163.915/2004, que tinha por objeto a construção de habitações populares no referido município, no âmbito do programa federal "morar melhor".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar insubsistente o fato ensejador do processo;

9.2. arquivar a presente tomada de contas especial com fundamento no art. 212 do RI/TCU c/c art. 7º, II, da IN TCU 71/2012;

9.3. dar ciência desta à Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas da Caixa Econômica Federal (Genef/CAIXA) e ao Ministério das Cidades;

9.4. encerrar o presente processo.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1105-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1106/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.977/2012-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

3.2. Responsáveis: Enoelino Magalhães Lyra (034.448.484-04); Francisco de Assis Rodrigues da Silva (013.113.364-00).

4. Entidade: Município de Palmares/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (Secex-PE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra os srs. Francisco de Assis Rodrigues da Silva e Enoelino Magalhães Lyra, ex-prefeitos do município de Palmares/PE, em razão de irregularidades na execução do contrato de repasse 131900-49/2001 (Siafi 446100), firmado no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo sr. Francisco de Assis Rodrigues da Silva e considerar elidida a sua responsabilidade;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo sr. Enoelino Magalhães Lyra;

9.3. julgar irregulares as contas do sr. Enoelino Magalhães Lyra, ex-prefeito, com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992, e condená-lo, ao pagamento do montante de R\$ 99.034,73 (noventa e nove mil, trinta e quatro reais e setenta e três centavos), atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, desde 30/12/2004 até a data do efetivo recolhimento, bem como fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que com-

prove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da quantia devida aos cofres do Tesouro Nacional;

9.4. aplicar ao sr. Enoelino Magalhães Lyra a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. determinar à Caixa Econômica Federal que promova a devolução aos cofres do Tesouro Nacional, caso ainda não o tenha feito, do saldo remanescente do contrato de repasse 131900-49/2001 (Siafi 446100), transferidos por meio da Ordem Bancária 20020B001416, de 31/12/2002, informando as medidas adotadas a esta Corte;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República em Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao município de Palmares/PE.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1106-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 1107/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.985/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V Pensão Civil.

3. Interessados: Rivaneide Francisca do Nascimento Santos (410.358.361-49); Wanderson Eder Nascimento Santos Passos (024.535.811-04).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina ato de pensão civil instituída por ex-servidor do Senado Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar ilegal e negar registro ao ato de pensão civil instituída em favor de Rivaneide Francisca do Nascimento Santos e Wanderson Eder Nascimento Santos Passos;

9.2. determinar ao Senado Federal que:

9.2.1. emita novo ato de pensão, livre da falha detectada, com a exclusão do menor sob guarda constante do benefício e a reversão da cota-parte relativa a ele para Rivaneide Francisca do Nascimento Santos, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, com apoio no art. 3º, § 7º, Resolução nº 206/2007;

9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;

9.2.3. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificações, em caso de não provimento;

9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério da Previdência Social, à

Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (órgão central do Sipe), à Consultoria-Geral da União e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

9.4. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações deste Acórdão.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1107-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1108/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.646/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em processo de Aposentadoria).

3. Recorrentes: Natália Maria Carvalho de Maracaba (073.504.063-04); Oneide Moreira dos Santos (073.142.564-20); Rosaly Maria Magalhaes Nunes Guimaraes (212.875.544-15); Tarcísio Albuquerque de Aguiar (103.841.624-87); Teresa Cristina Santos Padilha (113.181.204-20).

4. Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogados constituídos nos autos: Fabiano Parente de Carvalho (OAB/PE 21061) e Lidiane Nascimento da Silva (OAB/PE 33441), procurações (doc. 18, p. 1, 6, 10, 13 e 16).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame contra o Acórdão 8646/2013 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285, caput, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1108-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1109/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.386/2010-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71)

3.2. Responsáveis: Deocleciano Aires Carvalho (126.332.833-49); Francisco Alves de Holanda (047.110.503-10)

3.3. Recorrente: Francisco Alves de Holanda (047.110.503-10).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura de João Lisboa - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).

8. Advogado constituído nos autos: Amadeus Pereira da Silva, OAB/MA 4.408 (peça 106).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Francisco Alves de Holanda, contra o Acórdão 2.876/2013, retificado pelo Acórdão 3.764/2013, ambos da Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do Recurso de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência dessa deliberação ao recorrente, ao órgão responsável pelo Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1109-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1110/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.251/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em processo de Pensão Civil).

3. Recorrente: Ana Cristina Marques Damasceno (035.305.547-66).

4. Entidade: Ministério das Comunicações.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: Leandro Rodrigo Menezes Pinheiro Tavares, OAB/RJ nº 159.691, Procuração (doc. 12, p. 36).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame contra o Acórdão 5472/2013 - TCU - 1ª Câmara, que considerou ilegal a pensão civil instituída por ex-servidora do Ministério das Comunicações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285 e 286, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1110-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1111/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.019/2003-0.

1.1. Apensos: 003.916/2003-8; 013.820/2000-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II Prestação de contas. Exercício de 2000.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Conselho Regional de Representantes Comerciais-RS (92.963.776/0001-25).

3.2. Responsáveis: Antônio Xerxes O'dena Tavares (009.092.380-49); Fernando Onofre Batista da Costa (122.548.000-00); Getúlio Stefani (078.946.780-15); Wilmo Miola (023.758.770-04).

4. Entidade: Conselho Regional de Representantes Comerciais-RS.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Conselho Regional de Representantes Comerciais-RS, do exercício de 2000;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Fernando Onofre Batista da Costa, Wilmo Miola e Antônio Xerxes O'Dena Tavares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443/92;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas de Getúlio Stefani, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, dando-lhe quitação.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1111-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1112/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.253/2009-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (em processo de Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.2. Responsáveis: A. J. G. Ferreira (05.491.600/0001-13); Adna Silva Weba (608.277.633-01); Antonio José Gonçalves Ferreira (064.778.013-53); Construtora Olinda Ltda. (00.762.580/0001-54); Hada Dolores Silva Weba (056.206.103-73); Hemetério Weba Neto (466.830.623-15); Vanda Regina Silva Weba (697.035.153-04); Walfredo Americo Silva Weba (608.051.413-32); Walfredo Braga Weba (012.553.203-20).

3.3. Recorrentes: Construtora Olinda Ltda. (00.762.580/0001-54); Hemetério Weba Neto (466.830.623-15).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Helena - MA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo - MA (Secex-MA).

8. Advogados constituídos nos autos: Enéas Garcia Fernandes Neto, OAB/MA 6.756 e Sebastião da Costa Sampaio Neto, OAB/MA 3.792 (doc. 47).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de recurso de reconsideração interposto pela Construtora Olinda Ltda. e por seu sócio-administrador, Hemetério Weba Neto, contra o Acórdão 6616/2012 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Construtora Olinda Ltda. e por Hemetério Weba Neto, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1112-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1113/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.491/2010-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em processo de Aposentadoria).

3. Recorrente: Dirceu Costa (720.346.538-15).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: Jane Pugliesi, OAB/SP 105.779 - Procuração (doc. 26).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame contra o Acórdão 7037/2013 - TCU - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285, caput, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Universidade Federal de São Carlos.

10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1113-08/14-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1114/2014 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 044.045/2012-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsáveis: Construtora JRN Ltda. (00.501.041/0001-61); Deivison Resende Monteiro (027.461.046-95); Evandro de Tarso Rossi Vilela (353.114.876-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Esperança/MG.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).

8. Advogado constituído nos autos: Alécia Paolucci Nogueira Bicalhoa (OAB/MG 60.629), Danniele Beatriz de Paiva (OAB/MG 106.801), André Ribeiro Silva (OAB/MG 126.069), Adilson Ribeiro Damasceno (OAB/MG 131.107).





9. Acórdão:  
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de irregularidades na condução do Convênio 55/2000, firmado entre a Funasa e a Prefeitura Municipal de Boa Esperança/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Jair Alves de Oliveira e Deivison Resende Monteiro, condenando-os, em solidariedade com a empresa Construtora JRN Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a partir da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde:

Valor (R\$)	Data Ocorrência
179.765,71	22/7/2011
90.051,02	3/8/2011
165.461,06	6/10/2011
62.589,89	18/5/2012

9.2. aplicar aos responsáveis Jair Alves de Oliveira e Deivison Resende Monteiro e à empresa Construtora JRN Ltda. a multa prevista no art. 57, da Lei nº 8.443/1992, no valor individual de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das multas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para ajuizamento das ações cabíveis.

- 10. Ata nº 8/2014 - 1ª Câmara.
- 11. Data da Sessão: 27/3/2014 - Extraordinária.
- 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1114-08/14-1.
- 13. Especificação do quorum:
  - 13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator) e José Múcio Monteiro.
  - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Calvacanti e Weder de Oliveira.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA (unitários):

Foram excluídos de pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs 020.856/2010-5 (Ministro Benjamin Zymler); 017.405/2009-8 (Ministra Ana Arraes); e 001.546/2013-9 e 021.033/2013-7 (Ministro-Substituto Augusto Sherman Calvacanti). Foi, excluído, ainda, no transcorrer da sessão, o processo nº 030.534/2010-0, ante requerimento oral do Relator, Ministro Valmir Campelo.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às dez horas e cinquenta minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA  
Subsecretário da 1ª Câmara

Aprovada em 31 de março de 2014.

VALMIR CAMPELO  
Presidente

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 84, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Retifica o endereço da empresa Clara Distribuidora de Bebidas Ltda. registrado na Portaria nº 75, de 19/03/14, da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados.

O DIRETOR-GERAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXVII do artigo 147 da Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, resolve:

Retificar o endereço da empresa Clara Distribuidora de Bebidas Ltda. (CNPJ nº 06.094.917/0001-89) registrado na Portaria nº 75, de 09/03/14, da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, publicada no Diário Oficial da União de 21/03/14, Seção 1, assentando-se como apropriado SDS (Setor de Diversões Sul) - Bloco O - Edifício Venâncio VI - Número 39 - Loja 27 - 2º Subsolo - Asa Sul - Brasília - DF, conforme solicitação da empresa mediante o Processo nº 2.853/14 (ref. Processo nº 134.431/13).

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL  
CORREGEDORIA-GERAL  
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÃO(\*)

PROCESSO: 5001983-69.2012.4.04.7213  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO(A): LYDIA NARDELLI  
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK  
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem reformou a sentença para julgar procedente o pedido inicial de restituição do imposto de renda incidente sobre pensão especial de ex-combatente da FEB.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ segundo a qual não reconhece a isenção do imposto de renda no benefício de pensão especial de ex-combatente concedido com base no inciso II do art. 53 do ADCT. O incidente de uniformização foi admitido na origem.

Decido.

Não prospera a irresignação.

Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização decidiu que "a isenção do imposto de renda beneficia apenas os ex-combatentes cuja pensão especial seja decorrente de incapacidade ou invalidez" (PE-DILEF 2010.71.65.001556-1, DOU de 7/1/13).

No caso em exame, a Turma de origem afirmou que a pensão foi instituída nos termos da Lei 2.579/55, razão pela qual se aplica a referida isenção.

Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, nego seguimento ao incidente.

Intimem-se.

Brasília, 11 março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

(\*) Republicado por ter saído no DOU de 25-3-2014, Seção 1, página 84, com incorreção no original

DECISÃO(\*)

PROCESSO: 2009.38.00.706963-9  
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS  
REQUERENTE: IZAURA SOARES DA SILVA  
PROC./ADV.: RONALDO ERMELINDO FERREIRA  
OAB: MG-70727  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.

Decido.

Quanto aos precedentes oriundos dos TRF's trazidos a cotejo, não conheço da almejada divergência jurisprudencial por não atender aos requisitos do art. 6º da Resolução 22/08.

Além do mais, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique re-exame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

DECISÕES

PROCESSO: 5006907-84.2011.4.04.7205  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO (A): IDA LUIZA MORSCH  
PROC./ADV.: YÁRA CORREAOAB: SC - 4.768  
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela FAZENDA NACIONAL, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006292-60.2012.4.04.7205  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO (A): JOSÉ ROBERTO MELATI  
PROC./ADV.: NEIMAR TOMASELLIOAB: SC - 30.729  
PROC./ADV.: GIANCARLO DEL PRA BUSARELLOAB: SC - 12.247

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela FAZENDA NACIONAL, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000519-19.2012.4.04.7210  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO (A): VALCELIDE JOÃO BRUNHEROTTO  
PROC./ADV.: FERNANDO PIASESKIOAB: SC - 22.630  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela FAZENDA NACIONAL, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5009896-44.2012.4.04.7200  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: MÁRLUCIA JOSÉ DA SILVA  
PROC./ADV.: ELISANGELA GUCKERT BECKER  
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003047-69.2011.4.04.7207  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): SILVIO ALVES DOS SANTOS  
PROC./ADV.: RUANDA SCHLICKMANN MICHELS  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006460-19.2013.4.04.7111  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO (A): YEDA MARIA PUHL  
PROC./ADV.: ANA CAROLINA ALVESOAB: SC - 78.239  
PROC./ADV.: ALENCAR WISSMANN ALVESOAB: SC - 68.839  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela FAZENDA NACIONAL, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507098-57.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: DAGMAR PEREIRA DOS SANTOS SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508973-71.2013.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: CECY NEVES BEZERRA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), conforme decidido nos PEDILEF 2007.34.00.701248-5, Relator Juiz Federal CLAUDIO ROBERTO CANATA, DJ 7/10/09.

Ademais, quanto ao mérito, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507134-02.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: MOÍZES RIBEIRO DA SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507051-83.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: MIRALDA ALVES DE SOUZA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507101-12.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: DALVA DE MATOS SANTOS  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504153-91.2013.4.05.8502  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: AUREA BEATRIZ DE CARVALHO GOES  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507120-18.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: EDILMA FERNANDES GAMA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.





Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502697-12.2013.4.05.8501  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: RAIMUNDO COSTA SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507126-25.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: ROSALVO SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507083-88.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: ANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507121-03.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: EDMUNDO LEMOS GUERREIRO  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507124-55.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: VALDECI MANEZES LUDUVICE  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507181-73.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS SANTOS SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507189-50.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: JOSEFA DOS ANJOS CARDOSO  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507187-80.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: JOSEFA VIEIRA DA FRAGA SILVA  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507094-20.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: CARLOS MACEIO MACHADO  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunaís Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0512160-47.2009.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO(A): MARIA DO CARMO SALES  
PROC./ADV.: MARIANA ACCIOLY A. DE LIMA OAB: PB-13 126  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que não se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma



PROCESSO: 0507177-36.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0507144-46.2013.4.05.8500  
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE  
REQUERENTE: HELENA CARVALHO DE AZEVEDO  
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
REQUERIDO (A): UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Sergipe.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 18 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0515537-97.2012.4.05.8013  
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS  
REQUERENTE: JOSÉ LINALDO FELIX DE SOUZA  
PROC./ADV.: KÁTIA FELINA DE O. FERREIRA OAB: PE-933  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Demais disso, a Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que, "quando o julgador não reconhece incapacidade para o trabalho, não tem obrigação de analisar as condições pessoais e sociais do segurado, muito embora não fique impedido de fazer tal análise se, segundo seu livre convencimento motivado, entender cabível" (PEDILEF 0052862.57.2008.4.03.6301). Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 20 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504127-69.2012.4.05.8101  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: ANTÔNIO CLEDIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNOOAB: CE-7128  
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505350-60.2012.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: ISAAC FERREIRA DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNOOAB: CE-7128  
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500162-57.2010.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: PEDRO SOARES DA COSTA  
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656  
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNOOAB: CE-7128  
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502191-12.2012.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: JOSÉ BEZERRA FERREIRA  
PROC./ADV.: MARIA ANDIARA GOMES IZIDÓRIO OAB: CE-6656  
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNOOAB: CE-7128  
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0523794-15.2010.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: BEATRIZ CLEONIKY MELO DE SANTIAGO  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVAOAB: CE-20417-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0513616-32.2009.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: MARIA JOSÉ BEZERRA DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Com efeito, a parte recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões. Ainda que assim não fosse, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0516533-35.2011.4.05.8400  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: EDSON ELOI DE LIMA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVAOAB: RN-560-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados



Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0514515-38.2011.4.05.8013  
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS  
REQUERENTE: MARIA HELENA OLIVEIRA DA SILVA  
PROC./ADV.: IGOR SURUAGY CORREIA MOURAOAB: AL-7 429  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 21 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501010-98.2011.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: OLÉLITE PIRES DOS SANTOS  
PROC./ADV.: CLÓVIS ANAGÉ NOVAIS DE A. FILHOOAB: PB-13 851  
PROC./ADV.: RICARDO MADRUGA COELHO NOVAISOAB: PB-16 730  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0001338-50.2010.4.03.6301  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO SÃO PAULO  
REQUERENTE: NEUSA PEREIRA PINTO  
PROC./ADV.: MAÍSA FERRAZ MARTELLA OAB: SP 210.946  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade, sob o fundamento de que a parte autora não preencheu os requisitos legais.  
Decido.

Não prospera a irresignação.

Isso porque a parte requerente interpôs o incidente de uniformização

em momento anterior ao julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela parte, sem ulterior ratificação, motivo pelo qual incide à espécie, analogicamente, a Súmula 418 do Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível o recurso especial interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, sem posterior ratificação". Ainda que assim não fosse, verifica-se que não há similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas trazidos à colação, porquanto as bases fáticas são distintas.

Destarte, incide o óbice da Súmula 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por DECISÃO monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0501002-52.2010.4.05.8105  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: FRANCISCA COSMO DO NASCIMENTO  
PROC./ADV.: ANTONIO JORGE CHAGAS PINTO OAB: CE-10101  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500732-48.2012.4.05.8108  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA SHIRLEY ALBUQUERQUE SOUSA  
PROC./ADV.: JOÃO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO-OAB: CE-12049  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006223-68.2011.4.04.7009  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: HENRIQUE STELMARSCZUK  
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICHOOAB: PR - 25.134  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508442-37.2012.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES ARAÚJO DA SILVA  
PROC./ADV.: DAVID SARMENTO CÂMARA OAB: PB-11227  
PROC./ADV.: LUCIANA RAQUEL F. DE FREITAS CÂMARA-OAB: PB-11280  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0510244-12.2008.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: LÚSIA NICÁCIO DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVAOAB: CE-20417-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502055-37.2011.4.05.8104  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA VILANI VIEIRA DE MIRANDA  
PROC./ADV.: Bela. ROZÁRIA NETA BOMFIM LACERDAOAB: CE-4224  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").



Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0518903-14.2011.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA DO SOCORRO PAULINO DA SILVA  
PROC./ADV.: MÁRCIA SALES LEITE SILVEIRA OAB: CE-11371  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502820-48.2010.4.05.8102  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVAOAB: CE-20417-A  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0503104-88.2012.4.05.8101  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: ALZIRA SILVA SOUSA MATOS  
PROC./ADV.: CÉLIA LIMA DE BRITOOAB: CE-10560  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0517524-04.2012.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA VANDERLEIA GOMES DOS SANTOS  
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINOOAB: CE 7.576  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial do benefício pensão por morte.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, acerca da qualidade de segurado do de cujos, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006395-24.2013.4.04.7111  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: UNIÃO  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
REQUERIDO (A): CARLOS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: EDI BRAGA FROHLICHOAB: RS - 26.057  
PROC./ADV.: ADEMIR JOSÉ FROHLICHOAB: RS - 33.407  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela UNIÃO, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000686-42.2010.4.01.3600  
ORIGEM: MT - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO  
REQUERENTE: JOILCE FIGUEIREDO LAGRECA  
PROC./ADV.: OCTAZIA DE OLIVEIRA VIDALOAB: MT - 341  
PROC./ADV.: DEBORA LETICIA OLIVEIRA VIDALOAB: MT - 6.224  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Mato Grosso.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500167-29.2012.4.05.9840  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: MARIA DAS GRACAS BEZERRA DE ARAUJO  
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291  
PROC./ADV.: JOÃO COSME DE MELOOAB: RN - 810  
REQUERIDO (A): JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.  
Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0001979-51.2009.4.03.6308  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: LUIZ CARLOS SALGUEIRO  
PROC./ADV.: ANDRÉ RICARDO DE OLIVEIRAOAB: SP - 172.851  
PROC./ADV.: FELIPE FRANCISCO PARRA ALONSOOAB: SP - 216.808  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0007597-53.2009.4.03.6315  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): JOÃO FERMINO  
PROC./ADV.: MARLENE GOMES DE MORAES E SILVAOAB: SP - 110.325

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500308-55.2011.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: IVANILDA DE LIMA DA SILVA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVAOAB: CE - 20.417-A  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma



PROCESSO: 5002293-98.2013.4.04.7000  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): JUIZ FEDERAL DA VARA DO JUIZADO ES-  
PECIAL DE CURITIBA  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO  
LITISCONSORTE: MARIA DA LUZ SILVA  
PROC./ADV.: MARCELO TRINDADE DE ALMEIDAOAB: PR -  
19.095

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5005164-42.2011.4.04.7107  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): ANTONIO GIRARDI  
PROC./ADV.: LAUDIR GULDENOAB: RS - 44.528

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0053569-93.2006.4.03.6301  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): ROQUE GOMES DE ALMEIDA  
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ GIANNELLA CATALDIOAB: SP - 66.808

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.  
Decido.  
O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500196-46.2012.4.05.8105  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: RAIMUNDA SILVA BORGES  
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340  
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDONÇA OAB: CE-20530  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.  
Decido.  
O recurso não merece prosperar.  
Com efeito, verifica-se que os paradigmas apresentados oriundos de Turmas Recursais não se prestam à demonstração da divergência

jurisprudencial, eis que meramente juntado sem a indicação da sua fonte, em desconformidade com a inteligência da Questão de Ordem 3 desta TNU, a saber: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502063-11.2011.4.05.8105  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA GOMES BEZER-  
RA  
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial aposentadoria por idade rural.  
Decido.  
O inconformismo não prospera.  
A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, in casu, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique re-exame de matéria de fato").  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500330-73.2012.4.05.8105  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: ANTONIA CARDOSO  
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340  
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDON-  
ÇA OAB: CE-20530  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.  
Decido.  
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506414-67.2010.4.05.8103  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA DE FATIMA DO NASCIMEN-  
TO  
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340  
PROC./ADV.: MARIA ITLANEIDE PIRES MENDON-  
ÇA OAB: CE-20530  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.  
Decido.  
Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011574-22.2011.4.04.7009  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: SILVIO FIORI CORREIA  
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICOAB: PR - 25.134  
REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.  
Decido.  
O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002778-42.2011.4.04.7009  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: ANTONIO SZEREDA  
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICOAB: PR - 25.134  
REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.  
Decido.  
O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008817-55.2011.4.04.7009  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: MÁRCIA FILLUS  
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICOAB: PR - 25.134  
REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.  
Decido.  
O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.  
Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008521-33.2011.4.04.7009  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: SANDRA MARIA TRENTA MAJOLO  
PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICOAB: PR - 25.134  
REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.



Decido.

O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008536-02.2011.4.04.7009

ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

REQUERENTE: REINALDO FERREIRA DE ALMEIDA

PROC./ADV.: SILMAR FERREIRA DITRICHIOAB: PR - 25.134

REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

Decido.

O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509724-58.2013.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: MARIA DE LOURDES ALMEIDA DOS SANTOS

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291

REQUERIDO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), conforme decidido nos PEDILEF 2007.34.00.701248-5, Relator Juiz Federal CLAUDIO ROBERTO CANATA, DJ 7/10/09.

Ademais, quanto ao mérito, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509105-31.2013.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: CICERO CLEMENTE DA SILVA

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291

REQUERIDO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), conforme decidido nos PEDILEF 2007.34.00.701248-5, Relator Juiz Federal CLAUDIO ROBERTO CANATA, DJ 7/10/09.

Ademais, quanto ao mérito, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502468-19.2012.4.05.8200

ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: EDSON DOS SANTOS PEREIRA

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO OAB: PE - 25.423

REQUERIDO (A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5006770-23.2011.4.04.7102

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: ELENITA DE ALMEIDA GOMES

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO (A): UNIÃO

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

REQUERIDO (A): ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC./ADV.: PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0014392-85.2007.4.03.6302

ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

REQUERENTE: INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO (A): CELSO CRISTOFOLETTO

PROC./ADV.: PAULA BELUZO COSTA

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011242-49.2011.4.04.7108

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: DÉCIO DE CARLI

PROC./ADV.: MARIA SILEZIA PEREIRAOAB: RS - 33.075

PROC./ADV.: MELISSA PEREIRAOAB: RS - 59.469

REQUERIDO (A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000169-37.2012.4.04.7111

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: VALÉRIA DE BRITO LOPES

REQUERENTE: ALINE DE BRITO LOPES

PROC./ADV.: NILMAR PIRES DOS SANTOSOAB: RS - 29.037

REQUERIDO (A): INSS

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5026755-81.2011.4.04.7100

ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: MARILENE ROMBALDI BERNARDI

PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0509471-70.2013.4.05.8400

ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REQUERENTE: ANA BARRETO DOS SANTOS

PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELOOAB: RN - 5.291

REQUERIDO (A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

#### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), conforme decidido nos PEDILEF 2007.34.00.701248-5, Relator Juiz Federal CLAUDIO ROBERTO CANATA, DJ 7/10/09.



Ademais, quanto ao mérito, verifica-se que a que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001528-98.2012.4.04.7118  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: VALDOCI PRADO  
PROC./ADV.: ARTHUR WILLIAN VON SULZBACH DE AGUIAR OAB: RS - 29.037

REQUERIDO (A): CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0008179-28.2005.4.03.6304  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

REQUERENTE: CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA  
PROC./ADV.: TANIA CRISTINA NASTAROOAB: SP - 162.958

REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0506756-49.2008.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA

REQUERENTE: JOSEFA MARIA DA CONCEIÇÃO  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

Decido.

O agravo não comporta provimento. Isso porque, no caso, aplica-se a Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual"), visto que a questão em debate é de índole processual.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0520021-25.2011.4.05.8100  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: MARIA EDITE SILVA DANTAS  
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE - 7.128

PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIROOAB: CE - 7.068

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

Decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0502443-34.2011.4.05.8105  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: JOSÉ ENILSON DE LIMA  
PROC./ADV.: ANTONIO SALDANHA FREIRE OAB: CE-4072

PROC./ADV.: TALITA DIOGENES FREIREOAB: CE-23270

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de benefício por incapacidade.

Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004805-40.2012.4.04.7113  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: VICENTE OSTROWSKI  
PROC./ADV.: HERMES BUFFONOAB: RS 29.996

PROC./ADV.: IVANI PETERLE OAB: RS-50366

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade rural.

Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acórdão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004254-48.2012.4.04.7117  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

REQUERENTE: JOSEFINA NERVIS CERUTTI  
PROC./ADV.: LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOSOAB: RS-49153

REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de DECISÃO proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade rural.

Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelo acór-

dão recorrido não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5000619-83.2012.4.04.7206  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO (A): MARIA DELURDES SARAGOSSA  
PROC./ADV.: PABLO ADRIANO ANTUNES OAB: SC-15.869

**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que deu parcial provimento ao pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0505528-71.2010.4.05.8102  
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

REQUERIDO(A): JOSÉ LOPES  
PROC./ADV.: CÍCERO JUAREZ SARAIVA DA SILVA

OAB: CE-22078

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido de aposentadoria rural por idade, sob o fundamento de que a parte autora preencheu os requisitos legais.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Regional a quo não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ademais, a Súmula 41/TNU consolidou o entendimento de que "a circunstância de um dos integrantes do núcleo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, condição que deve ser analisada no caso concreto".

Ante o exposto, com base no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500461-15.2012.4.05.8310  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA

OAB: CE-20417-A

REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Pernambuco que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").



Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.  
Intimem-se.  
Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000924-81.2011.4.01.3000  
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): MÁRCIO DA SILVA PESSOA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Acre que acolheu o pedido de benefício assistencial, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000198-57.2010.4.03.6308  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: VALDEMIR TOMAZ DE ARAUJO  
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP 128.366  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0011601-75.2009.4.03.6302  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: ANGELA MARIA GOMES DA SILVA  
PROC./ADV.: PAULO HENRIQUE PASTORI OAB: SP 65.415  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0011460-49.2006.4.03.6306  
ORIGEM: SP - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: GILMAR OLIVATTO  
PROC./ADV.: ROSANGELA CONCEIÇÃO COSTA OAB: SP-108.307  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0525217-89.2010.4.05.8300  
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): MARIA DO SOCORRO DE LIMA  
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO S. DE VASCON-  
OAB: PE 20.304  
PROC./ADV.: BRUNO BAPTISTA OAB: PE 19.805  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que acolheu o pedido de pensão por morte, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500488-07.2012.4.05.8404  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: ELISMAR PESSOA VALENTIN  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: CE-20417-A  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 2012.51.51.004626-5  
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO  
REQUERENTE: NILTON ESTEVÃO DA SILVA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5011402-80.2011.4.04.7009  
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ  
REQUERENTE: ONDINA DE JESUS RODRIGUES DOS SANTOS  
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 2007.30.00.903362-7  
ORIGEM: AC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): MANOEL RAIMUNDO RODRIGUES DE LIMA  
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Acre que acolheu o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma



PROCESSO: 0500519-70.2011.4.05.8401  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: AGOSTINHO RODRIGUES NETO  
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA  
OAB: CE-20417-A  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008081-06.2012.4.04.7202  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: VILSON JOSÉ SABADIM  
PROC./ADV.: ELIANE MARTINS DE QUADROS OAB: SC-17 766  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que rejeitou o pedido de auxílio-acidente, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5001261-68.2012.4.04.7202  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): SUZAMARA GESSI  
PROC./ADV.: JOÃO FRANCISCO ZANOTELLI OAB: RS-64 647  
**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ré, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que reformou a sentença para julgar procedente o pedido de auxílio-acidente, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0500715-69.2013.4.05.8401  
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE  
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS GOMES MARTINS  
PROC./ADV.: MÁRCIO MILITÃO SABINO OAB: CE 7.576  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que rejeitou o pedido de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, ao fundamento de que os requisitos para a sua concessão não foram cumpridos.

Decido.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 14 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0508849-23.2010.4.05.8100  
ORIGEM:CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ  
REQUERENTE: MARIA DE ABREU FREITAS  
PROC./ADV.: FRANCISO XAVIER DE ABREU  
REQUERIDO(A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido inicial de aposentadoria por idade, ao fundamento de não estarem preenchidos os requisitos necessários para sua concessão.

Decido.

O inconformismo não prospera.

A pretensão de se alterar o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que se encontram preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do benefício, não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0504965-11.2009.4.05.8200  
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA  
REQUERENTE: TEREZINHA GONÇALVES DE OLIVEIRA  
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVAOAB: PB - 4.007  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

Decido.

O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turmas Recursais da mesma Região não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos dispositivos acima, sendo imprestáveis, portanto, os acórdãos das Turmas Recursais de Pernambuco e do Maranhão apresentados.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0000416-27.2006.4.03.6308  
ORIGEM: SP- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): MARCIO CESAR DA SILVA  
PROC./ADV.: FRANCISCO ISIDORO ALOISEOAB: SP - 33.188

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

Decido.

O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turmas Regionais de Uniformização não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, o paradigma apresentado da Turma Recursal do Rio Grande do Sul não se presta à demonstração da divergência jurisprudencial, eis que meramente mencionado sem a cópia de seu inteiro teor, em desconformidade com a inteligência da Questão de Ordem 3 desta TNU, a saber: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 0047885-90.2006.4.03.6301  
ORIGEM: SP- SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO  
REQUERENTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
REQUERIDO (A): CANA TANIGUCHI  
PROC./ADV.: MARIA JOSE GIANNELLA CATALDIOAB: SP - 66.808

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo.

Decido.

O incidente não merece prosperar. Isso porque, verifica-se que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turmas Regionais de Uniformização não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.

Ademais, o paradigma apresentado da Turma Recursal do Rio Grande do Sul não se presta à demonstração da divergência jurisprudencial, eis que meramente mencionado sem a cópia de seu inteiro teor, em desconformidade com a inteligência da Questão de Ordem 3 desta TNU, a saber: "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre julgados de turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003277-83.2012.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: CEZAR AUGUSTO WEBER  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.

O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma



PROCESSO: 5003061-25.2012.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: LISIANE CRISTINA DOS SANTOS MORAES  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002660-14.2012.4.04.7112  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: EROTILO ALVES DA ROCHA  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5062346-07.2011.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: CLAUDIO DA CUNHA  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002730-31.2012.4.04.7112  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: DAVI SALVIO MULLER  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003475-11.2012.4.04.7112  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ELGIO ARI DA SILVA  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5008626-91.2012.4.04.7100  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: CARMEN MITTMANN  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5002662-81.2012.4.04.7112  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ANTONIO ROBERTO ALVES  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003564-34.2012.4.04.7112  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ELISEU ARAUJO BAUER  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5003058-70.2012.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: PAULO ROBERTO MORAES  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

PROCESSO: 5004316-18.2012.4.04.7108  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REQUERENTE: ALEXANDRE TADEU SCHUH  
PROC./ADV.: CELSO SIMOES DA CUNHAOAB: RS - 62.300  
REQUERIDO (A): INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto de DECISÃO que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

Decido.  
O recurso não merece prosperar. Isso porque, para a demonstração da divergência jurisprudencial alegada, a parte deve demonstrar a existência de similitude fático-jurídica entre os casos e de dissenso nas respectivas decisões, mediante o indispensável cotejo analítico. Sem isso, é de se confirmar a DECISÃO que inadmite o incidente de uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RIT-NU, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.  
Brasília, 25 de março de 2014.

Min. ARNALDO ESTEVES LIMA  
Presidente da Turma

#### ORDINATÓRIO

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta aos embargos de declaração:

PROCESSO: 2010.72.57.004073-5  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA  
EMBARGANTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
EMBARGADO: ANTONIO STRAPAZOLI  
PROC./ADV.: MARION SILVEIRA  
PROCESSO: 2006.38.00.745652-1  
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS



EMBARGANTE: INSS  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
EMBARGADO(A): TEREZINHA NOEMIDES PIRES ALVES DE SOUSA

PROC./ADV.: SÉRGIO RICARDO SILVA  
PROC./ADV.: ANDRÉ ANDRADE VIZ  
PROC./ADV.: ALEXANDRE LUÍS BADE FECHER  
PROC./ADV.: RUBENS CORRÊA DE AGUIAR  
PROC./ADV.: JULIANA COSTA E SILVA  
PROC./ADV.: ROBERTO CARDOSO DE SOUZA PAES  
PROCESSO: 5016213-12.2013.4.04.7107  
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMBARGADO(A): IRACY PEDROSO DE MOURA  
PROC./ADV.: LÚCIO FERNANDES FURTADO  
PROCESSO: 5008411-19.2011.4.04.7208  
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA

EMBARGANTE: FAZENDA NACIONAL  
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMBARGADO(A): ROSE MARI PINHEIRO  
PROC./ADV.: ULISSES JOSÉ FERREIRA NETO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

ATO Nº 101, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 013/2014 (Processo Administrativo: 00053.00.67.2014.5.13.0000), resolve:

Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pelo servidor GLAUBER SILVA FARIAS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação. Dê-se ciência. Publique-se no DOU.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

ATO Nº 102, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 012/2014 (Processo Administrativo: 00023.00.59.2014.5.13.0000), resolve:

Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pela servidora YLLEN DE ALMEIDA ALVES DA SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação. Dê-se ciência. Publique-se no DOU.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

ATO Nº 103, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante da Resolução Administrativa nº 012/2014 (Processo Administrativo: 00023.00.59.2014.5.13.0000), resolve:

Redistribuir, ex officio, um cargo efetivo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em razão do ajustamento da lotação e da força de trabalho necessários ao desempenho dos Tribunais referidos, com respaldo no art. 37 da Lei nº 8.112/90, com redação da Lei nº 9.527/97, na forma regulamentada pela Resolução nº 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tendo por reciprocidade a redistribuição do cargo efetivo ocupado pelo servidor MARCOS JOSÉ ALVES DA SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com efeitos a contar da publicação. Dê-se ciência. Publique-se no DOU.

Des. CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

## Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

### CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 445, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2014

Dispõe sobre alteração de texto do artigo 2º da Resolução CFFa n. 404/2011, publicada no DOU, Seção 1, dia 09/12/2011, página 206.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso das atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e Decreto Lei nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando o discutido diante da Reunião da Comissão de Leis e Normas, realizada no dia 30 de janeiro de 2014; Considerando a decisão do Plenário durante a 4ª reunião da 135ª SPO, realizada no dia 22 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Alterar o texto artigo 2º da Resolução CFFa n. 404/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - Revogar as disposições em contrário, em especial o Art. 1º da Resolução CFFa nº 185, de 9 de maio de 1997." Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BIANCA ARRUDA MANCHESTER DE QUEIROGA  
Presidente do Conselho

SOLANGE PAZINI  
Diretora Secretária

### CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

#### RETIFICAÇÃO

Na Resolução CRCSC nº 366/2014, publicada no DOU de 25-2-2014, pág. 161, para nele fazer constar: onde lê-se Resolução nº 366, leia-se Resolução nº 367.

### CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Institui e regulamenta o Referencial de Fiscalização das atividades da Fisioterapia e Terapia Ocupacional no âmbito da jurisdição do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 7ª REGIÃO - CREFITO-7, no uso de suas atribuições e cumprindo deliberação do Plenário, em sua 125ª Reunião Ordinária;

Considerando o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

Considerando o disposto no art. 3º da Resolução COFFITO nº 182, de 25 de novembro de 1997;

Considerando o quanto estabelecido no art. 2º da Resolução COFFITO Nº 29, de 13 de dezembro de 1982, que estabelece as normas reguladoras complementares da fiscalização do exercício profissional;

Considerando que é da competência do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias, em sua jurisdição, na forma do art. 7º, III, da Lei nº 6.316/75;

Considerando que a atuação fiscalizadora do Departamento de Fiscalização do CREFITO-7 vem verificando inúmeras situações de potenciais irregularidades, bem como vem enfrentando dificuldades procedimentais para efetivar suas atividades;

Considerando a necessidade de regulamentar o procedimento de apuração das infrações constatadas pelos Fiscais do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região;

Considerando o disposto na Resolução COFFITO nº 387/2011, que estabelece os Parâmetros Assistenciais Fisioterapêuticos;

Considerando o disposto na Resolução COFFITO nº 391/2011, que dispõe sobre a oferta de serviços fisioterapêuticos e terapêuticos ocupacionais, em sites de compras coletivas;

Considerando o disposto nas Resoluções COFFITO nº 414 e 415/2012, que dispõem sobre estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios;

Considerando o disposto nas Resoluções COFFITO nº 424 e 425/2013, que dispõem sobre o código de ética e deontologia da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, respectivamente;

Considerando o disposto na Resolução COFFITO nº 428/2013, que estabelece o Referencial Nacional de Procedimentos Fisioterapêuticos;

Considerando o disposto na Resolução COFFITO nº 433/2013, que dispõe sobre o registro profissional secundário, no âmbito do sistema COFFITO/CREFITOS, resolve:

#### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O Referencial de Fiscalização do exercício profissional da Fisioterapia e Terapia Ocupacional, na jurisdição do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região, será regulado pelos termos desta Resolução.

#### CAPÍTULO II - DA INFRAÇÃO

Art. 2º. Entende-se por infração o não atendimento de obrigação ou dever instituído em lei ou em outras normas pertinentes ao exercício profissional da Fisioterapia e/ou da Terapia Ocupacional.

§ 1º A infração disciplinar compreende tanto o ilícito ético como o administrativo e o ético-administrativo.

§ 2º A apuração dos ilícitos referidos no parágrafo anterior pode ser objeto de processo distinto para cada um deles e a punição aplicada pelo CREFITO-7 independe da punição do infrator com base em legislação de outra natureza.

§ 3º A autuação do infrator em razão das condições tipificadas nesta Resolução não o isenta das infrações de natureza ética, apuradas em processo específico, as quais continuam a ser regidas pelo Código de Ética Profissional e pelo Código de Processo Disciplinar, aplicáveis à Fisioterapia e à Terapia Ocupacional.

Art. 3º. O autor da infração pode ser:

I - a pessoa física do Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional inscrito no CREFITO-7;

II - a pessoa física que, embora possuidora da formação universitária necessária para o exercício profissional da Fisioterapia ou Terapia Ocupacional, não tenha a habilitação legal conferida pela inscrição no CREFITO-7; e

III - a pessoa, vinculada ou não ao CREFITO-7, que exerça cargo ou função de administração, direção, gerência, coordenação, ou qualquer outra função similar, de pessoa jurídica destinada a:

a) prática, com finalidade lucrativa ou não, de qualquer conduta, procedimentos ou técnicas privativas do exercício profissional da Fisioterapia ou Terapia Ocupacional, executados em razão da atividade básica ou em razão da prestação de serviços decorrentes desta, nos termos da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980;

b) industrialização, comércio, arrendamento ou locação de equipamento, aparelho ou instrumental destinado à utilização na prática de conduta, procedimentos ou técnicas privativas do exercício profissional da Fisioterapia ou Terapia Ocupacional;

c) o ensino ou supervisão, com finalidade lucrativa ou não, da prática de qualquer conduta, procedimentos ou técnicas privativas do exercício profissional da Fisioterapia ou Terapia Ocupacional.

Parágrafo único. Responde solidariamente pela infração quem, de qualquer modo, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 4º. As infrações são classificadas em três níveis de graduação, estabelecidos conforme a gravidade da conduta e o dano dela decorrente, sendo:

I - de NÍVEL I, as leves;

II - de NÍVEL II, as médias; e

III - de NÍVEL III, as graves.

#### CAPÍTULO III - DOS TIPOS DE PENALIDADE

Art. 5º. Sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, as penalidades aplicáveis às infrações previstas nesta Resolução são:

I - Advertência;

II - Repreensão;

III - Multa;

IV - Suspensão do exercício profissional ou do registro da empresa pelo prazo de até 03 (três) anos;

V - Cancelamento do registro profissional ou da empresa.

VI - Suspensão de Estágio

VII - Interdição de equipamento

Parágrafo único. Em caso de infrações a dois ou mais dispositivos desta Resolução, é permitida a cominação de penalidades cumulativas, na forma dos respectivos dispositivos infringidos.

Art. 6º. As penalidades de natureza pecuniária decorrentes da presente Resolução serão aplicadas com base na Unidade Padrão de Multa - UPM, cujo valor unitário será equivalente ao valor fixado para a anuidade devida pelos profissionais inscritos no CREFITO-7.

Parágrafo único. O valor da UPM será corrigido na mesma proporção da correção fixada para as anuidades devidas pelos profissionais inscritos no CREFITO-7.

Art. 7º. O valor da multa, quando cabível, será proporcional ao nível de classificação da infração cometida, a saber:

I - Infração Nível I - Multa de 02 (duas) UPM;

II - Infração Nível II - Multa de 05 (cinco) UPM;

III - Infração Nível III - Multa de 10 (dez) UPM.

§ 1º No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro em relação ao valor aplicado pela infração anterior, salvo disposição em contrário nesta Resolução;

§ 2º Decorridos 05 (cinco) anos após o efetivo cumprimento ou extinção da penalidade imposta, por decisão transitada em julgado, o infrator retornará à condição de primário, não sendo considerado reincidente em caso de nova infração idêntica à anterior;

Art. 8º. Ao infrator fica assegurado amplo direito de defesa, em qualquer estágio do processo de apuração da infração, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo implica na anulação do respectivo processo, devendo esta ser declarada mediante provocação, ou de ofício, pelo Conselheiro Relator do processo ou pelo Presidente do CREFITO-7.

Art. 9º. Sem prejuízo do processo ético disciplinar cabível, o não pagamento da penalidade de multa no prazo que for estabelecido, implicará na inscrição do débito na Dívida Ativa da entidade, seguida da imediata e respectiva cobrança judicial.

Art. 10. O cumprimento da penalidade imposta não isenta o infrator da obrigação de providenciar sua regularização perante o CREFITO-7, sob pena da aplicação de novas sanções, inclusive para fins de reincidência, bem como da adoção das medidas judiciais cabíveis a fim de fazer cessar a infração.



## CAPÍTULO IV - DAS INFRAÇÕES EM ESPÉCIE

Art. 11. São infrações passíveis de sanção por parte do CREFITO-7, sem prejuízo de outras eventualmente previstas na legislação vigente:

## I - Das Infrações de Nível I (Leves):

a) Estabelecer prioridade para o atendimento por razão que não seja imposta por lei ou pela urgência requerida no caso.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02 (duas) UPM

b) Desrespeitar os valores culturais e o sentimento religioso do paciente.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

c) Desrespeitar o direito do paciente de decidir sobre sua pessoa e seu bem estar.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

d) Prestar serviço gratuito, a preço ínfimo, ou cooperar para que seja prestado, ressalvadas as exceções contidas no Código de Ética Profissional.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

e) Contratar ou manter profissional mediante remuneração ínfima, ainda que com o consentimento deste.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

f) Afixar tabela de honorários fora do recinto do exercício da atividade ou promover sua divulgação de forma incompatível com a dignidade profissional ou consentir na prática.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

g) Omitir a indicação do número de inscrição e/ou do registro no CREFITO -7 em documentos, placas, anúncios e qualquer outro veículo de comunicação.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

h) Utilizar titulações indevidas ou não regulamentadas.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

i) Pessoa jurídica que industrialize, comercialize, arrende ou alugue equipamentos de uso da Fisioterapia ou Terapia Ocupacional, exercendo suas atividades sem o devido registro do CREFITO-7.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02(duas) UPM

j) Deixar de proceder ao registro em prontuário das atividades assistenciais prestadas aos pacientes, ou de realizar sua guarda legal, na forma da Resolução COFFITO nº 414/2012 e 415/2012.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02 (duas) UPM

k) Deixar de proceder ao registro de consultório de Fisioterapia e/ou Terapia Ocupacional no CREFITO-7.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02 (duas) UPM

l) Manter estabelecimento funcionando com DRF vencida, sem pendências pecuniárias junto ao CREFITO-7.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02 (duas) UPM

m) Permitir a presença de estagiário sem o uso correto do crachá de identificação, em desacordo com as Resoluções COFFITO 431/2013 e 432/2013, bem como com a Resolução Crefito-7 nº 03/2013.

Penalidade: Advertência

Reincidência: Multa de 02 (duas) UPM

## II - Das Infrações de Nível II (Médias):

a) Violar segredo sobre fato sigiloso de que tenha conhecimento ou concorrer para violação ou deixar de exigir de profissional sob sua direção a observância do sigilo.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

b) Praticar atos de concorrência desleal ou consentir na sua prática.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

c) Recusar ou abster-se de prestar assistência por motivo ligado à etnia, nacionalidade, credo político, religião, sexo ou condição sócio-econômica.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

d) Desrespeitar o natural pudor e a intimidade do paciente.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

e) Abandonar, sem justo motivo, o paciente em meio a tratamento, ou concorrer para o abandono.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

f) Admitir ou manter estagiários sem a intervenção da Instituição de Ensino Superior competente, ainda que sob a supervisão de Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

g) Manter equipamentos em condições inadequadas para o uso.

Penalidade: Interdição do equipamento

Reincidência: Multa de 05 (cinco) UPM

h) Manter equipamentos sem manutenção preventiva, realizada por empresa ou profissional comprovadamente habilitado com periodicidade máxima de 06(seis) meses.

Penalidade: Interdição do equipamento

Reincidência: Multa de 05 (cinco) UPM

i) Manter a presença de estagiários sem a observância da relação quantitativa entre preceptor e estagiários, estabelecida na legislação vigente.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: suspensão do registro ou licença profissional

j) Administrar ou colaborar para a administração de tratamento desnecessário, antiético, proibido ou não regulamentado pela legislação, ou que se sabe ineficiente, ainda que com o consentimento do paciente ou de seu representante legal.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

k) Consentir ou cooperar, mediante remuneração ou não, para que o próprio nome ou o de outro profissional conste do quadro técnico, ou registro congênere, com a finalidade de conferir ao local condição legal de nele ser praticada qualquer conduta privativa do exercício profissional da fisioterapia ou terapia ocupacional.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

l) Receber ou pagar comissão, remuneração ou qualquer outra vantagem, pecuniária ou não, que não corresponda a serviço efetivamente prestado.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

m) Manter, na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador, responsável técnico, ou função afim, estabelecimento onde sejam desrespeitados princípios éticos, ou não seja assegurada autonomia plena para o exercício profissional, ou inexistam condições que garantam a adequada assistência ao paciente.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

n) Assediar ou demitir de cargo, função ou emprego, profissional que se recuse a praticar ato ou aceitar condições de trabalho que contrariem a legislação, ou impor tais condições para admissão, designação ou nomeação, ou para a manutenção do profissional no estabelecimento.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

o) Pessoa Jurídica, estabelecimento, órgão ou instituição de qualquer natureza, com ou sem finalidade lucrativa, que prestem serviços de Fisioterapia ou Terapia Ocupacional, exercendo suas atividades sem o regular e efetivo registro no CREFITO-7.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

p) Manter estabelecimento funcionando com DRF vencida, com pendências pecuniárias junto ao CREFITO-7.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

q) Realizar oferta de serviços fisioterapêuticos e/ou terapêuticos ocupacionais por meio de sítios eletrônicos na rede mundial de computadores (internet), especializados ou não, para fins de realização de negócios jurídicos eletrônicos coletivos em desacordo com a Resolução COFFITO nº 391/2011.

Penalidade: Multa de 05(cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

r) Exercer a profissão na área de abrangência de outro CREFITO sem o devido registro secundário, em desacordo com a Resolução COFFITO nº433/2013

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10(dez) UPM

s) Exercer a profissão com a LTT vencida.

Penalidade: Multa de 5 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

t) Exercer a profissão ou permitir o seu exercício sem a habilitação legal conferida pela inscrição ou registro no CREFITO-7, ainda que se trate de bacharel em Fisioterapia ou Terapia Ocupacional.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

u) Desrespeitar os Parâmetros Assistenciais Fisioterapêuticos e Terapêuticos Ocupacionais estabelecidos pelo COFFITO, nas diversas modalidades prestadas pelo Fisioterapeuta.

Penalidade: Multa de 05 (cinco) UPM

Reincidência: Multa de 10 (dez) UPM

## III - Das Infrações de Nível III (Graves):

a) Praticar ou permitir a prática de conduta, procedimento ou técnica privativa das profissões com falta de zelo, probidade e decoro, ou inobservância dos preceitos da ética profissional, da moral, do civismo e da Lei, em detrimento da honra, da dignidade e do prestígio das tradições das profissões.

Penalidade: Multa de 10 (dez) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

b) Desrespeitar a vida humana, considerada esta desde a concepção até a morte, ou participar de ato em que voluntariamente se atente contra a vida, ou que coloque em risco a integridade física ou psíquica do ser humano.

Penalidade: Suspensão do registro ou licença profissional

Reincidência: Cancelamento do registro ou licença profissional

c) Negar ou concorrer para que seja negada assistência em caso de urgência ou emergência, na falta do profissional especializado para garanti-la.

Penalidade: Suspensão do registro ou licença profissional

Reincidência: Cancelamento do registro ou licença profissional

d) Prescrever medicamento, ou praticar ato cirúrgico.

Penalidade: Suspensão do registro ou licença profissional

Reincidência: Cancelamento do registro ou licença profissional

e) Cooperar em prática destinada a antecipar a morte do paciente.

Penalidade: Cancelamento do registro ou licença profissional

f) Prestar ao paciente serviço que, por sua natureza, incumba a outra categoria profissional, sem a devida habilitação legal, salvo em caso de emergência, epidemia, calamidade pública ou grave crise social.

Penalidade: Suspensão do registro ou licença profissional

Reincidência: Cancelamento do registro ou licença profissional

g) Associar-se ou aliar-se, por qualquer forma, com pessoa que pratique sem o indispensável amparo legal, atividade de fisioterapia ou terapia ocupacional, ou consentir em tal prática.

Penalidade: Multa de 10 (dez) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

h) Ser conivente, sob qualquer hipótese, com crime, contravenção penal ou ato que infrinja princípio ético-profissional.

Penalidade: Multa de 10 (dez) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

i) Obstaculizar a ação de Agente Fiscalizador do CREFITO-7, devidamente identificado, mediante negativa de acesso, ocultação de informações, documentos, equipamentos, profissionais, prestação de informações inverídicas, ou qualquer outra conduta destinada a dificultar a constatação da verdade dos fatos.

Penalidade: Multa de 10 (dez) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

j) Permitir prática de atividades de Fisioterapia ou Terapia Ocupacional por pessoa leiga, ainda que na presença ou sob a supervisão de Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional.

Penalidade: Multa de 10 (dez) UPM

Reincidência: Suspensão do registro ou licença profissional

Parágrafo único. As infrações e as penalidades previstas neste artigo são incidentes tanto às pessoas físicas como às pessoas jurídicas, na forma desta Resolução.

## CAPÍTULO V - DO PROCESSO E PROCEDIMENTOS

## Seção I - Do Auto de Infração

Art. 12. Constatada a conduta infratora, será lavrado Auto de Infração, que deverá conter os seguintes elementos:

I - Nome ou razão social do infrator, bem como sua qualificação;

II - Data, hora e local da constatação da infração;

III - Descrição completa da infração;

IV - Dispositivo legal ou normativo infringido;

V - Penalidade decorrente da infração constatada;

VI - Prazo para defesa do infrator, o local de sua apresentação e a quem deve ser dirigida;

VII - Advertência de que, em não sendo apresentada defesa no prazo cabível, será aplicada de plano a penalidade pertinente, sendo, inclusive, executada a cobrança da penalidade de multa, quando for o caso, através de boleto bancário a ser enviado ao infrator, em parcela única, com vencimento de até 15 (quinze) dias.

Art. 13. O Auto de Infração deverá ser entregue, pessoalmente, ao infrator ou ao seu representante legal, gerente, diretor, sócio, administrador, responsável técnico, ou quem exerça função afim, que deverá receber o Auto e exarar seu ciente na respectiva contrafé.

§ 1º Não sendo encontrado o infrator, ou qualquer das pessoas mencionadas no caput deste artigo, o Agente de Fiscalização retornará ao local por mais duas vezes, a fim de cumprir a diligência;

§ 2º Frustradas as tentativas mencionadas no parágrafo supra, e em havendo suspeita de ocultação ou qualquer outra tentativa de obstaculizar a diligência, deverá o Agente de Fiscalização informar a qualquer preposto que se encontre no local de que, em data e horário marcados, retornará ao local a fim de entregar o Auto de Infração, sob pena de considerar ciente o infrator, para todos os fins legais;

§ 3º No dia e hora marcados, o Agente de Fiscalização retornará ao local e, em não encontrando o infrator, ou qualquer das pessoas mencionadas no caput deste artigo, deixará o Auto de Infração no local, lavrando certidão do ocorrido e dando por ciente seu destinatário.

## Seção II - Do início do Processo

Art. 14. O processo administrativo a que se refere esta Resolução será organizado em autos próprios, com o número e ano de sua instauração, sequenciado em folhas numeradas e rubricadas pelo funcionário do CREFITO-7.

Art. 15. O processo se inicia com o Auto de Infração que, após lavrado e devidamente certificado pelo Agente de Fiscalização, será encaminhado para a Secretaria do CREFITO-7 a fim de que sejam abertos os autos pertinentes.

## Seção III - Da Defesa

Art. 16. O atuado poderá apresentar defesa ao Auto de Infração, no prazo de 15 (quinze) dias, em petição escrita e dirigida ao Presidente do CREFITO-7.

Parágrafo único. Para a apresentação da defesa, bem como para a prática de todos os outros atos do processo, o atuado poderá constituir advogado devidamente habilitado mediante instrumento de mandato, na forma da legislação vigente.

Art. 17. Não sendo apresentada defesa, ou sendo oferecida fora do prazo estabelecido nesta Resolução, o Auto de Infração será confirmado de plano, por meio de despacho do Presidente do CREFITO-7, que determinará a execução imediata da penalidade aplicável.



Art. 18. Recebida a defesa, o Presidente do CREFITO-7 abrirá vistas do processo ao Departamento de Fiscalização - DEFIS, para que apresente sua manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante requerimento formulado por escrito ao Presidente do CREFITO-7.

#### Seção IV - Da Instrução

Art. 19. Cumpridas as formalidades descritas nas seções anteriores, o Presidente nomeará Comissão composta por 03 (três) membros, todos conselheiros, efetivos ou suplentes, à qual caberá o julgamento do processo, dentre eles o Conselheiro Relator, a quem caberá a condução da instrução processual e a apresentação do relatório final do processo.

Art. 20. O Conselheiro Relator intimará o autuado a manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as provas que pretende produzir no processo.

Art. 21. Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, ou do depoimento pessoal do autuado ou do seu representante legal, o Conselheiro Relator designará audiência de instrução para esse fim, a realizar-se na sede do CREFITO-7, intimando o autuado do dia e horário marcados.

Art. 22. O autuado deverá arrolar as testemunhas que pretende inquirir em até 72 (setenta) e duas horas antes da data designada para a audiência de instrução, em número máximo de 03 (três) testemunhas, devendo conduzi-las ao CREFITO-7 por seus próprios meios, independentemente de intimação, sob pena de preclusão da prova.

Art. 23. Será admitida a juntada de documentos em qualquer fase do processo, até o seu julgamento em primeira instância.

Art. 24. O autuado, ou seu procurador legalmente habilitado, terá vistas do processo a qualquer tempo, na sede do CREFITO-7, podendo requerer cópias do mesmo, que serão fornecidas mediante recolhimento de custas destinadas à produção das fotocópias.

Art. 25. Concluída a instrução, o processo será encaminhado à Procuradoria Jurídica do CREFITO-7 para que seja emitido parecer acerca de sua regularidade formal e da eventual necessidade da produção de novas provas.

#### Seção V - Do Relatório e Julgamento

Art. 26. O Relator apresentará seu Relatório no prazo de 15 (quinze) dias após a conclusão da instrução processual, prorrogável por igual período, mediante despacho do Presidente do CREFITO-7.

Art. 27. Do Relatório constará a descrição dos fatos, das alegações da defesa do autuado e das provas produzidas no processo, bem como a fundamentação e o voto do Relator acerca da confirmação ou arquivamento do auto de infração.

Art. 28. O Relator designará data para reunião da Comissão de Instrução do processo, onde será realizada a leitura do Relatório e do seu voto, devendo os demais membros votar contra ou a favor do mesmo.

Parágrafo único. É facultado a qualquer membro da Comissão pedir vistas dos autos, antes de proferir seu voto, suspendendo-se a sessão por 05 (cinco) dias, até o pronunciamento de todos os membros da Comissão.

Art. 29. A decisão da Comissão de Instrução será lavrada na forma de Acórdão, e será enviada ao autuado pela Secretaria do CREFITO-7, via carta registrada.

#### Seção VI - Dos Recursos

Art. 30. Do Acórdão que decidir pela aplicação de qualquer penalidade caberá recurso ao Plenário do CREFITO-7, com efeito suspensivo, nas condições seguintes:

I - voluntário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da decisão;

II - ex officio, quando for aplicada penalidade de suspensão ou cancelamento do registro profissional ou da empresa autuada.

Art. 31. Recebido o recurso, o presidente o incluirá na pauta da próxima reunião plenária do CREFITO-7, onde será lido juntamente com o Acórdão recorrido, facultando-se vistas dos autos a qualquer membro do Plenário.

§ 1º Durante a mesma sessão plenária, todos os conselheiros que desejarem ter vistas dos autos deverão manifestar seu pedido ao presidente do CREFITO-7, que deferirá prazo de 05 (cinco) dias para cada conselheiro que assim o desejar, suspendendo a apreciação do Recurso e o incluindo na pauta da próxima Reunião Plenária possível.

§ 2º Havendo empate nos votos dos Conselheiros, o voto de minerva caberá ao Presidente do CREFITO-7.

§ 3º A decisão final do Plenário será lavrada na forma de Acórdão, e será enviada ao autuado pela Secretaria do CREFITO-7, via carta registrada.

Art. 32. Transitada em julgado a decisão, o CREFITO-7 promoverá o arquivamento do auto de infração ou a execução da penalidade aplicada, na forma desta Resolução.

#### CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. As infrações previstas no art. 16 da Lei nº 6.316/75 serão apuradas de acordo com os preceitos legais e normativos pertinentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nesta Resolução, quando for o caso.

Art. 34. No caso de infração cometida por empresa não registrada no CREFITO-7, deverão ser adotadas junto aos órgãos competentes do poder público as medidas cabíveis para fazer cessar a conduta infratora e, se for o caso, para a aplicação de sanções complementares.

Art. 35. A aplicação das penalidades previstas nesta Resolução não exclui, sob nenhuma hipótese, a incidência de outras sanções eventualmente previstas em lei ou em outras normas administrativas aplicáveis ao exercício da profissão de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

Parágrafo único. Quando a infração implicar em sanções de natureza cível ou criminal, a adoção de providências imediatas junto aos órgãos competentes, inclusive do Poder Judiciário, constitui procedimento necessário a que está obrigado o CREFITO-7, por sua diretoria, empregados e assessorias técnicas.

Art. 36. Esta Resolução entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 37. Fica revogada a Resolução Crefito-7 nº 01, de 04 de abril de 2011.

JOSÉ ROBERTO BORGES DOS SANTOS  
Presidente do Conselho

CÉLIA MARIA AZEVEDO DE OLIVEIRA  
Diretora-Secretária

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA

### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE MARÇO DE 2014

Criação das câmaras de julgamento de Sindicâncias e do Tribunal Pleno.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando da atribuição que lhe confere a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, disciplinada pelo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958;

CONSIDERANDO o Código de Processo Ético-Profissional;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar as Câmaras de Julgamento de Sindicâncias e o Tribunal Pleno, resolve:

Art 1.º Definir o Tribunal Regional de Ética Médica do Estado de Rondônia que será composto das seguintes instâncias julgadoras;

I. Tribunal Pleno

II. Câmaras de Julgamento de Sindicâncias

Art 2.º O Tribunal Pleno será composto pelos conselheiros do Conselho Regional de Medicina de Rondônia, sendo presidido pelo Presidente deste Conselho ou seu representante legal.

§ 1º - O Tribunal Pleno será instalado com o número mínimo de onze (11) e o máximo de vinte e um conselheiros (21), titulares ou suplentes, que o comporão até o número máximo por ordem de chegada. Os conselheiros excedentes ao número máximo poderão assistir ao julgamento sem direito a voto.

§ 2º - Em caso de empate o Presidente do Tribunal Pleno acumulará também o voto de qualidade.

§ 3º - Para adentrar a sessão do Tribunal Pleno exige-se traje social completo.

Art 3º - As Câmaras de Julgamento de Sindicâncias serão compostas por no mínimo três e no máximo por até seis conselheiros, incluídos o Corregedor e ou o Vice Corregedor, designados em Portaria pelo Presidente do CREMERO.

Art 4.º São criadas neste ato duas (02) câmaras de Julgamento de Sindicâncias, sendo:

Primeira Câmara - Porto Velho

Segunda Câmara - Ji-Paraná

§ 1º - A Câmara de Julgamento de Sindicância ao ser instalada, não havendo quórum suficiente e de acordo com a nominata de conselheiros que compõem as câmaras, poderá seu presidente convocar para o ato um ou mais conselheiros da outra câmara.

§ 2º - Em caso de empate o conselheiro presidente da Câmara acumulará também o voto de qualidade.

§ 3º - Na ausência do conselheiro sindicante da Sindicância em julgamento o conselheiro presidente da câmara nomeará um conselheiro "ad hoc" para fazer a leitura do voto proferido pelo sindicante.

§ 4º - O voto do conselheiro sindicante ausente será computado como válido para contagem dos votos.

§ 5º - Quando houver a ocorrência de situação prevista no § 3º deste artigo o número de conselheiros presentes na câmara instalada deve ser igual ou superior a três.

§ 6º - A nominata dos conselheiros componentes das duas câmaras constam no ANEXO único desta Portaria.

Art. 5.º Compete as Câmaras de Julgamento de Sindicância tão somente o julgamento de Sindicâncias nos termos do Código de Processo Ético Profissional em vigor, ressalvado o disposto no Art. 2º, § 3º, inciso I.

Art. 6.º Qualquer das Câmaras criadas poderá reunir-se a qualquer tempo para julgamento de Sindicâncias desde que o número destas a serem julgadas seja igual ou superior a três.

§ único - Qualquer das Câmaras poderá ser extraordinariamente convocada pela Presidência do Conselho.

Art. 7.º Da decisão pelo arquivamento proferida pela Câmara de Julgamento de Sindicância caberá recurso ao Conselho Federal de Medicina.

Art. 8.º Na instalação e funcionamento das Câmaras de Julgamento de Sindicâncias e do Tribunal Pleno, serão observadas as disposições contidas no Regimento Interno deste Conselho e, no tocante ao julgamento, observar-se-á a disciplina contida na Lei nº. 3.268/57 e no Código de Processo Ético-Profissional.

Art. 9.º O julgamento de Processo Ético-Profissional é de competência exclusiva do Tribunal Pleno, ressalvado o disposto no Art. 2º, § 3º, inciso II do Código de Processo Ético Profissional em vigor.

Art. 10.º Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação, revoga-se a Resolução 05/2008/CREMERO.

RODRIGO ALMEIDA SOUZA  
Presidente do Conselho

ANDRÉA DE CÁSSIA A.M. DE OLIVEIRA  
1ª Secretária

#### ANEXO ÚNICO

Relação dos Conselheiros e suas respectivas câmaras, conforme §6º do Art. 4º

PRIMEIRA CÂMARA - PORTO VELHO  
ANA ELLEN DE QUEIROZ SANTIAGO  
ANDREI LEONARDO FREITAS DE OLIVEIRA  
CLEITON CÁSSIO BACH  
ERIC DE SOUZA TEIXEIRA  
LUIZ ANTÔNIO DE AZEVEDO ACCIOLY  
JOSÉ OSMAR CAON  
LEONARDO MOREIRA PINTO  
LHANO FERNANDES ADORNO  
RACHED MOHAMOUD ALI  
RENATO FIGUEIREDO RADAELI  
ROALDO LUÍS VALIATI  
ROBINSON CARDOSO MACHADO  
RODRIGO ALMEIDA DE SOUZA  
DENISE CRISTINA DE VARGAS  
FRANKLIN ALMEIDA LIMA  
JOÃO PAULO CUADAL SOARES  
JOSÉ CARLOS COUTINHO DE OLIVEIRA  
JOSÉ RICARDO COSTA  
JORGE AMADO ZÍLIO SPHOR  
LUÍS EDUARDO MAIORQUIN  
MAURO SHUGIRO TADA  
NESTOR ÂNGELO D'ANDRÉA MENDES  
RODRIGO MANUEL FERREIRA CARRAPEIRO  
SABRINA VERGANI ARAÚJO  
SÉRGIO CARDOSO GOMES FERREIRA  
SORAYA FILLA  
SPENCER VAICIUNAS  
SEGUNDA CÂMARA - JIPARANÁ  
ANDRÉ LUIZ BERNADES  
ANDRÉA DE CÁSSIA ÁRABE M DE OLIVEIRA  
ANTÔNIO AUGUSTO NEVES JÚNIOR  
CÉSAR AUGUSTO ANGELI DE LIMA  
JOSÉ JOSÉ RODRIGUES ANDRADE  
ROBERTA MIRANDA SOARES  
RODRIGO GALLINA  
FRANCISCO MIGUEL IASTRESKI  
HERNANDO GABRIEL DE UGARTE CAIRO  
MANUELLA ALMEIDA BASTOS  
MAURY ZANGALLI JÚNIOR  
REGINA MARIA CARVALHO PONTES  
NILTON YOSHISGUE MIGIYAMA  
WILLIAN ALVES DO COUTO

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL 1ª CÂMARA

#### ACÓRDÃO

REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2012.005226-1/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Acre. Interessada: Iná Aparecida dos Santos Batista OAB/AC 1463. Relator: Conselheiro José Guilherme Carvalho Zagallo (MA). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Felicíssimo Sena (GO). EMENTA N. 026/2014/PCA. Pedido de transferência. Direito/dever do advogado. Exame de Ordem. Provimento 81/96. Possibilidade de realizar o Exame na Seccional do domicílio ou do local de conclusão do curso. Ausência de irregularidade na inscrição. Dever de tratamento respeitoso entre as Seccionais e para com os inscritos. Representação desprovida. Transferência de inscrição deferida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do CFOAB, por maioria, em negar provimento à representação para manter a inscrição originária da advogada representada nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil e, consequentemente, deferir o seu pedido de transferência para a Seccional de São Paulo, nos termos do voto divergente do Conselheiro Federal Felicíssimo Sena (GO), parte integrante deste. Impedido de votar os Representantes da OAB/Acre e da OAB/São Paulo. Brasília, 10 de dezembro de 2012. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente. Felicíssimo Sena, Relator para o acórdão.

Brasília, 31 de março de 2014.  
CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO  
Presidente da 1ª Câmara





# Informações Oficiais